

DIANA HELENE RAMOS

**“PRETA, POBRE E PUTA”:
a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Soraya Silveira Simões
Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro (*in memoriam*)

Rio de Janeiro
Junho / 2015

CIP - Catalogação na Publicação

H474p Helene, Diana
Preta, pobre e puta : a segregação urbana da
prostituição em Campinas : Jardim Itatinga / Diana
Helene. -- Rio de Janeiro, 2015.
334 f.

Orientadora: Soraya Silveira Simões.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional, 2015.

1. Segregação urbana. 2. Prostituição. 3.
Gênero. 4. Jardim Itatinga (Campinas, SP). I.
Simões, Soraya Silveira, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

DIANA HELENE RAMOS


“PRETA, POBRE E PUTA”:

**a segregação urbana da prostituição em Campinas
– Jardim Itatinga**


Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em:

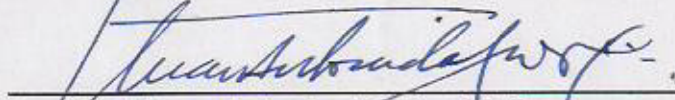
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Soraya Silveira Simões
Instituto de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ



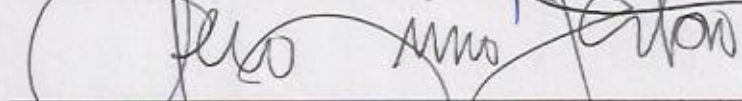
Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo
Instituto de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ



Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Departamento de Antropologia/IFCS-UFRJ e PPGA/ICHF-UFF



Prof. Dra. Aparecida Fonseca Moraes
Departamento de Sociologia/IFCS-UFRJ



Prof. Dr. Gerônimo Leitão
Escola de Arquitetura e Urbanismo/EAU-UFF

*à Ana Clara, Gabriela e Alzira, três estrelas que iluminam esse trabalho lá do alto.
e a futura estrela, de quem não sei o nome nem o rosto,
mas que em breve me iluminará aqui de baixo.*

Agradecimentos:

Queria agradecer primeiramente a todas as mulheres maravilhosas que eu tive a sorte de conhecer ao longo da vida. Vale ressaltar logo de início a primeira delas: minha mãe Anna, que sempre falou abertamente comigo de sexo e de suas transas. Ela foi e sempre será minha maior referência. Com certeza sua influência foi fundamental para eu me sentir livre para escolher o tema dessa tese, e por eu, desde o princípio, me apaixonar pelas prostitutas que conheci na vida. Estas mulheres corajosas e “sem vergonha” que me ensinam todo dia uma coisa nova sobre desejar, sobre amar e sobre ter domínio de seu próprio corpo. Agradeço principalmente à querida companheira Sandra que me emociona profundamente com sua trajetória de vida (suas histórias renderiam algumas teses de doutorado). À Denise pela sua força e sabedoria profunda, que parece já ter reencarnado nesse mundo umas mil vezes. E à Betânia pelo furacão que é sua presença e suas palavras em todo lugar que vou com ela. Também agradeço à Teresa, à Soninha e às outras mulheres maravilhosas das esquinas, praças e becos do Centro e do Jardim Itatinga em Campinas. Às diversas prostitutas que conheci nos encontros, desfiles e “Zonas” por todo Brasil (deixo um beijo especial para Cida). À Morgane Meurteuil, prostituta, intelectual e feminista, que tive o prazer de conhecer em minha estadia na França. Por fim, e sobretudo, à nossa grande prostituta Gabriela Leite, estrela radiante e inesquecível que partiu durante a realização dessa tese.

À Profa. Ana Clara Ribeiro, minha primeira orientadora, que também partiu antes de terminar esse trabalho, mas que agradeço profundamente pelas horas inesquecíveis de orientação na varanda da sua sala (enquanto ela fumava) na qual discutíamos sobre o que ela chamava de “minhas meninas”. À Profa. Soraya Simões, que me acolheu como sua orientanda e me guiou pelos caminhos da pesquisa de campo e do mundo colorido da prostituição. Sua orientação foi fundamental: dentro e fora da universidade, dentro e fora da “Zona”. Obrigada pelas tardes na sua casa aconchegante, pelas centenas de livros emprestados, pelos encontros, pelos grupos de trabalho, pelos seminários, pelas aulas, pelos almoços, pelas cervejas, pelas nossas discussões e risadas.

Agradeço a todos os outros que ajudaram direta ou indiretamente na realização dessa tese, com revisões, sugestões, bibliografias e bate-papos-orientação-de-tese. A quem aguentou e apoiou esse assunto por quatro anos meu muito obrigada. Em especial: à Aline, amiga vadia e parceira de pesquisa; à Bea, minha “assistente” de tese, “roommate”, “mãezinha”, companheira de estudo e de outras aventuras; e ao Nano, cunhado querido e revisor que comentou cada pedacinho dessas 300 páginas. Aos que me hospedaram em Campinas durante o trabalho de campo, entre os já citados, agradeço ainda à Ana Villa, ao Chê, ao Rô e ao Juan por me acolherem e me fazerem se sentir em casa. À “turminha da biblioteca”, pelo apoio mútuo no dia a dia da escrita final. Às bibliotecas públicas do Rio de Janeiro. Aos colegas de turma de doutorado de 2011, em especial Fabrina, Hernando, Mariana e Timo. Aos professores do IPPUR que tanto me ensinaram em tão pouco tempo. Aos funcionários do instituto que sempre fizeram de tudo para facilitar a difícil travessia do mundo da burocracia. Agradeço também aos professores da minha banca de

qualificação e da minha banca final de defesa, Prof. Hélio Silva, Prof. Frederico Araújo, Profa. Aparecida Moraes, Prof. Marco Mello e Prof. Gerônimo Leitão, pelo cuidado, atenção e análise detalhada desse trabalho.

Em tempos de corte de gastos com pesquisa é necessário ressaltar o quanto foi importante receber a bolsa CNPQ durante todo o período do doutoramento e a bolsa CAPES/PSDE para o doutorado sanduíche. Esse auxílio foi fundamental para realização de um trabalho de qualidade. Agradeço a meu orientador do estágio doutoral na França, Prof. Daniel Cefai e aos outros professores franceses que me receberam, me escutaram e ajudaram, em especial à Profa. Marianne Blidon. Aos meus colegas de sala de aula na França. À minha turma de amigos brasileiros-longe-de-casa-fazendo-sanduíche, Diego, Olavo, Ana Paula, Stéphanie, Renata, Rossana e Amadeu: sem vocês eu teria me perdido ainda mais nas vielas, metrô e burocracias parisienses. Um obrigada ainda à querida amiga francesa Laurence, que foi minha grande cicerone em Paris.

Aos integrantes da Davida e da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), principalmente Laura Murray, José Miguel e Flávio Lenz. Ao MIS Campinas, à ITCP Unicamp e às vadias de Campinas, mais que tudo: Ioli, Lais, Tati, Letícia, Tina e Orestes. Aos amigos do Grupo Risco, em especial Kaya e Higuchi que sempre me ajudaram nessa pesquisa, mesmo de longe. Aos companheiros do Soltec, na luta por uma universidade menos elitizada, em especial ao querido parceiro de doutorado Flavinho. Aos colegas professores e aos meus alunos da Unigranrio, onde diariamente aprendo ensinando. À minha família aqui no Rio: Bia, Ana Maria, Zóe, Rê, Glei, Bruninha, Juba, Nils e à todos do “Farofa Carioca” (principalmente Nate e Zé, por me guiarem no mundo da Antropologia). Um agradecimento especial para Lu e Fili, meus queridos companheiros, mais que amigos, quase esposos. Ao “familhão”, espalhado pelo mundo, mas aqui dentro sempre comigo: Emi, Nina, Suzi, Fran, Ruli e Marina.

Agradeço também a todos os Ramos, Helenes e Arnauts da minha família. À minha irmã Tati, primeira companheira de vida, minha diva, que sempre me acolhe e me escuta não importa o nível da minha loucura. À Salete, minha outra mãe, por sempre me apoiar com sua habilidade de resolver qualquer problema. Às minhas avós, Tati, professora, e Gilda, dançarina de tango, que sempre foram grandes exemplos de vida pra mim. À Adriana, mais que tia, amiga e companheira da vida acadêmica. E, sobretudo, ao meu pai Marcio, meu herói querido que me ensinou a paixão pelos livros, pelo estudo e por ter sede de saber.

Por fim, deixo um espaço especial para agradecer ao meu companheiro nessa jornada, Samuel, por cuidar de mim, me mimar e aguentar ao meu lado a dureza de acabar uma tese.

Resumo:

A história e as representações acerca do bairro de prostituição Jardim Itatinga demonstram como se organizam diferentes territórios prostitucionais na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Brasil. A “Zona” foi planejada pelo poder público, na década de 1960, e, desde então, tornou-se o lugar da prostituição na cidade. Essa política de segregação resultou na perseguição das prostitutas que, contudo, persistem trabalhando fora dali. Entre suas estratégias de proteção e permanência, a mais expressiva é a fundação da Associação Mulheres Guerreiras, localizada no centro da cidade. A tese examina, portanto, as tensões, os conflitos, as táticas e as estratégias de um grupo social historicamente estigmatizado e com forte presença em áreas urbanas centrais, face às intervenções do planejamento urbano. Sua circulação nos diferentes locais de prostituição em Campinas, suas estratégias para o estabelecimento de “pontos” de permanência em espaços não planejados oficialmente para sua presença, suas redes e articulações com outros pares “desviantes” e, principalmente, suas táticas de resistência à expulsão e luta por reconhecimento são objetos de atenção. Busca-se compreender como se estrutura, nos espaços físicos e políticos da cidade essa disputa particular – marcada por recortes de classe, de raça e especialmente de gênero – que tem a prostituição como foco de interesse. Pretende-se, por fim, possibilitar o vislumbamento de uma organização urbana generificada que se justifica em discursos ora sanitários, ora econômicos, ora morais e cuja história registra a constante tensão entre o planejamento urbano oficial e os habitantes da cidade, com suas reivindicações pelo direito a nela existirem.

Palavras-chave: Segregação Urbana. Prostituição. Gênero. Jardim Itatinga. Campinas- sp.

Abstract:

The History and representation of Jardim Itatinga red light district appoint to how is the organization of different prostitution territories in the city of Campinas, state of São Paulo, Brazil. The “Zona” was planned by the public authorities in the 60’s and since then has become the area of prostitution in the city. This segregation policy has resulted in the persecution of prostitutes, that, despite of that, continue working outside the area. Among the prostitute’s protection and permanence strategies, the most expressive is the foundation of the Association Mulheres Guerreiras, located in downtown Campinas. The thesis examines the tensions, conflicts, tactics and strategies face the interventions of urban planning by a social group historically stigmatized, and with a strong presence in central urban areas. Are objects of attention in this thesis the prostitutes’ circulation in different locations of prostitution in Campinas, their strategies for the establishment of “places” of permanence in spaces not officially planned for their presence, their networks and connections with other “deviant” peers and, most of all, their tactics of resistance to the expulsion and struggle for recognition. It seeks to understand how the particular dispute that focuses on prostitution it’s structured in the political and physical spaces of the cities. Finally, it intends to display a gendered urban organization justified sometimes by sanitarian, economic or moral discourses, and whose history registers a constant tension between the official urban planning and the city’s inhabitants, with their claims to exist inside it.

Key Words: Urban Segregation; Prostitution; Gender; Jardim Itatinga; Campinas/SP.

Lista de ilustrações

Figura 1: Cidade de Campinas - Localização do Jardim Itatinga e do Centro.....	13
Figura 2: Prostitutas do Centro nos "pontos". Desenho de cima: Solange sentada numa caixa de madeira sob a sombra das árvores. Desenho de baixo: mulheres encostadas na janela da lateral da Catedral de Campinas (anotações do Diário de Campo 17/03/2014).....	41
Figura 3: TRAJETO: desde a sede da Associação Mulheres Guerreiras ao Restaurante Bom Prato - Área Central de Campinas (2014).....	49
Figura 4: Imagens da passeata - microfilme do jornal.....	51
Figura 5: Cena observada em uma casa no Jardim Itatinga.....	76
Figura 6: Locais de PROSTITUIÇÃO e BOÊMIA em Campinas(1930 - 1960).....	80
Figura 7: Ocupação de lotes - Loteamento Jardim Itatinga -Campinas (1967-1976).....	105
Figura 8: Ocupação de lotes e crescimento doLoteamento - Jardim Itatinga- Campinas (1967-2014).....	113
Figura 9: Planta da casa de Regina (anotações do Diário de Campo 18/10/2012).....	118
Figura 10: O orquidário de Regina (anotações do Diário de Campo 18/10/2012).....	119
Figura 11: Trailer de bebidas, uma modalidade comum de bar no Jardim Itatinga (anotações do Diário de Campo 18/10/2012).....	120
Figura 12: Planta da casa de Natasha em 2012 (anotações do Diário de Campo 05/11/2012).....	121
Figura 13: Planta de uma “casa” típica do Jardim Itatinga (anotações do Diário de Campo 19/07/2014).....	121
Figura 14: Planta da casa de Natasha em 2014 (anotações do Diário de Campo 22/03/2014).....	122
Figura 15: Imagens do Jardim Itatinga: Palco de “Pole Dance” na calçada; cachorros soltos pelas ruas, homens de chapéu de couro (estilo cowboy) mexendo com as garotas; fio dental para exibição do corpo nas calçadas (anotações do Diário de Campo 19/07/14).....	124
Figura 16: "Proibido fazer programa rua familiar", Jardim Itatinga (foto: Diana Helene, 2012.....	131
Figura 17: "Residência familiar" no Jardim Itatinga (foto: Diana Helene, 2014).....	131
Figura 18: "Casa de família" no Jardim Itatinga (foto: Diana Helene, 2014).....	132
Figura 19: Trajeto de Barão Geraldo até o Jardim Itatinga.....	138
Figura 20: Mapa da cidade de Campinas em 1929 e o eixo da linha férrea.....	152
Figura 21: Crescimento e implantação cronológica dos equipamentos urbanos - Campinas (2002).....	160
Figura 22: Áreas de concentração de Condomínios e Loteamentos fechados - Campinas (2000).....	162
Figura 23: Assentamentos informais de baixa renda – Campinas (2010).....	163
Figura 24: Mapa distribuição espacial por renda – Campinas (2000).....	164
Figura 25: Mapa IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano - Campinas (2010).....	165
Figura 26: Jardim Itatinga: isolado pelas rodovias Santos Dumont e Bandeirantes (2012).....	166
Figura 27: Manifestação das prostitutas em Niterói (foto: Soraya Simões, 2014).....	179
Figura 28: Cartaz Gentrificado (Diana Helene, 2009).....	185
Figura 29: Prostituição no Centro, no Mangue e na Vila Mimosa - Rio de Janeiro/RJ (aprox. 1900 - 2015).....	191
Figura 30: "La prostitution à Paris" capa da edição de 1900 (reprodução do MICROFILME, Parent-DuChâtelet, 1900).....	201
Figura 31: Cartaz com regras sobre os locais e estabelecimentos públicos nos quais se pode exercer a prostituição da “Police des Moeurs”, 1917.....	213
Figura 32: Cartazes, cartões e fotos diversas de Maisons Closes durante a “Age d'or” da prostituição em Paris.....	218
Figura 33: Prostituta segura no alto a escultura "buceta insubmissa" - PutaDei Campinas (foto: Laura Murray, 2014).....	273
Figura 34: Modelo mostra o peito nu no desfile da Daspu. Entre a plateia vemos deitado no chão da praça um morador de rua, que dorme tranquilamente - PutaDei Campinas (foto: Diana Helene, 2014).....	273
Figura 35: Natasha comanda o desfile da Daspu. Ao fundo, de sutiã, vemos a moradora de rua batendo palmas - PutaDei Campinas (foto: Coletivo Ninjão Zinclair, 2014).....	274
Figura 36: Natasha "desce até o chão" com seu fio dental virado para a Catedral de Campinas (ao fundo) - PutaDei Campinas (fotos: Grupo Ninjão Zinclair, 2014).....	274
Figura 37: Manifestação de 1975 em Paris pelos direitos das prostitutas. À frente vemos Grisélidis Réal, sem máscara, e no fundo algumas de suas companheiras de máscara, em 1975 (fonte: HENNIG, 2001).....	281
Figura 38: Manifestação nacional contra a penalização dos clientes do trabalho sexual - Paris.....	282
Figura 39: Manifestação das prostitutas de Niterói (foto: Laura Murray, 2014).....	282

Lista de abreviaturas e siglas

- ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas
- AEL - Arquivo Edgar Leuenroth - Vinculado à Universidade Estadual de Campinas
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- AMOCAVIM - Associação dos moradores do condomínio e amigos da Vila Mimosa
- BNF - *Bibliothèque Nationale de la France*
- CASS - Centro Administrativo São Sebastião - Rio de Janeiro
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
- CEPROMM – Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada
- CIA Paulista – Companhia Paulista de Estradas de Ferro
- CMU – Centro de Memória – Vinculado à Universidade Estadual de Campinas
- COHAB – Companhia de Habitação de Campinas
- CPB – Código Penal Brasileira
- CR/DST – Aids – Centro de Referência em Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids
- DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Rio de Janeiro)
- DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- GEMPAC - Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará
- IBEU – Índice de Bem Estar Urbano da cidade de Campinas
- ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Vinculada à Universidade Estadual de Campinas
- LGTTB - Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Bissexuais.
- LCP – Lei das Contravenções Penais
- MIS - Museu da Imagem e Som de Campinas
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PCC – Primeiro Comando da Capital
- PMC – Prefeitura Municipal de Campinas
- PMM – Pastoral da Mulher Marginalizada
- RAC - Rede Anhanguera de Comunicação
- RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
- SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento – concessionária da distribuição dos serviços de águas e esgotos da cidade de Campinas.
- SESI – Serviço Social da Indústria
- STRASS – Syndicat du Travail Sexuel - Sindicato do Trabalho Sexual
- UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
- 76ª D.P. - Delegacia Policial de Niterói

Sumário

PRÓLOGO.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
Apresentação.....	14
De onde venho.....	16
Indicações Metodológicas.....	18
Relato e avaliação do contexto no qual estive inserida durante os estudos no exterior.....	22
Para onde foi a tese.....	25
A realização do vídeo da associação.....	28
Como nomear uma prostituta.....	29
As partes e os capítulos.....	34
PARTE 1. O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO EM CAMPINAS.....	37
1. CAPÍTULO 1_A RESISTÊNCIA DAS PROSTITUTAS DO CENTRO.....	38
1.1 _AS MULHERES GUERREIRAS.....	39
A prostituição no Centro.....	40
Negociações com as redes de sociabilidade e convivência do Centro.....	42
A passeata.....	45
1.2 _“ELAS DEVERIAM ESTAR NO ITATINGA”.....	52
Presas por “Vadiagem”.....	55
A prática da violência como tentativa de segregação.....	56
Uma memória de resistência.....	58
Centro e “centralidade”.....	61
1.3 _OS PARCEIROS DAS PROSTITUTAS DO CENTRO.....	65
A Pastoral da Mulher Marginalizada.....	66
As entidades da Saúde.....	69
A Universidade e a “Coletiva das Vadias”.....	71
O movimento organizado das prostitutas no Brasil.....	72
2. CAPÍTULO 2_A INVENÇÃO DO JARDIM ITATINGA: UM LUGAR PARA A PROSTITUIÇÃO.....	76
2.1 _A INVENÇÃO DO JARDIM ITATINGA.....	77
A prostituição em Campinas antes da criação da Zona.....	78
A distinção pública das mulheres e seus efeitos na organização da cidade.....	85
Modernidade, disciplina e urbanidade: disputando modos de viver na cidade.....	87
Preta, pobre e puta no Brasil que se tornava moderno.....	89
A prostituição como um problema público em Campinas.....	93
“Marginais e Vadias são os donos das ruas”.....	95
A Operação de confinamento.....	100
As pioneiras.....	103
A construção da ideia de “maior Zona da América Latina”.....	106
Decadência ou nostalgia?	107
2.2 _UM LUGAR PARA A PROSTITUIÇÃO NA CIDADE.....	114
Itatinga “24 horas”: as prostitutas esperam, os clientes circulam.....	115
As “casas” (casas de prostituição).....	117
Ser prostituta de uma “casa”.....	127
Para além das “casas”.....	128
A Zona.....	132

PARTE 2. A SEGREGAÇÃO URBANA DA PROSTITUIÇÃO.....	134
3. CAPÍTULO 3_A ZONA ENQUANTO PERIFERIA.....	135
3.1_CAMPINAS, QUE CIDADE É ESSA?.....	139
O sistema rodoviário e a industrialização massiva da cidade.....	140
O crescimento periférico da cidade.....	143
Ao sul da cidade.....	146
Ao norte da cidade.....	148
3.2_“OS DOIS LADOS DA LINHA DO TREM”.....	149
A ferrovia como a chegada da “modernidade”.....	153
Definindo usos díspares e contamináveis na cidade.....	155
Puros e impuros, à frente e ao fundo da ferrovia.....	158
O modelo de segregação espacial “centro/periferia”.....	167
4. CAPÍTULO 4_A ZONA CONFINADA.....	169
4.1_PROSTITUIÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA.....	170
O espaço dos “desviantes”.....	173
Ocupando espaços opacos.....	175
O caso do centro de Niterói – RJ.....	178
Expulsar as putas e abrir caminhos para revalorizar.....	180
Prostituição e gentrificação.....	182
A constituição das Zonas e outros espaços prostitucionais.....	186
O caso da Vila Mimosa: uma genealogia de segregação e resistência.....	189
4.2_O CONFINAMENTO COMO UM MODELO DE SEGREGAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO.....	196
Proibicionismo, abolicionismo e regulamentarismo.....	198
O tratado de Parent-DuChâtelet.....	200
A prostituição como “mal-necessário”.....	203
O sistema francês.....	205
Construindo a classificação “prostituée”.....	209
Defendendo a família nuclear burguesa.....	213
Confinadas dentro de <i>Maisons Closes</i>	216
Das <i>Maisons Closes</i> à periferização “centrífuga” da prostituição em Paris.....	222
Regulamentarismo e confinamento no Brasil.....	225
Jardim Itatinga e o Regulamentarismo em Campinas.....	230
PARTE 3. CIRCULANDO ENTRE “MUNDOS”.....	232
CAPÍTULO 5_APRENDER A SER PROSTITUTA NO JARDIM ITATINGA E SE TORNAR PROFISSIONAL DO SEXO NO CENTRO.....	233
5.1_ENTRE A ZONA E O CENTRO.....	234
Circulando dentro e fora da Zona.....	238
Os dois mundos da mulher prostituta.....	240
Um novo nome: uma nova codificação.....	244
Entre o Jardim Itatinga e a área central.....	246
5.2_APRENDER A SER PROSTITUTA NO JARDIM ITATINGA.....	247
“Onde as putas conhecem a prostituição”.....	247
Prostituição e migração.....	248
Um espaço segregado de acolhimento.....	250
Circulando por diferentes “Zonas”.....	252
Uma urbanidade da prostituição.....	254
5.3_TORNAR-SE PROFISSIONAL DO SEXO NO CENTRO.....	257
Sair da Zona e ir trabalhar no Centro.....	257
Trabalhando na “cidade”.....	260
A aquisição de uma competência.....	263

PRÓLOGO

Porque eu já vim da minha terra perseguida pela polícia. Eu apanho da polícia desde os catorze anos de idade [pausa, com longo silêncio na sala]. Eu apanho! Eu não podia ir assim, na rua. Meu divertimento era parque, era circo, eu não podia assim, ir na rua, eu tinha... Eu ia... Eu me divertia bastante, mas eu sabia que o couro [a surra da polícia] era de balaustre. Era pau-de-arara, palmatória, que hoje não existe mais. Me chamavam de... Eu virei mais puta foi por causa da polícia! Porque eles falavam “Ah, essa puta aí”... E eu não era, eu não era puta! Eu era virgem ainda, viu? “Ah, essa puta!”, né? Me prendia na rua, “Ah, essa puta!” A gente se cansa! E eu não era puta, e estava ouvindo aquilo ali, não é? Não podia ir no parque, não podia ir no circo, “Ah, essa puta!”. Um delegado falou assim: 'é baixinha, você é muito bonitinha, mas você vai entrar no mole'... Rapaz... Eu apanhei que nem gente grande viu? E junto com as “profissionais do sexo”¹, entendeu? E eu não era, eles não me pegaram junto com elas, eles estavam na saída do parque... E eu apanhava caladinha, digo “um dia eu vou chupar essa manga junto com vocês [com as prostitutas]!” E hoje chegou a minha vez! Nunca é tarde, tá filho? Quarenta e dois anos vai fazer que eu tenho de puta e eles não me mataram, porque? Porque eu tinha que ficar pra contar a história, tá? [...] Porque eu sou filha de espanhol com caiapó... Eu sou toda quebrada, toda arreventada pela polícia, já começa pela boca [ela aponta para a cicatriz em seu rosto]. Você nem imagina as lesões que eu tenho na cabeça, tá? De pancada da polícia! E eles não me mataram. Eu estou aqui e vou lutar até o fim, viu? Enquanto eu estiver viva vou lutar contra a polícia (Lucila, debate do filme “Mulheres Guerreiras: Desbravando estradas da vida”, Museu da Imagem e do Som de Campinas [MIS-Campinas] - Campinas, 23 de julho de 2014)

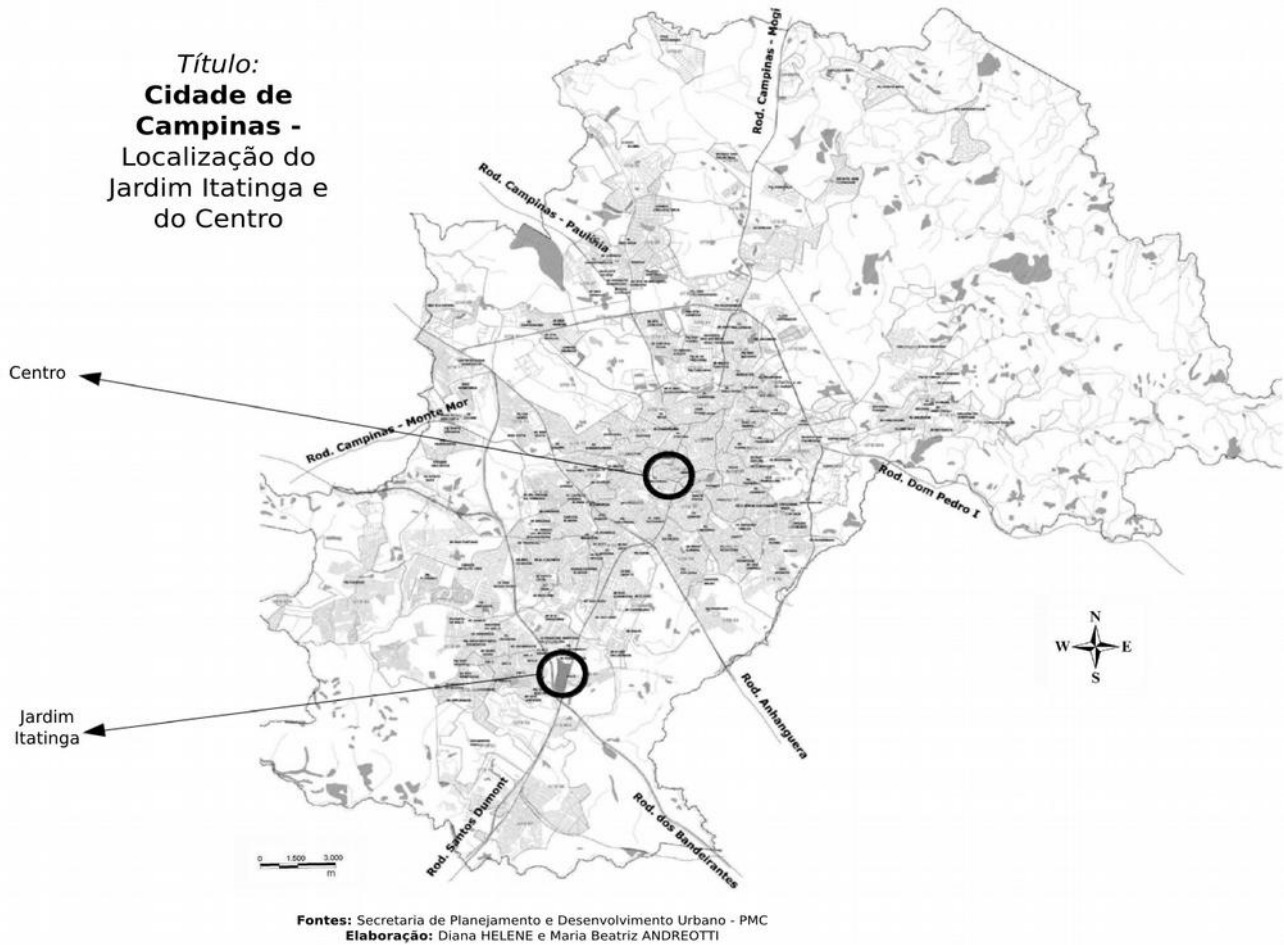
Esse relato foi elaborado por Lucila - prostituta fundadora da Associação Mulheres Guerreiras e importante interlocutora dessa tese - durante um debate após a exibição do filme “Mulheres Guerreiras: Desbravando estradas da vida”, no MIS-Campinas, em 2014. Durante sua fala, a sala de cinema ficou totalmente envolvida escutando, em silêncio total.

“Ah, essa puta!”

Fico imaginando a Lucila adolescente, com sua cara de índia, que não podia sair na rua pois era logo chamada, tratada, presa e espancada como “puta”. Mas o que é ser puta? E porque o parque e o circo não são lugares permitidos para circulação de uma puta? Porque mesmo antes de trabalhar como “profissional do sexo” ela era classificada pela polícia como puta? Seria em função dos seus traços mestiços? De suas roupas? De seu comportamento? Qual a relação desse relato - e da classificação de puta - com a livre circulação de pessoas no espaço urbano?

¹ É interessante ressaltar como a Lucila uso o recurso do uso da palavra “profissional do sexo” e de “puta” no seu relato. Quando deseja usar a palavra de forma pejorativa, da mesma maneira que a polícia usava contra ela, usa o termo “puta”, e para forma não pejorativa ela utiliza “profissionais do sexo”. Apesar de em outros momentos, em outras histórias e situações, ela usar a categoria de “puta” de forma enaltecida, nesse relato ela escolheu o uso das palavras dessa forma.

Figura 1: Cidade de Campinas - Localização do Jardim Itatinga e do Centro



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Apresentação

“Preta, Pobre e Puta” é uma frase dita frequentemente por Natasha, uma prostituta integrante da Associação Mulheres Guerreiras que foi muito importante para o desenvolvimento dessa tese. Ela alega que: “Eu carrego os três piores pês da nossa sociedade: eu sou Puta, eu sou Pobre e eu sou Preta”². Entendo essa frase de Natasha como uma análise sua do processo de demarcação depreciativa que lhe é imposto: o preconceito de raça, de classe e o “estigma de puta” (categoria analítica de Pheterson, 1986 e 1996), este último uma marcação de estigma e de uma “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1980) especificamente destinada às mulheres. Além de sua força discursiva e analítica, essa frase de Natasha pode ser entendida como uma maneira de demonstrar como as marcações de raça, classe e gênero estão articuladas e se constituem como pares “desviantes” (BECKER, 2008 [1963]) e como pares de demarcação de “impureza” (DOUGLAS, 1967). Nesse sentido, ao analisar a cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo, procuro entender sua história a partir da segregação urbana da prostituição - a saber, a “invenção” de uma área confinada para as atividades prostitucionais chamada Jardim Itatinga - como uma forma de organização da cidade que se articula com diversas demarcações de desvio, estigma e impureza, da mesma forma que Natasha organiza por meio daquela frase.

A Zona, como também é conhecida, se localiza intencionalmente na periferia da cidade. Ao longo do texto, empregarei a categoria Zona para designar o bairro. Além do termo ser utilizado desta maneira pelas minhas interlocutoras, é sinônimo, no Brasil, de áreas que concentram determinada modalidade de prostituição. É interessante dizer que, além deste se constituir como um termo êmico, é dessa forma que praticamente todos habitantes de Campinas, bem como os diversos meios de comunicação, se referem ao Jardim Itatinga. Como espaço “destino” e apropriado da prostituição em Campinas, seu nome ganha ainda mais força. Entendo essa classificação como o “nome próprio” do lugar da prostituição na cidade e, por isso, uso a letra maiúscula no início da palavra. Pelo mesmo motivo, quando me refiro à área central utilizo Centro, com “c” maiúsculo. Segundo Soraya Simões - se referindo à Vila Mimosa (área de prostituição do Rio de Janeiro- RJ) - a categoria Zona, “não deixa dúvidas”, ao contrário de outras partes da cidade que também abrigam atividades prostitucionais, “é um lugar onde todas as outras atividades ali desempenhadas cooperam com a principal: a prostituição” (SIMÕES, 2010a, p. 97).

² Apesar de dizer essa frase recorrentemente em diversas situações, esta foi transcrita de uma fala de Natasha no evento “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”, realizada pela Associação Mulheres Guerreiras e pela Coletiva da Vadias (Campinas, 29/06/2012).

O interesse pelo objeto de estudo dessa tese surgiu devido à uma peculiaridade dessa Zona: ela foi criada estrategicamente no final dos anos 1960 pelo poder público, com o objetivo de concentrar numa área periférica todas as atividades ligadas à prostituição na cidade, garantindo seu zoneamento fora do espaço urbano consolidado. Assim, sua criação foi diferente de grande parte das áreas de prostituição no Brasil que, por diversas razões, concentram “naturalmente³” a atividade: o confinamento da prostituição no Jardim Itatinga foi planejado pela administração da cidade e respaldado pela opinião pública.

Vale destacar ainda que se, num primeiro momento, o Jardim Itatinga foi concebido para concentrar em um só lugar toda a prostituição de Campinas, hoje a manutenção desse espaço se faz cotidianamente também pela dinâmica da cidade, bem como por seus atores locais. Desse modo, a pesquisa também analisa os debates acerca da prostituição como um problema, ressaltando os enquadramentos que possibilitaram justificar a criação de uma Zona confinada como o Jardim Itatinga para, em seguida, acompanharmos o modo como essa se mantém e vem sendo estruturada nos dias de hoje, transformado no “lugar apropriado” para as atividades prostitucionais, após ter surgido por obra do planejamento municipal na morfologia urbana e no imaginário da cidade.

Outro ponto importante de análise é que, em resposta a esse projeto segregatório, se engendram na cidade de Campinas ações de resistência, sobretudo na área central da cidade, na qual uma série de prostitutas resistem e permanecem, criando para isso diversas táticas de resistência às tentativas de remoção. Entre estas ações, se destaca a criação da Associação Mulheres Guerreiras, a primeira associação de “profissionais do sexo” da cidade, destinada a proteger os direitos dessas então trabalhadoras, assim autotituladas após sua organização por meio da entidade.

Deste modo, serão mapeadas e problematizadas a segregação, a expulsão e/ou o confinamento das prostitutas e demais agentes da prostituição no espaço urbano a partir de um campo empírico circunscrito na cidade de Campinas. A partir dos polos - Jardim Itatinga e Centro (ver figura 1, página 13) – será analisada a maneira como a prostituição se organiza em Campinas engendrando situações de oposição entre Zona e Cidade, Periferia e Centro, espaços “desviantes” e espaços “normais” (BECKER, 2008 [1963] e GOFFMAN, 1980 [1963]), perigo e pureza (DOUGLAS, 1967), entre outras dicotomias. O texto abordará o confinamento das prostitutas no Jardim Itatinga como um caso à reflexão sobre a segregação urbana, bem como, suas contra reações de

3 De acordo com a Escola de Chicago, o termo “área natural” é usado quando certas áreas da cidade encontram sua vocação “natural” a partir das negociações de espaço que se travam pelas relações sociais estabelecidas no meio urbano. Ou seja, são criadas áreas “naturalmente” e não por intermédio de uma ação estruturada via administração pública e do planejamento urbano oficial (PARK, 1984; SIMÕES, 2010b, p. 31).

resistência.

De onde venho

Minha trajetória acadêmica tem por tema a discussão dessa cidade “outra”, a cidade dita “marginal”, bem como os mecanismos que contribuem para sua organização, distribuição e segregação no território. Durante a graduação, fiz parte da formação do *Grupo Risco*, um coletivo de arquitetos e urbanistas que acompanhava diversos movimentos de luta pela Reforma Urbana e Agrária atuantes na região de São Paulo e Campinas. Por meio das atividades do grupo, participei de ações de ocupação de prédios abandonados, manifestações e despejos, dando apoio de maneira a produzir conteúdos (textos e audiovisuais) que pautassem a questão dos problemas da moradia, dos vazios abandonados no centro da cidade e da Reforma Urbana. Junto aos movimentos sociais pude aprender formas de organização do espaço, de relação com a cidade e de luta pelo direito a cidade, que transformaram minha maneira de ver a atuação do arquiteto e do planejador urbano. Foi este trabalho, na prática, que me deu subsídios para realização tanto de monografia do meu trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo⁴, quanto de minha dissertação de mestrado em Planejamento Urbano. Na dissertação, estudei a relação entre as ações de revalorização econômica do centro de São Paulo (mais especificamente o projeto “Nova Luz”) e os despejos/remoções, bem como as resistências, de ocupações de prédios abandonados da área⁵.

No caso do doutorado, meu primeiro contato com o tema da segregação da prostituição aconteceu em 2006, quando iniciei um trabalho de educação popular, parte de um projeto de extensão universitária da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP-Unicamp), que tinha o objetivo de auxiliar na formação da primeira associação de “profissionais do sexo” de Campinas, que se tornou a atual Associação Mulheres Guerreiras. De toda experiência que obtive trabalhando na ITCP-Unicamp (2005/2009) esse foi o trabalho que mais me causou impacto, emocional e psicologicamente.

A atividade mais significativa da qual participei junto à Associação Mulheres Guerreiras foi uma passeata contra uma tentativa de remoção das prostitutas no centro da cidade, em função de um projeto de revalorização da área, em 2006⁶. Esse acontecimento foi a conexão que faltava entre o

4 HELENE, Diana. **Todo espaço mal utilizado será ocupado**. Monografia de trabalho final de graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, 2005.

5 HELENE, Diana. **A guerra dos Lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro São Paulo**. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação da FAU-USP, 2009.

6 Esse evento será detalhado no Capítulo 1.

que eu vivia com as prostitutas do centro de Campinas e o que eu havia vivido junto com os movimentos de moradia do centro de São Paulo. A segregação urbana, engendrada pelos projetos do planejamento urbano oficial, se estabelecia também, e sobretudo, com as mulheres prostitutas, demonstrando que havia um elo entre os fatores que levavam estes ou aqueles grupos serem considerados inapropriados em certos espaços da cidade.

Assim, me motivei a realizar, ainda durante o mestrado, um ensaio para a disciplina “Antropologia nas Cidades”⁷ que uniu a experiência adquirida com as prostitutas à pesquisa da minha dissertação, costurando os pontos comuns entre segregação e prostituição. Esse ensaio se desmembrou ainda em dois artigos, que mais tarde se tornaram o projeto de pesquisa com o qual ingressei na pós-graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) em 2010, para realizar a presente tese de doutorado⁸.

Ingressei no doutorado sob a orientação da Prof.^a Dra. Ana Clara Torres Ribeiro, falecida em 2011. Com ela trabalhei na reestruturação do meu projeto de pesquisa, da qual destaco suas indicações para que eu concentrasse o estudo em Campinas, pois, a princípio eu pretendia estudar também a Vila Mimososa, que se tornou, a partir de então, um estudo de caso. Segundo ela, a análise atenciosa das características específicas de formação urbana de Campinas contribuiria para o entendimento acerca da criação do Jardim Itatinga. Agradeço mais uma vez a ela essa contribuição especial. Depois da sua partida, passei à orientação da Prof.^a Dra. Soraya Silveira Simões, que carinhosamente me recebeu. Com ela, passei a estudar uma bibliografia voltada para o debate teórico, epistemológico e metodológico da pesquisa qualitativa, especialmente de ênfase etnográfico, a qual procurei me dedicar e aprofundar. Por meio dessas leituras e outras indicações metodológicas, minha nova orientadora me ajudou especialmente na pesquisa de campo, bem

7 Disciplina de Pós Graduação em Antropologia– IFCH Unicamp, cursada em 2007 - *Antropologia nas cidades*. Professora responsável: Prof.^a Dr.^a Suely Kofes.

8 HELENE, Diana. **Corpo e Cidade: uma pequena etnografia da Prostituição em Campinas**. Os Urbanitas (São Paulo). , v.5, p.5 - , 2008. e **Prostituição e segregação espacial: A relação entre a criação do bairro Jardim Itatinga e a prostituição no centro da cidade de Campinas**. In: Estado e Lutas Sociais: Intervenções e Disputas no Território. Curitiba : Kairós, 2010, p. 215-231. Essas produções foram o embrião do texto da tese, somado, mais tarde, pelos seguintes artigos que produzi durante o doutorado conforme a pesquisa foi se aprofundando: HELENE, Diana. **A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição**. 28^a Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012a; e **A cidade das meninas: o Jardim Itatinga e o confinamento urbano da prostituição**. Semana de Planejamento Urbano e Regional “Do território privatizado ao espaço público: os desafios contemporâneos ao planejamento, ao desenvolvimento e à gestão pública”, Rio de Janeiro , 2012b; HELENE, Diana. “A invenção do Jardim Itatinga: a segregação urbana da prostituição”. In: SIMÕES, Soraya; SILVA, Hélio; MORAES, Aparecida. (Org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF, 2014a (p. 29-56); HELENE, Diana; ANDREOTTI, Maria B.; MARINO, Filipe. “A SEGREGAÇÃO ESPACIAL PLANEJADA: Uma análise da urbanização da cidade de Campinas-SP. **XIX Semana de Planejamento Urbano e Regional** - Planejamento, Desigualdade e Justiça Espacial: desafios para as cidades e regiões, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

como, na pesquisa documental dos arquivos.

Com o que foi relatado até aqui, pretendo destacar que minha tese reflete uma interdisciplinaridade fruto da minha trajetória como pesquisadora, professora e militante. Longe de obter, por esse motivo, uma análise multifacetada, acredito que essa multiplicidade de disciplinas que me influenciam (urbanismo, planejamento urbano, educação popular e antropologia urbana) garante um entendimento integrado da realidade das cidades, fundamental para análise da complexidade urbana.

Indicações Metodológicas

Quando minha pesquisa de doutorado se iniciou eu já havia saído de Campinas (onde morei por dez anos) e residia no Rio de Janeiro. Dessa forma, realizei diversas idas a campo pontuais para pesquisa (seguindo eventos e atividades de destaque), alternando períodos de longa e curta duração durante os quatro anos de doutoramento. Destaco dois períodos de estudo de campo mais intensos e longos: em 2012, residi na cidade por três meses (outubro/dezembro de 2012), e em 2014 permaneci em Campinas por mais um mês, no intuito de finalizar o projeto de audiovisual, iniciado em 2012, que conta a história da Associação Mulheres Guerreiras.

Vale destacar que, por acompanhar diversas atividades e eventos da Associação, utilizo como matéria-prima diversas as “situações sociais” (GLUCKMAN, 1986). Segundo Gluckman, a partir delas e de suas inter-relações no sistema social é possível delinear “o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade” (*Ibidem*, p. 238). Assim, pude observar nesses eventos, os conflitos, representações e alianças, a maneira como se relacionam prostitutas, instituições (dentre elas a própria universidade) e a cidade.

A princípio, minha chegada no campo foi trabalhosa. As prostitutas da Associação não entenderam inicialmente o meu “retorno”, qual era a minha proposta de pesquisa e atuação junto delas e da Associação. Ficou aparente que para elas eu havia mudado de “status”. Eu não era mais a “Didi” e sim uma “pesquisadora”, como outros, que elas mesmas denunciaram como “proveitadores”, que vêm ao Itatinga “sugar informações” e não retornam para mostrar o resultado das pesquisas. Isso gerou um ruído, ficando claro para mim que a visão que elas tinham da universidade era extremamente negativa. Assim, resolvi apresentar minha pesquisa para a Associação, de forma oral e também escrita, deixando um resumo do meu projeto com elas.

Depois disso, nossa relação melhorou, me pareceu que elas sentiram uma maior transparência no processo.

A postura de minhas interlocutoras também me fez pensar muito sobre a forma de fazer pesquisa. Dessa forma, além de apresentar o trabalho, procurei revertê-lo, de alguma forma, em algo de que elas pudessem se beneficiar. Além de produzir o vídeo da Associação, um material importante que ficou para entidade, auxiliiei na escrita de um projeto de financiamento do *Red Umbrella Fund* que foi aprovado no final de 2014 e vai ajudar a entidade a se manter por mais dois anos, auxiliando economicamente suas integrantes⁹. Penso que essa é uma maneira de atuação relevante na relação entre o pesquisador e as pessoas e grupos pesquisados.

Durante o trabalho de campo em Campinas, realizei também a pesquisa nos arquivos históricos da cidade, sendo foi possível localizar uma série de materiais - jornais, periódicos e outras publicações sobre o Jardim Itatinga, documentos de registro da criação do bairro, do loteamento, entre outros documentos - de modo a entender como aconteceu e reverberou a criação do bairro em 1967, por meio da construção da prostituição enquanto um “problema público”, bem como, seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos anos. A pesquisa em arquivo também se mostrou penosa. A “invisibilidade” da mídia em relação à existência desse bairro pode ser vista na existência escassa de reportagens, textos, imagens e outros dados sobre o Jardim Itatinga, em número menor ainda quando não relacionado a algum crime, tráfico de drogas ou outras associações depreciativas.

Primeiramente fui ao Centro de Memória da Unicamp (CMU), principal arquivo de memória de Campinas, que possui uma pasta exclusiva sobre o bairro em seu arquivo hemerográfico. No entanto, as reportagens ali presentes eram apenas de 2001 a 2014, ou seja, bem depois da criação do bairro. Passei a pesquisar os jornais de Campinas sobre a época de criação do Jardim Itatinga (entre 1965 – 1975) arquivados no arquivo geral do CMU e também no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - Unicamp). Depois de várias semanas de pesquisa não encontrei uma nota sequer sobre a criação do bairro em 1967. Mais do que isso, a única referência ao Jardim Itatinga

⁹ O projeto foi escrito pelas prostitutas da Associação com a ajuda de Aline Tavares e Dennis van Wanrooij (profissional do sexo parceiro, com o qual tivemos contato nos encontros da Rede Brasileira de Prostitutas – RBP, que nos avisou da existência do edital do *Red Umbrella Fund* aberto para inscrição e foi o principal interlocutor para a efetivação desse projeto). O *Red Umbrella Fund* é um fundo internacional que financia exclusivamente organizações de profissionais do sexo, formado por vários outros fundos (OSF, AJWS, *Comic Relief*, *Ford Foundation*, etc.) que se uniram para montá-lo. Neste edital de 2014, a associação foi aprovada pela primeira vez entre dezessete entidades contempladas no mundo todo. Um comitê composto por oito profissionais do sexo de diferentes continentes do mundo escolheu a Associação Mulheres Guerreiras para receber o fundo. Por meio do financiamento a entidade irá realizar oficinas de formação em informática (para as prostitutas expandirem seu serviços via internet) e de capacitação em direitos humanos, mapear a prostituição em Campinas, realizar o *Putadei Campinas 2015*, seminários, campanhas de conscientização, entre outras atividades constitutivas do plano de trabalho. O projeto irá durar de 15 de dezembro 2014 a 31 de dezembro 2016 (2 anos).

encontrada nos jornais do período foi uma pequena menção ao bairro numa sessão de pouca importância ("Coisas que eu não entendo...". Diário do Povo - Campinas, 16 de julho de 1974). Desanimada com o resultado da pesquisa, pensei, em princípio, em adicionar essa característica de "invisibilidade" do Jardim Itatinga à análise de como se constroem os discursos sobre a Zona.

No entanto, em função da busca por uma imagem da passeata das prostitutas para compor o vídeo da Associação que eu ajudava a realizar, descobri o arquivo da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) - uma empresa midiática privada que possui a mais extensa rede jornalística em Campinas, abrangendo dos jornais mais populares aos jornais de classe mais alta - que possui arquivados todos jornais publicados desde meados de 1910, sem seleção e de forma integral, em rolos de microfilme. Passei então, a visitar diariamente este arquivo, pesquisando os jornais diários do "Correio Popular", principal jornal da cidade, que haviam sido publicados no período de criação do Jardim Itatinga. O material reunido agregou uma quantidade considerável de reportagens, a partir das quais pude realizar uma compreensão de como se constituíram os argumentos para justificar a criação da Zona de prostituição em Campinas, como será detalhado no Capítulo 2¹⁰.

Também realizei uma pesquisa arquivística na Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), sobretudo na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, levantando uma série de dados sobre o Jardim Itatinga: data de aprovação do loteamento na PMC, primeiros lotes ocupados, fichas de propriedade, dados de aprovação do "Habite-se", fotos áreas de vários períodos, zoneamento e dados estatísticos. Com essas informações pude adicionar mais informações para a compreensão da história da criação da Zona, com o objetivo também de confrontar os dados que eu ia obtendo no trabalho de campo e na bibliografia específica ao tema. Estes dados me auxiliaram na realização de uma série de mapas, que têm o objetivo, como veremos ao longo do trabalho, de auxiliar na compreensão da formação do Jardim Itatinga, principalmente em sua relação com o resto da cidade de Campinas.

Por fim, utilizei os croquis e desenhos de situações, plantas baixas de casas e outros elementos anotados no meu caderno de campo para compor o trabalho. Vale ressaltar que, em função das dificuldades de se obter imagens das atividades do Jardim Itatinga, o uso de desenhos auxilia na descrição do espaço sem criar uma situação de conflito pela captura, por exemplo, de fotografias

10 Arquivos pesquisados: Arquivo Edgard Leuenrot - AEL (Jornais: Correio Popular 1968-1970; Gazeta de Campinas 1969; Diário do Povo 1962 e 1965) e Centro de Memória da Unicamp - CMU (Correio Popular 1967 - 1969; Diário do Povo 1963 - 1990; Estado de São Paulo 1972); e RAC - Arquivo Histórico - Rede Anhanguera de Comunicação - Campinas (Correio Popular 1966 - 1967). Além dos arquivos oficiais, foi utilizado também o arquivo da Associação Mulheres Guerreiras, do qual foram selecionados jornais sobre a criação da associação, bem como reportagens sobre operações do poder público contra a prostituição no centro da cidade.

de prostitutas que não querem que outras pessoas “fora da Zona” saibam de seu trabalho. Nesse sentido, todos os desenhos são imagens realizadas de memória, e não os chamados “desenhos de observação” realizados *in loco*. Eu os realizava quando chegava em casa, junto a outras anotações que observara no trabalho de campo. Penso que o uso de desenhos, da mesma forma abordada por Karina Kuschnir, é parte do processo de observação do campo e deve ser tratado como “material de análise e de apresentação de resultados” (KUSCHNIR, 2014, p. 26). Segundo também afirma Marco Mello [et al.]: “Fotos e desenhos facilitam a leitura, captam e traduzem com grande impacto as expressões sensíveis do urbano. Valem por mil palavras. Têm de ser vistos, no entanto, como esforços assemelhados de interpretação; revelam a reação de um observador especial em suas tentativas de envolvimento e interação com meios e acontecimentos frente aos quais é um 'estranho'” (MELLO *et al.*, 1985, p. 16).

Além dos arquivos, estudei a bibliografia específica sobre a formação da cidade de Campinas de modo a relacioná-la com a formação do bairro. Vale ressaltar que as pesquisas sobre o Jardim Itatinga são ainda muito escassas. Acerca da distribuição da prostituição na cidade destaco o livro “Pernas cruzadas, meias rendadas: desvendando histórias de Campinas (1930-1970),” de Maria Melo Negrão, que estuda a prostituição em Campinas antes da criação da Zona (NEGRÃO, 2013); e a dissertação de mestrado “Mal necessário: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas” de Regina Mazzariol, que estudou especificamente a criação do bairro num período muito próximo de sua criação. A pesquisadora conseguiu acessar arquivos da polícia para comprovar que a criação do bairro foi um plano estruturado pelo poder público da cidade (MAZZARIOL, 1977). Assim, conjugo essas publicações, a pesquisa arquivística que realizei e os relatos das prostitutas que trabalharam no Jardim Itatinga nos 1980/1990, para obter uma boa cronologia da criação da Zona de Campinas. Vale dizer que existem ainda três pesquisas realizadas no Jardim Itatinga, que utilizo de forma mais pontual, a saber: Jeolás, 2009; Santos, 2008; e Bahia *et al.*, 2009 (duas dissertações de mestrado e uma monografia de graduação). Além das publicações da minha colega de trabalho Aline Tavares (TAVARES, 2014a e 2014b).

Relato e avaliação do contexto no qual estive inserida durante os estudos no exterior

Meu estágio doutoral pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE/CAPES)¹¹, orientado por Prof. Dr. Daniel Cefai da EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales (PARIS)¹², iniciou-se durante o mês de março de 2013. Por ter chegado na França no meio do período escolar (que começa em setembro nesse país), tive dificuldades de acompanhar as disciplinas (*seminaires*) em sua plenitude. Assim, concentrei a pesquisa nos arquivos/bibliotecas e no trabalho de campo do movimento de prostitutas francesas em Paris.

Duas disciplinas foram cursadas de maneira mais dedicada. O *seminaire* “Pratiques d’enquête et sens de la réalité sociale - Approches sociologique, anthropologique et historique”, na EHESS, ministrado pelo meu orientador Prof. Dr. Daniel Cefai; e o *seminaire* “Le genre, questions et enjeux pour la géographie”, da Prof.^a Dra. Marianne Blidon, do Institute de Géographie Université – Panthéon-Sorbonne. Também busquei aulas (*seances*) específicas de disciplinas que poderiam ser úteis para meu trabalho, em diferentes universidades de Paris. No final do período de estágio tive ainda a oportunidade de assistir algumas aulas do Prof. Dr. Howard Becker, referência bibliográfica muito importante desta tese, que lecionava a disciplina “Relire la sociologie de Chicago - ville, race, profession”, na EHESS, junto ao meu orientador na França. Minha participação nesses diversos *seminaires* foi muito importante para reconstruir a bibliografia com vistas à finalização da tese no Brasil, bem como por me fornecer experiência de estudo nas diferentes faculdades francesas.

Particpei de dois congressos nos quais apresentei minha pesquisa. Em Lisboa, Portugal, apresentei “An urbanity of prostitution: sexuality, migration and identity” no Congresso “Towards Cosmopolitan Geographies of Migrations and Sexualities”. Em Paris, apresentei “The invention of Jardim Itatinga - and the urban segregation of prostitution” no congresso “VII International PhD Seminar Urbanism & Urbanization”¹³. Também fui convidada para apresentar

11 Estágio doutoral pelo PDSE/CAPES, de março 2013 à outubro 2013, orientado por Prof. Dr. Daniel Cefai - Directeur d'études à l'EHESS (PARIS), Processo: PIBEX 18932/12-6.

12 O Prof. Dr. Cefai é Directeur d'études na EHESS, após ter lecionado na Université de Paris X-Nanterre, ao lado do Prof. Isaac Joseph, ambos tradutores para o francês da Escola de Chicago e de outros autores com os quais trabalho nessa tese. Há cinco anos, o Prof. Cefai integra o Centre d'Étude des mouvements Sociaux (CEMS-IMM-EHESS). Também coordenou convenções CAPES-COFECUB com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, prefaciou o livro “Histoire et Ethnographie d'une cite de Rio: La Cruzada São Sebastião do Leblon” (PARIS: Karthala, 2010) da Prof.^a Dr.^a Soraya Silveira Simões, organizou livros de pesquisadores brasileiros e participou de bancas de doutorado em vários programas de pós-graduação das universidades federais brasileiras.

13 HELENE. "The invention of Jardim Itatinga and the urban segregation of prostitution" In: ROUILLARD, Dominique; WLASZYN, Joanna; STANISHEV, Georgi. Urbanism after Urbanism. LIAT /ENSA Paris Malaquais, 2013 (p. 541-544); e HELENE. “An urbanity of prostitution: sexuality, migration and identity”. In: II European Geographies of Sexualities Conference, 2013, Lisboa. II European Geographies of Sexualities Conference, 2013. p.

minha tese, “L’invention du Jardim Itatinga et la ségrégation urbaine de la prostitution”, em uma *Journée d’études* chamada “Unconference – La géographie féministe, enjeux et perspectives”, no “Institute de Geographie Université - Panthéon-Sorbonne”, organizada pela Prof^a. Dra. Marianne Blidon. Esses momentos foram de fundamental importância para que pudesse repensar minha tese, a partir das considerações e sugestões feitas durante a apresentação das minhas hipóteses e análises.

Entre as diversas bibliotecas e arquivos estudados, destaco a *Bibliothèque Nationale de la France* (BNF). Nas bibliotecas, procurei me centrar em uma bibliografia difícil de encontrar no Brasil. Estudei documentos e arquivos históricos sobre o tema da prostituição em Paris de modo a entender a influência dos planos urbanos franceses nos debates brasileiros acerca da organização, segregação e/ou confinamento da prostituição. Sobretudo com relação ao período do “confinamento de outrora”, dos “bordéis higienizados” e das “*maisons closes*”, exemplos que aparentam ter profunda relação com a criação das áreas confinadas de prostituição brasileiras. Uma das principais referências nesse sentido é a publicação sobre prostituição, moral e higiene em Paris, de 1836, escrita pelo médico higienista francês Parent-DuChâtelet, durante um período de grandes transformações urbanas para construção do ideal burguês de cidade pós Revolução Francesa. Realizei um estudo de arquivo minucioso dessa obra, que se constitui de dois tomos totalizando cerca de mil e duzentas páginas. O trabalho se deu por uma análise de seus originais em microfilme na BNF, comparando suas distintas versões, que se modificaram consideravelmente após sua morte. Realizei um fichamento de cerca de oitenta páginas sobre essa publicação e suas versões. O material é de importante relevância para entender como foram incorporados e usados esses pensamentos nos debates públicos sobre a organização da prostituição na reconstrução da cidade de Paris que ocorreu nesse período, e que se tornou um modelo de transformação urbana no mundo todo, inclusive no Brasil. No Capítulo 4 esse estudo será detalhado em profundidade.

Alguns museus visitados foram úteis para a compreensão das características específicas da urbanização da cidade de Paris, bem como para adquirir informações e imagens sobre a prostituição na cidade. Destaco o “Musée Carnavalet - Histoire de la ville de Paris” e o “Pavillon de l’Arsenal” (Museu do Planejamento Urbano de Paris). Nesse último tive ainda a oportunidade de participar da exposição «Paris la nuit – Chroniques Nocturnes», obtendo muitas informações relacionadas à vida boêmia e à prostituição em Paris ao longo de sua história. Por fim, destaco o “Musée de l’érotisme de Paris”, em Pigalle, com um piso inteiramente dedicado a história da

prostituição na cidade, sobretudo a respeito das “Maison Closes”, no qual tive acesso a diversos documentos como fotos, cartazes dos bordéis, controles da polícia, controles sanitário, etc.

Conforme previsto no projeto, acompanhei algumas das atividades realizadas pelo movimento de prostitutas francesas. Participei de três manifestações das prostitutas na cidade e de outras atividades realizadas por elas. Também realizei entrevistas com integrantes de duas associações diferentes de Paris¹⁴. Além disso, acompanhei e li diversos blogs, publicações e livros produzidos por prostitutas francesas que conheci por meio do trabalho de campo¹⁵. Em princípio não tinha planejado estudar materiais desse tipo, por não imaginar sua existência, dadas as dificuldades de acesso à tecnologia que visualizo nos movimentos que estudo no Brasil. Com a constatação de sua existência, a internet virou um novo espaço para realizar meu trabalho de campo, além dos materiais produzidos em publicações e livros pelas próprias prostitutas. Em função dessas leituras aprendi mais sobre o movimento pioneiro das trabalhadoras sexuais na França, que teve início em 1975. Além disso, utilizo seus pensamentos como argumentos descritivos e teóricos ao longo dessa tese.

Por fim, busquei entender como a prostituição se organiza apesar e/ou em função da repressão, em diferentes *arrondissements* de Paris. Nesse sentido, mapeei minimamente como se distribui espacialmente a prostituição em Paris, o papel das leis e do planejamento urbano na França, bem como, o das organizações de prostitutas nesse contexto. Escrevi um artigo sobre essa experiência (HELENE, 2014b) e um relatório de pesquisa.

14 Manifestação - "Pénalisation du racolage public : 10 ans de trop !" - Paris (16/04/2013); Manifestação - "Journée internationale pour les droits des travailleurSEs du sexe" – Paris, (02/06/2013); Projeção do filme "Prostitution" de Jean François Davy, 1976 - evento da STRASS para comemorar o encerramento do “Rencontre nationale entre travailleuses du sexe” (02/06/2013); Entrevista Morgane Meutrel (Strass) – 10/10/13; Manifestação - “Contre la pénalisation des clients de la prostitution !” – Paris, (26/10/2013); Entrevista Thierry Schaffauser (Strass) – 26/10/2013; Entrevista Elisabeth (Collectif XVIe arrondissement)– 26/10/2013.

15 Réal, 2007 e 2011 (1977); Merteuil, 2012; Despentes, 2006. Blogs: <<http://languesdeputes.wordpress.com>>; <<http://recherchetraitsexuel.wordpress.com>>; <<http://www.cybersolidaires.org/prostitution/docs/paroledepute.html>>; <<http://feminismeetputerie.tumblr.com/>>.

Para onde foi a tese

Apesar de já acumular desde 2006 uma série de histórias e situações vividas com a Associação que embasaram essa tese, meu trabalho de campo começou efetivamente em 2011, em conjunto com mais uma pesquisadora, Aline Tavares¹⁶. Esta pesquisadora também investigava, naquele momento, o Jardim Itatinga para seu trabalho de mestrado, e da mesma maneira que eu, havia feito parte da equipe da ITCP-Unicamp que auxiliou na formação da Associação Mulheres Guerreiras. Assim, começamos a participar do máximo de atividades possíveis junto à entidade e nos propusemos a ajudar suas integrantes naquilo que precisassem.

A Associação estava num momento difícil e fragilizado. Desde que não obteve mais financiamento para sua manutenção (na forma de projetos que pagavam umas das integrantes para trabalhar representando politicamente a entidade, por exemplo), tem enfrentado diversas dificuldades. A articulação com as outras prostitutas fora da coordenação também estava muito debilitada. Três pessoas estavam à frente da instituição durante o período de minha pesquisa (2011-2014): Lucila, Natasha e Regina. Essas prostitutas são, portanto, as principais fontes de informações do meu estudo em Campinas, tanto acerca do Jardim Itatinga como da área central¹⁷.

Lucila é uma das principais interlocutoras dessa tese. A maioria dos relatos que aqui transcrevo e analiso aconteceram junto dela. É uma das fundadoras da Associação Mulheres Guerreiras, trabalhou como prostituta no Jardim Itatinga e no Centro. Hoje se diz aposentada e dedica todo seu tempo para a entidade. Sua função principal é fazer o plantão diário na sede da Associação, no centro de Campinas, em uma sala cedida pela Central Única dos Trabalhadores de Campinas (CUT-Campinas). Para isso, conta com ajuda das outras duas integrantes da Associação, para custeio do transporte.

Natasha, apesar de ter se integrado à entidade depois de sua fundação em 2007, é atualmente sua principal porta-voz. Participa de diversos eventos e a cada dia cresce seu discurso apaixonado de enaltecimento do trabalho como prostituta. Uma dessas suas falas foi escolhida, por esses motivos, como título desta tese, como já explicado anteriormente. Vale destacar que Natasha mantém, desde 2014, uma espécie de filial da Associação no Jardim Itatinga, no próprio local que

16 Aline Godois de Castro Tavares defendeu seu mestrado em 2014, intitulado “A Organização da Zona: notas etnográficas sobre as relações de poder na zona de prostituição de Campinas – Jardim Itatinga” pela Antropologia da Unicamp (TAVARES, 2014a). Destaco ainda, que nossos trabalhos tem muitas semelhanças, devido nossa trajetória comum junto às prostitutas de Campinas, mas também por realizamos ambas pesquisas, a minha e a dela, de maneira muito próxima, e, sobretudo, por nossa amizade.

17 Troquei os nomes das prostitutas de Campinas que aparecem ao longo da tese de modo a proteger suas identidades (e as histórias pessoais que relato) das represálias que ainda podem sofrer ao assumir seu trabalho, mesmo depois de toda luta que realizam.

faz seus “programas”¹⁸.

Regina é outra prostituta que foi fundadora da Associação Mulheres Guerreiras. Na época da fundação ela ganhava uma bolsa pelo Centro de Referência em DST/Aids para trabalhar como agente multiplicadora, e tinha por objetivo se dedicar à organização das mulheres prostitutas. Isso permitia que ela fosse a principal militante da Associação e, por essa razão, ela é conhecida por diversas entidades em Campinas. Atualmente, no entanto, está trabalhando em uma casa de prostituição e não pode se dedicar às atividades realizadas pelas Mulheres Guerreiras como antes, apesar de fazer um grande esforço para estar presente.

Além dos problemas de participação, a Associação estava enfrentando entraves jurídicos para sua regularização. Elas esperavam que nós as ajudássemos na resolução de algumas pendências burocráticas. Assim, eu e Aline nos debruçamos sobre o arquivo da Associação buscando documentos. Fazíamos isso na sede da Associação Mulheres Guerreiras, no Centro, e a Lucila nos assessorava neste trabalho. Lá estavam armazenados diversos materiais da entidade: cartazes, faixas, fotos antigas, certificados de participação eventos, convites das primeiras reuniões, entre outros materiais diversos, enfim, era um mundo desordenado de lembranças. Ficávamos muito nostálgicas - eu, Aline e Lucila - ao mexer nesse arquivo. Lembrávamo-nos dos momentos que passamos juntas, dos eventos que organizamos, das reuniões, das dificuldades e alegrias. Um dia, a Lucila teve de sair mais cedo porque ia estudar para a prova do supletivo que estava fazendo e deixou a chave da sala para continuarmos o trabalho no arquivo e, antes de sair da sala, disse “É... nós batalhamos muito não é? São dezesseis anos de luta...”. Fiz as contas e na minha cabeça contavam seis anos desde os primeiros encontros para a criação da Associação (Caderno de Campo, 17/10/2012).

No dia seguinte questioneei-a sobre esse período de luta, que era muito mais extenso do que aquele conhecido por mim, e, claramente ofendida com a minha indagação, afirmou que a luta delas tinha começado muito antes, que no começo eram só as prostitutas se unindo para se defender, e que somente depois foram chegando os apoiadores, o Centro de Referência em Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids de Campinas (CR-DST/Aids Campinas), a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), a ITCP-Unicamp... e desatou a contar como elas começaram se

18 “Programa” é a maneira que tanto prostitutas quanto clientes denominam a principal atividade da prostituição, a troca de sexo (ou apenas carinho, atenção e/ou conversa) por dinheiro (ou outro bem material). A realização do “programa”, em geral, se associa à entrar/acessar um local específico para realizá-lo. Isto é, em grande parte das diferentes modalidades de prostituição, a abordagem, paquera e negociação são realizadas em um espaço diverso do local onde se realiza o “programa”. O termo é utilizado também fora do mundo da prostituição e pode compor palavras de modo a designar uma prostituta, como por exemplo: “garota de programa” ou mulher que faz “programa”.

reunindo em um galpão no centro da cidade, há cerca de dezesseis anos. Fiquei surpresa como, mesmo trabalhando com elas há tanto tempo, havia tanta coisa que eu não sabia que havia acontecido. Sugeri que talvez fosse interessante se tentássemos escrever essa história, de modo a registrar essa memória.

Poucos dias depois, eu e a Aline iríamos ao Jardim Itatinga, levar alguns documentos da Associação para Regina. Nessa visita, aproveitamos para contar a ela a ideia de escrever a história da Associação. Debatendo juntas, decidimos que o ideal seria realizar um material audiovisual. Eu já tinha experiência na elaboração de vídeos e também possuía uma câmera de qualidade razoável que poderíamos usar para as entrevistas. A proposta era fazer o vídeo em conjunto com elas, talvez com algumas oficinas. Regina logo declarou que não poderia fazer muita coisa, pois estava sem tempo. Apenas sugeri as pessoas que deveriam ser entrevistadas. No outro dia contamos para a Lucila nossa ideia. Ela não pareceu muito disposta a fazer o vídeo no começo, mas depois virou a principal realizadora do projeto. Fizemos o vídeo nós três, Lucila, eu e Aline. As outras integrantes da Associação, Regina e Natasha, também participaram ativamente da realização dando não apenas as suas próprias entrevistas, mas também sugerindo inserções e cortes nas versões iniciais do audiovisual, e estabelecendo as pessoas que seriam entrevistadas.

Cursando o segundo ano do doutorado, em 2012, meu objetivo era estudar apenas o Jardim Itatinga. Porém, ao longo do trabalho de campo, a relação intrínseca entre as prostitutas do Centro e o Jardim Itatinga se tornou cada vez mais marcante e importante. A princípio, imaginei que a realização do vídeo da Associação Mulheres Guerreiras não me traria muitas informações para a pesquisa sobre a formação do Jardim Itatinga, pois a história da entidade, sua fundação e desenvolvimento foi engendrada pelas prostitutas que trabalham no centro da cidade, e não no Jardim Itatinga. A Associação Mulheres Guerreiras, apesar de ser a “associação de profissionais do sexo” de Campinas, e ter o objetivo de representar todas as prostitutas da cidade, foi formada pelas mulheres do Centro como uma maneira de resistir à repressão que sofriam nesse local, como será detalhado no Capítulo 1.

Porém, este trabalho me proporcionou o acesso a histórias riquíssimas, pois as mulheres do Centro, seu trabalho e luta para permanecer trabalhando nessa área têm relações muito profundas com a existência do confinamento do Jardim Itatinga, relações estas que eu não imaginava tão latentes e duradouras. Assim, passei a valorizar a resistência à remoção que as prostitutas do Centro realizam, relacionando-a à manutenção do Jardim Itatinga, fato esse que não havia se colocado com destaque no projeto de doutorado inicial.

Os conhecimentos adquiridos durante a realização do audiovisual contando a história da criação da Associação me levaram, portanto, a rever o recorte espacial e objeto de pesquisa. Percebi que a repressão às mulheres do Centro era baseada na existência e manutenção do Jardim Itatinga, e a resistência delas em permanecer na área central, luta esta que culminou na criação da própria Associação Mulheres Guerreiras, reverberava na Zona de forma indissociável, apesar das diferenças e da distância entre os dois locais de prostituição, entre Centro e Periferia.

A realização do vídeo da Associação

Durante a realização do vídeo, pude acompanhar a maneira como a história da Associação era (re)construída durante o processo. O que as pessoas contavam, que fatos relataram em detrimento de outros, que histórias se ressaltavam. Tudo isso demonstrava como foi sendo construída essa memória, que eu procuro, em minha pesquisa, entender e na qual me baseio. O material que foi sendo escolhido para ser registrado no vídeo indica quais fatos são considerados importantes e, portanto, devem permanecer na história da Associação, pois de alguma forma auxiliam na continuidade da organização da entidade, na defesa da prostituição como um trabalho e na proteção do “estigma de puta”, como veremos adiante.

Segundo Anselm Strauss a narrativa que as pessoas fazem acerca de suas vidas é um “ordenamento simbólico de eventos” que reflete as interpretações que escolhemos dentre uma “multidão inumerável de eventos e desordenada dos atos passados” (STRAUSS, 1999, p. 146 e 148). A “arte do dizer”, a “memória prática” e o relato como “tática” de Michel Certeau (CERTEAU, 2014 [1990], p. 140-154). José Olivar também afirma, ao estudar as prostitutas de Porto Alegre, que a maneira como suas interlocutoras lembram e narram suas vidas - “a memória sobre si mesmas, a cidade, o trabalho e seus afetos” - são formas concretas da vida prática “como símbolo autossignificante”: “importam-me suas trajetórias como lembradas e contadas por elas” de forma a constituir uma “memória metapragmática” (OLIVAR, 2013, p. 40 e 96).

Assim, com a minha câmera, fomos entrevistando um a um dos que fizeram parte da criação da Associação Mulheres Guerreiras. Antigas prostitutas que fundaram a Associação, associadas atuais e diversos parceiros, da saúde, da pastoral e de outros grupos militantes da cidade. O processo de produção se estendeu de 2012 a 2014. Em 2013, período no qual realizei meu estágio doutoral sanduíche na França (PDSE/CAPES), deixei a minha câmera com Aline e Lucila, para darem continuidade à realização das entrevistas.

Com o meu retorno, em 2014, começamos o longo trabalho de edição. No início, Lucila não queria cortar nenhuma fala das entrevistas e foi um processo demorado de muitos acordos para vermos quais falas eram repetidas, quais podiam ser suprimidas, assistindo dia a dia cada trecho novo do audiovisual, que eu ia montando no computador. Por fim, foi criado o título do vídeo: “Mulheres Guerreiras: desbravando estradas da vida”. Esse nome é importante, sobretudo pelo papel que essa identidade vai ter em Campinas, de desbravamento e de ressignificação de fronteiras e conexões entre os mundos de fora e dentro da prostituição, como veremos ao longo da tese. A estradas “da vida” também remetem a mulher “da vida”, ao mesmo tempo que se associa a ideia da abertura de conexões com a “vida”, no sentido mais amplo.

O lançamento do vídeo foi feito na praça pública Rui Barbosa, um dos espaços mais tradicionais de prostituição do centro da cidade, em um evento organizado pela Associação Mulheres Guerreiras em 2014, o *Putadei Campinas*, comemorando o Dia Internacional da Prostituta (2 de junho¹⁹). Outras duas exposições foram realizadas no MIS-Campinas: uma fechada para as prostitutas do Centro, e outra aberta ao público, que contou com grande número de participantes. Na mesma semana, fizemos uma exposição especial no Jardim Itatinga. Nesse dia, quando exibimos o vídeo pela primeira vez na Zona, a Lucila disse: “Agora, já posso morrer”. Era um misto de felicidade e realização que ela expressava com essa exclamação. Mesmo tendo sido exibido em praça pública no Centro antes desse dia, com a presença dela, a exposição no Jardim Itatinga tinha uma outra importância²⁰.

Como nomear uma prostituta

“Construído, o sistema de categorias ilumina o objeto” (Mello *et al.*, 1985, p. 73).

Quando comecei o doutorado, a forma como designava as integrantes da Associação Mulheres Guerreiras se fazia por meio do uso da palavra “menina”. Inclusive havia escolhido essa denominação para compor, inicialmente, o título da tese: “A cidade das meninas”. Isso porque, desde que comecei a trabalhar com a Associação em 2006, essa era a forma como as entidades as denominavam e como elas mesmas se referiam umas às outras. Independentemente da idade ou aparência (vale dizer que a maioria das prostitutas do Centro tem mais de quarenta anos): “essa menina trabalha aqui há quinze anos”, “aquela menina é travesti”, “essas meninas são da casa da Vanda”, “vieram muitas meninas na reunião”, “eu convidei as meninas para o evento”, “nós,

¹⁹ O evento será detalhado no Capítulo 6.

²⁰ Data das exposições: no Jardim Itatinga dia 19/07/14; no MIS-Campinas a exposição fechada para as prostitutas no dia 22/07/14 e a exposição aberta ao público no dia 23/07/14.

meninas da rua”, etc. Em geral, o termo é mais usado para referências coletivas do que de maneira individual. Desta forma, um grupo de prostitutas é geralmente referido como “as meninas”. Iremos observar isso em diversas transcrições das falas de minhas interlocutoras. Vale dizer que a palavra “garota de programa” também é um termo êmico usado casualmente.

Conforme aprofundi meus estudos sobre o tema, e, concomitantemente com o estabelecimento de uma relação mais próxima de Gabriela Leite²¹ e da ONG Davida²² e , fui descobrindo que denominar uma prostituta não era uma coisa tão simples. Fui me habituando à ideia de que esta era uma classificação chave para entender meu campo, pois constituía uma terminologia em disputa, mesmo dentro do movimento organizado das prostitutas brasileiras.

Gabriela Leite relata em sua biografia a primeira vez que se deparou com o termo “menina”:

A abertura do Encontro de Salvador foi num Teatro Castro Alves lotado. O bispo de Juazeiro do Norte, dom José Rodrigues, estava presidindo a mesa que era composta por várias freiras, o [Leonardo] Boff, eu, uma colega de Minas Gerais e mais duas prostitutas. Eu ainda era crua nas nuances da política de movimento social. A colega mineira falou antes mim e se apresentou assim: “boa noite, meu nome é Suely e eu sou uma 'menina' de Uberaba.” Menina? Virei pro Boff e falei: “Por que ela está falando que ela é uma menina?” E o Boff: “A pastoral [PMM] acha muito forte o nome *prostituta* e resolveu criar uma denominação carinhosa, que é *menina*.” Até hoje eles usam essa terminologia. Aí chegou minha vez de falar: “Meu nome é Gabriela, e, ao contrário da minha colega de Uberaba, eu sou uma prostituta e atualmente vivo no Rio de Janeiro”.

Na hora do debate o auditório estava lotado e todo mundo queria saber por que a mineira falava menina e eu falava prostituta. Aí começa minha grande questão com as denominações politicamente corretas, um dos maiores temas do meu trabalho até hoje. Eu respondia à plateia: “eu acho que é porque as pessoas tem vergonha da palavra prostituta.” Aquilo foi um rebu na pastoral (LEITE, 2009, p. 43-43).

Como forma de amenizar os conteúdos estigmatizantes das palavras “puta” e “prostituta”, é usada terminologia “menina”. É interessante ressaltar que essa denominação como categoria êmica é encontrada ainda, em grande parte da bibliografia estudada, independentemente da idade das mulheres pesquisadas ou do local.

21 Gabriela Silva Leite é uma das principais representantes do movimento organizado de prostitutas no Brasil. Além de fundá-lo, ela se torna a própria imagem desse movimento, como será detalhado adiante. Sua presença e suas ideias são fonte vital de pesquisa desta tese, e mais que isso, constituem parte do embasamento teórico utilizado.

22 A ONG DAVIDA foi criada em 1992, quando o Programa Prostituição e Direitos Civis, encabeçado por Gabriela Leite, desvinculou-se do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e se tornou a DAVIDA – Prostituição, Saúde e Direitos Civis. Essa organização não governamental é uma das mais importantes associações de prostitutas do país. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, é responsável pelo jornal “Beijo da Rua” e pela conhecida grife de moda DASPU, criada em 2005 para arrecadar fundos para a entidade e não mais depender de financiamentos governamentais (LEITE, 2009; LEITE ; LENZ, 2013; Simões, 2010b; LENZ, 2008 e 2014).

A pastoral utiliza recorrentemente também o termo mulher “prostituída” e/ou “em situação de prostituição” (ou mesmo o “mulher marginalizada” da sigla PMM), partindo da ideia de que esta foi obrigada a se prostituir por um motivo externo a sua própria vontade: se tivesse opções, a prostituição nunca seria uma delas. Portanto ela não é prostituta, e sim é “prostituída” pela sociedade “machista”, prostituída pelo “sistema”, “prostituída” por não ter nenhuma opção, etc. Vale atentar ao fato de como o conceito que está por trás desta terminologia retira a possibilidade de agência do indivíduo, colocando a mulher prostituta automaticamente como vítima. A ideia de mulher “em situação de prostituição” também é uma classificação utilizada, que remete ao fato de que ela estaria em uma situação transitória ou temporária da qual vai “sair” ou se “salvar”. É a mesma terminologia usada para moradores de rua: pessoas em “situação de rua”. Esses termos também são recorrentes nos grupos feministas abolicionistas. Vale citar ainda, outro termo articulado aos anteriores, usado para designar uma ex-prostituta :“sobrevivente da prostituição”. O termo mostra como esses grupos associam a prostituição com uma espécie de tragédia na vida da pessoa, que, se conseguir se salvar dessa “situação” à qual “foi submetida”, será uma “sobrevivente”.

Independentemente dos sentidos que envolvem o uso do termo “menina”, é importante destacar que na apropriação que minhas interlocutoras fazem dele, relacionada ao sentido coletivo e mais geral desse termo, ele não é usado do mesmo modo que a PMM usa. É uma forma carinhosa de se referir umas às outras.

Gabriela Leite, como militante e fundadora do movimento organizado das prostitutas no Brasil, reivindica o uso da palavra prostituta e afirma que deseja que a palavra “puta” se torne, um dia, uma “palavra bonita”. Ou seja, propõe uma “reapropriação” da palavra, de modo a ressignificá-la dando-lhe um sentido positivo (muito semelhante ao que ocorreu com as palavras “*Dyke*” e “*Queer*”, e que ainda tenta realizar o movimento da Marchas das Vadias com a palavra “*Vadia/Slut*”). Propõe, portanto, uma revalorização do termo ao mesmo tempo que o coloca como parte de sua identidade:

Eu gosto dessa palavra [puta] desde sempre, eu acho uma palavra sonora, quente, e eu acho que toda puta, se não vivesse com tanta estigma nas suas cabeças, elas usariam, e acho que a gente começaria até a vencer o preconceito antes [...] então a gente tem que mudar, “filha da puta” tem que ser motivo de orgulho pros filhos da gente, é esse meu pensamento, e também acho que **se a gente não toma as palavras pelo chifre, e assume elas, a gente não muda nada** (transcrição da entrevista com Gabriela Leite: “Porque Gabriela gosta da palavra Puta²³”, grifo meu)

²³ Entrevista parte dos extras do documentário "Um Beijo para Gabriela", um filme que conta a história da campanha de Gabriela Leite para deputada federal em 2010. In: **UM BEIJO para Gabriela**. Direção: Laura Murray,

Dentro do movimento organizado, não há consenso em relação ao termo que deve ser utilizado. Ao defender o uso das palavras “puta” e “prostituta”, Gabriela Leite sofria diversas represálias, chegando a ser ameaçada de morte por outra prostituta que ficou furiosa com a designação “puta” no lançamento do jornal “Beijo na Rua” em 1988. Na década de 1990, buscando um nome mais “sério”, o movimento organizado passou a utilizar o nome “profissionais do sexo”, denominando-se a partir de então Rede Brasileira de Profissionais do Sexo. Gabriela era contra: “parece que mudar o nome é um pedido de desculpas” (LEITE, 2009, p. 157 e 158; LEITE ; LENZ, 2013). Em 2004, o nome Rede Brasileira de Prostitutas volta a ser adotado (OLIVAR, 2013, p. 210). Assim as disputas que envolvem a classificação aqui encontrada demonstra a importância em torno de sua constituição²⁴.

Em Campinas, o termo “profissionais do sexo” era também muito utilizado, sobretudo nas atividades oficiais da Associação. Em contraposição a “menina”, esse termo era acionado nos momentos de caráter mais institucional, principalmente a partir do momento em que passaram a se relacionar com outras as entidades que ajudaram a formar a Associação, que vieram estruturando com o discurso “trabalhista” a sua luta. O próprio nome da Associação é definido como “Associação de Profissionais do Sexo de Campinas Mulheres Guerreiras”. Nas falas públicas das integrantes da entidade, esse também é um nome recorrente. Algumas vezes usava-se apenas o nome “profissionais”.

As dificuldades e disputas em torno da classificação daquela que vende serviços sexuais podem ser analisadas em função do “estigma de puta” (“the whore stigma”), categoria analítica introduzida por Gail Pheterson (PHETERSON, 1986 e 1996). De acordo com esta autora e militante do movimento organizado das prostitutas, o “estigma de puta” é o enclave estratégico das mulheres marcadas, etiquetadas, daquelas identificadas como “putas”, uma marcação de “desvalor” que pode ser aplicada tanto para as “trabalhadoras do sexo” como para outras mulheres acusadas de “putas” por seu tipo de trabalho, cor de pele, classe social, sexualidade, história de abuso, situação étnica, civil ou simplesmente por seu gênero: “the adjective 'whore' is specifically a FEMALE GENDER STIGMA [...] a mark of shame or disease on an unchaste women²⁵”. A autora ressalta ainda que, no caso das trabalhadoras sexuais, estas não estão apenas sujeitas ao “estigma de puta”, elas são PUTAS, ou seja, constituem o próprio estigma: “they

Miríade Filmes e Rattapallax. Rio de Janeiro, 2013. Documentário, Cor, 29 min.

24 Segundo José Olivar essa mesma dificuldade foi enfrentada em outras organizações do mundo. É no percurso dos anos 1990 que se generaliza o termo “sex workers” (OLIVAR, 2013, p. 210 e 211).

25 “A palavra “puta” é especificamente um ESTIGMA DE GÊNERO FEMININO [...] podemos definir o estigma de puta como marca de vergonha ou doença que sinaliza uma mulher como escrava, incasta ou criminoso (tradução livre).

embody it²⁶”. O crime implícito na acusação de “puta” seria a “falta de castidade”. E a própria palavra “incasta” é praticamente um sinônimo de “puta” (PHETERSON, 1996, p. 156; *Idem*, 1986, p. 16, 44 e 45).

Segundo Aparecida Moraes, diferentemente do que ocorre com outras categorias estigmatizadas, que têm características distintivas mais evidentes, o “estigma de puta” não corresponde a uma apresentação externa de fácil identificação, e por essa razão é um estigma com maior facilidade de manipulação, já que pode apresentar ou não marcas anunciadas/construídas pelos estereótipos: “ser prostituta não corresponde a uma apresentação externa, identificável”. Isto é, o “estigma de puta” é construído por agentes externos à mulher prostituta, reforçando ainda mais o “caráter ambivalente de toda a situação estigmatizadora” (MORAES, 1996, p. 36).

Anselm Strauss (STRAUSS, 1999) afirma que os valores atribuídos a um objeto, não estão realmente “no” objeto, isso porque “o valor não é um elemento” e implica em uma relação entre as partes: “um homem é negro não apenas ou mesmo necessariamente por causa da cor da pele”. Ou seja, as características de valor ou desvalor são embutidas no objeto a partir de suas relações com o mundo e com os outros: “um objeto é classificado a partir de alguma perspectiva. O mesmo objeto pode ser classificado de modo diferente a partir de perspectivas diferentes; e são inesgotáveis as categorias nas quais ele pode ser colocado”. Nas interações entre os indivíduos “certas coisas a respeito da postura, da entonação, da fala de um homem, do ritmo e dos modos da interação forçam inconscientemente outros a reagir de maneira apropriada a seus *status* alegado – pelo menos aparentemente” (*Ibidem*, p. 42, 65, 95 e 150). De forma que as marcações de impureza, desviância e estigma são acionadas por diversos outros fatores presentes nas relações sociais, que vão além da mulher prostituta em si, acionando uma série de disputas e mudanças em torno dessa classificação, como veremos ao longo da tese.

Como forma de demarcação “desviante” (BECKER, 2008 [1963]) e/ou “impura” (DOUGLAS, 1967), é importante destacar ainda como estas marcações de desvalor em torno da classificação “puta” atingem outras atividades relacionadas à prostituição, que também acabam por carregar marcações de desvio como “cafetão”, “proxeneta”, “bordel”, etc. Dessa forma, as próprias prostitutas escolhem categorias que “diluem o sentido estigmatizante e comprometedor da ocupação” (SIMÕES, 2010a, p. 50). Por exemplo, no lugar de “bordel/prostíbulo” dizem “casa²⁷”

26 “Elas corporificam isso” (tradução livre).

27 Categoria êmica que designa o local onde a prostituta trabalha, constituída na maior parte das vezes de bar e quartos para realização dos serviços sexuais. Não se utiliza a palavra “bordel”, “prostíbulo” ou “casa de tolerância”, nem mesmo “casa de prostituição”. Simplesmente “casa”. Em conjunto a essa categoria pode seguir o nome da “dona-de-casa” correspondente, compondo a designação do seguinte modo “casa da Paraguaya” ou “casa da Lourdes”. Em geral esse tipo de local de prostituição é encontrado no Jardim Itatinga, e não no Centro.

e no lugar de “cafetinas/cafetões” dizem “donas-de-casa²⁸”, como veremos ao longo do trabalho. O termo Zona, pelo contrário, não se modifica, é assim denominado tanto pelas prostitutas e outras pessoas relacionados as atividades prostitucionais, como por aqueles fora do mundo da prostituição, pelos meios de comunicação e por diferentes habitantes da cidade de Campinas.

Do xingamento “puta” (“vadia” ou “prostituta”) como um maneira de demarcar aquela mulher “desviante” (BECKER, 2008 [1963]), “impura” (DOUGLAS, 1967), de uma “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1980 [1963]) e marcada pelo “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996) para tornarem-se “meninas” (ou mulher “prostituída”, ou “em situação de prostituição”), colocadas como “vítimas” de sua condição por movimentos sociais religiosos e feministas, posteriormente constituindo-se como “profissionais do sexo” (ou “trabalhadoras sexuais”) a partir de sua organização enquanto trabalhadoras, para finalmente se reafirmarem novamente como “orgulhosas de serem putas” no desenvolvimento desta militância, é um caminho trilhado pelas minhas interlocutoras em Campinas que iremos acompanhar ao longo desta tese, baseando-se nas premissas de estudo supracitadas nesta introdução de modo a entender como essas classificações em disputa se articulam com diferentes espaços, formas de segregação e resistência da prostituição na cidade de Campinas.

Por fim, devo explicar que adoto neste trabalho preferencialmente a terminologia “prostituta” para descrevê-las, por se tratar de um termo mais “tradicional” (RODRIGUES, 2003, p. 11) ou “fingidamente neutral” (OLIVAR, 2013, p. 34 e 36), mas sobretudo, porque busco abandonar intencionalmente o termo “menina”, mesmo sendo este ainda muito utilizado por minhas interlocutoras no Centro e na Zona, mas que, dia após dia, retomam, assumem e ressignificam de outra forma os termos “puta”, “vadia” e “prostituta”, como veremos ao longo do trabalho.

As partes e os capítulos

A ordem dos capítulos não descreve o caminho de raciocínio que trilhei durante a pesquisa, caminho este não exatamente ordenado racionalmente, mas sim, seguindo um espiral de variados retornos, mudanças e retroalimentações de perspectiva.

O texto começa com a presente introdução, uma narrativa pessoal, cujo objetivo é guiar o leitor

28 Categoria êmica que designa a pessoa proprietária, administradora ou gerenciadora do negócio - a dona da “casa” (de prostituição). Apesar de conhecida mais amplamente como “cafetina”, minhas interlocutoras insistem em diferenciar os termos. Este último seria uma categoria depreciativa que designa uma pessoa “proveitadora”, “dona-de-casa” não, é apenas a patroa do lugar onde trabalham. Vale dizer que, as “donas-de-casa” são parte do modo que a prostituição se organiza no Jardim Itatinga e não do modo como se organiza no Centro.

pelos caminhos que percorri, para que fique claro o porquê de minhas escolhas de pesquisa. Depois, se inicia o texto propriamente dito, com a primeira parte da tese, “Parte 1 – O lugar da prostituição em Campinas”, iniciada pelo “Capítulo 1: A resistência das prostitutas do Centro”, em que busco detalhar, a partir da história de resistência a remoção e da formação da Associação Mulheres Guerreiras, como se organizam as prostitutas de modo a continuarem trabalhando nesse local. Este capítulo discorre sobre as formas de organização da prostituição no Centro da cidade, sobretudo a partir da criação da Associação.

Após conhecer a violência que aquelas sofrem por estarem “fora de lugar”, isto é, por não estarem no local destinado para as atividades da prostituição, passamos ao “Capítulo 2: A invenção do Jardim Itatinga: um lugar para a prostituição”. Este capítulo descreve e analisa como se estrutura, então, este ‘lugar apropriado’ em Campinas para a atividade. O capítulo busca identificar questões relevantes da prostituição campineira no período anterior à criação da Zona, seguindo pela sua “invenção” - marcada por ações de remoção e confinamento - e vai até a descrição de como este espaço está organizado atualmente. A primeira parte da tese, portanto, procura descrever como e onde é criado o lugar destinado para prostituição na cidade, e o que acontece com aquelas prostitutas que tentam permanecer fora dessa área delimitada.

A “Parte 2 - A Segregação Urbana da Prostituição” conjuga dois capítulos que tratam sobre a questão da segregação. Primeiramente, o “Capítulo 3 - A Zona enquanto Periferia”, busca entender a formação do lugar da prostituição da cidade a partir das características específicas de conformação urbana de Campinas, bem como da história de sua urbanização, sobretudo a partir da compreensão de sua divisão morfológica entre Centro e Periferia, bem como, entre norte e sul.

Segue-se então para o “Capítulo 4 - A Zona confinada”, que versa sobre forças de segregação que aparentam terem sido constitutivas da organização da prostituição em Campinas, por meio de uma Zona confinada e segregada. Dividido em duas partes, procura entender as características específicas de segregação urbana das atividades prostitucionais, para em seguida, buscar suas origens, a partir da pesquisa histórica acerca dos argumentos regulamentaristas constituídos durante o processo de constituição de um modelo burguês e “civilizado” de cidade e de mulher.

Chega-se então à “Parte 3 – Circulando entre mundos”, na qual se detalha a trajetória e circulação das prostitutas de Campinas entre as duas áreas de prostituição da cidade - sob o entendimento de que estas se constituem sob sociabilidades diversas – da sua entrada na profissão até as conquistas engendradas pelo movimento organizado na cidade. O “Capítulo 5 - Aprender a ser prostituta no Jardim Itatinga e se tornar profissional do sexo no Centro” compara a prostituição

no Centro e na Zona a partir dos diferentes papéis assumidos por elas nesses espaços, de modo a demonstrar uma trajetória de vida e aprendizado entre esses diferentes “mundos” pelas minhas interlocutoras prostitutas.

Passamos, então, ao “Capítulo 6 - Ter orgulho de ser puta”, onde é descrito como a atuação do movimento organizado de prostitutas em Campinas intensifica atualmente o processo de resistência e reconquista de seu espaço, estabelecendo um rompimento paulatino das fronteiras entre a Zona e o resto da cidade, ruptura essa marcada sobretudo pela ressignificação de sua desviância e a sua reafirmação como “puta”.

Na conclusão busco, por fim, compreender o papel da resistência engendrado pelas prostitutas do Campinas de modo a lutar pelo seu direito à cidade, discussão central dessa tese, constituindo, desse modo, contra modelos de urbanidade e de mulher.

PARTE 1
O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO EM
CAMPINAS

**CAPÍTULO 1:
A RESISTÊNCIA DAS PROSTITUTAS DO
CENTRO**

CAPÍTULO 1: A RESISTÊNCIA DAS PROSTITUTAS DO CENTRO

1.1_AS MULHERES GUERREIRAS

Quando contei à Lucila que minha pesquisa consistia em estudar a história do Jardim Itatinga, ela desdenhou: “Mas para que estudar isso aí? Não tem porquê estudar isso aí...”. Mesmo assim, procurou ajudar me apresentando uma prostituta que atualmente trabalha perto da Praça Rui Barbosa no Centro, Lara, que segundo a Lucila, “estava lá na Zona desde o começo”. Sentada em torno da Catedral Metropolitana de Campinas, nunca imaginaria que ela era uma prostituta. Parecia uma pessoa qualquer descansando de seus trajetos pelo centro da cidade. Assim que me apresentou, Lucila já emendou que eu tinha morado na França, que eu tinha casado para poder ir com meu companheiro para lá, etc... (ela falava isso o tempo todo quando eu voltei do estágio sanduíche em Paris). Nessa hora, chegou um “velho²⁹”, que abordou a Lara. Ficamos os quatro conversando, e como falávamos da França, o velho ficou contando que tinha uma irmã que havia morado lá. Minha presença ali não parecia incomodá-lo. Até que a Lucila voltou a falar da minha pesquisa, perguntando para a Lara se lembrava alguma coisa da criação do Jardim Itatinga. Só foi falar em “pesquisa”, que o cliente fugiu, na mesma hora.

Aparentemente, até então, tudo estava normal: conversar descontraidamente na praça antes do programa é parte do processo de fazer sexo por dinheiro no Centro, diferente do Jardim Itatinga, em que a aproximação e paquera está mais ligada à boemia, dança e bebidas. Naquele caso, eu, ali junto delas, era provavelmente uma parente, amiga ou mesmo filha de alguma das prostitutas. Acho que por causa da minha idade, por ser mais nova que elas, minha roupa de “estudante”, nunca me tomavam como prostituta. Apenas uma vez, na praça, um cliente me confundiu. Segundo elas esse “surdinho” (ele parecia ter problemas na fala) era “meio louco”. Apesar de elas sinalizarem para ele por gestos que eu não era prostituta, ele ficava acenando em direção ao hotel, para eu subir com ele. Foi engraçado que quando ele insistiu muito, elas disseram categoricamente que “eu era casada e meu marido era bravo”. Pode-se afirmar que elas usaram uma marcação “familiar”, de que eu era uma “esposa”, para espantá-lo e convencê-lo de que eu não era prostituta. Tendo em conta que essa foi a única vez que me confundiram, devia haver algo em minha postura e no meu modo de atuar que demonstrava que eu não era prostituta, mesmo estando junto delas no “ponto”. Iremos aprofundar essas características a seguir.

²⁹ “Velho” - ou “meu velho” quando cliente frequente - é a maneira como a maioria das prostitutas da área central chamam seus clientes. No Jardim Itatinga esse termo não é utilizado.

A prostituição no Centro

A grande maioria das prostitutas que trabalham na área central de Campinas é de mulheres que trabalham por conta própria, ou seja, não estão ligadas a “casas”, boates, nem a cafetinas ou a “donas-de-casa”, tendo uma espécie de fidelidade de uso a certos hotéis da região. Possuem entre trinta e sessenta anos e fazem programas considerados baratos (entre vinte e cinquenta reais), realizados durante o dia, geralmente com os trabalhadores que circulam na área. Como trabalham independentemente e sofrem muitas represálias por trabalharem fora do Jardim Itatinga, criam alguns mecanismos de proteção e controle do espaço de trabalho, como veremos adiante.

Grande parte delas sai de casa cedo para trabalhar, fica o dia todo nos “pontos” e volta para seu bairros no fim da tarde. Moram nos bairros periféricos de Campinas localizados ao sul da cidade, muitos deles próximos ao Jardim Itatinga. Suas famílias, conhecidos e vizinhos, muitas vezes não sabem ao certo no que trabalham, principalmente porque estão de volta no fim do horário comercial, como na maioria das jornadas de trabalho.

Apesar de não existir a figura de um chefe ou alguém que delibere os locais aonde devem trabalhar as mulheres, há uma organização preestabelecida entre elas, que lhes permite apropriar-se da rua e nela constituir seus “pontos”. Estes são os nomes usados por elas: “hoje tá ruim, passei o dia no 'ponto' e nada!”. Tal como acontece com muitos trabalhadores que oferecem seus serviços ao longo de uma rua, nas praças e calçadas das cidades, a distribuição das prostitutas no espaço público se realiza por meio de negociações constantes, estabelecendo regras e construindo separações/delimitações entre um ponto e outro.

Assim, no centro de Campinas, cada ponto possui uma região de abrangência demarcada, aonde permanecem pequenos grupos de três ou quatro mulheres, geralmente em áreas sombreadas e de boa visibilidade (escadaria do banco, árvores da rua, bancada na esquina, quiosques, etc). As prostitutas “batalham”³⁰ dentro dessas áreas de atuação, não sendo permitido invadir o espaço delimitado de outras profissionais. Elas se concentram mais especificamente nas praças Carlos Gomes, Rui Barbosa (que fica nos fundos da Catedral Metropolitana de Campinas) e em uma área próxima ao complexo férreo da “Fepasa”³¹, conhecida como a “Boca do Lixo” de Campinas.

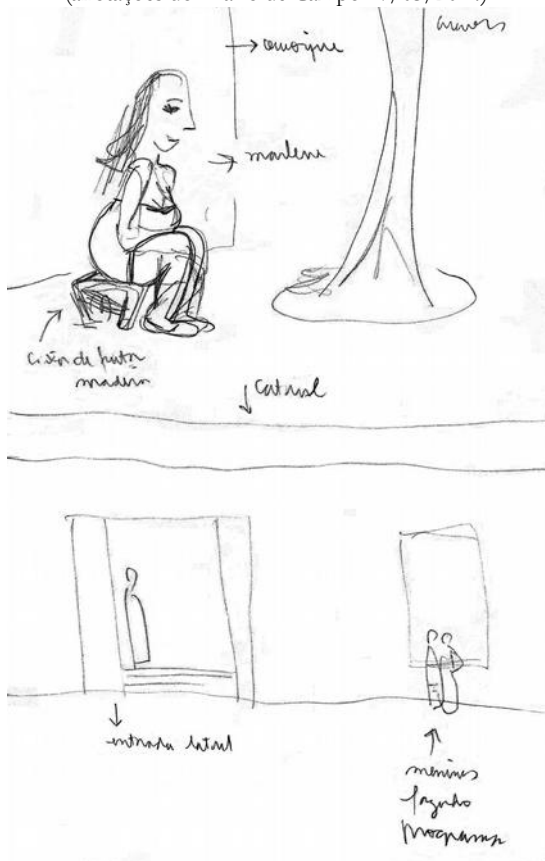
30 “Batalhar” é o termo que as prostitutas usam para se referir ao trabalho que realizam, batalhar é sinônimo de trabalhar fazendo programas.

31 “Fepasa” é a maneira como a população da Campinas designa a linha de trem onde fica a antiga estação de passageiros da cidade, agora inoperante e transformada no espaço cultural “Estação Cultura Prefeito Antônio da Costa Santos”. Essa linha férrea se constituiu como uma cicatriz urbana marcante, como veremos no Capítulo 3. O termo “Fepasa” faz referência à Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), nome da linha oficialmente usado entre 1971 e 1998 (SANTOS, 2002). Apesar de não ser o nome atual desta linha de trem, que teve muitas designações oficiais ao longo de sua história, ao passar por diversas companhias de transporte ferroviário, “Fepasa” é, até hoje, a maneira como as pessoas, em geral, se referem a este marco da cidade. Por essa razão utilizarei o termo para designá-la.

Todos estes espaços estão localizados em locais privilegiados de circulação na área central.

A Praça Carlos Gomes é, geralmente, uma área de descanso com suas árvores frondosas, bancos e espaços sombreados – mas também se configura como local de passagem pela sua posição entre a prefeitura e o Centro. A Praça Rui Barbosa fica no coração do centro comercial central, e é um local de grande circulação de pessoas, que se direcionam aos grandes magazines da região, ambulantes e terminais de ônibus próximos. A Boca do Lixo de Campinas se localiza no entorno da Praça Nove de Julho, nas duas primeiras quadras das ruas Ferreira Penteadado e Saldanha Marinho, lindeiras ao complexo ferroviário da Fepasa. A área concentra uma série de bares e hotéis de curta permanência onde trabalham as prostitutas, devido à enorme circulação de pedestres proveniente do Terminal Central. Além disso, a Boca do Lixo se localiza adjacente ao “camelódromo”, Centro Popular de Compras. Todas essas áreas de prostituição do centro da cidade não foram escolhidas por acaso pelas prostitutas que aí trabalham. São locais que atraem uma enorme confluência de pessoas.

Figura 2: Prostitutas do Centro nos "pontos". Desenho de cima: Solange sentada numa caixa de madeira sob a sombra das árvores. Desenho de baixo: mulheres encostadas na janela da lateral da Catedral de Campinas (anotações do Diário de Campo 17/03/2014).



Segundo Nestor Perlongher, os espaços de atuação da prostituição na cidade constituem muito mais uma característica de circulação do que de fixação: “pontos de 'fixitude' funcionam mais como eixos de distribuição, tanto populacional como retórico ou semântico das redes circulatórias por onde perambulam os sujeitos” (PERLONGHER, 1987, p. 126).

Os “pontos” também são ordenados por um tipo de jornada de trabalho ao longo dos períodos do dia. As mulheres mais velhas (de idade e de antiguidade no local) trabalham nos melhores locais de circulação e visibilidade, e as mais novas ficam com os piores lugares, seguindo uma espécie de hierarquia de acordo com a experiência no ramo e na região. Como grande parte das atividades comerciais, o local do “ponto” possui fundamental importância, já que é um lugar estratégico para a abordagem dos clientes. É curioso ressaltar que a bibliografia consultada acerca da modalidade “prostituição de rua” descreve esse

mesmo tipo de organização, de hierarquização da localização dos pontos de acordo com a “temporalidade” e a “antiguidade” das prostitutas na região, em diferentes locais como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis (CAVILHA, 2014; CORONA, 2007 e 2014; OLIVAR, 2013; PASINI, 2001; SILVA, 2007). Joana Corona, por exemplo, descreve:

As mulheres que trabalham há mais tempo em determinado ‘ponto’, estão hierarquicamente superiores às mais novas ou recentes no local, geralmente a antiguidade corresponde às mulheres mais velhas. [...] As mais jovens, portanto, normalmente, disputam com as anciãs esses espaços, em grau de menor poder quanto à apropriação, justamente por terem normalmente maior valor no campo prostitucional ou chamar mais atenção da clientela (CORONA, 2007, p. 13).

À primeira vista a maioria dessas prostitutas passariam como mulheres “comuns”: mães, domésticas, senhoras fazendo compras no centro da cidade. No Centro, as prostitutas ficam sentadas nos bancos da Praça, ou em caixotes no chão, encostadas na parede da Catedral e, para o observador desatento, seriam classificadas como qualquer outra senhora no centro da cidade. Não usam roupas indecentes ou exageradamente decotadas para demonstrar seu ofício. No entanto, se assim fosse, elas não teriam como conseguir trabalho. Ou seja, de alguma maneira, não estão totalmente disfarçadas, visto que têm que conseguir seus clientes por meio de alguma figuração subjetiva.

Negociações com as redes de sociabilidade e convivência do Centro

Valéria, prostituta da área central, é também uma das integrantes mais ativas da associação. Foi componente da primeira chapa de coordenadoras durante a fundação da entidade em 2007. Um dia, estávamos conversando, antes da reunião da associação no MIS-Campinas. Era ali que fazíamos os encontros da entidade, antes desta ter uma sede. Ela estava chateada porque ainda não tinha realizado nenhum programa. Segundo ela, a culpa era de sua vestimenta: neste dia ela teve de colocar uma calça porque suas saias estavam para lavar e dessa maneira estava impossibilitada de exibir seus “pernões” para os prováveis clientes do dia. Olhei para as outras mulheres. Realmente, não usavam roupas consideradas “indecentes” e que fizessem algum observador pensar “esta mulher é uma prostituta”; no entanto, a questão das pernas à mostra era regra. Usavam sapatos com salto baixos, ou até mesmo sem salto, totalmente diferente dos sapatos usados no Jardim Itatinga. Eram saias comuns, não eram nem apertadas nem curtas, porém, a grande maioria exibia suas pernas. Então passei a observar detalhadamente as roupas das mulheres: outro ponto corriqueiro eram as cores chamativas: pink, amarelo e vermelho; a

maquiagem talvez fosse um pouco exagerada e algumas usavam perfume doce e marcante. Desse modo, foi-se apontando a maneira pela qual estas mulheres construíam suas táticas de sedução e como, com elas, o corpo se expunha, de alguma forma.

Em uma reunião da associação, as “profissionais” comentavam a história de uma “menina” que estava fazendo ponto com uma saia que deixava a “bunda de fora” e sob a pressão das “profissionais do sexo” mandaram-na embora. Uma das estudantes que trabalhavam comigo, disse: “mas por quê? Se eu aparecesse com uma saia curta ali, no Centro, duvido que alguém ia falar alguma coisa...”. As mulheres responderam prontamente: “mas você não é prostituta, se o pessoal ver a gente indecente no meio da rua vai logo proibir a mulherada de fazer ponto nas praças” (reunião da Associação Mulheres Guerreiras, fevereiro/2006).

Este diálogo esclareceu algumas das demarcações utilizadas com relação ao corpo das prostitutas nesta parte da cidade, principalmente na questão dos agenciamentos urbanos. As outras pessoas sabem que elas são prostitutas, mas as “toleram” desde que mantenham uma aparência aceitável no espaço público.

O dia de escolha do nome da associação foi mais um evento que acompanhei - uma “situação social”, segundo Gluckman (1986) – e na qual pude perceber uma teia de relações entre as prostitutas do Centro, seus pontos e o entorno da área que trabalham. Foi realizada uma votação para escolher o nome da associação, e as integrantes da associação foram aos “pontos” pegar os votos das mulheres que estavam trabalhando. Nos dividimos em grupos e eu acompanhei o grupo da prostituta Valéria, citada anteriormente. Quando estávamos saindo, Lucila gritou: “Valéria! Passa no chaveiro meu amigo para pegar o voto dele! Ele quer muito votar...”. Quando passávamos com a urna fomos também à banca de revistas e ali, também, seus proprietários, um casal de idosos, votaram. Quando chegamos à banca, Valéria falou: “Olha a votação do nome da associação que eu te falei: trouxe a urna especialmente aqui para vocês votarem”. Então ela me contou que, quando fazia programa com algum desconhecido, sempre pedia para este casal guardar o documento do cliente, como segurança. As donas e donos dos hotéis de curta permanência da região, onde as prostitutas fazem os programas, também estavam esperando sua vez de votar (votação do nome da Associação Mulheres Guerreiras, fevereiro/2006).

Ficou claro o quanto elas estavam inseridas nas redes e agenciamentos que se criam no espaço urbano, sobretudo em áreas heterogeneamente adensadas, como as áreas centrais. Com tempo percebi que, além da grande maioria das pessoas que frequentam ou trabalham na região saberem que essas mulheres são prostitutas, elas tem ainda diversos tipos de relação com os outros

trabalhadores circundantes aos seus locais de ponto. Dessa forma se estabelecem certas negociações de convivência e parcerias de solidariedade. Como veremos adiante, nos percursos realizados junto à Lucila no centro de Campinas, percebi como ela aparentava conhecer “todo mundo” na área, de lojas de quinquilharias chinesas até seguranças dos comércios e restaurantes, moradores de rua, camelôs e outras prostitutas.

Segundo Arantes Neto, no espaço comum em que circulam/habitam diferentes grupos sociais, vão sendo construídas fronteiras simbólicas que “separam, aproximam, nivelam, hierarquizam” ou ordenam categorias e suas mútuas relações. Dessa maneira, os lugares sociais formariam um “gigantesco e harmonioso mosaico”, delimitado por fronteiras simbólicas, zonas de contato, nos quais se situa uma “ordem moral contraditória”, em que as moralidades estariam em “guerra” (ARANTES NETO, 2000, p.106-128), necessitando, nesse caso, de ações de negociação. Os centros das cidades oferecem, como também afirma Joana Corona (2007, p. 8), muitos espaços de sociabilidade, combinando relações de negociação e de solidariedade, além de propiciar a possibilidade de resolução de diversas obrigações cotidianas e de lazer nos serviços que são encontrados somente nas regiões centrais das cidades.

Além da criação de táticas de negociação para sua manutenção no espaço da cidade, elas também tiveram de desenvolver mecanismos de segurança em relação a violência que sofriam por estarem em um espaço no qual a prostituição não é tolerada. Entre estes mecanismos vale destacar que, anteriormente a criação da Associação Mulheres Guerreiras, existia entre elas o papel da “mãe da rua”, uma prostituta aposentada que tomava conta do espaço, apartava brigas entre as trabalhadoras, mediava o trato com a polícia e as protegia de perigos de violência. Sua ação era fundamental na manutenção do trabalho das prostitutas estudadas que, além de trabalharem numa área onde são necessários constantes agenciamentos para sua permanência, não têm outros mecanismos de segurança para protegê-las.

Quando trabalhei auxiliando a formação da associação em 2006/2007, o papel de “mãe da rua” era desempenhado pela Lucila. Ela conta que começou a exercer essa função porque a polícia “barbarizava”. Segundo ela mesma, como tinha sido “bandida”, conhecia a polícia e negociava com eles para evitar os maus tratos. Ela também não permitia cafetões no Centro se aproveitando do trabalho das mulheres e “tirava eles da rua na porrada” (segundo ela, cafetão é diferente de “dona-de-casa” – “como tem no Itatinga”, deixou claro - “cafetão é aqueles homens que não faz nada e fica sentado esperando o dinheiro do trabalho das putas, isso eu não permitia”). Na época, ela me relatou:

Já saí dessa vida; não aguento mais [...] Quando meus velhos estavam vivos eu ainda ia para os hotéis, mas só com eles. Homem novo eu não tinha mais paciência. Depois os velhos foram morrendo e aí eu parei de vez... não tenho mais saco. Agora eu faço a proteção das meninas aí na rua. Todo mundo me respeita; se tem briga o povo já vem me chamar (reunião da Associação Mulheres Guerreiras, outubro/2006)

Atualmente, Lucila diz não mais fazer o papel de “mãe da rua”, uma vez que as mulheres “já estão bem crescidas” e podem se cuidar sozinhas. Mas afirma que ainda passa onde elas trabalham “só para elas saberem que eu estou de olho” - o que podemos comprovar, a seguir, pelos trajetos que eu pude acompanhar junto a ela enquanto fazia o plantão de atendimento na sede da associação.

A passeata

Durante o processo de realização do vídeo, sistematizamos uma iconografia dispersa entre as diferentes pessoas e grupos que fizeram parte da Associação Mulheres Guerreiras. Pouco antes de finalizarmos o audiovisual, a Lucila começou a ressaltar que precisávamos encontrar uma foto de um dia importante da história da associação: a passeata das prostitutas até a PMC, em 2006. Essa manifestação, citada anteriormente na introdução da tese, foi uma das atividades mais significativas das quais participei junto a Associação Mulheres Guerreiras: uma mobilização coletiva das prostitutas contra a iniciativa da PMC de fechamento dos hotéis de curta permanência localizados no centro da cidade, alegando a ilegalidade dos mesmos. O motivo não explicitamente anunciado era acabar com a prostituição na área central na tentativa de realizar a “revitalização” do centro da cidade.

Os termos “revitalização”, “requalificação” e “renovação urbana”, são termos comumente dados a intervenções urbanas em locais que antes eram valorizados pelas classes mais altas e com o tempo foram abandonados por estas e pelo poder público, acarretando na sua desvalorização imobiliária e a decorrente ocupação por classes mais baixas. Esses processos buscam então revalorizar economicamente e simbolicamente esses espaços, sendo que para isso é necessário, entre outras ações, expulsar aqueles que dificultariam esse processo. Entre os expulsos estão, via de regra, as prostitutas, como iremos aprofundar mais especificamente no Capítulo 4.

A tentativa de expulsar as prostitutas da área central a partir da perseguição dos locais em que elas frequentam e/ou utilizam para realizar seus programas é recorrente em Campinas, e também em outras cidades, principalmente quando a expulsão não consegue ser realizada por outros meios,

como a perseguição policial e a violência. O fechamento desses espaços significa a perda de um local de trabalho próximo aos seus “pontos” e que costumam frequentar com seus clientes. Além serem uma forma de garantir a segurança durante o trabalho, por permitir a elas trabalhar em um local conhecido. Os primeiros encontros entre elas que viriam a desencadear a organização da entidade, inclusive, foram sediados em alguns hotéis da região. Um depoimento feito para o vídeo da associação, de Paulo Mariante, advogado do grupo Identidade, que luta pela causa LGT*TB e que ajudou a associação no início com a organização das mulheres, acerca de uma tentativa anterior de fechamento dos hotéis (aprox. 1996/1997), descreve de maneira bastante contundente este tipo de política de higienização e limpeza do centro:

Aí eles foram pra cima dos hotéis. Eles foram pra cima dos hotéis... principalmente sabendo que as meninas que ficam ali, e os clientes ali, eles não são pessoas que simplesmente vão pegar um carro e ir pra um hotel desses que ficam na volta da cidade, bem distantes inclusive... uma característica de Campinas... o lugar é ali, aqueles ali: os hotéis próximos ali. Então eles começaram... eu cheguei a participar de umas duas reuniões naqueles hotéis ali, porque a fiscalização da prefeitura tinha ido e aí era nítido que a questão não era simplesmente de saúde pública, nós seríamos os últimos a defender que algo funcionasse sem o respeito às regras de saúde, mas a questão não era essa, era absolutamente óbvio que tinha uma relação! Então, de certa maneira, eles tinham pensado em: “Vamos matar no ninho”. E aí começaram ações de fiscalização... e era uma ação de vigilância sanitária acompanhada de guarda municipal! O que é bastante óbvio: essa vigilância sanitária vai em trocentos lugares que não leva a guarda municipal, e ali elas iam, que era com a nítida intenção de intimidar, pra tentar... Eu de certa forma, na época a gente tinha dúvida sobre isso, mas assim, eu pelo menos avaliava, outras pessoas avaliavam, que se eles pudessem eles fechariam ali os hotéis, que era uma forma de dificultar o máximo né? De dificultar a presença das meninas no local... (Paulo Mariante, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 22/11/2012).

Dez anos depois, a tentativa de fechamento dos hotéis ainda continuava acontecendo. Assim, em 2006, pude acompanhar de perto as prostitutas que trabalham no Centro - que já estavam se organizando pela incipiente e ainda não formalizada Associação Mulheres Guerreiras - se mobilizarem em um ato em frente à prefeitura, portando máscaras³² e faixas nas quais reivindicavam seu direito a permanecer trabalhando e frequentando o centro da cidade, com o acesso à segurança dos hotéis para realizarem seu ofício, com infraestrutura urbana privilegiada, próximo aos locais de transporte público, etc. Regina conta como foi essa passeata na entrevista que realizou para o vídeo da Associação:

32 As manifestantes usaram máscaras de carnaval na passeata porque muitas omitem sua forma de trabalho de suas famílias, namorados e parentes e, nesse sentido, sentiam-se ameaçadas pela visibilidade em torno da passeata. Esse fato, recorrente em muitas manifestações de prostitutas, será retomado com mais detalhes no Capítulo 6.

Então, eu me lembro, que teve um momento assim lá no Centro que a prefeitura começou a fechar os hotéis de curta permanência. Os bares também ali da região, que é exatamente os lugares que as meninas ficam: nas portas dos bares, na frente dos hotéis... e elas usam aqueles locais para fazer seus programas. E eu me lembro que quando começou a fechar os hotéis as meninas começaram a ficar muito com medo de entrar em carros desconhecidos e fazer o programa em motel e outros lugares que ficavam longe. E aí as meninas começam a se mobilizar, e a buscar ajuda pra fazerem uma caminhada até a prefeitura. E aí discutiram como seria essa caminhada... e aí muitas delas não queriam ir porque ia ficar muito visadas, não é? Ia dar um pouco mais de visibilidade pra elas, elas não queriam essa visibilidade... e aí decidiram ir, mas iam de máscaras. Então foi a “Marcha das Máscaras”, até a prefeitura. Eu sei que um dia lá saiu todo mundo, com bandeiras, faixas e cartazes e foi todo mundo para prefeitura. Foi muito bacana... nossa... aí a imprensa... muita gente que ficou sabendo pelas redes sociais que ia ter essa caminhada também foi pra lá em solidariedade às mulheres! Isso foi um passo importantíssimo! Então assim muitos grupos de estudantes, muitos grupos de mulheres também foram! Todo mundo junto para lutar pelo direito das mulheres que se prostituem! Isso foi bacana... E assim, quando chegou na prefeitura a gente foi recebido por um grupo de pessoas lá da prefeitura, receberam a gente, teve uma reunião, dessa reunião saiu alguns segmentos, inclusive um desses segmentos foi também essa questão do apoio do município à realização da associação (Regina Martins, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 14/12/2012).

Esse evento tornou-se muito importante na memória das prostitutas do Centro. Na época, muitas se mostraram empolgadas com a ideia de que organizadas coletivamente seria possível alcançar muitos objetivos. O fato é que, apesar da importância desse acontecimento, e de sua posição de destaque no vídeo que descreve a história da Associação, nós não encontrávamos uma foto sequer desse dia, por mais que procurássemos. Entrei em contato com praticamente todos os parceiros que, de alguma forma e em alguma época, tivessem feito parte da formação da associação e ninguém encontrava uma fotografia da passeata. Faltando dois dias para que eu retornasse ao Rio de Janeiro, com o vídeo praticamente pronto e editado, ainda não tínhamos achado a foto. Eu estava descontente com essa situação, mas já havia acabado minha estadia em Campinas e tínhamos que finalizar o trabalho. Eu e a Lucila assistimos juntas uma última versão do vídeo, sem a foto, e fomos almoçar.

Durante meu trabalho na sede da Associação Mulheres Guerreiras realizando o vídeo ou outras atividades, eu e Lucila sempre almoçávamos no Bom Prato, ao custo de R\$1,00 a refeição. Trata-se de um restaurante social na área central de Campinas³³. No caminho da sede da Associação até lá, cerca de um quilômetro e meio de caminhada, passávamos por vários locais de trabalho das prostitutas do Centro, sobretudo os arredores da Catedral de Campinas. O trajeto, conduzido por Lucila, transitava por pontos onde ela cumprimentava ou resolvia algo pontual com as pessoas de

³³ O restaurante Bom Prato é parte de um projeto do Governo do Estado de São Paulo para oferecer refeições de baixo custo à população.

seu convívio e amizade. Algumas vezes tomávamos café por trinta centavos e pão de queijo por sessenta centavos num quiosque, na praça Rui Barbosa, em frente à Catedral, ao lado de um ponto onde trabalhavam muitas amigas prostitutas.

Realizei um mapa desse trajeto no qual podemos observar que ele não seguia o caminho mais curto e reto ligando a sede da Associação e o restaurante, mas um caminho que passava propositalmente pelos pontos de convívio e contato com os grupos integrantes da sociabilidade da Lucila no Centro da cidade:

Título:
TRAJETO: desde a sede da **Associação Mulheres Guerreiras** ao **Restaurante Bom Prato**
 Área Central de Campinas
 (2014)



LEGENDA:

- A** Sede da Associação Mulheres Guer
- B** Bom Prato
- 1** Catedral Metropolitana de Campini
- 2** Mercado Municipal
- 3** Quiosque Pão de Queijo e café
- 4** Ponto Prostitutas
- 5** Ponto Prostitutas
- 6** Terminal de Ônibus, CEASA e Mercú
- 7** Rodoviária e Terminal Intermunicip
- Z** Trajeto Associação - Bom Prato
- EIXO: linha férrea (Fepasa)



Fontes: Trabalho de Campo e Google Map Engine LITE, 2014
 Elaboração: Diana HELENE (2014)

Jardim Itatinga

Nas primeiras vezes que fizemos esse caminho, ela ia me apresentando à pessoas conhecidas pelas quais passávamos: “Essa é a Didi, que ajuda a gente lá na associação...”. Algumas pessoas perguntavam se eu era sua filha. Outras me olhavam desconfiadas. Uma amiga da Lucila me disse umas duas vezes que eu “tinha cara de rica”. Circular nessa área com a Lucila era, ao mesmo tempo, conhecer os lugares onde se podia consumir as coisas com os preços mais acessíveis da cidade, e receber um voto de confiança das pessoas com as quais ela se relacionava. Da mesma forma, no restaurante Bom Prato, ela tinha amizade com muitos funcionários e sempre encontrávamos alguém conhecido durante o almoço. A maioria das prostitutas da praça também almoçava lá, além de donos de hotéis, clientes, entre outros parceiros das redes de convivência do Centro, que a Lucila ia cumprimentando, me apresentando e, depois, tecendo comentários sobre cada um que encontrávamos no caminho.

Nesse dia, no meio do almoço, eu comentei com a Lucila que eu estava chateada por não termos encontrado a foto da passeata, já que eu iria embora no dia seguinte. Ela ficou furiosa com a lembrança da ausência da foto. Parou de comer e largou o prato no meio - “Perdi até a fome” - e saiu praguejando. Eu seguia atrás - sem graça - sem saber o que fazer.

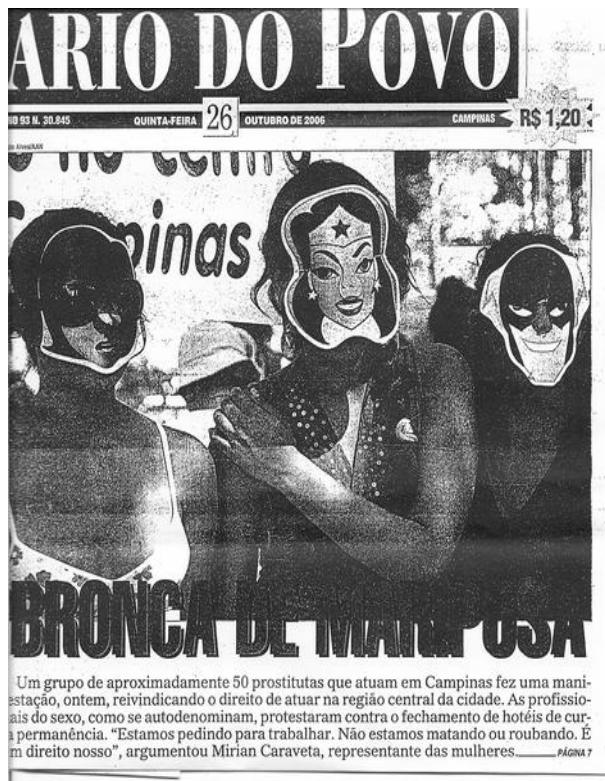
Sáímos do Bom Prato e refizemos o trajeto de volta com ela gritando para mim: “esse vídeo não sai se não achar essa foto”, “que palhaçada que é essa?”, “manda cancelar tudo”, “eu vou embora, que ninguém me respeita”, “todo esse esforço pra nada”, dizia que tinha “se matado de trabalhar” enquanto eu ficava “enrolando” e não ia atrás da foto. Uma hora me disse “Você acha que eu estou de brincadeira aqui?”. Ela, que me inseriu naquele lugar como sua protegida, parecia querer mostrar para todos ali meu erro: a ausência da foto. Quando chegamos à praça da Catedral, ela foi falar em um canto com uma das prostitutas, ex-integrante da coordenação da associação. “Você fica aí!”, falou pra mim. Eu sentei entre as outras prostitutas, que estavam nos degraus de uma agência bancária em frente a lateral da Catedral. Ela estava muito nervosa e pedia ajuda para as outras mulheres.

Quando chegamos à sede da Associação, tive a ideia de telefonar para o jornal local, para descobrir se eles tinham algum registro da passeata de 2006. Descobri que eles haviam feito a cobertura do evento e saí correndo até o arquivo do jornal, na Vila Industrial, próximo ao Centro. Consegui algumas imagens da reportagem com pouca definição, apagadas e escuras da manifestação, mas consegui. No caminho de volta passei pela praça da Catedral e conversei com as prostitutas que estavam ali. Uma delas disse que lembrava vagamente que havia sido combinado de ninguém tirar foto no dia da passeata, para preservar a identidade das prostitutas: “É por isso que não tem foto nenhuma”.

De qualquer forma, eu havia conseguido buscar imagens desse dia tão especial. A Lucila ficou satisfeita com as fotos ruins do jornal que eu trouxe. Pelo menos tínhamos alguma coisa. Subitamente, tudo ficou bem novamente. No outro dia ela já me tratou como sua agregada de novo na praça, como se nada tivesse acontecido (Diário de Campo, 31/03/2014).

Figura 4: Imagens da passeata - microfilme do jornal.

Diário do Povo. “Bronca de Mariposa” Quinta-feira 26 de outubro de 2006 / fotos: Elcio Alves/AAN



Parecia que, sem as imagens como registro, era como se o fato não existisse. A insistência de Lucila se dava em função de marcar esse acontecimento e sua importância na construção da história da associação. Sem as fotos era como se esse fato tão importante não tivesse acontecido. A realização da passeata significava muito para elas e seu registro deveria ser reforçado.

Na época, sem ter dimensão da importância desse evento, elas mesmas haviam decidido não serem fotografadas. Tinham medo de serem identificadas, e além da proibição de captura de imagens, haviam distribuído máscaras para as manifestantes. Esconder a cara. Segundo Lucila, alguém “tinha que ter fotografado”, pois atualmente essa preocupação não tem a mesma dimensão que possuía no começo da organização das prostitutas, tanto que havia sido esquecido por ela. Mostrar a cara. Esse fato já aponta para um dos pontos que veremos ao longo do texto, a circulação das minhas interlocutoras por diversas identidades, dependendo do local que estão na

cidade, ao longo dos processos de modificações espaço-temporais-identitários engendrados em Campinas: circulando entre marginal, puta, mãe, esposa, mulher honesta, vadia, militante e ativista.

1.2_“ELAS DEVERIAM ESTAR NO ITATINGA”

O vídeo que realizamos reúne falas de vários interlocutores contando a história da Associação Mulheres Guerreiras, como veremos mais detalhadamente a seguir. É interessante perceber como essas falas constroem a história da Associação de maneira muito semelhante, criando um discurso uníssono acerca dessa memória, cada um compondo a parte da história que lhe cabe e da qual fez parte. Observando esse material, percebi também que uma das principais características dessa história coletiva é sua referência à questão da “resistência”, da “luta” e da “batalha” por permanecer no Centro, por resistir à expulsão, principalmente a partir da criação do Jardim Itatinga como destino correto e lugar apropriado para a atividade da prostituição na cidade de Campinas. Ou seja, uma memória que se constrói como uma longa guerra contínua de planejadores e empreendedores (imobiliários e morais³⁴) contra este grupo social, na apropriação dos espaços centrais da cidade.

Na área central de Campinas, existe um histórico de perseguição e violência às prostitutas que atravessa um longo período, desde poucos anos antes da criação da Zona em 1967 até os dias de hoje. A ACIC (Associação Comercial e Industrial de Campinas) é considerada - pelas prostitutas e os outros apoiadores da Associação Mulheres Guerreiras - a maior interessada na expulsão das prostitutas do Centro, e nesse sentido, a principal pivô para pressionar tanto o poder público, como os meios de comunicação nesta direção. Laura, prostituta da área central e integrante da associação, relata como isso acontecia antes da criação da entidade, na entrevista que deu para o vídeo:

É... colocava a gente tudo pra andar, eles oprimiam, oprimiam bastante! Os lojistas... Porque tinha um presidente da Associação [ACIC] aqui no Centro que ele não queria, não é, que a gente ficasse aqui no Centro... e ele lutou bastante para nos tirar. Ele oprimia bastante a classe (Laura, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 18/03/2014).

Além de relatos de violência, batidas e revistas policiais excessivas, existem ainda as ações contra os locais de trabalho das prostitutas, como o fechamento de hotéis e bares que elas frequentam, como vimos no caso da passeata. A presença indesejada das prostitutas no Centro de Campinas

³⁴ Os “empreendedores morais” de Howard Becker (1985 [1963]).

é, ainda, constantemente retratada pelos meios de comunicação da cidade, que trabalhavam no sentido de fortalecer o famoso “estigma da prostituição” (PHETERSON, 1986 e 1996), relacionando-a à algo sujo, impuro (DOUGLAS, 1967) e principalmente fora “do seu lugar”. A frase “Elas deveriam estar no Itatinga” é proferida corriqueiramente quando se deseja expulsar as prostitutas dos espaços fora da Zona.

Em alguns momentos, a repressão era tão grande que as táticas e negociações criadas por elas para permanecer no Centro não eram suficientes. Isto é, para se defender, elas tiveram que começar a se organizar de maneira mais estruturada e estratégica. Assim, começaram realizar algumas reuniões em meados dos anos 1990 que, aos poucos, foram crescendo, com a realização de manifestações, e outros eventos de maior visibilidade até culminar na fundação da Associação Mulheres Guerreiras, em 2007. Nos relatos e memórias, a questão da violência que sofriam, sobretudo por ações policiais, é o motivo mais relatado, o deflagrador da necessidade de organização entre elas.

Ao mesmo tempo violador dos direitos civis e braço armado das políticas de controle da prostituição, o papel da polícia como agente repressor aparece na maioria dos testemunhos de prostitutas e em diversos estudos, não apenas no Brasil, mas em outros países (FELDMAN, 1989 e 2012; LEITE, 1993; MORAES, 1996; OLIVAR, 2013, p. 182; PARIS, 2011; RAGO, 1991; REDOUTEY, 2005; SABSAY, 2011; SILVA, 2000; e SIMÕES, 2010a). O relato de Lucila sobre a sua relação pessoal com a polícia, transcrito no Prólogo desta tese, remonta histórias de sua adolescência no Paraná, na cidade onde cresceu. Sua narrativa completa, se inicia, contudo, com a repressão que sofriam no centro da cidade de Campinas para, então, contar as lembranças de adolescente no Paraná, antes mesmo de ser “puta”, unindo estes momentos ao longo do tempo com a frase: “Eu apanho da polícia desde os catorze anos de idade”. Ou seja, seu discurso situa a polícia como a expressão maior da repressão, mesmo sob diferentes contextos e regiões do Brasil. Na entrevista para o vídeo da associação, ela detalha sobre o que se passava no Centro quando elas começaram a se organizar:

E a polícia tentando também. Batendo na gente, levando presa. Ficava difícil. Aonde eu fui me cansando também, não é? Eu comecei a tipo: “vou usar droga, se eu levar uma pancada aqui eu não sinto”, não é? Bebia, usava droga, faturava. Corria pra lá e pra cá. Medo do que? Eu não temia mais a nada. Eu encarava, não é? Eu encarava a polícia! Porque as minhas companheiras sofrendo, eu também...

[...] Eu brigava com a polícia, porque onde já se viu eles prendendo a gente como traficante, como bandida? Se a gente não era nada daquilo? Lógico que eu brigava, eu ficava agressiva, porque eles estavam rebaixando a gente. Ai eu ia pensar mais o que? Eu não temia eles, eu queria encarar eles, entendeu? Foi aonde que eu... Não teve jeito, ai... As minhas amigas, eu digo: “vamos se unir”,

porque... uma andorinha ou duas não faz verão, mas três já dá pra começar. Não tem jeito, não tem condição, não tem outro... não temos saída, vamos encarar! Porque tipo assim, quando está fazendo uns bons programas, quatro, cinco, seis, dez programas, “ah, deixa a associação pra lá”, mas quando fecha um hotel ali, daí sim vamos se dar as mãos, não é? Mas tem que o calo apertar primeiro, porque se não, não vai. Então é assim: vamos se prevenir antes. É melhor prevenir do que remediar, não é não? (Lucila, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 18/03/2014)

O relato aqui transcrito foi repetido de forma semelhante por Lucila inúmeras vezes, em diversas ocasiões, durante a realização do vídeo. Eu conhecia as histórias de violência que as prostitutas do Centro sofriam desde que comecei o trabalho com ela em 2006, mas foi evidente como Lucila foi estruturando esse discurso de memória com mais força e detalhes ao longo da produção do audiovisual sobre a formação da Associação Mulheres Guerreiras. Em outro momento ela relata: “Estava todo mundo levando muita porrada nessa época, e por isso as meninas resolveram se organizar”(Diário de Campo, 31/10/2012). Reitera a descrição de como a polícia “judiava das mulheres” e revistava até dentro da vagina sob o pretexto de “achar alguma coisa”. A tortura era recorrente: botavam choque no bico do seio e na vagina delas. Ela também sempre usava de exemplo uma história dos danos dessa época: “Sabe a Maria Tucano [prostituta da área central]? Ela ficou louca daquele jeito de tanto apanhar da polícia e levar choque”. Segundo Lucila relata, primeiro elas levavam palmatória nas mãos e nos pés, depois iam para o “pau de arara” e por último iam para o choque (Lucila, Diário de Campo, 23/01/2013). Vale ressaltar que essa é exatamente a mesma ordem da sequência de técnicas de tortura que também seguiam os policiais militares em relação aos presos políticos da ditadura, relatada por diversos sobreviventes dessa época³⁵.

A prática do choque para torturar prostitutas, sobretudo na vagina e bico do seio, também é relatada em outros estudos sobre prostituição, de outras regiões do Brasil. Gabriela Leite também discorre em sua autobiografia acerca dessa prática policial em relação às prostitutas quando relata sobre uma perseguição que sofriam as prostitutas e outros integrantes da Boca do Lixo, São Paulo, em 1979: “Polícia e tortura andam juntos. Sadismo puro, doença perversa fascista, que sempre tenta se acobertar sob o motivo 'moral e bons costumes'. É uma doença profunda da nossa sociedade. O fato é que tortura é tortura, não há justificativa. O resto é cinismo infame (LEITE, 1992, p. 85 e 86)”.

35 Um bom exemplo pode ser encontrado no filme de Renato Tapajós, “Corte Seco” (2014), que relata os seis dias que o diretor e roteirista passou preso durante a ditadura Operação Bandeirantes (OBAN), submetido exatamente às mesmas técnicas e ordem gradativa de operações de tortura (palmatória, “pau de arara” e choque) relatada por Lucila.

Presas por vadiagem

Em Campinas, a prisão das prostitutas do centro da cidade era realizada por meio do enquadramento das mulheres pela “vadiagem”:

Fazia programa lá pra baixo, perto do mercadão, no hotel. Já era uma caminhada para descer daqui [Praça Rui Barbosa] para lá com esses velhinhos, não é? Os idosos. Para ainda chegar lá e ir preso com velho e tudo? Até os velhos iam presos junto com a gente! E daí como que ia fazer? Fazia aquele programa lá... isso quando não levavam a gente e o velho. Chegava na praça a polícia levava a gente e ainda segurava o dinheiro da gente lá? Eles catavam o dinheiro da gente! Daí assinava a “vadiagem” e soltavam a gente, mas sem o dinheiro e com a “vadiagem” lá no arquivo. Quando dava três “vadiagens”, Monte Mor, né? Lá em Monte Mor ficava noventa dias preso! Por causa de que? “vadiagem”. E lá o bicho pegava em Monte Mor, não é? Porque lá que era a cadeia feminina antes [...] as que entravam lá se saíssem vivas, saíam loucas, porque torturavam lá dentro. E nós aqui fora não podíamos fazer nada (Lucila, entrevista, *op. cit.*)

A “Contravenção de Vadiagem” é uma lei que foi historicamente utilizada em todo Brasil para perseguir prostitutas. Diversos estudos sobre a prostituição relatam a prisão de prostitutas por meio dela. Apesar de algo bastante semelhante existir desde a abolição da escravatura, de modo a disciplinar a mão de obra negra recém liberta na transição do escravismo para o capitalismo no Brasil (CHALHOUB, 1986, p. 46 e 53), a contravenção penal de vadiagem ao qual me refiro foi constituída a partir de 1942. Segundo Sarah Feldman, o Código Penal aprovado durante o período autoritário do Estado Novo ampliou diversos poderes do aparelho policial e legitimou o poder da polícia acerca das prostitutas. A “Lei das contravenções Penais” constituinte deste código, juntamente com a delegacia responsável pelo controle da prostituição, a “Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos” (criada em 1924), ampliou o controle e a repressão em relação à prostituição. Essa delegacia foi a que mais utilizou o “recurso do controle do território”, de forma a garantir a separação entre a prostituição e os espaços valorizados da elite, além de garantir seu maior controle e “sua visibilidade para o aparelho policial” (FELDMAN, 2010, p. 189).

Vale dizer que é durante o Estado Novo que se iniciam as principais ações para a “pacificação” das ruas no Brasil. Segundo Maurício Parada, as ruas das cidades brasileiras após 1930 foram locais de intensa conflitividade e baixíssima regulação. Diante desse quadro, a “pacificação” da vida urbana brasileira se torna uma prioridade “da reestruturação da ordem política pretendida pelo Estado Novo” (PARADA, 2009, p. 9). Essa pacificação vai afetar os habitantes que estabeleciam uma relação cotidiana com o uso do espaço público das ruas, entre eles, as prostitutas. É importante ressaltar que a “Lei da Vadiagem” não era usada apenas para prender

prostitutas, mas todos aqueles considerados “vagabundos”: biscateiros, desempregados, boêmios e outros *habitués* das ruas. No Capítulo 2, acerca da invenção do Jardim Itatinga, veremos como a violência policial era associada em Campinas com diversos outros grupos “desviantes” (BECKER, 2008 [1963]), a partir de uma discriminação de raça, classe social, opção sexual, etc. A própria descrição da contravenção na lei deixa claro essa associação da prostituição a seus outros pares “desviantes”:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena (LCP - Decreto Lei nº 3.688 de 03 de Outubro de 1941, Código Penal Brasileiro - C.P.B.).

A prostituição era enquadrada automaticamente nessa lei pois partia-se da premissa de que esta não era um trabalho, apesar de nunca ter existido uma lei que determinasse e descrevesse especificamente a prostituição como crime no Brasil. Ou seja, podemos também afirmar que a luta do movimento organizado das prostitutas em busca da legitimidade da profissão, em defesa da prostituição como um trabalho, surge também, entre outros motivos, de modo a contrapor a principal forma de repressão usada contra a presença das prostitutas nas ruas.

A prática da violência como tentativa de segregação

A violência sistemática da polícia em relação às prostitutas e outros “desviantes” da área central de Campinas aparece muitas vezes nos discursos de construção da memória de constituição da Associação que foram captados para realização do vídeo. Por exemplo, o advogado Paulo Mariante relata acerca de uma tentativa de expulsão das prostitutas do centro na década de 1990:

Em uma cidade como Campinas, uma operação como essa não era nenhuma novidade, aliás diga-se de passagem, principalmente em relação as mulheres profissionais do sexo, numa cidade que nos anos 1950 do século XX praticamente construiu um bairro que foi decorrente de uma tentativa de remoção que foi o Itatinga, né, seria até estranho a gente ficar surpreso com isso. Isso é a demonstração de que essas coisas são recorrentes, não é? E que ciclicamente, periodicamente, acontecem e se repetem. O fato é que isso era a reprodução de uma política anterior, que tem a ver com **a disputa pelo espaço da cidade**. Quando a gente fala disso a gente tá discutindo quem de fato detém o controle e domínio dos espaços. E o que isso custa pra vida das pessoas. Esse enfrentamento acontecia porque a Guarda Municipal cumpria esse papel de, de hostilidade, de opressão e a imprensa tava cotidianamente colocando, reforçando a importância... que dava oxigênio para que aquilo continuasse. A Praça Carlos Gomes, ela tinha o trânsito - por exemplo - vedado aos negros.

Então, assim, é disso que a gente tá falando. É uma cultura, e por mais que possa parecer que não, ela se transmitiu ao longo dos tempos, ela foi mantida: tem uma determinada elite que pode dizer o que deve e não deve ser feito na cidade e o resto do povo que sofre as consequências disso e que se gostar, gostar, se não gostar, que procure outro lugar (Paulo Mariante, entrevista, *op. cit.*, grifo meu).

É interessante destacar, na fala de Paulo Mariante, como ele associa as tentativas de remoção das prostitutas do Centro a outros grupos marginalizados, de forma a compreender as disputas acerca dos usos da área central, e como a segregação urbana é engendrada em Campinas, fato que será trabalhado ao longo da tese nos diversos capítulos a seguir.

A cicatriz que Lucila leva na boca também é usada como um testemunho, a partir do qual ela inicia os relatos das violências que sofreu. Conversando comigo ou em falas públicas, ela mostrava a cicatriz e contava de onde vinha aquela marca de violência que carrega no rosto. Nem sempre ela narrava essa história da mesma forma. Uma vez contou que, quando trabalhava no Centro, tinha levado tanto chute (“botinada”) de polícia na boca sua mandíbula caiu e ela teve que fazer uma plástica para recompor o rosto (Diário de Campo, 26/03/2014). De outra vez, me contou que quem havia feito isso era um “cafetão” amante da “dona-da-casa” onde ela trabalhava no Jardim Itatinga, um juiz (“um negão de dois metros”) que chutou sua boca quando ela reclamou das condições de trabalho da casa. Em seguida, Lucila revidou com uma garrafada na cabeça dele que o fez nunca mais “mexer” com ela (Diário de Campo, 23/01/2013). De qualquer forma, as duas diferentes histórias sobre a cicatriz associam essa violência à figura do Estado, por meio da figura da polícia ou de um representante do poder judiciário. Esse é um ótimo exemplo do que Michel de Certeau chamou de “mobilidade” da memória na “arte de dizer” de acordo com a ocasião, em que “os detalhes não são nunca o que são: nem objetos, pois escapam como tais; nem fragmentos, pois oferecem também o conjunto que esquecem; nem totalidade, pois não se bastam; nem estáveis, pois cada lembrança os altera” (CERTEAU, 2013 [1990], p. 152).

Da mesma forma, quando eu buscava saber em que ano aconteceram os relatos que Lucila e as outras prostitutas do Centro me contavam, elas não sabiam dizer as datas ao certo. Então eu perguntava: “mas foi durante a ditadura?”. Às vezes respondiam que sim, às vezes que não. No começo da minha pesquisa, eu estava com uma ideia fixa de que a formação do Jardim Itatinga tinha alguma ligação com a ditadura, pois o bairro tinha sido criado durante esse período. Suas narrativas, porém, não fazem uma correlação direta entre a ditadura e a memória do que sofreram. Se seguirmos os relatos das prostitutas do Centro de Campinas, a violência começou a diminuir apenas no momento que elas começaram a se organizar, se articular com outros

parceiros e a partir do momento de criação da Associação. Isso parece demonstrar que, para muitos grupos sociais, a violência institucional independe daquele período de fechamento político. A tradição de tortura da polícia brasileira continua mesmo após o fim da ditadura, fato este denunciado variadas vezes por outros movimentos sociais e grupos marginalizados.

Valéria, por exemplo, relatando como está o trabalho no Centro após a criação da associação: “não tem havido... que nem, de vez em quando tinha aquela história: ah, porque vai fechar hotel, ah porque a polícia vinha pegar no pé, você entendeu? Diminuiu bem esse negócio... (Valéria, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 18/03/2014)”. Outro relato, de Solange, prostituta do Centro que faz parte da entidade desde o início, apesar de nunca ter estado nos papéis de coordenação:

Começamos a se reunir para o nosso bem, não é? Muito polícia pegando no pé... Para poder melhorar para nós, não é? Que não estavam deixando nós trabalharmos. A gente foi para melhora, para poder... para gente poder trabalhar mais na paz, sossegado... que o hotel estava fechando... para gente poder ter um local para gente trabalhar... [...] Melhorou muito, graças a Deus! Agora nós temos nossos direitos, porque por exemplo, discriminações, alguma coisa, nós temos pra onde correr, uma associação pra nós. A polícia respeita a gente, nós também respeitamos os policiais, se vir falar com a gente a gente sabe como falar com eles, eles sabem chegar na gente. Mudou muito, melhorou muito, graças a Lucila que luta e corre por nós. Se não fosse ela, a associação seria... Nem sei como, difícil... Porque ela é guerreira, lutadora por nós. Ela merece um abraço, uma consideração muito grande. Ela briga pela gente, ela briga, ela luta, ela chora, ela é uma guerreira mesmo pelas mulheres do sexo. Vem cá para eu te dar um abraço, essa é amiga para sempre, luta por nós, entendeu? [Abraça a Lucila, que estava fazendo a entrevista] É a Lucila, te adoro! (Solange, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 18/03/2014).

A partir dos relatos, “aquela época” que a polícia “barbarizava” é aquela antes do início da organização das prostitutas do centro de Campinas, por volta da década de 1990. Ou seja, para elas - bem como, para a maioria das prostitutas brasileiras e outros pares “desviantes”, como pobres, pretos, homossexuais, transexuais - o fim da ditadura não é uma marca para o fim da violência e da tortura como parte do trato policial.

Uma memória de resistência

Vale ressaltar que junto a esse discurso de memória da violência sofrida construído pelas prostitutas do Centro de Campinas caminha lado a lado a um discurso de resistência. Ao longo da minha relação com a associação, mesmo depois de muito tempo trabalhando com elas e já

tendo iniciado minha pesquisa de doutorado, fui compreendendo a importância da resistência para a constituição da memória das prostitutas em Campinas. Precisei passar por alguns momentos de inflexão para entender de fato o que isso significava para elas.

O mais expressivo deles aconteceu em um dia muito especial, em que eu havia sido convidada pra falar em um evento organizado em conjunto pela Associação Mulheres Guerreiras e a Coletiva das Vadias de Campinas, chamado “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”³⁶. Na mesa, além de mim, estavam a coordenadora geral da Associação Mulheres Guerreiras e uma representante da Vitória Régia, associação de profissionais do sexo de Ribeirão Preto (SP). Na plateia, uma sala de conferências da Universidade Estadual de Campinas, estavam diversos estudantes e cerca de dez prostitutas. Fui a primeira a falar. Comecei colocando o quanto me sentia desconfortável em uma mesa entre duas prostitutas integrantes de associações de “profissionais do sexo”, representando o papel daquela que fala sobre a profissão delas, sem ser prostituta. Assim, deixei claro que ia me centrar na história de formação do Jardim Itatinga, e que elas, por favor, comentassem sobre minha apresentação, fazendo críticas ou elogios.

Dei o espaço para isso, e na hora das perguntas, uma prostituta muito importante no Jardim Itatinga, chamada Jussara, começou sua colocação dizendo que ia brigar: “como todo debate vai ter briga, vou quebrar o pau”, ela disse. Enrolou um pouco até deixar claro que a briga era comigo: “a história do Itatinga não é nada disso ai que ela disse, não foi assim que ele foi criado”, que eu estava falando um absurdo, que eu não sabia nada do que estava dizendo, porque claro, não sou prostituta e não “vivo o que elas vivem para ir lá falar do trabalho dela”. Também fez críticas à universidade: “estou vasta de tanto universitário na minha vida”, “eles prometem que vão levar uma cópia do trabalho para eu ler” falou com ironia, dando risada, e outras prostitutas riam também, demonstrando a quantidade de vezes que isso deve acontecer.

Apesar da humilhação, respondi que desejava que ela me ajudasse a acertar esses erros, e agradei pelas críticas. Ela foi firme ao contrapor a “doutora” (como elas me chamaram ironicamente nesse dia, após eu ter me apresentado na mesa dizendo que fazia doutorado sobre o Jardim Itatinga) fazendo uma crítica à universidade, dentro dela e rodeada de universitários. Depois, tentei incorporar essa crítica na minha pesquisa acertando os equívocos apontados. Ao longo de sua fala percebi que o estopim de sua indignação foi uma parte do meu relato sobre a formação do bairro, no qual eu dizia que, quando aconteceu a operação para a formação do Jardim Itatinga

36 O evento aconteceu no dia 29/06/12. Tinha o objetivo de pensar “a auto-organização das profissionais do sexo”, e na mesa estavam: Bethânia - Ass. Mulheres Guerreiras (Campinas), Diana Helene - IPPUR – UFRJ e Thais Lima-Ass. Vitória Régia (Ribeirão Preto). A apresentação completa da mesa, bem como as perguntas e debate, podem ser assistidos no seguinte link: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/2N8K3D1M8381/>

em 1967, a PMC tinha conseguido eliminar a prostituição do resto da cidade e concentrá-la totalmente, naquele período, na Zona. Segundo ela, isso nunca havia acontecido: “as meninas nunca saíram dali” (Diário de Campo, 29/06/12).

Esse fato me fez revisar meu material de estudo, o que provou meu equívoco. Porém, o que mais se colocou como significativo para essa pesquisa foi que a sua reação violenta perante meu comentário centrava-se na ofensa que eu tinha feito a ela e à luta das prostitutas, por não ter deixado claro que apesar de todas as ações para tirá-las do centro da cidade e construir o Jardim Itatinga, elas tinham resistido e lutado para continuar trabalhando no Centro, e estavam lá até hoje. Essa resistência não deve, de maneira nenhuma, ser esquecida. Precisa ser lembrada, reafirmada e disputada. Elas lutaram para ficar neste local, e ali permanecem desde a época da construção do Jardim Itatinga.

As histórias contadas por elas buscam reconstruir essa memória enaltecendo como elas conseguiram sobreviver, apesar de tudo. Citando ainda outra vez, a fala da Lucila sobre a violência policial no prólogo dessa tese, destaco o trecho: “... Quarenta e dois anos vai fazer que eu tenho de puta e eles não me mataram, porque? Porque eu tinha que ficar pra contar a história, tá? [...] E eles não me mataram. Eu estou aqui e vou lutar até o fim, viu? Enquanto eu estiver viva vou lutar contra a polícia” (Lucila, debate do vídeo “Mulheres... *op. cit.*). José Miguel Olivar, que estudou um grupo de prostitutas trabalhadoras da área central de Porto Alegre, relata de forma muito semelhante como, na elaboração de suas memórias a partir da construção da narração das violências sofridas, sobretudo pelas mãos da polícia, a narrativa “sempre termina sendo o motivo de sua própria grandeza” (OLIVAR, 2013, p. 172). Olivar também relata em seu trabalho, como o movimento de prostitutas é parte de diversas mudanças em todos os âmbitos da vida de Porto Alegre ao emergir como personagem na cidade. E de como, nessa história, se destacava “o lugar que uma sistemática e brutal violência tinha nas narrativas, nos corpos e na imaginação dessas mulheres” (*Ibidem*, p. 152). Nesse sentido, podemos retomar o relato da foto da passeata contada anteriormente, e perceber como a importância de encontrar aquela imagem tem a ver com a demarcação da “grandeza” dessas resistências.

Em seu estudo sobre a Vila Mimosa, Aparecida Moraes trabalha a forma com que o histórico de remoções que as prostitutas sofreram se reflete na constituição de sua identidade social, em que medida esse mecanismo de desconstrução do espaço da prostituição que elas sofriam também fortalecia certo tipo de identidade de grupo entre elas de modo a resistir à expulsão (MORAES, 1996, p. 93). Tanto a pesquisa de Aparecida Moraes, como a de Soraya Simões (SIMÕES, 2010a) relatam a construção de uma memória de resistência pelas prostitutas e parceiros da Vila Mimosa

que remete ao “saudoso Manguê”, local da prostituição carioca antes de sua desagregação pelo poder público³⁷. Sob um contexto um pouco diverso, mas que se articula com as questões características da segregação da prostituição, essa memória de resistência é um fato que também observo nos discursos das prostitutas do centro de Campinas.

Centro e “centralidade”

A importância simbólica dessa resistência também é construída a partir da compreensão do caráter de “centralidade” desse local da cidade. Não é qualquer lugar que está sendo disputado, mas um lugar de grande importância, o Centro propriamente dito, com C maiúsculo. Em Campinas o centro da cidade é chamado muitas vezes de “Cidade”. Quando eu morei em Barão Geraldo, na periferia norte de Campinas, “Vou para a Cidade” era a forma que se nomeava o deslocamento até o núcleo original de Campinas.

Pode-se afirmar que é no Centro que se concentra o máximo grau de “centralidade”, nos termos de Andréa Tourinho, pois se apresenta “como o sinal distintivo de tudo aquilo que no inconsciente coletivo de uma sociedade se aceita como central” em um processo de decantação simbólica ao longo do tempo da vivência cotidiana dos cidadãos, mas também por sua constituição física: “uma área diferenciada e permanente que identifica e hierarquiza a cidade” (TOURINHO, 2006, p. 287)³⁸. Vale esclarecer que o termo “centralidade” se relaciona com o aparecimento de desdobramentos das centralidades para além dos núcleos tradicionais das cidades, a partir dos anos 1969, com a aparição de “novas centralidades”, fruto dos novos modelos de crescimento da urbanização brasileira, nos quais “a centralidade deixou de ser atributo exclusivo do Centro”, o que levou “à ruptura na continuidade interpretativa de seus significados” (*Ibidem*, p. 279).

Os centros tradicionais de diversas cidades brasileiras começaram a perder sua centralidade exclusiva entre as décadas de 1960/80, com o avanço do sistema rodoviário de circulação, que expandiu as metrópoles propiciando a abertura de novos loteamentos afastados das áreas centrais. Muitas pessoas passaram a morar fora do núcleo original, sobretudo as classes mais ricas, que saíram do centro das cidades para mudar para novos empreendimentos imobiliários, como condomínios verticais e horizontais distantes. Além disso, acontecem desdobramentos do caráter

37 Acompanharemos a história da Vila Mimosa, “O caso da Vila Mimosa: uma genealogia de segregação e resistência” no Capítulo 4.

38 Da mesma forma que observei no meu trabalho de mestrado, que se baseava em ocupações de prédios abandonados na área central de São Paulo, a ideia de “resistir” e permanecer no Centro é uma forma importante de disputa pela apropriação das classes populares desses locais (HELENE, 2009).

de centralidade do Centro, criando novos centros – subcentros ou centros “estendidos” – marcados geralmente pela constituição de espaços segregados, como shoppings centers, condomínios fechados e outros grandes conglomerados comerciais, “associadas a um novo modelo de acessibilidade, já que os shoppings são alocados próximos a vias expressas e conjugam grandes áreas de estacionamento” (SPÓSITO, 1991, p. 12). Ou seja, as cidades brasileiras passam a se caracterizar por diferenciadas centralidades, estimuladas em função dos novos eixos de circulação (CALDEIRA, 2000; FRÚGOLI, 2006; SPÓSITO, 1991, TOURINHO, 2006, p. 283 e 285).

Dessa forma, muitos dos centros tradicionais vão se tornando locais com pouco uso misto, com poucas residências e de uso majoritariamente comercial, além da presença de muitos imóveis vazios. Enquanto residências e escritórios mudam-se para as novas centralidades segregadas, estratificadas e controladas por sistemas de segurança, o centro original das cidades vai sendo gradualmente adensado e ocupado pelas classes populares, se beneficiando de sua infraestrutura e farta acessibilidade (sem esquecer de sua potencialidade simbólica), estabelecendo redes de sobrevivência que se tornam características dessas áreas centrais tradicionais. Desde o estabelecimento de trabalhos improvisados e/ou à margem da oficialidade, como vendedores ambulantes e catadores de material reciclável que tiram proveito da grande confluência de pessoas das áreas centrais, até a ocupação de imóveis abandonados, constituindo uma rede de estratégias e táticas de sobrevivência, de papéis informais, de relações de vizinhança e familiares, de trocas sociais, culturais e de sociabilidades improvisadas fruto do constante adensamento da organização popular no espaço urbano em busca de alternativas de sobrevivência (HELENE, 2009, p. 36; BONDUKI 1998 e 2005; FRUGÓLI, 2003; GONH, 1991; MARICATO, 2001; ROLNIK, 1999; SPÓSITO, 1991).

As prostitutas do Centro de Campinas fazem parte dessa rede, com as especificidades de suas táticas e estratégias de sobrevivência para se manterem beneficiadas da potencialidade dessa área da cidade. É no centro de Campinas que podem acessar uma série de serviços baratos e acessíveis, como as refeições no restaurante *Bom Prato* por um real, por exemplo. Essa é uma característica que deve ser levada em conta na escolha de trabalhar nesse local. Assim como observei no meu mestrado sobre as ocupações na área central de São Paulo (HELENE, 2009), eleger morar e/ou trabalhar no Centro, apesar de todos enfrentamentos que sofrem, é uma escolha estrategicamente pensada.

Em Campinas, a centralidade se desloca seguindo a polaridade entre o norte (valorizado) e o sul (desvalorizado), como veremos mais aprofundadamente no Capítulo 3. O Shopping Parque Dom

Pedro, inaugurado em 2002, é um exemplo deste desdobramento da centralidade, da criação desse centro estendido, da fragmentação da cidade pelos novos eixos de circulação rodoviários, que segue o fluxo da Rodovia Dom Pedro. Sua construção valorizou eixos no *strip* da rodovia e consolidou a área norte como de ocupação das áreas valorizadas. Em seu entorno foram construídos uma série de empreendimentos imobiliários, residenciais e comerciais (todos estes caracterizados pela sua constituição aliada a sistemas de segurança e controle da frequência dos usuários).

Vale dizer que estes desdobramentos carecem da complexidade da centralidade característica do Centro original. Segundo Andréa Tourinho (2006), em contraposição às outras centralidades e à “cidade incompleta, difusa e fragmentada”, o Centro – devido à sua complexidade histórica, representativa, arquitetônica, urbanística, social, diversa, residual e simbólica - “se caracteriza como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas principalmente por seus aspectos simbólicos e formais que têm, na força de sua continuidade temporal e na permanência de seus espaços coletivos, a capacidade de evocar uma imagem que o identifica, por sua autnomásia, com 'a Cidade'”. Dessa forma, congrega o máximo de centralidade, pois “cresceu com a cidade” desde sua fundação. O Centro é um espaço de difícil apropriação e caracteristicamente resistente à uniformização/generalização, ou seja, se constitui como um espaço “duro”: “um espaço rebelde, não dominado, diversificado e não igualitário”. Por sua grande característica de diversidade ele se constitui como o “espaço do conflito”. Essas características afetam as tentativas de dominação hegemônica do território, já que neste espaço qualquer operação de transformação enfrentará muitos obstáculos (TOURINHO, 2006, p. 280-286):

O Centro, como possível metonímia da cidade toda e como história material da cidade e da sociedade, contém em sua estrutura espacial e social as identidades das lutas, fracassadas ou vitoriosas, assim como dos esforços legítimos ou ilegítimos, realizados por vários ‘modelos de sociedade’ que já viveram, ou ainda vivem, na cidade atual (*Ibidem*, p. 280).

A essa ideia podemos associar o conceito de “rugosidade” de Milton Santos, considerando que o Centro tradicional seria este local no qual as rugosidades estão mais densamente constituídas, devido a suas características históricas. Santos refere-se às características espaciais de determinado lugar que permanecem através do tempo, como, por exemplo, sua morfologia urbana, seu espaço construído, sua paisagem, seus arranjos e reapropriações: a “inércia dinâmica” das formas herdadas. Tudo aquilo que fica, se substitui e/ou se acumula do processo de transformação (supressão, acumulação e/ou superposição): “a cidade como um todo resiste à difusão dessa

racionalidade triunfante graças, exatamente, ao meio ambiente construído, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais” (SANTOS, 2006 [1996], p. 89-92; *Idem*, 1994, p. 140). Trabalhando com o conceito de rugosidade, Ana Clara Ribeiro (2012) afirma que:

O conceito de rugosidade refere-se à concepção do espaço como acúmulo de tempos, ou seja, enfrenta os enigmas teóricos relacionados à indissociabilidade entre espaço e tempo. Da mesma forma, este conceito valoriza a historicidade que conforma a espacialidade, que é por ela expressa e contida. Trata-se do resultado de um investimento teórico dedicado à valorização do poder de determinação detido pelo espaço e, portanto, à causalidade espacial da dinâmica econômica, sócio-política e cultural. Este conceito obriga à consideração da autonomia relativa da instância espacial na estrutura das formações sociais e, assim, nas possibilidades históricas de sua transformação (RIBEIRO, 2012, p. 68).

Dessa forma, podemos dizer que a rugosidade do Centro constitui esse espaço “duro”: uma dureza acumulada durante todo o período de construção da história da cidade, pela sobreposição de estruturas e das relações sociais solidificadas nesse espaço. Pode-se dizer que as prostitutas do Centro de Campinas fazem parte da constituição dessas rugosidades, com uma longa história de construção de relações com o espaço central da cidade.

Vale ressaltar que essa rugosidade e essa história de resistência se iniciaram nas práticas cotidianas de sobrevivência, táticas (nos termos de Michel de Certeau, 2014 [1990]), que as prostitutas do Centro desenvolviam a partir de laços de solidariedade entre si - embriões do que seria a Associação Mulheres Guerreiras - de modo a se ajudarem e se protegerem coletivamente da violência que sofriam pela polícia, pelo Poder Público e pela população em geral de Campinas. O relato de Lucila, a seguir, demonstra as formas de organização estabelecidas entre elas para se protegerem das adversidades que sofriam antes da criação da associação:

Se morria uma prostituta nós não tinha como enterrar ela porque a prefeitura não dava caixão. Nós tínhamos que fazer uma... como se diz, “uma abaixo assinada”? Aquelas listas, sabe? Para poder arrecadar dinheiro para enterrar a companheira que estava morta lá nos Amarais [cemitério da cidade]. Em tudo estava difícil!!! A companheira pegava uma doença, nós juntávamos e mandávamos fazer um remédio na época na farmácia de São Luís. Nós mesmas queimávamos a doença, que era aquele tal de cavalo de crista, sabe, essas doenças que viram uma couve-flor assim [mostra a forma com as mãos]. Mas aí, nesse intervalo ela não podia fazer programa, nós que bancávamos os filhos dela, o aluguel dela, para ela poder voltar a fazer programa. Nós mesmas que se virávamos com o remédio.

[...] Olha, eu falo pra você uma coisa, sabe a maior arma, a maior arma que nós tivemos? Foi o sofrimento. Foi o sofrimento. Porque é muito duro você ver teu filho sofrer, ou você e você não ter, não ter quem te ajude, você não ter hospital, você não ter ninguém... Que mundo é esse que nós vivemos? E se eu

ver meu filho doente e não ter um médico para salvar ele... fica meio difícil, a gente não quer viver, sabia? (Lucila, entrevista, *op. cit.*)

Enquanto no Jardim Itatinga havia o controle médico policial, como veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos, a perseguição às prostitutas no Centro resultou numa rede colaborativa para tratamento das doenças as quais estavam expostas: “Nós mesmas queimávamos a doença”. Até hoje, diversas vezes, conversando na praça onde fazem programa no Centro, elas me passavam receitas de chás e ervas para curar doenças, principalmente as relacionadas com a região genital, demonstrando um conhecimento autônomo desenvolvido para o trato das especificidades de sua profissão. Além disso, o relato marca a solidariedade entre elas para cobrir a companheira no trabalho quando esta necessitava por motivo de doença e/ou gravidez. Até hoje isso acontece com as prostitutas do Centro que, trabalhando informalmente de maneira independente, precisam criar essas táticas para manter seu sustento viável.

1.3_OS PARCEIROS DAS PROSTITUTAS DO CENTRO

Na construção da memória possibilitada pela produção do vídeo se ressalta como as prostitutas do Centro foram, aos poucos, percebendo a importância de mobilizar parceiros que apoiassem sua luta e começaram a buscar uma retaguarda a partir das entidades que já trabalhavam com a questão dos direitos humanos ou com a prostituição em Campinas, mesmo que, algumas vezes, essas parcerias envolvessem uma série de contradições, como veremos a seguir.

Um dos principais parceiros da associação, primeiramente, foi o advogado Paulo Mariante, do grupo Identidade, citado anteriormente:

Em 1997, quase certeza que é essa a data, de 1997, 1998, começou uma ideia de limpeza do Centro, inclusive com essa expressão: limpar o Centro. O que significava? Retirar do centro mendigos, ou pessoas em situação de rua, as mulheres “profissionais do sexo”, mulheres que se prostituíam, e todos os demais que não fossem, que não representassem aquilo que eles consideravam o adequado estar no Centro. E de uma forma extremamente repressiva, não se imagine que foi uma forma diferente do que a velha polícia militar, truculenta, com toda a herança da cultura de segurança pública inimiga do povo da história do Brasil, não só da ditadura como da história do Brasil inteira, a guarda municipal incorporou muito rapidamente isso. E as cenas, portanto, em relação principalmente às mulheres, as “profissionais do sexo”, eram cenas de mulheres encostadas na parede para revista com viaturas da guarda municipal... Isso muito ali na praça Rui Barbosa. Foi onde aconteceram assim, na minha memória, o registro maior que eu tenho, situações na praça Rui Barbosa, que é uma praça atrás da catedral: mulheres encostadas na parede, a viatura, aquela cena.

[...] Foi nessa época inclusive, também é interessante observar como as coisas

se combinam, que o pároco da Catedral que, se não me falha a memória, era o cônego Caran autorizou colocar aquelas... naquela parte lateral toda da catedral, aqueles ferrinhos, aqueles pininhos para que nem moradores, pessoas em situação de rua e nem eventualmente as mulheres, se bem que elas não costumavam ficar ali, usassem o espaço pra sentar. Pois é, incrível. E foi esse o momento em que a gente foi procurado (Paulo Mariante, entrevista, *op. cit.*).

Quando marcamos o encontro com ele, Lucila ressaltava a importância que ele tinha, para elas, na constituição da associação: “porque você foi o único advogado que nos ajudou” ela lhe disse quando fizemos essa entrevista. Como houve muitos advogados que ajudaram a associação ao longo de sua criação, interpreto essa fala como uma demarcação desse primeiro momento de articulação com outras entidades. Naquela época (1997/1998), Paulo Mariante foi o primeiro a ajudar as mulheres do Centro em relação à violência que sofriam. Depois foram chegando diversos parceiros, e nesse sentido, os outros advogados perderam relevância na construção da história da associação.

A Pastoral da Mulher Marginalizada

Outra parceira importante, presente desde o começo, foi a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) e a Congregação do Bom Pastor, entidades católicas fundadoras do Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (CEPROMM). Elas estavam sediadas inicialmente no Jardim Itatinga mas, ao tomar conhecimento da violência que as mulheres do Centro sofriam, passaram também a realizar algumas atividades nesta área. É importante ressaltar que a relação da pastoral com as prostitutas de Campinas é muito mais ativa e forte na Zona e mais dispersa no Centro. Na época que eu participei das reuniões de formação para constituição da associação de 2006 a 2007, a PMM esteve ausente da maioria destes encontros. Entretanto, ao realizar atividades no Jardim Itatinga, estas aconteciam, via de regra, na sede do CEPROMM. Segundo relata a Irmã Lourdes, diretora da entidade:

Eu comecei o trabalho aqui em Campinas em 1980 com as mulheres aqui do bairro [Jardim Itatinga] e não tinha recurso nenhum aqui nesse bairro, aí nós criamos em 1983, não desculpa, em 1993 o CEPROMM pra dar o atendimento. Antes de criar o CEPROMM a gente atuava com a Pastoral da Mulher [PMM] e as mulheres... algumas, a gente também teve contato com as **mulheres prostituídas da Cidade** [do Centro], que elas chegavam aqui e aí fomos descobrindo que estava acontecendo muita violência com as mulheres, era tipo assim, de limpeza na cidade, as mulheres não podiam ficar nem na frente da catedral, nem nas escadas da Catedral, a Casa Campos [casa comercial do Centro] também estava pressionando, diziam que incomodava os clientes, então não queriam... como se as pessoas não fossem gente. Então nós começamos a fazer o primeiro contato com as mulheres através da amizade, fomos fazendo

contato assim, encontrar com as mulheres... perguntar como estava a situação, acolhendo-as e ouvindo-as...

[...] As mulheres estavam sofrendo muito, estavam muito aflitas, e nós começamos, assim, nos preocupar em como enfrentar essa situação, então por isso que a gente começou a conversar com as mulheres e a gente tava muito preocupada também com a situação da mulher por exemplo, nós trabalhávamos com a questão da conscientização dos direitos delas como pessoa humana, então elas tinham o direito de viver dignamente. A maneira como cada uma podia fazer no momento era viver, trabalhar na própria prostituição, mas nós estávamos muito preocupadas com a questão da... **porque a realidade ali do Centro era bastante diferente do aqui na Zona confinada de prostituição Itatinga.** As mulheres elas ficavam na praça, assim, muito **expostas** e tinha muitas mulheres idosas e percebemos que essas mulheres, elas não tinham garantia nenhuma para o futuro, a grande preocupação nossa foi essa questão do futuro dessas mulheres, além de sofrerem violência, não terem outros meios de vida, elas também não tinham um futuro garantido, a questão do INSS, esses direitos sociais (Irmã Maria Lourdes Vicari, entrevista realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 28/11/2012, grifos meus).³⁹

Vale destacar aqui as diferenças que Irmã Lourdes observava entre o Jardim Itatinga e a prostituição no Centro. Ela afirma que a realidade do Centro é diferente da Zona, pois as mulheres da área central são, em geral, mais velhas atuando em lugares de visibilidade da cidade, de modo diferente do que acontece no Jardim Itatinga, estando “expostas” ao “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996) e à violência.

Apesar do apoio das irmãs da Pastoral, a relação entre a organização das prostitutas enquanto trabalhadoras e a condição histórica de vitimização da prostituição engendrada pelas práticas religiosas de salvação da mulher “prostituída” muitas vezes envolvia confrontos e/ou contradições. As três principais integrantes da associação, Lucila, Natasha e Regina, mantêm relações pessoais frequentemente conflituosas com a organização religiosa.

A entrevista da Irmã Lourdes para o vídeo da associação, cheia de emoção e de memórias da amizade entre a entrevistadora (Lucila) e a entrevistada (Irmã Lourdes), apenas conseguiu ser realizada, segundo a própria Lucila, porque foi ela quem realizou a atividade: “a Natasha elas não querem ver nem pintada de ouro” (Diário de Campo, 28/11/2012).

Natasha fez parte da PMM por muitos anos, trabalhando como empregada doméstica, recepcionista, etc; e além disso, fez diversos cursos de formação subsidiados pela PMM, uma oportunidade dada pela pastoral para que ela saísse da prostituição. Natasha afirma que toda a formação que obteve, inclusive os encontros entre “mulheres prostituídas” - nos quais, em um deles ela demarca o grande marco de “ter aprendido a ser puta”, quando conheceu Gabriela Leite

³⁹ Destaque para o uso do termo “mulheres prostituídas” pela representante da PMM, bem como, para designação da área central como “cidade”.

- que a possibilitou construir seu discurso de afirmação da prostituição com um trabalho, com livre arbítrio para exercer a atividade por vontade ou mesmo por prazer, e que acabou no final se voltando contra os próprios ideais da PMM.

Regina também fez parte da pastoral por muito tempo e trabalhou como “multiplicadora” no Jardim Itatinga e no Centro. Enquanto mulher transsexual, travesti ou “viado”, como é chamada muitas vezes por outras integrantes da associação, sua identidade como mulher foi, ao longo destes muitos anos em que a conheço, às vezes reafirmada e às vezes apagada, este último caso ocorrendo principalmente quando ela estava mais próxima da pastoral. Houve uma época em que ela abandonou o uso de peruca para esconder sua ligeira calvície, que acabava por ressaltar uma identidade menos feminina, e deixou de usar roupas muito provocantes e ousadas, e este período coincidiu exatamente com seu trabalho na entidade religiosa. No caso de Regina, é visível uma aproximação e distanciamento dos ideais propostos pela pastoral, sem nunca haver um afastamento completo.

No caso de Lucila, os comentários Irmã Lourdes descrevem um apreço e grande condescendência. Como pode-se observar na entrevista dada à associação para realização do vídeo:

Eu olhava com a Lucila assim, achava ela assim bem rígida, séria assim, eu sempre tentei me aproximar dela, dar um abraço, expressão de carinho com ela, com a pessoa dela, que eu via nela que ela tinha valores, que se ela quisesse ela poderia transformar a vida dela e hoje eu fico extremamente feliz de saber da transformação da vida dela, que ela começou o estudo, que isso foi muito importante, é uma pessoa de muita fé e reconhecida. Ela reconhece como foi importante na vida dela de se sentir amada, de se sentir acolhida como ser humano, que ela é capaz de lutar e não só, é uma pessoa que não pensa somente nela, mas pensa nas companheiras, nas pessoas que sofrem. Eu agradeço a Deus por ter conhecido a Lucila. Ela foi e está sendo muito importante na minha vida (Irmã Maria Lourdes Vicari, entrevista, *op. cit.*).

Apesar das relações afetuosas, conflitos e contradições, sobretudo no que concerne à constituição da identidade da mulher prostituta, a relação entre a PMM e o movimento das prostitutas brasileiro é histórica no Brasil. A tese de Andreia Skackauskas relata esse conflito entre a “libertação” da mulher “oprimida” promulgada pela pastoral e sua decorrente vitimização da prostituta, uma “dimensão tutelar” da PMM, que entra em embate direto com o desenvolvimento de um sujeito político que o movimento organizado das prostitutas engendra. Contudo, a entidade tem seu papel no “empoderamento” e consolidação do movimento. Apesar da ideia de salvação das prostitutas, a PMM proporcionou o conhecimento e encontro entre prostitutas e possibilitou que se reconhecessem enquanto sujeitos de sua história: “essas prostitutas, é preciso

reconhecer, aprenderam com a Pastoral a se organizar, a se envolver com outros movimentos sociais e a reivindicar direitos, mesmo que alguns desses não sigam as ideias e as propostas da PMM (SKACKAUSKAS, 2014, p. 265)”. Aparecida Moraes também afirma que a trajetória de participação nessas atividades da pastoral e outras organizações populares similares foi fornecendo, pouco a pouco, instrumentos para a compreensão e interpretação de sua própria realidade que foram importantes para perceberem o “isolamento e ocultamento da questão da prostituição” nessas mesmas entidades, e partirem para a elaboração de discursos sobre suas especificidades (MORAES, 1996, p. 202 e 203).

Gabriela Leite relata em suas biografias (LEITE, 1992 e 2009) como ela e Lourdes Barreto⁴⁰ decidiram se organizar “elas mesmas” em função da vitimização da pastoral:

De uma maneira geral, fui muito maltratada naquele encontro [Encontro da PMM em Salvador, década de 1980]. A Lourdes era a única que me defendia. Nós ficamos hospedadas num casario de freiras. Eu e Lourdes dormíamos no mesmo quarto e de noite conversávamos sem parar sobre os absurdos do dia. Lá nós começamos a pensar num movimento autônomo das prostitutas. Sem guarda da Igreja, sem nada (LEITE, 2009, p. 143).

Ou seja, apesar de tudo, o encontro entre Lourdes e Gabriela e a decorrente fundação do movimento organizado das prostitutas no Brasil se possibilitou, ironicamente, em função das atividades da pastoral. Pode-se se dizer que, em Campinas, a ação da PMM também fez emergir as principais “lideranças” do movimento, e que estas conhecerem outras prostitutas com atuação semelhante nos encontros da pastoral pelo Brasil afora.

As entidades da Saúde

Nos anos 1980, com a disseminação de novas doenças contagiosas, entre elas a AIDS, o antigo relacionamento da prostituição com as instituições públicas de saúde começa a se fortalecer com o incentivo de novas políticas e investimentos voltadas especificamente para as mulheres cis/transsexuais⁴¹ e travestis prostitutas. De acordo com Marlene Rodrigues, em seu estudo sobre a prostituição em Brasília:

⁴⁰ Lourdes Barreto é, junto com Gabriela Leite, uma das pioneiras do movimento das prostitutas brasileiro. Ela é fundadora da associação de prostitutas do Pará, o Gempac (Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará), uma das primeiras organizações de prostitutas do Brasil, existente até hoje e uma das organizações mais influentes no país.

⁴¹ Cisgênero ou Cisssexual (comumente abreviado de simplesmente “cis”) descreve aqueles cuja identidade de gênero coincide com o gênero ao qual foi classificado no seu nascimento, classificação esta decorrente de certo entendimento acerca do que é feminino e do que é masculino a partir da constituição corpórea da pessoa ao nascer. “Cis” é o oposto de travesti, transexual e transgênero, pessoas estas que não se identificam ao gênero pelo qual foram submetidas na sua nascença, decorrendo em conflitos entre o gênero atribuído e seu gênero psicológico/afetivo/identitário.

... o Ministério da Saúde passara a patrocinar um conjunto de iniciativas que confrontavam radicalmente a perspectiva discriminatória e estigmatizante que prevalecera até então. A mudança de enfoque verificada no referido Ministério, a quem tradicionalmente se atribuiu – ao lado da polícia - a tarefa de intervir na esfera da prostituição, se iniciara a partir do surgimento da epidemia do HIV/Aids, em meados da década de 1980. As ações engendradas nesse contexto se revelavam fundamentais no combate à estigmatização da prostituição e à defesa dos direitos e da cidadania das mulheres que sobreviviam da atividade (RODRIGUES, 2003 p. 8)

Flávio Lenz⁴², ao trabalhar esse tema, problematiza as contradições dessa “mudança de enfoque” das políticas de saúde. Segundo o autor, a partir da nova Constituição promulgada em 1988 e com o novo Sistema Único de Saúde referendando a saúde como um direito assegurado pelo Estado, formalizou-se um processo democratizante de reforma sanitária. Cria-se a ideia de “grupo de risco”, no qual são enquadrados prostitutas, usuários de drogas injetáveis e homossexuais, envolvendo-os em um novo estigma ligado à soropositividade, mas também como prioritários para programas e políticas públicas especiais, que acabaram, mesmo com todas as contradições, contribuindo também para fortalecer a interlocução entre as prostitutas e auxiliar a criação de espaços associativos entre elas. Um dos maiores problemas dessas parcerias estava ligado à dependência financeira e política que esses projetos causaram em muitas organizações de prostitutas, por não priorizarem a busca por autonomia (LENZ, 2014, p. 44 e 45).

Soraya Simões, de forma semelhante, afirma que o Ministério da Saúde não só “consubstanciou a formação das associações” como as transformou no seu “braço direito” para a prevenção de doenças venéreas e AIDS: “o auxílio institucional e financeiro para campanhas de fortalecimento da identidade coletiva representou a consolidação de um novo capital social e político” e desempenhou o “papel determinante” de incentivo à formação associativa das prostitutas, em todo o território nacional (SIMÕES, 2010b, p. 26 e 29).

Em 2011, parte das entidades da Rede Brasileira de Prostitutas, entre elas Gabriela Leite, rompem oficialmente com o Ministério da Saúde e rejeitam o financiamento do governo. A decisão é uma crítica aos apoios dados, que se limitam a questões no campo da Aids. As prostitutas não querem mais que a prostituição seja tratada como sinônimo de doença. Além disso, o movimento tem diversas outras demandas, como a regulamentação da profissão, por exemplo. Segue a transcrição da fala de Gabriela, publicada no jornal *Beijo da Rua*:

Deixaremos de nos candidatar a projetos de rede, que envolvem várias organizações do país. Mas cada organização, em sua cidade ou estado, é

42 Flávio Lenz foi companheiro de vida de Gabriela Leite até o momento de sua partida. Além de integrante da ONG Davida é militante do movimento organizado das prostitutas no Brasil. Como jornalista, é o editor do jornal *Beijo da Rua*.

autônoma para buscar financiamentos em qualquer área, inclusive na Saúde, junto aos governos locais. É uma posição sobretudo política, que busca chamar a atenção do Estado para essa antiga associação da prostituição com doença. É necessário que a sociedade veja a mais antiga profissão do mundo com outros olhos, conheça nossas outras demandas”. In: LENZ, Flavio. “Decisão histórica - Prostitutas rejeitam financiamento para combate à Aids”. *Jornal Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2011; Leite;Lenz, 2013, p. 46 e 47.

Em Campinas, o programa de prevenção em DST/Aids encabeçado pelas figuras de Rose e Cidinha, agentes de saúde do Centro de Referência na época que trabalhavam com redução de danos e a com as prostitutas, culminou no apoio contra os processos de violência que as mulheres do Centro sofriam. Na construção da história da associação, Lucila destaca a importância do papel dessas agentes de saúde. Vale lembrar que ela também têm uma relação muito forte com as agentes de saúde por causa de sua recuperação da dependência química⁴³:

O problema é que aquilo me doía muito, me doía na alma aquilo, né. Então por isso que eu procurei parar [com as drogas] e a assistente social começou a me ajudar muito, a Rose e a Cidinha. Procurei parar, mas não foi fácil também para mim parar com meus vícios. Falar que foi fácil... Porque eu fiquei uma pessoa assim muito sensível, nervosa, fiquei com depressão. Até hoje ainda tenho depressão. Não posso ficar muito sozinha. Elas foram as únicas pessoas, e ai de nós se não fosse essas mulher! A gente tava perdido, num mato sem cachorro [...] Eu agradeço muito por elas existirem. [...] Depois que essas mulher [Rose e Cidinha] veio pra ajudar, as coisas mudou, né, porque? Porque elas tiveram consciência (Lucila, entrevista, *op. cit.*).

A Universidade e a “Coletiva das Vadias”

Em 2006, com a organização das prostitutas mais estruturada, chegaria a entidade da qual eu fazia parte, a Universidade Estadual de Campinas, a partir do projeto de extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Unicamp), atuando em conjunto na formalização da associação. Neste projeto, o discurso trazido pela ITCP complementou o debate a prostituição como um trabalho, articulada com o movimento de luta por autonomia e organização das trabalhadoras e trabalhadores de cooperativas com o qual a organização já trabalhava. Além disso, o debate de gênero, muito vinculado ao feminismo, foi continuamente transformado pela nossa atuação junto às prostitutas. Ficamos quase seis meses discutindo prostituição no nosso grupo de estudos de gênero. Acredito que a relação da ITCP com as prostitutas foi fundamental para a constituição de um feminismo entre nós de caráter não abolicionista⁴⁴.

⁴³ Lucila afirma que parou de usar drogas para participar da associação, o que parece ter sido um divisor de águas na sua vida, sempre contado e recontado por ela. Quando estávamos realizando o vídeo, ela fez questão de colocar esse relato na montagem final. Eu achava que ficava algo muito pessoal e saía do contexto mais histórico da memória da associação. Debates muito esse assunto juntas e depois percebi a importância disso para ela, e como de fato aquilo se relacionava com a própria constituição da organização. “Tem que ficar de exemplo para as mais novas”, ela dizia.

⁴⁴ As diferenças entre abolicionismo, regulamentarismo e proibicionismo serão desenvolvidos no Capítulo 4.

A “Coletiva de Vadias” de Campinas, da qual faço parte em conjunto com diversas ex-integrantes da ITCP, foi formada a partir das “Marchas das Vadias” que se iniciaram no Brasil em 2011⁴⁵ se destacando até hoje como uma das maiores parceiras da Associação Mulheres Guerreiras e um dos poucos grupos feministas campineiros não abolicionistas. Isso demonstra a influência das prostitutas da associação no discurso de reconhecimento da prostituição como um trabalho para a constituição da “Coletiva das Vadias” de Campinas.

Esses diversos parceiros da associação (da igreja católica a grupos feministas), com interesses, visões e modos de trabalhar muitas vezes conflitantes entre si, demonstram as contradições que o debate acerca da prostituição pode levantar, bem como os conflitos na constituição da identidade da prostituta, marcada por diversos vetores estigmatizantes. Apesar da multiplicidade de abordagens, todos se mobilizavam contra as violências cometidas contra as prostitutas, da vitimização da prostituta realizada pela pastoral (da “mulher prostituída”) às entidades de saúde que “só veem a prostituta da cintura pra baixo”, segundo Gabriela Leite, incluindo o discurso trabalhista cooperativista da ITCP e a Marcha das Vadias de Campinas e seu discurso de valorização dos direitos sexuais e do termo “vadia⁴⁶”. As prostitutas da associação, em meio a estas conflitantes relações, souberam como aproveitar a melhor contribuição de cada parceiro e usar a seu favor no momento necessário. Circular entre diferentes mundos e conhecer as diversas posturas e modos de atuação é algo familiar às prostitutas. Apesar dos conflitos, as prostitutas atuantes em Campinas nunca romperam com nenhuma dessas entidades e sempre as acionam quando necessitam.

O movimento organizado das prostitutas no Brasil

Antes da formalização da Associação Mulheres Guerreiras, já floresciam no Brasil diversas associações de prostitutas. A primeira manifestação pública e organizada de prostitutas no país de que se tem notícia é uma passeata realizada em São Paulo, na Avenida São João, em 1979. Gabriela Leite, que se tornaria pouco depois a principal ativista e a “cara” desse movimento,

45 Essas marchas, originalmente conhecidas como Slut Walks, começaram em 2011, em Toronto, Canadá. A notícia dessa marcha se espalhou por meio das redes digitais e dessa forma começou a ser replicada, fazendo mais de duzentas cidades a reproduzirem poucas semanas depois. No Brasil, ganharam o nome de “Marcha das Vadias” e neste mesmo ano aconteceram em cerca de trinta cidades. A realização das marchas alavancou a criação de diversos coletivos feministas, que além dos protestos, passaram a se encontrar e realizar outros eventos (HELENE, 2013).

46 Uma característica importante do movimento da “Marcha das Vadias” é a luta pela reapropriação do termo “vadia”, desmistificando-o e retirando-o seu peso de estigma. “Somos todas vadias” é um grito de guerra comum que busca desconstruir as divisões, que ainda perduram, entre os papéis de “puta” e “esposa” (*Ibidem*). De maneira muito semelhante ao que o movimento das prostitutas realiza, como veremos ao longo da tese e, mais especificamente, no Capítulo 6.

relata esse evento em seu livro:

Minha militância política começou na prática, não partidária. Milhares de prostitutas e travestis fechando o centro de São Paulo em pleno dia. Foi em 1979, na briga com o delegado Richetti, que estava prendendo e torturando o pessoal das Bocas. A organização da passeata começou com os travestis (sic), que buscaram adesões junto a nós. Eu e uma colega resolvemos percorrer todos os prédios da Boca do Lixo. Tudo foi feito num trabalho de boca a boca, que resultou num baita movimento. Logo que assumiu a delegacia da jurisdição das Bocas do Lixo e do Luxo, em São Paulo, o delegado Richetti começou a prender e bater nas pessoas, indiscriminadamente. Mesmo as mulheres que trabalhavam nos prédios, quando saíam, após o trabalho, eram presas e levadas à delegacia, onde apanhavam dos policiais sob ordem e supervisão desse Richetti. A tortura, que sempre tem um componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida.

[...] Na passeata percebi que, se nós conseguíamos realizar aquilo com o centro de São Paulo, é porque dava pra fazer outras coisas mais. No auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotavam na minha cabeça: “Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente?” “Porque a gente não se organiza contra a violência policial?” Comecei a ver nisso um trabalho político seriíssimo, concreto, que faz parte do dia-a-dia da prostituição (LEITE, 1992, p. 85 e 86).

Mais tarde, em junho de 1987, seria realizado no Brasil o I Encontro Nacional de Prostitutas, também encabeçado por Gabriela Leite e Lourdes Barreto. O encontro contou com setenta prostitutas de onze estados. Vale ressaltar que Gabriela relata, em sua biografia, como apesar de haver uma lista enorme de assuntos a serem debatidos no encontro, “no final, mesmo com todo esforço para conduzir a discussão para outros caminhos, tudo acabava no assunto da violência. Mas não era qualquer violência da qual se precisava falar, e sim da violência policial. Violação de direitos humanos para a prostituta é sempre violência policial (LEITE, 2009, p. 147)”.

Pouco depois acontece a fundação da primeira associação de prostitutas no Brasil, na Zona da Vila Mimosa no Rio de Janeiro, também encabeçada por Gabriela, seguida por outras associações em outros estados do país. Desde o primeiro encontro, em 1987, as prostitutas da Vila Mimosa começaram a se reunir inspiradas pelas possibilidades de troca e fortalecimento ocasionados nesses encontros. A primeira associação de prostitutas do Brasil, da mesma forma que a associação de Campinas, se estruturou em função da necessidade de se proteger de um processo de remoção e de, segundo Aparecida Moraes, uma forte “influência comunitária” (MORAES, 1996, p. 266; LENZ, 2014; LEITE, 1992 e 2009; LEITE ; LENZ, 2013; SIMÕES, 2010a e 2010b).

O movimento das prostitutas no Brasil também surgia associado ao ressurgimento de uma série de movimentos sociais a partir de 1970, que cresceram na luta pela democratização contra o

regime militar (LEITE;LENZ, 2013, p. 41). Nesse período, aconteceram as primeiras ocupações organizadas de terra, os primeiros movimentos de luta pela urbanização e regularização fundiária nas favelas e o nascimento do movimento dos sem-tetos urbanos (GOHN, 1991). A fundação da associação em Campinas é parte integrante desse movimento. Algo que se deu em processo, e que fica bem claro com o título do vídeo escolhido por Lucila: “desbravando estradas da vida”. Sobretudo para os grupos mais fragilizados pela sua marginalização e estigmatização, ou que sofrem influência de múltiplos vetores segregatórios, como as prostitutas.

O movimento organizado em Campinas, segundo Regina:

Então, depois teve a assembleia de fundação da associação, foi feita a assembleia de fundação da associação e também a aprovação do estatuto, que foi uma grande festa isso, a assembleia... foi uma grande festa com direito a homenagens, isso foi bacana. E aí as mulheres, elas fizeram um cronograma das atividades para o ano todo. E aí nessas atividades tinha assim: o dia internacional da mulher, o carnaval, que aí elas passavam a distribuir camisinhas uns dias antes do carnaval para as garotas de programa, para lembrar a elas a importância de se cuidar, cuidar da saúde, de se proteger e proteger o cliente pra não pegar o vírus HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, no dia da mulher elas, junto com as outras associações de mulheres, elas também fizeram uma barraquinha lá na praça, ficaram lá presente, distribuíram material da associação... depois elas começam organizar a semana de visibilidade da profissional do sexo. E é organizada por três anos consecutivos essa semana de visibilidade da profissional do sexo. Com peças teatrais, com oficinas, com distribuição de insumos de proteção, distribuição de flores, teatro feito na rua... Foi bacana! Assim, teve vários momentos de coisa que a associação fez e que já não era mais o grupo de mulheres da sociedade que fazia, mas o grupo de mulheres que se prostituem fazendo. Elas fazendo para elas mesmo e para suas companheiras (Regina, entrevista, *op. cit.*).

Em Campinas, esse movimento se tornou menos ativo, recrudescu com o final do financiamento de projetos ligados à prostituição, tanto aqueles vinculados aos órgãos de saúde, quanto à incubadora do ITCP. Desde 2009 aproximadamente, as integrantes da associação mantêm a entidade praticamente sozinhas e voluntariamente. Por essa razão, a articulação atual com as outras prostitutas fora da coordenação da associação está muito enfraquecida, como já foi dito na introdução, e são apenas três pessoas que estão à frente da coordenação da associação atualmente: Natasha, Regina e Lucila. As principais atividades atuais são a participação dos membros em eventos e encontro da Rede Brasileira de Prostitutas. Eu e Aline nos voluntariamos ajudando a associação durante nossas pesquisas, financiadas por bolsas de pesquisa⁴⁷. A parte nós duas, o principal apoio fica com a Coletiva das Vadias de Campinas, que auxilia na articulação com eventos de mulheres na cidade e apoia as atividades da associação, também de maneira voluntária.

47 Respectivamente: Bolsa de doutorado CNPq (quatro anos) e bolsa de mestrado CAPES (seis meses).

Partindo da história de formação da Associação e seus relatos de violência e resistência, no capítulo a seguir, veremos como se deu a invenção do bairro periférico de prostituição Jardim Itatinga, criação esta que se articula com outras ações de repressão e expulsão das prostitutas e outros indivíduos “indesejados” das áreas centrais, e entender o que essa resistência da prostituição em permanecer no Centro enfrentou na época e enfrenta até hoje.

Figura 5: Cena observada em uma casa no Jardim Itatinga (anotações do Diário de Campo 05/11/2012)



CAPÍTULO 2: A INVENÇÃO DO JARDIM ITATINGA: UM LUGAR PARA A PROSTITUIÇÃO

CAPÍTULO 2: A INVENÇÃO DO JARDIM ITATINGA: UM LUGAR PARA A PROSTITUIÇÃO⁴⁸

Eu cresci em um apartamento ao lado da área de prostituição paulistana das Ruas Augusta e Bela Cintra, na capital do estado de São Paulo. Desde criança até a adolescência, quando também trabalhei nessas ruas entregando lanches nos “flats” das prostitutas, eu estava acostumada a ver essas mulheres provocantes, instigando e seduzindo os homens que passavam. Acho que por essa razão, na minha cabeça, as Zonas eram mais uma das diversas funções urbanas, identificadas como parte da cidade pela população. Acontece que, em Campinas, fui percebendo aos poucos que isso acontecia de uma forma mais peculiar.

Entrei pela primeira vez no Jardim Itatinga no dia 1 de junho de 2007, quando participei de um evento em função do Dia Internacional da Prostituta (2 de junho) realizado pela Associação Mulheres Guerreiras. O trabalho consistia em uma homenagem às prostitutas que trabalhavam nas ruas do bairro, por meio de uma performance chamada “Os Vagabundos”, do Grupo de Teatro Boa Companhia, de Campinas. Era um começo de tarde de um dia de semana e havia muitos carros, motos e caminhões com clientes transitando lentamente pelas ruas, onde muitas mulheres e algumas travestis trabalhavam (não havia “michês”⁴⁹). Elas se distribuíam pelas calçadas, nas varandas e portas das casas. A diversidade encontrada era muito grande. Embora a maioria fosse jovem, havia algumas senhoras, entre magras, gordas, altas e baixas. Via de regra, usavam roupas curtas e decotadas, demonstrando seus dotes como prostituta. Os tecidos, coloridos e adornados com materiais chamativos e brilhantes. Havia uma mulher de biquíni, enquanto outras deixavam aparente a lingerie usando transparências. As vezes deixavam ou punham o seio de fora para os carros que paravam, ou levantavam a saia para mostrar seus atributos. O uso de salto alto era regra, estavam em todos os pés, muitas usavam também botas compridas com salto. As mulheres e travestis paradas contrastavam com o movimento incessante dos clientes, dirigindo lentamente pelas ruas com a cabeça para fora dos carros, mexendo com as garotas e chamando-as. Nossa homenagem consistia em nos aproximarmos das prostitutas que estavam esperando pelos clientes nas calçadas e varandas, cantar uma serenata e distribuir rosas. A maioria delas não sabia que existia um Dia Internacional da Prostituta. Foi uma festa. Muitas se emocionavam, outras ofereciam um programa de graça para os atores da performance. Uma mulher me disse “é a primeira vez que ganho flores”.

48 Esse capítulo tem como base dois artigos produzidos durante o doutorado: HELENE, 2012a; e HELENE, 2014a.

49 “Michês” ou “garotos de programa” é como são chamados os profissionais do sexo de gênero masculino. O termo também pode ser sinônimo de “fazer programa”, por meio da seguinte composição: “fazer michê”.

O que senti, nessa primeira visita, foi uma espécie de inadequação, uma sensação de não saber ao certo como eu deveria agir, ao caminhar por uma rua pública da cidade e testemunhar uma dimensão de urbanidade muito diferente do que eu conhecia. Minha primeira impressão foi a de que o confinamento espacial da prostituição em um lugar distante parecia tê-la tornado exótica. Nós, que não éramos nem prostitutas nem clientes, éramos um corpo estranho circulando naquela cidade: éramos - demarcadamente - “outros”, nós éramos os *outsiders* (nos termos de BECKER, 2008 [1963]). Os clientes também não entendiam nossa presença: primeiramente, nos tomavam como prostitutas e, depois, ao perceberem que não e, principalmente, que eu carregava uma câmera fotográfica, se escondiam dentro dos carros. Em um dado momento um homem se dirigiu a nós e gritou: “aqui não é lugar de bagunça!”, talvez referindo-se à ideia de que ali não se podia andar com uma peça de teatro com pessoas fantasiadas, tocando música e distribuindo rosas. Mas o termo “bagunça” se remetia ao fato de que nossa homenagem era uma desordem nas regras daquele espaço.

As prostitutas eram “estranhas” no resto da cidade e, nós, “estranhos” na Zona.

2.1_A INVENÇÃO DO JARDIM ITATINGA

Foi por meio das prostitutas da Associação Mulheres Guerreiras que eu descobri a história do Jardim Itatinga e a sua “fama” de maior área de prostituição confinada da América Latina. Mesmo assim, nem todas as prostitutas que trabalham ou circulam no Jardim Itatinga sabem que o bairro foi planejado para ser destinado à prostituição. Muitas vezes eu ouvi “parece que isso foi criado desde o começo pra ser Zona” ou que o bairro teria surgido de uma “invasão”, como a maioria dos bairros populares vizinhos⁵⁰.

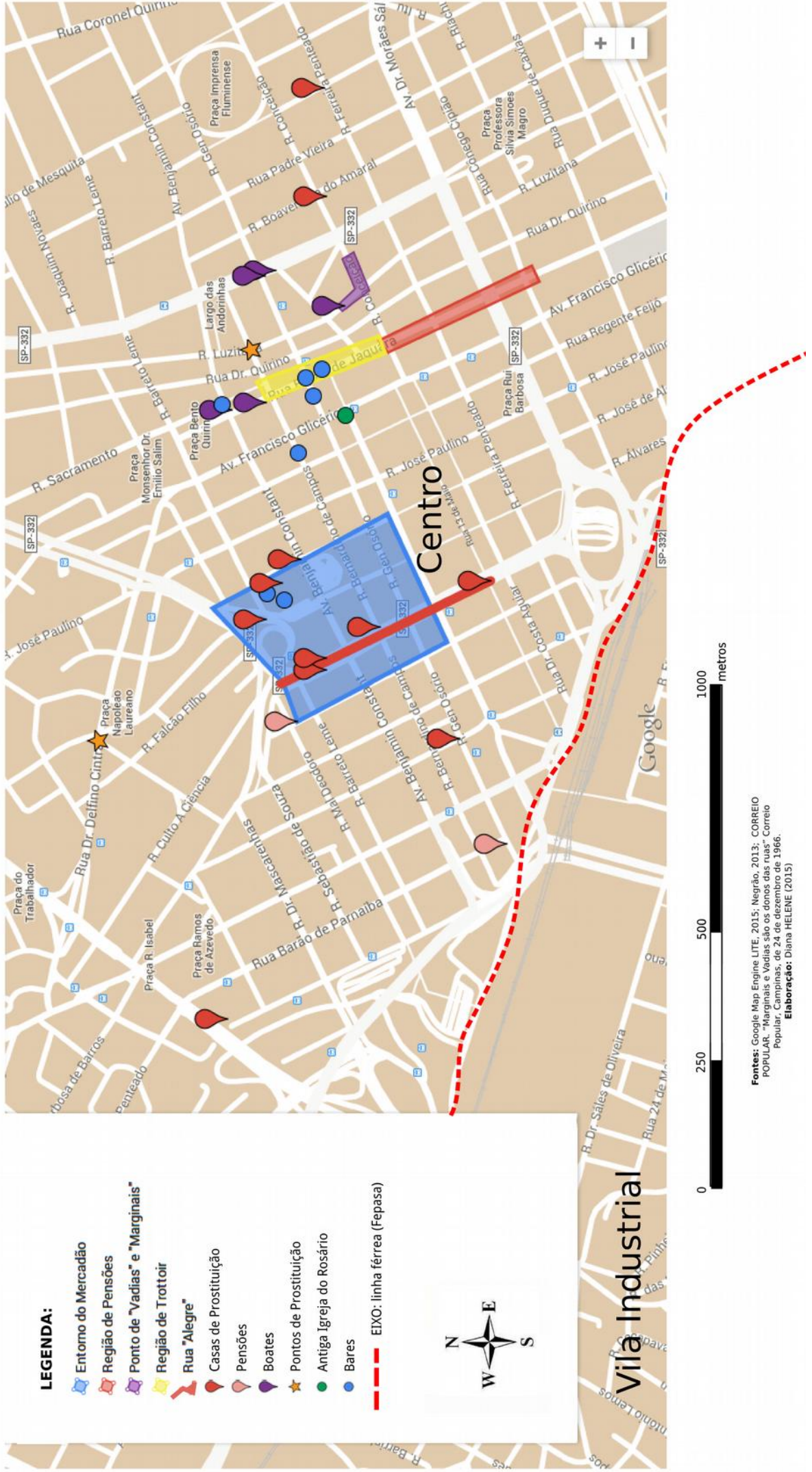
A prostituição em Campinas antes da criação da Zona

Pelo que os estudos realizados sobre a prostituição na cidade de Campinas e a pesquisa arquivística realizada aparentam indicar, a manifestação contra a presença de prostitutas que circulavam na cidade começou a crescer substancialmente a partir dos anos 1950. Nessa época, a prostituição acontecia ao longo de onde o perímetro urbano havia chegado até então, principalmente em torno do “Mercadão” (Mercado Municipal da cidade), mas também nas regiões ditas mais “nobres”, próximas aos típicos palacetes de habitação da alta classe deste

⁵⁰ Aprofundaremos esse tema no Capítulo 3.

período. Até a criação do Jardim Itatinga, em 1967, Campinas “albergou casas de prostituição de vários níveis” (NEGRÃO, 2013, p. 13) e a atividade estava presente em boates, hotéis e pensões especializadas, em algumas ruas e vias públicas, dentro de restaurantes e bares, em frente a residências, escolas e igrejas; como podemos ver no mapa a seguir:

Título:
Locais de PROSTITUIÇÃO e BOÊMIA em Campinas
 (1930 - 1960)



LEGENDA:

-  Entorno do Mercado
-  Região de Pensões
-  Ponto de "Vadias" e "Marginais"
-  Região de Trottoir
-  Rua "Alegre"
-  Casas de Prostituição
-  Pensões
-  Boates
-  Pontos de Prostituição
-  Antiga Igreja do Rosário
-  Bares

 EIXO: linha férrea (Fepasa)



Fontes: Google Map Engine LTE, 2015; Negrão, 2013; CORREIO POPULAR, "Marginais e Vadias são os donos das ruas" Correo Popular, Campinas, de 24 de dezembro de 1966.
Elaboração: Diana HELENE (2015)

Por essa razão, não existia uma “Zona” no imaginário citadino, já que a prostituição estava misturada entre as diversas atividades urbanas, mediada por uma série de outros serviços da cidade que atendiam a população em geral, e, por isso, e, aparentemente, era muito mais aceita, tolerada e considerada como “parte” da cidade pela população. Ou seja, enquanto “problema público” (GUSFIELD, 1981 [1923]), este fato ainda não emergia com força suficiente para pleitear os debates sobre o tema de modo a elencar a necessidade de um espaço separado dos outros usos da cidade. Nessa época, antes da criação do Jardim Itatinga, a maioria das famílias habitava o centro da cidade. Campinas se constituía, praticamente, do que é a área central atual e alguns bairros, como o Cambuí, o Taquaral, o Bonfim, e a Ponte Preta⁵¹. Dessa forma, o acordo mútuo entre habitantes parecia seguir algumas regras de encobrimento de identidade para a manutenção da prostituição na cidade, como será detalhado adiante.

De acordo com Ana Maria Negrão, que estudou a prostituição em Campinas antes da criação do Jardim Itatinga (aprox. as décadas de 1930-1960), geralmente os bordéis tinham a aparência de casas residenciais comuns. Talvez, no máximo, uma casa animada, pela existência do salão, com mulheres, homens e música. No entanto, a atividade prostitucional em seu interior era conhecida e, por essa razão, “mulheres e moças de família” eram orientadas a evitar passar nas suas calçadas. As prostitutas também evitavam se expor nas janelas e não circulavam fora das casas durante o trabalho, de modo a “respeitar as famílias” e, por conseguinte, resguardar a moralidade geral da cidade. Entre os tipos de “casas de prostituição” estavam também as boates, com shows, música, dançarinas, bebidas e “jogatinas”; as casas refinadas com seus salões decorados (cortinas, veludos, espelhos, lustres), frisas reservadas aos “coronéis”, prostitutas diferenciadas por sua postura “de *finesse*”, quartos requintados (abajures, colchas de seda, biombos japoneses), quintais arborizados, músicas ao piano e “champagne francês”; casas medianas nas quais frequentavam estudantes e grupos de rapazes; e as “pensões alegres”, casas de prostituição mais modestas, com divisórias rústicas de madeira dividindo os pequenos e apertados quartos, das quais se utilizavam os trabalhadores da cidade. Entre estes diferenciados tipos de casas, havia apenas uma animada por travestis, prostitutas transsexuais, à época chamadas “homens travestidos de mulher”. Essa casa era comumente conhecida como “Casa do Miltinho” (NEGRÃO, 2013, p. 67, 69, 71, *passim*).

Havia também as prostitutas que faziam o “trottoar” (ou “trottoir”). Esta era uma categoria usada corriqueiramente na época para designar aquelas que trabalhavam nas calçadas, ruas e outros espaços públicos, geralmente em pontos fixos, ou perambulando à busca de fregueses (da mesma

⁵¹ Veja o mapa sobre o crescimento da cidade, no Capítulo 3, página 162.

maneira como trabalham as prostitutas da área central atualmente). A palavra francesa *trottoir* significa calçada, e também se utiliza a composição *faire le trottoir*, expressão que tem o mesmo significado do português: exercer prostituição pelas ruas para seduzir clientes. Na França, esse termo ainda é recorrente, mas no Brasil parece estar ultrapassado no meio da prostituição propriamente dito, sendo ainda encontrado dentro das discussões acadêmicas / relatos históricos.

Isto indica que o termo pode ter surgido por meio das prostitutas francesas que, segundo Margareth Rago, faziam fama no Brasil de antigamente (aproximadamente de 1890 à 1940): “a prostituição, estimulada pelo mercado de consumo em expansão e transformada ela mesma numa indústria altamente lucrativa, correspondia à prostituta 'francesa', grande medo e fascinação no imaginário social” (RAGO, 1991, p. 98). Diversas outras palavras provenientes da língua francesa são termos utilizados para classificar variadas atividades relacionadas à prostituição, como a própria palavra “bordel”, “cabaré”, casa de *rendez-vous*, entre outros termos⁵². Vale dizer que, no entanto, encontrei o uso recorrente da palavra “trottoar” nos jornais pesquisados de Campinas, um aportuguesamento do *trottoir* francês. Escolhi utilizá-lo prioritariamente, pois aparenta ser o termo que figurava nos discursos da época acerca da prostituição na cidade.

Na Campinas das décadas de 1930 à 1960, o trottoar acontecia em algumas ruas específicas da cidade, onde as “vadias”, “mariposas” ou “caçadoras⁵³” buscavam seus clientes, sobretudo no entorno do Mercado e da rua Barão de Jaguará, na área próxima ao Clube Campineiro. Estes espaços, externos às casas, boates e bares, eram conhecidos como lugares de “má fama”, nos quais “mulheres honestas” não circulavam. A rua mais famosa na área do Mercado Municipal era a Senador Saraiva, que recebeu inclusive os apelidos de “Rua Alegre” e “Meca das Viciosas” (NEGRÃO, 2013, p. 101-104).

A partir da pesquisa arquivística e bibliográfica para realização desse capítulo montei um mapa com a localização das principais áreas de prostituição e boemia de Campinas nesse período (figura 6, página 81), no qual podemos visualizar como essas atividades se distribuíam de maneira bastante uniforme pelo centro da cidade, concentrando-se sobretudo na região do Mercado Municipal.

52 Além desses termos, as “donas-de-casas” de prostituição em São Paulo nos anos 1890 à 1940 eram conhecidas, segundo Margareth Rago, como “Madames”, e entre as prostitutas elas eram chamadas carinhosamente de *Mère*, mãe em francês (RAGO, 1991, p. 235). Ou seja, a influência da cultura francesa na prostituição brasileira deixa algumas marcas nos termos e classificações.

53 Termos encontrados na reportagem: CORREIO POPULAR. “Polícia pede ao prefeito que feche hotéis suspeitos”. Correio Popular, Campinas, 5 de agosto de 1966. José Miguel Olivar também trabalha a categoria “caçadoras” em seu trabalho (OLIVAR, 2013, p. 125 à 129), a “predação” de clientes, um canibalismo entre “comer”, “caçar” e “fazê-los clientes”.

A prostituição também fazia parte do imaginário citadino de maneira mais orgânica e integrada, com algumas prostitutas figurando como personagens importantes da vida social local. A mais famosa delas, especializada na iniciação de jovens rapazes, era conhecida como Geni. A “professora de sexo” trabalhava sozinha em sua casa e com hora marcada. Sendo uma importante personagem da cidade (foi escrita inclusive uma peça de teatro em sua memória nos anos 1980, “Estudante paga meia”, de Richard Polido), ela não foi expulsa da área central da cidade, nem tampouco se transferiu para o Jardim Itatinga após a criação deste, mantendo-se na mesma casa em que trabalhava (NEGRÃO, 2013, p. 59-66; Bahia *et al.*, 2003, cap. 2). Outra figura desse período foi Maria Jandira dos Santos, conhecida como “a prostituta que virou santa”. Ela trabalhava em uma pensão na região do Mercado, se matou por um amor não correspondido e acabou virando uma “milagreira” famosa da cidade, cultuada desde os anos 1950. Até hoje, seu túmulo - com mais de cem plaquetas de “graças alcançadas” - é um dos mais visitados do “Cemitério da Saudade”. Atualmente, ela é procurada para solucionar problemas matrimoniais e amorosos, mas por muito tempo as prostitutas da cidade homenageavam seu túmulo com flores no dia de Santa Maria Madalena, 22 de julho (NEGRÃO, 2013, p. 81; RAMOS, 2003, *passim*).

Nesta época, em Campinas, o fato de homens frequentarem bordéis era visto como saudável e benéfico para a manutenção do casamento, sendo indicado também para os jovens, de modo a “aliviarem os impulsos típicos da idade”. Segundo Ana Negrão, isso se dava porque, nesse período, uma boa “esposa” deveria se manter virgem até o dia do seu casamento e mesmo depois dele sua imagem não poderia ser vinculada ao sexo prazeroso, mas apenas à procriação. Dessa forma, a prostituta era necessária para cumprir a função do prazer sexual, visto que:

[...] os homens buscavam pelo que não poderiam ter em casa, enfim, o gozo sem freios e sem mordanças, sem restrições. O prostíbulo foi necessário por ser o único local onde se mesclavam os desejos e as fantasias sexuais. Para o ideário masculino, a prostituta era o exato oposto às esposas castas, submissas e santas. Portanto, **o lar simbolizava o sagrado, enquanto o prostíbulo denotava o profano, a liberdade permitida, as delícias da luxúria** (NEGRÃO, 2013, p. 22, 181, grifo meu)

A autora também relata que na maioria dos bares da cidade, “redutos de drinks e boemia”, não entravam mulheres desacompanhadas sem que estas ficassem “mal-faladas”. Na época, o “lugar” de frequência para “mulheres de família” eram as sorveterias, casas de chá, docerias e outros comércios: “enquanto os homens e rapazes reuniam-se nos bares e restaurantes, as senhoras e senhoritas apenas caminhavam, com muito recato, para as compras nas lojas, mercearias e padarias”, em circuitos de reputação ilibada, ou participavam de eventos em teatros, concertos, desfiles de moda, festas e bailes nos clubes. Os outros locais, boates, bares e até mesmo

restaurantes, eram onde dançarinas de boates, prostitutas ou “donas-de-casa” com novas “meninas” se mostravam, agendavam programas e/ou faziam seu *trottoir*: “assim caminhava a provinciana Campinas do século XX, nos anos trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, com seu bairrismo, seus enormes casarões, suas casas de prostituição esparsas, seus códigos morais, religiosos e costumes sociais da vida urbana” (NEGRÃO, 2013, p. 36-38).

Segundo Zaiman de Brito Franco, cronista de Campinas: “No cinema, quando acontecia um burburinho, podia-se ter a certeza de que logo ali se encontrava uma prostituta. Eram mulheres que causavam inquietação em meio às demais” (Zaiman de Brito Franco apud BAHIA *et al.*, 2003, cap. 2). Dessa forma, até então, o modo de divisão entre “mulheres honestas” e prostitutas que imperava na cidade seguia as seguintes distinções:

Recebia a mulher a qualificação “do lar”, ou “prendas domésticas” e não saía desacompanhada nas ruas da cidade. Ao ir às compras ou à igreja, mantinha-se fiel aos padrões sociais de comportamento tradicional com trajes de seda, chapéus, saias longas, meias, sem mostrar as pernas. Nas ruas, não se permitia falar alto, gargalhar, olhar para o lado, pois na provinciana Campinas, tudo se sabia e qualquer atitude inadequada das senhoras de família era motivo de comentários. **Mulher direita não podia ter comportamento de mulher mundana.** Imperava o caldo cultural advindo dos coronéis de café, das centenas de fazendas que circundavam Campinas. [...] A prostituição apresentava-se como um marco do que as senhoras e meninas não deveriam fazer: usar roupas chamativas, falar alto, expor-se nas ruas desacompanhadas, frequentar bares e restaurantes sem companhia masculina, dançar de forma escandalosa, conversar com desconhecidos... Assim, distinguiam-se as mulheres e meninas honestas das perdidas (NEGRÃO, 2013, 53, 181, grifo meu).

O que a autora descreve também foi encontrado em um jornal campineiro da década de 1960, no suplemento feminino, com uma lista de atitudes que os homens não “suportam” nas mulheres, das quais destaco: “3) Mulheres ruidosas, que falam e riem exageradamente alto, quando na sua companhia; 4) Mulheres tagarelas que não lhe dão a vez de abrir a boca”⁵⁴.

A descrição de Ana Negrão é relevante ao demonstrar como a conduta daquela que seria considerada uma “mulher direita” (“honestas”) era constituída em oposição à da “mulher mundana” (“perdida”) “na provinciana Campinas” dos anos 1930/1960. A primeira fazia um esforço, portanto, para parecer-se o mínimo possível com a segunda, pois “qualquer atitude inadequada” era “motivo de comentários”, construindo assim toda uma oposição relacional entre esses dois papéis, a saber: não sair desacompanhada/“expor-se” nas ruas, bares ou restaurantes desacompanhada; agir de forma escandalosa/se manter fiel aos padrões de “comportamento tradicional”; usar roupas chamativas/usar saias longas sem mostrar as pernas.

54 CORREIO POPULAR. “O que os homens querem”. Suplemento Correio Feminino, Correio Popular, Campinas, de 30 de outubro de 1966.

No entanto, algumas dessas regras, sobretudo no que concerne a circulação das mulheres nas ruas, aparentam começar a mudar por volta de 1960, quando “algumas mulheres, quebrando os paradigmas convencionais da época” começaram a frequentar um dos bares mais famosos da cidade, o *Giovanetti* (NEGRÃO, 2013, p. 36). Ou seja, à época da criação do Jardim Itatinga algumas características da cultura urbana da cidade estavam mudando. Com a conquista do espaço social e político pelas mulheres campineiras, sobretudo pela gradativa apropriação das ruas e outros espaços públicos, modificam-se algumas simbologias de uso da cidade, e nesse sentido se fez necessária uma reorganização espacial das atividades prostitucionais.

Regina Mazzariol indica que uma das principais justificativas para a criação do Jardim Itatinga e a extirpação das atividades prostitucionais que aconteciam espalhadas na cidade de Campinas aconteceram sob o argumento de que a presença da prostituição “convivendo no mesmo espaço físico vital de 'família” proporcionava uma *mistura desordenada* entre as duas categorias sociais distintas (uma situação social de *ambiguidade*) pelo fato de que os homens, “em busca de 'programas', perturbavam a tranquilidade de 'senhoras' e 'senhoritas' de 'família' confundindo-as com 'putas” (MAZZARIOL, 1977, p. 11).

Assim sendo, a tradicional divisão entre os papéis de “mulher mundana” e “mulher direita” no espaço urbano de Campinas, categorias que estavam em revisão, precisou ser reorganizada espacialmente, uma vez que este espaço público e urbano passou a ser utilizado mais intensamente pelas mulheres “não prostitutas”, sobretudo pelas mulheres burguesas.

A distinção pública das mulheres e seus efeitos na organização da cidade

As mulheres das famílias oligárquicas brasileiras foram, por muito tempo, mantidas como um objeto recluso dentro das casas. Raramente saíam às ruas para outro fim que não o “passeio” ou a missa, e, quando o faziam, estavam sempre acompanhadas. As compras eram feitas por serviçais, pois “uma senhora respeitável não entraria numa loja” (RAGO, 1991, p. 52).

No início do século XX, as ruas brasileiras ainda eram pouco visitadas pelas mulheres da elite, e as casas nas quais residiam geralmente permaneciam fechadas, mantendo pouco contato com a vida exterior. Desde muito cedo essas mulheres tinham o seu lazer condicionado ao espaço da casa em que moravam, que dispunha, via de regra, de aparatos arquitetônicos especiais para impedir a visualização dos olhares exteriores (treliças e muxarabis⁵⁵), e poucos contatos com a

55 Elementos arquitetônicos de origem islâmica, adotados pelos portugueses após a longa dominação árabe de seu território. São usados no revestimento de vãos (como janelas, por exemplo) para abrandar a invasão de privacidade,

vida nas calçadas.

Enquanto as ex-escravas, lavadeiras, empregadas, serviçais e outras trabalhadoras já enfrentavam o “estigma de puta” ao circularem por diversos espaços públicos da cidade em seus trajetos de trabalho, as mulheres burguesas, recolhidas no espaço doméstico, passam a enfrentar essa confusão de categorias no Brasil conforme acessam e reivindicam fazer parte das atividades urbanas.

Segundo Margareth Rago as mulheres pobres - “lavadeiras, agregadas, escravas”- que exerciam outras profissões que não a prostituição, eram facilmente confundidas com prostitutas apenas por circularem fora do âmbito privado das casas (RAGO, 1991, p. 53)⁵⁶. Nesse sentido, Aparecida Moraes afirma que a dualidade “senhora branca” e “negra escrava”, um componente que marca com relativa importância a história da sexualidade no Brasil, impõe representações acerca do feminino que se articulam respectivamente com a imagem da “mãe” e a da “puta” (MORAES, 1996, p. 58-59):

A história oficial das mulheres negras nosso país, ao aproximá-las da imagem da puta, traduz mais uma peculiaridade presente na totalidade desta representação do feminino. Enquanto a sexualidade da senhora branca, através da procriação, era restrita aos círculos familiares, a da escrava era concebida fora da família, pois deveria tornar-se objeto de uso sexual dos senhores livres (*Ibidem*, p. 59).

Cléber Maciel também relata em seu estudo sobre a história da discriminação racial em Campinas, que a prostituição era uma ameaça que perseguia as mulheres negras “da infância à morte” (MACIEL, 1985, p. 89). Isto é, ser uma mulher de pele preta ou mulata era também ser marcada como “puta”. Da mesma forma, a prostituta Lucila, da Associação Mulheres Guerreiras, mestiça de branco com indígena, relata no Prólogo desta tese como, mesmo antes de se tornar prostituta, esse estigma era imposto à sua identidade de forma a restringir sua circulação pela cidade. Esses relatos corroboram para entender como essas relações entre gênero, raça e classe se constituem como pares, pares desviantes, e também evidenciam o que Gail Pheterson afirma sobre o “estigma de puta”, uma marcação depreciativa que pode ser aplicada às mulheres a qualquer momento por seu tipo de trabalho, cor de pele, classe social, sexualidade (PHETERSON, 1986 e 1996) e, no nosso caso, em função do lugar e da maneira como circulam na cidade.

Voltando à década de 1960 em Campinas, é importante dizer que, no entanto, não eram apenas as

bem como, a entrada de luz e calor excessivos. No Brasil, é um elemento típico da arquitetura colonial. Podem ser nomeados também de gelosia, rótula ou reixa.

⁵⁶ Mônica Diniz relata como mulheres que andavam nas ruas e não comprovavam “domicílio fixo” e “ocupação honesta e regular” em fins do século XIX, quase sempre eram vistas como prostitutas e muitas vezes acabavam sendo presas por vadiagem (DINIZ, 2012, p. 6).

classificações acerca dos usos do espaço da cidade pelas mulheres que estavam em mudança e negociação. Por meio dos jornais que circulavam percebe-se que a prostituição era mais um dos usos da cidade que estavam sendo perseguidos no período. Queixas enviadas às redações dos jornais, abaixo-assinados às autoridades municipais e “batidas” da polícia denunciavam a “algazarra” - “madrugadas barulhentas, quando vagabundos e desordeiros se reúnem para perturbar o sossego público” - que faziam os bares e restaurantes chamados de “inferninhos”, onde o “barulho da orquestra mais a gritaria dos bêbados e mulheres” não permitiam à vizinhança dormir⁵⁷.

Além de notícias sobre a repressão à prostituição, haviam também diversas outras ações de perseguição pela Polícia a grupos marginalizados – ações nomeadas na época de “saneamento das ruas” e “combate a delinquência” - contra “toxicômanos”, “maconheiros”, “meliantes”, traficantes, casas de jogo e “bicheiros”⁵⁸.

Este foi, portanto, um momento em que se definiram e publicizaram diversos comportamentos “marginais” e/ou “desviantes” que estavam, também, sendo disciplinados e organizados na cidade. Uma nova onda de modernização surgiu em Campinas, trazida pelo grande crescimento populacional acompanhado de grande urbanização em função da industrialização dos anos 1960/70⁵⁹, e acarretou em uma vida citadina mais intensa, cuja distribuição de setores da economia e de ocupações na cidade precisava ser organizada, controlada e disciplinada.

Modernidade, disciplina e urbanidade no Brasil: disputando modos de viver na cidade

Uma das maiores características da modernidade é o aumento no uso do espaço da rua para o convívio citadino, sobretudo em função do crescimento das cidades, com o aumento considerável no número de habitantes, mas também com o incremento das atividades econômicas capitalistas de troca de mercadorias e a criação de novos equipamentos urbanos como boutiques, cafeterias e galerias comerciais, entre outros espaços, que trouxeram um novo conceito norteador para a vida urbana.

Além das modificações na forma urbana e o surgimento dos novos espaços “abertos à circulação dos habitantes”, ocorrem mudanças nos códigos de sociabilidade. Com a modernidade nas

57 CORREIO POPULAR. “Inferninho! da Rua Ferreira Penteadó”. Suplemento Coluna do Povo, Correio Popular, de 20 de novembro de 1966.

58 *Idem*. “Cai mais um centro de Apuração de Jôgo”. Correio Popular, Campinas, de 2 de dezembro de 1966; *Idem*. “Toxicômacos surpreendidos e presos por patrulheiros”. Correio Popular, Campinas, de 3 de dezembro de 1966; *Idem*. “Maconheiro agrediu mulher no Mercado” Correio Popular, Campinas, de 12 de julho de 1966;

59 Como veremos mais detalhadamente no Capítulo 3.

idades, o progressivo crescimento comercial/industrial urbano e a configuração de um mercado de consumo, a vida pública se torna muito mais intensa e se disseminam os hábitos burgueses de “fazer piqueniques, passear pelas ruas, fazer compras” (RAGO, 1991, p. 52 e 57).

Como exemplo fundador desse modelo de cidade figura a influência dos famosos bulevares criados ao final do século XIX pelo então prefeito de Paris, Barão Georges-Eugène Haussmann. A grande reforma urbana engendrada em Paris, entre 1853 e 1870, se tornou um modelo para diversas cidades do mundo da metade do século XIX em diante, inclusive no Brasil. As largas calçadas projetadas por Haussmann acabaram por propiciar um encontro entre os diversos segmentos sociais que, sob a luz das iluminadas “artérias urbanas”, se cruzavam: pobres e ricos, beatas e boêmios, *flâneurs* e *blasés* (BENÉVOLO, 1997, p. 573-606; CALABI, 2012, 168-176; LAMAS, 2011, 212-220; BENJAMIN, 1985 [1955]; BERMAN, 1986). Segundo Rogério Leite, a “síndrome de Haussmann” no Brasil, significou criar uma “paisagem de modernidade” (LEITE, 2007, p. 129-130), em que as ruas da cidade se tornam um local de encontro dos diversos elementos que passam a compor a heterogeneidade social urbana: um espaço de visibilidade, negociações e confrontos⁶⁰.

A transição gradual da rua no Brasil para esse uso “moderno”, que se adequasse aos padrões morais da elite brasileira, foi pautada por uma série de disputas. Se torna necessário adequar as cidades brasileiras a esses novos preceitos do uso do espaço público que, segundo Fraya Frehse, eram até então classificadas como um lugar marginal, indecente e subalterno na sociedade do século XIX (FREHSE, 2005, p. 550). Enquanto a vida social da família oligárquica se concentrava dentro de seus palacetes e na missa das Igrejas, as camadas populares usavam a rua como espaço de lazer, moradia e sobrevivência. Estas eram ocupadas principalmente pelos negros e negras (“cativos” ou “forros”), se “virando”, transportando mercadorias, carregando baldes com as águas das fontes, fazendo seus batuques, capoeiras e vendendo quitutes nos tabuleiros.

Preta, pobre e puta no Brasil que se tornava moderno

Gilberto Freyre relata que, na transição entre regime escravocrata e a modernidade no Brasil (entre a “casa-grande” e o “sobrado”), o patriarcalismo brasileiro dificultou a transição de uso das ruas pelas oligarquias, sobretudo por suas representantes do sexo feminino: “por muito tempo foram quase inimigos, o Sobrado e a rua. E a maior luta foi travada em torno da mulher

⁶⁰ No Capítulo 4, a influência do modelo de organização urbana francesa no Brasil, sobretudo acerca da disciplinarização da prostituição urbana, será retomado de forma mais detalhada.

[burguesa e branca] por quem a rua ansiava, mas a quem o *pater famílias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha” (FREYRE, 1996, p. 34). Com o crescimento do uso do espaço público que se observou principalmente a partir do século XIX, essa característica muda drasticamente: “a modernidade se constrói também, e sobretudo, com a figura emblemática da mulher moderna na cidade” (LAVINAS;RIBEIRO, 1997, p 44). De acordo com Margareth Rago, é nesse momento que se estruturam novas regras em relação à circulação das mulheres, típicas de uma sociedade tentando se adequar a essas transformações urbanas, que alteraram as simbologias associadas à condição feminina (RAGO, 1991, p. 54). A entrada de certas mulheres no espaço público é marcada pela necessidade da criação de demarcações que as diferenciem e as separem do seu “oposto”, as “mulheres públicas” que faziam das ruas seu trabalho:

Enfim, os memorialistas registravam uma mudança nos códigos de sociabilidade, quando a vida pública se tornava mais intensa e novos espaços eram abertos à circulação dos habitantes. No entanto, era ambígua a maneira pela qual o espaço público masculino recebia a entrada da mulher. Ao lado do pai ou marido reprodutor, ela podia participar deste universo enquanto *consumidora, ornamento, acompanhante* ou *auxiliar*, ou seja, sempre numa posição secundária à dele e subordinada à sua função principal, ser esposa e mãe. O espaço burguês era conformado como essencialmente masculino e a mulher dele participava como alguém que vivia em território alheio [...] Enquanto a circulação masculina pelas grandes avenidas ou nas passagens parisienses podia ser vista como *flânerie*, como observam Benjamim e Baudelaire, as mulheres nas mesmas condições de *flâuners* seriam percebidas negativamente, como prostitutas: objeto em exibição em busca de um novo comprador/consumidor [...] A presença feminina no cenário urbano incomodava de várias maneiras; seja como prostituta; fumando ou usando roupas mais curtas. Desconhecida, a sexualidade feminina se tornava um grande medo e uma atração [...] Enquanto a urbanização e o crescimento sócio-econômico da cidade embaralhavam as tradicionais demarcações entre as atividades masculinas e femininas, a entrada em cena das mulheres de várias classes sociais, nas fábricas, escritórios, escolas, no comércio ou nos serviços de infra-estrutura urbana ameaçava subverter os códigos cristalizados de sociabilidade e de participação na vida social, a figura da prostituta emergia como um poderoso fantasma no imaginário social (RAGO, 1991, p. 37, 57, 121, 194 e 195).

Nesse sentido, “a prostituta passou, então, a simbolizar a alteridade mais radical e perigosa” (*Ibidem*, p. 26) e a “mulher fora do lar” precisou estabelecer uma série de critérios para monitorar seus gestos, aparência, roupas etc, de modo a não ser confundida com a “figura dissoluta” da “mulher de rua” (*Ibidem*, p. 39-40). Erving Goffman afirma em seu livro sobre o comportamento em lugares públicos que a “prostituta de rua” é um exemplo especial acerca das regras comunicativas que regulam a abordagem nas ruas, pois seus típicos “olhares e gracejos” para atrair clientes “nos dizem precisamente como todas as outras mulheres devem se cuidar para

não se comportar” (GOFFMAN, 2010, p. 156).

Margareth Rago afirma, ainda, que foi dessa forma que se construíram as diferenciações entre essas duas figuras femininas, polarizando-as:

A construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituía as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que organizava as relações sexuais **num espaço geográfico da cidade especialmente destinado à evasão, aos encontros amorosos, a vida boêmia** (RAGO, 1991, p. 41, *grifo meu*).

Portanto, a separação e ordenação da prostituição nas cidades brasileiras surgem baseadas na polarização “puta” ou “esposa” (“moça de família”) e esses dois papéis passam a ter espaços urbanos mais definidos e precisos de modo a não se misturarem ou mesmo se “contaminarem”, sendo objeto de interesse entre médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas que versavam sobre as prostitutas e sua organização no espaço das cidades: sua identidade “desviante” passa ser cientificamente comprovada (RAGO, 1991, p. 19; ENGEL, 1989; MENEZES, 1992; MORAES, 1996, p. 66-68; SOARES, 1992). Ressalta-se, assim, como se constrói nesse momento, uma organização generificada da cidade, marcada pela separação desses dois papéis femininos opostos.

É importante sublinhar que essa imagem da “mulher” e do feminino aqui apresentada é definida e classificada a partir de um certo padrão específico: a mulher branca, com modos “europeus” e da classe burguesa - categorias que colocam as demais como “não mulheres” ou “mulheres sem valor”, atingidas pelos mecanismos que constroem a segregação da prostituição e o “estigma de puta”. As prostitutas, as mulheres de cor não branca e/ou pobres, já estavam nas ruas e estabeleciam uma relação dicotômica com esse “modelo” de mulher.

Nos jornais e reportagens estudados referindo-se a Campinas, é constante a menção às atividades populares, marginais e/ou vinculadas à cultura negra como opostas e perigosas às “vizinhanças”, “famílias”, “senhoras” e “senhoritas”: “incomodam” e “ferem os costumes e a moral”. É interessante verificar a constância do argumento de que certas atividades são “escandalosas” e assustam essas mulheres, impedindo sua livre circulação na cidade, deixando “impossível transitar as exmas famílias”⁶¹. Ou seja, na construção da modernidade e do uso das ruas da cidade pelas

61 CORREIO POPULAR. “Limpando a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966; *Idem*. “Marginais e Vadias são os donos das ruas” Correio Popular, Campinas, de 24 de dezembro de 1966; *Idem*. “Cai mais um centro de Apuração de Jôgo”. Correio Popular, Campinas, de 2 de dezembro de 1966; e vários exemplos na tese de Cléber Maciel sobre a história da discriminação racial em Campinas (MACIEL, 1985, p. 87 e 100-101).

classes burguesas, a saída de dentro dos muros do “Sobrado” e o estabelecimento da figura dessa “mulher valorável” definiu um parâmetro de demarcação argumentativa sobre quais usos do espaço público seriam adequados, se relacionando diretamente com a marginalização e segregação daquelas práticas e daquelas mulheres “outras”, sobretudo das prostitutas.

Nesse contexto, as famílias oligárquicas tinham os recursos financeiros, o apoio do poder público e dos meios de comunicação para pautar os parâmetros e as regras “adequadas” de circulação nas ruas, entrando em conflito com esses costumes populares que até então eram majoritários no espaço público: “a partir do momento em que a rua se torna central e valorizada na rotina dos tipos humanos em questão, não há como ela abrigar ambos, 'nós' e os 'outros'. Alguém tem que sair. Mas quem? (FREHSE, 2005, p. 535)”.

Muitos dos usos populares, sobretudo aqueles praticados pela população negra pobre, eram classificados como marginais, inadequados e opostos às atividades de “família” (da família nuclear burguesa). Segundo Rogério Leite, “civilizar-se” era absorver os hábitos e costumes europeus, e assim os critérios de “civildade” no Brasil envolviam a adoção de estilos de vida bastante diversa da que se desenvolvia organicamente nas vielas e ruas das cidades até então (LEITE, 2007, p. 194). Dessa forma, a ordem e a disciplina surgem com uma proposta de adequar os costumes tradicionais destas categorias aos ditames modernos, capitalistas e burgueses, e mais ainda, disciplinar os trabalhadores à obediência e à servidão (ARAÚJO et al., 2006; CHALHOUB, 1986 e 1996; FERREIRA, 2005; MARICATO, 2000).

Para isso, a legislação e o planejamento urbano atuam como um mecanismo para introjetar a disciplina: refazer a cidade para fazer a ordem. Robert Moses Pechman afirma que as cidades constituíam uma promessa de civilização por meio de sua característica intrínseca, a **urbanidade**:

A urbanidade era a única possibilidade de a cidade vingar, pois a partir de seus pressupostos se equacionava a sobrevivência da cidade à “desordem urbana”. Escravos, vadios, mendigos, trabalhadores que viviam de viração, vagabundos, malandros, **prostitutas**, criminosos, ladrões, numa sociedade que se urbanizava, mas que não tinha produzido ainda o emprego em escala industrial, incendiavam o imaginário das camadas letradas da população, acenando com a ameaça de desordens de todo tipo, no limite da própria revolta escrava na capital do país. Dois caminhos se impunham ao equacionamento dessas ameaças: a tradicional repressão e a generalização da urbanidade (PECHMAN, 2007, p. 32, grifo meu).

Carlos Araújo et al. afirma que, no Brasil, desde as primeiras décadas do século XIX, haviam leis especificamente destinadas a erradicar as manifestação populares, sobretudo aquelas da população negra. Eram proibidos candomblés, batuques, congadas e danças. Sambas e

aglomerações de negros eram dispersados pelas diligências. Os códigos penais previam a “repressão a qualquer ajuntamento de negros, sob o pretexto da manutenção da moral e da segurança do Estado (ARAÚJO, 2006, p. 131 à 137)”.

Em Campinas, a primeira onda de modernização ocorre entre 1850 e 1900, com a marcante construção da primeira ferrovia da cidade. O historiador José Roberto do Amaral Lapa analisa como este primeiro “sopro de modernidade” transformou os usos citadinos e iniciou um processo de separação dos “indesejados” na cultura urbana campineira. Em 1867 haviam, circulando na cidade, “raros transeuntes durante a semana e algum movimento social nos domingos durante o dia, com a afluência das famílias à missa, os leilões de escravos nas praças e igrejas e os fazendeiros jogando bilhar nos salões ou frequentando as cocotes da corte”. Na cidade colonial, as ruas eram “depósitos de lixo e águas servidas, de entulho e animais mortos, de materiais de construção e mercadorias”. Com a modernidade, o espaço da rua vai gradativamente sendo disputado pela elite campineira, gerando embates entre os diferentes usos, modos e posturas travados no espaço da cidade. Segundo o autor, o que se verifica em Campinas é que “existe mais de uma cidade num convívio forçado: há um contraponto em relação à cidade racional, objetiva, civilizada que é proposta pela emergência capitalista e que se confronta com a outra cidade. Esse é o marco do urbanismo moderno” (LAPA, 2008, p. 23, 63, 124).

Esse processo continuou a se desenvolver substancialmente em outras cidades - principalmente nas capitais econômicas brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro - mas em Campinas, sobretudo em função das epidemias que assolaram a cidade, criando “hiatos” de modernidade (LAPA, 2008), volta a ocupar com força os debates públicos da cidade por ocasião da massiva industrialização e urbanização ocorrida nas décadas de 1960/70. É, inclusive, na década de 1960, que é criada a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mais um ícone das grandes mudanças que a cidade estava engendrando⁶². Neste mesmo momento, muitas indústrias estavam sendo implantadas. A população crescia exponencialmente e chegavam novos habitantes com novos costumes. Se impunha assim a necessidade de uma readequação dos usos e modos inerentes a essa urbanização, vinculada também aos conceitos de disciplina, ordem e moral típicos desse período, correspondente à ditadura militar, o que provoca uma retomada do tema da disciplinarização a partir das peculiaridades da época⁶³.

62 Apesar da criação da Unicamp datar legalmente no ano de 1962, apenas em 1966 foi lançada a pedra fundamental no Campus (em um terreno constituinte de uma antiga fazenda de café) e somente em 1968 é inaugurado o primeiro edifício da nova universidade. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/cronologia>>. Acesso em 27 out. 2012. Na pesquisa arquivística, também foi encontrada a reportagem “Inicia-se hoje a construção da Universidade de Campinas” do final de 1966. In: “Inicia-se hoje a construção da Universidade de Campinas” Correio Popular, Campinas, 1 de dezembro de 1966.

63 A análise desse período em Campinas, será descrita com maior aprofundamento no Capítulo 3.

A prostituição como um problema público em Campinas

De acordo com Joseph Gusfield (1981 [1923]), o contexto de surgimento de um “problema público” varia historicamente, mas as questões que vão defini-lo enquanto tal passam por momentos de latência, e esquecimento, para depois retornar às “arenas públicas”: “Issues and problems may wax and wane in public attention, may disappear or appear. How is that an issue or problem emerges as one with a public status, as something about with 'someone ought to do something'?”⁶⁴. Ou seja, nem sempre os diferentes segmentos têm capacidade de influenciar e colocar em pauta os problemas públicos da mesma maneira e com a mesma força. Em um determinado momento, todas as partes engajadas em uma disputa conseguem, no jogo de forças da hora, influenciar o público e pautar seus debates. Um “problema”, quando se torna público, porta uma questão relevante para o momento histórico. A sua constituição acontece quando emerge como assunto de debate e conflitos, quando é tematizado como problemático para grupos organizados em torno de causas comuns de acordo com seus conceitos sobre o que é político, e o que é público, ou seja, o que está no âmbito do “bem comum”. Além disso, não é suficiente que uma certa situação seja considerada inaceitável, ou condenável, para que ela se torne um “problema público”. Além de ser tema recorrente de debates que a instituem como problemática, a sua resolução deve se tornar objeto de uma ação pública (GUSFIELD, 1981 [1923], p. 5 e 9). Nesse momento de significativo crescimento populacional e de industrialização de Campinas, o uso da cidade por aqueles considerados “desviantes”, sobretudo as prostitutas, emerge substancialmente nas “arenas públicas” como um “problema” a ser resolvido.

Ainda seguindo os preceitos de Gusfield, as arenas públicas formadas para a discussão do problema vão definindo-o mais e mais e, nesse processo de definição, elas também produzem o “culpado”, ou seu responsável. Por meio dessa definição, determina-se também sua resolução. Gusfield ressalta, com isso, a dimensão estrutural de um problema público e observa que a determinação de responsabilidade ocorre em duas dimensões: a primeira é a “causal responsibility”, ou seja, a definição de quais fatos/indivíduos são os causadores do problema – no nosso caso, os responsáveis “causais”, segundo a voz com mais força nas arenas públicas de Campinas na época, seriam as “vadias” (prostitutas) e os “marginais”; e a segunda a “political responsibility”, ou seja, a definição de um agente ou instituição que tem a obrigação e as perspectivas adequadas para agir no sentido de resolver/reduzir o problema (GUSFIELD, 1981 [1923], p. 13, 14). No nosso caso, a responsabilidade política recairia sobre a administração

⁶⁴ “Questões e problemas vêm e vão, aparecem e desaparecem, crescem e decrescem na atenção do público. Como é que uma questão ou um problema emerge e ganha estatuto público, estabelecendo-se como algo sobre o qual 'alguém devia fazer alguma coisa?'” (tradução livre).

pública da cidade, e, sobretudo a polícia. Segundo um jornal da época: “essa coletividade [a 'gente campineira'] não entende que uma polícia possa ser impotente para conter vadias e marginais”. Uma vez identificado o problema do uso “marginal”, “imoral” e “não apropriado para mulheres” das ruas de Campinas, são determinados seus responsáveis, e por conseqüente a partir da pressão da sociedade, o poder público passa a realizar uma série de ações no sentido de solucioná-lo.

O entorno do Mercado foi o primeiro a sofrer um processo de expulsão mais massiva da prostituição, quando diversos de seus lupanares (e alguns outros na região do Castelo) foram fechados pela PMC em 1950. As descrições do Mercado Municipal de Campinas e arredores à época o identificam como um local de grande efervescência cultural e popular. O mercado foi o berço de bares que representam a memória da cidade, nos quais os “frequentadores mesclavam-se em classes sociais distintas, desde a dona de casa a fazer suas compras, aos que faziam lá as suas refeições, profissionais liberais e mulheres das casas de tolerância” (NEGRÃO, 2013, p. 49, 51). Nesse sentido, a “moralização” do Mercado, envolvia não apenas o controle da prostituição, mas de um modo de vida de um local que também agrupava diversas manifestações populares.

Logo depois, em 1956, acontece a demolição da Igreja do Rosário, a “Igreja dos Pretos”, uma ação que se vinculava à perseguição conjunta de outros grupos marginalizados além das prostitutas (que também ali faziam “ponto”), principalmente uma população negra de tradições consideradas “desviantes”⁶⁵. O historiador Cléber Maciel relata como a discriminação racial dos negros em Campinas marca a história da segregação urbana na cidade, relacionando suas práticas cotidianas aos usos “marginais” e “indesejados” - segundo o autor. O adjetivo “preto” era sinônimo de “vagabundo” - acarretando na “restrição, confinamento e combate às manifestações culturais negras” (sambas, “bailes de pretos”, “batuques”, “folias”, “maxixes”, “jogos de capoeiragem” e religiões), sobretudo em função das origens escravocratas das provincianas oligarquias rurais que constituíram o poder político, econômico e moral da cidade. Segundo o autor, a repressão policial sistemática fez desaparecer diversas organizações negras da cidade (MACIEL, 1985, p. 14 e 114-115).

Junto aos seus pares desviantes, algumas prostitutas frequentavam o entorno da Igreja antes da demolição. De acordo com Ana Negrão, a Igreja do Rosário “tinha ao seu lado direito o ponto do bonde alcunhado de 'Tabuleiro da Baiana' onde se reuniam algumas 'freelancers' que, no mercado do sexo, trabalhavam por conta própria, dispensando intermediação e contratando o

65 As diversas demolições ao longo do Brasil das igrejas da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário", ou "Irmandade dos Homens Pretos", são um ótimo exemplo de como se realizam as disputas entre os diversos grupos cidadãos, sobretudo entre a elite e os grupos populares no Brasil. O tema será tratado com mais profundidade no Capítulo 4, quanto debatermos as questões características da segregação espacial.

programa tête-à-tête. Também os gays ali faziam ponto” (NEGRÃO, 2013, p. 35).

A igreja estava, não por acaso, no caminho do novo desenho urbano para essa área da cidade. Por essa razão, foi demolida e transferida de local. Essas modificações também faziam parte de uma série de intervenções que se realizava na área central, pois, segundo jornal da época: “A parte do Centro de Campinas transforma-se por completo⁶⁶”, seguindo a onda de “modernização” que a cidade sofria nesse período. Antes da demolição da igreja, a área do Largo do Rosário já tinha sofrido diversas remodelações e alterações que apontam para tentativas anteriores de controle deste espaço.

“Marginais e Vadias são os donos das ruas⁶⁷”

Em função dessas primeiras expulsões, algumas casas de prostituição mudaram-se para o bairro do Taquaral, que na época era ainda um descampado de ruas de terra, periférico e pouco habitado (NEGRÃO, 2013, p. 49, 57; Bahia *et al.*, 2003⁶⁸): “sem infraestrutura básica, as primeiras que pessoas que se aventuraram a se fixar no local, foram as prostitutas, que até então atuavam dispersas pela cidade” (MAZZARIOL, 1977, p. 14).

Apesar do Taquaral não poder ser categorizado de maneira absoluta como o “lugar” da prostituição da cidade à época, vez ou outra alguns afirmam que ali se constituiu “a primeira Zona de Campinas⁶⁹”. Ali passou a ser concentrada a atividade, mesmo que esta ainda permanecesse acontecendo em outros lugares, espalhada pela cidade. Apesar da tentativa de expulsão e moralização do entorno do Mercadão e em outras áreas do centro de Campinas, foi possível identificar reportagens denunciando a continuidade da prostituição e de outras atividades marginais nestes locais, e requisitando mais medidas resolutórias do poder público.

Ao preparar, em 1960, um estudo sobre a prostituição no Brasil, o dominicano H. D. Barruel de Lagenest selecionou Campinas como uma das nove cidades brasileiras em que se baseia o trabalho. Sua pesquisa reitera dois aspectos importantes acerca da prostituição: a necessidade de

66 Segundo uma reportagem da época sobre a demolição, a prefeitura estava tentando realizá-la desde 1938. In: O ESTADO DE SÃO PAULO “A transformação do Centro Urbano de Campinas”. O Estado de São Paulo, 8 de janeiro de 1957.

67 CORREIO POPULAR. “Marginais e Vadias são os donos das ruas” Correio Popular, Campinas, de 24 de dezembro de 1966.

68 VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012.

69 PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994; *Idem*. “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”. Correio Popular, Campinas, de 11 de outubro de 1991.

uma ação mais efetiva da polícia campineira, e a falta de uma área específica para a prostituição na cidade:

Não existe oficialmente zona de meretrício em Campinas. Mas as casas de prostituição funcionam livremente. Atualmente, há mais de 25 publicamente conhecidas. [...] A polícia é incompetente para a solução do problema do meretrício. Muitas vezes suas auxiliares colaboram para o livre funcionamento das casas de tolerância. Algumas vezes uma ou outra casa fica fechada quando isso é requerido por uma autoridade ou pessoa de destaque. Alega-se então que a casa era clandestina. Outras vezes, policiais, ao fazerem a 'ronda' a fim de constatar a existência dessas casas recebem dinheiro de suas proprietárias, a fim de 'ignorar' sua existência (LAGENEST, 1960, p. 84 e 85).

Nesse sentido, cresciam as reclamações provenientes de “famílias” feitas à polícia, denunciando hotéis, pensões e mulheres realizando o “trotar” próximos de suas residências. Eram enviadas cartas a políticos e realizados abaixo-assinados com o intuito de combater a atividade. A pesquisa arquivística revelou que essas notícias começam a aparecer com mais frequência em meados do ano de 1966. As reportagens de julho de 1966 relatam desde situações como uma briga entre um “maconheiro”/“meliante” e uma “decaída”/“mundana” que realizava o 'trotar' nas proximidades do Mercado Municipal⁷⁰ até uma “Campanha contra o trotar”, descrevendo a prisão de “dezesseis vadias”⁷¹. Em agosto do mesmo ano, uma notícia declara que finalmente as autoridades policiais estão dispostas a por fim às “pocilgas de hotéis ou pensões” nas quais se realizam esse “degradante negócio” e “tão infame comércio”, com a cassação das licenças de funcionamentos desses locais. A reportagem atenta para o fato de que “em boa hora a Delegacia de Costumes resolveu agir” e reitera a necessidade de que esses “antros” devam ser “definitivamente extirpados”⁷². No mesmo jornal sai uma nota: “Polícia fecha mais quatro casas de tolerância”⁷³. No dia seguinte, mais uma notícia:

A Delegacia Regional de Polícia iniciou severa campanha para reprimir o trotar. Assim, as mulheres que são detidas a perambular pelas ruas, depois fotografadas e identificadas pela Polícia Técnica, são autuadas como incursas no art. 59 da Lei das Contravenções Penais [“Lei da Vadiagem”], ficando obrigadas a obter ocupação lícita no prazo de 30 dias sob pena de serem recolhidas a Cadeia Pública. (CORREIO POPULAR. “Polícia em ação contra a vadiagem”. Correio Popular, Campinas, 6 de agosto de 1966)

Ao longo do ano de 1966, as notícias acerca de perseguições à prostituição na cidade ora descreviam os feitos positivos da polícia nesse sentido, ora apontavam sua ineficiência, declarando que “marginais e vadias” eram os “donos das ruas”:

70 CORREIO POPULAR. “Maconheiro agrediu mulher no Mercado”, Campinas, de 12 de julho de 1966;

71 *Idem*. “Campanha contra o trotar”. Correio Popular, Campinas, de 13 de julho de 1966.

72 CORREIO POPULAR. “Polícia pede ao prefeito que feche hotéis suspeitos.” Campinas, 5 de agosto de 1966.

73 *Idem*. “Polícia fecha mais 4 casas de tolerância”. Correio Popular, Campinas, 5 de agosto de 1966.

[...] Veja-se por exemplo o que acontece na confluência das ruas Conceição e Luzitana. Meia dúzia de **vadias** e marginais tomaram conta daquele trecho central, oferecendo os mais escandalosos espetáculos. Ao término das sessões do Cine Ouro Verde, as **famílias** são obrigadas a presenciar todas essas cenas. Muitas queixas já foram levadas a DRP contra essa situação. São reclamações de **famílias** ali residentes e comerciantes ali estabelecidos. Pois bem. Não adianta reclamar. Os donos das ruas são os **meretrizes** e vagabundos porque a polícia não tem força para contê-los. Também no Largo do Mercado, ponto final da rua Álvares Machado, são **revoltantes as cenas** que se desenrolam diariamente. Existem por ali pensões habitadas por **mulheres de vida airada** cuja existência a fiscalização policial finge ignorar. Essas mulheres, de mistura com os **vagabundos** que vão crescendo em número dada a apatia da polícia, transformaram aquele setor em uma **zona proibida a famílias**, com grande prejuízo aos comerciantes do Mercado Municipal. Poderíamos citar outros trechos da cidade, hoje completamente dominados por marginais e nos quais pontificam centros de reunião de **prostitutas, transviados e prostíbulos** rotulados de hotel e pensão. A disseminação de tais focos é tanta, que a impressão que se tem é que caminhamos para a mais desbragada dissolução de costumes, tudo isso sob a vista complacente da polícia (*Idem*. “Marginais e Vadias são os donos das ruas” Correio Popular, Campinas, de 24 de dezembro de 1966, grifos meus).

Em seguida, quatro dias depois, é publicada uma reportagem afirmando que em função dos “gritos” da “opinião pública” a polícia resolve fazer algo “contra marginais e vadias que infestam nossas ruas”: “um pouco de limpeza sempre é bom”⁷⁴.

Vale atentar para o fato do uso de termos degenerativos: “mulheres de vida airada”, “vadias”, “decaídas”, “mundanas”, “transviados”, “infame comércio”, “degradante negócio”, “pocilgas”, “antros”, “cenas revoltantes”, “escandalosos espetáculos”, “disseminação”, “dissolução de costumes” de modo a associar a imagem da mulher prostituta à imoralidade, bem como a “sujeira”, a “impureza” e o “perigo” (nos termos de DOUGLAS, 1966). E, em contrapartida, associando as ações policiais à “limpeza” e purificação: “Limpendo a cidade”, “Pente Fino”, “saneamento nas ruas”. Além disso existem os discursos que vão colocando a atividade das “vadias e vagabundos” como oposta e não compatível com a “vizinhança”, moradores, comerciantes, “famílias residentes”, “zona proibida a famílias”, “prejuízo a comerciantes”⁷⁵. É uma construção simbólica, que separa por meio de relações dicotômicas o espaço dos “marginais e vadias” dos espaços familiares.

Além das reclamações sobre a atividade na área central da cidade, o Taquaral também sofria

74 *Idem*. “Limpendo a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966

75 CORREIO POPULAR. “Campanha contra o trotoar”. Correio Popular, Campinas, de 13 de julho de 1966; *Idem*. “Polícia pede ao prefeito que feche hotéis suspeitos.” Correio Popular, Campinas, 5 de agosto de 1966; *Idem*. “Polícia fecha mais 4 casas de tolerância”. Correio Popular, Campinas, 5 de agosto de 1966; *Idem*. “Polícia fiscaliza Hotéis e Pensões”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966; *Idem*. “Limpendo a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966; *Idem*. “Marginais e Vadias são os donos das ruas” Correio Popular, Campinas, de 24 de dezembro de 1966.

represálias para que se exterminasse a prostituição no local. Com o crescimento do bairro, este passou a ser requisitado para habitações, devido sua proximidade do Centro e de diversas áreas valorizadas, localizadas ao norte da cidade⁷⁶. Além disso, a Lagoa do Taquaral se firmava cada vez mais como um espaço de passeio “bucólico” para as famílias campineiras e, apesar do Taquaral não ser identificado no imaginário citadino como a “Zona”, a prostituição ia na contramão dos planos de valorização da área⁷⁷. Dessa forma, várias casas de prostituição que já haviam se transferido do centro da cidade para o Taquaral passaram a sofrer pressão para mais uma mudança de endereço. Segundo Ana Negrão, a vizinhança “se insurgia contra a presença de prostitutas ao derredor” (NEGRÃO, 2013, p. 89).

Vale ressaltar que, logo após a criação do Jardim Itatinga, o Taquaral tornou-se uma das áreas mais valorizadas de Campinas. Os proprietários dos terrenos do bairro se beneficiaram com a expulsão da prostituição, com a implantação de novas infraestruturas urbanas, com a arborização e reurbanização do Parque do Taquaral, que acarretou na rápida transformação do bairro em uma área residencial nobre (MAZZARIOL, 1977, p. 69, BAHIA *et al.*, 2003, cap. 3; NEGRÃO, 2013, p. 182).

Da mesma forma, o centro da cidade passava por uma política de revalorização imobiliária. Era de interesse dos proprietários de imóveis em áreas de valorização e investimento em infraestrutura pelo poder público, que aqueles considerados como “desviantes”, marginais e prostitutas, fossem eliminados de modo a facilitar a valorização econômica de suas propriedades na área central e no Taquaral. Uma reportagem de 2012, que reescreve um histórico da criação da Zona em função dos seus quarenta e cinco anos de existência, afirma que o “confinamento” das prostitutas no Jardim Itatinga - “um canto onde a cidade podia esconder criaturas pecadoras, sem valores” - fazia parte de uma política de “revitalização do centro” que, segundo o jornal, perdura até hoje. Assim se associa a expulsão das prostitutas com outras políticas realizadas na época: “a mesma 'revitalização' mandou para lá famílias que moravam em cortiços que 'enfeivavam' a cidade que enriquecia, se modernizava, crescia sem parar⁷⁸”. A mesma ideia é corroborada por uma outra reportagem contando a história do bairro, de 1991:

Aquela súbita aglomeração de “casas de tolerância” [no Taquaral], numa cidade provinciana que não passava de 300 mil habitantes, logo incomodou aos

⁷⁶ Veremos as diferenças entre norte e sul da cidade de Campinas mais detalhadamente no Capítulo 3.

⁷⁷ GOMES, Danton. “Reivindicações do Taquaral”. Suplemento Correio dos Bairros, Correio Popular, Campinas, de 4 de dezembro de 1966; PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

⁷⁸ VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012

plantonistas da moral. A imprensa era a linha de frente da cruzada, enquanto a polícia que, perante a opinião pública, aparecia como promotora de batidas e prisões de prostitutas, armava nos bastidores a erradicação total da primeira zona de Campinas (PEREIRA, Carlos Lemes. “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”. *Correio Popular*, Campinas, de 11 de outubro de 1991).

As outras pesquisas sobre a formação do Jardim Itatinga corroboram a premissa de que os meios de comunicação da cidade tiveram um papel preponderante na manutenção da opinião pública sobre o problema da “prostituição”. Regina Mazzariol relata ainda que nestes discursos era reiteradamente solicitado que se separassem as áreas de prostituição das áreas de “família” (MAZZARIOL, 1977, p. 15 - 18⁷⁹). Uma pesquisa de estudantes de jornalismo da PUC-Campinas afirma que nos jornais e nas emissoras de rádio a pressão da sociedade havia sido decisiva de modo a construir a base discursiva de apoio às ações que levaram ao confinamento da prostituição no Jardim Itatinga pelo poder público (BAHIA *et al.*, cap. 3).

Além de todos estes fatores, o crescimento populacional de Campinas na década de 1960 dificultava a vigilância da população pela polícia e, em particular, da prostituição. Assim, a criação de uma área da cidade delimitada para a prostituição também tinha o objetivo de facilitar sua custódia (MAZZARIOL, 1977, p. 12; BAHIA *et al.*, 2003, cap. 3). Foi por essa razão que, além do confinamento no mesmo local, a Delegacia também criou outros mecanismos de controle, como a prática de fichar as prostitutas, típica do sistema regulamentarista francês⁸⁰.

Encarregada da “responsabilidade política” do “problema” da prostituição na cidade de Campinas, a polícia passa a propagar a necessidade da realização de alguma ação mais massiva de controle. A ideia é respaldada e incentivada “pelos outros poderes”, sobretudo pela imprensa local. A relação entre a “responsabilidade causal” do problema (prostitutas) e da “responsabilidade política” (polícia) na resolução de um “problema público” é uma questão central para entender como estes tomam forma. Isso porque, segundo Gusfield, a maneira como um problema público “excites political passions” pode nos dizer algo sobre como o dissenso acontece (GUSFIELD, 1981 [1923], p. 16). Como vimos no capítulo anterior, a relação entre a violência das tentativas de expulsão e a polícia é recorrente nos relatos e memórias das prostitutas do centro de Campinas, bem como em diversas bibliografias estudadas acerca do tema. Isto é, elencar a polícia como responsável para resolução do “problema da prostituição” é uma prática recorrente.

⁷⁹ Destaco aqui que, apesar dessa afirmação, a pesquisa de Regina Mazzariol (1977) indica em sua bibliografia apenas reportagens publicadas a partir de 1972, isto é, aparentemente a pesquisa não analisa a constituição da prostituição como um problema no ano de criação do bairro, somente cerca de cinco anos depois.

⁸⁰ Este tema será tratado como mais detalhamento no Capítulo 4.

A Operação de confinamento

Com o respaldo público, a polícia começa a dar maior forma a essas ações de expulsão, batizando em 1966 esse processo de “Operação Limpeza”, segundo Regina Mazzariol. O nome escolhido para a operação policial diz muito sobre as simbologias que a envolviam na época. Apesar desta nomenclatura figurar na bibliografia existente sobre a formação do Jardim Itatinga (MAZZARIOL, 1977; BAHIA *et al.*, 2003; NEGRÃO, 2013), em algumas reportagens pesquisadas aparecem também os nomes “Operação Pente Fino”⁸¹ e “Operação Laredo”. Laredo foi o primeiro nome dado ao bairro, no momento da sua formação: a “Laredo Campineira”, uma referência à lendária cidade sem lei nem fronteiras, do “Velho Oeste americano”⁸². Alguns dados encontrados no estudo de Regina Mazzariol corroboram esta ideia, pois, na época da realização de sua etnografia (década de 1970), o Jardim Itatinga era conhecido como “Laredo - cidade sem leis” e também como “Viracopos” (MAZZARIOL, 1977, p. 8).

Nomear as ações policiais como “Operação Laredo” deveria ser o modo mais coloquial para designar a operação que daria origem ao bairro do Jardim Itatinga, o “Laredo”. Nos jornais pesquisados, o nome “Operação Limpeza” não era muito utilizado, mesmo porque a própria operação de expulsão das prostitutas do centro da cidade não era largamente veiculada pela mídia local. A maioria das reportagens encontradas relata a ação da polícia no fechamento dos “antros” e na prisão das “vadias”, não a associando a uma ação mais ampla com relação à prostituição. Outro dado informado por uma reportagem sobre a criação do bairro de 2012, é o de que a operação de confinamento da prostituição teria sido coordenada pela “Delegacia de Jogos e Costumes, que se tornou responsável por um projeto propondo 'ordem social' em Campinas”⁸³.

Com o objetivo de eliminar a prostituição nas regiões tradicionais da cidade, a operação policial se focou, sobretudo, na perseguição das prostitutas que trabalhavam no espaço público. Assim, a polícia realizava “batidas” e diligências contra o *‘trottoar’*, prendendo as prostitutas que trabalhavam nas ruas independentemente. Simultaneamente, eram realizados acordos com as/os donas/os de casas de prostituição, de modo a negociar o traslado de seus estabelecimentos para outro local. Enquanto se realizava a “limpeza” nas ruas da cidade, os planejadores da PMC acordavam com corretores imobiliários a localização de um loteamento afastado da cidade, uma área despovoada, fora do perímetro urbano e onde não existissem residências, para realocar os

81 CORREIO POPULAR. “Limpendo a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966

82 PEREIRA, Carlos Lemes. “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”. Correio Popular, Campinas, de 11 de outubro de 1991; e *Idem*. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

83 VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012.

bordéis e as demais prostitutas (MAZZARIOL, 1977, p. 20-22; Negrão, 2014, 183).

Assim, pode-se dizer que a operação foi estruturada a partir da conjugação de três instrumentos: 1) da formação de consenso da opinião pública; 2) da violência, perseguição e repressão policial; e 3) do planejamento urbano em concordância com o mercado imobiliário, para escolher o melhor lugar para se instalar a Zona.

O terreno escolhido para transladar a prostituição na cidade foi uma gleba já loteada, porém distante da mancha urbanizada, desocupada e vazia. O terreno era proveniente de uma antiga fazenda de café, com área suficiente para trinta lotes no qual a única infraestrutura urbana presente era o acesso pela Rodovia Santos Dumont, fazendo a ligação com o centro da cidade. A escolha da localização para constituição da Zona de Campinas, numa área distante do núcleo urbanizado, recentemente ligada à cidade pela construção das novas rodovias, estava em sintonia com o processo especulativo do período, que transformou diversas áreas rurais e isoladas em áreas urbanas. Segundo uma reportagem de 1994⁸⁴, a partir da escolha do local, a polícia, “usando de coerção”, obrigou as donas dos locais de prostituição na cidade a comprarem lotes e se mudarem para este terreno.

Uma característica a se destacar nesta operação foi o uso seletivo do argumento da “legalidade”. Para melhor compreender essa afirmação, vale explicitar que no Brasil o trabalho como prostituta/o, individual e independente, não constitui crime. De acordo com o Código Penal Brasileiro, são crimes: o ato de mediação, facilitação e de tirar proveito da prostituição de outra pessoa; bem como possuir um estabelecimento onde aconteça exploração sexual⁸⁵. Ou seja, apesar da posse de uma casa de prostituição constituir um crime, a sua existência era permitida e incentivada pelo poder público no novo bairro periférico do Jardim Itatinga enquanto a “Operação Limpeza” atuava perseguindo a prostituição no centro sob justificativas “legais”.

Segundo Regina Mazzariol, esta era, inclusive, uma maneira de forçar a realocação das casas de prostituição, pois caso as/os proprietárias/os das casas, boates, hotéis e pensões se negassem a se

84 PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

85 Segundo o Código Penal Brasileiro (C.P.B.) “CP - DL-002.848-1940”, decretado em 7 de dezembro de 1940, “Parte Especial - Título VI - Dos crimes contra a Dignidade Sexual - Capítulo V: Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual”, constitui crime: a “Mediação para Servir a Lascívia de Outrem” (Art. 227), o “Favorecimento da Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual” (Art. 228); “Casa de Prostituição”: “Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente” (Art. 229); “Rufianismo”: “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça” (Art. 230); e “Tráfico Internacional de Pessoa para Fim de Exploração Sexual”: “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro” (Art. 231).

mudar para a nova localidade - ou mesmo tentassem abrir novas casas fora da Zona - estas/es eram processadas/os por “Lenocínio”. De maneira semelhante, para prender as prostitutas que trabalhavam nas ruas, como a prostituição independente não é crime nem existe crime contra o “trotar”, se enquadrava as mulheres como infratoras da contravenção penal da vadiagem (como vimos anteriormente, essa prática perdurou por muito tempo no centro da cidade) ou eram enquadradas no crime do ultraje público ao pudor (art. 233; C.P.B.). Na prisão, as mulheres eram coagidas - muitas delas por meio de tortura - a irem trabalhar nas casas que estavam se instalando neste novo local (MAZZARIOL, 1977, p. 20, 21 e 27):

Os imóveis poderiam existir, mas não poderiam ter a destinação que tem e não existiriam, se não fosse estabelecido um “acordo” entre as suas proprietárias e a polícia, que determinou o confinamento da prostituição no Jardim Itatinga e que continua até hoje (1977) mantendo o controle da prostituição e mesmo do próprio desenvolvimento da zona, pois cabe a ela “liberar” ou não o funcionamento de novas casas de prostituição (*Ibidem*, p. 178-179)⁸⁶.

O uso ambíguo do argumento da “legalidade” é uma ação recorrente da polícia em relação à prostituição, não apenas em Campinas, mas em todo país e mesmo no exterior. O mesmo poder público que persegue a prostituição sob justificativas “legais”, permite ou não fiscaliza as mesmas atividades em outros locais, de modo a forçar o traslado das prostitutas para esses espaços “permitidos” e/ou “tolerados”.

O que acontece em Campinas é muito semelhante, por exemplo, ao que se passa no distrito de Wan Chai em Hong Kong. Neste local, a prostituição não sofre repressão policial, enquanto que a mesma atividade é perseguida em outras partes da cidade, embora a lei em relação a prostituição independa do local onde é praticada (PARIS, 2014). Phil Hubbard e Teela Sanders observam o mesmo fato em Birmingham, na Inglaterra. “Balsall Heath” é o nome do bairro que, a partir dos anos 1970, tornou-se a Zona da cidade quando a polícia e autoridades “turned a blind eye to public manifestation of sex work in the area⁸⁷”, ao mesmo tempo que fechava e perseguia clubes e cinemas onde eram realizadas atividades prostitucionais no centro da cidade (HUBBARD; SANDERS, 2003, p. 76). Isso mostra, de acordo com Nicolas Paris, que “à l'échelle de la ville, la répression sélective des formes de prostitution révèle des enjeux éloignés de considérations purement légales ou morales⁸⁸” (PARIS, 2014, p. 45, grifo meu).

Foi a partir dessa “repressão seletiva” que, em 1967, o Jardim Itatinga recebeu sua primeira casa

⁸⁶ Vale dizer que, esse modo de atuar do poder público em relação às atividades de prostituição em Campinas perdura até a atualidade, como foi visto anteriormente no Capítulo 1.

⁸⁷ “Fecharam os olhos para a manifestação pública de prostitutas/os na área” (tradução livre).

⁸⁸ “Na escala da cidade, a repressão seletiva de diferentes formas de prostituição revela investimentos não associados diretamente a considerações puramente legais ou morais” (tradução livre).

de prostituição. Entre os relatos que escutei, reportagens e os trabalhos sobre a formação do bairro, há divergências sobre qual seria esta “primeira” casa, ou sobre “quem” seria a “pioneira”.

As pioneiras

Em uma tarde no centro da cidade, eu estava sentada com algumas prostitutas que trabalhavam em um ponto próximo a Catedral. Lara estava me contando que havia chegado ao Jardim Itatinga em 1968, “logo no começo”. Ela disse que quando chegou já existiam umas seis casas, e que a primeira a se instalar havia sido a casa da Cassilda, conhecida como “Casa do Bode”, porque se criava um bode nos fundos⁸⁹. Enquanto a Lara me contava essas histórias do passado, a Lucila, que também estava com a gente, ia concordando: “A Cassilda era boa 'dona-de-casa', depois que foi chegando umas 'bicho ruim’”. Em seguida a Lara lembrou que até os anos oitenta não existia nem luz nem água no bairro. Como eu havia feito uma cara de espanto, a Lucila emendou “Uai Didi, você não sabia? Era tudo lampião e rádio de pilha”. Ai a Lara ficou meio nostálgica e levantou do encosto da Igreja para mostrar a altura em que chegava o seu cabelo na época: “Eu era muito linda! Tinha um cabelão louro até aqui ó [cintura]... e eu era muito doida... mas só bebia viu, nunca usei droga!” (Diário de Campo, 17/03/2014). Lembrar da história do bairro, de quem foi a primeira “dona-de-casa” a chegar no Itatinga, era um momento em que elas rememoravam suas próprias histórias, aventuras e isso sempre refletia sentimentos de nostalgia.

Contrariamente aos relatos das minhas interlocutoras, a pesquisadora Regina Mazzariol e alguns jornais consultados afirmam que a primeira a se instalar no Jardim Itatinga foi a “Casa de Lúcia” e que, pela sua fama na cidade, ela teria sido estrategicamente utilizada como “isca” pela operação policial de modo a atrair a clientela e as novas casas ao bairro: “em abril de 1967, a casa de prostituição de Lúcia estava em pleno funcionamento no Jardim Itatinga”. Segundo a autora, a casa começara ocupando dois lotes e progredindo posteriormente até chegar a cerca de cinco mil metros quadrados, em 1974, ano de realização daquela pesquisa. Após a instalação dessa primeira casa teriam vindo as outras (MAZZARIOL, p. 24). A mesma informação foi encontrada também em um jornal de 1994 sobre a história do bairro: “'Lúcia' era o nome de guerra da pioneira que iniciou o bairro que, dois anos depois, já com 20 casas, passaria a ser conhecido como Jardim Itatinga”⁹⁰.

89 A criação de animais e pequenas hortas nos fundos das casas de prostituição é uma característica existentes até hoje, acredito ser este comportamento uma especificidade dessa Zona, ligado à história da transição urbano-rural de Campinas, da qual tratarei mais detalhadamente no próximo capítulo (Cap. 3).

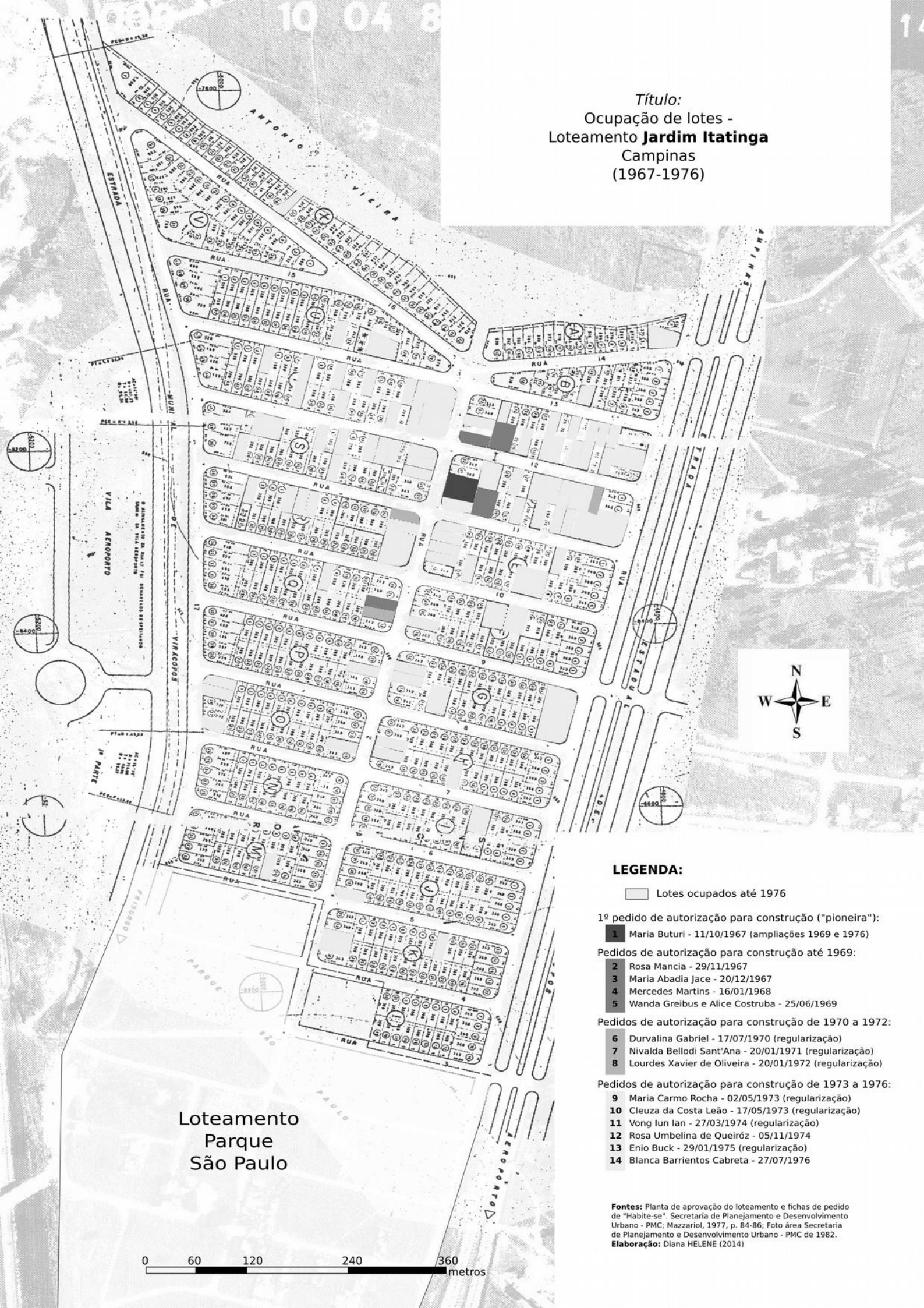
90 PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

Ana Negrão indica que as casas de “Maria Lúcia” (acredito ser a mesma “Lúcia” citada acima) e “Paraguaia” haviam sido as primeiras a se mudarem pra o novo bairro (NEGRÃO, 2013, p. 183). Segundo a autora, a “Casa da Maria Lúcia” se localizava no Taquaral e era uma das melhores casas de prostituição de Campinas na década de 1960. Na mudança para o Jardim Itatinga, levou toda a estrutura que possuía anteriormente, “para não perder fama e excelência de atendimento” e montou no novo bairro uma “casa muito bonita e bem equipada, em um terreno correspondente a um quarteirão”. Também a “Casa da Paraguaia” foi transferida do Taquaral, tornando-se uma das mais procuradas no Jardim Itatinga. Outra casa famosa do Taquaral era a “Casa da Argentina” que recusou-se mudar para o Jardim Itatinga e abriu sua nova casa em Americana, uma cidade vizinha (NEGRÃO, 2013, p. 89-90 e 94). Na pesquisa das estudantes de jornalismo da PUC-Campinas, as autoras relatam que as primeiras casas do bairro teriam sido a da “Maria Lúcia” e da “Cassilda”, e depois foram chegando as casas de “Maria Alice”, “Paraguaia” e “Poliana” (BAHIA *et al.*, 2003, cap. 4).

Quando contei para Lucila que muitos dados indicavam que a “Lúcia” teria sido a primeira a chegar no Jardim Itatinga ela ficou muito nervosa e chateada, e reiterou que a primeira tinha sido a Cassilda, que a casa da “Lúcia” não tinha “nada a ver” pois era casa de “grã-fino” e que por isso tinha chegado depois: “a primeira foi a 'Casa do Bode', esse povo aí não sabe de nada”. Emendou contando que em seguida veio a “Paraguaia” e depois começou a elencar uma série de nomes de casas que “vieram depois”, indicando dentre estas em quais ela mesma tinha trabalhado, e disse que somente depois chegaria a “Casa da Lúcia” (Diário de Campo, 23/07/2014).

Além dos relatos, jornais e bibliografias, busquei na PMC documentos sobre a criação do bairro, entre eles as primeiras fichas de propriedade e dados de aprovação do “Habite-se”. A ficha mais antiga para pedido de autorização para construção é justamente do ano 1967, de propriedade de Maria Buturi, composta de dois lotes. Mais tarde a dona adquire outros lotes, constando ainda pedidos de ampliação de sua construção. Seu lote é inclusive chamado em alguns documentos de lote “A”, em vez da demarcação numerada padrão que se encontra na planta do loteamento. O nome “Maria”, a data de requerimento, o tamanho dos lotes e suas ampliações coincidem com os relatos de Regina Mazzariol (1977), Ana Negrão (2013) e dos jornais pesquisados; assim acredito que esta seja “Maria Lúcia”, a “pioneira” relatada anteriormente. Com base nesses documentos foi realizado o mapa a seguir, localizando cada um desses “primeiros lotes” com as datas referentes a cada documento. Por meio do mapa, podemos visualizar a área de primeira ocupação do Jardim Itatinga, entre as ruas Pacaembu e Guaicaba, que até os dias de hoje são as principais ruas da Zona onde se localizam as casas mais antigas e luxuosas (ver mapa abaixo).

Título:
 Ocupação de lotes -
 Loteamento **Jardim Itatinga**
 Campinas
 (1967-1976)



Loteamento
 Parque
 São Paulo

LEGENDA:

□ Lotes ocupados até 1976

1º pedido de autorização para construção ("pioneira"):

1 Maria Buturi - 11/10/1967 (ampliações 1969 e 1976)

Pedidos de autorização para construção até 1969:

- 2 Rosa Mancia - 29/11/1967
- 3 Maria Abadia Jace - 20/12/1967
- 4 Mercedes Martins - 16/01/1968
- 5 Wanda Greibus e Alice Costruba - 25/06/1969

Pedidos de autorização para construção de 1970 a 1972:

- 6 Durvalina Gabriel - 17/07/1970 (regularização)
- 7 Nivalda Bellodi Sant'Ana - 20/01/1971 (regularização)
- 8 Lourdes Xavier de Oliveira - 20/01/1972 (regularização)

Pedidos de autorização para construção de 1973 a 1976:

- 9 Maria Carmo Rocha - 02/05/1973 (regularização)
- 10 Cleuza da Costa Leão - 17/05/1973 (regularização)
- 11 Vong Iun Ian - 27/03/1974 (regularização)
- 12 Rosa Umbelina de Queiróz - 05/11/1974
- 13 Enio Buck - 29/01/1975 (regularização)
- 14 Blanca Barrientos Cabreta - 27/07/1976

Fontes: Planta de aprovação do loteamento e fichas de pedido de "Habite-se". Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - PMC, Mazzariol, 1977, p. 84-86; Foto área Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - PMC de 1982.
Elaboração: Diana HELENE (2014)

0 60 120 240 360 metros

Vale dizer que estes documentos, por serem de custo elevado, são solicitados por aqueles estabelecimentos mais ricos. Assim, os pedidos formais não necessariamente correspondiam às construções existentes no bairro, uma vez que muitas destas pode ter sido construídas sem autorização formal da PMC e posteriormente fizeram solicitação de “Habite-se”. Isto é, esta foi a primeira casa a pedir a autorização de construção no loteamento do Jardim Itatinga, no entanto, outras possíveis “pioneiras”, como a “Paraguaia” e a “Cassilda”, talvez já existissem no bairro, mesmo sem a legalização de suas construções.

Entre discursos e documentos, a ideia de “pioneirismo” figura como importante para entender como se constituiu esse “lugar” na cidade, sendo sua criação marcada por algumas “donas-de-casa” que desbravaram a Zona de Campinas: Lúcia, Cassilda e Paraguaya. As suposições, apostas e certezas sobre quem foi a “pioneira” constituem um espaço de disputa nas construções da história do bairro. Natália Fazzioni descreve a mesma noção de “pioneirismo” nos discursos acerca da revitalização da Lapa, no centro do Rio de Janeiro, como uma disputa que procura “dar um sentido coeso para o processo de mudanças, ou seja, representá-lo como algo impulsionado por alguém e desencadeado de uma única maneira” (FAZZIONI, 2012, p. 29). Sidney Chalhoub também destaca a importância das contradições e versões conflitantes, que produzem diferentes versões ou leituras da história, para demonstrar a importância de certos acontecimentos. O importante não é “desvendar” uma “verdade” sobre como aconteceu o processo, mas sim entender “como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso” (CHALHOUB, 1986, p. 22 e 23).

A construção da ideia de “maior Zona da América Latina”

Em pouco tempo, o Jardim Itatinga ganha fama, ocorrendo um deslocamento “natural” das casas de prostituição para o local que, aos poucos, foi virando uma referência inclusive fora de Campinas. Segundo Regina Mazzariol, a “permissão da 'livre' instalação e funcionamento de casas de prostituição no Jardim Itatinga” tornou-se um fato regionalmente conhecido, atraindo o fluxo de prostitutas e outras pessoas ligadas ao seu ofício de diferentes regiões em direção ao bairro. Isso também aconteceu quando eram fechadas/perseguidas casas de prostituição/prostitutas em outros bairros e mesmo outras cidades. Em função dessa fama, em 1969, o número de casas de prostituição da região havia duplicado, o que acarretou em uma tentativa de proibição da instalação de novas casas pela polícia, que perdurou apenas até 1971 (MAZZARIOL, 1977, p. 24-26).

Chegavam mulheres provenientes dos mais diversos lugares: “todas em busca do seu lugar ao sol do Itatinga. E a fama do bairro se espalhava. Nunca haviam criado um lugar assim: sexo, mulheres, bebidas e diversão à vontade” (BAHIA *et al.*, 2003, cap. 4). Muitas prostitutas também aproveitaram o momento de criação do bairro para montarem suas próprias casas de prostituição. Atualmente, por exemplo, todas as casas que conheço na Zona tem como “donas” ex-prostitutas. A casa da Sônia, uma das primeiras “boites” do Jardim Itatinga, se transformou na casa “Galo de Ouro” atual, uma das mais chiques da Zona, como será detalhado adiante.

Essa reputação contribuiu para que o Jardim Itatinga seja reconhecido até hoje como a maior Zona confinada de prostituição da América Latina. Alguns afirmam que o tamanho da Zona diminuiu muito, de que ela não é “mais a mesma” e que enfrenta um processo de “decadência”. Jussara, prostituta que trabalha individualmente em sua própria casa no Jardim Itatinga, também conta que a Zona tinha o dobro do tamanho que tem nos dias de hoje, e que a parte vizinha contígua ao bairro, chamada de “Parque São Paulo”, também se constituía como um local para atividade da prostituição. Entre os relatos de minhas interlocutoras essa ideia está mais associada às memórias dessas prostitutas, grande parte delas com mais de quarenta anos, e que relembram dessa época com uma nostalgia que envolve também uma saudade das experiências vividas na sua juventude. As histórias do passado muitas vezes se associam com relatos de como elas eram jovens, bonitas, “muito doidas” e/ou “bandidas”, de como “eram bonitos os 'cabarés' naqueles tempos”, como se divertiam e faziam muito dinheiro.

Decadência ou nostalgia?

Uma tarde, na sala da Associação Mulheres Guerreiras, na sede da CUT - Campinas, no centro da cidade, enquanto procurávamos alguns documentos e organizávamos o arquivo da associação, Lucila ia lembrando do passado, cheia de saudade. Evocava a época em que tinha uma casa no Jardim Itatinga e contava que as prostitutas adoravam trabalhar lá - “chovia menina”- porque a comida era boa e ninguém judiava delas “porque o que eu mais odeio é quando tem 'dona-de-casa' que maltrata, bate... essas mulheres já sofrem demais...”. Então, ficou contando como era bom aquele tempo, que na casa dela aconteciam várias orgias e que ela tinha muitas “camélias”. Nessa hora, começou a cantar uma música que, segundo ela, era um “tango” de dançar juntinho. Armou os braços como se dançasse com alguém, e ia balançando seus longos e grossos cabelos de Caiapó junto com os passos. Foi lindo, e pedi para ela cantar de novo:

Não sei por que é que eu vivo tão errado

Traíndo sempre a companheira do meu lar
 Sinto vergonha e reconheço o meu pecado
 Mas assim mesmo eu não sei me controlar.
 As mariposas têm em mim uma influência
 E da clemência da esposa que eu adoro
 Sinto vergonha dos meus atos praticados
 Disfarço as mágoas, nesta hora então eu choro.
 Gosto da minha inseparável companheira
 Somente a ela é que eu amo com ardor
 Mas como abelhas roubam o mel de flor em flor
 As mariposas do meu peito roubam amor
 (“Mariposa do Amor” de Torrinha e Canhotinho⁹¹)

Em seguida, ela acrescentou que isso era música “da antiga”, “tangos de dueto”, da “época dos cabarés”, e aí desatou a cantar mais um monte de “tangos” e músicas românticas “daquela época”, com letras como “ela foi dama de vermelho e foi de branco, mas amanhã ela será dama de preto” e “eu vou tirar você desse lugar”. Nesse momento, ela parecia lembrar de uma espécie de “época áurea” do Jardim Itatinga (Diário de Campo, 01/10/12).

Em uma pesquisa realizada em 2003, Karolina Bahia, Larissa Luizari e Nara Faria relatam que essa suposta “época de ouro” do Jardim Itatinga teria durado até meados dos anos oitenta, quando, em função da violência, suas atividades começam a declinar. As autoras afirmam que o processo de decadência se iniciou com um assassinato cometido no bairro em março de 1979, e que, desde então, a violência só aumentou, fazendo os clientes se afastarem da Zona: “A violência passa a ritmar as noites de boêmia regadas a bebidas e dinheiro e principia por esvaziar as casas de bons clientes e a por um fim ao glamour. [...] Todo aquele tempo de luxúria foi acabando. O sucesso foi ascendente mas na década de 80 se iniciou seu processo degradante” (BAHIA *et al.*, 2003, cap. 5).

Alguns jornais também corroboram essa ideia, utilizando inclusive termos como “anos de ouro da Zona”, “anos de luxo”, ou “seu auge” na década de 1970, “quando milhares de prostitutas, boates de luxo e frequentadores recheados de dólares, cravavam no local o status de 'maior Zona da América do Sul’⁹²”. Vale dizer que, curiosamente, até então o bairro ainda tinha ruas de terra e não havia suplemento de eletricidade. Ou seja, a ideia de que a Zona era melhor antes aparentemente não considera essas características como algo negativo.

Acompanhando as notícias dos jornais em relação ao Jardim Itatinga é possível perceber que sua existência era, desde sua criação, invisibilizada nas reportagens. Vale dizer ainda que, de maneira

91 Essa também foi a música escolhida por Sandra para figurar como trilha sonora principal do vídeo da Associação.
 92 PEREIRA, Carlos Lemes. “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”. *Correio Popular*, Campinas, de 11 de outubro de 1991.

geral, as poucas reportagens existentes propagavam as características negativas do bairro, relatando inclusive sua decadência. Entre os jornais da cidade de Campinas que foram publicados na época de criação do bairro (entre 1965 - 1975), poucas são as referências ao bairro. Entre elas, há uma intitulada “A cidade cresce para oeste”⁹³, em que é descrito o desenvolvimento urbano de Campinas citando todos os bairros existentes no período, menos o Jardim Itatinga, o que demonstra como vai sendo construído o ocultamento de sua existência pelos meios de comunicação.

O nome do bairro começa a aparecer com mais frequência quando se iniciam uma série de reportagens sobre o problema da Aids na cidade no início da década de 1990. Uma reportagem de 1994, declara que o “Vírus da Aids atinge 11% das prostitutas” da cidade, e que a maioria delas se encontra no Jardim Itatinga⁹⁴. Outra reportagem, de 1991, afirma: “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”, culpando o “declínio da Zona” à Aids, que “irremediavelmente associada a grupos de comportamento social promíscuo, varre a clientela das ruas do Itatinga, cada vez com mais intensidade”. No entanto, na mesma reportagem um rapaz que trabalha no bairro declara ao jornal que o Itatinga está longe da decadência, e para driblar a Aids na época, as prostitutas usavam a tática do uso de uma “camisinha dupla”, ou seja, a obrigação dos clientes usarem duas camisinhas sobrepostas⁹⁵. Sobre esse período, adiciono o relato de Lucila:

... nós não tínhamos saída não, não tínhamos quem ajudasse a gente, porque a cidade estava praticamente uma doença só, AIDS virou uma notícia. Aqui já quase ninguém queria fazer programa com medo da AIDS, camisinha não tinha, era perigoso a gente engravidar qualquer hora. Daí tava correndo aquela doença também, lepra. A gente tinha medo, eu morria de medo. E a gonorreia? As doenças transmissíveis. [...] Que associação? A associação veio depois que tinha camisinha aí até de *Rayban*. Então essa época aí o bicho tava solto na região central aqui, e lá no Itatinga. Era cada um pra si e Deus por todos, salve-se quem puder (Lucila, entrevista, *op. cit.*).

Outra reportagem, no mesmo ano, adverte que o bairro parece estar sofrendo um processo de expulsão uma reprise da “Operação Laredo” ou uma “Varredura da Viração”, devido à instalação de uma escola do SESI – Serviço Social da Indústria às margens da rodovia Santos Dumont em frente ao Jardim Itatinga. Os moradores do bairro acusavam a polícia de tentar expulsar a atividade, desta vez, para mais longe. No jornal, um integrante da Secretaria de Planejamento

93 MENDES, José de Castro. "A cidade cresce para oeste" - Suplemento História de Campinas - Correio Popular - Campinas, 31 de julho de 1968.

94 COSTA, Maria Teresa. “AIDS: SEXO PAGO - Vírus da Aids atinge 11% das prostitutas”. Correio Popular, Campinas, de 2 de fevereiro de 1994.

95 PEREIRA, Carlos Lemes. “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”. Correio Popular, Campinas, de 11 de outubro de 1991.

Urbano da cidade declara que, apesar de não existir nenhum estudo oficial para afastar as prostitutas do Itatinga, quando a “Zona de meretrício” foi instalada, o Itatinga era bem distante das áreas mais adensadas que agora cresceram até lá, e por essa razão, a Zona não deixa os bairros do entorno “valorizarem”⁹⁶.

Aparentemente, depois do temor à Aids, as notícias depreciativas sobre o bairro passam a se concentrar na questão do crime. Entre 1995 e 1997 existem diversas reportagens denunciando a prostituição de menores e o tráfico de pessoas na Zona⁹⁷. A forma como as mídias da cidade tratam o bairro aparenta mudar de foco de acordo com o que é mais adequado no momento para associar o bairro a situações de desvio e impureza: da Aids para o tráfico e o crime, e assim sucessivamente. As notícias constroem a imagem de que o bairro está em decadência, desta vez em função da criminalidade e violência. Segundo um jornal de 2011 “a zona de prostituição Jardim Itatinga, em Campinas, que foi a mais famosa do Brasil por suas casas luxuosas, frequentadas por homens ricos e com grande influência empresarial e política, transformou-se em zona de violência”⁹⁸. Outra reportagem no mesmo ano afirma: “um lugar que já foi conhecido em todo Brasil por suas mulheres bonitas. A zona de prostituição Jardim Itatinga – que há tempos já havia perdido o glamour – agora está perdendo a guerra contra a violência e sucumbindo à criminalidade”⁹⁹. Em repetidas reportagens neste ano esse fato é reafirmado e reiterado por meio de estatísticas de números de mortes, roubos, sequestros e tráfico de drogas na Zona. Além das estatísticas, os jornais reiteram que o bairro é considerado um dos mais violentos de Campinas¹⁰⁰. Alguns anos depois, em 2007, uma reportagem declara que o bairro é estigmatizado como “um local dominado pela prostituição e pelo tráfico de drogas”¹⁰¹.

96 PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

97 CORREIO POPULAR. “Polícia prende dona de casa de prostituição”. Correio Popular, Campinas, de 29 de maio de 1996; BARBOSA, Maurício. “Polícia fecha cerco no Jardim Itatinga”. Correio Popular, Campinas, de 27 de fevereiro de 1997; SILVA, Sara. “Mãe resgata filha de casa de prostituição no Itatinga”. Correio Popular, Campinas, de 15 de maio de 1996; FORNAZIERI JR, Antonio. “Menores enganam família e vivem no Itatinga”. Suplemento Cidades, Correio Popular, Campinas, de 24 de agosto de 1997.

98 BARGAS FILHO. “Jardim Itatinga, da prostituição ao crime: bairro que já foi a zona de prostituição mais famosa do Brasil, amarga hoje índices de violência cada vez mais alarmantes”. Correio Popular, Campinas, de 10 de setembro de 2001.

99 ROSSIT, Mário. “Tráfico domina zona de prostituição. Jardim Itatinga que há muito perdeu seu Glamour, convive agora com a violência que assusta garotas de programa e frequentadores”. Correio Popular, Campinas, de 9 de outubro de 2001.

100 CORREIO POPULAR. “Jardim Itatinga tem cinco homicídios em seis meses”. Correio Popular, Campinas, de 14 de novembro de 1995; ROSSIT, Mário. “Até garotas pedem presença policial”. Correio Popular, Campinas, de 9 de outubro de 2001; ROSSIT, Mário. “Tráfico domina zona de prostituição. Jardim Itatinga, que há muito perdeu seu Glamour, convive agora com a violência que assusta garotas de programa e frequentadores”. Correio Popular, Campinas, de 9 de outubro de 2001.; BARGAS FILHO. “Jardim Itatinga, da prostituição ao crime: bairro que já foi a zona de prostituição mais famosa do Brasil, amarga hoje índices de violência cada vez mais alarmantes”. Correio Popular, Campinas, de 10 de setembro de 2001; BARGAS FILHO. “Violência vive da impunidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de setembro de 2001.

101 GALLACCI, Fábio. “Unicef destaca 'trupe' do bairro: grupo formado por crianças e adolescentes do Itatinga

Segundo as prostitutas me relatam, atualmente o tráfico de drogas e outras atividades marginais além da prostituição estão, no Itatinga, dominados pelos “irmãos”, nome dado aos integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), entidade que organiza o crime de maneira bastante uniforme em toda região. Acredito que, atualmente, algumas casas de prostituição também são de propriedade de alguns “irmãos”, dado que a maioria das casas “novas” no Jardim Itatinga pertencem a homens não ligados anteriormente à prostituição. Também existem relatos de algumas prostitutas, sobretudo das casas mais refinadas como o Galo de Ouro, que fazem programas de graça com integrantes do “Partido”¹⁰².

Por fim, uma das reportagens mais atuais sobre o bairro, “por conta do 45º aniversário do Itatinga”, além de fazer um histórico da formação do lugar, relata que o “Itatinga sobrevive” :

Os carros transitam lentos. As moças, com trajes mínimos, se oferecem na calçada. É a feira livre do sexo. O Jardim Itatinga continua sendo umas das maiores zonas de meretrício do Brasil. Há, sim, quem diga que acabou. Para uns foi consequência da Aids. Para outros, a sociedade ficou mais liberal, e ninguém mais precisa pagar para ter prazer. Puro engano. Mulheres, cerveja e diversão continuam na agenda de uma legião de homens de todas as idades, raças, classes sociais, ideologias. Estima-se que duas mil mulheres, vindas de todo canto, sobrevivem no Itatinga, da “profissão mais antiga do mundo”. O que pouca gente se dá conta é que o bairro (trecho loteado da Antiga Fazenda Pedra Branca) despontou, para a finalidade atual, há 45 anos (VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012).

Acompanhar as notícias sobre o bairro ao longo dos anos proporciona uma visão de sua construção como lugar da prostituição no imaginário dos habitantes da cidade de Campinas. Aparentemente é a partir dos anos 1980 que o bairro começa a se firmar enquanto o “Jardim Itatinga”, ou simplesmente “o Itatinga”, com identidade própria, mesmo que para figurar em notícias sobre crimes e doenças. Entre essas há, inclusive, uma notícia mapeando onde se localizariam as áreas principais da Zona, denominadas de “Zona de Risco”¹⁰³.

Para complementar a história do bairro, fiz um mapa sobre o crescimento do bairro ao longo do tempo, a partir da pesquisa de fotos aéreas, demonstrando como aconteceu a ocupação gradativa

recebe prêmio do Fundo das Nações Unidas para infância”. Correio Popular, Campinas, de 9 de dezembro de 2007.

¹⁰² Aparentemente, as atividades marginais do crime e da prostituição, que ficavam dispersas, de maneira isolada, em diferentes casas do bairro, nas relações tecidas entre alguns gerentes, “donas-de-casa” e/ou prostitutas, atualmente estão se concentrando em uma organização mais homogênea, a partir do PCC. Este fato parece acontecer em diversas organizações populares marginais da cidade de Campinas. Mesmo não sendo foco deste estudo, esta transformação não pode ser ignorada, pois se articula com certa identidade recente do bairro. A relação entre o bairro e o crime foi tratada mais detalhadamente por Aline Tavares em sua dissertação de mestrado (TAVARES, 2014a).

¹⁰³ ROSSIT, Mário. “Até garotas pedem presença policial”. Correio Popular, Campinas, de 9 de outubro de 2001.

de seu loteamento. Além de fotos adquiridas na PMC e no “Google Earth”, também utilizei o mapeamento realizado por Regina Mazzariol na sua etnografia em 1974 e os dados das fichas de autorização de construção das primeiras casas do bairro, até o ano de 1976.

Título:
 Ocupação de lotes e
 crescimento do
 Loteamento
Jardim Itatinga
 - Campinas
 (1967-2014)

LEGENDA:

- 1º pedido de construção ("pioneira"):
- Pedidos de construção até 1969:
- Pedidos de construção de 1970 a 1972:
- Lotes ocupados até 1976
- Lotes ocupados de 1976 a 1982
- Lotes ocupados de 1982 a 1994
- Lotes ocupados de 1994 a 2002
- Lotes ocupados de 2002 a 2009
- Lotes ocupados de 2009 a 2014

Limite Lotamento Parque São Paulo

Área desapropriada do Loteamento Parque São Paulo para construção do entrocamento entre as Rodovias Santos Dumont e Anhaguera na década de 1980



Fontes: Planta de aprovação do loteamento e fichas de pedido de "Habite-se".
 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - PMC; Mazzariol, 1977, p.
 84-86; Fotos áreas Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - PMC de
 1982 e 1994; Fotos áreas Google Maps de 2002, 2009 e 2014.

Elaboração: Diana HELENE (2014)

Parque São Paulo

Por meio do mapa de crescimento do bairro podemos observar e comprovar algumas das características dos relatos acerca do seu desenvolvimento citados anteriormente. O maior crescimento se deu exatamente entre os anos 1967-1982 (suposta época áurea da Zona), passando por um período de estagnação (suposta decadência da Zona), para novamente crescer rapidamente, ocupando praticamente todos os lotes disponíveis entre 2009-2014.

Esse crescimento nos últimos anos se deu, provavelmente, em função dos investimentos atraídos para a região pela grande reforma que está se engendrando no Aeroporto de Viracopos, vizinho da Zona. Nas minhas observações de campo, pude perceber a abertura de várias novas casas nesse período. Pelo mapa também observa-se que o loteamento contíguo ao Jardim Itatinga era praticamente vazio (e segundo relatos, nele até essa época figuravam algumas casas de prostituição esparsas) e se adensa fortemente a partir da década de 1980, sobretudo com a construção de galpões industriais.

2.2_UM LUGAR PARA A PROSTITUIÇÃO NA CIDADE

Com quase cinco décadas de existência, o Jardim Itatinga estruturou uma dinâmica própria, um “mundo à parte¹⁰⁴”. A grande maioria das prostitutas da cidade de Campinas trabalha no Jardim Itatinga. Como já citado anteriormente, o bairro se caracteriza pela fama de ser a maior Zona urbana de prostituição confinada da América Latina. Dados do Centro de Saúde do Jardim Itatinga indicam que ali trabalham cerca de duas mil profissionais do sexo, distribuídas em cerca de duzentas casas de prostituição, de pequeno, médio e grande porte. Predominam as trabalhadoras mulheres não transexuais (mulheres cisgêneras). Existe um considerável número de travestis (que se concentram em uma das ruas do bairro) mas, no entanto, não existem michês (profissionais do sexo do gênero masculino).

Apesar da grande heterogeneidade das mulheres que trabalham no bairro, a maioria é jovem, com até trinta anos. Segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010, entre as mulheres que se declararam residentes do bairro, 63.92 % possuem menos de 34 anos de idade (IBGE 2010). Além disso, diversas prostitutas que conheci se iniciaram na prostituição trabalhando no bairro. Grande parte veio diretamente de outras cidades do interior do estado (e muitas de outros estados do Brasil) para trabalhar no local.

O loteamento que deu origem ao bairro é formado por três ruas principais paralelas a Santos

104 Essa ideia de mundo será trabalhada mais detalhadamente no Capítulo 5.

Dumont (sentido norte-sul) - dentre elas a Avenida das Amoreiras, via importante da região sul da cidade, que acaba no bairro - e dez ruas perpendiculares a essas três vias (no sentido leste-oeste). A rua principal do bairro de prostituição se chama Pacaembú, uma via que corta transversalmente o loteamento pelo centro, paralela a rodovia Santos Dumont. No extremo sul do Itatinga encontra-se o loteamento “Parque São Paulo”, área de ocupação mais nova, até cerca de 1980 ocupado por algumas construções esparsas relacionadas às atividades prostitucionais da Zona, que cresceu a partir de então, e atualmente é constituído de algumas residências (“familiares”) e diversos galpões que trabalham em apoio as atividades industriais da região, como a fabricação, manutenção, blindagem e galvanização de peças industriais, etc).

Itatinga “24 horas”: as prostitutas esperam, os clientes circulam

Segundo a prostituta Jussara: “no Itatinga você acorda cinco da manhã, já tem carro rodando, meio dia tem carro rodando, quatro horas tem carro rodando, oito horas, duas horas, três, quatro, cinco... é vinte e cinco horas no ar” (fala gravada durante o evento “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”, dia 29/06/12). A qualquer hora, diferentes dias da semana - sábados, domingos e feriados - o bairro está em funcionamento. O movimento é maior à noite, após o horário comercial, às sextas-feiras (quando a maioria dos trabalhadores recebem seus “vales” nas empresas) e no verão. Domingo de manhã, em geral, é o período de menor incidência de clientes (não por acaso, este é o horário reservado tradicionalmente aos almoços de família), e, por essa razão, momento de descanso das prostitutas (segunda-feira muitas delas também folgam).

Apesar dos serviços de prostituição serem intermitentes, existem diferenças nas atividades noturnas e diurnas. De dia é comum a circulação de carros de empresas, caminhões e de outros clientes que vêm ao bairro durante folgas de seu horário de serviço. A quantidade de mulheres e carros nas ruas é bem menor que à noite, e muitos bares e casas, principalmente as casas fechadas e maiores, não abrem. As mulheres esperam os clientes pacientemente sentadas em cadeiras de plástico. Como o movimento de carros é menor, é comum ficarem circulando em meio as prostitutas e carros de clientes cachorros provenientes das casas. Existem as prostitutas que preferem trabalhar de dia e as que preferem o período noturno, aquelas que gostam da “noite”, no sentido de gostar da boemia, de dançar, beber, etc. À noite, a quantidade de carros é tão grande que existe trânsito nas vias principais. A maioria das casas coloca som alto para a rua, poucas prostitutas esperam os clientes sentadas, as mulheres ficam em pé ou dançam nas varandas e calçadas, os bares ficam cheios.

Os clientes são homens de todas as idades, visitam o bairro e escolhem as prostitutas por meio de veículos (carros, motos e até caminhões). É comum a circulação de caminhões que dão uma “passada” no Jardim Itatinga, bem como de carros com os logos de empresas adesivados no bairro durante o horário comercial. Em função da proximidade das rodovias que ligam diversas cidades do interior paulista, bem como do aeroporto de Internacional de Viracopos, a clientela do Itatinga é formada por pessoas oriundas não apenas de Campinas, mas de diversas cidades e estados brasileiros, inclusive de outros países.

De modo semelhante ao que Soraya Simões observou na Vila Mimosa, “a Zona é por excelência um lugar de observação, onde o grande atrativo se inscreve justamente na probabilidade de se ter relações sexuais com qualquer mulher ali presente” (SIMÕES, 200, p. 155). Os homens que frequentam o Jardim Itatinga não frequentam a Zona apenas em busca de relações sexuais. Este é um espaço ligado á boemia, onde os frequentadores buscam se divertir, beber, sair com os amigos, e quem sabe, pagar um programa. Segundo afirma Elisiane Pasini, nas áreas delimitadas de prostituição os homens podem tocar, mexer e olhar as mulheres sem terem de se preocupar se elas estão ou não acompanhadas. Não vão disputar com outros homens: “dificilmente haverá dois homens interessados na mesma mulher, e caso aconteça, certamente se ela quiser poderá atender a ambos” (PASINI, 2009, p. 245, 248, 249).

Muitas vezes eu observei esses grupos de homens que vêm ao bairro se divertir e nem sempre pagar por relações sexuais. Também escutei muitas vezes entre amigos campineiros que eles iam dar uma “passadinha no Itatinga” antes ou depois de saírem para algum outro lugar de Campinas. Esse é um dos motivos pelos quais as bebidas e a maioria dos serviços são muito mais caros que o normal no Jardim Itatinga: muitos vão ao local e não fazem programas, apenas observam e mexem com as mulheres. Essa característica de um lugar de “passeio”, encontrada em lugares semelhantes, me parece acentuada no Jardim Itatinga devido à característica de circulação via automóveis que existe no bairro.

A circulação incessante dos clientes contrasta com a fixidez e com a exposição das prostitutas, pois, enquanto estas esperam seminuas e paradas nas ruas, varandas e janelas (ou dentro das casas noturnas), eles circulam pelo bairro, sondando e analisando as opções, protegidos no interior dos carros. A primeira abordagem, negociação e acordo do programa acontece por meio dos veículos dos clientes e/ou dentro das boates, e nos poucos bares, que os frequentadores podem tomar uma cerveja observando as garotas.

Vale ressaltar uma vez mais a especificidade do bairro, com relação a outras áreas de prostituição, no que se refere ao modo de acesso dos clientes. O que ocorre ali é diferente da Vila Mimosa, por exemplo, em que se acessa pelos bares e a pé. O modo de circular e escolher a prostituta se relaciona com o isolamento do bairro em relação à cidade, as dificuldades de acesso via transporte público, e a proximidade com as rodovias, todas essas características específicas da formação urbana do bairro, como veremos adiante nos próximos capítulos da tese.

A área de maior concentração de carros se localiza no cruzamento das ruas Pacaembu e Guaicaba, exatamente os locais mais antigos de ocupação do território do Jardim Itatinga, como podemos verificar pelo mapa de crescimento do bairro elaborado anteriormente. Também é a área denominada em uma reportagem sobre a criminalidade como “Zona de Risco”¹⁰⁵. É também aí onde estão localizadas as três casas fechadas e luxuosas do bairro (que detalharemos a seguir). Ou seja, é a rua principal e de maior destaque da Zona. Nem todos clientes se embrenham nas outras ruas do bairro, se mantendo na circulação destas ruas mais “conhecidas”. O fato desta ser a área mais antiga do bairro demonstra como vão sendo construídas suas “rugosidades” (SANTOS, 2006 [1996]; *Idem*, 1994), ou seja, uma ocupação do território que se configura como mais tradicional e em destaque na construção da imagem do bairro, de “Zona de Risco” ao local das casas mais luxuosas.

As “casas” (casas de prostituição)

Eram nove horas da manhã quando eu e Aline chegamos ao Jardim Itatinga. Estava um dia lindo e ensolarado. O movimento de carros e prostitutas era pequeno. Batemos na porta da casa de Regina e esperamos alguém vir abrir. Passou uns dez minutos e nada. Alguns carros passavam devagar para verificar se a gente estava “esperando” clientes. Uma das travestis da casa, de calcinha e camisa, chegou da rua e foi entrando direto. Pedimos para ela chamar a “Dê”. Ela finalmente veio. Entramos na casa e lá dentro tinha um monte de cachorros. Eram aproximadamente quinze animais. Três grandes no portão e um monte de pequenos na lateral da casa. Havia filhotes também e a Aline disse que queria pegar um. A Regina falou que ia pensar, porque já estava apaixonada por todos eles.

Como eu nunca tinha entrado nessa casa ela resolveu fazer um *tour*. Mostrou suas orquídeas, que ficavam em um orquidário no fundo da casa, tipo uma estufa. Fiquei impressionada com aquele espaço verde e florido dentro da “casa”. Ela foi contando que “estava aprendendo” a cuidar

105 ROSSIT, Mário. “Até garotas pedem presença policial”. *Correio Popular*, Campinas, de 9 de outubro de 2001.

dessas flores delicadas, e que comprava revistas sobre isso. Depois reparei que nas árvores do lado de fora da casa, na calçada, também haviam orquídeas penduradas. Continuando o passeio, ela mostrou um quintal gigante, em um terreno murado do lado da casa, cheio de galinhas, galos, galinhas de angola, patos, pintinhos correndo e uns cinco gatos. Nessa parte da casa havia ainda outro cachorro: “tem que separar se não eles brigam”. Depois ela abriu a porta dos fundos e mostrou um terreno vazio: “a dona acabou de comprar”. Havia um homem construindo um muro e colocando portão. Nessa hora, passou pela gente uma travesti só de calcinha e a Regina disse para ela: “Não pode ficar com peito de fora em frente as irmãs [CEPROMM], essa hora tem criança!”. Sentamos na mesa da copa, ao lado da estufa de orquídeas e tomamos café enquanto discutíamos assuntos da associação. Enquanto conversávamos, iam acordando as “meninas” da casa, passavam de toalha, olhavam meio curiosas para a gente, falavam bom dia e pegavam um pouco de café (Caderno de Campo, 18/10/2012).

Figura 9: Planta da casa de Regina (anotações do Diário de Campo 18/10/2012).

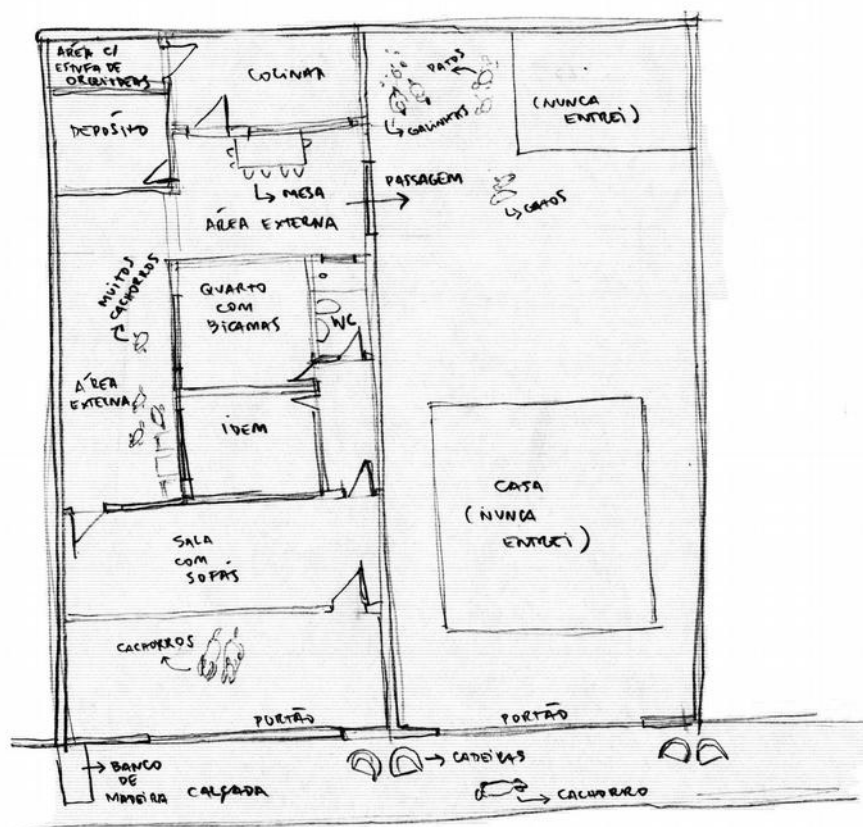


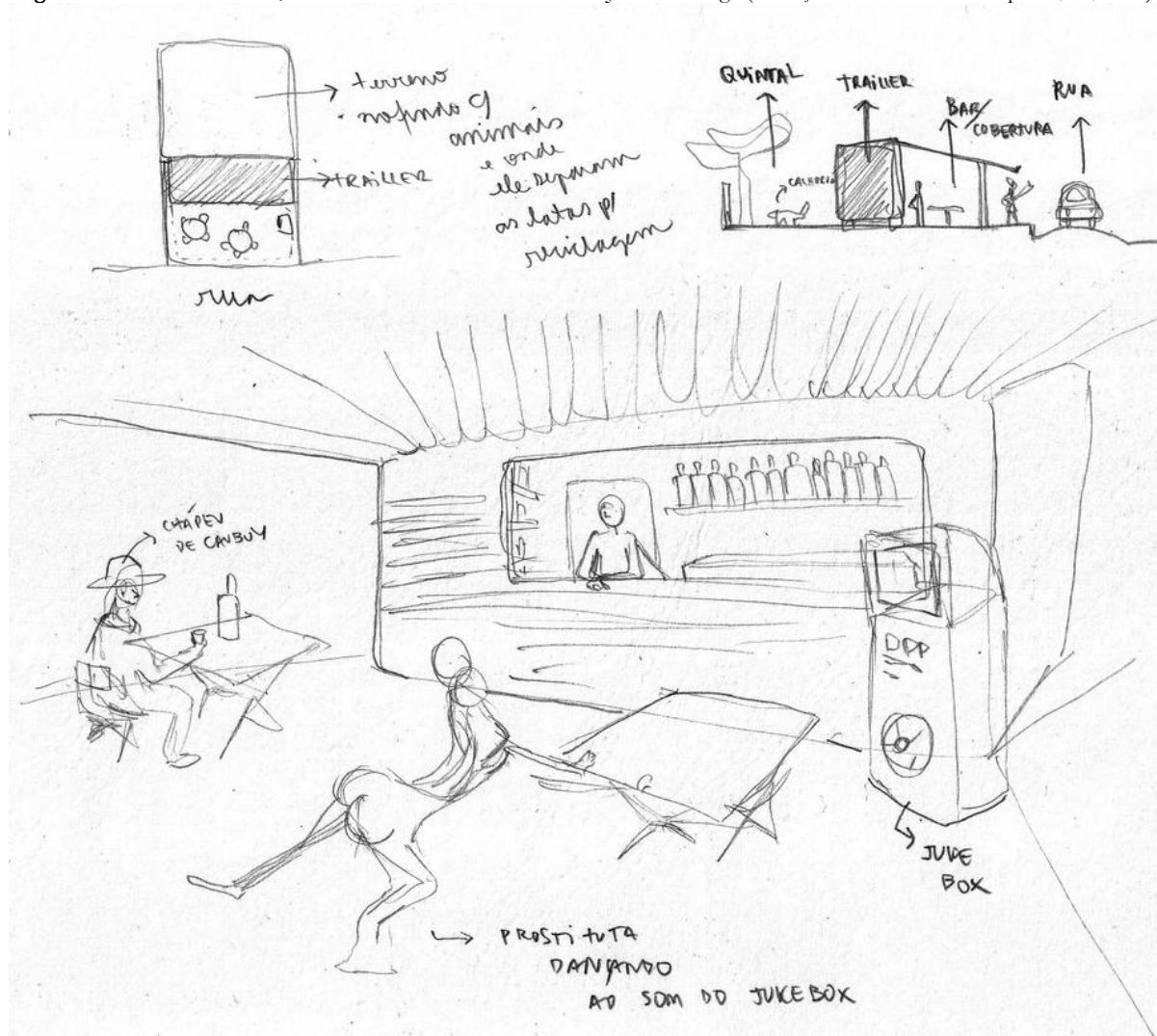
Figura 10: O orquidário de Regina (anotações do Diário de Campo 18/10/2012).



A casa de Regina funciona como uma pensão. A maioria das “pensionistas” são travestis, mas existem algumas mulheres cisgêneras que moram na casa. A denominação pensão se deve ao fato de que as prostitutas apenas moram/dormem na casa, pois fazem programa nos carros, em alguma outra “casa” ou na própria rua. Elas esperam os clientes sentadas em cadeiras de plástico na calçada da casa ou no trailer de bebidas vizinho. O trailer de bebidas é uma modalidade comum de bar no Jardim Itatinga. Ocupa facilmente e com pouco custo terrenos vazios prestando serviços de venda de bebidas aos frequentadores da Zona. Em geral, são equipados de um aparelho de *Jukebox*, onde os clientes escolhem músicas para as prostitutas dançarem.

É praticamente apenas essa rua que concentra as prostitutas travestis e transexuais. Existe, aparentemente, uma divisão espacial no bairro dos locais entre travestis/transexuais e mulheres “cis”. Além disso, ouvi algumas vezes que apenas “travestis” podiam “fazer a rua”, as “mulheres” tinham de fazer programa dentro das “casas”. No entanto, mais de uma vez eu vi as travestis/transexuais fazerem programa na antiga casa da Natasha que ficava ao lado da “pensão” de Regina.

Figura 11: Trailer de bebidas, uma modalidade comum de bar no Jardim Itatinga (anotações do Diário de Campo 18/10/2012).



A casa da Natasha, em 2012, era um local que também servia refeições para as mulheres que trabalhavam no entorno. Fui jantar lá mais de uma vez. Sua esposa, na época, fazia uma comida deliciosa. Além do salão da “casa”, um bar todo pintado de *pink* com mesas e *Jukebox* onde jantávamos, também haviam três quartos para realização de programas. A cozinha tinha sido improvisada no quintal dos fundos da casa.

A casa tinha a planta típica das casas do Jardim Itatinga, da qual observei mais de uma vez nas minhas visitas ao bairro: pequenos salões/bares próximos a entrada para recepção e entretenimento dos clientes; alguns pequenos quartos no qual são realizados os programas; um banheiro e um quintal nos fundos da casa, onde algumas vezes também se criam animais como galinhas, patos, cachorros, gatos, pássaros, etc (esse é um local que, em geral, os clientes não acessam).

Figura 12: Planta da casa de Natasha em 2012 (anotações do Diário de Campo 05/11/2012).

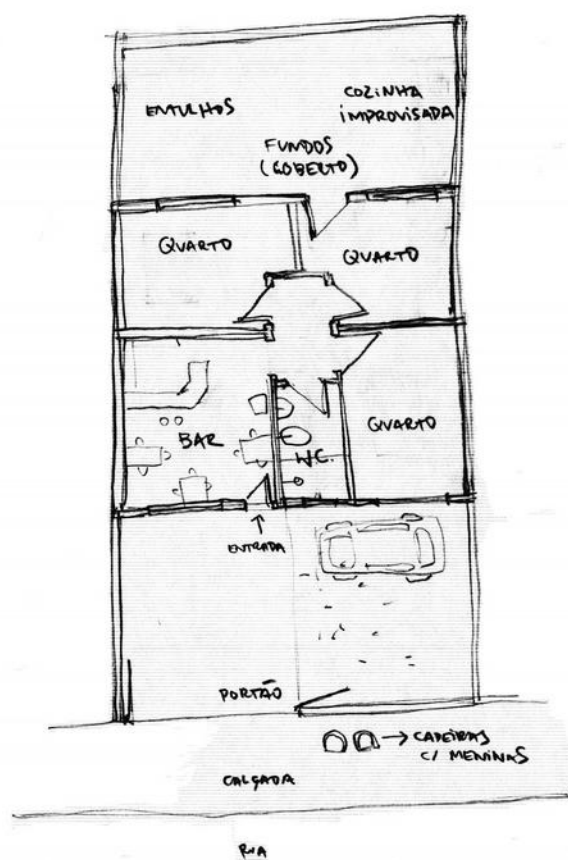
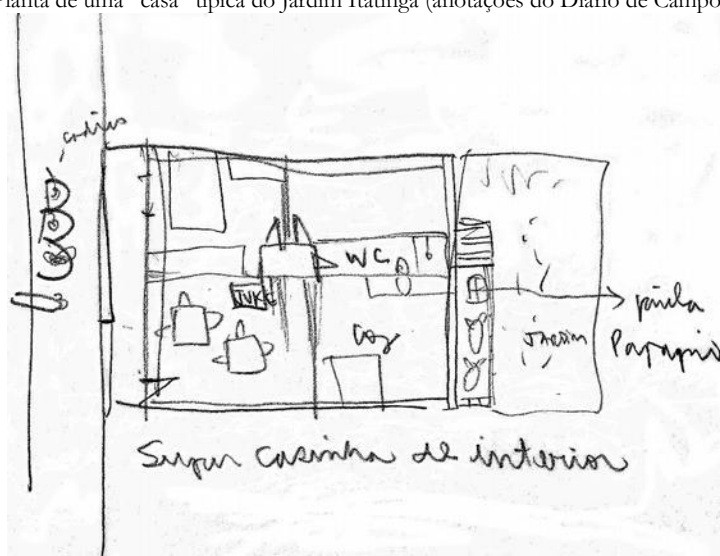
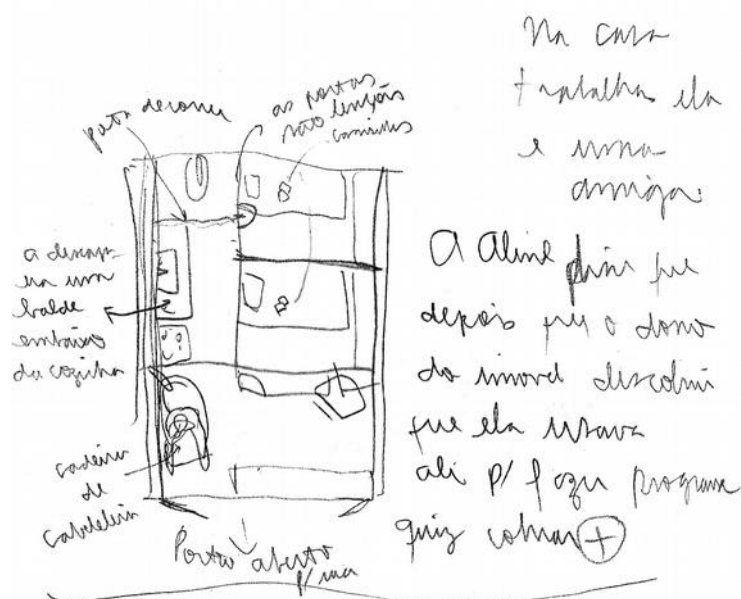


Figura 13: Planta de uma “casa” típica do Jardim Itatinga (anotações do Diário de Campo 19/07/2014).



Em 2014, Natasha mudou para uma casa vizinha, que tinha na frente um salão de cabeleireiro e no fundo dois minúsculos quartos, improvisados com divisórias, onde ela e uma amiga prostituta dividiam o aluguel do salão e faziam seus programas. Ela também realizava as atividades da associação do Jardim Itatinga, como o lançamento e exibição do vídeo, nesse pequeno salão de cabeleireiro. A casa era muito pequena e simples. O banheiro também era improvisado, não tinha descarga e um balde que se enchia embaixo da pia era usado para suprir essa função. Essa foi a casa de prostituição do Jardim Itatinga mais simples que conheci.

Figura 14: Planta da casa de Natasha em 2014 (anotações do Diário de Campo 22/03/2014)



Em geral, as “casas” são conhecidas pelos nomes de suas “donas”, as “donas-de-casa”, prostitutas mais velhas que cresceram na profissão e abriram seu próprio negócio. Casa de Fulana, Casa de Beltrana, etc. De mesma forma, quando você se refere a uma prostituta, a relaciona com a casa em que trabalha, usando pronomes de pertencimento: “fulana é da casa de sicrana” ou “fulana é daquela casa”.

Sobre a arquitetura das “casas”, a grande maioria tem estrutura semelhante, há o que podemos chamar de uma “planta típica”. Isso acontece porque provavelmente foram construídas para a mesma função. Mesmo assim sua arquitetura e relação com a rua se parece com o que existe em outros bairros residenciais de Campinas, principalmente pelo tamanho dos lotes, recuos impostos pela legislação e materiais de construção comuns. As plantas das casas também imitam plantas residenciais, demonstrando que talvez este tenha sido um artifício para aprovação para construção da casa na PMC, mas também pode indicar uma relação simbólica na constituição do imaginário com relação à constituição da “casa”.

Aparecida Moraes trabalha em sua etnografia na Vila Mimosa como as casas de prostituição acabam apresentando uma ambientação de conotação “familiar”, reunindo na sua composição “erotismo e família” e misturando simbologias: “o resultado é um cenário sincrético, onde misturam-se os elementos comuns ao mercado do sexo e os que são parte de outras convivências na vida dos atores, como a família e a religiosidade” (MORAES, 1966, 100-102).

A própria escolha do nome “casa” é curiosa. O termo aparenta se relacionar com as dimensões entre “dentro” e “fora”, “espaço aberto” e “espaço fechado”, “área construída” (abrigo) e “área vazia”, “espaço privado” e “espaço comum”, que se estabelecem nas relações entre as polaridades da “casa” e da “rua”, como observa Mello et al. nos espaços comerciais do bairro do Catumbi, também chamados de “casas”, mesmo que não se constituíssem efetivamente de “residências” (1985, p. 74). Para Soraya Simões a “casa” é a “unidade estruturante” da Zona (SIMÕES, 2010a, p. 81), visto que em outros locais da cidade a prostituição se efetiva enquanto “rua”.

No artigo “Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano” Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette identificaram vinte e um tipos de locais para prostituição no Rio de Janeiro, a partir das classificações que observaram, como por exemplo serviços de *call girl*, termas, boates, privês, casas de massagem, etc. A classificação “casa”, segundo os autores, “sempre acaba sendo o genérico para quase todo e qualquer ponto fechado de prostituição”. Isso porque, eles consideram como pontos “fechados” os tipos de pontos onde a prostituição acontece “dentro de uma determinada região moral com pouca ou nenhuma visibilidade frente à sociedade circundante”, que podemos considerar o Jardim Itatinga como um todo (SILVA;BLANCHETTE, 2009, p. 28).

A conjunção das diversas casas de prostituição compõe a paisagem da Zona de Campinas: se repetem as cores vermelha e rosa; diversas silhuetas de corpos femininos pintados nas paredes e muros; cadeiras de plástico nas calçadas e varandas (onde as prostitutas ficam sentadas esperando os clientes passarem); mesas de sinuca e aparelhos de *Jukebox*. Uma estrutura arquitetônica recorrente são as varandas que dão para rua - inclusive algumas com “pole” para dança erótica e/ou caixas de som viradas para fora - onde ficam expostas as garotas. A relação com a calçada e o lado de fora da “casa” é necessária pois a escolha da prostituta é realizada pela interface dos carros. Assim, colocar a música para o lado de fora e dançar na calçada é parte da aproximação entre prostitutas e clientes no Jardim Itatinga.

Figura 15: Imagens do Jardim Itatinga: Palco de “Pole Dance” na calçada; cachorros soltos pelas ruas, homens de chapéu de couro (estilo cowboy) mexendo com as garotas; fio dental para exibição do corpo nas calçadas (anotações do Diário de Campo 19/07/14)



Em geral, existem dois tipos de “casas”, as mais baratas (programas entre cinquenta e cem reais para cada trinta minutos) e abertas, nas quais as prostitutas ficam nas calçadas, varandas e portas, tratando com os clientes diretamente na rua pela janela dos carros, para depois de acordado com eles, se utilizarem do bar, pista de dança e/ou um dos “quartinhos” da casa; e as casas mais caras (programas entre duzentos e trezentos reais para cada trinta minutos), nas quais os clientes precisam pagar para poder entrar e ter acesso às prostitutas, bar, pista, piscina, sauna, etc, que são chamadas no bairro de “casas fechadas” ou “casas grandes”.

Nestas casas, existe o papel de um homem, chamado de “laçador”, que trabalha do lado de fora abordando os clientes nos veículos, falando com eles e fazendo propaganda dos estabelecimentos: “o cara fica nos cruzamentos, ou portas das casas tentando convencer os caras a entrar na casa... o laçador nos aponta, damos um tchauzinho sedutor... ele explica como funciona a casa, as vezes leva o cliente dentro para dar uma olhada sem compromisso” (entrevista com Ana, realizada em 30/04/12).

Em seu estudo sobre o bairro, Regina Mazzariol dividiu os tipos de casas do Jardim Itatinga em cinco fases de desenvolvimento, que demonstram o quanto o “crescimento da própria organização, tanto quanto a própria divisão do trabalho entre os participantes da organização interna da casa” “são reflexos das organizações socioeconômicas das casas e revelam a própria estratificação do bairro” (MAZZARIOL, 1977, p. 180). Segundo a autora observou em 1977, o

desenvolvimento de uma casa de prostituição seguia as seguintes fases:

- 1ª fase (casa pequena = 1 lote): o comércio sexual é estabelecido diretamente entre o cliente e a prostituta, e o lucro é integral da mulher, pois a mesma prostituta é a dona da casa. Nessa fase, não existe divisão de trabalho. A dona da casa, originária de outras casas, traz consigo os fregueses antigos (*Idem*, p. 130 – 140);
- 2ª fase (casa pequena= 1 lote): a dona da casa tem algumas “inquilinas” (por pagar o uso do quarto para programas) ou “pensionistas” (por pagar por comida e residência, como na casa que Regina trabalha). Nessa fase, são cobradas as “diárias” pela “pensão” (pernoite/residência + alimentação), a venda das bebidas (realizadas pelas prostitutas) e os aluguéis dos quartos da casa para os “programas”. O valor dos programas fica para as prostitutas. Porém não existem funções especializadas, as mulheres se dividem nas tarefas de limpeza, manutenção, fazer a comida, etc (a casa não é uma “pensão” propriamente dita). É nessa fase de desenvolvimento da organização, que surge a primeira divisão de trabalho e a “divergência de desempenhos”. Na segunda fase, a dona busca mulheres para trabalharem na casa. Os clientes são “caçados” na porta da casa, com a exibição das prostitutas nas portas, varandas e janelas (*Idem*, p. 140 – 145);
- 3ª fase (casa pequena= 1 lote): a divisão do trabalho exige o surgimento de uma “gerente”, a pessoa que ajuda a dona da casa a administrar o bar e os programas; e uma “empregada doméstica” para ajudar na limpeza. Agora a casa é realmente uma pensão, pois a diária dá direito a cama e refeição sem que as prostitutas tenham que participar dos serviços de limpeza, manutenção e cozinha da casa. Nessa fase não há necessidade de buscar novas prostitutas, porque a casa já está mais conhecida. Os fregueses também deixam de ser “caçados”, pelo mesmo motivo (*Idem*, p. 145 – 154);
- 4ª fase (casa grande simples = + de 1 lote): a divisão de trabalho se complexifica em dona de casa, gerente, garçom, prostitutas e empregadas domésticas. Ou seja, a venda de bebidas é especializada. Outro fator importante dessa fase é que nem todas prostitutas moram nas casas. Algumas apenas as utilizam como “ponto”. Nesse caso, existem as prostitutas pensionistas ou inquilinas, e as “meninas do ponto”. Nessa fase de desenvolvimento, a dona da casa tem um “nome” que já adquiriu fama, a atrai tanto clientes como prostitutas. Começa então, a seleção de prostitutas para entrar na casa, que passa a ter normas rígidas de comportamento. A porta destas casas é fechada e o ingresso de fregueses passa por ela, ou seja, as prostitutas não trabalham mais nas calçadas, portas

e varandas das casas (*Idem*, p. 154 – 168);

- 5ª fase (casa grande luxuosa = + de 1 lote): nesta fase a casa é transformada em firma comercial legalizada, registrada pela associação comercial (e por essa razão, na época, 1977, podia aceitar cartões de crédito), além da construção de uma “boite” como “ante-sala” da casa de prostituição. Também aparece o espaço para estacionamento dos carros. Essas casas representam o “ápice da hierarquia das casas de prostituição da Zona” (*Idem*, p. 172). A divisão de trabalho aumenta mais ainda, pois os mecanismos de controle ficam divididos entre vários atores. Existem garçonetes que exercem o controle das bebidas, as cozinheiras que exercem o controle da comida (o estabelecimento passa a servir refeições), as arrumadeiras que controlam o uso dos quartos, jardineiros que cuidam do jardim e piscinas, e guardas e porteiro que controlam a entrada de clientes. Para as prostitutas a casa é agora muito mais um lugar só de profissão do que de profissão e moradia, pois a possibilidade de um bom faturamento proporciona maior opção de residência fora da Zona de meretrício. As prostitutas ganham pelo programa e uma porcentagem do lucro das bebidas. Para dormir elas pagam uma quantia, e para comer mais outra. Os quartos agora têm tipos diferenciados, com preços diferentes. As prostitutas são escolhidas sob uma “rigorosa seleção”, com regras evoluindo até acerca o modo delas se vestirem (*Idem*, p. 168-176).

Acerca dessa teoria de crescimento das casas observada por Regina Mazzariol em 1977, vale a pena relacionar mais profundamente com a maneira que isso acontece atualmente, quase trinta anos depois. Pelo que pude observar hoje em dia, muita coisa continua da mesma forma, desde a maneira de desenvolvimento das casas até a estratificação dos papéis e a maneira de organização. Atualmente, a maioria das casas se encaixaria na 3ª fase: com os papéis estratificados em “dona-de-casa”, gerente, faxineira e prostitutas. Além dessa distribuição mais geral, existem algumas casas com características peculiares, como a da prostituta Jussara, que trabalha e mora no bairro há muito tempo, e que atende os clientes na sua própria casa, onde mora com seus filhos. Ela só trabalha no horário comercial, e a casa é uma residência normal na maioria de seus aposentos, não possui bar, pista, palco, sinuca, etc; o único local usado para trabalhar é o quarto e uma antessala onde ela faz o programa, dança e bebe com o cliente. Ou exemplo é a “casa” onde Regina trabalha, chamada algumas vezes de “pensionato”. Ali moram cerca de cinquenta prostitutas que não fazem programa no local, apenas usam o espaço de moradia e alimentação (pagando diárias e refeições separadamente), se utilizando da rua ou de quartos das casas vizinhas para fazer os programas. Ou a “casa” atual de Natasha na qual apenas ela e outra prostituta

trabalham, com um pequeno quarto para cada uma.

O interessante da classificação de Regina Mazzariol, no entanto, é a maneira como ela demonstra a evolução da maioria das casas de prostituição no Jardim Itatinga, em especial tendo o estudo foi feito em uma época que o bairro estava ainda se desenvolvendo. Nesse sentido, vale a pena levar em conta que as três casas grandes, fechadas e luxuosas do bairro se localizam nas ruas mais antigas de ocupação do loteamento (cruzamento das ruas Pacaembu e Guaicaba). Ao associar o modo de desenvolvimento de uma casa de prostituição no Jardim Itatinga, os dados de ocupação do loteamento ao longo do tempo e a localização das maiores casas do bairro, se percebe que todas estas características de cruzam na mesma localização, a das ruas Pacaembu e Guaicaba. Provavelmente, sua condição de casas fechadas é fruto de um desenvolvimento ao longo do tempo, fato este que também foi relatado acerca do crescimento da casa da suposta pioneira “Lúcia” por Ana Maria Negrão e Regina Mazzariol (NEGRÃO, 2013; MAZZARIOL, 1977).

Ser prostituta de uma “casa”

Salvo algumas diferenças, todas as casas do Jardim Itatinga possuem regras rígidas de trabalho, como por exemplo, listas de coisas proibidas: ficar conversando com o cliente sem consumir nada, dar número de celular, beijar, usar drogas, etc. Existem multas para atraso ou falta nos dias de trabalho. Geralmente, as prostitutas do Jardim Itatinga também moram nas mesmas casas em que trabalham.

Em geral, as mulheres ganham uma porcentagem das bebidas consumidas com os clientes (cerca de 10%) e o valor total do programa. A casa fica com o lucro do bar, do aluguel dos quartos, das diárias pelo pernoite das prostitutas que moram nas casas, das refeições vendidas às trabalhadoras e, no caso das casas fechadas, a entrada no estabelecimento e o uso dos serviços diferenciados, como piscina por exemplo. Ou seja, além dos programas, “beber” junto com o cliente é uma função da prostituta na “casa”.

Os clientes pagam diretamente no caixa das “casas”, e as prostitutas têm que retirar o dinheiro ao final da jornada de trabalho, o que geralmente é realizado por meio de “vales”, em vez de dinheiro vivo. As mulheres gastam esses “vales” nos salões de beleza e lojas vinculados às casas, e é dessa forma, que muitas vezes ficam “presas” aos locais que trabalham¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Essa prática de crediário e endividamento parece de ser comum no mundo da prostituição brasileiro, encontrada em outras pesquisas estudadas.

Quando se caminha no Jardim Itatinga, de dia ou de noite, se observa que a grande maioria das casas possui prostitutas nas calçadas e varandas, abordando os clientes nos carros, sendo poucas as casas fechadas ou casas “grandes e luxuosas” descritas como pertencentes à 4ª e 5ª fase, conforme a classificação de Mazzariol, das quais contabilizei apenas três. Nestas casas, as mulheres não podem sair até acabar seu horário de serviço (ou seja, mesmo que elas já tenham feito dinheiro suficiente na noite, precisam esperar acabar o expediente para poderem ir embora¹⁰⁷). Além dos homens terem que pagar para entrar, as bebidas são consideravelmente mais caras que nas casas abertas, e o cliente deve obrigatoriamente pagar uma dose de bebida para poder levar a prostituta para o quarto. Ou seja, o preço dos serviços entre as casas fechadas e as casas abertas também funciona como uma maneira de estratificação social dos clientes.

As mais renomada e mais antiga dessas casas “luxuosas” é o *Galo de Ouro*, que segundo algumas prostitutas, compete com o *Fazendinha* e o *Mustache Bar* (dois locais de prostituição de alto luxo de Campinas fora do Jardim Itatinga). Além disso, o “Galo” é “o mais famoso, invejado, onde se tem vontade de trabalhar, e de onde se fala com despeito se não trabalha lá” (entrevista com Ana, realizada em 30/04/12). Demonstrando também que, entre casas abertas e fechadas, se diferencia o status social da prostituta no Jardim Itatinga, apesar do comentário recorrente de que muitas mulheres não gostam de trabalhar nas casas fechadas pois se sentem “presas” ao trabalho nestes locais, devido ao excesso de regras e mecanismos de controle.

Para além das “casas”

No Jardim Itatinga, quase todos estabelecimentos constituem-se em casas de prostituição de variados tamanhos. Além deles, existem alguns comércios, a grande maioria bares e salões de beleza, além de algumas lojas de acessórios, sapatos, roupas e lingerie, alguns restaurantes e pequenos mercados (que muitas vezes funcionam também como bares), ou seja, quase toda a totalidade das atividades comerciais está ligada ao exercício da prostituição.

O comércio local também é marcado por diversos “mascates”: vendedores e sacoleiros ambulantes que circulam pelas ruas carregando seus produtos, em geral roupas e lingerie especiais para prostitutas, abordando as prostitutas que trabalham nas calçadas¹⁰⁸. As vendas podem ser realizadas por prestações e cobradas semanalmente, numa espécie de “crediário”. Vale

107 Caso o cliente deseje levar alguma garota para fazer programa fora da casa, deve fechar um pacote e pagar um valor para casa, como um aluguel (um bem valor alto, em geral).

108 Segundo Mazzariol, na época de sua pesquisa no bairro (1977), os mascates já constituíam “uma figura constante na Zona de meretrício”, vendendo de tudo, “desde comestíveis até jóias” (MAZZARIOL, 1977, p. 74)

dizer que o preço de todos os produtos e serviços comercializados no Itatinga é exageradamente alto em relação a outros locais da cidade. A presença desses vendedores ambulantes é recorrente nos relatos estudados em diversas áreas segregadas de prostituição ao longo do Brasil (SIMÕES, 2010a; MORAES, 1996; DOS ANJOS JÚNIOR, 1980), porém não são descritos como personagens de destaque nos estudos em áreas de prostituição de uso misto como áreas centrais. Segundo Carlos dos Anjos Júnior essa é uma estratégia comercial que se aproveita do fato do isolamento de outras atividades não prostitucionais de modo que as prostitutas não necessitem sair da Zona para fazer compras (DOS ANJOS JÚNIOR, 1980, p. 26), pois mostram seus produtos enquanto elas estão esperando os clientes nas calçadas e varandas.

As únicas instituições existentes no bairro são o CEPROMM e o Centro de Saúde, ambos especializados em atender as trabalhadoras. Perto da rodovia Santos Dumont, mais ainda dentro do Jardim Itatinga, existe uma creche particular. Não há escolas nem outros serviços públicos além do posto de saúde, são poucas as linhas de ônibus que chegam ao bairro, e algumas ruas ainda permanecem até hoje sem asfalto.

Em 1976, as “Irmãs do Bom Pastor”, vinculadas à Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) e a Congregação do Bom Pastor, chegaram ao Itatinga para trabalhar com as mulheres do bairro. Ampliaram suas atividades com a construção da primeira sede em 1985 e até hoje permanecem na direção da entidade. O espaço tem o objetivo de constituir um local de acolhimento para o trabalho de evangelização e retirada das mulheres da vida de prostituta, e conta com três casas no bairro, que possuem um salão multiuso para grandes eventos, salas de aula e de atendimento psicossocial, vestiários, playground e uma quadra poliesportiva. Já que não existem escolas nem creches no bairro, a instituição cumpre também o papel de educação infantil, complemento ao ensino formal e cuidado para as crianças moradoras do Jardim Itatinga (Irmã Maria Lourdes Vicari, entrevista, *op. cit.*).

Inicialmente havia um ambulatório médico no bairro, usado para realizar o fichamento das prostitutas, durante um período de controle realizado pela polícia - similar ao modelo “regulamentarista”, como veremos no Capítulo 4 - que existiu até 1973. Depois, em 1987, foi criado um novo ambulatório (posto de saúde), por iniciativa e responsabilidade do Centro de Atenção Integral de Saúde Da Mulher (CAISM) e da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UNICAMP, que mais tarde foi assumido pela PMC, constituindo o Centro de Saúde atual.

Apesar de ser carente de infraestrutura, existem vários relatos de lutas realizadas pelas prostitutas, “donas-de-casa” e outros para reivindicar benfeitorias no bairro. Em uma entrevista de uma

reportagem sobre uma possível remoção do bairro, um gerente de uma “casa” afirma que só sairá se for bem indenizado pois “nestes anos todos lutamos muito para conseguir benfeitorias públicas e precisamos ser bem indenizados¹⁰⁹”. Karolina Bahia, Larissa Luizari e Nara Faria afirmam que muitas vezes as prostitutas da Zona foram até a sede da PMC pedir as obras de asfaltamento e a iluminação do bairro. Elas relatam também uma história muito interessante, que transcrevo aqui:

Os governantes alegavam falta de verba, a burocracia para liberação do dinheiro, a falta de mão-de-obra, enfim, tudo era motivo para aquele bairro permanecer no esquecimento. Curiosamente, segundo lendas, as próprias meninas chegaram a indagar a um funcionário sobre os custos dessas obras, sobre o montante que a Prefeitura precisaria liberar e obtiveram a resposta.

Por dias e dias, as mulheres juntaram parte do dinheiro ganho com programas, colocaram-no em um saco plástico e chegaram ao valor estipulado. Viram as soluções dos problemas, dirigiram-se à Prefeitura, afoitas para encontrar aquele mesmo funcionário. Encontraram-no e entregaram o dinheiro. Surpreso, ele questionou:

Mas para que esse dinheiro todo?

Você nos disse quanto custaria o asfalto e que a Prefeitura não tinha esse dinheiro – responderam.

Correto. Mas o que pretendem?

Queremos que asfaltem nosso bairro. O dinheiro está aí – complementaram.

Ironicamente, muito tempo depois, conseguiram que o Jardim Itatinga fosse asfaltado, não com o dinheiro delas, mas por iniciativa do então prefeito, Orestes Quércia, como nos conta Dinah, uma prostituta do Itatinga que presenciou as gradativas melhorias do bairro. Ela afirma ainda que depois do asfaltamento vieram a água canalizada, até então proveniente de poços artesianos, e o esgoto no bairro (BAHIA *et al.*, 2003, cap. 5).

De acordo com a diretora do CEPROMM, Irmã Lourdes, desde que ela chegou ao bairro as duas maiores reivindicações das mulheres eram a criação de um centro de saúde e uma escola para crianças, principalmente porque constantemente os filhos destas mulheres eram levados pelo Juizado de Menores. Segundo seu relato, o juizado passava no bairro com uma kombi e levava as crianças filhas das prostitutas (Irmã Maria Lourdes Vicari, entrevista, *op. cit.*). Isso demonstra que grande parte das benfeitorias foram conquistas da luta dessas mulheres e outros parceiros.

De qualquer forma, é importante destacar que a grande maioria das atividades do bairro é marcadamente destinada às atividades da prostituição. Em função dessa característica, algumas casas que desejam se diferenciar desse uso marcado usam como artifício uma sinalização (em placas ou diretamente pintado em seus muros) com os dizeres: “casa de família” ou “residência familiar”. Apesar de buscarem se diferenciar da identidade prostitucional, a maioria sobrevive, mesmo que indiretamente, das atividades da Zona. São familiares das prostitutas e/ou parte do

109 PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

comércio existente. Constituem prestadores de serviços, como lavadeiras de roupas e guardadoras/cuidadoras de criança; ou exercem alguma função para e/ou nas “casas”, como seguranças, faxineiras, etc. Vale dizer que, mesmo constituindo uma minoria, o número dessas casas atualmente no bairro é incerto, apesar de uma pesquisa feita por estudantes da PUC/Campinas em 2003 (BAHIA *et al.*, 2003, cap. 3), afirmar que as famílias não representam mais do que 20% da população local.

Figura 16: "Proibido fazer programa rua familiar", Jardim Itatinga (foto: Diana Helene, 2012)



Figura 17: "Residência familiar" no Jardim Itatinga (foto: Diana Helene, 2014)



Figura 18: "Casa de família" no Jardim Itatinga (foto: Diana Helene, 2014)



A Zona

A Zona é parte constituinte da cidade e compõe sua identidade de forma indissociável. Entre prostitutas, clientes e outros envolvidos com a prostituição, o Jardim Itatinga é muitas vezes conhecido antes mesmo da própria cidade de Campinas, sendo uma referência nas redes migratórias de prostitutas e clientes¹¹⁰. O nome do bairro também é recorrente nas falas dos campineiros para associar certa pessoa ou atividade com algo sexualmente desviante, como por exemplo: “essa daí deve ser lá do Itatinga”, quando se quer dizer que certa mulher aparenta uma prostituta, uma “puta”, uma “vadia”. No caso dos homens: “esse aí tá necessitado, tá precisando dar umas voltas no Itatinga...”. Mas, de todo modo, surge como o “lugar” da prostituição na cidade na conformação moral de sua morfologia urbana. O bairro é uma referência. O Jardim Itatinga é, nesse sentido, uma zona funcional na cidade, é um bairro com personalidade própria. É o *endereço* da prostituição, é o lugar do sexo, para quem o desejar, na cidade. Segundo Marco Mello e Soraya Simões o endereço é um marcador social de auto apresentação carregado de significados. Ele é mais do que uma localização física na cidade, é também um designação no espaço social (MELLO;SIMÕES, 2011, p. 81).

Sua existência e potência no imaginário da cidade fazem com que a presença da prostituição em outras áreas de Campinas, fora do Jardim Itatinga, seja motivo de muitos problemas. A atuação “seletiva” da polícia (a tolerância da prostituição na Zona e sua perseguição no resto da cidade) continua ao longo dos anos, principalmente no centro da cidade, local mais tradicional e antigo

¹¹⁰ Aprofundaremos o tema da migração no Capítulo 5.

nas atividades de prostituição. Lá, a prostituição continuamente sofre represálias visando sua expulsão, como vimos anteriormente. Ou seja, a partir da criação de uma área exclusiva e confinada para o trabalho das prostitutas, efetiva-se uma disputa entre os poucos territórios flutuantes da prostituição no restante da cidade, contra um discurso que vai além da não-adequação ao conceito moral do que seria o uso correto do espaço público, para uma justificativa mordaz e absoluta, de que na cidade já existe um local “correto” - separado da cidade “oficial” - para essas atividades. É muito comum escutarmos, como argumento para retirada de prostitutas de determinada região, que estas “deveriam estar no Itatinga”, facilitando ainda mais sua segregação no perímetro urbano. Além das prostitutas, qualquer mulher que tenha vida sexual “ativa” em Campinas e que possa, por isso, ser “comentada” por essa vida, reúne as condições mínimas para ser “colocada” em um lugar da cidade destinado para essas atividades.

Por fim, essa segregação se articula com uma característica peculiar deste bairro em relação a outras “Zonas”: sua localização periférica no espaço da cidade, como detalharemos a seguir.

... on supprime, à ce qu'il paraît, les lieux de débauche où elles devaient se rendre; on les expulse de la société, on les cantonne dans un endroit, et on les laisse faire tout ce qu'elles veulent dans leur nouvelle demeure
(PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 458, tomo II)¹¹¹.

PARTE 2

A SEGREGAÇÃO URBANA DA PROSTITUIÇÃO

¹¹¹ "... se removem, ao que parece, o locais de devassidão dos quais elas faziam parte; as expulsam da sociedade, as confinam em um lugar e as deixam fazer tudo que desejam em sua nova acomodação" (tradução livre).

CAPÍTULO 3: A ZONA ENQUANTO PERIFERIA

CAPÍTULO 3: A ZONA ENQUANTO PERIFERIA¹¹²

Morei por dez anos em Campinas, em um distrito chamado Barão Geraldo, em torno da Unicamp. A região onde está minha antiga casa e o Jardim Itatinga ocupam, respectivamente, os limites urbanos entre norte e sul de Campinas, e para chegar até lá eu praticamente atravessava a cidade. Fiz esse trajeto tantas vezes que, de alguma forma, ele marca substancialmente minha visão sobre Campinas e sobre o Jardim Itatinga.

No caminho para sair de Barão Geraldo eu atravesso com diversos condomínios residenciais de classe média e alta que caracterizam a região, casas novas com pinturas impecáveis, ruas vazias, guaritas, “guardinhas” circulando em carros e motos, cancelas, muros altos, arames farpados e câmaras de controle. Supermercados de grande porte, restaurantes, *bistrôs*, *barzinhos* e escolas de idiomas são os comércios do distrito, reunidos nas avenidas principais. Não há muita gente nas ruas. Por diversas vezes sou a única pedestre circulando entre as calçadas. O transporte público é escasso e muitas pessoas utilizam veículos próprios. No meu caso, caminho até o terminal do distrito e de lá pego um ônibus até o Centro. Não existe conexão direta via transporte público entre os dois bairros, Barão Geraldo e Jardim Itatinga, assim é necessário fazer uma troca de ônibus na área central da cidade.

Saindo do “Terminal Barão Geraldo” o ônibus cruza o “Tapetão¹¹³”, rodovia que separa o distrito de Campinas. Antes de entrar na cidade, figuram placas com indicações de alguns equipamentos urbanos próximos a Barão Geraldo e/ou acessados a partir daí: Unicamp, Makro, Carrefour, Shopping Parque Dom Pedro, Shopping Galleria, Shopping Iguatemi. Já dentro da mancha urbana do centro expandido, o ônibus atravessa uma série de outras zonas residenciais. A densidade de estabelecimentos comerciais e de pessoas nas ruas aumenta conforme nos aproximamos do destino desse primeiro transporte: o “Terminal Central”. Dali saem ônibus para praticamente todas áreas da cidade. São milhares de pessoas circulando no local diariamente. Em torno do terminal se vende de tudo: roupas, aparelhos eletrônicos, frutas, cortes de cabelo e serviços de xerox. São centenas de vendedores ambulantes e pequenos comércios, que se encaixam organicamente nos caminhos de pedestres e brechas deixadas pelo grande entroncamento viário construído para acessar o terminal.

112 Esse capítulo tem como base dois artigos produzidos durante a vigência do doutorado: Helene, 2012b; e Helene, Andreotti e Marino, 2013.

113 Esse é o nome utilizado para designar a “Rodovia Professor Zeferino Vaz”, que até 2010 chamava “Rodovia General Milton Tavares de Sousa” (ambas designações desconhecidas pela maioria da população). O nome anterior homenageava um militar da ditadura e o atual homenageia o fundador e primeiro reitor, da Unicamp, demonstrando a importância que esta universidade adquire na região.

O Terminal Central é organizado por regiões, de acordo com os destinos. Por isso, tenho que percorrer o galpão na multidão até o ônibus que me levará ao Jardim Itatinga. São duas linhas que passam no bairro e a frequência é escassa. Muitas vezes espero meia hora no terminal. Subo no ônibus e reluto um pouco para pedir ao cobrador que me avise a hora do ponto certo. Frequento o bairro desde 2006 e até hoje me sinto desconfortável ao descer no Jardim Itatinga. Pode ser apenas uma impressão, mas parece que todos os olhos no ônibus se direcionam a mim - e me sentenciam - quando aciono a cordinha do sinal para descer no bairro¹¹⁴. Associar sua identidade à Zona, principalmente quando ainda se está fora dela, é enfrentar o fantasma do “estigma de puta”. De qualquer forma acabo pedindo a informação, pois sempre fico com receio de errar, visto que o ponto fica na própria rodovia.

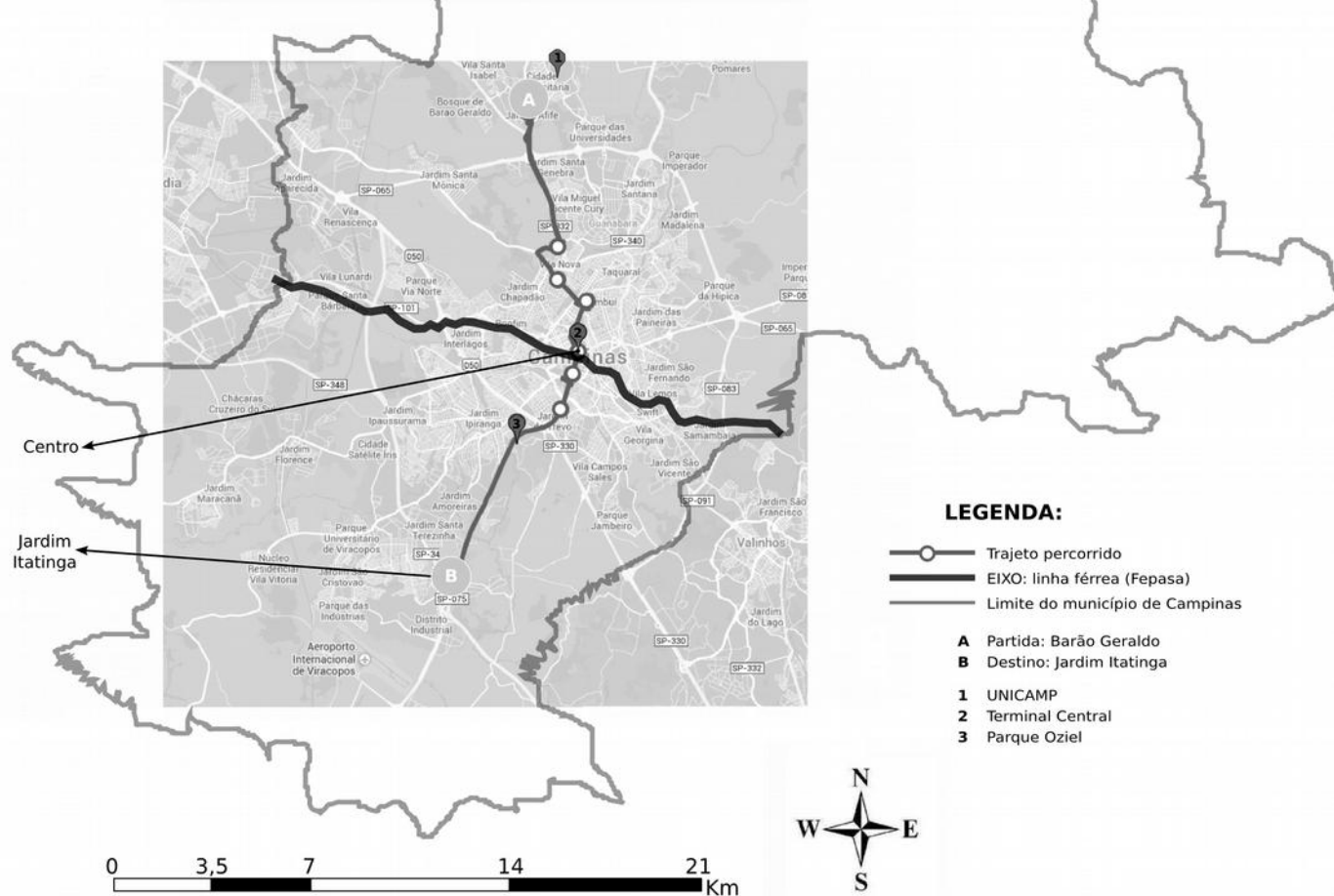
Logo após sair do Terminal Central o ônibus cruza a antiga linha férrea da CIA Paulista, que foi a primeira a ser construída na cidade, conhecida como Fepasa e já citada anteriormente. De cima do viaduto, que passa por cima dos edifícios enormes e abandonados da ferrovia, observo o lixo e o mato em torno de seus galpões centenários: essa linha de trem é uma cicatriz urbana que marca a história da cidade, que foi utilizada como marco simbólico de separação daquilo e daqueles que não se queria na urbanidade campineira, conforme exploraremos a seguir. Se eu estivesse cruzando os trilhos como pedestre, poderia subir por uma passarela que sai do Terminal. Existem poucos pontos de cruzamento desta linha férrea e, pela sua complexidade¹¹⁵, é muito difícil cruzá-la a pé. A mais antiga passagem de pedestres, construída em 1918, passa na lateral da antiga estação de passageiros da cidade. É um túnel subterrâneo que liga o centro da cidade à Vila Industrial, antigo bairro operário. Cruzar essa passagem a pé é praticamente passar de uma cidade para outra. Saindo do Centro com sua efervescência de pessoas, gritaria, carros, buzinas, lojas e ambulantes chegamos a um bairro popular de interior, com barulho de passarinhos, crianças e cachorros nas ruas de paralelepípedo. Essa passagem de um território para outro, separados apenas pela linha férrea, é quase uma metonímia do cruzamento de norte a sul de Campinas que aqui relato. Voltemos a ele.

114 Aline Tavares, minha companheira de pesquisa e trabalho, descreve a mesma sensação: “Todos me olham”, quando relata seu trajeto até o Jardim Itatinga em sua dissertação de mestrado, defendida em 2014 (TAVARES, 2014a, p. 15). Gabriela Leite também descreve em sua autobiografia a mesma sensação quando desceu pela primeira vez na Vila Mimosa, Zona do Rio de Janeiro – RJ: “Senti os olhos me observando enquanto eu descia do 433 [linha de ônibus]” (LEITE, 2009, p. 106).

115 O complexo da estação era constituído por uma série de equipamentos, instalações e edifícios: escritórios, repartições e bilheterias; pátio de manobras; gare de embarque e desembarque de passageiros; plataforma de carga e descarga; oficinas de manutenção, fabricação e montagem; armazéns; etc (LAPA, 2008, p. 24).

Figura 19: Trajeto de Barão Geraldo até o Jardim Itatinga

Título:
TRAJETO
 de **Barão Geraldo**
 até o **Jardim Itatinga**
 (2014)



Ao cruzar os trilhos do trem, passo para o lado sul de Campinas. São poucas as áreas residenciais que observo de dentro do ônibus (estou numa grande avenida que cruza a Vila Industrial). A densidade de pedestres mais uma vez vai diminuindo conforme me distancio do Centro. No trajeto a paisagem é de galpões comerciais, postos de gasolina, funilarias, borracharias, lojas de autopeças, concessionárias de veículos, casas de máquinas e equipamentos; e entre elas se destaca uma enorme construção da Igreja Evangélica Universal. Depois, saio uma outra vez da mancha urbana central. Na rodovia Santos Dumont, atravesso várias favelas e ocupações que se aglomeram ao longo da pista. Logo ao entrar na estrada vejo à esquerda o “Parque Oziel”,

considerado a maior ocupação informal em extensão da América Latina¹¹⁶. Entre o mar de casas sem tinta e reboco, cruzo por prédios enfileirados da Companhia de Habitação de Campinas. Enquanto as áreas residenciais podem ser vistas ao fundo, galpões industriais pontuam as margens da rodovia, principalmente fabricantes de peças de alumínio/aço e locais de manutenção de máquinas industriais. Conforme me aproximo da Zona o adensamento urbano diminui e o caminho é permeado de diversas áreas de vazío. Alguns motéis também ficam à beira da rodovia. Coincidentemente, seu número aumenta quando me acerco do Jardim Itatinga. Pouco antes da parada na qual devo descer passamos pelo “Euro Motel”. Do outro lado da pista, na pequena mancha urbana que forma a Zona, são mais dois motéis margeando rodovia, que só consigo visualizar na volta.

De dentro do ônibus, não é possível imaginar que logo ali estará o movimento colorido e musical da área de prostituição de Campinas: na margem da rodovia apenas é possível visualizar alguns galpões e um posto de gasolina. É aí que eu desço, em uma calçada vazia. Sempre tenho um pouco de medo de caminhar sozinha nessa parte. Mas é só entrar dentro do bairro e se distanciar da rodovia que a situação muda completamente. A qualquer hora do dia há mulheres esperando nas calçadas e homens circulando nos carros. O movimento de pessoas e automóveis é grande e sempre há gente nas ruas.

Cheguei ao Jardim Itatinga.

Ao procurar entender as diferenças observadas no trajeto entre Barão Geraldo e a Zona (ou entre norte e o sul), bem como entre estas e o centro da cidade, associo a formação do Jardim Itatinga a partir de uma perspectiva mais ampla de constituição da morfologia urbana de Campinas. Se o bairro se diferencia de outras áreas de prostituição em sua história, perenidade e tamanho, vale investigar: quais são as características peculiares dessa cidade que se relacionam com a criação e o desenvolvimento do Jardim Itatinga?

3.1_CAMPINAS, QUE CIDADE É ESSA?

Campinas é terceira cidade mais populosa do estado de São Paulo, com 1.080.113 habitantes (IBGE 2010), com o maior número de habitantes fora da conurbação da Grande São Paulo¹¹⁷, e

116 A ocupação tem aproximadamente uma área de 1.500.000 metros quadrados. In: AZEVEDO, Patrícia. “Maior ocupação da América Latina completa 15 anos” - Correio Popular – Campinas, 19 de outubro de 2012.

117 Por número de habitantes as dez maiores cidades do estado são: São Paulo (11.253.503), Guarulhos (1.221.979),

se configura como uma interface entre o interior do estado e a capital. A cidade teve sua evolução impulsionada pelo o que se pode chamar “herança da fase do auge cafeeiro”, em que exercia a função de capital regional, e que lhe garantiu uma dinâmica “posição assegurada no sistema de transportes e comunicações” (SEMEGHINI, 1991, p. 85, 184), por sua localização estratégica na província, próxima tanto da capital como do Porto de Santos (96 km e 189 km, respectivamente).

Em sua história urbana, a implantação da ferrovia, a industrialização, a periferização e a abertura dos diversos eixos e entroncamentos rodoviários após 1960 são fatores que constituíram vetores específicos de valorização e distribuição da população, que corroboraram por guiar a evolução da cidade como um “nó” de vias de circulação pelas características de seu entrocamento rodoferroviário. É ao longo e em função destes eixos de circulação que se agregam grandes blocos dispersos de favelas, ocupações informais de baixa renda, condomínios fechados, parques industriais e conglomerados comerciais, permeados por grandes vazios. Essas características, segundo Conceição Pires, evidenciam o processo de urbanização dispersa que a cidade apresenta, devido a um crescimento descontínuo do tecido urbano articulado ao sistema rodoviário (PIRES, 2007, p. 9). Para Lucas Melgaço, essa formação territorial “corporativa e fragmentada” de Campinas também é consequência de uma modernização seletiva e incompleta, que proveu a cidade a característica de “um celeiro de contradições”, (MELGAÇO, 2005, p. 60).

O sistema rodoviário e a industrialização massiva da cidade

A criação do Jardim Itatinga, em 1967, se deu em um período de grande industrialização e urbanização de Campinas, no qual se desenvolveram, sobretudo, suas periferias urbanas. As décadas de 1950/1960/1970 são marcadas por grandes obras públicas que alavancam esta expansão, iniciando um processo de ampliação das vias rodoviárias. Nessa época, se inicia a substituição das linhas de bonde da cidade - principal transporte coletivo até então - extintas totalmente em 1968 (BADARÓ, 1996, p. 66). Em um jornal de 1967 se lê claramente o discurso que enaltece a criação das novas rodovias e anéis viários, constituindo um dos maiores entroncamentos rodoferroviários do Brasil: “Já que a humanidade caminha sobre rodas, não havia outro meio como fugir às soluções favorecedoras do tráfego de veículos”¹¹⁸. Dessa forma, o

Campinas (1.080.113), São Bernardo do Campo (765.463), Santo André (676.407), Osasco (666.740), São José dos Campos (629.921), Ribeirão Preto (604.682), Sorocaba (586.625), Santos (419.400). In: IBGE 2010.

118 In: CORREIO POPULAR. “Dos trilhos cargueiros ao moderno entroncamento rodo-ferroviário”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967. Nos jornais estudados no período de criação do Jardim Itatinga existem diversas recorrências a substituição das antigas linhas de bonde para linhas de Ônibus (“veículos mais rápidos”), sob as justificativas de “desafogar o tráfego de veículos no centro urbano” e acessar as novas periferias, pois os “velhos bondes” iam apenas até os “bairros mais próximos do centro”. In: *Idem*. “Bonde do Guanabara vai

escoamento da produção, antes baseado no sistema de transporte ferroviário, passa a ser incentivado pelo modelo rodoviário de interligação do estado, levando a uma consequente reorganização das atividades, grupos e indivíduos no espaço campineiro.

Em paralelo aos investimentos do poder público na malha viária, Campinas passa a atuar como uma das principais cidades receptoras da relocação gerada pela dispersão industrial da capital, que transplantou diversas indústrias e empresas para o interior do estado a partir dos anos 1950. De acordo com Lucila Lencione (1994), essa “dispersão industrial” atingiu cerca de cento e cinquenta quilômetros ao redor de São Paulo, ao longo dos principais eixos rodoviários. Esse processo foi ocasionado por variados fatores locacionais e econômicos, tais como: preço do solo, restrições da legislação metropolitana, medidas restritivas de cunho ambientalista, capacidade de organização sindical, incentivos fiscais e políticas estaduais que forneceram para o empresariado as condições necessárias para a dispersão industrial. Além disso, grande parte das indústrias do interior manteve o seu escritório central na capital, concentrando o “poder de mando” e os serviços industriais de ordem superior em São Paulo. Dessa forma observa-se uma reorganização do processo produtivo no território, e é por esta razão que faz mais sentido o uso do termo “dispersão” em vez de “descentralização” industrial, já que as indústrias se diluem no território mantendo os setores de controle e os postos de trabalhos mais sofisticados e bem remunerados no seu local original (*Ibidem*, p. 198-206).

Vale ressaltar que o modelo de industrialização que se desenvolveu em Campinas acarreta em um grande aumento populacional - e sua decorrente urbanização - mas estabelece para a cidade uma relação de dependência intelectual/cultural em relação ao cosmopolitismo que se desenvolve na capital do estado. Muitas das características provincianas de cidade do interior se mantêm, ao mesmo tempo em que acontece uma forte expansão urbana. A visão de que Campinas possui tanto as características negativas das grandes cidades como as das pequenas - a saber, respectivamente, desigualdades sociais e violência urbana de um lado; e provincianismo e pouca diversidade de atividades intelectuais/culturais do outro - é bastante recorrente entre seus habitantes e marca sua identidade.

Segundo um jornal de 1967, havia nessa época cerca de setecentos e setenta e cinco estabelecimentos industriais na cidade. O documento também afirma que, apesar da industrialização da cidade ter se iniciado em 1875, quando da construção da primeira fábrica em Campinas, a grande expansão da indústria campineira havia sido “nos últimos vinte anos” com

ser suprimido”. *Correio Popular*, Campinas, de 3 de dezembro de 1966; e *Idem*. “Depois do Bonde saem os trilhos da José Paulino”. *Correio Popular*, Campinas, de 7 de dezembro de 1966.

um “grandioso impulso em 1960”. De acordo com o jornal, este foi “o fabuloso ano da industrialização” da cidade¹¹⁹.

Ou seja, no período de criação do Jardim Itatinga, Campinas era “palco de um dos processos mais dinâmicos de urbanização”, se tornando um “centro industrial e terciário” de industrialização pesada no país. Segundo Ulysses Semeghini, podemos atribuir esta “explosão urbana” a dois fatores principais: o “desbordamento da industrialização paulistana” e a expansão da malha rodoviária (SEMEGHINI, 1991, p. 14 e 114)¹²⁰.

A partir da escolha por um modelo rodoviário de circulação urbana, o crescimento da cidade não precisa ocorrer em áreas próximas aos bairros existentes, e a urbanização de Campinas passa a seguir um modelo predominante de ligação de áreas distantes. A mancha urbana da cidade experimentou assim grande crescimento, que, com a implantação e consolidação da malha viária urbana, pode expandir-se para além dos limites dos bairros consolidados do centro expandido. Com esta expansão, associada às mudanças de escala de produção, as áreas disponíveis ao longo das rodovias, maiores e mais baratas, se tornaram mais atrativas para as novas instalações industriais.

Em consonância com o capital imobiliário atuante na cidade, que obteve “altos lucros especulativos com o solo urbano”, Campinas se expandiu, deixando múltiplos e enormes vazios (“lotes ociosos à espera de valorização¹²¹”) e “descontinuidades na malha urbana” (“bairros longínquos de ocupação rarefeita”), o que garantia assim a valorização do solo nas áreas intermediárias por onde o poder público deveria passar as infra estruturas necessárias (água, luz e esgoto). Além do aumento dos custos e dificuldades de urbanização desse padrão de crescimento, com o encarecimento da infraestrutura pelo aumento da demanda de serviços e equipamentos, essa escolha trouxe “mudanças profundas nas feições da cidade, com maior segregação espacial da população de baixa renda” e um perverso “processo de apropriação, uso e ocupação do solo”. Segundo Ulysses Semeghini, esse processo, conhecido como “horizontalização do espaço urbano”, impulsionou um fator inflacionário e de diferenciação da qualidade de vida, implicando na crescente periferação, segregação e isolamento da população pobre (*Ibidem*, p. 123 - 128, 159 - 162).

119 *Idem*. “Gente que trabalha faz o progresso industrial”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967.

120 Entre 1960 e 1980 a população de Campinas aumentou de 186 mil para 591 mil habitantes, e a população vem dobrando (em média) a cada doze anos desde 1950 (SEMEGHINI, 1991, p. 155).

121 Segundo Semeghini, Campinas tem uma proporção superior a 50% de vazios na área urbana (SEMEGHINI, 1991, p. 186).

Nesse sentido, a construção das primeiras pistas da rodovia Anhanguera¹²², inauguradas em 1948, foram o “grande indutor inicial” para a expansão da periferia sul (*Ibidem*, p. 126), onde se localiza o Jardim Itatinga. Ao longo dos anos, outras vias urbanas foram responsáveis pela conexão da cidade com esta periferia, tornando-se as rodovias mais importantes das rotas industriais de importação e exportação do país: a Rodovia dos Bandeirantes (inaugurada em 1978), a Rodovia Santos Dumont (da década de 1980, chamada de “Estrada Estadual de Viracopos” na época de criação do Jardim Itatinga), entre outras. Ao longo dessas vias, foram se instalando pontos dispersos e isolados de distritos industriais.

Em torno da Rodovia Santos Dumont, principal via de acesso ao Jardim Itatinga, se localiza uma concentração fabril de importância regional, impulsionada pela localização do Aeroporto de Viracopos e a ligação com a região de Sorocaba, articulando as rodovias Anhanguera/Bandeirantes com a Castelo Branco/Raposo Tavares (PIRES, 2007, p. 35).

A localização industrial foi o primeiro vetor dessa nova configuração urbana, seguida pelo surgimento de uma série de bairros populares, loteamentos informais e favelas, alimentados pela crescente migração de uma população em busca de trabalho na cidade que se crescia. Grande parte destes migrantes, sobretudo as jovens mulheres, encontraram no Jardim Itatinga seu primeiro trabalho urbano (não rural)¹²³.

O crescimento periférico da cidade

Esta fase de desenvolvimento de Campinas é caracterizada por um “novo padrão de crescimento” das cidades brasileiras, no qual a atividade imobiliária se apoia no alargamento do sistema viário para valorizar terrenos antes distantes e inacessíveis, um padrão que contempla tanto os interesses da indústria automobilística quanto do “capital mercantil construtor e loteador” (SEMEGHINI, 1991, p. 164). No caso de Campinas, esse mecanismo de valorização fundiária era decorrente principalmente da transformação de terrenos rurais, muitos deles decadentes fazendas de café, em urbanos (SANTOS, 2002¹²⁴).

A década de 1950 foi o momento em que mais se aprovou loteamentos na cidade. Foi apenas em

122 A Rodovia Anhanguera liga atualmente a capital São Paulo ao interior do Estado, passando por Jundiá e Campinas. Naquele momento eram inauguradas as novas ligações entre Campinas, Jundiá e São Paulo.

123 No Capítulo 5, iremos detalhar um pouco mais a relação entre migração e prostituição observada no trabalho de campo.

124 A partir da análise de um objeto de estudo específico, o que restou da sede da fazenda Paraíso (integrante da sesmaria fundadora da cidade) no contexto urbano que engloba seu entorno, Antônio Costa Santos analisa o processo peculiar da urbanização de Campinas, sua transição rural urbana, bem como suas relações intrínsecas de coronelismo, dominação oligárquica a patrimonialismo (SANTOS, 2002).

1959 que uma lei foi criada no sentido de restringir e tornar mais criteriosa a aprovação de novos lotes. Antes disso, um novo loteamento poderia ser aprovado apenas por possuir acesso a um núcleo urbanizado, mesmo que não houvesse infraestruturas básicas como energia elétrica, sistema de drenagem, água ou esgoto. Assim, a construção de grandes vias de circulação na cidade alavancou uma rápida transformação de espaços rurais, primeiramente em nível institucional, seguida de sua urbanização. Até hoje existem terrenos aprovados nesse período que não foram ocupados. Segundo Conceição Pires, a implantação destes loteamentos restringiu-se à terraplenagem das ruas e da demarcação dos lotes. Assim, grande parte dessas áreas permaneceu sem ocupação consolidada até meados de 1970: “a maior parte dos lotes produzidos nesse período foi comercializada com o objetivo de investimento e não para fins de moradia, uma vez que, além de não possuírem condições de habitabilidade, a demanda real não era compatível com a quantidade de imóveis disponibilizados” (PIRES, 2007, p. 18).

Entre estes novos loteamentos figura o próprio Jardim Itatinga. Sua gleba, uma antiga fazenda de café chamada “Pedra Branca” (“Itatinga” em tupi-guarani¹²⁵), tem a aprovação para ser loteada em 1956 pelo Decreto nº 883¹²⁶. No entanto, a sua efetiva ocupação urbana se inicia apenas em 1967, quando se instala a primeira casa de prostituição do bairro (MAZZARIOL, 1977, p. 23). Isto indica que o processo de escolha do local para qual seriam realocadas as prostitutas da cidade envolveu a seleção deste sítio em específico entre uma série de loteamentos aprovados. De fato, à época de sua demarcação, não existia no local infraestrutura básica: só haviam as vias de acesso asfaltadas, e as ruas internas do bairro permaneceram muitos anos sem calçamento, sem energia elétrica, água e saneamento básico¹²⁷.

De acordo com relatos de prostitutas colhidos durante o trabalho de campo, até meados dos anos 1980 a iluminação da Zona era feita por lampião e não havia nenhuma ligação com a rede pública de esgoto. Ainda hoje, muitas casas possuem o fosso como destino dos dejetos, algumas ruas não são asfaltadas e o único equipamento urbano implementado pelo poder público em todo o bairro é o Centro de Saúde. Não há núcleos escolares ou creches da rede pública na Zona, apenas aqueles construídos pela iniciativa privada. O CEPROMM é atualmente a instituição responsável pela educação infantil, o complemento ao ensino formal e o cuidado das crianças moradoras do Jardim Itatinga.

125 PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. Suplemento Cidades. Correio Popular, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

126 Informações passadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura municipal de Campinas, em reunião presencial realizada em março de 2014.

127 Segundo descreve Regina Mazzariol, até a época em que realizou sua etnografia, em 1977, a Zona não era asfaltada, as ruas não tinham placas, nem número nas casas, e os estabelecimentos eram localizados simplesmente pelos nomes das casas de prostituição (MAZZARIOL 1977, p. 99).

Da mesma forma, os bairros e favelas vizinhos ao Jardim Itatinga são aqueles que possuem as mais escassas condições de infraestrutura e equipamentos públicos, com os índices de renda e a qualidade de vida mais baixos do município. A grande maioria das ocupações informais, loteamentos irregulares e clandestinos que cercam a Zona se constituíram a partir dos anos 1960/70 (ver Figura 23, página 165) - “uma periferia descontroladamente horizontalizada” (SANTOS, 2002, p. 318) - em função do crescimento populacional decorrente da ampla industrialização da cidade e, sobretudo, pela facilidade de ocupação desses loteamentos aprovados, terraplanados e ligados às grandes vias de acesso que se mantinham desocupados (PIRES, 2007, p. 18-21). De acordo com um jornal de 1967, é nos limites da cidade - “na área que se interpõe entre o setor mais densamente povoado e a zona rural adjacente” - que “proliferavam” novas construções, a maioria da “classe de modestas posses e recursos” e autoconstruídas pelos próprios moradores¹²⁸.

Segundo Nabil Bonduki, o trinômio “loteamento periférico + casa própria + auto construção” representou a principal opção de moradia para os setores populares durante a urbanização massiva das cidades brasileiras (BONDUKI, 1998). O rápido crescimento urbano que aconteceu nos últimos sessenta anos se estruturou de forma a abrigar mais de cento e vinte cinco milhões de habitantes que chegavam às grandes cidades para trabalhar nas novas indústrias, gerando um tipo de urbanização que marca a constituição de nossas aglomerações urbanas. A intensificação da migração do campo para as cidades em vias de industrialização deflagrou uma alta demanda habitacional, gerando um enorme crescimento de bairros periféricos de baixa renda, que cresciam “abandonados” pelo Estado. O baixo salário do operário da indústria brasileira não era suficiente para pagar o preço da moradia formal e, dessa forma, a solução encontrada por estes trabalhadores foi a ocupação de terras vazias e desvalorizadas nas margens da cidade e a auto construção de suas moradias. Os municípios mais industrializados do Sudeste do Brasil receberam ainda uma grande onda migratória interna de trabalhadores de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste, em busca dos “sonhados” empregos das grandes cidades. Muitos autores defendem que a baixa regulação e controle do Estado que permitiram que a cidade periférica crescesse para as dimensões atuais foram uma estratégia para assegurar uma “morada mínima” para a classe trabalhadora a custos baixíssimos, sem elevar o custo da mão de obra para as novas indústrias. Uma “industrialização de baixos salários”, que segundo Ermínia Maricato (2000), relaciona-se diretamente com uma “urbanização de baixos salários”, responsável pelas grandes dimensões das áreas informais nas cidades brasileiras atuais. Portanto, a ausência de controle ou

128 CORREIO POPULAR. “Construções sobem de número numa terra que confia”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967.

restrição dessas ocupações pelo poder público assegurava a moradia mínima para classe trabalhadora, sem que o Estado ou o capital industrial gastasse para isso praticamente nenhum recurso. Dessa forma, a informalidade e a autoconstrução se tornam a matriz do crescimento urbano no Brasil a partir de então (BONDUKI, 1998; FERREIRA, 2005, p. 13 e 14; LEITÃO, 2009; MARICATO, 2000, p. 155; *Idem*, 2001; OLIVEIRA, 1976¹²⁹).

Ao sul da cidade

Em Campinas esse processo de urbanização e industrialização coincide com o período de criação do Jardim Itatinga, mais um bairro novo que vai se somar às aglomerações de trabalhadores pobres na faixa sul da cidade. Tanto a ocupação de terras para solução do problema de moradia como a criação da Zona de Campinas cresceram a partir da “repressão seletiva¹³⁰” da polícia e do controle ao zoneamento urbano nessa região do município. Enquanto a prostituição era perseguida fora do Jardim Itatinga, dentro do bairro era tolerada. A mesma postura permissiva era adotada em relação à grande ocupação informalizada da parte sul da cidade pelos trabalhadores pobres que chegavam, ao mesmo tempo em que, na parte norte da cidade, o mesmo tipo de ocupação não era tolerada.

Vale dizer que esse crescimento periférico gerado pela acomodação de novos trabalhadores que migravam para Campinas também ganhava corpo com a presença cada vez maior de habitantes pobres, expulsos de suas casas na área central. A “Operação Limpeza” que criou o Jardim Itatinga não retirou apenas as prostitutas do Centro, mas também os cortiços concentradores de famílias pobres que existiam na região: “a operação limpeza teve por objetivo afastar todas as pessoas que, segundo a elite campineira, não faziam parte do contexto da classe média” (BAHIA *et al.*, 2003, cap. 3). O pesquisador Cléber Maciel também afirma que, com o desaparecimento dos cortiços no centro da cidade, houve um movimento de saída dos campineiros de cor negra da área em direção às regiões periféricas (MACIEL, 1985, p. 25-26). A operação de perseguição das prostitutas estava articulada, portanto, a um objetivo maior de expulsão dos “indesejados” das áreas centrais da cidade. Ana Negrão também afirma que esta operação envolvia um processo de limpeza moral para a revitalização de Campinas (NEGRÃO, 2013, p. 182). Segundo um jornal de 2012, discorrendo sobre a formação do Itatinga, essas ações faziam parte de uma política

129 Segundo o IBGE 2010, a população que vive em favelas no Brasil é de 11,4 milhões de pessoas. No Sudeste, essa população representa 48,84% (5,5 milhões de pessoas). Já o Nordeste tem 27,99% da população de favelas do país (3,1 milhões). No Norte, vivem 16,18% do total (1,8 milhão), no Sul, 5,16% (590 mil), e no Centro-Oeste, 1,8% (206 mil).

130 Ver discussão sobre o termo “repressão seletiva” no capítulo anterior (Cap. 2).

difundida desde 1966 pelo então prefeito Ruy Novaes: a “revitalização da região central”. O periódico ainda afirma que esse discurso e modo de atuação tiveram continuidade nas quatro gestões seguintes¹³¹.

Também iriam se somar a esta periferia os conjuntos e loteamentos habitacionais para as classes trabalhadoras, de baixo custo e distantes da mancha urbana, construídos pelo poder público. A criação da Companhia de Habitação de Campinas (COHAB) em 1965 foi outro fator indutor desta expansão, implantando grandes bairros dormitórios distantes do centro e dos locais de trabalho, mal servidos de transporte público, sem infraestrutura e serviços urbanos¹³². O poder público reafirmou, assim, o processo em curso de expansão da periferia e de localização das pessoas de mesma faixa de renda na macrorregião sul de Campinas (EMILIANO, 2006, p. 40 – 43; PIRES, 2007, p. 32).

Quando participei do programa de regularização fundiária como estagiária da COHAB de Campinas, de 2003 a 2004¹³³, pude notar como seus núcleos informais e favelas guardavam ainda muitas características relacionadas às tradições rurais, provavelmente mantidas pelos seus habitantes oriundos dessas áreas, com a costumeira criação de animais (cavalos, galinhas, patos, porcos, etc) e a plantação de pequenas hortas. No fundo das casas ou em terrenos vazios eram constituídos esses “ranchos”, como são chamados em Campinas. De modo semelhante, no Jardim Itatinga, mesmo tratando-se de um bairro de prostituição, é frequente a presença de muitos cachorros soltos pelas ruas, em frente às casas de prostituição ou perambulando entre prostitutas e clientes. Muitas casas de prostituição que visitei possuem ranchos na parte dos fundos – em geral próximos ao local de residência das prostitutas - onde existe a criação de animais e pequenas hortas, como descrito no Capítulo 2. A casa onde trabalha Regina é a mais expressiva delas: lá moram doze cachorros, vários animais de criação como coelhos, galinhas e patos, há ainda uma pequena horta e um fantástico orquidário improvisado em um “puxadinho” atrás da cozinha. O bairro possui ainda muitos terrenos vazios e ruas de terra.

A Zona compõe, com as ocupações do entorno, um contexto urbano semelhante, formado por

131 VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012.

132 Criada em 1965 por meio da Lei 3.213, a Companhia de Habitação de Campinas (COHAB) construiu, de 1967 a 1970, cerca de 51% do total de novas residências em Campinas (SEMEGHINI, 1991, p. 161).

133 Trabalhei na COHAB de Campinas de 24 de setembro de 2003 a 23 de setembro de 2004. Na época a prefeitura estava iniciando um grande projeto de regularização fundiária, através do qual seriam regularizados cerca de 80 núcleos informais da cidade. Parte do meu trabalho era a visita técnica a esses locais para verificação e adequação da foto área dos planos, limites e plantas dos lotes destes núcleos. Ficávamos cerca de meio período andando pelas vielas e muitas vezes tínhamos que entrar nas casas e lotes para verificar os dados. As pessoas nos recebiam para uma xícara de café. Por meio desse trabalho, conheci inúmeras casas, sua disposição nos lotes e forma de habitar nos núcleos informais da cidade, que me deram uma dimensão da forma que acontece a ocupação informal do solo na faixa sul de Campinas.

loteamentos periféricos e de baixa renda, constituindo assim um vetor de crescimento conhecido como o “eixo da pobreza” da cidade (ver mapas 6 e 7, páginas 28 e 29). Segundo Wilson Cano e Carlos Brandão, enquanto a região sul da cidade é a que tem menos infraestrutura ao mesmo tempo em que possui a maior densidade populacional, a região norte possui expressiva quantidade de equipamentos urbanos, serviços de saúde e educação e infraestrutura instalada (CANO; BRANDÃO, 2002).

Ao norte da cidade

Um outro equipamento importante implementado na cidade em meados de 1960 foi a Unicamp, voltada para formação de mão de obra qualificada para as novas indústrias. Assim como nos bairros descritos anteriormente, o local de implantação da universidade era originalmente rural, uma antiga fazenda de café, e distante da área urbanizada. Estava localizado, no entanto, na periferia norte, que a partir de então passa a agregar também a maior parte dos condomínios fechados e concentrações comerciais de alta classe. Logo após a implantação da Unicamp, o distrito de Barão Geraldo, até então formado basicamente pelas fazendas Rio das Pedras e Santa Genebra, se transforma em um grande negócio imobiliário.

Nos anos seguintes, houve o loteamento de diversas glebas para implantação de empreendimentos em torno da universidade e ao longo da Rodovia Dom Pedro I. Tendo como eixo essa rodovia, é inaugurado em 1979 o primeiro shopping center de Campinas, o Shopping Iguatemi, sobre outra fazenda de café em desuso (Fazenda Brandina). A Rodovia D. Pedro I – sobretudo no trecho entre a Via Anhanguera e a Rodovia Heitor Penteado, inaugurado no início dos anos 1970 – torna-se uma via de localização privilegiada de “estabelecimentos comerciais de grande porte de abrangência regional”: o Makro, a Ceasa, o Hipermercado Carrefour e os principais shopping centers da cidade¹³⁴. São criados também neste período os primeiros condomínios e loteamentos fechados de Campinas (PIRES, 2007, p. 22 - 25¹³⁵), destinados às camadas de alta renda e localizados na área ao norte do eixo da linha trem da Fepasa (ver Figura 22, página 164).

134 A cidade conta com diversos shopping centers que ao longo do tempo foram se especializando em função do público e da região em que se localizam. A inserção do shopping Parque Dom Pedro acentuou ainda mais a valorização dos terrenos em torno da Unicamp e próximos a Rodovia Dom Pedro I. Podemos observar que, na região norte da cidade, imperam os shoppings de alta renda (Shopping Galleria, Iguatemi e o maior deles, o Shopping Dom Pedro), e ao sul do eixo da linha férrea da Cia. Paulista, os shoppings de comércio popular e de baixa renda (Shoppings Unimart e Outlet).

135 Os primeiros loteamentos aprovados foram: Sítios de Recreio Gramado, Sítios Alto da Nova Campinas, Condomínio Chácaras São Quirino, Condomínio Residencial Parque Rio das Pedras e Village Campinas (PIRES, 2007, p. 25).

Campinas se destaca pela grande quantidade de zonas segregadas e controladas para residência, consumo e lazer de alta renda: variados shoppings, condomínios fechados e conglomerados comerciais. Segundo Lucas Melgaço, esta condição é estimulada por uma “cultura do medo” alimentada pelos altos índices de violência que a cidade apresenta (MELGAÇO, 2005, 2010, 2011), e alia grandes investimentos imobiliários a uma “autossegregação” das altas classes de modo a se separar (e se “proteger”) das classes mais pobres (nos termos de CALDEIRA, 2000). Estes espaços privados e elitizados se concentram na área norte da cidade.

É interessante verificar que, embora tenham surgido em datas muito próximas (final dos anos 1960) e com histórias de implantação semelhantes (originários de fazendas decadentes, distantes da área urbanizada e localizados à quase a mesma distância do Centro: cerca de doze quilômetros), a Unicamp e o bairro de prostituição ocupam locais diametralmente opostos na cidade (ver mapas 1 e 3, páginas 5 e 25): um contraponto que reafirma uma divisão espacial entre norte e sul, constituindo dois polos periféricos que contrastam diferenças simbólicas e estruturais da cidade. No trajeto percorrido entre Barão Geraldo e o Jardim Itatinga visualizamos como a paisagem muda conforme atravessamos a cidade, de uma área residencial e de comércio de média e alta classe, passando pelo centro da cidade com sua efervescência de comércio e circulação mistos, mas sobretudo popular, e a chegada ao Jardim Itatinga e sua vizinhança de ocupações informais, favelas e grandes áreas industriais.

3.2_ “OS DOIS LADOS DA LINHA DO TREM”

De acordo com Silvana Rubino, a dicotomia entre norte e sul em Campinas foi criada a partir da instalação da primeira linha férrea da cidade, a “Estrada de Ferro Paulista S/A” da CIA Paulista, conhecida como Fepasa. Construída em 1870¹³⁶, ela estabeleceu uma fronteira - um eixo balizador de significações - a partir do qual foram separados certos usos urbanos, constituindo polos contrastantes entre “os dois lados da linha do trem”: o “lado de cá” e o “lado de lá”. A implantação dessa complexa estrutura urbana cortou Campinas em duas partes e estruturou, a partir da entrada principal da estação e os seus fundos, dois lados geograficamente e simbolicamente opostos: “uma clivagem no espaço - social e geográfico -, constituindo duas paisagens distintas, sítios de representações, aos que os dados indicam, duradouras”. O “lado de

136 No dia 15 de março de 1870, foram iniciadas as obras da ferrovia e, em 11 de agosto de 1872, inaugurado o trajeto - com 45 quilômetros - conectando Campinas a Jundiá (Estado de São Paulo). Logo depois, é inaugurada outra ferrovia na cidade, a “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro”, criada em 1872. No entanto, a estação original de passageiros da primeira linha construída (da Cia. Paulista) se manteve como a principal da cidade (RODRIGUES, 1996, p. 11 e 12; MATOS, 1981, 79 a 81).

cá”, ao norte da linha férrea e em frente à entrada da estação, foi onde se estabeleceu inicialmente o centro político e econômico de Campinas, sítio escolhido para a construção das obras públicas de destaque da cidade. O “lado de lá”, nos fundos da estação (que se tornaram também os “fundos” da cidade), foi caracterizado como o local dos piores terrenos de Campinas, onde se instalou a Vila Industrial, lugar de moradia da classe operária. Assim, ao sul da linha férrea foram localizadas as atividades urbanas desvalorizadas, separadas daquelas citadas anteriormente, para evitar uma “contaminação” simbólica entre eles. Dessa forma se constituiu a retaguarda, verso e avesso da cidade, em que foram instalados, além das vilas e residências operárias, a hospedaria de imigrantes, matadouros, curtumes, cemitérios, fábricas, leprosários, o hospital dos varilosos, etc¹³⁷. Para Silvana Rubino a polaridade desses dois lados marcou a história urbana da cidade, constituindo uma paisagem de poder versus uma paisagem vernacular (RUBINO, 2006, p. 73).

A essa análise podemos associar a polarização entre os conceitos de “puro” e “impuro”, ou de “pureza” e “perigo”, conforme a classificação observada por Mary Douglas (1966). Em seu trabalho, a autora analisa como são estruturadas regras de afastamento a partir de classificações sociais criadas de modo a distinguir o que é “puro” do que é “impuro”: antinomias de sistemas simbólicos de segurança/perigo, puro/impuro, limpeza/sujeira, purificação/contágio e ordem/desordem; de maneira a classificar, organizar e criar “formas sociais”. Segundo ela, a ideia de sujeira, por exemplo, é produto de um sistema de “ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados”. A partir dessas dicotomias, separam-se os opostos, de modo a protegê-los da “poluição” e da “contaminação”, ou de “qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais”. Assim, se estruturam aqueles “puros” como diversos e opostos daqueles “impuros”. A partir dessa classificação, atua-se no sentido de separar, condenar, evitar, isolar e/ou confinar cada um deles (DOUGLAS, 1966, p. 50 e 51). No caso de Campinas, o norte e o sul da cidade foram utilizados, respectivamente, como organizadores na separação dos usos urbanos entre “puros” e “impuros”.

O mapa a seguir exemplifica o modo como a linha férrea dividia os dois lados da cidade no início da urbanização de Campinas e se estabelecia como uma cicatriz urbana expressiva na constituição de seu tecido urbano, sobretudo na área central. Ao sul da estação de passageiros, observa-se uma área menos urbanizada e permeada de grandes vazios, identificada pelas inscrições “Parque Industrial”, “Vila Industrial” e “Fundão”. Ao norte, além do centro principal da cidade e suas

137 Vale dizer que “norte” e “sul” não são referências utilizadas pelos habitantes da cidade para indicar áreas valorizadas ou desvalorizadas de Campinas (como acontece, por exemplo, com a categoria “Zona Sul”, relacionada a uma área associada à elite no Rio de Janeiro). A associação de valor à localização em Campinas está mais relacionada a bairros específicos. A linha de trem, no entanto, é categorizada com um obstáculo, chamada inclusive por alguns, segundo observa Silvana Rubino (2006, p. 86) de “muro de Berlim de Campinas”.

instituições (as marcações em preto são as construções de destaque, como escolas, igrejas, a prefeitura, mercados, quartel da polícia, etc), se vê os bairros residenciais valorizados e o “Jóquei Club Campineiro”. Também podemos visualizar como a malha urbana entre os dois lados se configura de maneira diversa. Segundo Maria Beatriz Andreotti, em contraposição ao centro da cidade, a Vila Industrial possui um tecido urbano menos ortogonal e planejado, com desconexão entre suas partes, constituída “de vazios que não estabelecem vínculos para consolidação de seus fluxos viários” (ANDREOTTI, 2008, p. 29).

Figura 20: Mapa da cidade de Campinas em 1929 e o eixo da linha férrea

Título:
Planta da cidade e linha férrea
 Campinas (1929)



O perímetro da área central está destacado neste mapa, bem como seus três espaços de prostituição atualmente. Podemos visualizar que estes estão situados em locais que são parte da formação urbana inicial da cidade e constituíam, desde então, locais valorizados do ponto de vista simbólico: estão no lado valorizado, “puro”, ao norte da linha de trem. A partir da construção da ferrovia, vale pensar como se formaram as “rugosidades” (SANTOS, 2012) desse espaço carregado de historicidade que guiou as simbologias de implantação dos usos na cidade.

A ferrovia como a chegada da “modernidade”

A inauguração da primeira linha de trem da cidade é reconhecida na época como o “símbolo maior da modernidade” e a mais importante novidade do período. A implantação da ferrovia *São Paulo Railway*, acompanhada da incorporação da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Cia. Paulista)*, alterou “radicalmente as feições da economia cafeeira” e sua estruturação no território: “tendo como vetores as linhas da estrada de ferro, surgiria a rede urbana do estado”, definindo “os municípios que desempenhariam as funções de centros e polos regionais”, tendo Campinas o papel de “centro ferroviário”, que caracterizou a cidade com a função de “nó de transportes” (SEMEGHINI, 1991, p. 38 e 51-52). De acordo com Lapa, a construção da estrada de ferro afetou “direta ou indiretamente toda a vida urbana”: “valorizou ou deteriorou áreas, dilatou ou acelerou a dilatação do perímetro urbano, criou bairros (LAPA, 2008, p. 24-25)”, alterou profundamente o desenho urbano de Campinas.

De acordo com Ana Villanueva Rodrigues, a partir de então, o destino de Campinas mudaria de forma radical. O início da construção deste pátio ferroviário acarretou em vários desdobramentos sociais e econômicos: “um novo impulso econômico surgiria e, além disto, uma profunda transformação na mentalidade das pessoas, no modo de construir e na expansão urbana da cidade, entre outras” (RODRIGUES, 1996, p. 2 e 9). Apesar da chegada da estrada de ferro ter viabilizado a “transformação dos grandes fazendeiros em homens de negócios urbanos com múltiplos interesses” (SEMEGHINI, 1991, p. 82), estes ainda carregavam na sua estrutura moral os hábitos, costumes e valores provincianos da sociedade rural, costumes estes que marcam a identidade da cidade até os dias atuais.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa, esse período é marcado pelo primeiro “sopro de modernidade” de Campinas, “com o atraso que se espera para um país de Terceiro Mundo” e com as especificidades que uma “sociedade senhoril escravista de origem rural” e “agarrada no seu patrimônio” conservador. Até então, na cidade colonial do século XIX, os casarões dos

barões de café se encontram mesclados aos outros usos da cidade, não havia portanto “a priorização de um espaço urbano pela aristocracia”. Além da configuração urbana diferenciada pelas classes sociais, não existia uma diferenciação entre os equipamentos urbanos valorizados e os desvalorizados: as “moradias e edifícios públicos, os cortiços e sobrados, mercados e igrejas, cemitérios e asilos” foram se agregando e formando a cidade colonial “sem obedecer uma ideia de planejamento de vida coletiva”, como a cadeia e o matadouro, por exemplo, que ocupavam o mesmo local da Casa de Câmara, no largo inicial de fixação do povoamento: “essa espontaneidade já não poderá ser respeitada, com o advento de um proposta burguesa para a cidade. Isso porque, com a modernidade, o fim da escravidão e a instituição do trabalho assalariado o “universo urbano precisa ser redesenhando para conter essas categorias de novos cidadãos”. Assim, a configuração urbana, “seu espaço, a ocupação dele, a movimentação intra e interespaços far-se-ão tendo em conta também a estratificação social em classes que avançava” (LAPA, 2008, p. 19, 30, 104, 114, 133, 150 e 194).

A chegada da ferrovia alterou de forma considerável o desenho urbano da cidade. A nova linha férrea foi um polo irradiador de crescimento urbano, ao mesmo tempo que se estabeleceu como uma barreira material para este desenvolvimento. Criaram-se e ampliaram-se ruas. O desenho sinuoso da linha férrea cortou de forma inclinada as ruas ortogonais do centro original da cidade, fazendo com que o encontro destes traçados formasse figuras geométricas diversas. Vários equipamentos urbanos importantes foram construídos¹³⁸ (RODRIGUES, 1996, p. 21 a 24).

A partir de então, a cidade começaria a ser dividida entre a parte da “frente” e a de “trás” da ferrovia. Nesse sentido, ao norte e ao sul da linha do trem ou, respectivamente, à frente e aos fundos da estação de passageiros, foram reorganizados e separados diferentes usos urbanos que, até então, estavam misturados na cidade.

De acordo com Ulysses Semeghini, até essa época, devido às características da atividade predominante de exploração cafeeira escravista, as cidades ainda não desempenhavam uma “função central”, eram apenas um “complemento da grande propriedade rural”. É com a implantação da ferrovia, a constituição de um mercado interno (a crise do sistema escravista, a introdução do trabalho livre em grande escala e a imigração), e “as exigências da acumulação cafeeira ampliada” que a função dessas aglomerações urbanas se transforma (SEMEGHINI, 1991, p. 29, 37 e 48).

138 Entre eles: Colégio Culto à Ciência, o Hipódromo Campineiro, o Rink Campineiro, o Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, o Cemitério da Saudade, o Círculo Italiano Uniti, o 1º Grupo Escolar de Campinas, o Liceu de Artes e Ofícios, Chafarizes, Linha de Bondes com tração animal, Bondes Elétricos, Empresa Telefônica Campineira, Iluminação à gás, Luz elétrica e água encanada (RODRIGUES, 1996, p. 21 a 24; SANTOS, 2002, p. 162).

Entre 1850 e 1900, em conjunção com a chegada da ferrovia, a cidade passa por profundas transformações, recebendo um ininterrupto fluxo de inovações da era moderna: criação da Companhia Campineira de Iluminação à Gás em 1875; inauguração da linha de bondes com tração animal em 1879; instalação de serviços telefônicos em 1884 (segunda cidade do mundo a introduzir seu uso); sistema de coleta de lixo em 1890; primeira experiência com a luz elétrica em 1886; instalação de serviços de água e esgoto entre 1891 e 1892; calçamento e emplacamento das ruas da cidade, bem como numeração das casas, em 1895; primeira exibição do Cinematógrafo no Teatro São Carlos em 1897; e a instalação de calçadas, introduzidas no desenho urbano por volta de 1870, visto que o pedestre, que antes beirava à “desclassificação social”, precisava ser incorporado ao trânsito devido aos novos tempos, “reconhecido e protegido”. Nesse período, surgiram também as primeiras indústrias, duas fundições e algumas fábricas de bens simples de consumo (BADARÓ, 1996; LAPA, 2008, p. 30-34, 62, 265; MELLO, 1991; PUPO, 1969; RODRIGUES, 1996; SEMEGHINI, 1991, p. 43; SANTOS, 2002, p. 162).

Essas inovações implantadas em Campinas “aceleravam a sua velocidade histórica, redistribuíram seu espaço, tornavam as noites mais claras e melhor aproveitadas, alterando suas formas de utilização das horas diurnas”, tirando os moradores das casas, “descobrimo a noite e seus prazeres”. E também, demarcam como se instaura a “impessoalidade” das novas relações urbanas, com o crescimento da cidade e suas novas estruturas (como a numeração das casas, por exemplo) que “aos poucos deixava de permitir que as relações sociais e o conhecimento se fizessem de maneira mais pessoal” (LAPA, 2008, p. 19, 123 e 129).

Definindo usos díspares e contamináveis na cidade

Se inicia a transformação de uma Campinas colonial, ruralizada e marcada pela escravidão, para uma Campinas capitalista e burguesa, na qual a aspiração por uma “cidade ideal” estimulou a desconstrução, remoção e/ou o ocultamento da “cidade real, sobrevivente da velha ordem”:

É preciso fazer desaparecer tudo, ou quase tudo, que não devia ser visto. Em lugar da cidade de taipa, despudorada e mal-cheirosa, aspirava-se à cidade de tijolos, bem-comportada e higiênica. Não há hesitações entre simplesmente camuflar o artefato comprometedor e a sua gente molambenta e até, se for o caso, demolir e expulsar do convívio urbano os que não se adaptarem àqueles novos tempos (*Idem*, p. 14).

No caso de Campinas, essa transformação é potencializada pelas dramáticas epidemias que atingiram a cidade nesse período. Segundo Lapa, os surtos epidêmicos sequenciais de Febre

Amarela (de 1889 a 1897) se constituíram como “hiatos” da modernidade campineira (LAPA, 2008, p. 20), “em decisivas intervenções cirúrgicas na estrutura e morfologia de Campinas” e mudanças permanentes na vida urbana da população (*Idem*, p. 259). O reflexo das epidemias sobre a vida urbana foram marcantes e afetaram duramente “o crescimento da população e a vida da cidade” (SEMEGHINI, 1991, p. 62), pela a necessidade de isolamento dos doentes, pelo enorme êxodo da população, pelo fechamento de diversos estabelecimentos e pela mortalidade, que chegava a trinta vítimas por dia. A paisagem da cidade mudou, devido às grandes movimentações de terra, à retificação de córregos, à abertura de valas para esgoto, à drenagem de pântanos e charcos, ao calçamento das ruas, à coleta de lixo dos quintais, empreendidos pelo projeto do engenheiro sanitaria Saturnino de Brito (LAPA, 2008, p. 260-262):

No processo de modernização da cidade de Campinas, a sua higiene ocupará a atenção do poder público, das instituições e dos moradores. Há sempre uma conjugação de esforços no sentido de manter a cidade limpa, desodorizada e agradável aos sentidos. [...] Há uma aliança entre o saber político e o saber médico na ação que se efetiva contra a doença e que exerce controle na cidade. O consórcio desses saberes procura viabilizar as normas burguesas do bem-viver, assegurando a vida, a saúde, o bem-estar social no espaço urbano (*Idem*, p. 183).

Esse modo de desenvolvimento marcará a história da cidade: “racionalizar o uso do espaço, discriminar de maneira mais acentuada as desigualdades nos níveis de renda e social, introduzir e/ou regulamentar normas de higiene, moral mobilidade, desodorização, sonoridade, atividade profissional, comércio, lazer, etc”. Vale destacar que esse processo de racionalização e “normatização da vida urbana” se abaterá de maneira diversa entre seus habitantes, coibindo a alguns “deslocamentos e confinamentos espaciais” (LAPA, 2008, p. 27).

Isso porque passa-se a atribuir e estereotipar o estigma de um passado rural, atrasado e colonial a certas categorias, bem como à sua presença, modo de vida e/ou de uso da cidade. Pesavento (1997) menciona que esta mudança surgirá em diversas cidades brasileiras ao longo do século XIX, com o crescimento econômico e populacional destes núcleos urbanos, cuja nova forma de aglomeração impôs um novo modelo de relação entre eles.

Vale dizer que, nesse período, as cidades brasileiras se modificavam também em função da promulgação da “Lei de Terras”, de 1850. Esta lei introduziu novas condições ao capitalismo e ao trabalho assalariado, uma vez que instituiu a propriedade privada no país, sujeitou o espaço à compra e venda e impediu o livre acesso à terra. Além dessa lei, neste mesmo ano proíbe-se definitivamente o tráfico de escravos, e em 1888, acontece a Abolição da Escravatura. Estas medidas legislativas também faziam parte das condições necessárias para a criação de uma classe

trabalhadora assalariada e consumidora. Neste sentido, o país começou a oferecer incentivos para a imigração de europeus, parte de um projeto de “embranquecimento” da mão de obra trabalhadora, colocando os recém-libertos trabalhadores negros do estatuto de “escravos” para “desocupados”, pois haviam poucas oportunidades de trabalho para eles (ARAÚJO, 2006; BASTIDE;FERNANDES, 1971; FERREIRA, 2005; SANTOS, 2002).

Segundo Roger Bastide e Florestan Fernandes, o preconceito em relação ao trabalhador negro e às manifestações culturais afro-brasileiras acontecia por motivo de uma “herança negativa” das relações sociais estabelecidas no período colonial: “a escravidão degradara a tal ponto o seu agente humano de trabalho, que tornara a sua recuperação econômica extremamente penosa, difícil e demorada”. Ou seja, segundo estes dois autores, a urbanização das cidades brasileiras não instituiu um rompimento com o passado, pois nela subsistem “subterraneamente, como num edifício em conserto, partes inteiras da antiga sociedade tradicional”: se caracteriza pelo choque de valores, dos velhos (dos tempos da escravatura) com os novos (BASTIDE;FERNANDES, 1971, p. 63 e 165).

Neste mesmo período é aprovado em Campinas o primeiro Código de Posturas, em 10 de junho de 1880 (Lei número 20 Assembleia Provincial). Este Código continha a citada Lei da Vadiagem, que prendia aqueles “sem trabalho”, classificação que, em Campinas, segundo o pesquisador Cléber Maciel, recaiu sobretudo sobre as pessoas negras, mas também sobre as prostitutas (MACIEL, 1985, p. 83). Na classificação e organização dos usos urbanos da cidade, ambas as manifestações eram colocadas como opostas às “atividades de família”. Os locais onde estes se aglomeravam e trabalhavam se tornavam “impuros”, classificados como espaços nos quais não podiam transitar “senhoras” em função das “cenas escandalosas” que aí se davam.

Ou seja, a modernização desejada em Campinas se construiu desde o início por meio de “confinamentos compulsórios” e pela retirada das ruas de elementos contrários ao ideal de uma “cidade sã” (LAPA, 2008, p. 227):

O receituário capitalista e burguês, ao contrário do convívio da sociedade senhorial que até então prevalecera, defende a reclusão e afastamento não apenas dos mortos¹³⁹, mas também dos vivos, desde que doentes, vadios, loucos, rebeldes, velhos, **prostitutas** ou menores órfãos e abandonados. Essas categorias precisam ser ocultadas, serem invisibilizadas. A cidade não fora feita para elas. O espaço que passava a lhes ser reservado não se encaixava dentro do urbano e, quando nele permanecia, eram ali **confinadas, segregadas para que não fossem vistas**. [...] A perversa contradição é que não dava para viver sem essa gente, isto é, o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de

139 Neste trecho o autor se refere ao traslado dos cemitérios, inclusive dos corpos dos defuntos, para a parte dos fundos da estação de trem, citada anteriormente.

alguma maneira – indigentes ou criminosos, estropiados e leprosos, **prostitutas** ou bandidos, vivos ou mortos. Então, se não era possível eliminá-los, como hoje em dia parece ser para muitos o caminho mais fácil..., que fossem **invisibilizados**, remetidos para a cidade invisível, que se contrapunha à cidade visível, bem-comportada e saudável que se pretendia. Assim aconteceu em Campinas, onde se procurou, ao longo do processo de modernização que analisamos, a ocultação dessa gente, que pejava mais e causava mais constrangimento que conviver, ter e usar escravos (*Idem*, p. 325, grifo meu).

Assim, foram sendo constituídos nas classificações aqueles considerados “desviantes” (BECKER, 2008 [1963]), “dissidentes” (WIRTH, 1969) e/ou “perigosos/impuros” (DOUGLAS, 1966): “mendigos, indigentes, loucos, **prostitutas**, leprosos e andarilhos” (LAPA, 2008, p. 325), “pretos vagabundos” (MACIEL, 1985), “vadias”, “mariposas”, “caçadoras”, “decaídas”, “mundanas”, “transviados”, “meliantes”, “maconheiros” e “marginais¹⁴⁰”.

Puros e impuros, à frente e ao fundo da ferrovia

Assim, a primeira linha férrea da cidade se estabelece como um “marco” de separação espacial que conjugou a latente necessidade de “modernização” ao medo das epidemias. A partir de então, houve o traslado para periferia sul, nos fundos da estação e da linha férrea, do cemitério, do matadouro e da cadeia, que, até então, se encontravam no núcleo inicial de formação da cidade¹⁴¹. Os jornais da época reivindicavam que estes usos urbanos tinham que sair “em nome da higiene, do decoro e da segurança” (*Idem*, p. 83).

A nova localização, além de estar aos fundos e ao sul da estação de trem, era aonde já havia sido construído o Asilo dos Morféticos em 1863, de modo a “apartar” e confinar do convívio social os doentes leprosos que antes circulavam “mendigando” pela cidade (*Idem*, p. 228-229). Em seguida da construção da linha férrea, agregou o Hospital dos Varilosos (1874), a Hospedaria dos Imigrantes (1892), o novo Matadouro Municipal (1885) e dois cortumes da cidade (1885) (RUBINO, 2006, p. 76).

Enquanto isso, à frente e ao norte da linha férrea, foram construídas as obras públicas valorizadas da cidade: o Teatro São Carlos (1850), a Matriz Nova (1887), o Bosque dos Jequitibás (1881), o Mercado Municipal (1908), etc. Conforme a cidade crescia, seus equipamentos urbanos iam se implantando no território tendo a linha férrea como eixo, a partir das simbologias que envolvem

140 Termos encontrados nas reportagens: “Polícia pede ao prefeito que feche hotéis suspeitos”. *Correio Popular*, Campinas, 5 de agosto de 1966; “Campanha contra o trotoar”. *Correio Popular*, Campinas, de 13 de julho de 1966; e “Maconheiro agrediu mulher no Mercado” *Correio Popular*, Campinas, de 12 de julho de 1966;

141 Um mesmo edifício continha várias repartições públicas, com funções bem diferentes: a A Câmara (Paço municipal), a Cadeia, o Açougue e o Matadouro para abate dos animais (durante certo tempo funcionou também, neste mesmo local, uma Escola de ensino primário) (LAPA, 2008, p. 78).

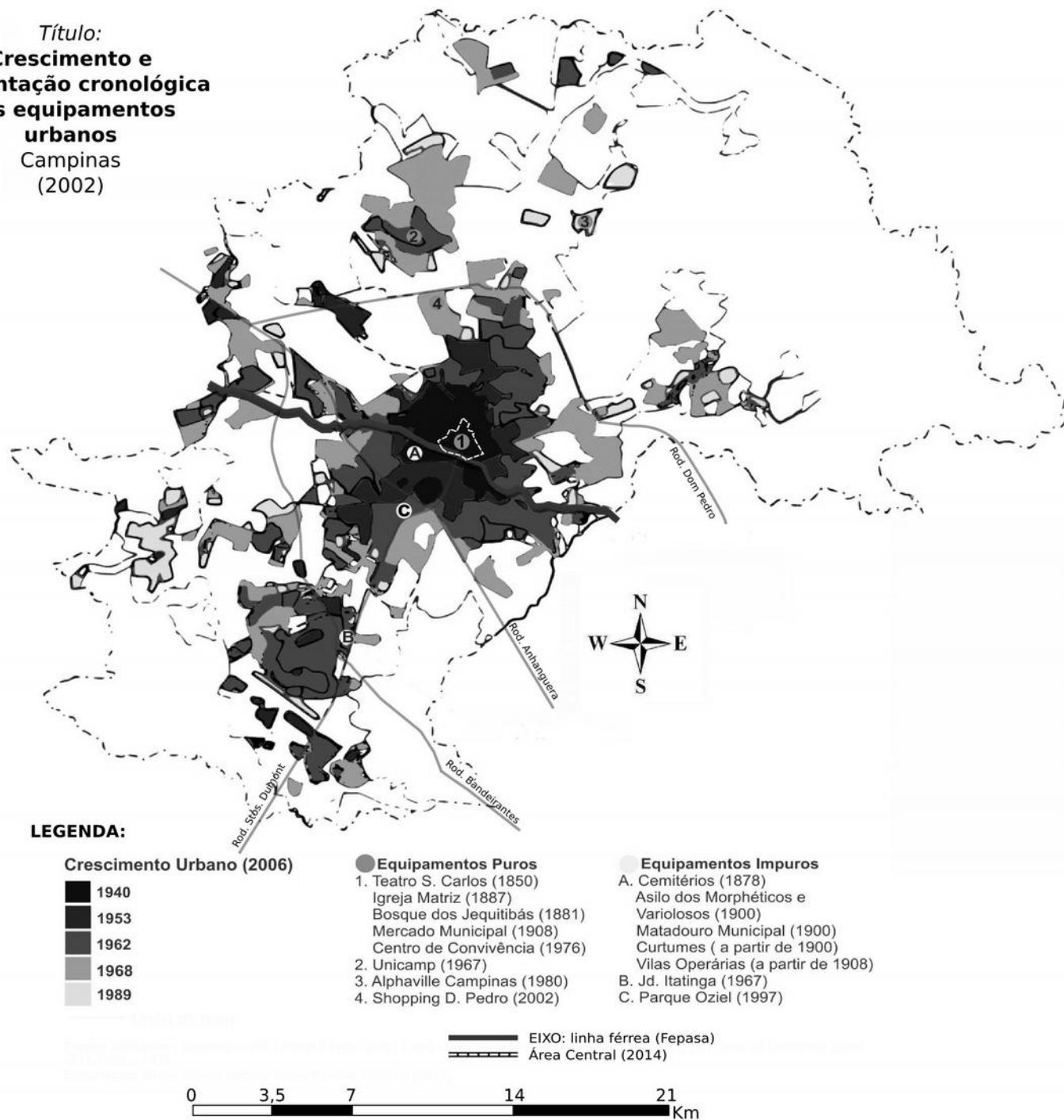
seus usos. Isso também foi estimulado pelo fato de que os principais investimentos públicos e intervenções de melhoramentos urbanos, bem como, significativas construções de equipamentos, se concentraram do lado norte da cidade (RUBINO, 2006, p. 77). Com o tempo, o centro de Campinas foi se adensando e verticalizando, torneado de novos e sofisticados bairros residenciais, centros de compras e serviços (SEMEGHINI, 1991, p. 163):

Imagens da cidade dos anos 1950 aos de 1990, por sua vez, mostram o quanto os chamados melhoramentos urbanos e sua destruição criadora, os investimentos públicos e o aniquilamento de parte da fisionomia da cidade, tudo isso enfim aconteceu no Centro, enquanto o bairro operário, com sua ocupação residencial, permanecia praticamente intacto quanto à sua configuração espacial (RUBINO, 2006, p. 77).

Ademais, esta polaridade, iniciada entre dois bairros limítrofes, separados apenas pela linha de trem, aparenta ter guiado a expansão urbana ao longo dos anos, como podemos visualizar no mapa a seguir:

Figura 21: Crescimento e implantação cronológica dos equipamentos urbanos - Campinas (2002)

Título:
**Crescimento e
 implantação cronológica
 dos equipamentos
 urbanos**
 Campinas
 (2002)

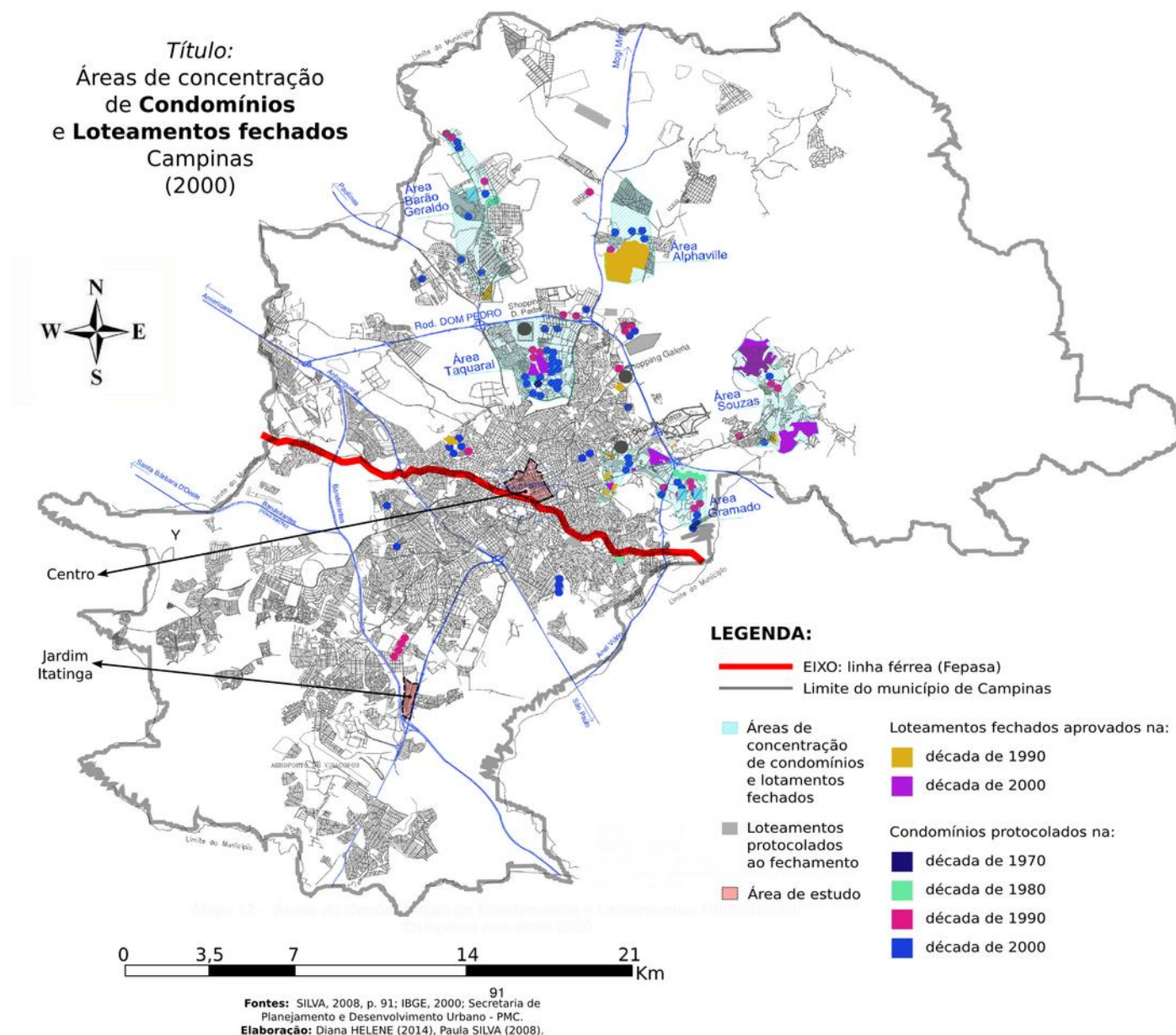


Fontes: SEPLAMA - PMC - Plano Diretor, 2006; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - PMC; Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Campinas; Mapas históricos de Campinas das datas 1878, 1900 e 1928.

Elaboração: Diana HELENE (2014); Maria Beatriz ANDREOTTI (2012)

Ao norte do eixo da linha férrea pode-se notar que estes investimentos reforçaram e instituíram a expansão desse vetor de valorização até a periferia, na qual se instalaram a Unicamp e a maioria dos shoppings e condomínios fechados de alta classe. Como podemos verificar no mapa a seguir, a maior parte dos loteamentos e condomínios fechados também se localiza nessa região. Paula Silva, que estudou a organização desse tipo de residência de classes altas na cidade de Campinas, estabeleceu cinco áreas de concentração de loteamentos e condomínios fechados: Área Barão Geraldo, Área Taquaral, Área Alphaville, Área Souzas e Área Gramado (SILVA, 2008, p. 91), todas elas localizadas neste lado valorizado da cidade, como pode-se visualizar a seguir:

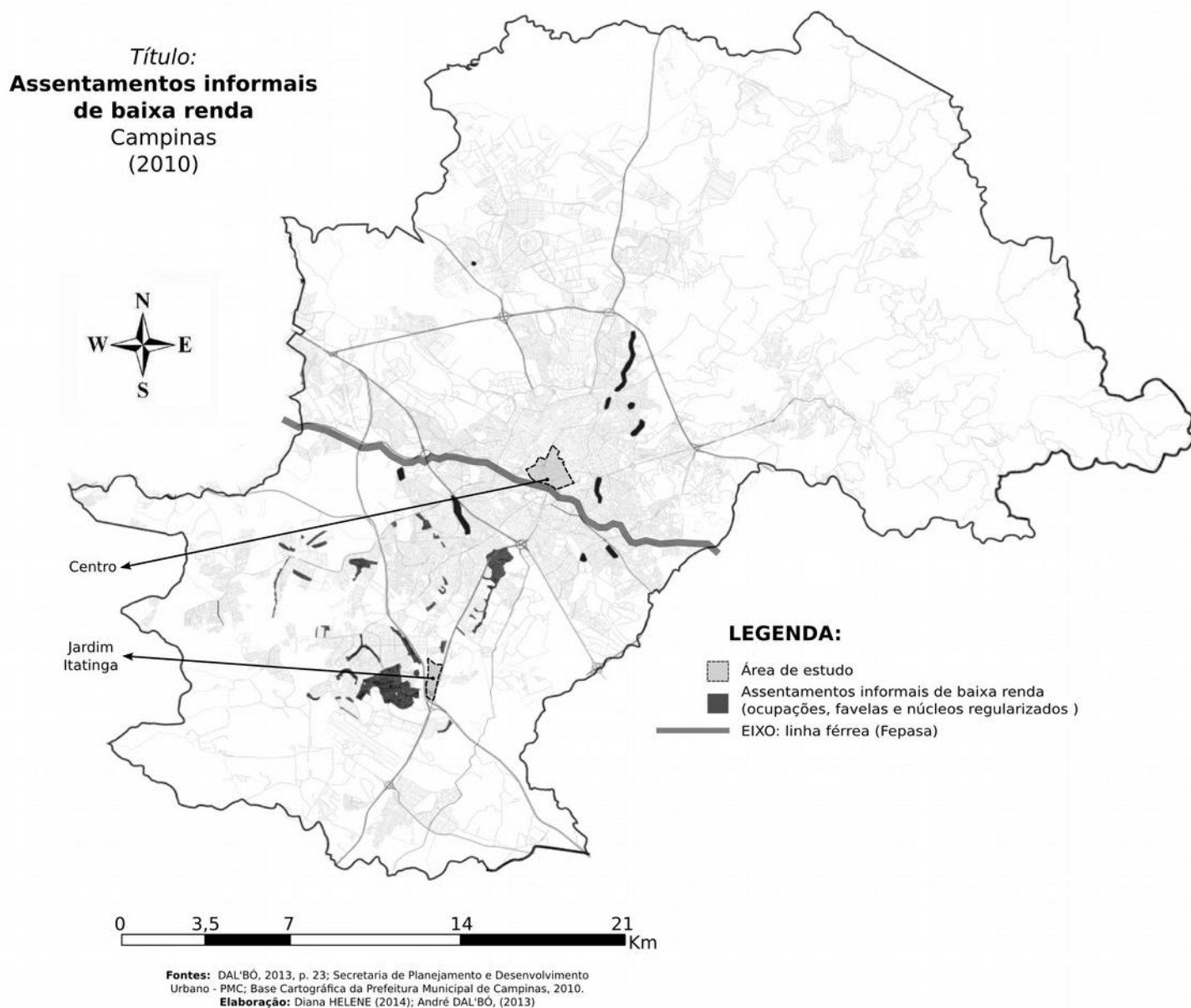
Figura 22: Áreas de concentração de Condomínios e Loteamentos fechados - Campinas (2000)



Percebe-se que algumas partes da cidade vão reforçando as simbologias de valorização tanto por meio de investimentos do poder público como pelos seus usos e ocupação populacional (ao norte); enquanto outras áreas vão se constituindo como seu oposto, concentrando os usos “impuros” (indústrias, loteamentos informais, habitações populares e o bairro de prostituição), onde habitam aqueles “desviantes”, e, ao mesmo tempo se constituem como áreas segregadas e pouco relevantes para o investimento público (ao sul). Para melhor observar estes fatos, no mapa a seguir, em contraposição ao anterior, pode-se visualizar a grande quantidade de assentamentos informais de baixa renda (ocupações, favelas e núcleos regularizados) que está localizada ao sul do

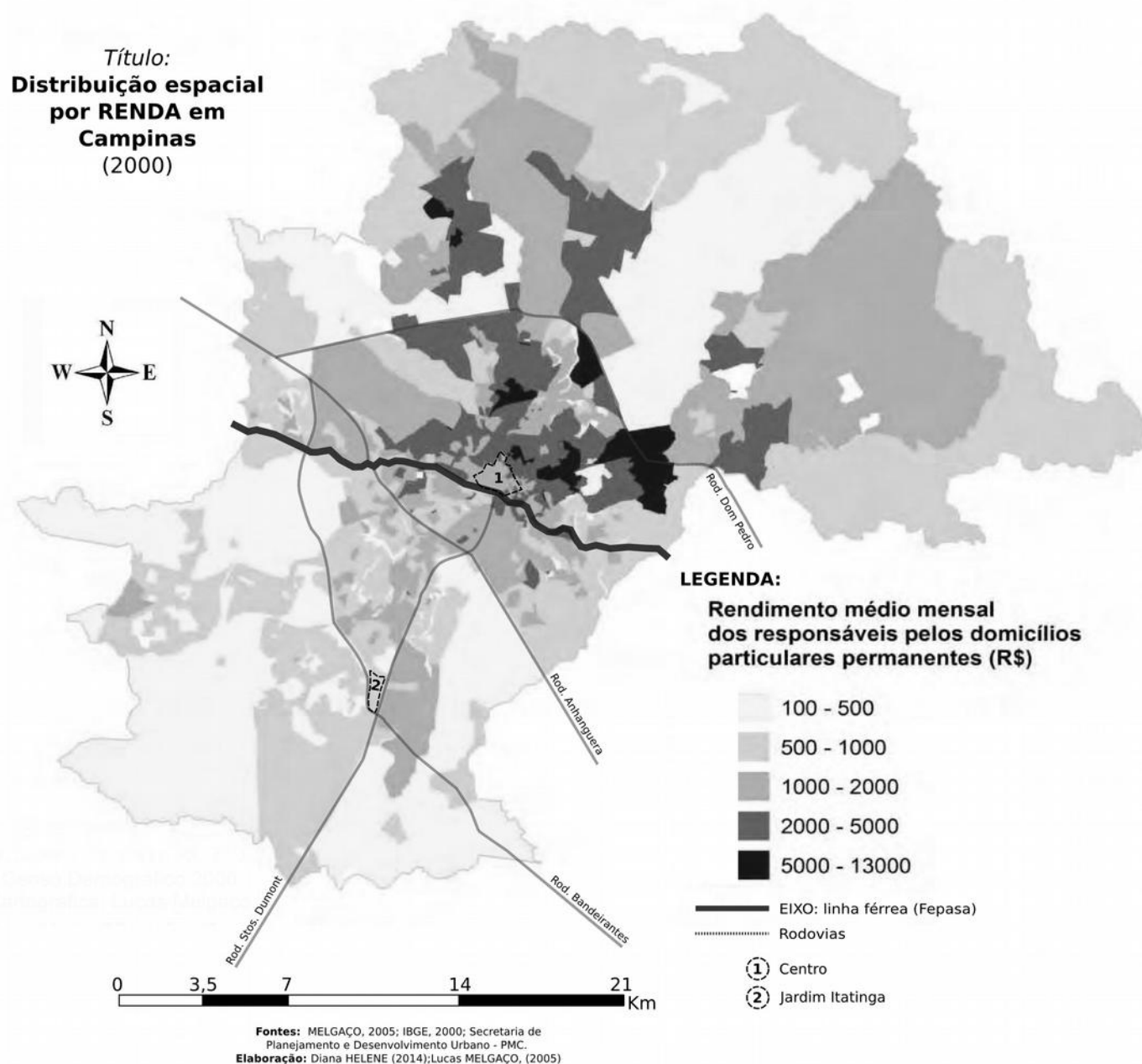
eixo da linha de trem, com grande concentração populacional no entorno do Jardim Itatinga.

Figura 23: Assentamentos informais de baixa renda – Campinas (2010)



Fica claro por este conjunto de imagens como o crescimento urbano foi influenciado pelas vias de circulação, principalmente as rodovias. Além de conectar partes distintas da cidade, passam a se constituir como novos eixos de separação - outras cicatrizes urbanas semelhantes a primeira linha férrea (Fepasa) - que também repartiram usos e vetores de valorização/desvalorização na cidade. Estes eixos, representados em conjunto com as faixas de renda no mapa a seguir, demonstram claramente a continuidade desta forma de valorização e ocupação do solo campineiro que foi estabelecida a partir do eixo ferroviário central.

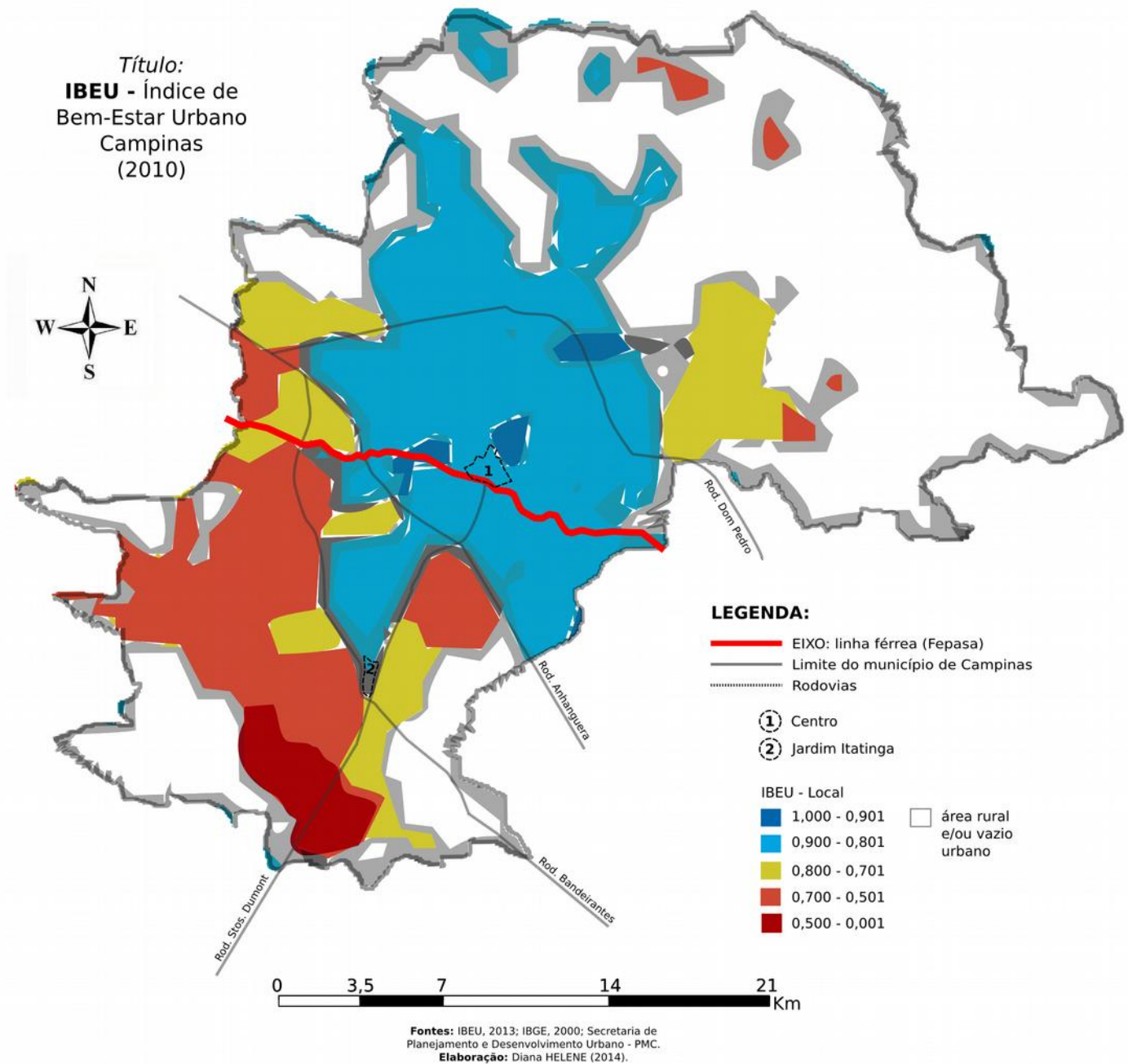
Figura 24: Mapa distribuição espacial por renda – Campinas (2000)



Por fim, segue um último mapa, realizado a partir de um estudo sobre o Índice de Bem-Estar Urbano na cidade de Campinas (IBEU, 2013¹⁴²) que possibilita uma análise mais recente destas ocupações na cidade.

142 O Índice de Bem - Estar Urbano local é calculado a partir de cinco dimensões: mobilidade urbana (tempo de deslocamento casa - trabalho), condições ambientais urbanas (arborização, lixo acumulado e esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios), condições habitacionais urbanas (densidade domiciliar, densidade por banheiro, revestimento das paredes e espécie do domicílio), atendimento de serviços coletivos urbanos (atendimento de água, atendimento de esgoto, atendimento de energia e coleta de lixo) e infraestrutura urbana (iluminação pública, pavimentação, meio-fio, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirante, calçada e logradouro). In: IBEU, 2013; e RIBEIRO; COSTA: 2013, p. 5-6.

Figura 25: Mapa IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano - Campinas (2010)

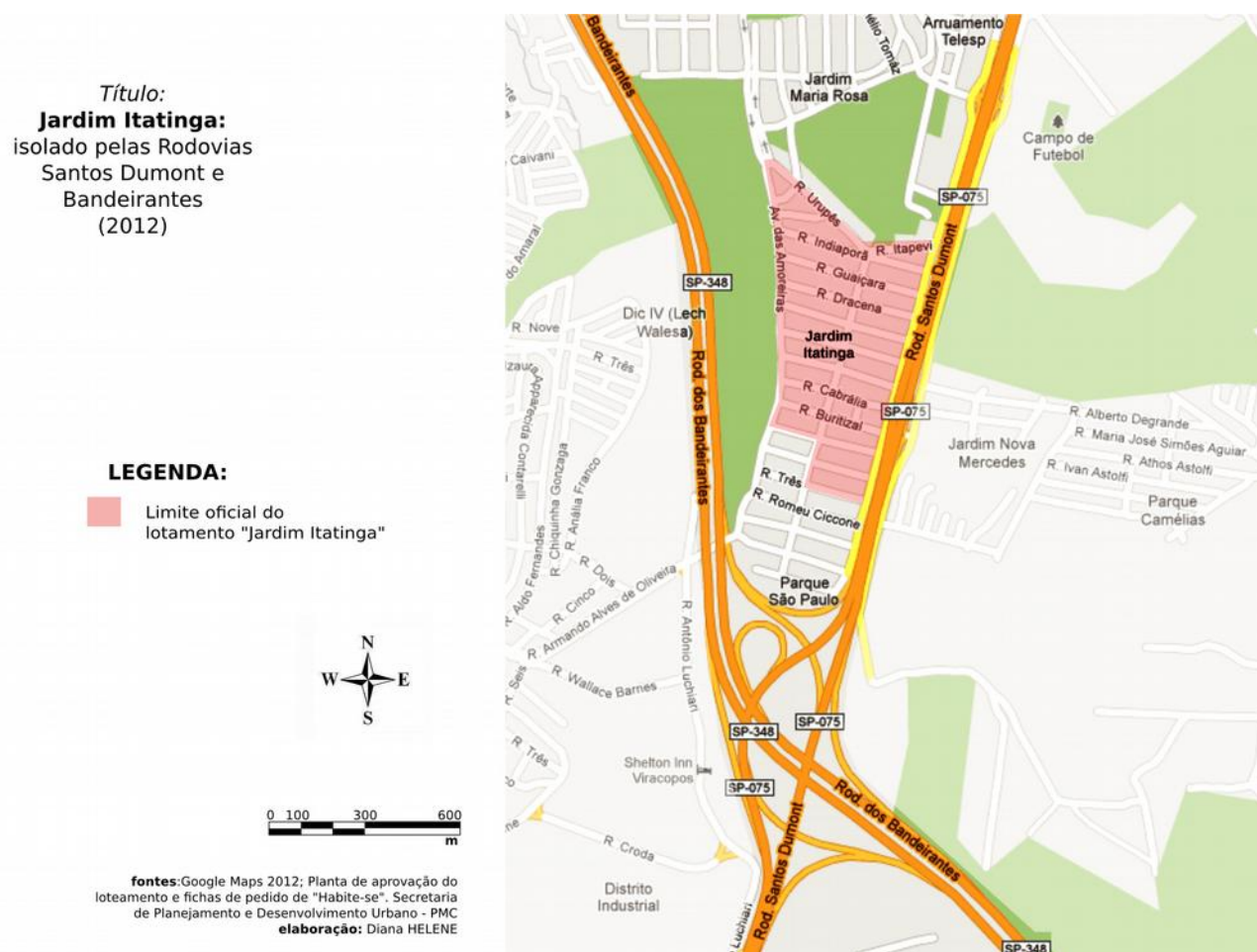


Apesar deste estudo avaliar a Região Metropolitana de Campinas (RMC) como uma das melhores para habitação no Brasil (comparada a outras regiões do país), ao analisar estes dados percebem-se as grandes desigualdades territoriais, dentre as quais se destacam claramente as diferenças norte/sul. Predominantemente, as áreas com as melhores taxas de IBEU estão ao norte da cidade, e as mais baixas ao sul. Segundo Marcelo Ribeiro e Gustavo Costa, as dimensões que mais contribuem para a existência destas grandes desigualdades urbanas são, nessa ordem: “a falta de infraestrutura urbana, as condições habitacionais urbanas precárias e os problemas de

mobilidade” (RIBEIRO; COSTA, 2013, p. 6).

Vale atentar para o modo como os eixos rodoviários, tanto no mapa anterior como no da figura 24, se estabelecem como outros divisores espaciais, constituindo expressivas diferenciações entre cada lado das rodovias, sobretudo a Rodovia Anhanguera. Isto é, as grandes rodovias também estabelecem barreiras/eixos divisórios que reforçam o caráter estabelecido pela linha do trem, estimulando a diferenciação dos dois lados de suas vias. Seguindo este padrão de organização urbana, o Jardim Itatinga está segregado pelo entrocamento entre a Rodovia Santos Dumont e a Bandeirantes. Estas duas grandes vias de circulação acabam por isolar a Zona dos bairros vizinhos, deixando a prostituição “ilhada”, como demonstra o mapa a seguir:

Figura 26: Jardim Itatinga: isolado pelas rodovias Santos Dumont e Bandeirantes (2012)



Pode-se afirmar, assim, que o Jardim Itatinga se adéqua ao tipo característico de loteamento formado a partir dos anos 1960 em Campinas: distante do centro da cidade e à margem das grandes vias de circulação. Ao mesmo tempo, o bairro está separado/enclavado/ilhado/isolado por meio dessas rodovias dos demais bairros de seu entorno, diferentes da Zona em sua atividade (residências e indústrias), mas semelhantes entre si em sua constituição simbólica, como parte

daqueles usos “impuros” da cidade, agregados ao sul do eixo da primeira linha férrea da cidade.

Pode-se afirmar, que a constituição do isolamento confinado que se observa na criação da Zona campineira articula também vetores ligados ao modelo de segregação espacial “centro/periferia”. Pela proximidade, data de criação e também pela correlação entre os moradores, o Jardim Itatinga e os outros bairros de seu entorno estão situados inseridos neste padrão.

O modelo de segregação espacial “centro/periferia”

No Brasil, a segregação nas cidades é denotadamente marcada por uma distribuição espacial caracterizada por uma relação “centro/periferia”, na qual, de maneira geral, as classes sociais mais ricas habitam as áreas centrais (áreas mais antigas e tradicionais da cidade, e/ou as áreas de centralidade), e as classes mais pobres ocupam as periferias, subúrbios e/ou áreas abandonadas. Muitos autores têm se debruçado sobre o estudo da periferia e suas implicações na constituição simbólica do espaço da cidade, sobretudo quando se estudam as especificidades desse tipo de segregação nas grandes cidades industrializadas do Estado de São Paulo, entre elas Campinas. O conceito de periferia é uma classificação que se constitui em oposição a outra classificação trabalhada no primeiro capítulo da tese, a de Centro, com “C” maiúsculo.

Centro e periferia são constituídos, pois, em relação, respectivamente marcados por polaridades de valorização entre “principal” e “marginal”; oficial e ilegal; perto e longe; “puro” e “impuro” (nos termos de DOUGLAS, 1966), constituindo o que Milton Santos estabelece como áreas “luminosas” e áreas “opacas” (SANTOS, 1994). Segundo o autor, os espaços opacos “se justapõem, superpõem e contrapõem” com as “zonas luminosas”, estas sim valorizadas simbolicamente como espaços do “reconhecimento”, mas também sob o qual se investem os mais altos aportes técnicos: “constituídas ao sabor da modernidade”, “espaços da exatidão”, “racionalizados e racionalizado-res” (SANTOS, 1994, p. 41). Polaridade esta que pode também ser aplicada à outros pares semelhantes como Asfalto/Morro e Cidade/Subúrbio¹⁴³.

Quando estudei ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo no meu mestrado, a designação “aqui é periferia” era muito comum entre esses moradores pobres da área central. Isso

143 Essa tese não vai aprofundar a discussão a respeito das semelhanças entre as dicotomias Centro/Periferia, Asfalto/Morro e Cidade/Subúrbio, mas é importante uma pequena colocação sobre o termo, tendo em vista sua articulação com o objeto de estudo, na sua constituição enquanto Zona na periferia da cidade de Campinas. Apesar de parecerem muito semelhantes, como podemos ver por meio do samba "Esse lugar tão gostoso/ Que tanto lhe falo/ É o subúrbio é o morro/ É a periferia é a rua de barro" (“Qualquer Lugar”, Renato da Rocinha, 2010), existem diferenças regionais, culturais e classificatórias em torno dos termos aprofundado por diversos autores (MARTINS, 1992 e 2008; NOVAES, 2013; PALLONE, 2005; SILVERSTONE, 1997).

indica que o termo, apesar de ter nascido devido a uma divisão sócio espacial entre a área central e suas enormes periferias, ou seja, devido à conformação física dessas cidades, sua importância simbólica enquanto espaço de pobreza e resistência extrapolou estes limites. A ideia de pertencer a este espaço, de “ser da periferia” ou de algo ser “coisa de periferia”, se tornou uma classificação de afirmação identitária, relacionada às camadas trabalhadoras populares, mas sobretudo, relacionada à resistência e luta perante as adversidades que encontram em sua vida nas cidades, devido as desigualdades urbanas. Essa virada de valorização do conceito está ligada ao que Cunha Bocayuva chama de “A Nova Centralidade da Periferia” (BOCAYUVA, 2013, p. 105).

Portanto, a localização escolhida para instalação da Zona, bem como sua manutenção e continuidade ao longo de quase cinquenta anos, se associa às características da organização urbana presentes na história de Campinas: uma segregação histórica dos elementos considerados “desviantes”; sua localização organizadamente estabelecida ao lado dos usos urbanos “impuros” (periferia sul da cidade); e por fim sua localização distante e isolada de modo a evitar a “contaminação” (distante do centro e isolada dos bairros vizinhos pelas rodovias). Ou seja, podemos destacar como uma característica peculiar do Jardim Itatinga em relação às outras áreas urbanas de prostituição, sua constituição enquanto periferia urbana.

Situar o lugar mental da prostituição da cidade de Campinas enquanto periferia segregada nos leva também a articular a especificidade dessa localização em termos da segregação espacial. A relação entre Centro e periferia também pode ser colocada como uma relação entre a prostituição no centro da cidade de Campinas e a prostituição no Jardim Itatinga, porque a separação do bairro em relação à cidade não se resume apenas à sua localização periférica, se articula também com outras características dos espaços segregados e/ou confinados para a prática da prostituição. Nesse sentido, vale entender as características específicas da segregação urbana de espaços prostitucionais, confinados ou não, que se relacionam também com os motivos que levaram a criação do Jardim Itatinga em 1967.

CAPÍTULO 4:
A ZONA CONFINADA

CAPÍTULO 4: A ZONA CONFINADA

4.1_PROSTITUIÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA

Nesta parte do texto pretende-se ressaltar, dentre os diferentes vetores de segregação espacial, as peculiaridades desta quando relacionada à prostituição. A premência pelo estudo deste tema não se dá apenas a partir do objeto de estudo em questão. Grande parte dos trabalhos consultados se articula, de alguma forma, ou em algum momento, com situações e relatos de segregação espacial urbana, aparentando ser esta uma característica da experiência daqueles que exercem a prostituição, sobretudo nessa modalidade, que se apresenta em bares, boates e “casas” reunidas em determinadas áreas da cidade (HUBBARD, 1999 e 2012; HUBBARD; SANDERS, 2003; CAULFIELD, 1999; OLIVAR, 2013; SIMÕES, 2010A e 2010B; PARIS, 2011; NEGRÃO, 2013; MORAES, 1996; LEITE, 1993; FELDMAN, 1989 e 2010; BAHIA *et al.*, 2003; REDOTEY, 2005 e 2009; TAVARES, 2014; MAZZARIOL, 1977; SILVA, 2000; CHOLLEY, 2001; MATHIEU; MAURY, 2003).

A segregação espacial é um conceito utilizado nos estudos urbanos, e designa a ideia de que certos elementos da sociedade estão separados e/ou distanciados dos outros no espaço da cidade. Consiste em uma forma de diferenciação espacial que demonstra como as relações sociais são espacializadas. Reflete a forma como os recursos são desigualmente distribuídos/utilizados, geralmente associada a outros elementos classificatórios de diferenciação de valores, como classe social, cor, gênero, etc. Desta forma, o termo procura demonstrar como acontece a distribuição desigual de grupos no espaço urbano e sua relação com a morfologia e o acesso às benfeitorias urbanas.

No Brasil, a maioria dos estudos urbanos concentra sua análise nas segregações vinculadas às diferenças socioeconômicas. O urbanista Flávio Villaça, por exemplo, afirma que a separação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade é o tipo de segregação predominante na estruturação das metrópoles brasileiras. De acordo com ele: “[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142). Nesse sentido, o termo segregação “socioespacial” também pode ser empregado.

Existem ainda muitos trabalhos sobre a segregação espacial e seu vínculo com a questão étnica/racial, dentre os quais destaco aqui os estudos da Escola de Chicago. Esta escola centralizou grande parte dos seus estudos nos acontecimentos dos anos 1920, a fim de compreender como acontecia a adaptação, a integração e a assimilação - vale dizer, a

fragmentação do sujeito urbano (o migrante como um “híbrido cultural”, resultado de um *melting pot*) e os conflitos interculturais - nesta cidade que foi receptora de um número enorme de migrantes¹⁴⁴.

No livro “The Guetto”, Louis Wirth estudou, nos anos 1930, o bairro judeu de Chicago. O termo “gueto”, surgido em função do nome do bairro segregado de origem judaica *Guetto*, em Veneza, Itália (WIRTH, 1969 [1928], p. 1), tornou-se sinônimo de espaço segregado, usado para designar locais isolados/separados do resto da cidade e geralmente associado a atividades marginais¹⁴⁵. O próprio Jardim Itatinga em Campinas é designado por diversos interlocutores, inclusive pelas próprias prostitutas, dependendo da situação, como gueto.

Segundo Wirth, o gueto, enquanto instituição, se destaca nos estudos sociológicos urbanos como “a prolonged case of social isolation¹⁴⁶” resultado do esforço de certos grupos de indivíduos para ajustarem-se: uma forma de acomodação entre grupos populacionais diferentes, dos hegemônicos aos minoritários. Em sua pesquisa o gueto é visto como um efeito de isolamento na qual se mantém a cultura específica de um povo e onde se instituí uma comunidade cultural que armazena tradições e sentimentos frutos de uma herança comum. Além de suas próprias construções, instituições e aparência geral, essas áreas possuem ainda seu “own moral code¹⁴⁷” (*Ibidem*, p. 282 – 286). Para o autor, o gueto representa uma forma histórica de lidar com o “dissidente” e sua existência demonstra como a segregação espacial pode ser uma maneira dos diversos grupos se organizarem no espaço da cidade sob a ideia da tolerância (*Ibidem*, p. 4 e 5).

Ainda segundo esse autor, a existência continuada de guetos judeus ao longo do tempo demonstra como a segregação espacial vai além de questões de planejamento urbano. Ele o analisa segundo a ideia de “áreas naturais” da Ecologia Urbana da Escola de Chicago: bairros que não foram estruturalmente planejados -pensados via planejamento estruturalmente organizado pelo Estado- mas que, mesmo assim, se desenvolvem e se destacam dos demais em suas especificidades “naturalmente” agrupadas.

Wirth afirma ainda que o que encontrou ao estudar o gueto é essencialmente o mesmo fenômeno que vemos na vida social de outros grupos minoritários que vivem -relativamente- segregados: da mesma forma que os judeus dirigem-se para o gueto, os migrantes provenientes da Itália vivem nos “bairros italianos” e os chineses em *Chinatowns*. Ou seja, comunidades (étnicas,

144 Em 1900, mais da metade da população de Chicago havia nascido fora do EUA (COULON, 1995, p. 11 e 12).

145 De acordo com a definição do dicionário etimológico da língua portuguesa, a palavra “gueto” significa um “bairro, em qualquer cidade, onde são confinadas certas minorias por imposições econômicas e/ou raciais (do italiano Ghetto)” (CUNHA, 2010, p. 328)

146 “Um caso prolongado de isolamento social” (tradução livre).

147 “próprio código moral”(tradução livre).

ocupacionais, religiosas, entre outras) constituem parte das diversas áreas que compõem a cidade, atraindo para esse espaço o tipo de população cujo status e tradição cultural são mais proximamente adaptados às características sociais, econômicas e morais pretendidas. As pessoas procuram “guetos”, ou áreas que concentram certas atividades ou “vizinhança”, pois neles se sentem à vontade (WIRTH, 1969 [1928], p. 289 e 290).

Outro importante teórico da Escola de Chicago, Robert Ezra Park, afirma que a segregação naturalmente definida se desenvolve também por motivos econômicos e/ou por interesses profissionais e, ainda, por mudanças e/ou divergências nos costumes (“in the mores”) que acabam por isolar e segregar grupos na cidade (PARK, 1984, p. 31 e 43; *Idem*, 1967, p. 30). A noção de “região moral” proposta por este autor¹⁴⁸, também nos auxilia na compreensão da segregação da prostituição. Park a define como uma tendência de segregação, de reunião ou de concentração em certas áreas da cidade, em função da existência de certos gostos e temperamentos partilhados entre estes os habitantes desses agrupamentos: “Every neighborhood, under the influences which tend to distribute and segregate city populations, may assume the character of 'moral region’”¹⁴⁹. São esses locais - “vice districts”, “Bohemia”, “Half-World”, “Red-Light District”, etc - onde os habitantes podem emancipar seus impulsos contidos pelas morais vigentes: “these detached milieus in which vagrant and suppressed impulses, passions, and ideals emancipate themselves from the dominant moral order”¹⁵⁰. Nos termos do autor, são estas regiões definidas exclusivamente ou simultaneamente pela prevalência ou coexistência de um código moral específico, associado a gostos, hábitos, práticas ou mesmo padrões comportamentais divergentes (“in which a divergent moral code prevails”¹⁵¹) (PARK, 1984, p. 43 e 45).

Nestor Perlongher usa o conceito de região moral para a análise do que ele chama de “territórios marginais”, ou “códigos-territórios”, ao estudar os michês de São Paulo. Para o autor, território não é apenas o espaço geográfico, mas um espaço de códigos, já que opera como fator determinante no comportamento de seus habitantes: “impõe, ou tende a propor, conforme as condições de sociabilidade territorial, perfis definitivamente psicossociais”. Segundo ele, a região moral, “heteróclita na diversidade das fugas”, ao congregar impulsos e trajetórias desses ditos

148 Segundo Ulf Hannerz, descrever os distintos “mundos sociais” ou “regiões morais” se converteu na principal tarefa dos sociólogos de Chicago. Apesar disso, o autor afirma que conceito de “moral region” foi mais utilizado do que realmente definido por Robert Park, o que aparentemente se deve ao fato de sua formulação não tinha limites claramente traçados (HANNERZ, 1986, p. 36 e 37).

149 “Cada vizinhança, sob a influência que tende a distribuir e segregar as populações urbanas, pode assumir o caráter de ‘região moral’” (tradução livre).

150 “esses *milieus* (arredores) desassociados em cujos impulsos vagabundos suprimidos, paixões e ideais se emancipam da ordem moral dominante” (tradução livre).

151 “no qual um código moral divergente prevalece” (tradução livre).

“dissidentes”, imprime territorialidades contíguas e entremeada guiadas por código específico, que se realizam em lugares específicos, ligados à separação das atividades, grupos e pessoas consideradas “imorais” (PERLONGHER, 1991, p. 9). Voltando a Robert Park, a segregação de certos grupos em regiões morais se associa à ideia de contágio social -“social contagion”- a qual estão sujeitos todos aqueles que divergem, deliberadamente ou não, da moral e de outros valores dominantes (pobres, viciados, criminosos, homossexuais, prostitutas, etc.; *In*: PARK, 1984, p. 45).

Para trabalhar a ideia de contaminação social (ou de poluição social), podemos usar as relações entre “pureza”, “impureza” e “perigo”, de Mary Douglas, citada anteriormente:

A contaminação nunca é um acontecimento isolado. Ela só pode ocorrer em vista de uma disposição sistemática de ideias. [...] o único modo no qual as ideias de poluição fazem sentido é em referência a uma estrutura total de pensamento cujo ponto-chave, limites, linhas internas e marginais, se relacionam por rituais de **separação** (DOUGLAS, 1966, p. 57, grifo meu).

O espaço dos “desviantes”

Dessa forma, outro vetor de segregação espacial que devemos considerar é a separação no espaço da cidade de grupos considerados “perigosos”, e com potência de contágio daqueles outros: “puros” e considerados “normais”. Como vimos nos capítulos anteriores, essas categorias influenciaram fortemente a constituição do Jardim Itatinga no espaço da cidade de Campinas.

A ideia de contaminação e poluição pode ainda se constituir enquanto marca de perigo/impureza/sujeira como um estigma. Segundo Erving Goffman (1980 [1963]), o estigma é uma situação atribuída a um indivíduo a partir de algo vinculado à sua identidade, visível ou manipulável, que potencialmente o desqualifica e o impede de ser aceito de maneira plena pela sociedade:

As **prostitutas**, os viciados em drogas, os delinqüentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais, e o mendigo impenitente da cidade [...]: pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social (GOFFMAN, 1980 [1963], p. 154 e 155, grifo meu).

Howard Becker propõe uma teoria da rotulação para tratar daqueles considerados “desviantes sociais” - ou *outsiders* (BECKER, 2008 [1963]) - que a partir das interações nas quais engajam no decurso de suas ações, podem assumir um “comportamento desviante” ou serem percebidos através de qualidades estigmatizantes que lhes são atribuídas. Ainda segundo Erving Goffman, os

estigmatizados como “desviantes” acabam por separar-se da cidade “normal”, pois entre os seus podem fazer de sua “desvantagem” base de organização para a vida, desde que resignados a viver em um mundo restrito (GOFFMAN, 1980): o Gueto de WIRTH (1969 [1928]); as “regiões morais” de Robert Park (1984); ou o que Lucila Jatahy Pesavento (1997) chama de “cidade maldita” e “cidade das sombras”. Segundo esta autora, essa cidade “ameaçadora” seria representada por alegorias de representação do que, para o planejamento oficial, poderiam ser consideradas as “piores” manifestações do fenômeno urbano: “bares, tavernas e tascas da beira do cais e dos becos que infestavam a cidade e que, junto com as jogatinas e os **bordeis**, configuravam a zona perigosa aos bons costumes, onde evitavam passar as pessoas de respeito, principalmente as do sexo feminino¹⁵²”. Segundo ela, essa é uma segregação espacial delimitada a partir de um sistema de ideias e imagens de representação coletiva (PESAVENTO, 1997, p. 26 e 27, grifo meu). Para Aparecida Moraes, as perseguições às áreas de prostituição seguem em paralelo a outras intervenções promovidas pelo Estado nas cidades brasileiras, como remoções, demolições e destruição da memória das populações pobres. Demonstam assim que “o cerco à prostituição não era um cerco apenas à moral sexual, mas também à expressão de uma cultura do povo que se mostrava autêntica e por vezes sutilmente crítica” (MORAES, 1996, p. 116).

São estas representações que atribuem valores de contaminação e estigma, que constituem certos espaços como “desclassificados”, “imorais” e “sujos” das cidades. Representações estas que se estendem e se mesclam a discriminações de classe, de gênero, de sexualidade, de etnia e de cor. A justificativa dada pelas autoridades para o controle e/ou expulsão desses elementos da sociedade é a sua classificação recorrente como “classes perigosas” (BRESCIANE, 2004: CHALHOUB, 1986 e 1996¹⁵³; e CHEVALIER, 1984 [1958]).

A partir do que foi discorrido, destaco três vetores que podem atuar de forma isolada ou em conjunto para a segregação espacial: 1) a segregação por diferenças econômicas e de classe social; 2) a segregação em função de comunidades étnicas e/ou raciais; e 3) a segregação por separações ligadas à moralidade e ao perigo de contágio social em função de grupos considerados “desviantes”.

Em grande parte das áreas de prostituição a segregação espacial pode ser identificada com as características do terceiro vetor. Os espaços prostitucionais fazem parte de uma dinâmica recorrente de segregação de práticas e, por meio delas, de indivíduos e grupos considerados

152 É curioso notar que a autora coloca na mesma frase que os bordeis eram parte da “cidade maldita”, mas que as pessoas do sexo feminino não frequentavam o local. As prostitutas não são mulheres?

153 Sidney Chalhoub afirma que no caso do Brasil, o contexto histórico que se deu a adoção do conceito de “classes perigosas” recaiu, sobretudo, sobre a população negra. De escravos a cidadãos livres, estes passaram a constituir os “membros potencialmente permanentes das classes perigosas” (CHALHOUB, 1996, p. 21 à 25).

marginais. No entanto, vale ressaltar, que mesmo que um desses três vetores atue em destaque, todos eles trabalham de forma integrada na constituição dos espaços prostitucionais.

Afinal, essa “cidade maldita”/”região moral”/gueto está alocada, de forma geral, em áreas desvalorizadas não apenas simbolicamente mas também materialmente: com infraestrutura urbana abandonada, obsoleta, precária ou inexistente; aquelas nas quais, assim descritas por Milton Santos, “os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado” e que, também, aparecem como “zonas de resistência” (SANTOS, 1994, p. 39).

Ocupando “espaços opacos”

Discorrendo mais profundamente sobre os fatores de localização destas áreas, é importante ressaltar que tais locais encontram-se em espaços da cidade que “toleram” as atividades que ai se desenrolam. No caso da prostituição, esta é mais tolerada e tem maior duração em bairros em “transformação”, com terrenos vagos, áreas intersticiais, com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, habitados por uma população modesta e desprovida de recursos materiais. Gabriela Leite afirma sobre as Zonas em geral: “As casas estão caindo aos pedaços, e essa falta de manutenção está, invariavelmente, associada à degradação do viver clandestino que é introjetado assim: as prostitutas só podem viver em coisa ruim” (LEITE, 1992, p. 126).

Segundo Emmanuel Redoutey, a prostituição seria constituinte de “une certaine image sociale du quartier, une connotation qui à des effets économiques stagnants, sans générer une image complètement négative¹⁵⁴” (REDOUTEY, 2005, p. 78-79). Espaços desvalorizados, “obsoletos”, “abandonados”, “deteriorados”, “trash”, “esquisitos”, “perigosos”, entre outros adjetivos empregados, por sofrerem uma “lumpenização” - termo empregado por Nestor Perlongher (2008 [1987], p. 118) – o contrário da ideia deflagrada pela “gentrificação”, como veremos adiante.

De acordo com Milton Santos, os espaços “opacos”, áreas “apagadas”, não “iluminadas” são aqueles que possuem baixas densidades técnicas, científicas e informacionais (SANTOS, 1994). Nesse sentido vale atentar para a maneira como as intervenções urbanas são muitas vezes tentativas de “iluminar” espaços nos quais se realizam práticas “dissidentes”, “imorais” e/ou “malditas” como parte de um processo de revalorização econômica, simbólica e imobiliária

154 “uma certa imagem social do quarteirão, uma conotação que há efeitos econômicos estagnantes, sem gerar uma imagem completamente negativa” (tradução livre).

desses locais.

É interessante estabelecer uma analogia com relação à “iluminação” para além de seu sentido simbólico, envolvendo também a construção da materialidade da luz urbana, ou seja, a instalação de lâmpadas como uma forma de instaurar situações “civilizadoras” em espaços ditos como marginais. Certas bibliografias estudadas relatam como a instalação de iluminação foi uma maneira de expulsar atividades marginais de certos espaços urbanos, sobretudo as atividades prostitucionais (HUBBARD; SANDERS, 2003, p. 82; GUZIK, 2006; REDOUTEY, 2005, P. 58; LENZ, 2008).

No processo de revalorização da Praça Roosevelt, no Centro de São Paulo, o grupo de teatro Satyrus conta que, diariamente, ligavam para a prefeitura para arrumar as luzes danificadas nas ruas, que seus frequentadores quebravam para proteger suas identidades e manter seu espaço “opaco”. O próprio local em que foi fundado o teatro era, antes, espaço de prostituição, um “apart-hotel” de travestis. Atualmente, a praça é um local de lazer “alternativo” da cidade, mas antes da chegada do grupo de teatro era “uma praça muito esquisita”, com bares “estranhos”: “um bar de michês, outro de travestis, mais um de prostitutas. À noite, era um lugar perigoso, perigoso mesmo” (relatos variados apud GUZIK, 2006, p. 206 e 210):

Muito *trash*. Os travestis (sic) barra-pesada enfrentavam a gente. Sentavam-se ali na praça e dominavam, mandavam naquilo. Os traficantes da praça também começaram a prestar atenção na gente. [...] Era tudo muito escuro. Pedíamos para a prefeitura para trocar as lâmpadas queimadas. Eles resistiam, não vinham imediatamente, mas enfim apareciam, trocavam as lâmpadas durante o dia, elas acendiam por volta das seis horas, sete horas, e os traficantes mandavam quebrar todas. No dia seguinte, ligávamos para a prefeitura, demoravam mais não sei quanto para vir, colocavam as lâmpadas, os traficantes quebravam de novo (relato de I.C. apud GUZIK, 2006, p. 211).

A experiência da expulsão e da segregação mobiliza certos habitantes das cidades, sobretudo aqueles que se veem submetidos a processos que desconfiguram seus locais de vida. Nesse sentido, Gabriela Leite defende que as primeiras pessoas a serem expulsas quando se iniciam intervenções urbanas com objetivo de revalorização imobiliária - que podemos chamar, nos termos de Milton Santos (1994), de processos de iluminação de espaços opacos - são as prostitutas (LEITE, 2006). Estas ações acontecem em locais que antes eram valorizados pelas classes mais altas, tendo sido com o tempo abandonados por estas e pelo poder público, sofrendo desvalorização econômica e decorrente ocupação por classes mais baixas. Esses processos buscam, então, revalorizar economicamente e simbolicamente esses espaços, sendo que para isso é necessário, entre outras ações, expulsar aqueles que dificultariam essa retomada de valor. Entre

os expulsos estão, via de regra, as prostitutas. Indianara Alves Siqueira, prostituta, assessora parlamentar e militante pelos direitos das prostitutas e transexuais no Rio de Janeiro - RJ, também denuncia essa característica na seguinte fala:

... porque sempre foi assim no Brasil, quando um chefe de estado vinha visitar o Brasil, as primeiras a serem reprimidas injustamente eram as prostitutas mulheres, as prostitutas mulheres cisgêneras e as prostitutas mulheres trans. Eram as primeiras a serem recolhidas de maneira violenta, são as que têm todos os seus direitos violados pela polícia, são as que são agredidas de várias maneiras.

[...] Então ele disse que: “Nossos filhos foram jogados em camburão da polícia”, entendeu? Foram reprimidos violentamente, foram... tiveram coisas plantadas neles, passaram alguns dias em Bangu presos e agora vão responder a processo sobre isso [ela se refere à repressão da polícia às manifestações em junho de 2013 contra a Copa do Mundo no Brasil]. Eu falei: pois é, mas nós prostitutas já passamos por essas remoções, dos grandes eventos, de tudo isso... cada vez que os chefes de Estado vinham pra cá, cada vez que ia ter uma Expo, cada vez que ia ter uma Eco 92, cada vez que ia ter uma Rio+20, uma JMJ, as prostitutas eram removidas violentamente, as prostitutas mulheres cisgêneras e as mulheres trans, e vocês não se importaram com isso porque nós não éramos seus filhinhos que estavam sendo removidos violentamente, éramos apenas as putas degeneradas nas esquinas, entendeu, e as *travecas* malditas dessa sociedade, então tudo bem, vocês se calaram. Agora, com seus “filhinhos”? (Indianara Alves Siqueira, Debate sobre regulamentação da prostituição na UFRJ, CineQueer, Rio de Janeiro – RJ, 22 de maio de 2014).

Em função disso, os nomes dados a esses procedimentos, como “renovação urbana”, “requalificação” ou “revitalização”, são recorrentemente tratados pelas prostitutas com deboche e desdém, por serem parte constituinte dos tipos de expulsão e perseguição que costumam sofrer. No caso do Centro de Campinas, as prostitutas sofrem tentativas de expulsão de maneira recorrente e intermitente desde a criação da Zona, em 1967. As narrativas das coordenadoras da associação e de seus parceiros institucionais são pautadas pelos relatos das tentativas de remoção contínua que sofrem. O vídeo da associação, por exemplo, usa uma colagem sequencial de falas dos diferentes entrevistados, no qual as ideias de “limpeza da cidade” e/ou “revitalização” se repetem nas diferentes vozes que escutamos no audiovisual¹⁵⁵. Como exemplo, segue a seguinte fala de Regina:

Então, as reuniões, elas começaram a acontecer porque toda vez que mudava de governo, o município, então começava-se uma, todo um processo de dizer que ia **limpar o centro da cidade**. E nesse processo de reestruturar o centro, “**revitalizar**”, que é a palavra que eles usam muito, então eles diziam que tinha que tirar os moradores de rua, as profissionais do sexo, os meninos de rua... Então assim, **sempre quando mudava de governo, começava a nova gestão, sempre tinha um confronto**, né, ou da guarda municipal, ou dos policiais, da polícia militar, às vezes também da polícia civil, com relação de

155 Ver os relatos do Capítulo 1.

discriminação, preconceito e violência com as mulheres que se prostituem. E aí por conta disso as mulheres ficavam em alvoroço porque tinha violação dos direitos humanos e elas sentiam denegridas na sua imagem e aí elas começaram a me procurar e procurar a Pastoral da Mulher Marginalizada, outras pessoas que lidavam com a questão dos direitos humanos na época para poder discutir essas violências que vinham acontecendo (entrevista com Regina, realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 14/12/2012, grifos meus).

O caso do centro de Niterói - RJ¹⁵⁶

Um exemplo deste tipo de ação, que pude observar de perto, aconteceu em 2014, em Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No final de 2013, logo após a aprovação de uma operação consorciada para a revitalização da região central da cidade¹⁵⁷ se iniciaram as primeiras investidas contra um espaço tradicional de prostituição, o Edifício Nossa Senhora da Conceição, conhecido como “Prédio da Caixa” (Econômica), no Centro de Niterói. Primeiramente, foram feitas denúncias pelas próprias prostitutas de prisões arbitrárias e tentativas de expulsão de trabalhadoras moradoras do prédio. Elas realizaram manifestações em frente ao edifício e pelas ruas do centro de Niterói nos dias 2 e 15 de abril de 2014. Segundo relatos das prostitutas e de representantes da ONG Davida, apoiadora das manifestações, os policiais militares haviam invadido as residências de forma truculenta, sem mandado judicial, autuando-as em flagrante pelo artigo 229 do código penal (como casa de prostituição) e sob acusação de rufianismo (artigo 230 que consiste no fato de tirar proveito da prostituição alheia). Invadiram as salas onde as prostitutas atendiam seus clientes e prenderam onze mulheres, que passaram a noite na delegacia de Polícia até serem levadas, no dia seguinte, para o presídio de Bangu. Houve denúncias de violência na delegacia, além de elas terem sido levadas à prisão sem direito a julgamento. Nas manifestações, portanto, acusavam a polícia de agir de maneira criminosa e arbitrária. Além disso, após a primeira manifestação, as prostitutas afirmaram que passaram a ser perseguidas por agentes da polícia: foram inclusive ameaçadas de detenção e prisão por formação de quadrilha caso fizessem mais um ato nas ruas da cidade.

156 Este trecho sobre Niterói é baseado em uma reportagem escrita junto com outros profissionais, integrantes da publicação, para a revista “Vírus Planetário” em 2014: VIRUS PLANETÁRIO, Revista. “Qual o direito à cidade das prostitutas? - As Revitalizações de Centros urbanos e a Segregação da prostituição”. Revista Vírus Planetário nº 33, Junho/Julho de 2014, bem como, o texto de denúncia para o “Box 11 - Criminalização das Prostitutas nos Projetos de Reestruturação Urbana: o Caso de Niterói” do dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, junho de 2014. Para realizá-los, além do trabalho de campo, tomei como base as seguintes reportagens: O DIA 24 HORAS. “Prostitutas param o trânsito por uma hora na Avenida Amaral Peixoto, em Niterói”. O Dia 24 Horas. 02/04/2014; SIMÕES. Soraya Silveira. “EU EU EU, EU SÓ DOU O QUE É MEU” - Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais”. Jornal Beijo na Rua, 19/04/2014; EMANUEL, Claudio. “Manifestação de prostitutas no Centro de Niterói atrapalha trânsito”, Cidades, “O Fluminense”, 02/04/2014.

157 Mais sobre esse projeto disponível em: <<http://centro.niteroi.rj.gov.br>> . Acesso em: mai,2014.

Figura 27: Manifestação das prostitutas em Niterói (foto: Soraya Simões, 2014)



A ação final aconteceu no dia 23 de maio de 2014, quando policiais invadiram os quatro andares aonde funcionavam as salas de prostituição do prédio, mais uma vez sem mandado judicial, e levaram mais de cem mulheres para “averiguação” na delegacia. Houve relatos de estupro, roubo, violência corporal e moral e de que a polícia plantou falsas evidências para incriminá-las. As mulheres denunciaram que foram forçadas a fazer sexo oral e que os policiais colocaram as mãos nos seus genitais. Ao final do dia, diversas prostitutas reportaram roubo de bebidas e de dinheiro. As portas dos locais onde trabalhavam foram arrombadas e quebradas, impossibilitando seu trabalho e, para muitas, sua moradia. O “Edital de Interdição Parcial” pregado em todas as portas justificava o lacramento em virtude do “péssimo estado de conservação das instalações”, por ter “confirmação de utilização do local de forma reiterada para prática de crime” e pela necessidade de garantir a perícia e vistoria. Tanto os mandados de intimação como de interdição não indicavam em quais crimes estariam ocorrendo. Ao final, foram mais de trezentas pessoas despejadas, sem local de trabalho e moradia. Lojas, salões de cabeleireiros, pequenos estabelecimentos de alimentação e comércio que existiam no local, que sobreviviam prestando serviços para as atividades também foram invadidos, quebrados e lacrados. O prédio teve o elevador desligado, e os outros moradores foram obrigados a subir os mais de nove andares a pé. Além da expulsão violenta e arbitrária, uma das prostitutas que acabou se expondo e se apresentando como uma liderança de destaque entre as trabalhadoras está sendo perseguida e teve que ser afastada da cidade e protegida com fundos internacionais, com o apoio da ONG Davida, pois o poder público não ofereceu nenhum tipo de proteção a ela. Este caso recente

demonstra de que forma a perseguição à prostituição se constitui como uma das primeiras ações para efetivar processos de revalorização (ou iluminação) de áreas urbanas da qual os investidores públicos e privados pretendem investir. O exemplo demonstra também como esses objetivos engendram ações de cunho violento, arbitrário e até mesmo ilegal, com a recorrente tentativa de criminalização de grupos sociais. Estes “expulsos” conhecem seu direito de permanecer mas, muitas vezes, perdem no jogo de forças de poder.

Expulsar as putas e abrir caminhos para revalorizar

Em diversos outros estudos sobre o tema da prostituição pode-se observar essa característica. De forma recorrente, as prostitutas são alvo de processos de remoção e “limpeza”, figurando, muitas vezes, como as primeiras a serem reprimidas e expulsas de áreas centrais e/ou em vias de revalorização imobiliária. De acordo com Emmanuel Redoutey, geralmente, a rejeição à prostituição se revela nos momentos de renovação urbana. Isso porque os novos habitantes são menos inclinados a aceitar o convívio com as atividades prostitucionais. Segundo o autor, se reproduz um ciclo frequente: a prostituição existe previamente integrada ou se instala em um “quartier économiquement et socialement statique (population peu mobile, marché immobilier stagnant)¹⁵⁸”. Com os processos de revalorização imobiliária acontece uma redução da tolerância pelos recém chegados, e as prostitutas acabam sendo obrigadas a se mudar para outro local, de características semelhantes ao que habitavam antes da renovação (REDOUTEY, 2005, p. 75-76).

Ou seja, a eliminação da prostituição aparenta ser uma ação precursora - uma remoção “abre-alias” - para abrir caminho a um processo de expulsão daqueles que planejadores e urbanistas costumam chamar de “mazelas urbanas” (moradores sem-teto, camelôs, catadores de lixo, prostitutas, entre outros), classificados como entraves, obstáculos, dificultadores da implantação de serviços de “alta classe” e da constituição dessa imagem de cidade “civilizada”. Essas medidas se articulam com outras intervenções de modo a inviabilizar a circulação das pessoas pobres e/ou marginais, como a proibição da movimentação de carroças de catadores na área central, a retirada dos vendedores ambulantes, a remoção de moradores e meninos de rua para albergues e o despejo de moradias irregulares e ocupações.

A presença da prostituição e seus pares “desviantes” está na contramão da valorização simbólica e econômica que se pretende para estes futuros “espaços luminosos”. Para “iluminar” estes

158 “bairro economicamente e socialmente estático (população com baixa mobilidade, mercado imobiliário estagnado)” (tradução livre).

espaços também é realizado um trabalho intensivo de desconstrução de suas “rugosidades”. Ou seja, a desconstrução das “marcas do passado” da área central - tanto suas marcas construídas e materializadas como suas relações sociais amarradas a esse território, às táticas de sobrevivência e redes de articulação - de modo a inserir neste espaço uma cultura mais globalizada, inserida nas redes internacionais, que para isso, necessita da constituição de um espaço “não-rugoso” que permita sua instauração e abertura. Isso porque, segundo Milton Santos, as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, sendo também heranças socioterritoriais ou sociogeográficas (SANTOS, 1994; SANTOS, 2006 [1996], p. 25).

Ao longo da história das cidades, médicos, urbanistas e outros técnicos exerceram um papel instrumental no sentido de fornecer o argumento técnico para o banimento destes “males”, com remoções, grandes demolições e “Bota-Abaixo”, característicos de diversas intervenções urbanas no Brasil e no mundo. Estas ações são sustentadas pelo caráter de “verdade” do discurso técnico do planejamento urbano, que se constrói a partir de uma ideia de “neutralidade”, sendo colocadas como necessárias para o bem comum de todos os cidadãos e para melhoria da vida na cidade. Nesse sentido, os relatos e documentos técnicos de planejadores, urbanistas, médicos e policiais construíram um “cenário de horror” associado à maneira de viver das classes pobres e/ou marginais de modo a justificar essas ações de expulsão¹⁵⁹.

Um exemplo desse discurso de imparcialidade política fundamentada na razão técnica são as diversas demolições em todo o Brasil das igrejas da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário", ou "Irmandade dos Homens Pretos", entre elas a demolição da igreja de Campinas, como relatado no Capítulo 2. Estas irmandades foram criadas no Período Colonial, devido ao impedimento de que negros e negras frequentassem as igrejas dos “senhores”. Apesar da construção destes templos ter como principal objetivo a catequização, estes se constituíram desde sempre como espaços de resistência e, na maioria das vezes, agregavam ao seu entorno diversas atividades de sincretismo religioso como congadas, batuques e caiapós (ARAÚJO *et al.*, 2006).

Carlos de Araújo *et al.* afirma que as celebrações religiosas que fortaleciam a negritude nos espaços urbanos eram vistas desde o século XVIII pela elite, autoridades e a própria igreja católica como “costumes bárbaros que deveriam ser combatidos ou simplesmente afastados dos olhos da 'boa sociedade’”. Assim, eram proibidos toda sorte de danças e procissões organizadas pelas irmandades negras, sob a alegação de que “promoviam desordens, bebedeiras e ameaças à

159 Fonte: DVD do grupo de rap “Racionais MC’s”, no qual existe um documentário da história das manifestações negras e pobres da cidade de São Paulo, do período da escravidão até a formação das grandes periferias (Documentário, 96min - “História das manifestações negras em São Paulo”. In: Racionais MC’s. 1000 Trutas 1000 Tretas - São Paulo, 2007).

ordem pública”. Segundo os autores, essas manifestações faziam uma mistura entre a cultura negra (e suas práticas consideradas “profanas”) e a religião católica, que “subvertia a ordem simbólica dos brancos”. Os cantos entoados nas celebrações negras eram chamados ainda de “canções de prostíbulos”, pois faziam “gestos que provocam e desencadeiam os mais sensuais e desordenados desejos” (*Ibidem*, p. 112). Esta denominação demonstra também sua aproximação enquanto par desviante, fazendo emergir as dicotomias entre “pureza” e “perigo”, “sagrado” e “profano”, paralelas também ao tema da prostituição.

No início do século XX, em meio ao discurso referente à abertura de grandes vias e embelezamento da cidade de São Paulo, foi estrategicamente demolida a Igreja “Nossa Senhora do Rosário dos Pretos”, construída em 1725 no antigo “Largo do Rosário” (atual Praça Antônio Prado). A aristocracia paulistana considerava a “algazarra de pretos” como uma concentração de “classes perigosas”, “anacrônicas”, “selvagens” ou ainda “escolas do crime”. A igreja estava no caminho - literalmente - dos planos de modernização da cidade e precisou ser demolida: “uma sanção moral, disciplinar e higiênica por parte das autoridades municipais” (Frúgoli, 2006, p. 52; Araújo *et al.*, 2006).

Muitas outras dessas igrejas, além das de Campinas e São Paulo, foram demolidas em função de planos urbanísticos em outras cidades: Curitiba - PR (1931 - remodelação da praça), Goiás (1733), Penha - SC (1903), Porto Alegre - RS (1951), João Pessoa - PB (construção da Praça Vidal de Negreiros - 1924), São José dos Campos - SP (1879), Aiuruoca - MG (1970); Campinas Grande - PB (expansão da Avenida Floriano Peixoto - 1940) entre inúmeros outros exemplos (HELENE, 2009, p. 96-97). Coincidentemente, estas igrejas estavam localizadas exatamente “no caminho” das novas intervenções urbanas, das novas vias de circulação ou das áreas de demolição.

Prostituição e gentrificação

É importante ressaltar as consequências das intervenções urbanas mencionadas acima. Além de dilacerar tecidos urbanos consolidados (muitas vezes de forma definitiva), se redefinem trajetos cotidianos e se desconstroem referências espaciais, morais e afetivas que davam sentido à vida comunitária do local afetado (SIMÕES, 2010a, p. 53; MELLO *et al.*, 1985). Esses grandes rompimentos são também estratégias de abertura para processos de revalorização imobiliária, que deixam os espaços prontos para receber novos usos e novos frequentadores, expulsando os usuários anteriores e suas formas de habitar, via de regra, para espaços cada vez mais distantes, causando um efeito conhecido como gentrificação.

Esse processo é marcado pela renovação da população, no qual os novos residentes de renda superior transformam os costumes e práticas da área que sofre a revalorização imobiliária, atraindo a instalação de novos negócios. De forma gradual, o custo de vida se eleva, impulsionando a saída dos moradores tradicionais. A gentrificação é uma palavra derivada do inglês, oriunda do termo *gentrification*, que foi cunhado pela primeira vez em 1964, pela socióloga inglesa Ruth Glass. Originalmente, o termo possuía uma utilização um pouco diferente, já que Glass se referia especificamente à mudança social de uma área em que numerosos bairros oriundos das classes operárias de Londres haviam sido tomados pelas classes médias e altas, isto é, um processo que não estava relacionado diretamente com intervenções urbanas planejadas para revalorização imobiliária (RUBINO, 2004, p. 288; SMITH, 2012, p. 77, MELLO, 2013).

Neste caso, os agentes principais na realização da gentrificação (os “*gentrifiers*”) eram os novos moradores do bairro - os chamados “*yuppies*¹⁶⁰” ou “*bobôs*¹⁶¹” - diferentemente do que ocorreria trinta anos mais tarde, impulsionado pelo próprio Estado. Na definição original, a gentrificação é causada pela gradual modificação dos usuários originais daquele espaço em função dos novos residentes que para ele se mudam buscando exatamente as características que este espaço possui (“características charmosas e relativamente provincianas [...] sinalizadoras de um estilo de vida mais básico e 'humano', em contraste com a forma impessoal das metrópoles”, segundo Mello, 2012, p. 26), e não por novas intervenções urbanas realizadas em vistas de uma revalorização econômica.

De acordo com Neil Smith, as causas da gentrificação atual são a mobilidade geográfica do capital e os modelos históricos de investimento e desinvestimento no campo urbano. Nesse caso, o deslocamento industrial e/ou o investimento em áreas periurbanas em detrimento das áreas mais antigas (como os centros urbanos) cria as condições de reinvestimento, que tomam a forma da gentrificação (SMITH, 2006, p. 61 e 66). A partir desse raciocínio, o processo de gentrificação passa a ser avaliado em função do retorno de investimentos econômicos para os centros antigos das cidades. Diferentemente do conceito original de Ruth Glass, neste caso o que muda o espaço em questão não são apenas os diferentes usuários, mas a circulação de capital. As ações de gentrificação acontecem ainda para garantir a “segurança” dos habitantes das classes ricas, principalmente para que os novos investidores se mudem para o local em vias de revalorização

160 Os *yuppies* são jovens profissionais urbanos típicos dos anos 1980 que elitizam as degradadas áreas residenciais próximas do centro e injetam seus dólares em butiques, bares e restaurantes restaurados (HALL, 2011, p. 414)

161 De acordo com Paulo Thiago de Mello (MELLO, 2013, p. 29 e 30), o termo *Bobô*, muito usado na França, é união das palavras *bourgeois* (burguês) e *bohèmes* (boêmios) e foi cunhada pelo colunista do “New York Times” David Brooks em 2000. Se refere a esse personagem urbano de alta formação intelectual, com gosto tecnológico sofisticado e estilo pessoal de se vestir.

econômica. Para efetivar estas ações, é utilizada a justificativa da necessidade de erradicar as irregularidades e atividades marginais, utilizando-se, principalmente, de argumentos irrefutáveis provenientes da doutrina científica e médica (SMITH, 2006, p. 77-78).

O fenômeno da gentrificação tem se propagado por diversas cidades em todo o mundo, constituindo, segundo Neil Smith, uma dimensão marcante do urbanismo contemporâneo. Cada um dos processos possui, no entanto, características bastante diferentes e desiguais, pois fazem parte de contextos culturais e econômicos de nível local, apesar de conectadas através de economias globais. Para o autor, acontece uma generalização deste processo como uma estratégia urbana global: uma “globalização emergente da gentrificação”. Desde o início dos anos 1970 até os dias de hoje, surgiu uma nova forma de fazer urbanismo, no qual o fenômeno da gentrificação tem um papel central (*Ibidem*, p. 61 - 62).

Atualmente, as derivações do aportuguesamento do termo original – como, por exemplo, “espaço gentrificado” ou a criação do verbo “gentrificar” - possuem conceitos ainda não definidos, com diferenças nas acepções dependendo de seu interlocutor. Alguns autores também traduzem “gentrification” como enobrecimento, pois a raiz “gentry” pode ser traduzida como “nobreza”. Esta, porém, é uma aproximação feita em função da inexistência desta raiz na língua portuguesa. Uma tradução aproximada seria “aburguesamento”, mas ainda assim o termo acabou sendo assimilado no Brasil na forma derivada do inglês.

Quando realizei minha pesquisa de mestrado sobre prédios ocupados na área central de São Paulo, era comum a colagem de um cartaz do tipo “lambe-lambe” nos prédios cujos habitantes eram despejados por reintegrações de posse, geralmente por cima das paredes construídas sobre a entrada dos edifícios (chamado pelos movimentos de moradia de “muros da vergonha”). O cartaz era uma criação do coletivo de arquitetos e artistas “Bijari” com o seguinte texto: “GENTRIFICADO. Gentrificação: Processo de restauração e/ou melhoria de propriedade urbana deteriorada. Realizada pela classe média ou emergente. Geralmente resultando na remoção de população de baixa renda”.

Figura 28: Cartaz Gentrificado (Diana Helene, 2009)



Esse cartaz foi muito utilizado em diversas ações contrárias à repressão que aconteceram na área porque, além de manifestar-se contra a expulsão das classes pobres, explicava o “significado” do termo, utilizando-se do próprio espaço urbano como suporte. Desta forma, verifica-se que o termo foi apropriado pelos movimentos de resistência do centro de São Paulo para denunciar o caráter segregatório das intervenções que estavam sendo realizadas no local.

No caso da prostituição, Phil Hubbard trabalha em seu livro essa relação relatando como o crescimento econômico em certas áreas anteriormente desvalorizadas, como os centros urbanos, encoraja ações mais punitivas pela polícia para expulsar as prostitutas. Segundo o autor, o “displacement of prostitution by redevelopment”¹⁶² é um fenômeno corrente nas cidades do ocidente: “zones of tolerance and areas of street prostitution have been easily sacrificed when transitional and non-residential areas hosting street sex work have been targeted for redevelopment”¹⁶³ (HUBBARD, 2012, p. 49, 54 e 55).

Emanuel Redoutey também descreve como, conjuntamente aos processos de gentrificação, pode acontecer uma “museificação”, sobretudo de espaços tradicionalmente reconhecidos como prostitucionais (REDOUTEY, 2005, p. 59). A museificação é uma característica preeminente dos processos de modificações urbanas em áreas supostamente “deterioradas” ou “marginais”, nas

162 “deslocamento da prostituição em função da renovação” (tradução livre).

163 “zonas de tolerância e áreas de prostituição de rua são facilmente sacrificadas quando áreas de transição de usos e não- residenciais que abrigam o trabalho de profissionais do sexo de rua foram selecionadas como alvos de renovação” (tradução livre).

quais uma combinação de atividades de cultura, lazer, compras e sobretudo turismo são instaladas tendo como cenário as características históricas e tradicionais do local. Com isso, se estabelece um simulacro “higienizado” das características do local, passível de ser consumido: “copia a vida real mas não é vida urbana de verdade” (HALL, 2011, p. 415). Um exemplo é o bairro parisiense de francês de Pigalle, uma área tradicional de prostituição que aos poucos se tornou um local turístico, com a transformação de muitos bordéis em casas de shows receptoras de turistas, como o antigo cabaré “Moulin Rouge”. Lá existem muitas lojas voltadas para o comércio de sex-shop, bares temáticos e até um museu de “l'érotisme”, ao mesmo tempo que as atividades efetivamente de prostituição se reduziram substancialmente, inclusive cedendo lugar a essas outras atividades.

Em Campinas, apesar das diversas intervenções urbanas no Centro com o objetivo de sua gentrificação e de seu enobrecimento, até hoje a área se mantém com caráter inerentemente popular. Os poucos equipamentos de cultura da região, como o MIS, Estação Cultura e o Museu da Cidade, atraem pouca circulação de pessoas de fora da área central e de classes mais altas. O comércio popular e de rua é o principal atrativo para pessoas de classe média e/ou trabalhadores mais pobres. A elite campineira raramente circula nas ruas centrais e faz suas compras nos grandes shopping centers da cidade. Não podemos afirmar, portanto, que de fato tenha sido estabelecido um processo de gentrificação no local, apesar deste ser este um dos objetivos das políticas públicas e privadas para área.

Para concluir, pode-se afirmar que a expulsão das prostitutas de uma área a ser “iluminada” ou “gentrificada” é parte da preparação deste local para o estabelecimento de um processo de valorização. A eliminação da prostituição aparenta figurar como uma das primeiras ações para alavancar a futura revalorização e expulsão da população original, geralmente de baixa renda. Podemos dizer que o aburguesamento de um local passa primeiramente por um trabalho de “desputização”. Para Phil Hubbard, “this suggests that there are important connections between sexuality and urban processes like *gentrification* that are normally understood as primarily about class conflict rather than sex”¹⁶⁴ (HUBBARD, 2012, p. 49, 54 e 55).

A constituição das Zonas e outros espaços prostitucionais

Existem diversos modelos de organização da prostituição no espaço urbano das cidades. Em certos casos este espaço é oficialmente organizado, como nos “red light districts” comuns na

¹⁶⁴ “isso sugere que há importantes conexões entre sexualidade e processos urbanos como a *gentrificação* que são normalmente entendidos primariamente como conflitos de classe em vez de sexo” (tradução livre).

Holanda que, apesar de ser um país onde a prostituição é legalizada, ainda a concentra em um espaço separado exclusivamente para este fim. Em outros exemplos, a prostituição aparenta se concentrar “naturalmente” em certos locais da cidade, nos termos da Escola de Chicago. Nesses casos, muitas vezes sofrem ações do poder público de maneira a expurgá-los. A constituição da Vila Mimosa, como veremos posteriormente, pode ser o exemplo mais bem acabado da ideia do espaço prostitucional formado tanto a partir das tentativas do poder público e da sociedade de extinguir ou expulsar estas atividades, como a partir da resistência de seus habitantes em continuar em seus locais tradicionais. Exemplos aparentemente mais próximos do que acontece no Jardim Itatinga são aqueles nos quais o zoneamento da prostituição é reforçado com o intuito de viabilizar o controle: Yoshiwara na antiga Tóquio (CHOLLEY, 2001) e o bairro planejado de prostituição durante a colonização francesa de Marrocos, o “quartier réservé” de Bousbir, em Casablanca (MATHIEU; MAURY, 2003). Até mesmo Wan Chai em Hong Kong, bairro no qual a prostituição é tolerada, enquanto a atividade é perseguida em outras partes da cidade, como vimos anteriormente (PARIS, 2011, p. 45).

A atuação da polícia efetuando uma repressão seletiva é muito comum quando se trata de prostituição, criando áreas de tolerância não oficiais, como vimos anteriormente. Além disso, segundo Soraya Simões, enquanto a chamada prostituição localizada costuma ser tolerada por configurar a “função capital” de “cordão sanitário”, a prostituição dispersa nas ruas, mais visível e difusa, “é combatida por métodos muitas vezes violentos” (SIMÕES, 2010b, p. 31 e 34).

Na dissertação de mestrado de Sarah Feldman, “Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo” (FELDMAN, 1989), a autora defende que a segregação espacial da prostituição se efetua através de múltiplos processos segregatórios que se combinam, se articulam, se entrecortam, e assume características singulares em função dos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais (*Ibidem*, p. 56). É exatamente este o quadro que temos acompanhado nos capítulos anteriores, com relação à formação do Jardim Itatinga e da Associação Mulheres Guerreiras, com a articulação de diferentes processos segregatórios: como periferia, como atividade “desviante”, como símbolo da impureza e, por isso, como entrave nos processos de revalorização imobiliária, etc. Podemos dizer que a prostituição enfrenta uma escala multissegregatória, visto que se articulam mais de um tipo de segregação para isolar as atividades prostitucionais.

Nesse sentido, Selma da Silva destaca a importância dos projetos de urbanização e políticas públicas na constituição, fixação e deslocamento dos espaços de prostituição (SILVA, 2000, p. 29). Outra característica, segundo Juçara Leite, é que esses projetos de intervenção “relacionavam

a prostituição com a necessidade de higienização da cidade, além disso, discriminavam a prostituta em relação aos espaços públicos frequentados pelas chamadas mulheres honestas” (LEITE, 1993, p. 7). Gabriela Leite complementa que por motivos sociais bem concretos “a prostituição ocupa, em princípio, áreas desvalorizadas” (LEITE, 1992, p. 126). Isso porque, de acordo com Soraya Simões, a ideia de “Zona” “é a tradução de uma ordem moral na morfologia urbana”, um lugar destinado para a prática da prostituição na cidade, (SIMÕES, 2010a, p. 30)

Se para Sarah Feldman a prostituição é relacionada à desordem devido ao fato de constituir parte integrante dessa cidade dita “marginal” e à classificação recorrente de “patologia social”, ocupando nas cidades territórios ligados a clandestinidade e segregados da organização urbana formal (FELDMAN, 1989, p. 6), para Aparecida Moraes, em seu estudo sobre a Vila Mimosa, é por meio do “processo de estigmatização social que se reforça a segregação da área de prostituição e discriminação da área circundante”. Para esta autora, a segregação imposta faz parte de uma estratégia social de sustentação da ilegalidade visto que, ao isolar o espaço marginalizado, “a sociedade e os poderes constituídos julgam e penalizam seus frequentadores e moradores, estabelecendo conexões imediatas entre estes e a indústria do crime organizado que, desta forma, encontra o território ideal para se instalar”. Dessa forma, afirma que a segregação termina por se constituir “numa estratégia de manutenção da violência” e termina por delinear uma série de representações em torno deste espaço que se concentra na “matriz negativa” como uma “área proibida as pessoas de bem” (MORAES, 1996, p. 105-107). Vale atentar para o fato de associar a prostituição à impureza é também uma forma de marcar espaços e pessoas como desviantes e impuros.

Emmanuel Redoutey, que estudou os *lieux* de prostituição de rua em Paris, afirma que os “trottoirs” e territórios de prostituição são constituídos tanto pela “organisation macro-géographique et ses évolutions¹⁶⁵” como pela gestão dos territórios realizado por “prostituées, clients, riverains et autres populations nocturnes de la rue¹⁶⁶”. Isso quer dizer, para o autor, que os espaços prostitucionais são “doublement construits par l'intervention des pouvoirs publics et les tactiques des prostitué(e)s pour faire face à la répression et à certaines formes de violence¹⁶⁷”: são constituídos tanto por atuações macroestruturais relacionadas a atuações do Estado como por relações cotidianas entre prostitutas e os demais habitantes das cidades:

La distribution du contrôle policier dans l'espace dans le temps, les sursauts des politiques nationales, la véhémence des ripostes riveraines locales, les

165 “organização macro-geográfica e sua evolução” (tradução livre).

166 “prostitutas, clientes, residentes e outras populações noturnas da rua” (tradução livre).

167 “duplamente construídos pela intervenção de autoridades e as táticas das prostitutas para fazer face à repressão e à certas formas de violência” (tradução livre).

projets d'urbanisme ou encore les processus de renouvellement urbain sous la pression des marchés immobiliers sont autant de facteurs qui agissent sur ces emplacements, leur fréquentation, leur maintien et leurs déplacements (REDOUTEY, 2005, p. 50 - 51)¹⁶⁸.

Phill Hubbard e Teela Sanders observaram a mesma característica em seu estudo sobre a prostituição na cidade de Birmingham, Inglaterra. Para estes autores, as fronteiras simbólicas estabelecidas entre espaços prostitucionais e o resto da cidade são fixadas tanto pelas prostitutas como pela polícia, políticos e protestos, ou seja, são formados pelas negociações entre os diversos habitantes das cidades e suas táticas cotidianas (“everyday' spatial behaviour”) e estratégias (leis, policiamento e intervenções urbanas), no termos de Michel de Certeau (CERTEAU, 2014 [1990], p. 45-47; HUBBARD; SANDERS, 2003, p. 87). São, portanto, fundamentais as ações de resistência engendradas pelas prostitutas na constituição dos espaços de prostituição que, no caso do nosso objeto de estudo em Campinas, articulam ainda dois polos prostitucionais diferenciados na cidade, entre a área central e a periferia, ou entre Centro e Zona.

Da mesma forma que no Jardim Itatinga, diversas outras “Zonas” são espaços que foram constituídos por múltiplos processos segregatórios, bem como vetores de resistência às remoções realizados pelas prostitutas. Pode-se afirmar assim que, na constituição dos espaços prostitucionais, se articulam negociações, micro atuações e táticas entre prostitutas e os outros habitantes da cidade, bem como macro atuações: leis, policiamento e grandes intervenções urbanas.

Para melhor compreender estas questões, estudaremos como caso exemplar de análise a Vila Mimosa, que se constituiu como o espaço tradicional e popular de prostituição do Rio de Janeiro de maior notoriedade, ao mesmo tempo em que foi constantemente perseguida e desconfigurada pelo poder público. Em contrapartida, é ainda local permeado por diversas ações de resistência de prostitutas e outros envolvidos contra as investida que visam seu desmantelamento, segregação e controle.

O caso da Vila Mimosa: uma genealogia de segregação e resistência da prostituição

A história da “zona”, como o Mangue era conhecido, começou bem antes de 1920. Desde meados do século XIX, a polícia passou a organizar vigorosas, embora esporádicas, campanhas de 'localização' – ou seja, o confinamento das

168 “A distribuição do controle policial no espaço no tempo, a explosão de políticas nacionais, a veemência das respostas parisienses, os projetos de urbanismo, ou ainda os processos de renovação urbana sob pressão do mercado imobiliário são todos fatores que agem sobre sua localização, sua frequência, sua manutenção e seu deslocamento” (tradução livre).

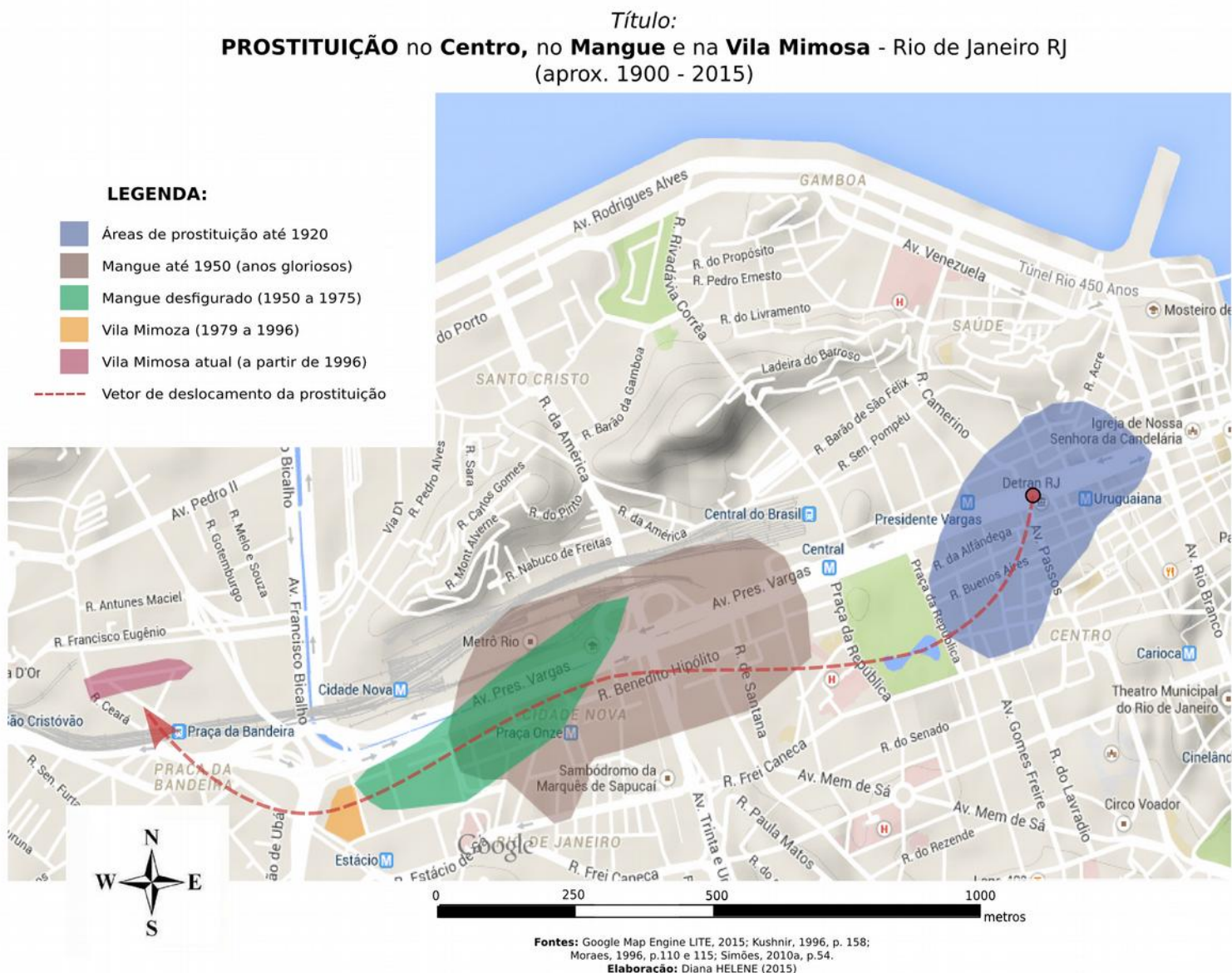
prostitutas de baixa classe em áreas que a própria polícia reservava para prostituição. O objetivo principal era o de manter as prostitutas longe das linhas de bonde e de pontos comerciais e fora do alcance dos cidadãos respeitáveis (CAULFIELD, 1999, p.44).

De acordo com Aparecida Moraes, a Vila Mimosa surge de uma “trajetória de devastação”, símbolo do que ela chama de “resistência dos vencidos”. A Vila Mimosa possui uma história marcada por uma série de remoções urbanas, mas que também se configura pela resistência, na qual subsiste sobretudo a memória do Mangue (MORAES, 1996, p. 117; SIMÕES, 2010a, p. 41).

O Mangue é parte constitutiva da história do Rio de Janeiro, se configurando como o lugar da boemia e da cultura popular e marginal, que ainda resiste com a existência da Vila Mimosa. A identidade desse lugar está articulada e remete a esse passado, o chamado “período glorioso” do Mangue. Pode-se afirmar que a memória, o passado e a identidade se relacionam com o processo de construção social deste local pois, na lembrança dos frequentadores da Zona, está marcado este “encontro do passado com o presente” (MORAES, 1996, p. 117).

De modo a contribuir com o entendimento da sua história de segregação, o mapa a seguir foi elaborado baseando-se na bibliografia estudada sobre a Vila Mimosa. Nele, podemos visualizar como a prostituição foi “caminhando” em um deslocamento gradual à oeste do Centro em direção à Zona Norte da cidade.

Figura 29: Prostituição no Centro, no Mangue e na Vila Mimosa - Rio de Janeiro/RJ (aprox. 1900 - 2015)



Inicialmente, a prostituição no Rio de Janeiro não estava organizada em um espaço delimitado, apesar da área central concentrar as atividades populares, marginais e o chamado “baixo meretrício” (prostituição mais barata e vinculada às classes trabalhadoras). No mapa anterior, podemos ver onde eram exercidas as atividades de prostituição na região central (área em azul).

A partir dos anos 1920, as prostitutas que circulavam fazendo programa em diversas áreas ao longo do centro da cidade foram sendo induzidas a permanecer na área do Mangue, através da perseguição da polícia e da população. A localização desta área, perto das gares da Estação Leopoldina e da Central do Brasil, a poucos metros do porto e cortada por diversas linhas de bondes, que depois se tornariam linhas de ônibus, constituía, além do acesso privilegiado, um lugar de passagem diária de milhares de transeuntes.

Segundo Sueann Caulfield, em seu estudo sobre a história de constituição do Mangue, isso se deu com a união de alguns comerciantes, médicos, juristas e jornalistas que, juntos, pressionaram o poder público, principalmente a polícia, numa campanha para “localização” da prostituição. Isso porque, de acordo com a autora, “o 'espetáculo' intolerável do comércio sexual das europeias e das mulheres de cor não apenas ofendia as famílias burguesas 'honestas' como também disputava com os donos de estabelecimentos lícitos os espaços disponíveis para aluguel e negócios no centro da cidade”(CAULFIELD, 1999, p. 48 e 49). Assim, o Mangue passa a constituir o local destinado ao meretrício, e o comércio do sexo passa a ser perseguido nas outras áreas da cidade.

Dessa forma, a região do Mangue foi sendo considerada um espaço “naturalmente” definido para a atuação da prostituição. Segundo Soraya Simões (2010a) o local foi adquirindo o caráter de “área natural” da prostituição, nos termos da escola de Chicago, bem como assumindo as características de uma “região moral” (PARK, 1984). Este processo, em que o Mangue foi sendo constituído como lugar ideal para a concentração da prostituição na cidade, contribuiu também para a definição dos espaços morais da cidade do Rio de Janeiro: “o zoneamento do Mangue como área de prostituição se deu por um conjunto de forças decorrentes tanto das interações sociais quanto das estratégias de ordenação e moralização do espaço urbano surgidas nos projetos de modernização do Rio de Janeiro” (SIMÕES, 2010a, p. 45 e 46).

Por essa razão, o número de prostitutas praticamente triplicou na região do Mangue entre os anos 1923 e 1929: “As ações da polícia, que incluíam a transferência de algumas prostitutas para locais menos visíveis e desejáveis da cidade, refletiam os preconceitos de raça, etnia e classe embutidos nos ideais da elite. Um dos resultados foi a consolidação do Mangue, a famosa zona de baixo meretrício”. Além disso, a elite carioca tendia a associar as ameaças à saúde pública com uma “degeneração moral e racial” atribuída à numerosa população de descendência africana que vivia no Rio de Janeiro (CAULFIELD, 1999, p. 43-49 e 57).

Nas décadas de 1930/40 o Mangue vivia seu período glorioso (área em marrom no mapa): “nascido e ancorado das mais diversas manifestações populares da época”. Local de encontro de artistas e também de grupos marginais, de grande efervescência cultural. É esse momento áureo que é lembrado até hoje, mesmo de uma forma idealizada, pelos frequentadores da Vila Mimososa. Segundo Aparecida Moraes, cerca de três mil prostitutas de diferentes nacionalidades trabalhavam espalhadas na área. Elas faziam parte e se misturavam com a vida cultural do bairro. Vale ressaltar que o espaço não era identificado como um espaço exclusivo para a prostituição, como aconteceria mais tarde. Conforme o Mangue foi sendo confinado e reduzido é que ele foi sendo moldando para uma atividade e uma identidade única

(MORAES, 1996, p. 110- 114).

Até os anos 1950, o Mangue conseguiu manter essa configuração, mas depois foi gradativamente sofrendo transformações. O ano de 1943 marca primeira investida do poder público nesse sentido, quando é aprovada a construção da Avenida Presidente Vargas. Em função dessa nova via de circulação, a região sofre uma série de recortes, com cerca de quinhentos edifícios demolidos, e a repressão violenta para retirada dos tipos “marginais” das ruas em vias de renovação urbana (*Ibidem*, p. 114). No mapa, podemos ver claramente como o lugar escolhido pelo plano de intervenção para traçar a nova avenida cortou ao meio a área do Mangue: o que era antes um tecido urbano contínuo, com suas intrincadas relações sociais, é seccionado. A continuidade orgânica entre a Praça Onze, a “Pequena África”, as sinagogas, a área portuária, o Catumbi, a Pedra do Sal, o Morro da Providência, é dividida ao meio pelo eixo proposto da nova avenida. Mais um exemplo de como as intervenções urbanas são marcadas por tentativas de desfiguração das áreas populares, de desconstrução de suas rugosidades e de suas táticas intrincadas pelas redes de sobrevivência estabelecidas.

A partir de então, o Mangue passa a sofrer uma série de ações para seu controle e disciplina, e se constitui numa área menor e mais deslocada do centro, como podemos ver no mapa (área em verde). Em 1954, é criada a chamada “República do Mangue”, que estabeleceu um total controle da polícia sobre as práticas da prostituição, com o fichamento das prostitutas e controle médico, típica do sistema regulamentarista da prostituição, que será detalhado adiante. Ela durou vinte anos, até 1974 (LEITE, 1993; Moraes, 1996, p. 115; Simões, 2010a, p. 50). Segundo Juçara Leite:

A “República do Mangue” existiu comprobativamente entre os anos 1954 e 1974. Tratou-se de uma tentativa mais concreta de efetivação do projeto de criação de uma área destinada exclusivamente à prática da prostituição em uma região central da cidade. Essa área funcionava sob orientação médica periódica que era ministrada pelo hospital da Fundação Gaffree e Guinle, e sob a supervisão e controle da polícia, no caso, o 13º Distrito Policial (LEITE, 1993, p. 6).

No mesmo ano da criação da “República do Mangue” também acontece outro fato de destaque: o cercamento da Vila Mimososa com tapumes, com o objetivo de escondê-la das vistas da Rainha Elizabeth II, que visitava o Brasil e iria desfilar na Avenida Presidente Vargas (SIMÕES, 2010a, p. 51). Encontramos aqui a mesma postura com relação à prostituição já mencionada anteriormente: diante da impossibilidade de acabar com esse “mal”, a prática de esconder/confinar se repete.

Em 1975, se inicia uma nova reurbanização na região em função das instalações do metrô. Nesse momento, restam apenas trinta bordéis e cerca de oitocentas prostitutas trabalhando no Mangue. Em 1977, novas demolições acontecem implacavelmente, construções antigas são incendiadas e as mulheres têm de se mudar constantemente de local a cada casa que vai sendo demolida (MORAES, 1996, p. 115-117).

Em 1979, o Projeto CASS (Centro Administrativo São Sebastião), sede da administração municipal da cidade do Rio de Janeiro, acabou com o espaço disponível para circulação das prostitutas e implantou no “coração do Mangue” um prédio que se impunha como um símbolo dessa nova Cidade Nova, que foi carinhosamente apelidado de “Piranhão” pela população. Segundo Soraya Simões, uma “espécie de anti-homenagem” que manteria viva a memória do Mangue, apesar de todos os esforços para o seu apagamento. E não é somente isso, o batismo do prédio da prefeitura com o nome de Piranhão, adotado, inclusive, pelos seus próprios funcionários, “espelha uma crítica contumaz da população, realçando, por analogia, uma das representações que identificavam na atividade política a característica estigmatizante e estereotipada da prostituição” (SIMÕES, 2010a, p. 53), que demonstra como essa memória do Mangue resiste, inclusive por meio das categorias.

Foi assim que a prostituição que “restou” do Mangue passou a se limitar a uma pequena travessa de casas fronteira ao Estácio e a Cidade Nova, como demonstrado no mapa (área em laranja): uma vila já existente com o nome “Vila Mimososa” (o nome original era assim mesmo, com “Z”), onde estavam as últimas casas próximas ao “desfigurado Mangue” que ainda podiam funcionar como bordéis (*Ibidem*, p. 53-56):

Enquanto houvesse casas o Mangue resistiria, e não sem razões. A grande oferta de transportes coletivos e o estabelecimento de uma fiel freguesia ao longo de quase um século eram motivos suficientemente fortes para que se mantivesse vivo o signo de um passado a ser esconjurado pelo planejamento oficial (*Ibidem*, p. 55)

Assim, no início da década de 1980, a prostituição começa se reestruturar nesse local, o nome original da vila se mantém e a área remanescente do Mangue passa a ser conhecida como “Vila Mimososa”. Dessa forma, se cria uma identidade de grupo onde “a Vila Mimososa passou a simbolizar uma resistência” (*Ibidem*, p. 56). Segundo Aparecida Moraes:

É nesta incessante dinâmica de reconstituição, absorvendo elementos que fazem parte de uma outra situação de época, que o espaço revive. Agora, não mais o “Mangue”, com toda a bagagem cultural da vida do Rio; mas a Vila Mimososa, que recria suas formas de convivência sob as bases da urbanização, especializando a prostituição e sendo espelho desta longa e influente trajetória

(MORAES, 1996, p. 188).

Foi assim que a “Vila Mimosa” se transformou num símbolo da resistência do Mangue, e se constituiu como o lugar onde se formou a Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro, a primeira experiência organizativa de prostitutas do Brasil. Nesta história, o ano de 1987 é marcante. Nele acontecem o I Encontro Nacional de Prostitutas, a resistência vitoriosa da Vila contra uma tentativa de expulsão articulada por um pastor de uma igreja protestante que havia adquirido um imóvel na área, as casas da Vila são declaradas como “utilidade pública” pela Prefeitura por demanda das prostitutas, de modo a se protegerem das sempre eminentes remoções, é organizado o ato-show “Mangue Resiste” no Circo Voador; e é fundada a associação (SIMÕES, 2010a, p. 56-59; MORAES, 1996, p. 224-230).

Infelizmente, esse período próspero no qual os grupos da Vila se uniram e se empoderaram de seu papel enquanto sujeitos políticos acaba em 1995, quando a área do Mangue é, por fim, totalmente destruída por meio de mais um projeto urbano, o Projeto Teleporto, que previa traçar um entorno totalmente novo para o CASS. Nessa mudança, a recém-fundada associação de prostitutas atuou ativamente, negociando com o poder público durante a demolição dos imóveis. Apesar da organização ter conseguido uma contrapartida da Prefeitura, a presidente da associação à época foi acusada de ter desaparecido levando consigo todo o dinheiro da indenização. Prostitutas e “donas-de-casa” se cotizaram e compraram um galpão próximo à Praça da Bandeira, a apenas um quilometro da Vila Mimosa original, na Rua Sotero Reis, um local isolado pelos trilhos da estrada de ferro da Central do Brasil (ver área em lilás no mapa). No dia 2 de janeiro de 1996 elas se mudam para nova localidade (SIMÕES, 2010a).

A Vila Mimosa foi remontada em outro sítio. Ali, essa continuidade no tempo, tendo o Mangue como “origem”, pode ser cultivada no imaginário dos que, até hoje, animam aquela “Zona”. Inicialmente, a atividade se dava de maneira improvisada dentro desse imenso galpão, chamado carinhosamente de “galpão mãe”, onde foram construídos e subdivididos os bares e casas de prostituição. Desde então, com o florescimento do comércio nesta área comercialmente decadente, a nova Vila Mimosa passou a ser chamada, também, de “shopping das meninas”. Pouco a pouco, as casas do entorno do galpão foram sendo vendidas pelas famílias que ali residiam para os interessados no negócio, fazendo com que a rua fosse, enfim, inteiramente voltada para o comércio sexual, com bares, boates, salões de beleza e pequeno comércio dedicado à venda de lingerie e apetrechos úteis para o funcionamento das atividades prostitucionais. Em 2002, quando Soraya Simões terminou sua pesquisa de campo, existiam cerca de oitenta bordéis

ao longo da rua e dentro do galpão e todos os estabelecimentos eram filiados a AMOCAVIM (Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa), instituição fundada logo após a mudança de local (*Ibidem*, p. 63 - 69).

Assim foi constituída a nova Vila Mimosa, local que se beneficiava da reputação de um nome evocativo de um destino bastante conhecido na cidade do Rio de Janeiro. A manutenção do nome serviria, portanto, como elo entre dois momentos de uma coletividade formada por prostitutas e pequenos empresários da prostituição na área central do Rio de Janeiro (*Ibidem*).

Nesse novo lugar, apesar das mudanças, as características originais da Zona ainda permaneciam no imaginário: “a nova Vila Mimosa é o antigo Mangue” (*Ibidem*, p. 73 e 80). Para Caulfield, se o nascimento e o fim do Mangue foram marcados pela intervenção do poder público, sua história foi traçada pelas respostas e articulações no território: “em grande parte, a história da Zona é uma história de conflitos e negociações entre a polícia e as prostitutas” (1999, p. 62). Nesse sentido, podemos dizer que a Vila Mimosa carrega uma memória espacial que mescla as relações de uma história de expulsões, segregações e resistências na constituição identitária de seu espaço prostitucional, e se configura como um exemplo de como estes se constituem no contexto urbano, sobretudo nas cidades brasileiras.

4.2_O CONFINAMENTO COMO UM MODELO ESTRUTURADO DE SEGREGAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO¹⁶⁹

A partir das questões elaboradas na primeira parte deste capítulo em conjunto com a análise do objeto de estudo realizada nos capítulos anteriores, pode-se observar a maneira frequente com que se associam a prostituição e os processos de segregação, acarretando, sobretudo, na formação de espaços separados e confinados. Acerca da formação e estabelecimento desses espaços na cidade, diversos autores avaliam que um conjunto de forças atuam durante os processos de urbanização, resultantes tanto das interações sociais como das estratégias do poder público para organizar e disciplinar os espaços urbanos. Produzem assim territórios específicos para a prática da prostituição: locais separados de modo a não ameaçar os valores morais da modernidade urbana, que estabelecem, muitas vezes, um tipo estruturado de segregação espacial da prostituição, conhecido no Brasil como Zona (CORBIN, 2010 [1978] e 2008 [1981]; ENGEL,

169 Este trecho do capítulo foi desenvolvido tendo como base o artigo “Prostituição e Feminismo na França, uma etnografia de viagem”, produzido a partir da pesquisa realizada para meu doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris/França, CAPES/PSDE, 2013): Helene, 2014b, bem como o relatório institucional da pesquisa, entregue à entidade financiadora no final de 2013.

1989; FELDMAN, 1989 e 2010; HELENE, 2008, 2010, 2012A, 2012B, 2014A E 2014B; LEITE, 1993; MORAES, 1996; PARIS, 2011; RAGO, 1991; REDOUTEY, 2005; SABSAY, 2011; SILVA, 2000; e SIMÕES, 2010A e 2010B).

A ideia de uma área especificamente destinada à prostituição, típica do sistema de controle prostitucional chamado “Regulamentarista”, começa a ser estruturada no Brasil em meados do século do XIX, seguindo como exemplo políticas que se estabeleciam na Europa (ENGEL, 1989, p. 55, 104). Segundo Juçara Luiza Leite “o saber médico e as instituições policiais defendiam a ideia da construção de áreas destinadas à existência de bordéis higienizados, isto é, áreas onde a prostituição pudesse ser exercida sob o controle médico-policial” (LEITE, 1993, p. 7).

Para Margareth Rago, a preocupação com moralidade pública durante o crescimento urbano industrial brasileiro suscitou um intenso interesse entre médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas acerca da prostituição e sua organização no espaço das cidades: fenômeno tipicamente urbano, o crescimento da atividade passava a ser vivenciado como um problema público. A partir do final do século XIX a prostituição começa a ganhar destaque entre os assuntos públicos, entre aqueles que reivindicavam uma maior moralização dos costumes. Nesse contexto, a “guerra sanitária” pregada pelos médicos tinha a moralização e a contenção do desejo como objetivos fundamentais (RAGO, 1991, p. 19, 37, e 137). Em seu estudo sobre a prostituição em São Paulo no período de 1890 a 1930, a autora afirma que:

A expansão do comércio do prazer e a sofisticação crescente do mundo da prostituição provocaram reações moralistas entre setores diversificados da população. Ao lado dos chefes de polícia, envolvidos com a moralização dos costumes, a imprensa promoveu sucessivas campanhas exigindo respostas mais eficazes de vigilância do submundo. Logo mais, médicos, juristas e criminologistas tentaram unificar seus esforços no sentido de definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer, o que, na verdade, quase nunca deu bons resultados (RAGO, 1991, p. 107).

De acordo com Raquel Rolnik, os princípios higienistas formulados pelos médicos e a mecanização dos equipamentos urbanos defendida pelos engenheiros foram instrumentos necessários para a adaptação da cidade à indústria, às relações de trabalho assalariadas e ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Dessa forma, se produziu “um padrão de civilidade e respeitabilidade burguesas”, que serviu como referência para o estabelecimento de uma legislação urbana e para certo “modelo de cidade, assim como o de casa ou de rua” no Brasil, que tiveram como paradigma “a segregação e a diferenciação hierárquica dos espaços” (ROLNIK, 1989).

Segundo Juçara Luzia Leite, é durante o período de consolidação da ordem burguesa, no século

XIX, que o Estado começa a se interessar pela “disciplinarização da prostituição urbana” (LEITE, 1993, p. 31). Nesse sentido, se faz necessário esconder da “boa sociedade” aquelas mulheres inclusas no mundo da “desordem”, aquelas que resistem “ao modelo de mulher ditado pela ordem burguesa” (*Ibidem*, p. 20). Assim, com o tempo, a atuação repressora em relação à prostituição foi se direcionando para a criação de territórios específicos, colocando-a em áreas separadas o suficiente de modo a não ameaçar os valores morais da urbanidade moderna. Toda essa simbologia acerca da prostituição reflete também qual o tipo de mulher que se permitia circular livremente na cidade, associando certo tipo de corporalidade, atuação e moralidade.

De acordo com Phil Hubbard, como a prostituição é “usually accepted as an inevitable part of urban life, it has been subject to forms of legal control that confine it to specific spaces”¹⁷⁰. Dessa forma, segundo o autor, revisitar os debates históricos sobre a regulamentação da prostituição é essencial para compreensão das “forms of spatial exclusion and incarceration”¹⁷¹ da atividade (HUBBARD, 2012, p. 35), vamos à eles.

Proibicionismo, Abolicionismo e Regulamentarismo

No mundo ocidental, são estruturados três sistemas legais para a prostituição: o Proibicionismo, o Abolicionismo e o Regulamentarismo. O Proibicionismo considera a prostituição como algo impraticável e por isso adota medidas de modo a extingui-la totalmente, sobretudo a partir de sua criminalização. Os Estados Unidos da América (EUA) são uns dos maiores representantes dessa corrente. No entanto, a maioria dos países, entre eles o Brasil, adota o Abolicionismo. Essa é a linha, inclusive, proposta para retificação dos países pela Organização das Nações Unidas- ONU, seguida também por muitos movimentos sociais de esquerda, sobretudo o feminismo mais hegemônico. A legislação abolicionista centraliza seus esforços na perseguição e punição da dona/o ou gerente de hotel/casa de prostituição, e não das prostitutas. Funda seus argumentos na ideia de que ninguém se submeteria a esse trabalho se não fosse obrigado ou tivesse outras opções viáveis, isto é, seu objetivo final é acabar com a prostituição. Nesse sistema, a prostituta é vista como uma vítima de um terceiro, explorador ou agenciador, que vive em função dos lucros obtidos por ela. O Regulamentarismo, por fim, tem como base argumentativa um modelo de controle baseado na premissa de que a prostituição é inevitável, ou seja, classifica-a pelo conhecido jargão de “mal necessário”. Assim, devem ser adotadas medidas de controle

170 “usualmente aceita como uma parte inevitável da vida urbana, ela foi sujeitada à formas de controle legal que a confinaram em locais específicos” (tradução livre).

171 “formas de exclusão especial e encarceramento” (tradução livre).

(regulamentar, tolerar e vigiar), de modo a minimizar seus “males” (TAVARES, 2014b, p. 423-424)¹⁷².

Debruçando-se sobre a organização e distribuição da prostituição na cidade a partir destes sistemas legais, enquanto os modelos proibicionista e abolicionista acabam empurrando a prostituição para espaços marginais em função de sua proibição/coibição, o modelo regulamentarista estabelece a ideia das áreas de “tolerância”, com a instituição de casas e/ou locais especializados para as atividades prostitucionais, nos quais se realiza o controle policial e sanitário pelo Estado. Ou seja, no Regulamentarismo é necessário combater a “prostituição livre”, não controlada pelo poder público e exposta nas áreas não confinadas na cidade.

De acordo com diversos autores, o Regulamentarismo nasceu na França durante o período da *Restauration* - por isso o Regulamentarismo é também conhecido como “sistema (ou modelo) francês” - e tem como principal teórico o médico higienista francês Alexandre-Jean-Baptiste Parent-DuChâtelet (CORBIN, 2010 [1978] e 2008 [1981]; DOEZEMA, 2010; ENGEL, 1989; FELDMAN, 2010, p. 191 – 192; HUBBARD, 2012, p. 43; LENZ, 2014, p. 34; MARCOVICH, 1949;). Phil Hubbard também afirma que “Parent-DuChâtelet provided the archetypal model of enclosing and surveying prostitution, a model that subsequently became enshrined as the French *regulationist* system”¹⁷³ (HUBBARD, 2012, p. 43). De acordo com o “Guide de la Convention de l’ONU du 2 décembre 1949 - pour la répression de la traite des êtres humains et de l’exploitation de la prostitution d’autrui¹⁷⁴”:

... le système de réglementation de la prostitution mis en place sous Napoléon III en France, bientôt surnommé le “système français”, fut implanté dans nombre de pays européens sous le prétexte hygiéniste de lutte contre les maladies vénériennes et au nom de la salubrité publique. Le médecin français Parent-Duchâtelet, chantre de l’hygiénisme et de la réglementation au XIXème siècle considérait la prostitution comme un “réseau d’égout” (MARCOVICH, 1949, p. 2)¹⁷⁵.

Seu tratado sobre prostituição, moral e higiene em Paris, de 1836, é uma obra que influenciou

172 Segundo Aline Tavares, pode-se afirmar que existe ainda um viés que ela chama de “trabalhista” que não deseja voltar ao controle do Estado pelo Regulamentarismo (como veremos adiante) mas luta pela regulamentação da atividade pelo viés do trabalho, do reconhecimento da prostituição como um trabalho regulamentado e legal, como outros (TAVARES, 2014b, p. 423-424).

173 “Parent-DuChâtelet cria o modelo arquetipo de confinamento e controle da prostituição, um modelo que subsequentemente tornou-se consagrado como o sistema francês regulamentarista” (tradução livre).

174 “Guia da Convenção da ONU de 2 de dezembro de 1949 – pela repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição” (tradução livre).

175 “... o sistema de regulamentação da prostituição foi estabelecido sob o governo de Napoleão III na França, rapidamente apelidado de “sistema francês”, foi implantado em inúmeros países europeus sob o pretexto higienista de luta contra os males venéreos e em nome da salubridade pública. O médico francês Parent-DuChâtelet, célebre do higienismo e da regulamentação no século XIX, considerava a prostituição como um ‘sistema de esgoto’” (tradução livre).

fortemente as políticas em relação à prostituição no Brasil. As ideias de Parent-DuChâtelet começaram a ser reproduzidas aqui a partir de 1840 por meio da comunidade médica e foram ganhando expressão na legislação policial. Magali Engel afirma que em quase todos os escritos médicos sobre a prostituição produzidos entre 1840 e 1890 no Brasil se encontram referências à sua obra: “principalmente no que se refere a questões básicas, tais como a definição e a classificação da prostituição e das prostitutas, causas e efeitos da prostituição, a prostituição como *mal necessário* e a regulamentação” (ENGEL, 1989, p. 55 e 104). Segundo Sarah Feldman, “os princípios regulamentaristas foram assumidos pelos médicos higienistas brasileiros no âmbito de seu projeto de intervenção global da cidade, aliada a objetivos de controle social”. Segundo a autora, isso se deve ao fato, de que o modelo francês é observado em vários aspectos na legislação policial, sobretudo no “controle territorial da prostituição” (FELDMAN, 2010, p. 190-191).

O tratado de Parent-DuChâtelet

Alexandre-Jean-Baptiste Parent-DuChâtelet nasceu em 23 de setembro de 1790 em uma família rica. Se formou médico em 1814, em Paris. Começa a trabalhar com as questões relacionadas à higiene em 1821, dedicando-se na busca dos focos urbanos de contágio epidêmicos pelo restante de sua vida profissional (LEURET, 1837, p.V-XX; BRESCIANI, 1985, p. 62). Tornou-se membro do conselho de salubridade da cidade e publica em 1829 “*le Annales d'Hygiène publique et de médecine légale*¹⁷⁶” no qual indica que a higiene tem pela frente outra consequência (“*avenir*”): uma ordem moral (CORBIN, 2008 [1981], p. 7 à 49).

Segundo Alain Corbin, a obsessão de Parent-DuChâtelet era dominar as cloacas, organizar a expulsão das imundícies e assegurar o bom funcionamento do organismo social por meio do estudo da “*physiologie de l'excrétion*¹⁷⁷” (*Ibidem*, p. 10). Isso porque, segundo Corbin, o higienista via a cidade como um organismo, com a convicção de que suas patologias e também sua fisiologia perturbavam suas funções. Por isso defendia tanto “*la surveillance du bas-ventre de la ville, du fécal (...) comme du séminal*¹⁷⁸” (*Ibidem*, p. 11-13).

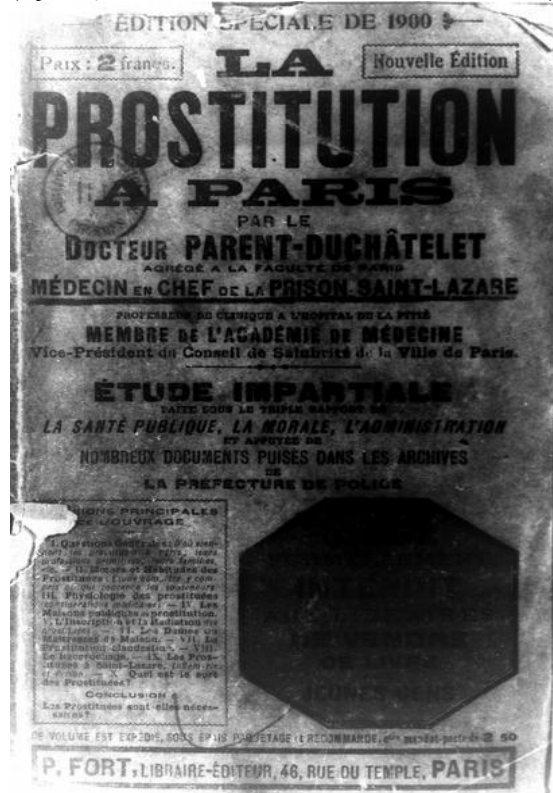
176 “os Anais de Higiene Pública e medicina legal” (tradução livre).

177 “psicologia da excreção” (tradução livre).

178 “a vigilância do baixo-ventre da cidade, tanto do fecal [...] como do seminal” (tradução livre).

Sua última pesquisa¹⁷⁹ durou oito anos e foi publicada logo após sua morte, em 1836: um grande estudo sobre prostituição na cidade de Paris. A publicação é considerada o trabalho mais importante da sua carreira em higiene e em saneamento público (a prostituição era encaixada nesses termos). Parent-DuChâtelet considerava que a prostituição tinha a função social de

Figura 30: "La prostitution à Paris" capa da edição de 1900 (reprodução do MICROFILME, Parent-DuChâtelet, 1900)



assegurar a paz nas cidades, pois via a atividade como um escape do desejo sexual: “Parent va s'efforcer de connaitre cette fonction pour em assurer la bonne marche et la rendre saine¹⁸⁰”, da mesma maneira que o higienista fez com o esgotos, cadáveres, etc (CORBIN, 2008 [1981], p. 12; LEURET, 1837, p.V-XX).

O tratado sobre prostituição, moral e higiene em Paris, escrito por Parent-DuChâtelet, possui diversas versões, todas lançadas postumamente, que sofreram sutis modificações ao longo dos anos de suas publicações. Apenas durante o século XIX existem quatro edições diferentes da obra. A primeira versão é de 1836 e foi lançada por seu companheiro de trabalho F.R. Leuret. Em 1837 sai a segunda edição (PARENT-DUCHÂTELET, 1837), sem modificações em relação a primeira (CORBIN, 2008 [1981], p. 7 - 43).

Em 1857 é lançada uma edição com novos itens e capítulos, por MM. Trébuchet e Poirat-Duval (PARENT-DUCHÂTELET, 1857)¹⁸¹. Nessa edição, todas as novas inserções foram marcadas com colchetes para diferenciá-la da obra original. Segundo seus editores, o intuito de republicar a obra reside no fato da mesma ter sido acolhida, desde sua aparição, “comme un Code de cette importante matière”¹⁸², isso porque “les

179 Ao longo de sua vida trabalhou com os seguintes temas: efeitos maléficos do tabaco aos trabalhadores de sua produção, a construção de fossas, doenças típicas de estivadores, úlceras em artesãos, sanitização de salas de dissecação, a influência das emanações pútridas na substancias alimentares, a dissecação de cavalos mortos e a desinfecção das matérias fecais, sobre a cólera em Paris, e um estudo sobre a maceração do cânhamo - que ele concluiu ser inofensivo, testando o produto em sua própria família (LEURET, 1837, p.V-XX).

180 “Parent vai se esforçar em estudar essa função para assegurar seu funcionamento adequado e a torná-la saudável” (tradução livre).

181 M.A.Trebuchet e M. Poirat-Duval continuaram seu trabalho no mesmo escritório da prefeitura que Parent-DuChâtelet realizava sua pesquisa. Os autores adicionaram notas e relatórios novos a essa edição, bem como, organizaram dados de diversas cidades que usaram seguindo os aportes da pesquisa de Parent-DuChâtelet, reunindo à publicação o texto “Précis hygiénique, statisque et administratif sur la Prostitution dans les principales villes de l'Europe” (TRÉBUCHET; POIRAT-DUVAL, 1857).

182 “Como um Código desse importante assunto” (tradução livre).

vues de Parent-Duchatelet **ont été adoptées dans tous les pays** ou l'on a compris que, dans l'impossibilité de détruire la prostitution, il fallait la réguler, a rendre moins dangereuse et, s'il est permis de se servir de cette expression, la moraliser¹⁸³”(TRÉBUCHET;POIRAT-DUVAL, 1857: p. V, grifo meu). Ainda segundo os editores, desde do lançamento do livro muitas mudanças e grandes melhoramentos foram realizados em função das observações de Parent-DuChâtelet (*Ibidem*, p.V-VI).

A edição de 1900 (PARENT-DUCHÂTELET, 1900), de Pierre Fort, foi totalmente remodelada, sem demarcação de nenhuma das partes resumidas, das modificações, inserções e cortes. Essa 4ª edição da obra tem apenas 360 páginas em um tomo. Segundo Alain Corbin essa versão é uma “édition truquée¹⁸⁴”, uma fraude adaptada à clientela da *Belle Époque*¹⁸⁵ (CORBIN, 2008 [1981], p. 7). Aparentemente foi assim realizada para ser mais acessível pois, além de menor, sua linguagem é menos técnica (as versões anteriores possuem muitos termos médicos específicos). Além disso, propagandas de livros eróticos e um aviso de que a leitura é proibida para menores constam em sua capa, demonstrando assim que o livro aparenta ser de fácil acesso (ver imagem da capa ao lado).

A última versão (PARENT-DUCHÂTELET, 2008 [1981]), em modelo de *pocketbook*, foi organizada por Alain Corbin nos anos 1980. Além de uma introdução analisando a vida e a obra de Parent-DuChâtelet, Corbin faz notas e comentários ao longo do texto, contextualizando a problemática na época atual. No entanto, corta diversas partes (com as devidas marcações), o que, em comparação com a obra completa, reduz muito as informações presentes no original, ao transformar dois tomos de 1200 em um livro de bolso de cerca de 250 páginas.

Na introdução dessa versão, Alain Corbin afirma que considera Parent-Duchâtelet “l'un des lointains fondateurs du bordel prophylactique de notre XX siècle¹⁸⁶”. O controle da prostituição, ao lado do hospital e do hospício é um dos elementos de medicalização do corpo social: “De toute manière, la tolérance de l'ordure doit toujours s'accompagner de l'application de deux précautions: délimiter les lieux où celle-ci peut séjourner, la tenir rigoureusement cachée aux regards des éléments sains de la population¹⁸⁷”. Por fim, Corbin conclui que “l'ouvrage constitue

183 “As visões de Parent-DuChâtelet foram adotadas em todos os países onde houve a compreensão de que, diante da impossibilidade de destruir a prostituição, foi preciso regulamentá-la, torná-la menos perigosa e, se é permitido fazer uso dessa expressão, moralizá-la” (tradução livre).

184 “edição deformada” (tradução livre).

185 A *Belle Époque* é conhecida como um período de cultura cosmopolita iniciado na Paris do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial.

186 “Um dos longínquos fundadores do bordel profilático do nosso século XX” (tradução livre).

187 “De qualquer maneira, a tolerância da imundície deve, todavia, ser acompanhada da aplicação de duas precauções: delimitar os lugares onde ela pode permanecer, tê-la rigorosamente escondida à visão dos elementos sãos da população” (tradução livre).

une voie d'accès privilégiée à la connaissance des élites et des mécanismes de pouvoir sous la monarchie; il a contribué au perfectionnement des techniques administratives de repérage de l'individu¹⁸⁸” (*Ibidem*, p. 25-41).

A prostituição como “mal-necessário”

O tratado de Parent-Duchâtelet se constrói em torno da ideia da prostituição como “mal necessário”, do princípio de que as prostitutas têm a função de “assegurar a paz na cidades” como uma via de escape do desejo sexual: “Si on ouvre les ouvrages qui traitent de la police et des moeurs, si on écoute ce qui se dit dans le public et dans toutes les classes de la société, on verra partout dominer cette opinion, que les prostituées son nécessaires, et qu'elles contribuent au maintien de l'ordre et de la tranquillité dans la société¹⁸⁹” (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 525-526, tomo II). O higienista tem como argumento base a concepção de que, quando se trata da prostituição, é impossível a imposição de leis proibitivas, repetindo, inclusive, essa afirmação inúmeras vezes ao longo do seu tratado. Segundo ele, como não se pode impedi-la, é preciso diminuir o mal causado por ela em relação a moral e a saúde pública (*Ibidem*, p. 545).

Por essa razão, as prostitutas devem ser vigiadas e escondidas pela administração pública. Para o médico higienista, tanto o esgoto como a prostituição eram “males” inevitáveis das grandes aglomerações humanas, as cidades. Como solução, propõe formas de controle e encobrimento dos mesmos. Sua utopia era transformar “cloacas repulsivas” em um “séjour souterrains de la félicité¹⁹⁰” (CORBIN, 2008 [1981], p. 22 à 37). Seguindo esta argumentação, Magali Engel afirma que:

Defendendo a necessidade de se regulamentar a prostituição, estes médicos assumem, claramente, uma perspectiva normatizadora, elaborada em torno da afirmação, *cientificamente* fundamentada, de que a prostituição seria um *mal inevitável* e, portanto, não *poderia* ser eliminada. Esta é o ponto de partida para o raciocínio que conduziria à concepção segundo a qual ela seria um *mal necessário* e, portanto, não *deveria* ser extinta (ENGEL, 1989, p. 105).

Ao que tudo indica, os pensamentos de Santo Agostinho e Tomas de Áquino foram as bases que fundaram a ideia de “mal necessário” (CORBIN, 1982 [2008], p. 12), com justificativas que

188 “a obra [de Parent-DuChâtelet] constitui uma via de acesso privilegiada para o conhecimento das elites e dos mecanismos de poder sobre a monarquia; ela contribuiu ao aperfeiçoamento das técnicas administrativas de rastreamento/tipificação do indivíduo (tradução livre).

189 “Se abirmos os livros de registros policiais e aduaneiros, vamos escutar aquilo que se diz em público e em todas as classes da sociedade, nós veremos por toda parte essa opinião, que as prostitutas são necessárias, e que elas contribuem à manutenção da ordem e da tranquilidade na sociedade” (tradução livre).

190 “hospedagem subterrânea da felicidade” (tradução livre).

seriam usadas ao longo da história em diversos países, inclusive no Brasil, para regulamentar, confinar e controlar a prostituição. Parent-DuChâtelet utiliza uma fala de Santo Agostinho na conclusão de seu tratado, de modo a justificar seus argumentos:

Que peut-on trouver de plus ignole, de plus dépourvu d'honneur, de plus chargé de turpitude que les femmes vénales, les proxénètes et tous les fléaux de cette sorte? Si l'on supprime les prostituées, les passions bouleverseront la société; si on leur donne la place qui est réservé aux femmes honnetes, tout se dégradera dans la souillure et l'ignominie. Ainsi donc, ce genre d'êtres humains, dont les moeurs portent l'impureté à son comble, occupe, selon les lois de l'ordre général, une place – certes, la plus vile – au sein de la société (SAINT AUGUSTIN. *De Ordine*, lib. II, cap 12, Éd. Benedict, t.I p.335 apud PARENT-DUCHATELET, 2008 [1981], p. 203-204.)¹⁹¹.

A ideia de “mal necessário” já vinha, portanto, sendo construída muito antes de Parent-DuChâtelet, e inspirou seus argumentos, principalmente no modo como entende a organização da prostituição na Paris pós-revolução francesa que passava por intensas modificações urbanas, como veremos a seguir.

Marilena Chauí, em seu livro “Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida”, relata de que forma a prostituição como “mal necessário” se estabelece, a partir do que ela chama de “jogo segregação-integração” e da relação indissolúvel entre prostituição e família:

Porque não tem função procriadora, a prostituição (como as relações sexuais fora do casamento) é socialmente condenada. Ao mesmo tempo, porém, é tolerada e até mesmo estimulada nas sociedades que defendem a virgindade das meninas púberes solteiras, de um lado, mas que, de outro lado, precisam resolver as frustrações sexuais dos jovens solteiros e dos homens que se consideram mal casados ou que foram educados para jamais confundirem suas honestas esposas com amantes voluptuosas e desavergonhadas. Essas sociedades criam a necessidade de mulheres que tenham por tarefa oferecer gozo sexual aos homens jovens solteiros e aos homens casados insatisfeitos (CHAUÍ, 1984, p. 79-81).

Nesse sentido, a visão da prostituição como “mal necessário” se estrutura a partir da oposição de duas categorias de mulher, já tratadas anteriormente no Capítulo 2. Já que a esposa tinha de ser casta e o casamento sagrado, era necessária uma via de escape para a sexualidade masculina, papel que foi designado para a prostituta. Essa dualidade também está expressa na organização da atividade no espaço da cidade, com a criação de espaços segregados para a prática da prostituição,

191 “O que podemos encontrar de mais desprezível, de mais desprovido de honra, de mais carregado de depravação que as mulheres venais, os cafetões e todas as pragas deste tipo? Se nós suprimirmos as prostitutas, as paixões perturbarão a sociedade. Se nós as colocarmos no lugar que é reservado às mulheres honestas, tudo se degradará na imundície e ignomínia. Portanto, esse tipo de ser humano, cuja moral se encontra no máximo de impuredade, ocupa, segundo as leis de ordem geral, um lugar – certamente o mais abjeto – no seio da sociedade” (tradução livre do texto em francês). Em latim : “*Quid sordidius, quid inaniu decoris et turpitudine plenius meretricibus, lenonibus ceterisque hoc genus pestibus dici potest? Aufer meretrices de rebus humanis turbaveris omnia libidinibus*”.

de modo evitar mistura entre estes dois papéis e auxiliar a manutenção de sua separação em oposição.

Segundo Jacques Solé, as prostitutas “*toujours surveillées, par la police et les médecins, elles attestèrent, à côté du folklore persistant da Maison Close, le maintien d’une conception où la prostitution, plus ou moins contrôlée, est indispensable à l’équilibre social général parce qu’elle représente un élément essentiel de la vie sexuelle*¹⁹²” (SOLÉ, 1993, p.14).

O sistema francês

Após a Revolução Francesa a prostituição ocupará um espaço importante nos debates acerca da formação do ideal burguês de cidade, segundo Jacques Solé, “*elle a connu en France, autour de 1800, un tournant typique de notre époque fondatrice et révolutionnaire. Dans l’esprit des Lumières, on a voulu enfermer les filles, vase séminal, afin de pouvoir mieux les sépare de la population normale et de contrôler, sur le plan médical et policier, leur activité et ses conséquences*¹⁹³ (SOLÉ, 1993, p. 13)”. Esse processo acontece em conjunto com uma série de novas estruturas urbanas, principalmente no que concerne ao ideal civilizatório burguês, sua ordem e sua moral. No século XIX, diversos pensadores estabeleceriam os critérios e argumentos para as políticas a serem efetuadas na área. Dentre estes destaca-se também Parent-DuChâtelet, que, segundo o historiador francês Alain Corbin, “*a rassemblé en une somme cohérente les principes plus ou moins conscients qui avaient guidé les administrateurs de l’Empire de la Restauration*¹⁹⁴” (CORBIN, 2010 [1978], p. 13).

Paris estava em um momento conflituoso: a cidade era palco de barricadas e revoltas populares. Era o período de consolidação da República após a Revolução Francesa, de 1789. Apesar do estabelecimento da primeira República da França logo após a Revolução, o período em que Parent-DuChâtelet realiza sua pesquisa (entre 1822 e 1835, segundo Alain Corbin; 2008 [1980], p. 37) compreende dois momentos de regresso e retorno ao sistema monárquico, a Restauração Francesa (*La Restauration*, 1814-1830) e a Monarquia de Julho (1830-1848), que só findariam

192 “Sempre controladas, pela polícia e pelos médicos, elas atestariam, ao lado do folclore persistente da *Maison Close*, a manutenção de uma concepção onde a prostituição, mais ou menos controlada, é indispensável ao equilíbrio social geral porque representa um elemento essencial da vida sexual” (tradução livre).

193 “Ela experimentou na França, em torno de 1800, uma virada típica de nossa época fundadora e revolucionária. Dentro do espírito do Iluminismo, foi desejado trancafiar as garotas, depósito seminal, afim de poder melhor as separar da população normal e de controlar, sob o plano médico e policial, suas atividades e consequências” (tradução livre).

194 “Reuniu em uma soma coerente os princípios mais ou menos conscientes que guiaram os administradores do Império da Restauração” (tradução livre).

com a Revolução de 1848, que instaura definitivamente a República na França, com a primeira eleição por sufrágio universal, de Napoleão III (sobrinho do ex-imperador). Este período, e mesmo a República que se instalaria depois, são caracterizados pelo desejo de se “restaurar” a ordem na França, acabar com as insurreições populares e organizar a “desordem” causada pela Revolução Francesa, estabelecendo, a partir de então, o ideal burguês de cidade. Vale lembrar ainda que, nessa época, Paris também crescia vertiginosamente em função da grande evasão do campo para a cidade em função da Revolução industrial iniciada no século anterior. Como a maioria das cidades que se industrializavam no período, o tecido urbano ainda medieval de Paris enfrentava problemas para adaptar sua morfologia urbana às exigências desse novo tempo: ruas estreitas que dificultam o novo tráfego de pessoas e mercadorias, carroças e veículos; espaço urbano com pouca iluminação e ventilação; canais de esgotos aparentes que corriam na maior parte das vezes na própria rua em que transitava, a partir de então, grande fluxo de transeuntes. Foi também um momento em que diversas doenças se alastraram, com duas epidemias de Cólera que assolando a cidade em 1832 e 1848. Muito se debatia e teorizava sobre as intervenções na cidade, no sentido de modificar sua estrutura física para adequá-la às condições modernas e burguesas - sobretudo a partir das teorias higienistas típicas desse período, da quais era adepto Parent-DuChâtelet. Em função das diversas instabilidades desse momento da história francesa, essa reforma só foi possível em 1850, quando Napoleão III encomenda a modernização de Paris ao seu prefeito Barão Georges-Eugène Haussmann. A remodelação da cidade de Paris, uma intervenção urbana que foi fundadora do urbanismo e se tornou um modelo no mundo foi também uma estratégia para remodelar os hábitos e modos da época a partir da criação de estruturas que possibilitassem um maior controle da população ao mesmo tempo que se ordenava a cidade (BENÉVOLO, 1997, p. 573-606; CALABI, 2012, p. 82 A 93; LAMAS, 2011; BENJAMIN, 1985 [1955]; BERMAN, 1986)¹⁹⁵.

No que se refere à prostituição, o tratado de Parent-DuChâtelet, lançado pela primeira vez em 1836, foi reeditado e republicado no ano de 1857, durante esse período de reforma,

195 Haussmann se encarregou da tarefa de transformar a Paris ainda medieval em uma cidade moderna. O projeto foi dirigido por ele como prefeito de 1853 e 1870, mas seus projetos continuaram sendo construídos na cidade até 1927. Para isso, ele demoliu uma quantidade enorme de bairros medievais e reconstruiu a nova cidade. Eram intervenções que não aproveitavam o traçado existente, e assim, a cidade foi profundamente transfigurada. A antiga cidade medieval, com traçado orgânico e ruas estreitas, foi fatiada por grandes eixos. Haussmann abriu noventa e cinco quilômetros de novas ruas no tecido medieval de Paris e mais setenta quilômetros nas comunas periféricas, anexadas a Paris em 1859. O projeto consistiu principalmente na abertura de novas avenidas, retas e largas e tinha ao mesmo tempo o objetivo de melhorar a circulação e o acesso rápido a toda a cidade; iluminar e arejar quarteirões insalubres; e facilitar a circulação de tropas, permitindo o transporte rápido da artilharia para qualquer ponto da cidade que ficasse sob a ameaça de algum levante revolucionário, revoltas e barricadas. Da mesma forma que o tratado de Parent-DuChâtelet a reforma urbana engendrada por Haussmann virou um modelo produzido em várias cidades do mundo, inclusive no Brasil (BENÉVOLO, 1997, p. 573-606; CALABI, 2012, p. 168-176; LAMAS, 2011, 212-220; BENJAMIN, 1985 [1955]; BERMAN, 1986).

demonstrando sua importância para a estruturação das formas de controle do período, nos quais os ideais burgueses de cidade estavam sendo instituídos. Além disso, já se aponta nessa versão como alguns locais tradicionais de prostituição haviam sido “suprimées” (suprimidos) com as obras recentes de “embelezamento” de Haussmann: “Rue de la Bibliothèque, Rue du Chantre, Rue Pierre-Lescot, et Rue Froidmanteau” (PARENT-DUCHÂTELET, 1857, p. 527, tomo I).

Logo após a Revolução Francesa, em 1791, todas as leis francesas são abolidas e reescritas. Segundo Parent-DuChâtelet, enquanto não havia legislação acerca da prostituição, as prostitutas circulavam “livres” pela cidade em “un scandale sans exemple¹⁹⁶” (*Idem*, p. 480 tomo II). Assim, durante os primeiros anos da revolução “le désordre occasioné dans Paris par les prostituées dépasse, à ce qu'il paraît, tout ce qu'on avait vu de plus hideux sous ce rapport¹⁹⁷”:

Pendant et avant la révolution, on parle souvent de femmes nues se promenant et dansant en plein jour en cet état; il n'y a pas encore vingt ans que l'on comptait parmi les prostituées de Paris cinquante ou soixante mauvais sujets qui, par l'excès de leur libertinage, leur hardiesse et la turbulence de leur esprit, donnaient le ton à toutes les autres, et rendaient très difficile le maintien de l'ordre et de la décence¹⁹⁸ (*Ibidem*, p. 115, 533, tomo I)¹⁹⁹.

Alain Corbin ressalta que Parent-DuChâtelet buscava por meio desses argumentos defender que, paralelamente ao desenvolvimento de práticas de higiene pública e privada, também acontecia uma domesticação dos instintos em consonância com o período de *Restauration* pós-revolução francesa. Assim, produzia-se um ideal do “l'homme contenu”, anti-thèse de “l'individu énérvé”²⁰⁰. Isso demonstra que nesse momento de restauração da ordem e constituição dos novos ideais civilizatórios burgueses, há a construção de um modelo de mulher ideal, sendo a prostituição é identificada como seu oposto.

Segundo Norbert Elias, a estruturação do conceito de “civilisation” - de origem francesa, proveniente da ideia de “homem civilizado” (“homme civilisé”) e de “civilité” - foi um claro reflexo das ideias reformistas que atravessavam este período. Sua constituição como antítese da barbárie, estágio anterior à sociedade do final da idade média, foi fundamental na constituição

196 “um escândalo sem precedente” (tradução livre).

197 “A desordem ocasionada em Paris pelas prostitutas excedeu, ao que parece, tudo o que vimos de mais hediondo a este respeito” (tradução livre).

198 “Durante e antes da revolução, se fala frequentemente de mulheres nuas caminhando e dançando em pleno dia nessa condição; não se passaram nem vinte anos que se contava entre as prostitutas de Paris cinquenta ou sessenta de má índole que, por excesso de libertinagem, sua ousadia e a turbulência de seu espírito, definiram o tom de todas as outras, tornando assim muito difícil a manutenção da ordem e da decência” (tradução livre).

199 Laure Adler também relata que “A la fin de la Révolution les filles étaient nues aux fenêtres. Puis la police les menaçait d'emprisonnement pour obscénité” (“Ao final da Revolução, as garotas ficavam nuas nas janelas. Em seguida a polícia as ameaça de prisão por obscenidade”, tradução livre. In: ADLER, 2010: p. 72).

200 “o homem contido”, antítese do “indivíduo nervoso/descontrolado” (tradução livre). In: ALAIN CORBIN, nota de rodapé em PARENT-DUCHÂTELET, 2008 (1981), p. 105.

dos modos e condutas desse período de transição:

Nas mãos da classe média em ascensão, na boca dos membros do movimento reformista, é ampliada a ideia sobre o que é necessário para tornar civilizada uma sociedade. O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes... (ELIAS, 2011 [1939], p. 59)

Michel Foucault descreve como o processo de construção de uma legislação “moderna” vinculada a esse grande período de reformas na Europa se baseava na constituição de uma nova teoria da lei e do crime baseada em novas justificações morais: “uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância; significa outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população representa” (FOUCAULT, 1977 [1975], p. 13, 72 e 73). É nesse período que se cria, sobretudo no meio urbano, toda uma “tecnologia de controle” para controlar e manter sobre vigilância a sexualidade e o corpo (*Ibidem*, 1988, p. 119).

A partir de Foucault, o pesquisador José Olivar reflete que “falar de sexualidade é falar de disciplina, de norma social. De uma política muito específica de produção da verdade, de gestão dos corpos, das pessoas, das relações, que é central na fundação e na expansão da modernidade ocidental” (OLIVAR, 2013, p. 129), vinculada a uma série de saberes científicos/reflexivos/políticos sobre o indivíduo, seu corpo e sua organização social, tendo como bases o casal burguês e a produtividade.

Segundo o tratado de Parent-DuChâtelet, já em 1793, se estabelece uma lei de “Moeurs Publiques” (“Costumes Públicos”) que poderia ser considerada como destinada a prostitutas, pois se dirige substancialmente àquelas mulheres que perturbavam a ordem por meio da “libertinagem”, aquelas que faziam dinheiro com sexo e exerciam sua sexualidade fora do casamento burguês. Além disso, aparentemente, a palavra “prostituée” ainda não figurava como classificação. A descrição da lei começa com uma longa introdução explicando sua função “s'opposer aux progrès rapides et effrayants du libertinage; [...] affligé de voir plusieurs quartiers de Paris empoisonnés par la débauche²⁰¹” e segue com o primeiro ponto da lei:

1° Qu'il est défendue à toute fille ou femme de **mauvaise vie de tenir dans les rues**, les promenades, les places publiques, et d'y **exciter au libertinage et à la débauche**, sous peine d'être mises en arrestation et traduites au tribunal

201 “Se opor ao progresso rápido e assustador da libertinagem [...] pesaroso de ver vários bairros de Paris envenenados pela depravação” (tradução livre).

de police correctionnelle comme corruptrices des moeurs et perturbatrices de l'ordre public” (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 54-55, tomo II, grifos meus)²⁰².

Construindo a classificação “prostituée”

Em janeiro de 1796 é promulgada a primeira lei com relação a prostituição após a Revolução Francesa: “Le Directoire exécutif au conseil des Cinq-Cents - le 17 nivose an IV”, visando essencialmente em classificar que tipo de mulher poderia ser considerada uma *fille publique* (“garota pública”; In: PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 481 tomo II):

... vous vous empressez d'arreter par des mesures fermes et sévères les progrès du libertinage qui, dans les grandes communes, et particulièrement à Paris, se propage de la manière la plus funeste pour les jeunes gens [...] ... parce que ce titre ne devant, à la rigueur, être donné qu'à celles qui exercent activement ce vil métier, la plupart trouvent le moyen de s'y soustraire en alléguant qu'elles sont ouvrières ou marchandes [...] Pour remédier cet inconvénient, **vous déterminerez avec précision ce qui constitue une fille publique: récidive, ou concours de plusieurs faits particuliers légalement constatés; notoriété publique; arrestation et flagrant délit prouvé par des témoins autres que le dénonciateur ou l'agent de police** (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 26, tomo I; *Idem*, 1857, p. 20, tomo I; *Idem*, 1900, p. 8, grifo meu)²⁰³.

É curioso verificar como esse item é tratado nas diferentes versões da obra de Parent-DuChâtelet. Na terceira edição, de 1857, essa lei é integralmente transcrita, enquanto que na obra original é citado apenas o trecho que descreve quem pode ser considerada prostituta. Na versão de 1900, a 4ª edição, o texto da lei é ligeiramente modificado, com a adição da frase “récidive de la débauche accompagnée de racolage²⁰⁴” (*Idem*, 1900, p. 9). Antes de citar essa lei, Parent-DuChâtelet explica que na época em que escreveu seu tratado, as palavras “prostituée” e “prostitution” não tinha “dans l'esprit et le langage de tout le monde la même signification²⁰⁵”: “il nous a semblé nécessaire de commencer ce travail par donner une définition nette et précise qui écarte toute

202 “1º É proibido a todas as garotas ou mulheres de má vida desempenhar nas ruas, nas caminhadas, nos lugares públicos, e excitar a libertinagem e a depravação, sob pena de serem aprisionadas e serem apresentadas ao tribunal de polícia correcional como corruptoras dos modos e perturbadoras da ordem pública” (tradução livre).

203 “Os senhores devem se apressar para impedir, por medidas firmes e severas, o progresso da libertinagem que, nas grandes comunas e em particular em Paris se propaga da maneira mais funesta pelas pessoas jovens [...] porque este título nunca antes, a rigor, foi dado àqueles que exercem ativamente essa ocupação vil, a maioria encontra um meio de escapar alegando que são operárias ou comerciantes [...] Para remediar este inconveniente, **os senhores devem determinar com precisão quem constitui uma ‘garota pública’ [sinônimo de prostituta em francês]: reincidente, ou inquerida de diversos fatores particulares legalmente constatados; notoriedade pública; prisão em flagrante, delito comprovado por outras testemunhas além do denunciador ou o agente da polícia**” (tradução livre).

204 “reincidência de depravação acompanhada de abordagem/sedução de homens” (tradução livre).

205 “no espírito e na linguagem de todos a mesma significação” (tradução livre).

équivoque, et fasse bien comprendre le sens que nous y attachons²⁰⁶” (*Idem*, 1837, p. 26, tomo I).

Além disso, parecia haver uma confusão de classificações entre aquela que troca sexo por dinheiro, uma ladra ou uma mulher que exerce sua sexualidade fora do casamento, sendo todas agrupadas na mesma classificação: aquelas que não seguem as regras morais estabelecidas, como podemos ver no seguinte trecho: “à l'état d'abjection d'une classe qui se sépare de la société, qui y renonce, qui, par des habitudes scandaleuses, hardiment et constamment publiques, déclare abjurer cette société et les lois communes qui la régissent²⁰⁷” (*Ibidem*, p. 9, 26-27, tomo I). Outro exemplo, aparece no capítulo “Différentes classes qu'il faut établir dans la population des prostituées²⁰⁸”, no qual, na versão original da obra, Parent-DuChâtelet havia classificado 3 tipos: “Femmes galantes”, “Femmes à parties” e “Femmes de spectacles et de théâtres²⁰⁹” (*Ibidem*, p. 273, tomo I). Porém, nas versões seguintes o último tipo referente às atrizes teatrais é suprimido sem nenhuma explicação. Essas modificações ao longo das edições demonstram o processo no qual emerge essa classificação. Diversas mulheres pobres, solteiras, artistas de teatro e/ou cantoras, sobretudo aquelas fora da esfera do lar e da família burguesa, poderiam ser classificadas como prostitutas, e como as classificações estavam em disputa, essas atribuições iam mudando ao longo do tempo.

Parent-DuChâtelet afirma que, devido a estas distinções “sutis” entre as mulheres, um dos objetivos do seu tratado era de “delinear” a mulher prostituta (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 27-28, tomo I). Isso fica claro ao analisarmos a constituição dos capítulos e sessões de seu tratado. O primeiro capítulo, chamado “CHAPITRE PREMIER – Questions Générales” (“PRIMEIRO CAPÍTULO – Questões Gerais”), se inicia com uma sessão de título “1. Qu'et-ce qu'une Prostituée?” (“1. E o que é uma Prostituta?”; In: *Idem*, 1837, p. 8, tomo I), que nas versões da obra a partir de 1857 muda para “1. Definition d'une prostituée et de la prostitution” (“1. Definição de uma prostituta e da prostituição”; In: *Idem*, 1857, p. 20, tomo I; *Idem*, 1900, p. 69; *Idem*, 2008 [1981], p. 25).

Depois dessa demonstrativa sessão inicial, o capítulo segue investigando as origens das prostitutas, de onde vêm, posição social de suas famílias, nível de instrução e qual a causa que as fizeram seguir este caminho. O capítulo seguinte, “CHAPITRE II – Moeurs et habitudes des prostituées” (“CAPÍTULO II – Costumes e hábitos das prostitutas”) trabalha de maneira mais

206 “Pareceu-nos necessário começar este trabalho dando uma definição clara e precisa que afaste todo equívoco e faça compreender bem o significado que atribuímos a ela” (tradução livre).

207 “No estado de abjeção de uma classe que se separa da sociedade, que a renuncia, que, pelos hábitos escandalosos, ousados e constantemente públicos, declara abjurar esta sociedade e as leis comuns que a regulam” (tradução livre).

208 “Diferentes classes que devem ser estabelecidas na população de prostitutas” (tradução livre).

209 “Mulheres de gala; Mulheres para diversão; Mulheres de espetáculos e de teatros” (tradução livre).

aprofundada o entendimento do que seria esta prostituta a partir da análise dos “gostos, vícios e hábitos” dessas mulheres. Parent-DuChâtelet ratifica nesse ponto um perfil que aparenta refletir até hoje a construção do estigma em relação à mulher prostituta. Sua descrição detalhada constrói o perfil de uma mulher com muita culpa e vergonha de suas atividades, “de uma ignorância profunda”, superficial, instável, libertina, imatura, gulosa (“amor à comida, aos licores e ao vinho”), mentirosa, dissimulada, exaltada (“fala alto e briga muito”), com o hábito de fazer tatuagens (existe uma sessão no tratado destinada apenas a esse tema), preguiçosa, usando gírias iguais às dos ladrões e outros marginais. Ele aponta ainda a grande quantidade de prostitutas lésbicas (“les tribades” a palavra vem do grego e quer dizer “se esfregar”, segundo Alain Corbin²¹⁰) e com o hábito “inerente” de “malpropreté” (falta de higiene). Vale ressaltar que, na sua análise científica e metodológica, muitas vezes o higienista se contradiz, quando, por exemplo, comenta que as prostitutas teriam como característica “serem sujas” e depois, mais para frente no texto, que elas teriam a “habitudes de lavage excessives²¹¹” (*Idem*, 1900, p. 54).

O capítulo seguinte a esse trata, então, da parte fisiológica da prostituta, “CHAPITRE III – Physiologie des Prostituées” (“CAPÍTULO III – Fisiologia das prostitutas”), descrevendo dos olhos e cabelos, cada parte da vagina (vulva, clitóris, lábios, entre outros aspectos), menstruação e o ânus detalhadamente. Essa análise final busca encontrar alguma característica física do corpo da mulher prostituta, típica dos estudos médicos europeus positivistas e evolucionistas da época, para provar que os comportamentos sociais desviantes tinham a ver com características biológicas²¹².

Em seguida, um capítulo trata da propagação de doenças entre as prostitutas: “CHAPITRE IV – De l'influence que peut avoir sur la santé générale des prostituées l'exercice de leur métier” (“CAPÍTULO IV – A influência que pode ter a saúde geral da prostituta e o exercício de sua ocupação”). Este trecho tem o objetivo de embasar as justificativas em relação a inspeção regular do poder público à saúde da mulher prostituta, fato que marcaria a relação do Estado com a

210 In: ALAIN CORBIN, nota de rodapé em PARENT-DUCHÂTELET, 2008 [1981], p. 126.

211 “hábito de lavagens excessivas” (tradução livre).

212 Cerca de cinquenta anos depois, o estudo do médico higienista positivista italiano Cesare Lombroso, fundador da antropologia criminal, fundamenta o discurso da “degenerada nata” por meio do trabalho “La donna delinquente, la prostituta e la donna normale,” (“a mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal”) de 1893. Nesta pesquisa buscou provar a natureza demoníaca das prostitutas medindo seus crânios, em pesquisa que teve muita influência no Brasil. Seu trabalho reforça a “concepção biologizante” de que as práticas desviantes estariam sujeita às características físicas, biológicas e patológicas do indivíduo, ideia esta que o higienista aprofundou para além da mulher prostituta, mas também em relação a delinquência (“O Homem Delinquente”, 1876; “O Delito”, 1891) e outras atividades, da loucura ao anarquismo (“Gênio e Loucura”, 1874; “As mais recentes descobertas e aplicações da psiquiatria e antropologia criminal”, 1893; “Os anarquistas” e “O crime, causas e remédios”, ambos de 1894). In: ENGEL, 1989; LENZ, 2014, p. 35; RAGO, 1991, p. 157, PHETERSON, 1996, p. 12.

prostituição até os dias de hoje²¹³. Vale ressaltar, entretanto, que Parent-DuChâtelet conclui nesse capítulo que a “malgré tant d'excès et tant de causes de maladies, leur santé résiste plus que celle du commun des femmes qui ont des enfants et qui travaillent dans leur ménage²¹⁴”. Curiosamente, esse capítulo é excluído nas edições posteriores a 1900.

Segundo Corbin, nos capítulos específicos acerca dos serviços de saúde para as prostitutas - “CHAPITRE XVI – Des soins sanitaires donnés aux prostituées de Paris”; “CHAPITRE XVII – Des hopitaux consacrés au traitement de la syphilis”; “CHAPITRE XX - Questions de Police administrative et sanitaire²¹⁵” (*Idem*, 1837, p. 37, 165 e 403, tomo II) - se anuncia de uma maneira “lapidaire” (“precisa”), “le principe médical appelé à relayer les arguments d'ordre moral et à justifier, jusqu'à nous jours, la surveillance des prostituées ainsi que les mesures autoritaires prises à leur égard²¹⁶”. Margareth Rago também afirma que em função dessas explicações científicas, principalmente aquelas do início do século XX e final do XIX, a prostituição foi sendo focalizada a partir “da doença, de degenerescência da raça, da loucura e animalidade das mulheres das 'classes perigosas” (RAGO, 1991, p. 164).

Analisando o tratado a partir da ideia que este constituía parte do processo classificatório da mulher prostituta, pode-se afirmar que este também trabalhava na criação e classificação de seu oposto: a mulher ideal, a esposa burguesa. Nesse sentido, a imagem da família burguesa foi elaborada como em conformidade com os preceitos de civilidade que se constituíam então, e a classificação de “esposa” como uma imagem de pureza e perfeição. Segundo Jacques Solé “Il importe qu'elle demeure une exception, une déviance, et que la prostitution puisse toujours être désignée comme exemple d'aberration – chose pas toujours simple²¹⁷”. Assim, era muito importante que a prostituta não fosse confundida com “la femme respectable²¹⁸”, e por isso se elaboravam regras de modo a evitar a mistura entre essas duas categorias, com a criação de

213 A inspeção regular da saúde da mulher prostituta também se relaciona com inspeção minuciosa da sexualidade da mulher burguesa, começando particularmente no século XVIII, segundo Michael Foucault, por meio do saber médico. Um dos aspectos que aparece e passa a ser desenvolvido a partir daí é o da “histerização do corpo da mulher” - assim, há a inspeção médico científica tanto em relação ao corpo da mulher “ideal” quanto da mulher prostituta, mas os tratamentos, os resultados, as formas de interpretação terão algumas diferenças, ainda que permaneça uma linha de continuidade: necessidade do corpo regulado, profundamente inspecionado, já que o corpo da mulher é o “corpo integralmente saturado de sexualidade” (FOUCAULT, 1988 [1976], p. 114).

214 “apesar de tantos excessos e tantas fontes de doença, sua saúde parece resistir mais que a das mulheres comuns que têm filhos e trabalham em casa” (tradução livre).

215 “Capítulo XVI – A assistência médica dada às prostitutas de Paris; Capítulo XVII – Os hospitais dedicados ao tratamento da sífilis; Capítulo XX – Questões de Polícia administrativa e sanitária” (tradução livre).

216 “o princípio médico foi encarregado de delegar os argumentos de ordem moral e de justificar, até hoje, tanto a vigilância das prostitutas como as medidas autoritárias tomadas contra elas” (tradução livre). In: ALAIN CORBIN, nota de rodapé em PARENT-DUCHÂTELET, 2008 [1981], p. 205.

217 “É importante que continue a ser uma exceção, um desvio, e que a prostituição pudesse sempre ser designada como um exemplo de aberração – coisa nem sempre simples” (tradução livre).

218 “a mulher respeitável” (tradução livre).

contrastes entre “la pureté bourgeoise et la prostituée perverse²¹⁹”. Segundo o autor, essa dicotomia se constitui principalmente no imaginário típico da *Belle Époque*, no qual a mulher se constituía entre virgem ou puta, entre santa ou vampira (SOLÉ, 1993, p. 32).

Defendendo a família nuclear burguesa

Nos relatos do tratado de Parent-DuChâtelet é possível acompanhar as ações dos “Inspetores de costumes” (“Inspecteurs de mœurs”), responsáveis pelo controle das atividades prostitucionais, mas que também agiam em busca do estabelecimento da moralidade conforme os valores burgueses. Entre suas atribuições estava em primeiro lugar a vigilância da via pública e “en

Figura 31: Cartaz com regras sobre os locais e estabelecimentos públicos nos quais se pode exercer a prostituição da “Police des Mœurs”, 1917. Musée de l'Erotisme, Paris (foto)



particulier, ce qui concerne la décence du costume, la provocation, le stationnement, la circulation, etc²²⁰”. No tratado, pode-se observar a defesa do casamento heterossexual monogâmico como instituição a partir do relato de prisões de pessoas por terem sido flagradas em relações homossexuais (chamadas de possuidoras do vício mais vergonhoso, “vice le plus honteux”), relações sexuais fora do casamento ou simplesmente por terem sido encontradas na mesma cama duas mulheres e um homem, por exemplo (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 170, 507, 521-518, tomo I, e p. 72-73 e 403-404, tomo 2).

Segundo Norbert Elias, no processo civilizatório a sexualidade é cada vez mais transferida para “trás da cena” e isolada no “enclave” da família nuclear e do casamento socialmente legitimado: “em

219 “a pureza burguesa e a prostituta perversa” (tradução livre).

220 “Em particular, aquilo que concerne a decência do traje, a provocação, se manter parada na rua a espera de clientes, a sua circulação, etc” (tradução livre).

termos gerais, é indubitavelmente correto que o casamento monogâmico constitui a instituição predominante reguladora das relações sexuais no Ocidente”. A partir de então, as relações fora desse “enclave” são cada vez mais reprimidas, e levadas ao “reino do segredo, do que não pode ser mencionado sem perda de prestígio ou de posição social” (ELIAS, 2011 [1939], p. 173 e 175). Michel Foucault também afirma que, a partir de 1830, a organização da “família canônica” foi um “instrumento de controle e de regulação econômica indispensável para sujeição do proletariado urbano” (FOUCAULT, 1988 [1976], p. 115).

Margareth Rago confirma a tese de que a categoria “prostituta” teria sido construída nessa época a partir de uma referência médico policial característica de uma sociedade em que “todo um sistema de codificações morais, que valorizam a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas” (RAGO, 1991, p. 23). Aparecida Moares também afirma como esse modelo de família foi estruturado a partir da ideia de uma “mãe-higiênica”, na qual a “mulher se converte na identidade materna, submetida principalmente aos princípios médicos”. Dessa forma, a prostituta é colocada como o oposto desse modelo higienizado de mulher e sua identidade passa a ser “cientificamente concebida em oposição aos papéis de mãe, esposa e avó” (MORAES, 1996, p. 67).

As prostitutas passam a ser estigmatizadas como “ameaça de desintegração da ordem familiar e de contaminação do corpo social” (RAGO, 1991, p. 98). Ou seja, a separação e isolamento daquela classificada então como “prostituta”, posiciona aquela *outsider*, violadora de regras, “delinquente” social e, portanto, portadora do estigma de “desviante” (2011 [1963]), o que nos auxilia a compreender como é estruturado o famoso “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996). Para Paola Tabet:

Dans les sociétés occidentales en particulier, ce terme [prostitution] signale que l'activité professionnelle et le mode de vie, le statut, “l'état” d'une catégorie de femmes – les prostituées – sont totalement séparés et distincts de ceux des autres femmes. On établit un clivage absolu entre d'une part la putain, “la femme qui se vend”, d'autre part la mère ou l'épouse, faisant de l'appartenance à l'une ou l'autre catégorie une affaire d'essence (TABET, 2004, p. 7)²²¹.

A autora descreve como essa categoria foi uma criação resultante de medidas políticas e legislativas principalmente para o controle de saúde e policial, que com o tempo passam a ser cada vez mais controladas e marcadas pelo estigma, como observamos anteriormente (TABET,

221 “Na sociedade ocidental, em particular, este termo [prostituição] assinala uma atividade profissional e um modo de vida, o status, o ‘estado’ de uma categoria de mulheres – as prostitutas – que são totalmente separadas e distintas das outras mulheres. É estabelecida uma clivagem absoluta entre, de uma parte a puta, ‘a mulher que se vende’, e de outra parte a mulher ou esposa, fazendo a pertença há uma e a outra categoria uma questão de essência” (tradução livre).

2004, p. 11). Da mesma forma, de acordo com o historiador Alain Corbin:

Il conviendrait tout d'abord de définir ce qu'on entend alors par prostitution; or, force est de reconnaître, à ces propos, que ceux qui se sont penchés sur ce problème sont loin d'être d'accord. [...] nombreux sont les auteurs qui ne distinguent pas clairement, pour la femme, la liberté sexuelle, la débauche et la prostitution, c'est-à-dire ce qui, rappelons-le, constituait, aux yeux de Parent-DuChâtelet, les stades successifs de la déchéance féminine (CORBIN, 2010 [1978], p. 190)²²².

Assim, as ideias de “impureza”, “sujeira” e de “poluição moral” vão fazendo parte dos discursos classificatórios associados à prostituição. Para Soraya Simões (2010a), as classificações associadas à prostituição – ideias de separação, demarcação, punição e purificação - aparecem “como sendo necessárias e impositivas àquele grupo de pessoas cujo comportamento sexual transgredia o padrão social estruturado (*Ibidem*, p. 41)”.

Nesse sentido, uma das medidas do poder público francês foi criar um sistema de cadastro de prostitutas e perseguir as formas de “débauche” (libertinagem ou devassidão) consideradas clandestinas. Para além do controle que esse cadastro prestava à administração pública, uma prostituta cadastrada oficialmente auxiliava na sua separação entre as “outras” mulheres. Ou seja, aquelas mulheres “libertinas” e/ou prostitutas não cadastradas nos registros da administração, perturbavam as tentativas de classificação e ordenação, pois “la fille clandestine se dilue dans la communauté des 'honnêtes femmes'²²³”, e por essa razão representavam “un risque accru de contagion morale et sanitaire²²⁴” (CORBIN, 2010 [1978], p. 192-193).

Para entender o porquê de algumas mulheres não se cadastrarem, Parent-DuChâtelet dedica um capítulo inteiro do tratado a esse tema: “CHAPITRE VIII – De la prostitution Clandestine” (“CAPÍTULO VIII – A prostituição Clandestina”; In: PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 492-503, tomo I). Eram chamadas de “filles insoumises” (“garotas insubmissas”) aquelas não submetidas/registradas pelos órgãos do governo, que continuavam trabalhando nas ruas, bares e *Hôtels Garnis*²²⁵ sem controle policial e médico, e na maioria das vezes, sem estar ligadas a

222 “Será conveniente em primeiro lugar definir aquilo que se entende então por prostituição; ou, talvez, de reconhecer, neste propósito, que aqueles que se debruçaram sobre este problema estão longe de estarem de acordo. [...] numerosos são os autores que não distinguem claramente o que é mulher, liberdade sexual, devassidão e prostituição, isto é, características que representavam aos olhos de Parent-DuChâtelet, recordemos, os estados sucessivos da decadência feminina” (tradução livre).

223 “a prostituta clandestina se dilui na comunidade de ‘mulheres honestas’” (tradução livre).

224 “um risco de aumento de contágio moral e sanitário” (tradução livre).

225 “Ici on loge à la nuit” (“Aqui se aloja à noite”): os *Hôtels Garnis* eram casas com quartos de aluguel mobiliados (*guarni*) para curta permanência e/ou para morar. Nesses locais se juntavam pessoas sem domicílio, nômades, estrangeiros, refugiados, “célibataires” (“solteiros”) e grande parte das prostitutas. Em seu tratado, o Parent-DuChâtelet contabilizou na época cerca de 3 mil estabelecimentos desse tipo em Paris. Segundo ele estes eram os lugares mais “dégoûtants” (hediondos) da cidade (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 504-507, tomo I). Na versão de sua obra de 1857 (3ª edição), os autores afirmam que não existiam mais *Garnis* da mesma forma que antes porque

nenhuma casa de prostituição controlada pela administração pública pelo sistema de *Maisons Closes*. Isso porque, além do cadastro, foi criado um local específico para a atividade da prostituição, de modo a separar e estabelecer no espaço da cidade os locais corretos para essas atividades: a casa de tolerância, chamada em francês de *Maison Close* que, em uma tradução literal, significaria o mesmo que “Casa Fechada”.

Confinadas dentro de *Maisons Closes*

O sistema de *Maisons Closes*, segundo Jacques Solé (1993) “une sorte de 'spécialité française’²²⁶”, é parte do processo de ordenação de Paris face à ameaça das chamadas “desordens” da “Commune révolutionnaire” e “l’abus de toutes libertés²²⁷”, das quais, como já foi dito anteriormente, se destacava a prostituição:

Il importe donc, au temps de l’Ordre moral des années 1870, de renforcer une répression dont l’institution des Maisons Closes est le symbole [...] C’était en même temps contredire les mythes révolutionnaires et prôner un moyen de garantir le mariage bourgeois. [...] Le rationalisme des Lumières rencontre là ultime triomphe par cette création d’un milieu cloisonné afin de discipliner enfin les filles²²⁸ (SOLÉ, 1993, p. 24).

Nesse contexto, Parent-DuChâtelet foi o responsável por conceber a base teórica e técnica para a implementação do sistema de *Maisons Closes* na França. O higienista defendia que estas casas de prostituição controladas e fechadas tinham a mesma utilidade que os encanamentos de esgoto: separar, organizar e canalizar as impurezas inerentes às cidades, pois “les prostituées sont aussi inévitables, dans une agglomération d’hommes, que les égouts, les voiries et les dépôts d’immondices²²⁹” (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 528, tomo II). As casas de tolerância cumpriam uma função semelhante aos encanamentos para o esgoto: constituíam uma espécie de esgoto seminal, que precisa ser cuidado, controlado e saneado: “un instrument de la guérison du sexe de la ville²³⁰” (CORBIN, 2008 [1981], p. 30-37). A ideia da casa de tolerância de prostituição

havam sido promulgadas leis de intervenção e vigilância desses locais ao ponto de vista da higiene e salubridade (PARENT-DUCHÂTELET, 1857, p. 485, tomo I). Mais uma vez, por meio das versões do livro, se percebe como ocorriam drásticas mudanças nesse período sobre o modo de habitar de Paris.

226 “Uma espécie de especialidade francesa” (tradução livre).

227 “da Comuna Revolucionária; o abuso de todas as liberdades” (tradução livre).

228 “É importante, portanto, no momento da Ordem moral dos anos 1870, reforçar uma repressão da qual a instituição das Maisons Closes é símbolo. [...] Era, ao mesmo tempo contradizer os mitos revolucionários e exaltar um modo de garantir o casamento burguês. [...] O racionalismo do Iluminismo reencontra ao último triunfo por esta criação de um ambiente confinado a fim de disciplinar enfim as garotas” (tradução livre).

229 “as prostitutas são inevitáveis, em uma aglomeração de seres humanos, assim como os esgotos, as valas e os depósitos de imundícies” (tradução livre).

230 “um instrumento de apaziguamento da sexualidade na cidade” (tradução livre).

como esgoto seminal conjugava seu trabalho como sanitarista dos esgotos da cidade com a ideia de “mal necessário” da prostituição. Mais uma vez, observamos como a prostituição se relaciona com classificações de impureza, neste caso com sua associação aos esgotos.

Dessa forma, o “CHAPITRE V – Des maisons publiques de prostitution” (“CAPÍTULO V – As casas públicas de prostituição”; In: Parent-DuChâtelet, 1837, p. 283-365, tomo I) de seu tratado, legisla sobre esse “equipamento” e defende sua existência. Segundo Corbin, ao longo desse capítulo “le bordel se trouve peu à peu défini comme l'antithèse du bouge à l'intérieur duquel règne la promiscuité anarchique des corps”²³¹.

A criação de um espaço na cidade especialmente destinado à prática da prostituição de forma controlada pode ser analisada a partir dos espaços disciplinares de Michel Foucault. Segundo o autor, é característico desse período de reformas a elaboração de um “espaço analítico” por meio da disciplina, que acabou por realizar uma localização funcional de instituições disciplinares. Isso porque, a “disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 1977 [1975], p. 130 e 132).

Cada indivíduo no seu lugar; e cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar, vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (*Ibidem*, p. 131).

A criação dessas localizações funcionais se funda a partir da disciplina de “um espaço útil do ponto de vista médico” que acabou por conferir esses lugares determinados - no nosso caso, as *Maisons Closes* - que se definem de modo a satisfazer a necessidade de vigiar, e de criar um espaço funcional e organizado na cidade (*Ibidem*, p. 132). Isto é, nos termos do autor pode-se dizer que as casas de tolerância funcionam como um “dispositivo panóptico” da vida sexual.

O Panóptico ou “casa de inspeção”, é um projeto modelo de arquitetura para espaços controlados - “ideia um de novo princípio de construção” - para estabelecimentos nos quais pessoas “de qualquer tipo” necessitam ser mantidas sob inspeção, em especial as “casas

231 “o bordel se encontra, pouco a pouco, como a antítese da transformação no interior do qual reina a promiscuidade anárquica dos corpos” (tradução livre). In: ALAIN CORBIN, nota de rodapé em PARENT-DUCHÂTELET, 2008 [1981], p. 162.

penitenciárias”, mas também fábricas, hospícios, escolas, casas para pobres, entre outros. Criado em 1787 pelo inspetor Jeremy Bentham, foi estudado por Michel Foucault em seu livro “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 1977 [1975]), e tornou-se um paradigma para se pensar sistemas sociais de controle. Vale dizer que, apesar da semelhança entre o controle das *Maison Close* e as ideias do panóptico, o texto original de Bentham não menciona a adoção da proposta para casas de prostituição, embora o faça para outras instituições de controle semelhantes (BENTHAM, 2008 [1789]).

Figura 32: Cartazes, cartões e fotos diversas de Maisons Closes durante a “Age d’or” da prostituição em Paris. Musée de l’Erotisme, Paris, (foto)



Segundo Alain Corbin, o sistema regulamentarista francês de *Maison Close* se baseia em três princípios essenciais: 1) um local enclausurado, invisível aos olhos das “crianças” e das “mulheres honestas”, e que não permita seu “transbordamento” e contaminação; 2) um local isolado, mas que possa ser controlado pela administração pública: “Invisible pour le reste de la société, il est parfaitement transparent pour ceux qui le contrôlent”²³²; e 3) para ser bem controlado, o local deveria ser rigorosamente hierarquizado. Um sistema criado pelo racionalismo típico do Iluminismo, para disciplinar a “fille publique”. Por essas características, Alain Corbin o considera um perfeito exemplo do panoptismo de Michel Foucault (CORBIN, 2010 [1978], p. 24- 25).

232 “Invisível para o resto da sociedade, é perfeitamente transparente para aqueles que a controlam” (tradução livre).

Além das leis para justificar os locais reservados para a prática da prostituição, existia também a pressão da sociedade visando a segregação das prostitutas na cidade e a manutenção de sua permanência nos espaços tolerados. Os argumentos baseavam-se, mais uma vez, na possibilidade da confusão entre mulheres “honestas” e “filles publiques”: “Quelle est, em effet la femme honnete quis'arretera devant un étalage, au risque d'etre insultée ou prise pour ce qu'elle n'est pas?”²³³ (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 545, tomo I). As *Maisons Closes* acabam se tornando, dentro da organização urbana, o destino da “sujeira” inevitável da prostituição - nos termos de Douglas, 1966.

Muitos comerciantes jogavam nanquim, óleo, ácido e outras substancias corrosivas nas mulheres para expulsá-las. Muitas vezes, para se vingar, as prostitutas quebravam a noite os “carreaux” (“vitrines”) dessas boutiques (*Ibidem*, p. 545-546, tomo I). Ou seja, as mulheres resistiam como podiam à sua expulsão do espaço público. Havia muitas reclamações deste tipo endereçadas à prefeitura, pedindo um *gendarme* “pour rester de planton et pourvoir à la liberté de la circulation”²³⁴. Dessa forma o prefeito declara que não medirá esforços “pour reenfermer la prostitution dans les limites les plus étroites”²³⁵ (*Ibidem*, p. 561, tomo I). Segundo o próprio Parent-DuChâtelet, o aumento rápido do numero de “maisons” a partir de 1828, se deu em função de “mesures énergiques”²³⁶ da administração pública de modo a “faire disparaitre de la voie publique le scandale de la prostitution”²³⁷ (*Ibidem*, p. 122, tomo II):

Encouragée par l'approbation de la population parisienne, l'administration interdit le raccrochage em plein jour; elle ne permit qu'aux filles qui sont dans les maisons de rester le soir sur leur porte; elle punit plus sévèrement les auts lorsqu'elles étaient commises par des filles em maison; elle consigna plusieurs rues passagères et étroites aux filles publiques isolées (*Ibidem*, p.123, tomo II).

Vale destacar que, da mesma maneira que acontecia com a criação da classificação em relação às mulheres, era preciso diferenciar e separar os usos urbanos, de modo a evitar a mistura entre o espaço da família burguesa e os espaços das atividades “desviantes” (nos termos de Becker, 2008 [1963]). Ou seja, além da prostituição estar restrita ao espaço interno das *Maisons Closes*, estas apenas obtinham autorização de funcionamento caso seguissem regras, entre elas ter uma entrada independente e nenhuma ligação com as casas vizinhas, com “portes de derrière et cachées”²³⁸ (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 287, tomo I); e outras regras de distanciamento e separação

233 “Quem é, na realidade, a mulher honesta que irá parar diante de uma venda, sob o risco de ser insultada ou tida por aquela que ela não é?” (tradução livre).

234 “Para permanecer de plantão e garantir a liberdade de circulação” (tradução livre).

235 “para trancafiar a prostituição dentro dos limites mais estreitos” (tradução livre).

236 “medidas enérgicas” (tradução livre).

237 “Fazer desaparecer da via pública o escândalo da prostituição” (tradução livre).

238 “Entrada escondida pelos fundos” (tradução livre).

de outros espaços. Segundo o tratado, constituíam como “des lieux auprès desquels maisons de tolérance ne peuvent pas s'établir²³⁹”:

- Les temples à quelque culte qu'ils appartiennent, les palais, les grands établissements publics et les demeures des grands fonctionnaires [...] Non-seulement les palais, mais encore les établissements publics, ceux auprès desquels se forment quelquefois des réunions nombreuses, doivent, autant que possible, se trouver éloignés des lieux publics de prostitution;
- Les école des filles et garçons;
- Certains hotels garnis (*Ibidem*, p. 294 – 297, tomo I)²⁴⁰.

As casas de tolerância também eram um instrumento de controle para a questão da “racolage” (ou “raccrochage”), que é uma palavra especificamente associada à prostituição e que não existe no português. Significa: abordar, paquerar ou chamar os clientes para fazer programa. Segundo Parent-DuChâtelet “cette coutume ayant de nombreux inconvénients, je ne puis me dispenser d'en parler et d'indiquer les mesures qui on été proposées ou tentées, soit pour atténuer, soit pour faire disparaître les plus graves de ces inconvénients²⁴¹”. Ao defender sua proibição, ele aponta as *Maisons Closes* como os “lieux publics de prostitution” (“locais públicos de prostituição”; In: PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 542 e 567, tomo I). A proibição da *racolage* é um ótimo exemplo de como nesse período foram sendo estabelecidos os usos, posturas e modos corretos da nova conformação urbana que se estava criando na França da *Restauration* e da II República. Assim como a separação/isolamento/confinamento dos usos “indevidos” do espaço urbano.

As *Maisons Closes* também deviam ser conduzidas por *dames* ou *maitresses de maison* - “la tete des maisons de débauche²⁴²” (*Ibidem*, p.191, tomo I) - que organizavam e fiscalizavam o registro e controle das prostitutas, além das visitas médicas de controle da prefeitura. Elas também passavam pelo controle dos inspetores de saúde e deviam ser cadastradas na prefeitura, onde recebiam as instruções de como coordenar as visitas dos inspetores de saúde, como realizar o cadastramento das “filles publiques” e como manter informados os agentes de tudo o que acontecia na casa que coordenavam (*Ibidem*, p. 435 e 482, tomo I). O registro²⁴³ e controle das

239 “os lugares nos quais as casas de tolerância não podem ser estabelecidas” (tradução livre).

240 “ Nos templos que pertencem a algum culto, nos palácios, nos grandes estabelecimentos públicos e nas casas de altos funcionários [...] Não somente nos palácios, mas ainda nos estabelecimentos públicos, naqueles em que se formam às vezes reuniões numerosas, devem, sempre que possível, se encontrar distanciados dos lugares públicos de prostituição.

As escolas de meninas e meninos;

Certos hotéis *garnis* (tradução livre).

241 “Esse costume tem numerosos inconvenientes, eu não poderia deixar de falar e de indicar as medidas que foram propostas ou tentadas, seja para atenuar, seja para fazer desaparecer os mais graves destes inconvenientes” (tradução livre).

242 “A cabeça das casas de devassidão” (tradução livre).

243 Segundo Parent-DuChâtelet, no registro elas eram primeiramente interrogadas: estado civil, pais vivos ou mortos, com quem mora e porque saiu da casa dos pais ou marido, se tem filhos e se os conserva, desde quando mora em Paris, se já foi presa e quantas vezes, desde quando e onde trabalha com prostituição, se já teve doenças venéreas, se

casas e prostitutas era realizado pelos inspetores e agentes do “Bureau des moeurs²⁴⁴”. Segundo Corbin: “La maison de tolérance doit être totalement transparente aux agents des moeurs. L'administration purifie la prostitution en l'obligeant à quitter l'ombre pour la lumière qui permet la surveillance²⁴⁵”.

As prostitutas deviam seguir uma série de regras de comportamento além do cadastro e inspeção policial e médica. Entre as infrações consideradas como “Fautes légères” (“Faltas leves”) figuravam como crime: “De se trouver dans des lieux qui leur sont défendues; [...] De se montrer à des heures indues; De s'enivrer et de coucher, dans cet état, sous des portes, dans les rues ou les places publiques;” [...] De se promener de jour dans les rues ;²⁴⁶ [...] De sair com a cabeça e o pescoço nu, etc. E como “Fautes graves” (“Faltas graves”): “Tenir en public des propos obscènes; [...] Se présenter à la fenetre dans un état de nudité²⁴⁷”, etc (*Ibidem*, p. 349-351). As mulheres que não seguissem as regras eram presas, e existiam prisões especiais para as prostitutas, de modo que elas não contagiassem seus “vícios” a outras mulheres. Além disso, era uma prisão hospital, na qual as mulheres também eram tratadas de doenças venéreas, o “hospital prisão de Saint-Lazare”, que é ao mesmo tempo uma prisão, um centro correcional e educacional, um hospital e uma casa de retiro para prostitutas aposentadas (PARENT-DUCHÂTELET, 1900, p. 263²⁴⁸).

De acordo com Alain Corbin, a *Maison Close*, a prisão e o hospital especializados para prostitutas conjugam um sistema carcerário de sua circulação, parte de uma organização que visa sua separação e enclausuramento na cidade, apartando-a do resto da sociedade (CORBIN, 2010 [1978], p. 25). Vale aproximar essa política aos argumentos propostos por Foucault e a ideia da criação desses espaços disciplinares durante o período, “instituições completas e austeras” para controle, das quais o autor categoriza como suas características a organização funcional e o isolamento (FOUCAULT, 1977 [1975], p. 207 – 217).

teve educação, quais motivos para ela se registrar (auto inscrição, levadas pela *dame de maison*, e à força, pela polícia, etc). Depois disso, elas passavam ao exame médico (PARENT-DUCHÂTELET, 1837, p. 373-374, tomo I).

244 “Departamento de Costumes” (tradução livre).

245 “A casa de tolerância deve ser totalmente transparente aos agentes dos costumes. A administração purifica a prostituição obrigando-a a abandonar a sombra pela luz que permite a vigilância” (tradução livre). In: ALAIN CORBIN, nota de rodapé em PARENT-DUCHÂTELET, 2008 [1981], p. 163.

246 “De encontrar-se nos locais que a elas são proibidos; [...] De se expor nas horas indevidas; de se embebedar e de dormir, neste estado, sob as portas, nas ruas ou nas praças públicas [...] De passear de dia nas ruas;” (tradução livre).

247 “Ter em público cenas obscenas; [...] Se apresentar à janela num estado de nudez” (tradução livre).

248 A descrição acerca desse hospital não aparece nas duas primeiras edições da obra de Parent-DuChâtelet. É a partir da 3ª edição que o Saint-Lazare é nomeado como o destino de prostitutas doentes e/ou infratoras. Além disso, apenas na edição de 1900 (4ª edição) há uma descrição mais detalhada desse local. Isso demonstra como o período também era um momento de criação desse local de punição e isolamento para prostitutas.

Das *Maisons Closes* à periferização “centrífuga” da prostituição em Paris

Essas políticas mudaram drasticamente a cidade de Paris, em consonância com o processo *haussmannien* de modificações urbanas. Laure Adler afirma que estas acabaram por concentrar/agrupar as casas de prostituição num mesmo local, uma espécie de canalização da atividade em guetos: “progressivement avec la restructuration urbaine, elles se regroupent dans des quartiers réservés²⁴⁹” (ADLER, 2010, p. 59), reforçando a formação das regiões morais da cidade.

Além disso, ocorre um processo de periferização da atividade, com o surgimento das “*Maisons de la banlieue*” (“Casas de subúrbio”). Estas cresceram de forma ascendente e praticamente dobraram de quantidade depois de doze anos, enquanto as *Maisons* de Paris seguiram o movimento contrário, diminuíram 25% no mesmo espaço de tempo, apontando para uma migração da prostituição para a periferia da cidade²⁵⁰. Nesse sentido, é importante destacar que na versão original do tratado de Parent-DuChâtelet não há referência às *Maisons de la banlieue*. Isso porque esse tipo de casa de tolerância só começaria a existir após se iniciarem as políticas de controle. Tais políticas passaram a expulsar muitas prostitutas das ruas e fechar as casas clandestinas ou que não seguissem as regras de controle médico, de higiene, de distanciamento, de horário de funcionamento, entre outras. A organização da prostituição na periferia de Paris mudou a fisionomia da cidade e das comunidades nos seus arredores (PARENT-DUCHÂTELET, 1857, p. 309-312, tomo I):

La cause de cette diminution peut être attribuée, d'un part, aux difficultés de plus en plus grandes que rencontre l'administration quand il s'agit de maisons nouvelles, et d'autre part, à l'émigration des maisons de bas étage vers la banlieue par suite des travaux d'embellissement qui s'effectuent de toute part dans la capitale. Plusieurs de ces maisons, et même des rues où la prostitution s'exerçait de temps immémorial, ont disparu.

[...] L'ouverture de maisons de tolérance dans les faubourgs de la banlieue, [...] et les travaux d'embellissement exécutés depuis quelques années, on fait refluer du centre aux extrémités un certain nombre de prostituées²⁵¹ (*Ibidem*, p. 307 e

249 “progressivamente com a reestruturação urbana, ela se reagrupa nos bairros reservados” (tradução livre).

250 O editores da 3ª edição da obra de Parent-DuChâtelet fizeram uma tabela para comparar as movimentações das *Maisons* entre Paris e seus subúrbios entre 1842 e 1854, por que foi exatamente em 1842 que a prostituição foi definitivamente regularizada nas municipalidades do cinturão de Paris. Apenas em 1842 foram regularizadas 36 casas de prostituição na periferia de Paris, e em 1854 o total de casas tinha praticamente dobrado de quantidade (68 casas). Na Paris de 1812 havia 193 *Maisons*, que foram diminuindo ano a ano, contabilizando 144 em 1854 (PARENT-DUCHÂTELET, 1857, p. 307, 309-312, tomo I).

251 “A causa desta diminuição pode ser atribuída, em parte, à dificuldade cada vez maior encontrada pela administração quando se trata de novas casas, e de outra parte, à migração de casas de baixo padrão em direção ao subúrbio como resultado dos trabalhos de embelezamento que se efetuam por toda parte na capital. Várias destas casas, e mesmo de ruas onde a prostituição é exercida desde tempos imemoriais, desapareceram.

[...] A abertura de casas de tolerância nos arredores da periferia, [...] e os trabalhos de embelezamento executados

545, tomo I).

Essa reorganização das casas de prostituição parecia anunciar uma ineficácia no sistema. Segundo Laure Adler, a partir de 1870 as estratégias regulamentaristas se revelam “in échec total: les bordels meurent, le nombre de prostituées clandestines augmente et la répression qui s'abate aveuglément est dépourvue d'efficacité”²⁵² (ADLER, 2010, p. 221), ou seja, as prostitutas aparentavam resistir em se submeter ao sistema de *Maisons Closes*. Dessa forma, de acordo com Adler, após seu tempo de glória, as *Maisons Closes* começam a perder seu atrativo e os anos 1930 marcam seu declínio (*Ibidem*, p.18). Alain Corbin acrescenta que esse declínio também “est largement entamé et perçu, pour voir naître et se développer la campagne abolitionniste contre la tolérance”²⁵³ (CORBIN, 2010 [1978], p. 189).

Em 1874, a inglesa Joséphine Butler lança uma “cruzada abolicionista” em âmbito internacional durante uma conferência em Nova York. Em seguida, ela visita diversas cidades da França e seus respectivos locais relacionados à prostituição, como o hospital-prisão Saint-Lazare, que segundo Alain Corbin, “la scandalisa” (“escandaliza-a”; In: *Ibidem*, p. 316-317)²⁵⁴. Assim começa sua campanha no país com a criação da sessão francesa da “Association pour l'Abolition de la Prostitution réglementée” (Associação para Abolição da prostituição regulamentada) em junho de 1879, da qual participaram diversas feministas. Com o tempo, a campanha abolicionista foi crescendo, tanto no meio feminista, como na esquerda francesa em geral (CORBIN, 2010 [1978]; KEMPADOO, 2012; MARCOVICH, 1949; PHETERSON, 1996, p. 14). Em 1926, Marcelle Legrand Falco fundou o ramo francês do movimento abolicionista. Desde a sua criação, o movimento abolicionista interveio junto ao governo para pôr fim ao sistema de regulamentação. A partir de então, gradualmente os países europeus começaram a adotar políticas abolicionistas (MARCOVICH, 1949, p. 3).

Estas foram as prerrogativas para criação da lei "Marthe Richard" (*Loi du 13 avril*) em 1946, que acabou oficialmente com o regime regulamentarista na França. A lei impôs o fechamento de cerca de mil e quatrocentos *Maisons Closes*, afetando o trabalho de mais de vinte mil prostitutas.

depois de alguns anos, trouxeram um refluxo do centro às extremidades de um certo número de prostitutas” (tradução livre).

252 “um fracasso total: os bordéis morrem, o número de prostitutas clandestinas aumenta e a repressão que se abate cegamente é desprovida de eficácia” (tradução livre).

253 “É largamente iniciado e percebido, em função do nascimento e desenvolvimento da campanha abolicionista contra a tolerância [da prostituição]” (tradução livre).

254 Josephine Butler considerava a prostituição uma forma extrema de discriminação de gênero, e por essa razão começou o que ela chamou de “grande cruzada” para acabar sistema de regulamentação da prostituição. Em 1869, ela escreveu um manifesto que foi assinado por 120 personalidades da época. Este movimento logo se espalhou, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Muitas ativistas do movimento de libertação das mulheres, feministas e outros intelectuais se envolveram no movimento abolicionista (MARCOVICH, 1949, p. 2).

Segundo Jacques Solé, a proibição da prostituição na França e “la criminalisation de la prostitution a, d’autre part, plutôt progressé depuis 1946”²⁵⁵. De acordo com o autor, os movimentos feministas abolicionistas foram “peut-être encore plus funeste”²⁵⁶ para a vida das prostitutas que o sistema regulamentarista anterior (SOLÉ, 1993, p. 14 e 44).

Em 1949, logo após a criação da lei, a França adere à “convenção abolicionista” da ONU²⁵⁷, sem seguir ainda todas suas indicações, pois o Regulamentarismo da prostituição continuava fora das grandes cidades francesas, sobretudo nas suas colônias²⁵⁸. O país torna-se oficialmente abolicionista somente em 1960 (MARCOVICH, 1949).

É nesse contexto que surge o movimento organizado das prostitutas francesas, em 1975, após a ocupação por cerca de cem prostitutas da igreja “Saint-Nizier”, em Lyon, França, em uma manifestação contra a perseguição que sofriam²⁵⁹. Segundo Thierry Schaffauser, trabalhador do sexo e integrante do STRASS – *Syndicat du Travail Sexuel*²⁶⁰, apesar da força do movimento em 1975, não foi possível manter a mesma intensidade nos anos seguintes. As prostitutas voltam a se organizar novamente nos anos noventa, na luta contra a Aids, uma mobilização em torno da saúde porém limitada na questão política. A partir de 2002 houve uma grande renovação de movimentos em função do crescimento de leis abolicionistas e atitudes repressoras do governo francês, sobretudo com a promulgação da Lei *Sarkozi* em 2003 que criminaliza a prática da prostituta de rua (Thierry Schaffauser, entrevista realizada em 26/10/2013).

Atualmente, o movimento social organizado das prostitutas na França, além de atacar as políticas atuais e suas proponentes abolicionistas, se propõe a reconstruir o ideal feminista levantando os

255 “a criminalização da prostituição, por outro lado, progrediu bastante depois de 1946” (tradução livre).

256 “talvez ainda mais desastrosos” (tradução livre).

257 A convenção foi realizada em 02 de dezembro de 1949, pelas Nações Unidas, um ano após a Declaração Universal dos Direitos Humanos após a Segunda Guerra Mundial (MARCOVICH, 1949).

258 Um ótimo exemplo da regulamentação da prostituição nas colônias francesas foi a criação do “quartier réservé” de Bousbir, em Casablanca, Marrocos. Um bairro planejado para concentrar a atividade, confinado estrategicamente por muros e controlado pelo estado nos moldes regulamentaristas, funcionando como uma grande *Maison Close*. (MATHIEU; MAURY, 2003, p. 42-43).

259 Esse tema será tratado mais detalhadamente no Capítulo 6.

260 O STRASS – *Syndicat du Travail Sexuel*, é um sindicato organizado em autogestão, criado em 2009, com o objetivo de defender os direitos dos “travailleurs du sexe em France”. Segundo Morgane Merteuil: “Nosso sindicato foi concebido como uma ferramenta ao serviço da auto organização dos trabalhadores do sexo. Nós lutamos para o reconhecimento do trabalho sexual, contra todas as proibições do mesmo, e portanto contra todas as disposições repressivas que atrapalham a liberdade do seu exercício e nos mantêm em condições de insegurança e ilegalidade. Nós lutamos contra a discriminação e a marginalização que sofremos enquanto trabalhadores do sexo, reivindicando, notadamente, o status profissional que assegure nossa proteção social e nossa aposentadoria. Nós possibilitamos também aos trabalhadores do sexo tomar a palavra, ignorada, em benefício de outros interventores apresentados como os especialistas do tema (médicos, católicos e outros moralistas, abolicionistas) [...] Nós lutamos assim contra a vergonha moral que vai ao encontro de nossas atividades, que nos coloca seja no papel de vítimas, seja naquele de contra modelo de mundo de grande parte do resto da sociedade” (tradução livre; In: MERTEUIL, 2012, p. 129-131). O Sindicato é o nível de organização nacional das prostitutas de França, e se articula com os coletivos locais como o Collective 16eme (Bois de Bologne1), o Collective Rue Saint-Denis, etc.

problemas das concepções de mulher “livre”, “universal”, “que faz suas próprias escolhas”, bem como sua relação com as contradições que vêm emergindo a partir das correntes migratórias em direção ao país, que afrontam diretamente esse modelo ideal de mulher construído historicamente.

Assim como no Brasil, atualmente na França são proibidos os locais para o exercício da prostituição (apartamentos, hotéis, saunas, bares, clubes), mas lá não é permitido nem mesmo que duas prostitutas morem num mesmo apartamento, porque, de acordo com a legislação, uma delas poderia ser enquadrada como cafetina, aliciadora e, portanto, incriminada (MUNK, 2012). Segundo Thierry Schaffauser, ao longo de dez anos de existência, esta lei fez com que a prostituição se escondesse cada vez mais no cinturão externo (a *péripherique*) e nos bosques que margeiam a cidade em suas extremidades leste e oeste (*Bois de Vincennes e Bois de Boulogne*; In: Thierry Schaffauser, entrevista, *op. cit.*). Isto é, o movimento organizado das prostitutas afirma que as políticas recentes do governo francês estão reforçando o processo histórico de periferização da prostituição na cidade de Paris. Da mesma forma, Emmanuel Redoutey afirma que em Paris “les lieux de prostitution tendent à se déplacer dans un mouvement centrifuge vers la périphérie et des environnements socio-économiques moins privilégiés”²⁶¹. O autor classifica três tipos de territórios de prostituição em Paris atualmente: as áreas centrais (a ruas de prostituição tradicionais, históricas e marcadas de um turismo “voyeur”); os grandes bosques, *Bois de Vincennes e Bois de Boulogne*, lugares “hors la ville” (“fora da cidade”); e as portas e “Boulevards des Maréchaux” nos limites da cidade, domínio urbano periférico, do automóvel e da “prostitution pluri-ethnique” (REDOUTEY, 2005, p. 53, 54, 61-62 e 75-76). Vale destacar ainda que a prostituição se localiza majoritariamente do lado norte, no “River Droit”, tendência que acompanha a história da cidade, tanto em função das medidas do poder público como das relações sociais, que acabam por organizar os “espaços morais” de Paris (HELENE, 2014b).

Regulamentarismo e confinamento no Brasil

O Brasil, está oficialmente ligado às correntes abolicionistas, tanto por declarações oficiais como pela legislação. A questão, no entanto, é muitas vezes tratada, na prática, de forma contraditória. Em alguns momentos vigora ainda a tradição regulamentarista, sobretudo na atuação da polícia, como o demonstra a existência recorrente de casas e Zonas de prostituição funcionando como áreas de tolerância em quase todas cidades brasileiras. Retomo aqui a questão da aplicação seletiva

261 “os lugares da prostituição tendem a se deslocar num movimento centrífugo em direção à periferia e aos ambientes sócio econômicos menos privilegiados” (tradução livre).

da lei, atuação que às vezes parece guiada por práticas abolicionistas e outras vezes regulamentaristas.

Aline Tavares afirma que o Brasil também apresenta algumas características da linha proibicionista, no que concerne a forma como as prostitutas são tratadas pela sociedade (TAVARES, 2014b, p. 424). Acrescenta-se a isso o fato de ser pouco conhecida a legalidade da ocupação no país, inclusive entre as próprias prostitutas, que acreditam elas mesmas ser sua ocupação proibida. Como exemplo, cito um fato observado na manifestação das prostitutas de Niterói em 2014, relatada anteriormente. Na primeira manifestação, realizada pelas prostitutas trabalhadoras do prédio que estava sendo “gentrificado”, a maioria dos cartazes pedia a legalização da profissão. Na segunda passeata, quando já estavam junto as prostitutas integrantes da ONG DaVida, os cartazes mudaram para “prostituição não é crime”. Esse fato é desconhecido, principalmente pela forma como elas são tratadas pela polícia²⁶². Natasha, da Associação Mulheres Guerreiras, por diversas vezes afirma como descobriu que sua ocupação não era crime e sim um trabalho, a partir de sua participação na Associação: “A Associação também me fez descobrir que o profissional do sexo, ele existe como trabalho informal, nós estamos na CBO [...] ou seja, eu me vejo como uma profissional, eu aprendi isso dentro da Associação” (Natasha, entrevista, *op. cit.*).

Esses exemplos refletem, aparentemente, um debate inconcluso na disputa entre os diferentes sistemas Proibicionismo, Regulamentarismo e Abolicionismo. Cada cidade/região brasileira realizou atuações políticas e policiais mais próximas de uma determinada linha, de acordo com o jogo de forças travado em seus debates públicos. A adoção das regras ficava condicionada ao que ocorria nas cidades de destaque no controle e poder do território, como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse caso, Campinas seguiu fortemente influenciada pelas políticas da capital paulista, apesar de constituir suas próprias formas de atuar em relação à prostituição dadas as características da cidade.

Para acompanhar como acontecia esse debate entre as diferentes abordagens em relação à atividade, há o interessante texto do Chefe de Polícia de São Paulo Cândido Motta, de 1897, que demonstra como a discussão estava se construindo no início das regulamentações acerca da prostituição no Brasil e no mundo:

... si assim consideramos a prostituição, como devemos tratá-la (*sic*)? Abandonar completamente para que ella (*sic*) se manifeste com todos os seus horrores, toda sua hediondez, toda sua podridão? Reconhecê-la como instituição lícita e portanto regulamentá-la (*sic*)? Ou finalmente reprimil-a (*sic*)

262 VIRUS PLANETÁRIO, *op. cit.*; SIMÕES, “EU...” *op. cit.*; EMANUEL, *op. cit.*; Dossiê “Megaeventos...” *op. cit.*

com toda energia, como um dos mais terríveis flagellos (*sic*) da humanidade? (MOTTA, 1897, p. 308).

O texto em seguida relata os argumentos e debates relacionados a cada uma dessas possibilidades. Entre eles, não figura o “sistema abolicionista”, mas suas críticas – o primeiro como perigo do “vício” se alastrar; o segundo como ineficaz e injusto; e o terceiro como uma espécie de “Caftismo Oficial” e um ataque à liberdade individual – indicam o debate de argumentos entre os diferentes sistemas. Por fim, defende as medidas de cunho regulador estabelecidas pela polícia de São Paulo na época: “... esses abusos, que são sempre punidos, são preferíveis à devassidão pública, aos escândalos que tanto nos envergonhavam.” (*Ibidem*, p. 319). No mesmo ano, segundo João Batista Mazzeiro, foram dadas as seguintes instruções aos policiais e às prostitutas:

- a) Estavam proibidos os hotéis ou conventilhos, podiam as mulheres morar em casa particular, nunca em número superior a três, procurando evitar dessa forma o caftismo;
- b) As janelas das casas deviam estar com cortinas duplas e persianas, impedindo assim que o que ocorresse nos seus quartos fosse visto de fora;
- c) Não podiam chamar, provocar nem conversar com os transeuntes;
- d) De noite, as persianas dos quartos deviam ficar fechadas e elas não podiam ficar na porta da casa;
- e) Deviam se vestir de forma decente e cobrindo todo o corpo, principalmente o busto;
- f) Deviam guardar todo o recato nos teatros e divertimentos públicos, não podendo conversar com homens nesses lugares (MAZZIEIRO, 1998).

Apesar dessa legislação, conhecida como “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes”, possuir características muito semelhantes ao sistema francês e ao tratado de Parent-DuChâtelet, bem como ao sistema regulamentarista, Motta afirma que não se estava regulamentando a prostituição, mas evitando os “ataques à moral e aos bons costumes”, garantindo “a paz das famílias, o decoro público, a moralidade das ruas” (MAZZIEIRO, 1998; MOTTA, 1897; RAGO, 1991, p. 112-113).

Sobre a implementação desse regulamento provisório, Margareth Rago afirma:

Percebendo a prostituição como doença, necessária porém fatal, Candido Motta apoiava-se no médico francês Parent-DuChâtelet para justificar as medidas de vigilância da vida das prostitutas. Para ambos, a prostituição tinha como função social canalizar os resíduos seminais masculinos, como os lixos e excrementos nos esgotos, sendo inevitável em qualquer aglomeração de homens [...] As mulheres que se dispunham a desempenhar um papel tão aviltante só poderiam ser comparadas aos receptáculos dos detritos sociais, pensavam eles (RAGO, 1991, p. 112).

Segundo João Batista Mazzeiro, nos anos 1920, apesar das dissidências entre regulamentaristas e

seus adversários, ao final, o que realmente prevaleceu foi a intervenção policial na prostituição: “... entre higienistas, juristas, e outros profissionais, travou-se um debate quanto ao meretrício dever ser abandonado, regulamentado ou reprimido. Todavia, essa discussão ficou apenas no nível do discurso pois, efetivamente, a repressão aberta foi constante” (MAZZIEIRO, 1998). Nas duas primeiras décadas do século, as autoridades policiais reivindicavam a ampliação de seus poderes e de seu espaço de atuação sobre as práticas “ilegítimas” da população (prostituição, lenocínio, entorpecentes, jogos, etc), que se concretizou com a criação da Delegacia de Costumes e Jogos do Gabinete Geral (lei 2.034-1924; RAGO, 1991, p. 110).

Dessa forma, pode-se dizer que oficialmente, as primeiras medidas regulamentaristas no Brasil se instituem com a criação dessa delegacia e com a implementação da prática de fichamento e controle policial sanitário das prostitutas e “casas de tolerância”, na década de 1920. Segundo Sarah Feldman, a criação dessa delegacia foi o primeiro passo para “atender aos anseios da própria polícia e da sociedade civil, de implantação e controle nos moldes do sistema adotado na França desde o início do século XIX (FELDMAN, 2010, p. 190)”. A prática de fichamento e controle das prostitutas pela polícia se inicia então por meio do decreto 4.405-A de 1928: “todas as delegacias deveriam ter o livro de registro de prostitutas, que passaram a ser controladas também pela guarda civil” (MAZZIEIRO, 1998).

A delegacia de costumes passou a fichar e registrar as mulheres prostitutas, incluindo seus dados pessoais e fotografias. Além de procurar localizá-las em “pontos onde não há passagem forçada de menores, operárias e mulheres honestas” (RAGO, 1991, p. 133). Apesar disso até a criação do Jardim Itatinga em 1967, em Campinas, as casas de prostituição não seguiam a prática do registro de prostitutas e controle de exames médicos periódicos. Como não havia o controle por meio da polícia, isso dependia das exigências da donas das casas de prostituição (NEGRÃO, 2013, p. 112).

Pouco depois, a partir dos anos 1940, se iniciam no Brasil as políticas de confinamento e concentração da prostituição na mesma região, tendo como maiores expoentes no país o bairro do Bom Retiro em São Paulo - SP e do Mangue no Rio de Janeiro - RJ, como vimos no caso exemplar anterior (RAGO, p. 126; FELDMAN, 1989). Com o tempo, a atuação do Estado em relação à prostituição foi se direcionando para a criação de territórios específicos para o meretrício, colocando-a em áreas confinadas distantes o suficiente ou preservadas de modo a não ameaçar os valores morais da urbanidade moderna, mesmo que no Brasil a prostituição nunca tenha sido enquadrada como crime. Esses locais segregados também facilitariam o controle da saúde, e fundamentalmente do corpo das prostitutas, visando a não propagação de doenças, muito semelhante às indicações do tratado de Parent-DuChâtelet e o sistema regulamentarista

francês (ENGEL, 1989; FELDMAN, 1989 e 2010; MOARES, 1996; RAGO, 1991; SIMÕES, 2010a). Assim, segundo Margareth Rago, o poder público passa a atuar estabelecendo uma “geografia do prazer”, com localização de territórios especificamente destinados para os “vícios urbanos modernos” se desenvolverem (RAGO, 1991, p. 137 e 42). É importante ressaltar que, oficialmente, segundo Sonia Corrêa, apesar de todas as pressões, “o estado brasileiro nunca adotou o modelo regulamentarista francês”, isto é, nunca foram adotadas “normas nacionais sobre zonas reguladas de prostituição ou cadernetas de controle de saúde para as prostitutas, mesmo quando medidas desse teor tenham sido tomadas em níveis locais” (CORRÊA, 2013, p. 16).

A relação entre a lei brasileira oficialmente abolicionista, mas que na prática pode ser também regulamentarista ou proibicionista, estabelece que, “tradicionalmente” no Brasil, a prostituição seja entendida como um “fenômeno semicriminoso” segundo Ana Paula Silva e Thaddeus Gregory Blanchette : “Se não crime em si, é certamente visto como uma questão de ordem pública, cuja análise, ordenação e (ocasional) repressão cabem propriamente às autoridades instituídas do Estado” (SILVA;BLANCHETTE, 2009, p. 2). Segundo estes autores “a posição liminar da prostituição no Brasil como trabalho, legalmente reconhecido, porém não regulamentado, e a ilegalidade de lucrar com a labuta sexual de terceiros (qualificado como lenocínio pelo Código Penal brasileiro), tem configurado um campo de trabalho *sui generis*”. Como a prostituta precisa de um lugar onde pode encontrar o cliente, negociar os serviços sexuais e realizar o programa, ela irá buscar um local para realizá-los, e apesar de a atividade prostitucional não ser crime, irá configurar uma infração para aqueles envolvidos com este local, que é criminalizado (*Ibidem*, p. 23). De acordo com Sarah Feldman “pela incompatibilidade entre a atuação policial e o Código Civil, múltiplas formas camufladas foram utilizadas para viabilizar a instalação de tais estabelecimentos” (FELDMAN, 2010, p. 192).

A repressão seletiva, já tratada anteriormente nesta tese, efetiva uma prática regulamentarista, fortemente aliada à ideia do “mal necessário”, mesmo dentro de um sistema que se reconhece oficialmente como abolicionista. A atuação policial parte da impossibilidade em acabar com as casas de prostituição, apesar destas constituírem crime de Lenocínio, então, tanto policiais quanto os moradores da cidade em geral toleram o florescimento da atividade desde que permaneça em locais especificamente segregados e destinados para este fim.

Esse fato demonstra também como acontecem as disputas em relação às várias abordagens e debates públicos acerca de como se deve legislar e controlar a prostituição, o que muitas vezes acabam estabelecendo espaços prostitucionais, como o Jardim Itatinga e a Vila Mimososa, que

funcionam, na prática, como regulamentaristas, em função da tolerância dos moradores de seu entorno, de sua significação simbólica e da repressão seletiva que realiza a polícia.

Jardim Itatinga e o Regulamentarismo em Campinas

Regina Mazzariol afirma que, no discurso da imprensa em Campinas durante a criação do Jardim Itatinga, é reiteradamente solicitado que se separem as áreas de prostituição das áreas de família, e para isso a autora usa como base as ideias de Pureza e Perigo de Mary Douglas (DOUGLAS, 1966), demonstrando como a prostituição considerada enquanto impura e com perigo de contaminação, deveria ser colocada em um lugar especificamente destinado para esse fim. A autora ainda afirma que a prefeitura de Campinas atuou na “segregação, controle de saúde e fichamento” para efetuar o controle da prostituição (MAZZARIOL, 1977, p. 12, 17, 18 e 77). A tese regulamentarista de Parent-DuChâtelet é referência na constituição desse tipo de pensamento, já que, ele associava a prostituição como uma decorrência inevitável das grandes aglomerações humanas, e que por isso deveria ser organizadamente separada e controlada (PARENT-DUCHÂTELET, 1837).

Como vimos nos capítulos anteriores, a operação que criou o Jardim Itatinga conjugou a vontade de moralizar a cidade e organizar o espaço da prostituição, com o intuito de valorizar áreas centrais e alavancar o crescimento periférico da cidade. Além disso, o confinamento das prostitutas na mesma área facilitaria a fiscalização e o controle médico e policial das mulheres e da prostituição, seguindo os preceitos regulamentaristas no seu sentido mais extremo.

Apesar da ideia do confinamento tornar-se cada vez mais mal vista no Brasil, em função do maior poder da campanha “contra-regulamentarista” (ou abolicionista), contraditoriamente, em Campinas, foi apenas após a criação do Jardim Itatinga que tornaram-se obrigatórios o cadastramento na delegacia de polícia, os exames ginecológicos e o fichamento das prostitutas, tudo isso facilitado pelo controle delimitado pela nova área confinada, que concentrava todos os prostíbulos. Ao mesmo tempo em que em São Paulo eram abolidos os princípios higienistas da regulamentação policial e era extinta a delegacia de costumes em 1967 (FELDMAN, 2010, p. 192-193), em Campinas esse sistema de controle era instaurado a partir da criação do Jardim Itatinga: as prostitutas eram fichadas pela polícia e obrigadas a apresentar de quinze em quinze dias exames médicos aos representantes da delegacia de costumes.

O fichamento consistia em apresentar a carteira de identidade com nome original, três fotografias

3x4, exames ginecológicos, lâmina (a cada trinta dias), pulmão e sangue (a cada três meses). Na ficha constavam dados das arcadas dentárias, marcas pessoais e tatuagens, de modo a facilitar a identificação da mulher caso fosse necessário. A polícia era responsável por controlar e garantir o funcionamento da “Zona”, em horário regulado: das 15h às 2h da madrugada. As prostitutas tinham que ficar dentro das casas. A prostituição era restrita às mulheres cisgêneras: travestis e transexuais apenas podiam trabalhar na Zona como faxineiras ou outros serviços secundários. Os caminhoneiros tinham acesso restrito ao bairro para não atrapalhar o trânsito. Além da fiscalização policial das casas, existem relatos de que muitos policiais que faziam esse trabalho mantinham relações gratuitas com as mulheres. Também havia um ambulatório médico no bairro específico para realização dessas atividades (MAZZARIOL, p. 26, 28, 84 e 85; BAHIA *et al.*, 2003, Cap. 3; NEGRÃO, 2013; relatos de campo e reportagens de jornal²⁶³). Esse sistema se manteve em Campinas apenas até 1973²⁶⁴, mas pode-se observar como foi fundador na estruturação do confinamento do Jardim Itatinga, que existe de forma apartada do resto da cidade e com forte atuação policial até hoje. Isto é, as características estreitamente ligadas ao sistema regulamentarista que podemos observar na criação e no confinamento do Jardim Itatinga se articulam com sua constituição segregada.

263 VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012; DIÁRIO DO POVO. “Coisas que eu não entendo...”. Campinas, 16 de julho de 1974.

264 No Rio de Janeiro, nessa mesma época existia a República do Mangue, citada anteriormente, com o objetivo de fichar as prostitutas da área e submetê-las ao controle médico policial. Esse controle durou até 1974, um ano depois que o controle e fichamento no Jardim Itatinga também acabou, demonstrando um paralelo desse tipo de política entre as duas áreas confinadas de prostituição.

PARTE 3

CIRCULANDO ENTRE “MUNDOS”

**CAPÍTULO 5:
APRENDER A SER PROSTITUTA NO JARDIM
ITATINGA E SE TORNAR PROFISSIONAL DO
SEXO NO CENTRO**

CAPÍTULO 5: APRENDER A SER PROSTITUTA NO JARDIM ITATINGA E SE TORNAR PROFISSIONAL DO SEXO NO CENTRO

5.1_ENTRE A ZONA E O CENTRO

No dia da exibição do vídeo da Associação Mulheres Guerreiras no Jardim Itatinga, cheguei de ônibus e, no caminho a pé até a casa da Natasha, onde seria o evento, avistei de longe um grupo “estranho” de pessoas. Não carregavam as características dos frequentadores do local. As roupas, posturas e a formação em roda de conversa, de costas para a rua, não condiziam com o modo de atuar na Zona. Logo descobri que eram alguns visitantes que haviam ido assistir ao lançamento do vídeo, a maioria deles integrantes da universidade e grupos feministas. Antes de começar a exibição, Regina resolveu fazer um passeio para que conhecessem o bairro. Vou destacar algumas situações ocorridas neste passeio, que servirão como ponto de partida para discussão.

A primeira ocorreu durante a visita: entre as coloridas e vibrantes casas de prostituição, passamos por algumas casas silenciosas com muros altos e ela explicou que ali eram “casas de família”. Segundo Regina, eram as famílias das próprias prostitutas que mudavam para o bairro para ajudar na criação de seus filhos. Perguntei por que estas casas não tinham placas demarcando-as como “casas de família” ou “residência familiar” como as outras do bairro que citei no Capítulo 2, e ela respondeu que “às vezes eles põem”. Mesmo sem o uso das placas, sua diferença em relação às outras casas já se mostrava pelas características arquitetônicas que evidenciavam a falta de comunicação com a rua.

A segunda situação se deu quando passamos na rua em que a prostituta Jussara trabalha. Ela estava de biquíni fio dental em frente à sua casa, onde também reside. Quando viu a “excursão”, aquele grupo de “estranhos” na Zona, fez uma cara feia. Em função disso, a Regina lhe explicou: “eu tinha que trazer o pessoal para te conhecer porque você já é uma instituição aqui do bairro” e começou a apresentar cada pessoa do grupo. Quando chegou a mim, Jussara interrompeu a apresentação e disse “a Didi eu já vi... [pois eu tinha passado em frente à casa dela no caminho até a casa da Natasha], ela não tem medo de andar sozinha por aqui...” (Caderno de Campo, 19/07/14). Com essa fala, ela fazia uma pequena provocação ao grupo “estranho”, a partir do relato de como eu, mesmo sendo “semelhante” a eles, tinha aprendido a circular “sem medo”. Isso porque existem certas regras, modos e maneiras de circular na Zona que aqueles “de fora” não conhecem. Além disso, por estarem em um espaço diferente do que estão acostumados, sentem-se intimidados em circular desacompanhados.

Com relação ao grupo ciceroneado por Regina, sua “participação diferenciada” naquele espaço é mantida, nos termos de Erving Goffman (2010 [1963], p. 171), pela demonstração que naquela situação estão todos juntos, “indivisos por sua participação diferenciada”, circunscritos pela identidade de “um grupo estranho conduzido por Regina”, que coopera para manter as fronteiras e a integridade entre os lados “de dentro” e “de fora” da Zona. Nesse contexto, para manter essa separação, “tanto participantes quanto expectadores terão de regular sua conduta apropriadamente” (*Ibidem*, p. 20 a 21)²⁶⁵.

Em uma outra ocasião, eu estava na frente da casa de Regina e haviam duas crianças do sexo feminino, entre dez e doze anos, sentadas numa calçada, conversando e dando risada. Eram dez da manhã e alguns carros passavam devagar, olhavam curiosos, sem entender muito bem aquela cena aparentemente fora de contexto. Apesar de olharem, nenhum homem parou ou mexeu com elas. De repente, uma das freiras que estava saindo do CEPROMM parou, assustada, quando viu as duas crianças sentadas. Então gritou lá de dentro, perguntando o que elas estavam fazendo ali. Elas responderam que esperavam uma amiga, que morava na casa em frente. A freira retrucou que era melhor esperarem dentro da casa pois ali era “perigoso” e, dessa forma, elas entraram. A presença de crianças paradas nas ruas do Jardim Itatinga não é tão comum como em algumas outras partes da cidade. Aliás, não se vê muitas crianças, apesar de muitas mulheres terem filhos que moram no bairro, haja vista a necessidade da escola e do centro infantil no CEPROMM. Poucas foram as vezes em que observei crianças circulando fora destes espaços.

Outra situação recorrente se dava quando eu caminhava pelo bairro. Mais de uma vez perguntaram se eu estava ali para distribuir camisinhas. Minha presença não condizia com aquele espaço. Uma mulher desconhecida (para alguns), com “cara de estudante” (óculos, cabelos presos, roupas soltas, mochila) e circulando a pé pelas ruas, provavelmente estava na Zona devido algum projeto de prevenção à DST/HIV. Da mesma forma, quando eu e Aline íamos jantar na casa da Natasha e aparecia alguma prostituta para usar o quarto para um programa, também éramos vistas, em geral, com estranhamento.

265 Erving Goffman será um autor bastante explorado nesse capítulo, sobretudo em função de suas pesquisas sobre as questões que envolvem os papéis sociais e suas relações com o engajamento situacional. Em seu primeiro livro “A representação do Eu na vida Cotidiana” (GOFFMAN, 1999 [1959]), ele inicia esse debate, a partir do conceito de representação social como dramaturgia da vida cotidiana, partindo da ideia de que as pessoas estão constantemente “representando” seus papéis sociais. O indivíduo pode assumir diferentes papéis sociais e executar diferentes ações dependendo do contexto, do lugar, do palco social em que está. Nos livros seguintes - “Manicômios, Prisões e Conventos” (GOFFMAN, 2001 [1961]) e “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1980 [1963]), a ideia de *role* (papel) continua figurando de forma central. Goffman analisa a complementaridade interacional entre os papéis “normais”, “desviantes” e “estigmatizados”. Segundo Daniel Cefai, no posfácio do livro “Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos”(GOFFMAN, 2010 [1963]), para Goffman, o *role* não segue um sistema de funções ou posições sociais, mas um “sistema de atividades situadas” (CEFAL, 2013, p. 215 à 217), como veremos adiante.

Retornando a Erving Goffman, o autor afirma ainda que existem “regras de exclusão” que são acionadas devido a certas condutas ou mesmo à mera presença de certos indivíduos, que acabam comunicando que estes estão se comportando inapropriadamente: “Aqui encontramos um motivo para se querer entrar num lugar em particular ou para não se querer ser visto nele”. Nesse sentido, essas regras de comportamento de cada lugar em que estamos inseridos obrigam seus participantes a se encaixarem: “a noção de encaixe está relacionada a outro lado do senso comum: o que é apropriado em uma situação certamente pode não o ser em outra” (GOFFMAN, 2010 [1963], p. 20 à 21).

Mulheres com roupas e modos de “estudante”, crianças nas calçadas e as “casas de família” se constituem, portanto, como categorias “desviantes” no bairro. Assim, pode-se afirmar que na Zona os “normais” do resto da cidade são os “desviantes” e *outsiders* (*Idem*, 1980; BECKER, 2008 [1963]). E as categorias usualmente consideradas estigmatizadas, como as prostitutas, constituem a perspectiva de “normais”. Valendo-se da afirmação de Erving Goffman de que “o estigmatizado e o normal são parte um do outro” e observando a Zona, vê-se claramente que ali acontece uma inversão nos papéis usuais entre desviantes e normais, indissociáveis e interdependentes. Portanto, essas categorias se estruturam em relação, e são distribuídas entre uma perspectiva e a outra dependendo do espaço da cidade em que estão: “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim **perspectivas** que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (GOFFMAN, 1980 [1963], p. 146, 148-149, grifo meu).

No caso da sinalização das casas, mencionada acima, essa se dá de forma a tornar clara sua diferença e sua oposição à prostituição, em função da dicotomia entre “pureza e impureza” (DOUGLAS, 1966). A escolha da correlação familiar - como se dissesse “aqui são os locais de ‘família’ - demonstra o viés pelo qual se estrutura essa tentativa de diferenciação: a oposição entre família e prostituição. As duas categorias são colocadas como incompatíveis, mesmo que estas casas sejam constituídas, a princípio, de familiares das prostitutas que trabalham no bairro. A demarcação também é uma maneira de se afastar e se proteger do “estigma de puta” que acaba por atingir todos que circundam a Zona. É um modo de demonstrar isolamento do entorno, demonstrando que estes indivíduos não estão engajados nas situações que envolvem o bairro e de que existe uma distância entre eles. Discorrendo sobre o assunto, Erving Goffman definiu essa situação como o estabelecimento de “impropriedades situacionais”, que, no nosso caso, é o uso da placa. A partir dessas proclamações de alienação situacional, “o indivíduo resolve o conflito entre sua presença no ajuntamento, e as razões que ele tem para exibir alienação dele”

(GOFFMAN, 2010 [1963], p. 241 e 242).

Vale apontar que Ana Maria Negrão, em seu livro abordando a prostituição em Campinas antes da criação do Jardim Itatinga, ao discorrer sobre a Rua Senador Saraiva, conhecida na época como “Rua Alegre” devido às atividades prostitucionais, descreve que já havia o costume de demarcar a diferença nas casas com o uso de placas de “residência familiar” (NEGRÃO, 2013, p. 66). Isso parece ser um aspecto peculiar da atividade em Campinas, uma vez que entre os diversos estudos sobre prostituição pesquisados essa característica não foi encontrada.

Assim parto para a ideia de pensar as Zonas enquanto “mundos” próprios ou, como Gabriela Leite relata, “às vezes tenho a imagem romântica de uma cidade dentro da cidade” (LEITE, 1992, p. 70), a partir do pressuposto que as fronteiras desta região específica se estabelecem em relação de oposição e contraste com os “outros mundos”, se contrapondo sobretudo a uma ideia de mundo “normal”, universal e/ou hegemônico, onde certos padrões de comportamento, relacionados predominantemente à sexualidade e a uma certa sociabilidade erotizada, são incentivados, enquanto outros não são permitidos, como pudemos perceber ao constatar a inversão de algumas categorias entre o que é considerado desviante e normal dentro e fora da Zona.

Para Luzia Leite, o mundo da prostituição e o mundo “normal” são “duas ordens morais de interação” e não de conflito, pois interagem entre si por meio “da negociação de rotinas, identidades, hierarquias, regras de convívio, etc., existentes entre esses 'mundos'”. Ou seja, existe um contexto de acordo da “ordem” entre eles. A existência da Zona e dos bordéis configura uma “fronteira física entre a prostituta e o 'mundo lá fora'. Dentro das paredes dos bordéis, as prostitutas desenvolvem seus próprios códigos e relações, unidas pela segregação” (LEITE, 1993, p. 129 e 138). Carlos dos Anjos Júnior também observou como a Zona acaba se constituindo como “parte distinta do todo urbano” embora os diferentes mundos sejam permeáveis (DOS ANJOS JÚNIOR, 1980, p. 23). Como a própria ideia de mundos separados, esta delimitação se associa com a noção de uma demarcação geográfica: com a determinação de uma área, de um zoneamento, ou a constituição de uma fronteira – mesmo que nem sempre existam barreiras físicas²⁶⁶ - que se estabelece entre “fora” e “dentro” deste local, assim denominado como a Zona.

266 Vale lembrar que o Jardim Itatinga, apesar de não ter barreiras físicas que o separe do resto da cidade, é inserido no território de forma isolada, como vimos no Capítulo 3. Além de estar na periferia, o bairro está ilhado pelas duas rodovias que o separam do resto da cidade (ao mesmo tempo que o conectam em outra escala).

Circulando dentro e fora da Zona

Quando fala-se em “mundos”, é importante lembrar que, de alguma forma, todos os sujeitos urbanos, ao deslocarem-se, vão mudando de classificação conforme o local, o horário e a situação, percorrendo o que Nestor Perlonguer chama de “várias casinhas classificatórias”, um resultado típico da fragmentação e segmentariedade dos sujeitos urbanos: “assim desterritorializadas, as massas diluíam de fato seus laços primários, familiares, domésticos, e perdiam-se, por assim dizer, nos labirintos selvagens da selva de cimento armado”. Segundo o autor, ocupando sucessivamente diversos “lugares de código”: “frequentemente, é um mesmo sujeito que vai assumindo e recebendo várias nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos de seu deslocamento. Poder-se-ia falar, então, de um deslocamento do sujeito pelas redes do código” (PERLONGUER, 2008 [1987], p. 159- 161).

Segundo Anselm Strauss, esses “agrupamentos abstratos” ou “mundos sociais” - chamados coloquialmente de apenas “mundos” (mundo da moda, mundo do crime, mundo da prostituição) - contêm estruturas sociais visíveis e são marcados por comportamentos regulados: “dentro desses mundos, carreiras são feitas de maneiras razoavelmente esperadas”. Congregam perspectivas compartilhadas que conjugam problemas semelhantes de “pertença e de identidade” (STRAUSS, 1999, p. 161 e 162).

Por afinidade analítica, usarei o conceito de Erving Goffman (2010 [1963]) de “ajuntamento social” para pensar a questão dos mundos. Mesmo que constituída de um caráter mais efêmero e menos vinculado à fixidez no território, essa unidade social de interação constituída por Goffman foi uma ferramenta bastante eficaz para entender os mundos trabalhados nos objetos de análise. Para o autor, ajuntamento social é “um pequeno sistema social”, “uma pequena sociedade” que dá corpo para uma ocasião social guiada por um conjunto de regras, chamados por ele de “propriedades situacionais”(Ibidem, p. 259 e 260):

... o conjunto inteiro de pessoas presentes mutuamente durante qualquer período contínuo de tempo, e sua presença delineava uma *situação social*; a saber, um ambiente de possibilidades de monitoração em que um ingressante, ao entrar em qualquer lugar dele, se torna um participante do ajuntamento localizado nele (Ibidem, p. 259).

Nesse sentido, “enxergar as delicadezas da conduta social” seria uma forma de perceber como os “laços institucionalizados” se amarram e orientam os indivíduos em sua ligação ou desligamento de ajuntamentos sociais. Os padrões de distribuição ou alocação adotados pelos indivíduos podem ainda passar informações acerca de um esquema de referência, a “estrutura do

envolvimento na situação” (*Ibidem*, p. 209 e 263).

No caso da mulher prostituta, em função das questões relacionadas ao “estigma de puta” e às oposições relacionais entre “puta” e “mulher direita” - analisadas exaustivamente nos capítulos anteriores -, se faz necessária uma mudança mais radical na sua identidade ao sair e entrar no mundo da prostituição. Em função da impedição de conjugar essas esferas de atuação (por serem construídas como divergentes) e por ser praticamente impossível viver exclusivamente dentro do mundo da prostituição, a mulher prostituta necessita elaborar táticas para circular entre esses mundos. Dessa forma, dividem sua identidade entre esses dois papéis constituídos como distintos e opostos para as mulheres - “duas perspectivas profunda e radicalmente opostas na prática corporal do sujeito prostituta” (OLIVAR, 2013, p. 123) - e que, vale lembrar, se articulam e se relacionam com a constituição de cada um desses mundos.

Gabriela Leite afirma que a prostituta vive uma “situação partida”, uma “vida partida”, é prostituta e tem vergonha de ser, pois vive numa sociedade que a estigmatiza (conversa com Gabriela Leite, Rio de Janeiro, 27/09/12). Em seu livro também afirma: “Vivemos uma eterna divisão entre a santa, a mãe dos filhos, e 'as outras', as 'da vida' (sem dúvida muito mais divertidas). As santas assumem seu papel mas fantasiam ser prostitutas; e as prostitutas sonham com a pacata situação de dona de casa, rainha do lar dedicada ao marido e aos filhos” (LEITE, 1992, p. 15).

Segundo Carlos dos Anjos Júnior, quando circula nos mundos de “fora da prostituição”, a prostituta procura “negar completamente a sua identidade 'prostituinte': “seu comportamento será como de qualquer mulher não-prostituta, podendo sentir-se extremamente ofendida e humilhada se em diversas situações no mundo 'de fora' mais abrangente, ou principalmente junto à família, vir a ser descoberta a sua verdadeira forma de vida” (DOS ANJOS JÚNIOR, 1980, p. 23, 122 e 125).

Elas, assim, criam duas identidades bastante divididas, sob as quais adotam, inclusive, nomes diferentes. Além disso, em geral, os seus conhecidos de dentro da Zona ficam restritos a conhecer essa identidade, e os de fora a outra, existindo pouca mistura entre esses mundos. A constituição de cada mundo se relaciona intrinsecamente com cada identidade adotada, nestes que são, via de regra, conhecidos como “os dois mundos” da mulher prostituta, recorrentes em suas falas, bem como, em estudos sobre o tema (DOS ANJOS JÚNIOR, 1980; Leite, 1993; Rago, 1991; SIMÕES, 2010a; CRESSEY, 1932²⁶⁷).

²⁶⁷ Essa última bibliografia (CRESSEY, 1932) consiste no estudo clássico de Paul Cressey sobre as casas de dança contratada (“Taxi-Dance Hall”) que, apesar de não serem um espaço de prostituição propriamente dita, carregam

Os dois mundos da mulher prostituta

Fui aos porões e voltei ao convívio da hipócrita classe onde eu nasci. Encontrei Gabriela escondida na pele de Otília. Gabriela que volta a ser Otília nesses tempos de reencontro entre **dois mundos**. Não a Gabriela da Boca do Lixo, do Mangue, dos hotéis da Lapa. Apenas a Otília anterior a Gabriela. A Otília que ainda se envergonha, que tem medo de falar de sua sexualidade e de seus homens malandros, a mesma Otília que teve medo de deixar acesas as luzes em sua primeira e desastrosa noite com um homem.

No relato desses porões, percebo que meus medos, dançando pelo teclado da máquina de escrever, ora obedecem Otília, ora escutam Gabriela. Otília descreve dias de loucura, inquietude. Gabriela conta dias de amor, esperança e luta. Embora rodeada quase sempre pelos amigos de Otília, Gabriela está mais desperta do que nunca, em sua realidade sonhadora e crua.

A prostituição é o sonho mais real que já vivi. Depois de muito tempo fui à zona aquele sábado, mas fui por imposição de Gabriela. Chorei muito, de amor, de saudade. Envolvida na estranha magia da vila em que mimou tantos desejos, Gabriela quis voltar. No dia seguinte, eu Otília, senti que não queria mais viver no meio da sujeira e da violência que enxergava na zona. Otília venceu por mais uns tempos. Mas eu, Gabriela lutadora, ainda pulsando forte, vivo com todas as energias a minha sexualidade remexida.

Este livro é um presente amoroso de Gabriela para Otília. **Um duelo de vida entre as duas**. Uma ponte incoerente, um teimoso passaporte que atravessa as alfândegas do meu pensamento. Uma autobiografia não-autorizada **de mins mesmas** (Prefácio do livro autobiográfico “Eu, mulher da vida” de Gabriela Leite; In: LEITE, 1992, p. 7, grifos meus).

Neste prefácio da autobiografia de Gabriela Leite, ela e Otília, partes de “mins mesmas”, dançam seus diferentes desejos e identidades ao longo do texto. Se constituem de maneira opositiva e parecem duas pessoas distintas. Duelam na reconstituição de sua memória, duelam na exposição pública de sua história de vida. Uma delas quer voltar para a Zona e a outra não quer mais viver isso. O texto demonstra como se estrutura essa divisão radical de identidade na vida de uma prostituta. A saber, “papéis” que são acionados em função de cada situação, neste caso, de acordo com o espaço urbano em que se encontram, em função da circulação em cada “mundo”, estabelecendo, assim, o que Erving Goffman chama de “segregação de papéis” (GOFFMAN, 2010 [1963]; *Idem*, 1999 [1959]; *Idem*, 1999 [1959]). Mais à frente no texto do mesmo livro, Gabriela Leite narra seu primeiro encontro com esse seu “outro eu”, no trecho “Assim conheci Gabriela”, quando se tornou - e se apaixonou - por essa sua “outra” identidade:

diversas semelhanças com a questão, especialmente com relação ao “estigma de puta” que recai sobre os frequentadores da casa, sobretudo as *taxi-girls* (mulheres que recebem dinheiro para dançar e fazer companhia para “cavalheiros” sozinhos, “ficando metade do dinheiro para a moça, metade para a administração da casa” de acordo com Felipe Berocan; In: Veiga, 2011). Em função da de uma desmoralização pessoal (“personal demoralization”) associada às atividades dos *Taxi-Dance Halls*, seus frequentadores têm de se dividir em dois mundos (“two social worlds”), levando vidas duais (“leading dual lives”) de forma semelhante como acontece com a prostituição. O autor usa inclusive os termos “dance-hall world” (mundo do dance-hall) e “dance-hall life” (vida do dance-hall) para explicar essa separação. As dançarinas podem adotar, inclusive, um novo nome para trabalhar: “the taxi-dancer may maintain her separation from her family by the use of fictitious stories and name” (“as taxi-dancer podem manter a separação de sua família pelo uso de histórias e nomes fictícios”; In: CRESSEY, 1932, p. 240, 241, 243 e 261).

Conheci Gabriela numa manhã escura e chuvosa em São Paulo, como a maioria das manhãs paulistanas: as pessoas indo penosamente para o trabalho, enroladas em si mesmas. Assim eu estava nesse dia de junho: sozinha, morrendo de frio, melancólica. Ao contrário da maioria das pessoas que iam com seus passos cansados e apressados pela Avenida Rio Branco, eu caminhava indecisa. Indecisa sobre mim, minha vida, sobre o que era eu naquele emaranhado de pessoas.

[...] Na minha vida não cabiam mais cartões de ponto, nem amores do tipo: “bom dia, meu bem”. Não cabiam mais escritórios insípidos, com seus horários e chefes hipócritas, almoços rápidos na lanchonete da esquina, ônibus lotados e, para fechar o dia com chave de ouro, um sexozinho frágil com um homem preocupado com o futebol de domingo e com a bunda das mulheres que passam pelas ruas ante seus olhos babões. Andando sem rumo consciente eu estava de saco cheio e desempregada, sem nenhuma motivação para procurar outro emprego.

Foi quando eu vi. Caminhando pela rua, em minha direção, uma mulher magra, com os quadris sobressaindo, bem-vestida, segurança imensa no andar e um sorriso maroto nos lábios. Não era bonita mas transparecia no seu modo de andar tanto encanto e segurança que meus olhos se fixaram nela, a tal ponto que eu não tinha coragem de deixar de observá-la. Ela era diferente de todas as pessoas que haviam passado por mim. Não estava toda enrolada em preocupações, olhando para o chão como todos. Pelo contrário: a cabeça erguida, desafiando o mundo, fazia com que as pessoas levantassem seus rostos para olhá-la. Fiquei totalmente magnetizada por aquela figura e na minha cabeça rolavam os mais contraditórios pensamentos.

“Deve ser uma puta das incontáveis que existem nessa cidade!” **“Somente uma mulher totalmente sem moral anda na rua desse jeito!”** “Meu deus! Como uma mulher pode se pintar tanto essa hora da manhã?”. Todos estes pensamentos fervilhavam na minha cabeça ao mesmo tempo que a figura dela me fascinava a ponto de me defrontar comigo mesmo nos meus anseios de uma vida menos igual.

[...] Ela parou e olhou para os lados, antes de entrar num prédio sujo e escuro. Parei logo atrás enquanto ela sumia na escuridão do número 623 da Avenida Rio Branco. Uma imensa fila de homens avançava de dentro do prédio para a rua e ela não estava na fila! Tinha sido tragada pela escuridão. Eu não queria perdê-la, mas ao mesmo tempo estava com medo de entrar naquele prédio. Uma parte minha me dizia que ali não era meu lugar – **eu era uma mulher direita e ali não era propriamente um espaço onde mulher direita pudesse entrar.** A confusão de sentimentos era enorme. Eu não queria perdê-la e se demorasse mais a entrar nunca mais iria ver aquela mulher. Coloquei todo meu bom senso no casaco e entrei.

[...] - Meu nome é Gabriela.

De repente, ao som desse nome não vi mais nada nem ninguém. Sumiram as mulheres, os homens, a velha gorda pendurada em ouro. Só ficamos eu e ela, frente a frente. E o prédio não era mais escuro, nem as pessoas eram feias. Tudo era bonito. Na minha frente estava aquela mulher saída das páginas do livro da minha adolescência, uma mulher que eu admirava e tinha medo: ela personificava a minha liberdade e eu já tinha tido o primeiro choque com sua fortaleza na solidão dos meus treze anos, nas letras mágicas de um livro de páginas amareladas. Então eu chorei de felicidade por tê-la encontrado, e vomitei de nojo do lugar aonde a encontrei.

Assim conheci Gabriela, numa manhã escura e chuvosa de São Paulo (LEITE, 1992, p. 9-13, grifos meus).

A licença poética de relatar sua entrada na prostituição como o encontro com uma outra pessoa, desconhecida e sedutora, não é uma construção que pode ser ignorada. O texto é um exemplo desse momento de ruptura na adoção de uma nova identidade, outro nome, outra maneira de atuar e ver a vida depois de sua entrada na prostituição: “Assim conheci Gabriela”. A partir de então, passa a se dividir entre dois mundos por meio de dois papéis, como podemos ver pelas próprias palavras de Gabriela Leite (ou Otília): entre “mulher direita” e “mulher sem moral”.

Antes de seu encontro com sua nova identidade ela estava “sozinha, morrendo de frio, melancólica” e “de saco cheio” do seu mundo de “cartões de ponto”, “escritórios insípidos”, “horários e chefes hipócritas”, “almoços rápidos”, “ônibus lotados” e “sexozinho frágil”. Acerca das diferenças entre esses dois mundos, pode-se observar também a sua descrição do mundo do trabalho e do casamento enfadonho e “normal” e a transformação do lugar estigmatizado (“sujo” e “escuro”) num lugar “bonito” após se tornar prostituta, após se tornar Gabriela, após se tornar duas. Segundo Erving Goffman, “sempre que uma ocupação traga em seu bojo uma mudança no nome, registrada ou não, pode-se ficar certo de que nela está implícita uma importante ruptura entre o indivíduo e seu velho mundo” (GOFFMAN, 1980 [1963], p. 69). Ou seja, seu relato demonstra também como a adoção dessa sua nova identidade rompia com esse momento de sua vida, bem como, com esse mundo.

Em uma mesa de um evento na Unicamp organizado em conjunto pela Associação Mulheres Guerreiras e a Coletiva das Vadias de Campinas, chamado “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”, Natasha finaliza sua palestra com a seguinte fala:

Então eu acho que nós temos que ter essa liberdade de gostar da gente mesma, não é? E gostar do trabalho que a gente faz. Termino aqui a minha fala, assinando novamente: Maria Benta Melo dos Santos. No começo eu não falei, vulgo “Natasha”! Esse é meu nome profissional, porque a gente vive tão segregada que até o nome da gente muda... (fala gravada durante o evento “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”, dia 29/06/12)

Seu discurso relata, em tom de denúncia, a relação entre a necessidade de um novo nome para o trabalho como prostituta (“meu nome profissional”) com a segregação e confinamento da prostituição. Isto é, ela avalia que o motivo de ter de adotar um novo nome se relaciona com a imposição violenta de uma separação e isolamento das prostitutas (“a gente vive tão segregada”), que “até o nome”, esse que nos identifica e nos dá reconhecimento, tem de ser trocado. Natasha demonstra, portanto, como a mudança de nome se associa a questão da necessidade do encobrimento da identidade da mulher prostituta - uma “identidade deteriorada” (*spoiled identity*) e “estigmatizante” (GOFFMAN, 1980 [1963]) - de modo a poder circular fora do

mundo da prostituição sem correr o risco de ser marcada pelo peso do “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996) e se imunizar por meio da manipulação posicional (STRAUSS, 1999, p. 144).

Quando Natasha afirma “a gente”, também procura demonstrar como na assunção dessa outra identidade ao adentrar no mundo da prostituição, a adoção ou batismo de um novo nome é uma característica preeminente. Cada nome ajuda a separar a identidade a ser assumida em cada “mundo” e engendra a “segregação de papéis” entre dois tipos diferentes de mulher: Maria Benta e Natasha, Teresinha e Lucila; Otilia e Gabriela. No mundo “normal” e “não desviante” usa seu nome “oficial” e no mundo da prostituição, adota o famoso “nome de guerra”. A terminologia que envolve essa classificação, “de guerra”, também é fator de interesse para se pensar as características desse rompimento radical com sua identidade no mundo “normal”, uma identidade constituída até então via de regra sob um esforço de parecer o menos possível com a figura “dissoluta” da prostituta. No momento que ela se torna “puta”, ela adota então um nome para “batalhar”, outro termo recorrente usado pelas minhas interlocutoras para designar o trabalho da prostituta (“fazer programa” é o mesmo que “batalhar”).

Anselm Strauss relaciona a constituição da identidade individual e coletiva com a escolha de um nome. Segundo ele “todo nome é um recipiente” e, principalmente os “nomes adotados voluntariamente”, revelam o vínculo inseparável entre estes e a autoimagem dos indivíduos. Isso porque, a mudança de nome marca um rito de passagem e a transição de personalidade: “significa mais ou menos que a pessoa deseja ter o tipo de nome que, a seu ver, a representa como pessoa, que não quer mais ser o tipo de pessoa que seu nome anterior expressava” e “dissimulamos quem fomos ou somos a fim de parecer o que desejamos ser”, assinalando a busca da criação de uma nova autoimagem. Além disso, o ato de nomear é uma forma de localizar, definir e determinar fronteiras (STRAUSS, 1999, p. 35, 36 e 39).

No caso das mulheres prostitutas, a mudança de nome é uma maneira de se proteger e evitar de ser reconhecida fora do Zona a partir do seu nome original, e, sobretudo, é uma forma de instaurar fronteiras entre “dois mundos”. O batismo do novo nome também funciona como um ritual de iniciação: é considerado por alguns autores como símbolo da “reterritorialização” de sua identidade ao adentrar na Zona e outros espaços prostitucionais.

Um novo nome: uma nova codificação

Em função dessa separação radical entre o comportamento que uma mulher deve adotar como “mulher direita” e o comportamento que a constitui como “puta”, se estruturam dois mundos em oposição. Nesse sentido, segundo Nestor Perlongher, nas “Zonas” e outros territórios marginais, há uma “desterritorialização” em relação aos códigos familiares, ou “normais” do espaço urbano, seguido de um movimento de “reterritorialização” dos novos códigos, ou códigos de gueto: “o ato da transgressão, seu salto à exterioridade ou a certa relativa exterioridade da ordem, marca o desencadeamento de uma nova codificação” (PERLONGHER, 1991, p. 12).

Para Margareth Rago, o significado simbólico dessa transferência de identidade é relevante pois ela vem acompanhada pela perda do nome que a vincula à família e também por toda uma metamorfose da identidade corporal. Nesse processo, a mulher prostituta adota outro modo de andar, de se locomover e de se vestir: encurta e decota roupas; enfeita-se com joias e maquiagens mais extravagantes; passa a se locomover e se mover de outra maneira; aprende uma nova maneira de falar e agir, gírias e modalidades diversificadas de conduta locais (RAGO, 1991, p. 238).

Nesse sentido, José Olivar relata como, ao entrar para prostituição, dá-se “início a um processo de corporificação, a partir de um conjunto de técnicas, saberes e práticas importantes nesse específico universo de socialidade, que possibilitava a vivência do amor, do trabalho, do pertencimento à rede” (OLIVAR, 2013, p. 80 e 81). Ser puta/prostituta é fazer emergir um personagem, “a sábia e prodigiosa amante, aquela com quem se pode falar tudo, rir, dançar, chorar e gozar” (*Ibidem*, p. 144).

Como exemplo, transcrevo o relato da escritora francesa Virginie Despentes sobre sua iniciação como prostituta:

Ce processus m'a fascinée, au début. Moi qui m'étais toujours contrefoutue des trucs de filles, je me suis passionnée pour les talons aiguilles, la lingerie fine et les tailleurs. Je me souviens de ma propre perplexité, les premiers mois, quand je me voyais dans les vitrines. C'est vrai que ça n'était plus seulement moi, cette grande pute à jambes allongées par les talons hauts. La fille timide, épaisse, masculine, disparaissait en un clin d'oeil. [...] Ça m'a plu, dans un premier temps, de devenir cette autre fille-là. Comme de faire un voyage. Sur place, mais dans une autre dimension (DESPENTES, 2006, p. 64)²⁶⁸.

268 “Este processo me fascinou, no início. Eu, que sempre fui contra essas coisas de menina, fiquei apaixonada pelos saltos agulha, as língeries finas e peças de alfaiataria. Eu me lembro da minha própria perplexidade, nos primeiros meses, quando me via refletida nas vitrines. É verdade que aquela não era mais somente eu, aquela grande puta de pernas alongadas pelo salto alto. A menina tímida, grossa, masculina, desapareceu num piscar de olhos [...]. Aquilo me agradou, num primeiro momento, de me tornar aquela outra mulher. Era como fazer uma viagem. No mesmo lugar, mas em uma outra dimensão” (tradução livre).

No seu estudo sobre os *Taxi-Dance Halls*, Paul Cressey descreve a mesma situação na chegada das novas *taxi-girls* ao trabalho nas casas de dança contratadas, ao aprender a respeito do comportamento e “filosofia de vida” do local: “She quickly acquires the ways of acting, the language, the attitudes, and the standards of conduct [...] suitable to the world of the taxi-dance hall, which again make possible a satisfying adjustment of the taxi-dancer to the life around her”²⁶⁹ (CRESSEY, 1932, p. 248).

Isso porque uma das maneiras mais evidentes para se mostrar “situacionalmente presente” em certos locais, segundo Erving Goffman, é o “gerenciamento disciplinado da aparência pessoal”, formado pelas “roupas, maquiagem, penteado e outras decorações superfície que ele carrega consigo”, situando o que ele chama de “idioma do corpo” ou “linguagem de envolvimento”, que inclui ainda postura, movimento, posição, volume de som, gestos e “expressão emocional mais ampla” e “acessibilidade mútua de sinais corporais”. O autor afirma ainda que as roupas estão “inextricavelmente adaptadas às suas tarefas”, ou seja, são signos de pertencimento e engajamento situacional a certos ajuntamentos, ou “mundos” no nosso caso. Outro fator de análise, segundo o autor, são as implicações orientacionais da exposição do corpo (GOFFMAN, 2010 [1963], p. 35, 36, 43, 48, 212, 221 e 227):

O argumento aqui é que qualquer estado de vestuário só é apropriado ou não em termos de outras evidências disponíveis quanto à alocação de envolvimento do indivíduo e, por isso, sua orientação à ocasião social e seus ajuntamentos (*Ibidem*, p. 229).

Anselm Strauss também afirma que o comportamento situacional é parte da definição da situação, “está implícito na organização da linha de ação de ambos partícipes o pressuposto de cada um”, ou seja, se uma certa “concatenação de gestos lhe parecer pouco familiar, então ele se vê diante de um problema de definição” (STRAUSS, 1999, p. 63).

A partir dessa ideia de adequação situacional, alguns pesquisadores do mundo da prostituição identificam, permeando as relações entre os mundos de fora e de dentro, a construção de um novo personagem por meio dessas modificações corporais (SOUSA, 2009, p. 296) ou da adoção de um *role*, ou seja, de um papel que a mulher assume quando está neste lugar definido, neste palco que é a Zona, adotando um certo comportamento que pode novamente ser alterado quando ela está fora (SIMÕES, 2010a).

269 “Ela rapidamente adquire os modos de agir, a linguagem, a atitude e a conduta estandarte cabível ao mundo do taxi-dance hall, que novamente torna possível o ajuste satisfatório da taxi-dancer à vida de seu entorno” (tradução livre).

Na pesquisa de Soraya Simões sobre a Vila Mimososa, a autora enxerga a Zona como um cenário, com todo um investimento em decoração, iluminação e som, de modo a compor uma certa ambiência e acolher uma cena onde seus integrantes adotam e desempenham certos papéis, os *roles*, encarnando os personagens típicos deste espaço (clientes, “donas-de-casa”, prostitutas), construindo o que é o título de seu livro: “a cidade cenográfica da prostituição carioca”. Para isso, usa o conceito de representação social como dramaturgia na vida cotidiana de Erving Goffman (1999 [1969]). Para garantir o efeito desejado, “concorrem não só os *scripts* distribuídos entre os atores que vêm encenar seus papéis, mas também cada cenário e, com eles, os inúmeros dispositivos locais de controle que colaboram para que se alcance esse fim”. Assim, relata diversas situações em que observa, dentre outras coisas, a clássica mudança de nome no exercício da prostituição, em que até mesmo os clientes adotam outros nomes e apelidos: “fora dali todos professam ser outros. 'Nomes de guerra', 'nomes artísticos' e outros artifícios travestem e segregam identidades, descontaminando a quem se quer preservar por meio da manipulação de informações”. A autora descreve também como na Zona se constitui uma rede de proteção das identidades de seus integrantes, o que faz com que todos tenham o “tácito compromisso” de velar pela continuidade dos papéis ali desempenhados (SIMÕES, 2010a, p. 26, 144, 156, 157 e 158).

Entre o Jardim Itatinga e a área central

Podemos pensar os dois espaços de prostituição, objetos de análise dessa tese, a partir da perspectiva dessa divisão entre dois mundos. O Jardim Itatinga enquanto aquele mundo da prostituição segregado e bem definido, e a prostituição no Centro com suas peculiaridades de ocupação situada em um espaço urbano de múltiplas “vocações”, mesclado com diversas facetas mundo “de fora” da Zona. A partir dessa estruturação entre mundos se definem, então, diferentes esferas de performance em cada um desses dois espaços da cidade. Pode-se dizer, portanto, que o Jardim Itatinga e o centro de Campinas - mundos estes organizados ainda, entre Centro e periferia - polarizam diferentes papéis e desempenhos corporais para as prostitutas, bem como, espaços e urbanidades diferenciadas da prostituição.

Mais uma vez, é importante perceber como, nestes dois espaços, se dá o tratamento dos elementos que demarcam a separação entre os dois mundos, que organizam o “dentro” e “fora” da Zona, isto é, de que maneira se invertem os códigos/usos entre “desviantes” e “normais” em cada área de prostituição: no Jardim Itatinga, aqueles que não querem estar associados com a

prostituição demonstram sua alienação às características desse mundo ao realizar demarcações “familiares”, como já vimos antes, com o uso das placas de “casa de família”. Fora da Zona, as prostitutas que querem trabalhar sem perseguição e estigmatização tiveram de que criar formas de resistência, das quais a mais expressiva é a criação da Associação Mulheres Guerreiras, para poderem assegurar sua presença considerada desviante e “fora do lugar”.

A partir dessa comparação inicial, parto para a análise da circulação de minhas interlocutoras entre cada um dos diferentes mundos, da Zona e do Centro, que se estabelece como um caminho percorrido em suas histórias de vida, um percurso que se articula com as características específicas de cada um desses espaços da cidade de Campinas, como veremos a seguir.

5.2_APRENDER A SER PROSTITUTA NO JARDIM ITATINGA

“Onde as putas conhecem a prostituição”

Onde as putas conhecem a prostituição...
 No Itatinga!
 O fervo é bom no Itatinga (repete 2 x)
 O fervo é bom...
 Onde as putas descem rebolando até o chão
 O fervo é bom no Itatinga (repete 2 x)
 O fervo é bom...
 Ela desce, arrebenta a cabeça (3x)
 A cabeça da piroca!
 Ai ai ai ai...
 Tu não sabe chegar porra?
 É fácil o acesso é só pegar a Santos Dumont!
 O fervo é bom no Itatinga (repete 2 x)
 O fervo é bom...
 (MC Bola 8, Funk paulista, Baixada Santista)

Uma das principais diferenças na circulação das mulheres prostitutas entre essas duas áreas de prostituição acontece em função da idade e/ou experiência do trabalho como prostituta. Ao contrário do que ocorre na área central da cidade, grande parte das prostitutas do Jardim Itatinga são jovens, e muitas se iniciaram na profissão neste bairro. Além disso, muitas são provenientes de fora de Campinas. De todas prostitutas que conheci no Jardim Itatinga, nenhuma era original da cidade²⁷⁰. Segundo relata a prostituta Ana:

Muitas meninas vêm do interior ou de outros estados e não têm onde morar, e no Itatinga elas tem casa, vi muitas meninas que depois de guardar dinheiro vinham no Itatinga por um ou dois meses, e atendiam mais na sua própria casa

270 Regina Mazzariol indica o mesmo fato em sua pesquisa. Na época que realizou sua etnografia, as mulheres que trabalhavam no Jardim Itatinga eram originárias de 395 cidades diferentes do Brasil. Vale dizer, que do total de prostitutas, apenas 3,19% eram originárias da cidade de Campinas (MAZZARIOL, 1977, p. 103-104).

quando não estava lá. Elas começam a ter clientes fixos e ter dicas de outras meninas. Também tem muita velha no Itatinga, mais nas casas baratas (entrevista com Ana, realizada em 30/04/12).

A escolha por trabalhar numa casa no Jardim Itatinga, principalmente para jovens e iniciantes, tem como principal motivação o fato de que, segregadas da cidade “normal”, amparadas e escondidas nas casas especializadas, as mulheres podem manter em segredo seu ofício, da sua família, amigos e conhecidos, principalmente quando vieram de outras cidades para trabalhar em Campinas. Além disso, a Zona é um bairro especializado, que possui todo um sistema organizado de modo a sustentar o exercício da profissão, não são apenas nas casas, salões de beleza, lojas, mas também a troca de experiências e toda uma estrutura vicinal. O bairro congrega, para além de suas características de confinamento, uma referência e um espaço de acolhimento de prostitutas iniciantes e mulheres jovens para o exercício da prostituição.

Vale dizer que Campinas é uma cidade conhecida como destino migratório, sobretudo com sua massiva industrialização a partir da década de 1960, como vimos no Capítulo 3. A cidade se destaca como cidade receptora na migração interna brasileira: são deslocamentos provenientes de cidades rurais, pequenas e/ou pobres em direção às cidades mais industrializadas, ricas e grandes, com mais oportunidades de subsistência. De acordo com Ulysses Semeghini, o território campineiro congrega o principal fluxo de atração migratória do estado de São Paulo depois da capital, motivado principalmente pela sua forte economia (SEMEGHINI, 1991, p. 156).

Prostituição e migração

A relação entre migração e trabalho sexual é recorrente: frequentemente, a iniciação na prostituição está ligada ao deslocamento para outra cidade. A migração para o trabalho sexual é, muitas vezes, relacionada ao tráfico de mulheres. Esta associação, no entanto, pode ser precipitada. Muitos estudos apontam para a necessidade de se pensar a prostituta migrante sob uma ótica diferente, pois a maneira como a migração para o trabalho sexual vem sendo abordada tende a esconder “what is really occurring in terms of migration of sex works²⁷¹” (DOEZEMA, 2010, p. 11). Isso porque os motivos, ambições e a realidade da mulher que migra para trabalhar como prostituta são “complex, messy, and resists easy explanations and solutions²⁷²” (*Idem*, 1999). O reconhecimento “of the complex and sometimes contradictory subjectivities,

271 “o que realmente está ocorrendo em termos de migração de trabalhadores do sexo” (tradução livre).

272 “complexa, confusa e resiste a explicações e soluções fáceis” (tradução livre).

positionalities, and claims of migrants and sex workers is critical to this framework²⁷³” (KEMPADOO, 2012, p.xxii).

A vida de uma mulher independente é altamente conectada à sua migração, ou à sua partida de casa/cidade/país. O critério de distanciamento espacial é essencial para que elas saiam do controle do marido/pai/família. Diversos estudos indicam que a migração feminina vem crescendo exponencialmente com o fenômeno da mundialização atualmente em curso, e têm mudado radicalmente os modelos migratórios conhecidos até então, quase totalmente masculinos. Os deslocamentos migratórios femininos constituem uma das estratégias de empoderamento utilizadas pelas mulheres, em função das possibilidades de independência econômica, social e cultural que a migração pode prover. Para as mulheres, os motivos para migrar vão além da tentativa de desenvolver ganhos econômicos, sociais e culturais. Elas migram também pela possibilidade de se individualizar, se dissociar da família e do espaço doméstico. Seu diferencial é a tentativa de escapar das amarras de gênero: matrimônios forçados, estatuto inferior nas relações conjugais, excesso de trabalho doméstico e/ou rural, e ausência de oportunidades que lhe garantam liberdade e autonomia. Nessas condições, a partida é uma esperança de liberdade. Vale dizer que, para essas mulheres pobres que migram para grandes cidades, se destaca entre as opções de trabalho acessíveis e rentáveis a prestação de serviços sexuais. Entre voltar à miséria, à opressão provinciana patriarcal e à falta de independência com as quais conviviam em suas terras natais, preferem trabalhar como prostitutas, mesmo sabendo do estigma violento que a profissão carrega, e dos perigos que este pode lhes causar. Nesse sentido, pode-se afirmar que para esse tipo de trabalho, a migração para um local distante se estabelece como um fator facilitador de atuação enquanto prostituta. Este afastamento garante que o ofício seja mantido em segredo da família, bem como de sua comunidade de origem (MOUJOURD; TEIXEIRA, 2005, p. 384; TABET, 2004; CAIBIRIA, 2004; DOEZEMA, 1999; JAGORI, 2012; AHMAD, 2012; MORAES, 1996, p. 44).

A migração, segundo Gail Pheterson, é uma saída recorrente para resolução das dificuldades de gestão da dupla identidade da prostituta, pois facilita a manutenção desta duplicidade (PHETERSON, 1996, p. 41). Carlos dos Anjos Júnior afirma que, em função do estigma associado à prostituição, as mulheres que exercem a atividade preferem “fazer a vida” em outros lugares que não os de origem: “numa cidade pequena do interior, a tensão entre família e o 'cair na vida', isto é, entre 'normalidade' e a 'divergência' é profundamente significativa para a prostituta” (DOS ANJOS JÚNIOR, 1980, p. 18). Para aquelas que vão trabalhar num bairro de

273 “das complexas e às vezes contraditórias subjetividades, posições e reivindicações dos migrantes trabalhadores sexuais é crítica para este quadro” (tradução livre).

prostituição distante também é fundamental estarem suficientemente longe de seu domicílio para não correrem o risco de encontrar sua parentela durante o trabalho. Nesse sentido, se distanciar é uma necessidade (TABET, 2004, p. 112).

Um espaço segregado de acolhimento

O Jardim Itatinga se estrutura por meio de diversos elementos visando receber e acolher tanto visitantes como novas prostitutas, muitas delas migrantes. Em seu trabalho sobre a Vila Mimososa, Soraya Simões relata como as Zonas se instituem como espaços de acolhimento e recepção de fluxos migratórios nas cidades:

É em torno de um acolhimento que se estrutura a própria zona de prostituição. Os empresários – cafetinas, “donos de casa”, - são verdadeiros *metteurs-en-scène* de um drama: conhecem o repetitivo repertório das paradigmáticas histórias tristes contadas pela personagem principal, o seu *script*, os anseios daqueles que com ela interagem e os diferentes elementos cênicos (decoração, iluminação, sonorização) necessários para fazerem os atores encarnarem seus respectivos papéis (SIMÕES, 2010a, p. 30).

Esse papel de recepção é realizado principalmente pelas chamadas “donas-de-casa”, que são, em geral, prostitutas experientes que cresceram na profissão. Essas mulheres são, inclusive, tidas como “mães” das prostitutas (ou mesmo “avós”), assim mesmo denominadas: “a mãe”, “a vó”. Como já foi dito antes neste trabalho, os nomes “cafetina” e “cafetão” não são utilizados, sendo rejeitados e considerados totalmente diferentes de “dona-de-casa”. Foram descartados em função de seu conteúdo estigmatizante, usados apenas para designar de forma depreciativa alguém que se aproveita do trabalho - “pega dinheiro” - de uma prostituta. Vale dizer ainda que a classificação “dona-de-casa” é encontrada em quase toda a bibliografia estudada que trata de “Zonas” de prostituição.

De forma semelhante, Aparecida Moraes analisa como essas categorias são usadas de acordo com o discurso de seus interlocutores. Segundo ela, na Vila Mimososa do antigo Mangue, o termo “dona-de-casa” era usado para amenizar o estigma que carregava a palavra “cafetina”, sendo esta última apenas usada quando o interlocutor desejava denunciar uma “má-patroa”, uma “oportunista” ou uma “circunstância de exploração” (MORAES, 1996, p. 156-162).

Segundo Soraya Simões, a palavra “Proxenus” do latim, designava na antiga Grécia aquele representante do Estado que deveria proteger e ajudar os visitantes estrangeiros durante sua estada. Essas figuras que por muito tempo também foram chamadas de “proxenetas” preservam

hoje, de um modo ou de outro, essa função de acolhimento, “possibilitando o trabalho ou vendendo proteção à prostituta contra ataques de clientes ou mesmo contra agentes do Estado”²⁷⁴. A autora também coloca a importância dessa figura para instruir as mais novas segundo o que aprendeu ao longo da carreira: “A prostituição é um *métier* onde a experiência é valorizada como expertise, a chamada 'escola da vida” (SIMÕES, 2010a, p. 30 e 100) ou a “arte do viver”, segundo Aparecida Moraes (1996, p. 53). Referindo-se à relação entre a “dona-de-casa” e a prostituta novata, Margareth Rago, diz que aquela era “conselheira em momentos difíceis, confidente, criava fortes vínculos de dependência afetiva para com ela, instruía-a nos códigos do submundo, atendia-a em casos de doença e, às vezes, fazia abortos (RAGO, 1991, p. 235)”.

Por meio da “dona-de-casa”, a iniciante é então acolhida em uma “casa”, local este que geralmente leva o nome de sua “dona”. Um local estruturado para a atividade prostitucional no qual ela pode aprender o trabalho de prostituta em conjunto com as outras “meninas”, tirando proveito também da infraestrutura local e da fama da Zona para atração dos clientes.

As “donas-de-casa”, ao mesmo tempo que as ajudam, cuidam e ensinam sobre a profissão, as ameaçam e punem caso não sigam as regras e/ou trabalhem direito, com relatos inclusive de violência. Esse papel também pode ser exercido por uma “gerente”, no caso de casas maiores. Como trabalhadoras mais velhas e experientes, são uma figura muito importante na vida da prostituta e incorporam esse papel de acolhimento às iniciantes no trabalho da prostituição.

Além disso, trabalhar em uma “casa”, em vez da rua, pode garantir certa segurança às prostitutas. Essa é uma característica muito prezada para uma jovem prostituta iniciante na atividade, que ainda não “sabe se virar sozinha”. Nas “casas” elas são protegidas tanto pelas “donas-de-casa” como pelas outras prostitutas e outros trabalhadores, algumas vezes especializados nessas funções, que podem ser acionados caso o cliente passe dos limites acordados. Da mesma forma, Aparecida Moraes afirma que a “cultura da Zona”, de maneira geral, favorece o surgimento de condições de desempenho profissional e segurança para as prostitutas (MORAES, 1996, p. 28).

Segundo o relato da prostituta Ana:

O Itatinga te dá segurança, normalmente ninguém abusa de você lá, ou vai te bater ou matar, as casas grandes têm seguranças, que podem matar um cliente se ele não quer te pagar ou se ele te bate, ou se força você para sexo anal por exemplo. O programa é combinado antes do quarto, normalmente, o que você

274 No livro de Ana Negrão sobre a prostituição em Campinas no período anterior à criação do Jardim Itatinga, ela oferece a interessante informação de que uma “dona-de-casa” (já nessa época os termos usados eram os mesmos, “dona-de-casa” e “mãe”) chamada Irma, quando recebia novas prostitutas, realizava um ritual de apresentá-las à cidade, fazendo um “tour” pelos pontos onde poderiam ser vistas pelos potenciais clientes. Ao mesmo tempo que mostrava a cidade para as iniciantes, apresentava suas novas garotas aos homens da cidade (NEGRÃO, 2013, p. 83).

faz e o que não, e você pode chamar o segurança se o cara tenta algo que você disse que não faz. (entrevista com Ana, realizada em 30/04/12)

Existem ainda, no Jardim Itatinga, muitas mulheres que moram nas próprias casas onde trabalham, facilitando ainda mais o acolhimento para a transição migratória, pois ao mesmo tempo que a migrante tem um novo trabalho, também tem uma nova moradia. Apesar da dependência que muitas vezes as prostitutas acabam criando com essas “casas” e “donas-de-casa”, o local se estrutura como um ponto de partida relativamente seguro onde as mulheres se iniciam na profissão.

Circulando por diferentes “Zonas”

Essa estrutura de acolhimento não é utilizada apenas pelas iniciantes, sendo também uma forma de recepcionar estrangeiros e visitantes. Quando em viagens de negócios, ao chegar a uma cidade, os empresários muitas vezes passam por um ritual de recepção, sendo levados para conhecer sua Zona. O mesmo acontece com os envolvidos com a prostituição, sobretudo prostitutas experientes provenientes de outras cidades/Zonas, que também visitam frequentemente diferentes áreas de prostituição. O Jardim Itatinga tem ainda a característica de estar próximo do aeroporto de Campinas e de vias de circulação que conectam muitas cidades, facilitando o acesso de visitantes de fora da cidade.

Sempre que viajei com as prostitutas da Associação Mulheres Guerreiras para algum evento fora de Campinas, havia o desejo delas de conhecer a Zona da cidade visitada, se divertir e quem sabe “fazer um dinheirinho”. Segundo Natasha: “toda vez que conheço uma cidade nova já logo pergunto onde fica a Zona”. É importante destacar em suas falas como elas dizem se sentir “em casa”, à vontade, nas áreas de prostituição, nelas circulando com facilidade: “quem conhece uma Zona, conhece todas” ou “Zona é Zona, não importa a cidade” (LEITE, 2009, p. 103). Além de realizarem visitas nestes locais, é comum as mulheres mudarem de Zona e trabalharem por períodos variados em cidades diferentes.

Dessa forma, outro fator que se relaciona com a questão da mobilidade é a existência de um fluxo de prostitutas nas diversas áreas de prostituição, “de Zona para Zona”. Esse movimento de migração entre os “mundos” da prostituição de diferentes cidades foi constituído, sobretudo, pela troca de informações e solidariedade entre elas. Conversando com Gabriela Leite em uma visita que fiz à sua casa, ela relatou que já havia trabalhado no Jardim Itatinga. Desde sua entrada para a prostituição, que começou na Boca do Lixo em São Paulo, ela circulou por diversas “Zonas”, se

aposentando na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro (conversa com Gabriela Leite, *op. cit.*). Em seu livro autobiográfico ela descreve quando decidiu sair da Zona em que trabalhava, na Boca do Lixo em São Paulo, e ir trabalhar como prostituta em Belo Horizonte, e como foi acolhida logo que chegou:

Belo Horizonte era perfeita. As meninas [...] falavam muito de lá, que se ganhava bem, tinha muito trabalho, e era uma cidade bacana. [...] No dia seguinte de manhã fiz minha mala [...] Cheguei com o dia ainda escuro e só depois de estar lá me dei conta de que eu não sabia para onde ir. Havia esquecido de perguntar às minhas colegas. [...] Perguntei ao balconista da lanchonete onde ficava a zona. Ele veio com a velha pergunta que eu ouço até hoje, nos meus quase 60 anos, e que ouvi pelo menos três vezes por semana durante toda a minha vida profissional: “Mas o que uma moça tão distinta como você vai fazer na zona?” Como eu já estava escolada, não titubei: “Trabalhar.” [...]

Fui entrando, passando por dezenas e portas, e lá no fundo tinha uma aberta. Era uma cozinha. Uma senhora bem velhinha fazia não só o feijão, mas um típico almoço mineiro. [...] Em Minas, até cafetina é cozinheira. [...] Eu disse: “Bom dia.” Ela me respondeu: “Tá vindo de onde, Rio ou São Paulo?” Era danada, a velha. (LEITE, 2009, p. 87, 89 à 91)

Nesse sentido, pode-se concluir que a mobilidade das prostitutas é uma das características fundamentais da profissão, como confirmam diversos estudos sobre o tema. Emmanuel Redoutey (2005) coloca que a grande mobilidade característica das prostitutas, entre diversas áreas de prostituição, cidades e por vezes entre outros países, estabelece um fator de produção dos espaços prostitucionais:

[...] d'un lieu de prostitution à un autre, dans différentes villes ou différents pays, les personnes prostituées ont une conscience aiguisée des avantages et inconvénients attachés à chaque type de situation spatiale. [...] Le passage d'un lieu à autre peut aussi correspondre aux étapes d'une carrière prostitutionnelle ou relever d'une stratégie migratoire plus élaborée (REDOUTEY, 2005, 50, 51 e 53)²⁷⁵.

Isso porque, de acordo com Lucila Sousa, ao saírem do lugar onde moravam com a família, “as possibilidades de aventuras iam se multiplicando, à medida que saltavam de cidade em cidade” entre diferentes locais de prostituição (Sousa, 2009, p. 297). Para Aparecida Moraes, a mobilidade também pode ser entendida como “uma importante estratégia de proteção da identidade” (MORAES, 1996, p. 81 e 82). Segundo Regina Mazzariol “as mulheres prostitutas estão atrás de lugares onde o 'faturamento' apresenta-se mais favorável e é assim que vão sempre em busca de novos 'pontos' transferindo-se de uma casa para outra ou mesmo de cidade, retornando, muitas

275 “de um lugar de prostituição a outro, entre diferentes cidades ou diferentes países, as prostitutas possuem uma consciência aguda das vantagens e inconvenientes justapostos à cada tipo de situação espacial. [...] A passagem de um espaço a outro pode também corresponder às etapas de uma carreira prostitucional ou revelar uma estratégia migratória mais elaborada” (tradução livre).

vezes, a 'pontos' já passados”. De acordo com a autora, isso demonstra a solidariedade entre as prostitutas, por constituírem entre si uma rede de informações em que são divulgados e debatidos os melhores pontos: “as notícias são tão bem divulgadas que servem como uma das explicações do fluxo das mulheres”. Dentro dessa rede, os elementos que influem na escolha de um lugar para trabalhar são “as facilidades para o exercício da prostituição, as alternativas de mercado e a ausência de perseguição ou a proteção policial” (MAZZARIOL, 1977, p. 100, 180 e 186).

De acordo com Soraya Simões, também fazem parte dessa “rede informal”: “amigos, taxistas, prostitutas que retornam à terra natal, entregadores de bebidas, clientes antigos... ou seja, todos aqueles que já tenham alguma experiência ou laços constantes com os interessados no negócio” (SIMÕES, 2010a, p. 151). Essas redes informais são consideradas como estratégias coletivas de auto-organização entre as prostitutas migrantes. Além disso, se estruturam como redes de cumplicidade que conectam diferentes espaços prostitucionais (CABIRIA, 2004 139-140).

Uma urbanidade da prostituição

Enquanto espaço de acolhimento, o Jardim Itatinga também se destaca pelo seu isolamento do restante da cidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que, apesar de haver sido projetado com o intuito de segregar uma atividade “desviante”, mas “inevitável”, acaba por se constituir como um espaço de proteção da identidade “estigmatizada” da prostituta. Separadas da cidade “normal”, amparadas e escondidas nas casas especializadas, elas mantêm mais facilmente em segredo o ofício. Nesse sentido, vale destacar como certos espaços segregados e isolados podem facilitar a co-existência de mundos separados, bem como deixar ainda mais uniformes as características próprias de cada um deles. Segundo Robert Park:

The processes of segregation establish moral distances which make the city a mosaic of little worlds which touch but do not interpenetrate. This makes it possible for individuals to pass quickly and easily from one moral milieu to another and encourages the fascinating but dangerous experiment of living at the same time in several different contiguous, but otherwise widely separated, worlds (PARK, 1984, p. 40 e 41)²⁷⁶.

Para Soraya Simões, a segregação das “Zonas” é “fundamental para o bom relacionamento com a família” e “a separação da vida familiar da vida profissional é um ponto privilegiado também por aqueles que dizem 'não ter esse tipo de problema’”. Muitos outros profissionais também

²⁷⁶ “O processo de segregação estabelece uma distância moral que torna a cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram. Isso torna possível para indivíduos passarem rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a fascinante mas perigosa experiência de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas que de outro modo estariam largamente separados” (tradução livre).

valorizam essa separação, por razões variadas, mas que, de qualquer modo, permite distinguir e distribuir papéis e redes de relações da vida doméstica até a pública (SIMÕES, 2010a, p. 88).

Com o confinamento, as mulheres prostitutas se sentem “seguras” e podem exercer seu papel de “puta” - da mesma forma que acontece no gueto de Wirth (1969) - justamente por estarem apartadas do espaço da cidade. Assim, a existência da Zona auxilia na proteção com relação à violência decorrente do “estigma de puta”, fazendo com que elas possam assumir sua identidade prostituta, “ficar à vontade” e vivê-la sem o perigo de reprovação e constrangimento experimentados em outros locais. Como afirma Gabriela Leite: “Somente dentro do gueto as prostitutas não sentem vergonha de serem o que são” (LEITE, 1992, p. 144).

Ao chegar no Itatinga, a cenas observada é composta pelos corpos expostos e seminus das mulheres, se insinuando, chamando clientes, mandando beijos e dançando sensualmente na calçada. Os homens em busca de prazer carnal ou visual, que chegam em grupos ou sozinhos, observando de seus carros a visão excitante do lado de fora. A música alta e as luzes coloridas de dentro das casas e boates. A bebida e as drogas que fazem parte do lócus transgressor da Zona.

Emmanuel Redoutey apresenta uma situação similar em seu estudo sobre Paris, ao descrever o espaço de prostituição constituído no parque *Bois de Boulogne*. O local, escondido por bosques e árvores, permite a criação de “un monde spectaculaire, sexuel et consommable, fascinant parce qu-aux limites de la légalité et sécurisant du fait de la représentation apparente de tous les milieux sociaux²⁷⁷”. Além da nudez e sedução, muitos programas são realizados no mesmo local onde os clientes escolhem as prostitutas “les lieux du racolage e de la passe se confondent²⁷⁸”. Segundo o autor a “teatralidade” das prostitutas encontrada nesse local exacerba um “voyeurismo generalizado”: muitos homens passeiam de carro, sozinhos ou com amigos, observando as prostitutas e as cenas que ai se passam (2005, p. 60). Da mesma forma Soraya Simões concorda com a ideia de “teatralidade” da Zona, quando observando que, na Vila Mimosa, clientes e prostitutas se sentem seguros e cômodos para “encenar papéis” que muitas vezes não condizem com a “vida que levam fora dali” (SIMÕES, 2010a, p. 72).

A Zona, constituída enquanto espaço em que pode-se viver certas fantasias de forma temporária ou transitória, se coloca também como um lugar onde o cliente pode vivenciar certos desejos ocultos e experimentar, do mesmo modo que as prostitutas, a adoção de outras identidades. Segundo Gabriela Leite, a Zona “é um canal de liberação de fortes repressões moralistas”

277 “Um mundo espetacular, sexual e comestível, fascinante pelo limite de sua legalidade e segurança dado pela representação aparente de todas as origens sociais” (tradução livre).

278 “os lugares de *racolage* e do programa se confundem” (tradução livre).

(LEITE, 1992, p. 79). Os relatos de minhas interlocutoras e também a bibliografia estudada demonstram que muitos homens desejam apenas vivenciar um momento no qual podem ser frágeis, sem ter que seguir as amarras do seu gênero, que ditam que o homem deve ser viril, responsável e forte o tempo todo. Como afirma Gabriela: “creio que toda puta sabe que o homem é de uma fragilidade imensa. E saber disso eu devo à prostituição. Porque ali dentro do quarto é que eles se mostram [...] Muitas vezes o sexo é quase uma desculpa para o homem poder conversar com sua prostituta predileta” (LEITE, 2009, p. 190-191). Outro exemplo é a experiência de intercâmbio sexual racial. Há muitos relatos de homens “brancos procurando programas com negras” e “negros com brancas”, pois desejam uma experiência sexual com mulheres que normalmente têm mais dificuldade em acessar. As Zonas são realmente locais onde se vive a experiência de poder ser, mesmo que momentaneamente, uma pessoa radicalmente diferente daquela que circula nos espaços do lado “de fora”.

Segundo Margareth Rago, estes são os territórios do prazer e da boemia, um espaço geográfico da cidade especialmente destinado aos encontros sexuais e à vida noturna. Para a autora, é ali que se pode viver a possibilidade de perda de identidade, de “desterritorialização subjetiva”, ao se invertem papéis e dramatizarem situações, permitindo que se aflorem as “pulsões irreprímíveis” que não se podem realizar na sociedade normal. Além das trocas sexuais, esses locais possibilitam “a evasão, o desenraizamento, a desterritorialização dos corpos, a perda de identidades fixas, em compensação à rotina monótona da vida familiar” (RAGO, 1991, p. 25, 41 e 97).

Ali, são proporcionadas diferentes formas de lazer e diversão social que configuram signos, outros modos e maneiras de viver e circular. Lugar onde prostitutas e clientes podem emancipar os seus impulsos, paixões e instintos que são reprimidos pela moral dominante (PARK, 1984, 43). O Jardim Itatinga tem uma função definida: é o “lugar da boemia”, constitui uma “geografia do prazer” (RAGO, 1991); uma “região moral” (PARK, 1984); “um espaço flutuante da sexualidade” ou uma “zona de promiscuidade” (BORTOLANZA, 2014, 281); o espaço legítimo da “fornicação” e das mulheres pervertidas/pecadoras/desregradadas/degeneradas (MORAES, 1996, p. 35); é o lugar do sexo em Campinas.

Protegidas do peso do estigma que as perseguem em outros locais, as prostitutas e os outros sujeitos convivem no entorno da atividade, reafirmam uma outra urbanidade na Zona, construindo um espaço oposto à cidade da “família” e da “esposa”: diverso daquela área hegemônica, percebida como o espaço “normal” da cidade, onde prevalecem os códigos considerados como “moralmente corretos”.

Baseado no que vimos anteriormente, pode-se afirmar que o Jardim Itatinga tem o papel de “destino” para a migração de mulheres jovens e iniciantes na prostituição, ou mesmo visitantes para um programa eventual, com toda uma estrutura de acolhimento montada pelas casas, donas-de-casa, gerentes e outros integrantes desse “mundo”. A segregação da Zona do resto da cidade é também uma forma de proteção contra o “estigma de puta” e ajuda a separar os dois mundos das mulheres prostitutas, permitindo que estas possam manter seu ofício em segredo de seus conhecidos: a Zona é um local de “tolerância” da prostituição, escondido e separado, em uma grande cidade, com as grandes dimensões e possibilidades de locais diversificados de acolhimento para trabalhar, e se encaixa como um território receptor de migração feminina. Caracteriza-se, portanto, como um lugar onde “aprende-se a ser prostituta”.

5.3_TORNAR-SE PROFISSIONAL DO SEXO NO CENTRO

Sair da Zona e ir trabalhar no Centro

Como citei anteriormente, a maioria das prostitutas de Campinas que conheci se iniciaram na profissão ou tomaram contato com as possibilidades da atividade frequentando o Jardim Itatinga. Vale dizer que muitas vezes elas revezam o trabalho entre esses dois locais de prostituição. Muitas mulheres que têm seus “pontos” na área central continuam frequentando o Jardim Itatinga quando precisam “fazer mais um dinheirinho”, em datas especiais, ou em fases de dificuldade financeira.

Elas também vão à Zona vez ou outra “só pra se divertir” e “encher a cara”. Muitas delas deixaram de trabalhar no Jardim Itatinga todo dia porque cansaram de ficar constantemente no ritmo boêmio. “Eu não aguentava mais aquela zoeira, sabe?”, me disse certa vez Elaine, uma prostituta da associação, integrante da primeira chapa. De todo modo é comum, eventualmente visitarem a Zona, saírem para “curtir”, fazer alguns programas e lembrar os “tempos da antiga”. Após iniciação e aprendizado da profissão no Jardim Itatinga, uma prostituta pode, se quiser, aventurar-se em outros espaços de prostituição com mais facilidade, como o Centro da cidade, por exemplo.

Como reflexo da urbanidade oposta construída entre estes dois locais, colocados como mundos separados e diferentes, dependendo de onde estão trabalhando, as prostitutas adotam uma postura corporal totalmente diferente bem como uma outra relação com o espaço público. Certa vez encontrei Valéria, que é uma prostituta conhecida do Centro, no Jardim Itatinga, e me

assustei ao ver como ela estava diferente, vestindo apenas calcinha e sutiã, toda maquiada e cheirosa, nas ruas da Zona. Nunca tinha notado como aquela mulher de quase sessenta anos tinha um corpo tão bonito. Ela estava totalmente diversa da Valéria que eu conhecia no Centro, adotando uma identidade muito mais sensual e provocadora que a do seu ponto na área central.

Existem muitas diferenças na postura corporal assumida pelas mulheres prostitutas em cada área, diretamente relacionadas ao espaço em que se inserem. Enquanto as mulheres do Centro necessitam criar diversas estratégias corporais de negociação, que ao mesmo tempo escondem e mostram seu ofício, no Jardim Itatinga as prostitutas podem exhibir o corpo livremente, podem exagerar nos acessórios, tecidos, cores, maquiagens e perfumes de modo a atrair seus clientes, podem chamar os clientes sem receio, dançando e se movimentando com apelos eróticos nas calçadas. No Jardim Itatinga a “reterritorialização” dos corpos das prostitutas (RAGO, 1991; Perlongher, 1991), ao transitar entre o mundo “normal” e o mundo da prostituição, acontece de forma que estas podem se transformar radicalmente ao assumir o papel de “puta”, por estarem protegidas do estigma que as persegue no resto da cidade. Da mesma forma, pode-se dizer que o rompimento entre suas duas identidades e a sua segregação de papéis são ainda mais fortes no Jardim Itatinga.

O Jardim Itatinga também possui uma variedade muito grande de tipos de casas, das luxuosas às mais simples, e prostitutas de variadas idades, cores, corpos e preços. Além disso, a mobilidade espacial dentro do bairro é grande, pois as prostitutas podem subir na escala dos níveis de trabalho: de prostituta a gerente, e depois a “dona-de-casa”, ou mesmo mudar de casa, e/ou tipo de casa (na qual o valor do programa é mais alto, por exemplo). Existe ainda uma correlação entre a relação de idade das mulheres e esses cargos, em que as mulheres mais experientes, normalmente mais velhas, ocupam os cargos hierarquicamente superiores, demonstrando como ocorre a ascensão profissional.

No Centro, as prostitutas têm, em geral, idade entre trinta e cinquenta anos, e realizam programas de preços semelhantes e baixos, sendo a quase totalidade deles realizados nos hotéis do entorno. A hierarquização entre elas é estruturada a partir das melhores e das piores localizações dos “pontos”, seguindo fatores de circulação e visibilidade, e segue um valor diferencial relacionado à sua “antiguidade” no mesmo ponto e na sua experiência na profissão. Ou seja, enquanto no Jardim Itatinga a mobilidade é uma constante, no Centro a fixidez é um valor de hierarquização.

Apesar da prostituição durante o dia no Jardim Itatinga ser mais calma e menos ligada à boemia, o bairro é mais conhecido e buscado pela diversão que pode ser encontrada no período noturno.

Na área central, isso se dá de modo inverso. Mesmo que surjam alguns pontos de prostituição esparsos na área depois do fechamento das lojas do Centro, a atividade tem sua maior importância durante o dia e se relaciona com o fluxo de pessoas que transita no local durante as atividades diurnas e relacionadas com o cotidiano dos trabalhadores da área central. Vale destacar que o centro de Campinas é um local que esvazia-se após o horário comercial, quando se encerram as principais atividades da área. É, inclusive, um fato conhecido entre os campineiros que andar a pé no Centro depois dessa hora é uma atividade bastante perigosa.

A relação com os clientes também acontece de forma bastante diversa. Quem vai até o Jardim Itatinga tem o objetivo de ir para “balada”, “curtir” o clima boêmio, a música, a dança/exibição das mulheres, as bebidas/drogas, e, quem sabe, escolher a mulher que mais lhe atrair para fazer um programa. Devido ao seu isolamento do resto da cidade, quem se locomove até o bairro tem objetivo claro de ir à Zona, mesmo que seja “só uma passadinha”. No caso do Centro, os clientes são homens que estão circulando na área, muitos deles trabalhadores locais, que param para conversar com as prostitutas, muitas vezes clientes frequentes e conhecidos, que pagam por um programa na hora do almoço ou em algum horário de folga do trabalho. Estes mostram-se intencionados em fazer o programa quando se aproximam das prostitutas, mesmo que às vezes passem apenas para conversar. Não estão apenas interessados em curtir com outros amigos homens o espaço boêmio, como acontece na Zona. Essa é uma diferença entre as duas áreas, enquanto uma é procurada para a boemia e atividades noturnas, a outra é um local de passagem e de trabalho no qual se pode fazer um programa casual, sobretudo durante o dia.

Além disso, enquanto no Jardim Itatinga os clientes circulam e observam as prostitutas majoritariamente de dentro de automóveis, no Centro o acesso e circulação são realizados a pé, principalmente porque muitos dos “pontos” se localizam em áreas inacessíveis aos veículos, como praças, becos e cantos. Da mesma forma que as prostitutas, os tipos de clientes são mais variados no Jardim Itatinga em classe social e idade; enquanto no Centro são, em geral, de pouco poder aquisitivo e mais idade, inclusive chamados de “meus velhos” por elas.

Pode-se afirmar, portanto, que o Jardim Itatinga se define sob o contraste com relação à área de prostituição do centro da cidade: enquanto na Zona “se aprende a ser prostituta”, no Centro é onde estão as prostitutas mais velhas e experientes, que trabalham de forma independente e que enfrentam o estigma de ser uma “puta” na cidade “normal”. Como vimos anteriormente, estas prostitutas realizam um contornamento de sua presença “desviante” no espaço familiar, criam táticas, negociações e articulações com as redes de convivência do Centro de modo a se manterem no local. É comum ouvir comentários entre elas de como as colegas “ficam entocadas

lá no Itatinga”, ou que “trabalhar lá é fácil, quero ver aqui na 'cidade'”, que “aqui na 'cidade' o bicho pega muito mais que no Itatinga” e que “no Centro a polícia judia”. Pode-se dizer que enquanto no Jardim Itatinga a prostituta chega e é acolhida, no Centro ela tem que desenvolver mecanismos para se estabelecer e não ser expulsa, é necessário ter experiência e saber “se virar” para poder se manter.

Trabalhando na “cidade”

Uma das diferenças entre as duas áreas de prostituição (Zona e Centro) está nos locais de trabalho. Enquanto no Jardim Itatinga as mulheres “são” da “casa” Fulana de tal, localizadas através de pronomes possessivos, no Centro elas trabalham “no ponto”, na praça, na “Boca do Lixo” e usam os hotéis para os programas. Elas nunca dizem que “são” do hotel tal, mas sim que vão até “lá” fazer seus programas.

Também foram observadas diversas diferenças de agenciamento, negociação e controle entre trabalhar em um “ponto” e em uma “casa”. Para as mulheres que trabalham no Centro, é no local “público” que se dá a abordagem e primeiro contato com o cliente e, depois, nos hotéis e pensões, ocorre o programa. No Jardim Itatinga as prostitutas esperam os clientes nas janelas, calçadas ou dentro das casas fechadas e tanto os encontros iniciais como os sexuais acontecem dentro do domínio dessas mesmas “casas”: na sua frente ocorre a primeira abordagem e dentro delas o programa. Nas “casas” devem ser seguidas as regras preestabelecidas pelas “donas-de-casa”, nos “pontos” as mulheres negociam as regras entre si mesmas.

A necessidade de proteção, as dívidas criadas com a “casa”, o ambiente de aprendizagem, a ajuda nas questões que envolvem a profissão e a infraestrutura montada para esse fim, são os fatores de atração das profissionais pelas “casas”. Por outro lado, esse ambiente proporciona às prostitutas do Jardim Itatinga maior dependência dos locais em que trabalham.

Geralmente, as prostitutas do Jardim Itatinga moram nesses mesmos locais, uma diferença fundamental em relação às prostitutas do Centro: para estas as praças e ruas são apenas locais de trabalho, ou seja, após trabalharem elas voltam para seus lares, geralmente em bairros distantes. As mulheres do Centro circulam entre seus bairros e a área central, mantendo dessa forma diversas relações com a cidade para além de seu ofício. Acessam a gama complexa de infraestrutura, áreas comerciais e redes de sociabilidade, não só de onde trabalham, mas também de seus bairros. Também por serem mais velhas e experientes já aprenderam a circular na cidade

mais livremente.

No Jardim Itatinga, as prostitutas estão isoladas do usufruto de toda infraestrutura urbana e diversidade da cidade em que vivem. Por serem em sua maioria migrantes, acabam não circulando na cidade. Muitas passam certo período na Zona e voltam diretamente para suas cidades, trabalhando durante a semana e retornando para sua residência de origem nos finais de semana, por exemplo. Ou seja, circulam entre o mundo da prostituição e o mundo da família sem conhecer outras partes de Campinas fora da Zona. Isso acontece por diversos fatores, dos quais acredito terem destaque: grande parte das prostitutas moram nas mesmas casas que trabalham; pela distância e isolamento do bairro em relação à cidade; pelo medo do estigma que carregam fora da Zona; e por serem jovens e de fora de Campinas. Isso é corroborado pelo fato das mulheres do Centro serem mais velhas e “experimentadas” na prostituição e não precisam de um espaço protegido de “acolhimento”, como acontece no Jardim Itatinga. Aqui elas mesmas fazem seu trabalho, seus horários e suas regras, claro que de uma forma negociada entre elas e outras pessoas circundantes aos “pontos”.

Vale ressaltar que, para isso, precisam desenvolver táticas de modo a evitar as represálias que sofrem em função do “estigma de puta”, por trabalharem fora da área demarcada de tolerância. Em algumas situações, elas usam certas negociações corporais para serem aceitas, aparentando “normalidade”, mas usando discretas marcações que demonstram seu ofício, como vimos no Capítulo 1. Não podem parecer muito com o que simbolizaria uma “prostituta”, apenas o suficiente para conseguir clientes, ao mesmo tempo em que se mantém “decentes” no espaço do Centro. Segundo Erving Goffman, no espaço público das cidades é onde, sobretudo nas ruas mais movimentadas e de uso mais misto, as “definições de situações rivais potencialmente então dão passagem a um tipo de decoro público” (GOFFMAN, 2010 [1963], p. 31), onde, no caso, todos estariam engajados em manter certas regras entendidas como “acordadas entre todos” em relação a certas roupas, condutas e posturas corporais adequadas a este espaço comum.

Ou seja, as prostitutas do Centro adotam certos modos de exibição do corpo por meio de determinadas roupas, pintura do rosto e cheiros que expressam seu trabalho, contudo nenhuma conduta que extrapole o aceitável no espaço dito público do centro da cidade, a prostituta deve se manter “mimetizada” de mulher “normal” para poder permanecer nesse espaço²⁷⁹. Emmanuel Redoutey descreve a mesma situação em seu estudo sobre a prostituição em Paris como as

279 José Olivar relata em sua pesquisa como em Porto Alegre, em 2007, que após algumas negociações com o poder público, se estabeleceu um acordo de não perseguição às prostitutas pelo poder público no centro da cidade (numa situação muito similar às prostitutas do centro de Campinas), no qual elas se comprometeram em trajar roupas “não atentatórias ou ofensivas pudor”, não praticar sexo na via pública, não promover “algazarras” entre outras (OLIVAR, 2013, p. 250).

mulheres que trabalham no espaço público das ruas “plus fréquentés” se mimetizam: “Ces femmes se prostituent avec une savante discrétion principalement em journée et pendent le week-end, au milieu des passants ordinaires²⁸⁰” (REDOUTEY, 2005, p. 59). Da mesma forma Juliana Cavilha descreve como as prostitutas que trabalham nas ruas próximas ao mercado municipal da cidade de Florianópolis – SC, “adotam forma semelhante a qualquer modalidade de sociabilidade convencional nas esquinas, bares e praças de uma grande cidade: não se diferenciam de outras pessoas que param por ali”. A autora destaca também a “perícia” que as mulheres desenvolvem para manterem seus clientes e as qualidades diferenciais de manutenção deles em cada “ponto” (CAVILHA, 2014, p. 347 e 350).

Além dessas posturas e modos de estar na rua existem ainda outros fatores de identificação de seu ofício. O principal deles são os “pontos”. Cada prostituta se mantém todos os dias no mesmo local, junto a outras prostitutas e é dessa forma que os clientes retornam, trazem novos fregueses e contam no “boca-a-boca” que aquelas mulheres paradas em certo lugar do Centro são “prostitutas”. A espera é uma característica importante. O que estaria fazendo por tanto tempo, todos os dias, essa mulher sentada no mesmo banco da praça? São aspectos que escapam ao observador desatento e não rotineiro do espaço do Centro, mas que caracterizam a profissão para aqueles que já conhecem o ofício, ou para aqueles que frequentam estes espaços de prostituição diariamente. É também por essa razão que elas são conhecidas pelas redes de sociabilidade do Centro e precisam criar estratégias de negociação de compartilhamento deste espaço.

Para Joana Corona, o “ponto” delimita fronteiras físicas, mas, principalmente, simbólicas, que invadem um campo de relações de sociabilidade e estabelece espaços portadores de valores: “entendo o ‘ponto’ não como um ponto fixo no espaço, mas como uma apropriação do espaço público e seu entorno”. E para estabelecer essa “apropriação” é necessária uma série de negociações e o estabelecimento de regras nos espaços contíguos ao ponto. Dessa forma se estabelecem redes compostas de aspectos diferenciados das vidas dessas mulheres, misturando-se práticas profissionais, de lazer e domésticas, que transbordam a atividade que exercem, além de sublimar a vulnerabilidade do espaço público, por estabelecerem um maior grau de proteção por meio da rede de colegas e amigos, o que não existe nos locais isolados (CORONA, 2007, p.10-17).

Segundo Elisiane Pasini, o ponto é um local privilegiado de sociabilidade, no qual as práticas sociais se estabelecem: “é no ponto que o cliente e a prostituta encontram e negociam o

280 “Estas mulheres se prostituem com uma sábia discricção, principalmente de dia e durante os finais de semana, nos locais de passagem ordinária” (tradução livre).

programa, mas também é aí que elas estabelecem outras trocas e constituem outras relações – com clientes, com vendedores ambulantes, com moradores” (PASINI, 2001, p. 281). Juliana Cavilha afirma ainda que os “pontos” se instituem como “micro-regiões” morais (usando Park, 1984), mescladas ao mosaico urbano, e que ao redor dos quais se definem “inúmeras táticas de defesa de seu 'ponto' em relação às demais colegas de trabalho e de suas respectivas redes sociais de prostituição” (CAVILHA, 2014, p. 344 e 362).

Além disso, é nessa área de prostituição e pelas mãos das prostitutas que aí trabalham que foi formada a Associação Mulheres Guerreiras, principalmente como uma forma de proteção perante a perseguição por elas sofrida. Como vimos no Capítulo 1, a Associação é fruto de uma história de resistência dessas mulheres para continuarem trabalhando na área central. A entidade é ainda uma via representativa de garantia de direitos, uma vez que a prostituta, para exercer sua atividade, precisa entrar em disputa e negociação, debatendo os usos moralmente aceitos do espaço da cidade. Uma das táticas para elaboração de seu discurso de defesa é o uso da terminologia “profissionais do sexo”, que enaltece a sua luta por direitos trabalhistas e dilui o conteúdo estigmatizante de outras denominações como “puta” e “prostituta”.

A aquisição de uma competência

Segundo Soraya Simões, reivindicar a prostituição como uma profissão levou o movimento organizado a realizar uma “distinção de condutas, posturas, procedimentos, direitos, deveres e certa ética”, pois:

Mudar o registro da justificação de uma fatalidade para algo que possa ser percebido como uma opção é, portanto, abrir uma perspectiva sobre as responsabilidades assumidas com essa escolha. Um horizonte profissionalizante pode, então, se esboçar. [...] na medida em que ganha espaço nas arenas públicas, permite a formação de um novo consenso, possibilitando uma nova auto-representação e, com ela, uma transformação do ego e novas formas de agir (SIMÕES, 2010b, p. 25 e 26).

De acordo com a autora o termo “profissionais do sexo” foi gestado e cunhado na “*démarche* das atividades associativas e no diálogo estabelecido entre os grupos organizados e o Estado”, sendo que, este último, necessitava de terminologias que permitissem melhor formular e realizar ações sob a perspectiva do trabalho, emergindo, nesse sentido, uma “nova profissão” (SIMÕES, 2010b, p. 29 e 30). Segundo Marlene Rodrigues, o processo por meio do qual se deu a proposição da terminologia “profissionais do sexo” remete ao surgimento do movimento organizado e “da

proposição de ressignificação da prostituição, ou, melhor dizendo, do “trabalho sexual”, como “um trabalho como outro qualquer” (RODRIGUES, 2003, p. 11)”. Além da tentativa de diluir os conteúdos estigmatizantes de “puta” e “prostituta”, o argumento para uso desse termo é sua neutralidade na distinção de gênero entre prostitutas, travestis e michês (OLIVAR, 2013, p. 210; LEITE, 2009, p. 157 e 158).

Podemos afirmar que entre os dois polos de prostituição em Campinas estudados, a prostituição se desenvolve como em uma carreira, que se inicia no lugar segregado e protegido para depois, com o domínio dos aspectos que concernem a profissão, reivindicar seu lugar na cidade. Sair do “gueto” (Jardim Itatinga) é parte desse aprendizado, do aprender “a se virar”, adquirir experiência e reivindicar sua circulação pelos “outros” espaços urbanos. Além disso, é necessário se apropriar do *savoir faire* da profissão (como seduzir, qual roupa usar, como olhar) para depois manipulá-lo de maneira mais refinada no espaço desprotegido e comum no qual a profissão é considerada desviante, como é o caso da mimetização em “mulher direita” que as prostitutas do Centro realizam. Mas, sobretudo, para efetivar uma proposta de profissionalização da atividade, que a Associação Mulheres Guerreiras em conjunto com o movimento das prostitutas engendra.

Desde setembro de 2002, a prostituição está incluída na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, conjunto de ocupações reconhecidas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Soraya Simões relata como o movimento conseguiu esse feito, pautando a complexidade da constituição dessa atividade enquanto profissão, bem como as diversas minúcias que abrange, ao elaborar a definição profissional de seu ofício em conjunto com o Ministério. Representantes de todo o país pensaram juntas as atribuições de sua profissão articulando-as às especificidades regionais. Segundo a autora, “ter uma profissão” significa ser mais respeitado por indivíduos e instituições públicas, por isso a importância desse processo, apontando ainda quais são as etapas a serem vencidas para aproximá-lo do modelo valorizado de uma profissão. “Suscita, finalmente, a assunção de um papel. E, com isto, determinados modos de se definir situações no drama da vida social” (SIMÕES, 2010b, p. 41 à 44).

Vale pensar a importância desse momento para a consolidação do discurso do movimento em prol do reconhecimento da prostituição como um trabalho, da definição coletiva entre elas de qual é esse trabalho, deixando claro ainda o porquê dessa atividade se constituir enquanto opção profissional. De acordo com Gabriela Leite e Flávio Lenz “a identificação da prostituição como um trabalho possibilita que se atinja um outro patamar na discussão a respeito dos direitos das profissionais que realizam este trabalho” (LEITE;LENZ, 2013, p. 44).

Voltando ao caso de Campinas, compreendendo a transição do Jardim Itatinga ao Centro como parte desse processo de aquisição de uma competência, pode-se dizer que, partindo de uma trajetória iniciada pelo aprendizado na Zona de tolerância do Jardim Itatinga, as experientes prostitutas do Centro vão desenvolvendo, ao longo de muito tempo, táticas, negociações e resistências que, de alguma forma, entram em disputa com as separações estabelecidas entre o mundo da prostituição e os outros mundos da cidade, sobretudo em seu engajamento como sujeitos políticos a partir da formação da Associação Mulheres Guerreiras, reconhecendo-se enquanto trabalhadoras, e tornando-se doravante “profissionais do sexo”, como será aprofundado a seguir.

“Renego a santidade. Sonho com a **puta** inteira, grandiosa e fundamental.”

LEITE, Gabriela. “Coluna da Gabi: Caminho aberto para a puta cidadã”. *Jornal Beijo da Rua*. Rio de Janeiro, dezembro de 2005 [digital], grifo meu).

CAPÍTULO 6: TER ORGULHO DE SER PUTA

CAPÍTULO 6: TER ORGULHO DE SER PUTA

6.1_O DIA INTERNACIONAL DA PROSTITUTA

A insurreição das prostitutas na França

C'est à Paris, il y a quatorze ans, dans une chapelle à Montparnasse, que je suis entrée en révolution, avec mes soeurs damnées. Depuis, je ne les ai jamais quittées. La révolution nous a prises, elle ne nous lâchera plus jusqu'à notre dernier souffle. Elle embrase le monde entier.

Plus jamais, on ne nous volera nos enfants. Nous ne serons plus méprisées, chassées, enfermées, tuées. On ne jettera plus nos amants en prison. Le respect s'étendra devant nous comme un tapis de velours sur lequel nous marcherons pieds nus sans nous blesser, heureuses, triomphantes.

Même s'il faut encore se battre, à en crever, encore payer, toujours payer, de notre sang, de notre vie. Cet argent qu'on nous prend est très dur à gagner, et plus encore à sacrifier.

À pas de louves, à pas de tigresses et d'oiseaux, nous marcherons sur la lune s'il le faut, nous gagnerons l'espace qui nous revient, à nous qui sommes le baume sur les blessures, et l'eau dans le désert, parfumées, étincelantes, offertes et blessées, douces et violentes, femmes et magiciennes, princesses de nos sens et du désir des hommes.

À Paris, à la chapelle Saint-Bernard, à Montparnasse, en ce début du mois de juin 1975, cinq cents femmes étaient réunies, pâles, résolues, certaines n'avaient plus de voix à force de parler, de crier.

[...] Nous ne nous rendrons pas. La lutte continue, elle traverse les océans, elle brûle le papier, les écrans, les murs. Plus jamais, nous ne marcherons dans les rues comme bêtes traquées, on ne nous violera plus, ni en voiture ni nulle part (RÉAL, 2007, p. 350-351).

Foi em Paris, há catorze anos, em uma capela em Montparnasse, que eu entrei na revolução, junto com as minhas irmãs malditas. Desde então, nunca as deixei. A revolução nos tomou, e não nos soltará até nosso último suspiro. Ela abraça o mundo inteiro.

Nunca mais vão roubar nossos filhos. Não seremos mais desprezadas, perseguidas, presas, mortas. Não jogarão mais nossos amantes na prisão. O respeito se estenderá à nossa frente como um tapete de veludo sobre o qual marcharemos descalças, sem se ferir, felizes, triunfantes.

Mesmo que precisemos ainda lutar, até o fim, e ainda pagar, sempre pagar, com nosso sangue, com nossa vida. Esse dinheiro que conseguimos é muito duro de ganhar, e mais duro ainda para sacrificar.

Nas pontas dos pés²⁸¹, como lobas, tigresas e pássaras, marcharemos sobre a lua se for necessário, nós vamos ganhar o espaço que merecemos, por nós que somos o bálsamo sobre as feridas, e a água no deserto, perfumadas, espumantes, disponíveis e feridas, doces e violentas, mulheres e bruxas, princesas de nossos sentidos e do desejo dos homens.

Em Paris, na capela Saint-Bernard, em Montparnasse, no início do mês de junho de 1975, quinhentas mulheres estavam reunidas, pálidas, resolutas, algumas não tinham mais voz de tanto falar, de gritar.

[...] Não desistiremos. A luta continua, ela atravessa os oceanos, queima papéis, telas, paredes. Nunca mais vamos andar nas ruas como animais caçados, não nos violarão mais, nem nos carros nem em parte alguma (tradução livre).

Grisélidis Réal²⁸², escritora, pintora e prostituta, descreve aqui como ela e suas amigas “malditas” iniciaram o movimento social das prostitutas na França. É reconhecida como a ação fundadora deste movimento uma ação ocorrida em Lyon, na França, em dois de junho de 1975, quando

281 No original em francês : “À pas de louves, à pas de tigresses et d'oiseaux, ...” a escritora faz um jogo com a expressão francesa “à pas de loups” (no passo dos lobos) que quer dizer andar nas pontas dos pés, trocando “lousps” (lobos) por “louves” (lobas).

282 Grisélidis Réal é, como Gabriela Leite, um símbolo do movimento organizado. Tinha quarenta e seis anos quando se tornou uma das líderes principais da “revolução das prostitutas” da década de 1970 na França. A partir de então, lutou até o fim de sua vida, defendendo o estatuto e as condições de trabalho da prostituição livre. Participou da criação de diversas associações de prostitutas; lutou para modificar a diferença entre prostituição forçada e voluntária no texto da Convenção Abolicionista da ONU de 1946; participou da redação da primeira carta de direitos das prostitutas em Amsterdam, em 1985; e escreveu diversos livros. Grisélidis se aposentou em 1995 (mas mantinha ainda alguns velhos clientes), e morreu de câncer dez anos depois, em maio de 2005 (CARRÉ, 2010, p. 15-16; MENSAH *et al.*, 2011; HENNIG, 2011, p. 13-23; e RÉAL, 2007).

cerca de cem mulheres ocuparam a igreja *Saint-Nizier*, no centro da cidade, para protestar contra “la repression dont elles étaient l'objet: amendes multiples dans la même soirée, peines d'emprisonnement pour récidive, rappels d'impôts²⁸³” (HANDMAN;MOSSUZ-LAVAU, 2005, p. 139).

Antes disso, elas contactaram a prefeitura, enviando uma carta com suas reivindicações, tratando sobretudo da prisão de cerca de setenta mulheres pela prefeitura durante o mês de abril de 1975. Sem sucesso, as prostitutas decidiram então, realizar a ocupação, de modo “à se faire enfin prendre au sérieux par l'opinion publique²⁸⁴”. No dia seguinte, hastearam uma bandeira no topo da igreja com os dizeres: “Nos enfants ne veulent pas que leurs mères aillent en prison²⁸⁵”. Gail Pheterson afirma que essa frase seria um ótimo exemplo de como as prostitutas, às vezes, se apoiam em um *status* legítimo, o ser “mãe”, para ocultar o ilegítimo, o ser “puta” (PHETERSON, 1996, p. 21). Acredito, no entanto, que ao contrário de “ocultar” seu *status* ilegítimo com essa frase, as prostitutas estão reivindicando um estatuto de família que lhes é negado, praticando, dessa forma, a desconstrução da oposição de categorias entre prostituta e mãe/esposa/filha, ao conjugá-las publicamente por meio de seu movimento político, fato que se aprofundará nesse capítulo, como veremos a seguir.

A ocupação da igreja *Saint-Nizier* durou nove dias até sua violenta expulsão pela polícia: “mais, durant toute cette période, toute la presse, nationale et internationale, se fait l'écho de leur lutte²⁸⁶”. A partir de então, se multiplica na França a ocupação de igrejas e prédios públicos por prostitutas em protesto contra a repressão, multas e prisões (*Les Réformés* em Marseille, *Chapelle Saint-Bernard-de-Montparnasse* em Paris, entre outras). Segundo Marie-Élisabeth Handman e Janine Mossuz-Lavau, “les événements lyonnais du printemps 1975 ont été déterminants pour placer, un moment, la prostitution au premier rang des problèmes sociaux français²⁸⁷” (HANDMAN;MOSSUZ-LAVAU, 2005, p. 139-141; MATHIEU, 2011 [1999], p. 77).

Concomitantemente a esse movimento, é fundada por Margot Saint James a primeira organização de prostitutas do mundo, “a loose woman's organization” (“uma organização de mulheres perdidas”): COYOTE (Call Off Your Old Tired Ethics²⁸⁸) na Califórnia/EUA, em 1973, cujo lema era “my ass is mine” (“minha bunda é minha”) (DOEZEMA, 2010; OLIVAR, 2013, p. 205;

283 “A repressão às quais eram sujeitas: múltiplas multas na mesma noite, penas de aprisionamento por reincidência e pagamento de impostos” (tradução livre).

284 “Para serem enfim levadas a sério pela opinião pública” (tradução livre).

285 “Nossos filhos não gostariam que suas mães fossem para cadeia” (tradução livre).

286 “Mas, durante todo este período, em toda a imprensa nacional e internacional, ecoou sua luta” (tradução livre).

287 “Os eventos de Lyon na primavera de 1975, foram determinantes para colocar subitamente a prostituição no primeiro lugar dos problemas sociais franceses” (tradução livre).

288 “Abandone sua velha e cansada ética” (tradução livre).

Pheterson, 1996; Almodovar, 2011 [2005]). Vale dizer que enquanto o feminismo ocidental entrava na chamada “segunda onda” (entre as décadas de 1970/80), com forte apelo abolicionista, as novas organizações de prostitutas se espalhavam pelo mundo e nascia seu movimento social organizado (DOEZEMA, 2010, p. 19).

O dia da ocupação da igreja em Lyon, 2 de junho de 1975, torna-se então o Dia Internacional das Prostitutas, comemorado, em memória dessa história, por diversas organizações no mundo todo.

Em Campinas, desde 2006, nos primórdios da formação da Associação Mulheres Guerreiras, as prostitutas da entidade realizam alguma atividade para celebrar essa data. A primeira delas aconteceu no Jardim Itatinga, descrita no início do Capítulo 2. Regina relata sobre esse tema:

Então, dia dois de junho é o dia da **profissional do sexo**. Nesse dia, dois de junho, conta-se que nesse dia dois de junho, não me lembro exatamente o ano, um grupo de mulheres lá na França invadiu uma Igreja... Entendeu? Reivindicando o direito de poder estar em qualquer espaço, qualquer pessoa e reivindicando também os direitos humanos. Então esse grupo de mulheres que invadiram essa igreja e ficaram lá nessa igreja até que fossem ouvidas pelas autoridades, então foi o primeiro ato assim das mulheres que se prostituem que ficou visível. Então a partir daí as mulheres começaram a considerar o dia dois de junho como dia da profissional do sexo, a partir daí. E aí alguns municípios, alguns estados, comemoram a data, né, o Rio de Janeiro, principalmente, é o que mais comemora todo ano com festa. E aí assim aqui em Campinas as mulheres, depois que elas se organizaram, elas sempre comemoram o dia 2 de junho, fazem alguma atividade voltada pra sociedade e para as profissionais do sexo também (entrevista com Regina, realizada pela Associação Mulheres Guerreiras, em 14/12/2012).

A maneira como as prostitutas da Associação se engajam para comemorar e lembrar essa data todos os anos se articula com a forma por meio da qual elas buscam construir sua memória de resistência. Em geral as atividades do dia dois de junho se restringiam à comemorações entre elas mesmas, ou algo pontual no Jardim Itatinga. Mas, em 2014, a Associação queria fazer algo mais marcante: uma festa em praça pública.

O PutaDei Campinas

A festa realizada pela Associação, em 2014, foi inspiração pela comemoração realizada em Belém, pelo GEMPAC, chamada “Putadei - Dia da Multiplicidade!”. O sítio da entidade descreve o evento como uma mobilização, um evento que “consegue agregar diversas formas de manifestações que perpetuam o grito destas mulheres francesas, das nossas conterrâneas aqui do bairro da Campina, da Região Metropolitana de Belém e de nosso diverso Brasil - bem como o de

todas mulheres que sofrem repressão no mundo inteiro por serem mulheres, prostitutas e trabalhadoras!”. Realizado desde 2012, tem o objetivo de construir “novos significados que fortaleçam as lutas das mulheres prostitutas, do direito de qualquer cidadão à cidade - à liberdade de expressão e por felicidade!”²⁸⁹.

Em Campinas, inspiradas por alguns atos feministas de que participaram junto à Coletiva de Vadias, as integrantes da Associação queriam realizar uma festa que também fosse um ato político. Decidimos que também seria interessante lançar o vídeo da associação nesse dia. Eu, Aline e Lucila corremos ao máximo para finalizar o audiovisual a tempo.

Sob essas influências, iniciamos a organização do PutaDei Campinas. O local escolhido para sediar o evento foi a Praça Rui Barbosa, atrás da Catedral, um dos locais onde ficam os “pontos” das prostitutas que trabalham no Centro. Sem nenhum recurso financeiro, montar uma festa com música, desfile e cinema ao ar livre parecia uma tarefa impossível. Sugerimos outras possibilidades, como a utilização do espaço MIS, por exemplo, antigo parceiro da Associação e com infraestrutura adequada para as atividades, mas Natasha, Lucila e Regina faziam questão de que fosse na praça.

Assim, para que a realização do evento fosse possível, uniram-se diversos parceiros, coletivos, ONGs e associações, para as mais diversas atividades, em inúmeras articulações: empréstimo de equipamentos (cadeiras, mesas, barracas, projetor, som, luz); impressão dos materiais de divulgação; maquiador e cabeleireiro voluntários, entre outros. Isto tudo além da parceria com a Daspu, grife que vestiu as mulheres e organizou o desfile. Para arrecadação de fundos foram organizados, ainda, bazares para venda de roupas usadas. Algumas das participantes disponibilizaram dinheiro do próprio bolso, já que a Associação não contava com nenhum recurso próprio. Com a venda, durante o evento, de DVDs do vídeo que produzimos foi possível ressarcir-las. A divulgação foi feita pela internet e pelas ruas, nos pontos do Centro e nas casas do Jardim Itatinga.

O PutaDei Campinas aconteceu exatamente no dia 2 de junho de 2014. As atividades se iniciaram com um debate público, o “Seminário Direito das Profissionais do Sexo e a regulamentação da profissão da prostituição” no Salão Vermelho do Paço Municipal da Prefeitura de Campinas-SP. Na mesa estavam Natasha, Indianara Alves Siqueira (prostituta e assessora parlamentar do gabinete do deputado federal Jean Wyllys) e representantes da Defensoria Pública de São Paulo.

Depois seguiu-se para a praça Rui Barbosa, que já estava toda enfeitada. Era segunda-feira, seis

289 Disponível em: <<http://blogdasesquinas.wordpress.com/>>. Acesso em: jan, 2015.

horas da tarde, fim de expediente, com algumas lojas fechando e muitos trabalhadores do Centro voltando para casa. Alguns paravam e olhavam. Havia cerca de duzentas pessoas agrupadas em torno das atividades do evento. Alguns moradores de rua que dormiam na praça também iam chegando e se juntando à festa. Vieram algumas prostitutas do Jardim Itatinga para o desfile da Daspu. Algumas prostitutas da praça também participaram até às 20h, quando foram embora. Lucila, Natasha e Regina, como organizadoras, ficaram do começo até o final, mesmo com dificuldades para voltar para suas casas na periferia²⁹⁰.

Na praça foi feito o lançamento do vídeo. Natasha abriu o evento. Logo depois começou a exibição ao ar livre. A imagem delas denunciando a expulsão e violência sofridas ressoava nos alto-falantes, neste mesmo local em que tanto lutaram para permanecer. Era como se dissessem: “estamos aqui, na praça, resistindo e falando o que pensamos”. Entre essas falas havia ainda o discurso enaltecendo o trabalho como prostituta de Natasha, que também tomava o espaço da praça ecoando seu prazer de se reconhecer como “puta”.

O desfile em parceria com a Daspu juntou as prostitutas do Jardim Itatinga, do Centro, da Davida/Daspu, algumas convidadas de fora e eventuais integrantes de entidades parceiras. Natasha encabeçou o desfile, de fio dental e salto alto, dando um verdadeiro “show de rebolado” em praça pública, ao mesmo tempo que gritava para os expectadores: “prostituição é trabalho”. Ao som do “hino da Daspu²⁹¹” e de outro funk sobre a Zona de Campinas, “O fervo é bom no Itatinga” (transcrito no Capítulo 5). Elas desfilaram sensualmente, mostraram os seios e “rebolaram até o chão” no meio do centro da cidade provinciana de Campinas, tendo a própria Catedral como pano de fundo. Lucila não quis desfilar, mas ficou torcendo da plateia, tomando conta, como sempre.

Entre os espectadores, estava uma moradora de rua que se empolgou com o desfile e começou a dançar junto com as mulheres que desfilavam. Rebolando, ela fez um *strip-tease* no meio da apresentação: ficou de calcinha e sutiã. Do lado do tapete cor-de-rosa choque, feito de papel crepom e estendido para fazer o caminho do desfile, dormia outro morador de rua. Enquanto tirava a roupa, a mulher ia até ele, tentava acordá-lo chamando para a dança e mexendo nos seus genitais. Sem sucesso, continuou a dança sozinha ao lado das prostitutas que desfilavam. Depois, Lucila me contou que ela era “dependente química”, morava na praça e também fazia programa.

290 Muitos ônibus com destino à periferia não circulam após as dez da noite. Neste dia, por exemplo, Sandra dormiu no Jardim Itatinga, na casa de um amigo.

291 Esse funk, marcado pelo refrão “Daspu é uma puta parada! Daspu é uma parada de puta”, escrito no mesmo ano de criação da grife, 2005, foi um presente composto pelos Djs Gus, Gimene e Kja. A música se encaixava tanto com a propósito da entidade que se tornou o “Hino da Daspu”, marca de todos seus desfiles (LENZ, 2008, p. 123).

A Coletiva de Vadias de Campinas levou ao desfile uma escultura de isopor em formato de vagina com os dizeres “Buceta Insubmissa”. Fechando o desfile, com todas as “modelos” atrás de si, Natasha pegou a escultura e encabeçou uma fila segurando a vagina gigante no alto. Nessa hora os espectadores já haviam aprendido a música e entoavam em coro “Daspu é uma puta parada! Daspu é uma parada de puta!”. Foi um momento extremamente marcante, em que a praça foi tomada pela palavra “puta”, de uma forma bem diferente de como é geralmente evocada. Era um “puta” com muito orgulho.

O evento atraiu também uma enorme visibilidade para o tema na cidade. Além das mídias alternativas presentes, havia representantes da grande imprensa²⁹². A mídia local fez grande cobertura do evento, com reportagens nos jornais escritos e entrevistas de Lucila e Natasha nas redes televisivas locais.

Reafirmar sua identidade, sua presença e sua luta com esse evento, dentro do próprio espaço onde são perseguidas, foi um grande marco para a cidade e, em especial, para as prostitutas. No final do PutaDei, quando já não havia mais quase ninguém na praça, estávamos conversando e duas jovens bem vestidas se aproximaram e puxaram papo. Perguntaram para Lucila alguma coisa sobre o Jardim Itatinga e ela disse que não fazia mais programa. Aí elas disseram “que bom!”. A Lucila irritou-se e retrucou: “Mas eu sou puta viu? Com muito orgulho”. Ela não usou a palavra “profissional do sexo” nem “prostituta”. Falou direto “puta”. Acho que o PutaDei, a festa e a música da Daspu haviam lhe inspirado (as duas desconhecidas ficaram de queixo caído, e eu e a Aline sorrindo).

292 A cobertura do evento pela mídia pode ser vista nos principais veículos locais: “Prostitutas reivindicam liberdade da profissão em desfile temático da Copa” de 02/06/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/06/prostitutas-reivindicam-liberdade-da-profissao-em-desfile-tematico-da-copa.html>; “Debate e desfile marcam o PutasDei (sic) em Campinas” de 02/06/2014. Disponível em: <http://youtu.be/mapw6VN2EE>; http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/06/ig_paulista/180281-debate-e-desfile-marcam-o-putas-dei-em-campinas.html; e http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/06/tv_correio/180013-debate-e-desfile-marcam-o-putas-dei-em-campinas.html

Figura 33: Prostituta segura no alto a escultura "buceta insubmissa" - PutaDei Campinas (foto: Laura Murray, 2014)



Figura 34: Modelo mostra o peito nu no desfile da Daspu. Entre a plateia vemos deitado no chão da praça um morador de rua, que dorme tranquilamente - PutaDei Campinas (foto: Diana Helene, 2014)



Figura 35: Natasha comanda o desfile da Daspu. Ao fundo, de sutiã, vemos a moradora de rua batendo palmas - PutaDei Campinas (foto: Coletivo Ninjão Zinclair, 2014).



Figura 36: Natasha "desce até o chão" com seu fio dental virado para a Catedral de Campinas (ao fundo) - PutaDei Campinas (fotos: Grupo Ninjão Zinclair, 2014)



6.2_“DESBRAVANDO ESTRADAS DA VIDA”

Trajetórias de Lucila, Regina e Natasha

Pude observar muitas mudanças ao longo desses quase dez anos de acompanhamento da Associação. Dentro da história do movimento organizado em Campinas, o evento PutaDei representa um momento expressivamente marcante e que denota uma nova fase na atuação da entidade. As trajetórias das minhas principais interlocutoras refletem as conquistas que o movimento organizado foi construindo em Campinas. Lucila, Regina e Natasha representam momentos diferentes do percurso da história da Associação Mulheres Guerreiras, desde o seu início, difícil e doloroso, até o estágio atual de visibilidade e do que os movimentos sociais chamam de “empoderamento”, que permitiram a realização deste evento simbólico de retomada da praça pública.

Aparecida Moraes (1996), em sua etnografia na Vila Mimososa, busca traçar o perfil desse grupo ao qual denominou “Mulheres da Vila”. Seu trabalho de campo, de forma muito similar à minha pesquisa, começou por meio de sua experiência como assessora na formação da Associação da Vila Mimososa. Como era um momento em que as prostitutas apareciam pela primeira vez no país de forma organizada politicamente, a autora investiga como a criação do movimento construiu um outro olhar sobre a identidade da mulher prostituta, nesse cenário no qual elas emergiam como novos atores políticos. Para isso, usou como base a análise das descrições das prostitutas sobre elas mesmas e seu grupo, a partir da forma como elas e outros atores envolvidos percebiam a sua própria realidade, suas autoidentificações e autocategorizações. Além disso, buscou colocar em diálogo essas representações pessoais com os estereótipos mais gerais e do senso comum em relação à mulher prostituta. Assim, a autora trabalha como se reconstruía a própria autoimagem das prostitutas da Vila, bem como suas ações na vida social e política. Como, dessa forma, os estereótipos são produzidos e reafirmados pela sociedade e pelos próprios indivíduos estigmatizados. Segundo ela:

É no conflituoso encadeamento de reações e contra-reações na interação social que se destaca a necessidade de procurarmos compreender como vai se constituir a identidade dessas mulheres e como, na ação social, os valores dos modelos dominantes podem interferir nas suas condutas coletivas [...] É toda esta vivência da coletividade que implica em reconhecimento destas pessoas num plano público e que vai formando um quadro que cria situações diretamente responsáveis pela mudança. São fatores do contexto político que respondem pela nova significação do fenômeno e que afetam inclusive a própria imagem que as prostitutas farão de si mesmas (MORAES, 1996, p. 37, 197 e 215).

Da mesma forma, pretendo entender como essas representações acerca da mulher prostituta vão incidir no caso de Campinas, a partir de como minhas interlocutoras se classificam e como recriam a sua imagem ao longo do tempo que acompanho a Associação Mulheres Guerreiras, bem como, retratar seus conflitos com as representações hegemônicas. As posturas diferenciadas, pontuadas pelos diferentes usos das classificações “meninas”, “profissionais do sexo”, “prostituta” e “puta” demonstram o processo de como a identidade de suas integrantes possui tênues separações entre os papéis de “puta” e “mulher direita” e como, por essa razão, vão sendo estabelecendo contradições para que o “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996) não se imponha sobre elas.

O processo de desenvolvimento do movimento organizado das prostitutas em Campinas - que, de alguma forma, reflete a trajetória do próprio movimento no Brasil – pode ser entendido em duas fases que relacionam-se com as trajetórias das minhas principais interlocutoras. Os percursos e papéis que cada uma delas construiu retratam a própria história do movimento.

Na estruturação da entidade, como vimos detalhadamente no Capítulo 1, as prostitutas do Centro se organizam para resistir à expulsão e repressão, evoluindo de forma gradativa a uma organização coletiva marcada pela resistência. Lucila tem um papel importante nesse momento, pois é uma das prostitutas que se sobressaem na luta contra a violência da polícia, tendo papéis de negociação e proteção, sendo “mãe da rua”, “caindo pra cima” da polícia e/ou resistindo. O seu discurso é sempre mais duro, sofrido, marcado de cicatrizes como aquelas que leva em seu rosto. Sempre enfatiza que parou de usar drogas “para tocar essa Associação”, voltou a estudar e fala cada vez com mais propriedade sobre a sua, doravante conquistada, profissão.

Aos poucos, os parceiros da Associação foram chegando, primeiramente vinculados ao discurso de defesa, com forte influência de entidades de direitos humanos ligadas à PMM e às entidades de saúde. A princípio, estes interlocutores apagavam o conteúdo estigmatizante do uso do termo “prostituta” e “puta”, por meio da classificação “menina”. Com o tempo e a eminente oficialização da Associação Mulheres Guerreiras, este discurso translada para a profissionalização da prática, com a ideia de que “também somos trabalhadoras”, utilizando sobretudo nas situações de representação institucional, a classificação “profissionais do sexo”.

A partir do momento em que as prostitutas do Centro passam a se organizar de forma mais estruturada, caminhando para a criação da Associação, Regina começa ter seu papel de destaque. Por meio da Pastoral e das entidades de saúde parceiras atuantes, ela se torna uma “representante dos direitos humanos”, como ela mesma relata. A partir dos financiamentos por ela obtidos

junto a esses órgãos e de suas relações institucionais, constrói o papel de porta-voz e liderança da entidade. Assim, costura, aos poucos, os contatos entre os mundos “de fora” e “de dentro” da prostituição. Este papel é representado por ela até hoje, não apenas ligado às atividades da Associação, mas como também na recepção de grande parte das pessoas “de fora” da Zona. Na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre o Jardim Itatinga, Regina figura como interlocutora ou personagem, sendo ainda, em grande parte, o principal contato desses pesquisadores. Mesmo quando seu nome é mudado, percebo facilmente sua identidade (JEOLÁS, 2009; FUSER; RAMOS, 2000; PATRIARCA, 2014; SANTOS, 2008; TAVARES, 2014a). Regina tem um papel de recepção de “estrangeiros”, pesquisadores e pessoas que acessam a Zona com objetivos outros que não integrar as atividades prostitucionais, e constitui, dessa forma, uma conexão, uma mediação entre diferentes mundos.

Vale lembrar que essa fase inicial do movimento de Campinas é encabeçada pelas prostitutas mais velhas e experientes que, depois de aprenderem como circular fora da Zona, têm a competência necessária para construir esse momento de abertura, de desbravamento e conexão entre mundos separados (lembrando o nome que Lucila escolhe para o título do vídeo da Associação: “Desbravando Estradas da Vida”). E esse desbravamento é realizado, sobretudo, pelo discurso da prostituição como um trabalho e da sua institucionalização como uma ocupação reconhecida, como vimos no capítulo anterior.

Coabitando papéis, quebrando fronteiras e conectando mundos

Nessa fase, as mulheres e entidades parceiras do movimento de prostitutas em Campinas se pautam pelo discurso de que “isso é um trabalho”, mas sem desconstruir, ainda, a premissa de que são “mulheres marginalizadas” e de que se tornaram “putas” porque “não tiveram outra opção”. A questão principal neste momento é constituir um movimento organizado para se defender e se proteger. Para isso, elas devem ser duras/defensivas e precisam se encaixar em novos papéis mais “palatáveis” pelo mundo de fora da Zona e para elas mesmas: categorias carregadas de um menor peso estigmatizante. É um momento em que muitos rompimentos de fronteiras e tabus estão se travando. Assim, dependendo da situação podem utilizar a classificação “menina” ou “profissional do sexo”.

Essa primeira fase de organização do movimento e composição da Associação esteve centrada na luta das profissionais pela aceitação da atividade como uma atividade “normal”, um trabalho, uma profissão. Isso ocorre concomitantemente com o processo de “mostrar a cara” e/ou “dar cara à

tapa”, sair da proteção da Zona e/ou das negociações estabelecidas no Centro. Nessa fase, elas batem de frente diretamente com as ideias de “vida fácil” e “vagabundagem” vinculadas à prostituição.

O movimento busca visibilidade junto à sociedade, pontuando sua existência enquanto grupo social, e reivindicando seus direitos. Assim, o discurso e as ações estão, nesta etapa, mais ligadas a uma ideia de que “somos mulheres como as outras” e “queremos que nossa atividade seja reconhecida, pois vivemos e sustentamos nossas famílias a partir dela”. Esta movimentação é semelhante ao que ocorreu no início do movimento no Rio de Janeiro, segundo Aparecida Moraes. Referindo-se a isso, a autora descreve como “as prostitutas puderam se reconhecer mutuamente e, o que torna este processo significativo, reconhecerem-se no estabelecimento das diferenças com os 'outros', com a sociedade” (MORAES, 1996, p. 37, 197 e 215), tentando buscar condições de serem aceitas como uma parte dela, ou seja, deixarem de ser tratadas como “desviantes” (BECKER, 2008 [1963]).

Ao “sair do gueto” e se mostrar publicamente como sujeitos políticos, sobretudo para seus conhecidos “de fora” do mundo da prostituição e familiares, as prostitutas rompem a separação entre os papéis em “puta” e “mulher direita”, segregados entre os mundos “normal” e o mundo da prostituição. Nesse sentido, passam a representar uma sobreposição entre essas duas identidades opostas, antes segregadas, o que Erving Goffman chama de “coabitação de papéis” (2013, p. 21). Podemos observar essas características em parte de um discurso proferido por uma representante da primeira chapa de coordenação da entidade, no dia de sua fundação, em 2007:

Tudo bem meninas?

Vocês me conhecem como Cida não é, mas meu nome verdadeiro é Salete. [...] eu no princípio tinha vergonha de ficar na praça [no Centro], vergonha, vinha uma pessoa conhecida eu corria, me escondia. Mas aí eu começava a pensar, mas meu Deus, eu vivo disso, pago minhas contas, sobrevivo disso, e porque que eu vou me esconder? Ninguém vai pagar as minhas contas... eu comecei a pensar assim e comecei a frequentar a Associação. Eu morria de vergonha de alguém me ver nas praças, gente que é isso? Que vergonha... [...] E comecei a ver com a Associação que não era nada disso, **nós somos gente de carne e osso**, que vive, tem memória, dorme, sonha, tem família. **Antigamente as prostitutas tinham café, hoje não, nós temos família**. Filhos, pais, mães, que sobrevivem do nosso trabalho, com dignidade. Eu vejo assim, entendeu? [...] Porque gente, meninas, vocês não sabem o valor que nós temos agora [...] vocês não sabem o que é lindo as pessoas prestarem atenção, querendo saber da nossa vida, o que nós somos, dando valor à nós. Então meninas, vamos subir, agora estamos decolando, **nós somos gente!** (Salete, discurso de fundação, dia 19 de setembro de 2007, Assembleia de Fundação da Associação de Profissionais do Sexo de Campinas "Mulheres Guerreiras")

A fala de Salete demonstra como, a partir do seu envolvimento com a organização da Associação, a figura da prostituta “escória do mundo” que tinha “cafetão” se transforma e agora “tem” uma “família”, isto é, tem respaldo para poder se assumir publicamente. A partir do movimento de mobilização política, ela se transforma em “gente”, uma pessoa como as outras, que tem “valor”, que mostra sua cara e quebra as fronteiras entre os dois mundos.

Um bom exemplo dessa coabitação de papéis é o nome escolhido para o título do segundo livro autobiográfico de Gabriela Leite, “Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta” (LEITE, 2009). Enquanto um relato que circula fora do mundo da prostituição e conecta essas realidades separadas, Gabriela sabiamente elege um título que também se constitui como um discurso de rompimento, coexistência entre dois papéis e conexão de situações tidas como inconciliáveis. Um discurso constituinte da militância que o movimento organizado das prostitutas estrutura.

Voltando a Campinas, a partir da transposição destas barreiras que separam situações tidas como opostas, a Associação Mulheres Guerreiras se estabelece, nessa fase inicial, como uma importante ponte de conexão entre os lados “de fora” e “de dentro” do mundo da prostituição²⁹³. Esta conexão, se destaca em uma das ruas do Jardim Itatinga, onde estão as casas de Natasha e Regina. Em frente às duas casas localiza-se também a sede do CEPROMM, instituição da PMM citada anteriormente. Isto é, na mesma rua se concentram as casas onde trabalham as prostitutas integrantes da Associação e uma entidade parceira, todas estas com que possuem uma relação institucional com os lados “de fora” da Zona. Assim, esta rua se torna um espaço de transição de “barreiras comunicativas” ou “fechamentos situacionais convencionais”, segundo Erving Goffman (2010). Pode-se dizer que funciona como uma “janela” de comunicação que oferece “uma oportunidade de participação parcial” que permite acionar “engajamentos acessíveis” (GOFFMAN, 2010, p. 167, 168 e 170).

É por meio dessa rua que a maioria das pessoas “de fora” acessa o bairro, pessoas que não vão à Zona para trabalhar como prostitutas ou para curtir a noite ou fazer programas: pesquisadores e jornalistas ciceroneados por Regina que desejam conhecer a vida no Jardim Itatinga; voluntários/missionários que querem ajudar/salvar as “mulheres marginalizadas” pela PMM; ou parceiros da Associação Mulheres Guerreiras que vem se reunir na casa de Natasha. Ou seja, pessoas do “mundo de fora” que a partir deste ponto podem observar/vivenciar a Zona por meio de um engajamento/participação guiado e “protegido”, acionando uma “inibição da

293 Aparecida Moraes observa a mesma coisa acerca da associação criada na Vila Mimososa na década de 1990. Afirma que a entidade é uma interlocutora privilegiada nos contatos e “nasce dessa relação travada com o externo” (Moraes 1996, p. 102).

hostilidade” de ser um estranho no local (da maneira descrita por Goffman, *Ibidem*, p. 169 à 170).

A Associação, suas integrantes e outros parceiros estabelecem um papel fundamental como via de comunicação, mediando os dois mundos, sobretudo nesse momento de “desbravamento”. De acordo com Marco Antonio Mello et al., um mediador é um negociador de relações, “alguém que harmoniza e concilia” e que “tem um lugar social, uma identidade estabelecida em muitos domínios. Mediar é ter trânsito” (MELLO *et al.*, 1985, p. 87). Este seria, por exemplo, o papel desempenhado por Regina em relação à visita do “grupo estranho” na Zona, descrito na abertura do capítulo anterior. Ela é, ainda, uma das mediadoras que desempenha esse papel com mais maestria, como já foi citado anteriormente.

“Dar a cara à tapa”

No início da mobilização das prostitutas em Campinas, a proteção da identidade das prostitutas era uma grande preocupação. Era vedado, por exemplo, realizar e divulgar imagens sem autorização delas. Além disso, elas usavam máscaras nas atividades coletivas mais amplas, como as passeatas. O “esconder a cara” também foi sendo transformado, ao ponto de não ser mais um problema nestes eventos, sendo que a proibição das fotografias foi até esquecida por Lucila, como vimos na história da foto da passeata (Capítulo 1).

Vale ressaltar que o uso de máscaras em manifestações coletivas de prostitutas pode ser considerado uma marca do movimento de prostitutas em geral. Observei essa característica em todas as passeatas que participei: em Paris, no Rio de Janeiro e em Campinas. Os desfiles da Daspu também se utilizavam desse artifício quando a prostituta que desfilava não desejava mostrar seu rosto (SIMÕES, 2010b, p. 27).

Esconder o rosto para encobrir sua identidade é um exemplo paradigmático das dificuldades em assumir-se publicamente como “puta”, sobretudo quando estão nas ruas e outros atos públicos na cidade. Isso porque nem todas as mulheres prostitutas estão dispostas a “dar a cara à tapa” e enfrentar o “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996), romper com seus papéis duplos e/ou acabar desvelando sua identidade “deteriorada” (GOFFMAN, 1980) para conhecidos e/ou familiares. Em geral, apenas parte dessas mulheres se dispõem a “mostrar a cara” representando as outras, e estas são “líderes” e/ou representantes das entidades prostitucionais. Com o tempo e a cada passo conquistado, outras mulheres vão se somando a esse processo de exposição. O desvelamento gradual da identidade prostituta também é parte de sua trajetória no engajamento

político.

Anselm Strauss faz uma interessante analogia entre a questão do uso de máscaras e a constituição da identidade. Segundo o autor, toda pessoa “se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que ela exhibe então e depois ao mundo e a seus habitantes são moldadas de acordo com o que ela consegue antecipar desses julgamentos”. Nesse sentido, pode-se dizer que, à medida que esses pré julgamentos vão mudando, as máscaras podem se modificar, ou no como neste caso, deixarem de ser usadas. Segundo o autor, as avaliações e auto avaliações estão em constante mudança, pois os valores relacionados às coisas não são eternos: “toda classificação está sujeita a contestação e reavaliação, por algum outro ou pelo próprio classificador” (STRAUSS, 1999, p. 29, 43 e 53).

Grisélidis Réal, discorrendo sobre essa questão do encobrimento, relata a conquista de “não ter que se esconder mais”:

Je ne me cache plus. Les temps ont changé, nous nous sommes révoltées. Il a fallu, á la face du monde, que des milliers de femmes sortent de la nuit et parlent, écrivent, se rassemblent, sous des masques parfois mais aussi à visage découvert, et crient leur vérité, leur vie. On les écoutees, muselées, contestées. On a voulu les faire taire, mais leur voix a été la plus forte. Il a fallu qu'on les voie, qu'on sache qu'elles existent, qu'elles ne soient plus écrasées comme des cafards dans l'ombre (RÉAL, 2007, p. 349-350)²⁹⁴.

Figura 37: Manifestação de 1975 em Paris pelos direitos das prostitutas. À frente vemos Grisélidis Réal, sem máscara, e no fundo algumas de suas companheiras de máscara, em 1975 (fonte: HENNIG, 2001)



294 “Eu não me escondo mais. Os tempos mudaram, nós nos revoltamos. Se fez necessário, na cara do mundo, milhares de mulheres saíram da noite e falaram, escreverem, se reuniram, sob máscaras às vezes, mais também de rosto descoberto, e criaram suas verdades, suas vidas. Nós as escutamos, amordaçadas e contestadas. Nós queríamos fazer com que se calassem, mas suas vozes foram mais fortes. Isso fez com que as vissemos, sabemos que elas existem, que elas não podem mais ser esmagadas como baratas na sombra” (tradução livre).

Figura 38: Manifestação nacional contra a penalização dos clientes do trabalho sexual - Paris (foto: Diana Helene, 2013)



Figura 39: Manifestação das prostitutas de Niterói (foto: Laura Murray, 2014)



No caso de Campinas, isso foi mudando ao longo dos anos de desenvolvimento da entidade. O vídeo que realizamos, com várias prostitutas da Associação aparecendo sem restrição da exposição de suas imagens, seria impossível de se imaginar no princípio da organização, quando nem fotografias eram permitidas. Da mesma forma, não seria possível realizar um evento com a

visibilidade pública que teve o PutaDei Campinas. Enquanto no início do movimento poucas mulheres se dispunham a aparecer publicamente, com o tempo e com as conquistas que engendraram, outras passaram a “ter coragem” de “mostrar a cara”. Isso demonstra um processo de desconstrução paulatina da depreciação relacionada às prostitutas na sociedade campineira, mas sobretudo uma mudança radical na representação que elas próprias fazem de si mesmas. Poder “tirar a máscara” é uma conquista nesse sentido.

Assim, enquanto as duas áreas de prostituição de Campinas estudadas polarizam diferentes papéis e urbanidades articulados pela segregação urbana da prostituição, a Associação tem o papel de borrar fronteiras, conectar polaridades e, gradualmente, desconstruir os preconceitos violentos associados ao “estigma de puta”. Para Gail Pheterson, a participação das prostitutas no debate público desmistifica esse estigma, pois desafia as premissas que envolvem sua constituição (1996, p. 17). Ao se declararem publicamente como prostitutas, revelarem sua identidade e se assumirem publicamente para sua família e seus conhecidos, estabelecem um radical rompimento “entre mundos” e escancaram o simples fato “de que são mulheres como todas as outras”, desmistificando as separações dicotômicas entre as “putas” e as “outras” mulheres.

Ter “cara de puta”

Quando exibimos o vídeo da Associação Mulheres Guerreiras para pessoas que não conhecem o mundo da prostituição, a afirmação mais comum é que “essas mulheres não parecem prostitutas”, ou que “nunca imaginaria que essa mulher fosse prostituta” e até “mas ela parece a minha mãe!”. Eu também me lembro que, logo que conheci as prostitutas do Centro, pensei “mas elas parecem senhoras, senhoras de família”.

Aparecida Moraes relata em sua pesquisa a mesma impressão. Quando foi realizado o primeiro encontro de prostitutas no Brasil, em 1987, e estas apareceram na mídia, muitas pessoas afirmavam que elas não pareciam prostitutas: “um dos comentários mais frequentes entre as senhoras perplexas que trabalhavam no local onde o encontro se realizou era de que, afinal, elas não tinham a 'cara que haviam imaginado. Uma delas chegou a afirmar: 'Algumas até parecem mães de famílias, mulheres de respeito’”. Segundo a autora, essas senhoras estavam querendo dizer que não identificavam os “signos de estigma” e “atributos de descrédito” (termo de Goffman, 1980) que esperavam encontrar nas prostitutas (MORAES, 1996, p. 35 e 36).

Assim, percebe-se que o senso comum possui conceitos prévios daquela que poderia ser uma prostituta, mas que, nesse caso, não se concretizam. Há uma espécie de “mito da puta” se

desvanece ao perceber-se que ela não se diferencia radicalmente de outras mulheres. Em sua coluna na primeira edição do jornal “Beijo da Rua”, Gabriela Leite afirma:

[...] tentamos mostrar que a prostituta não é uma vagabunda ou então o resultado do capitalismo selvagem, mas sim a linha direta de uma sociedade que morre de medo de mostrar sua sexualidade e conseqüentemente **se sente profundamente ameaçada quando uma prostituta mostra seu rosto**. Como um dia mostrei o meu rosto de prostituta, e todos **os que o viram ficaram chocados, pois perceberam que não era diferente do de outras mulheres**, o meu sonho é ver outras e muitas outras prostitutas mostrarem também o seu, para a angústia de nossos moralistas, assumidos ou não²⁹⁵.

Gabriela Leite demonstra em sua fala o sentimento de rompimento que promove ao mostrar seu rosto, pois, segundo ela, esse desvelamento “ameaça” certos alicerces no qual a sociedade se constitui. No momento que saem do confinamento do mundo da prostituição e se colocam publicamente como “prostitutas”, a sociedade observa que são mulheres que não diferem tanto das “outras”. Não apenas têm “cara” de “senhoras de famílias”, como possuem família, filhos, marido, etc. Ao desvelar a sua personalidade, se desmistifica a separação construída simbolicamente (e materialmente, em função de separações espaciais como a criação do Jardim Itatinga, por exemplo) entre a “puta” e as “outras” mulheres que se esperava encontrar. Pois se deparam com uma imagem que não condiz, necessariamente, com as marcações de “estigma” (GOFFMAN, 1980), “desviância” (BECKER, 2008 [1963]) e “impureza” (DOUGLAS, 1967) que se esperava encontrar. Deparam-se com uma pessoa que não parece tão diferente das outras mulheres, nem tão “puta”.

Essa contradição classificatória pode ser explicada pela afirmação de Paola Tabet de que a marcação estigmatizante de “puta” assinala o estatuto de uma atividade profissional e/ou um modo de vida tido como totalmente separado e distinto do que é esperado de uma “mulher” (TABET, 2004, p. 32 e 33). Da mesma forma, Gail Pheterson (1986 e 1996) analisa como o “estigma de puta” é aplicado como uma marcação de impureza/desvio que se associa à ideia de uma feminilidade ilícita, perversa, má ou ilegítima. Parte da ideia de um tipo ideal de mulher, construído ao longo do processo civilizatório burguês/branco/europeu que acompanhamos anteriormente, que coloca, em consequência, a prostituta sob o estatuto de uma “não mulher”. De forma semelhante, a militante do movimento francês Morgane Merteuil afirma que mulher prostituta é sistematicamente invisibilizada, apagada, ou então constituída enquanto uma “outra”: “Et si les putes étaient justement celles qui ne sont pas devenues femmes?” [...] “les putes se révèlent plutôt des êtres androgynes, ni 'hommes comme les autres', ni femmes comme les

295 LEITE, Gabriela. “Coluna da Gabi”. *Beijo da Rua*. Rio de Janeiro dezembro de 1988, número 1.

autres”²⁹⁶ (MERTEUIL, 2012, p. 72 e 75).

Isso porque, de acordo com Anselm Strauss (1999), ao classificarmos, criamos certas expectativas que se relacionam com nossa experiência com “passado e com o futuro” e “relações de consequência entre nós mesmos e o objeto”. As classificações trazem consigo, dessa forma “antecipações” conceituais que não estão no objeto, mas na relação constituída anteriormente pela pessoa que classifica. Dessa forma, o autor explica que é preciso que as pessoas, para fazerem sua própria avaliação, tenham sua própria experiência:

As expectativas nem sempre podem ser satisfeitas. As coisas mudam; e nós também mudamos. [...] A nomeação ou identificação de coisas é, portanto, um problema contínuo, nunca realmente completado e detido. [...] É exatamente essa necessidade contínua de reavaliação que permite que a vida humana se inove e se renove. Se as expectativas fossem satisfeitas sempre – se as situações e os eventos presentes fossem exatamente como as experiências passadas antecipam – então a ação seria totalmente ritualística e as concepções, eternamente estáticas. Na verdade, **a inovação repousa em situações ambíguas, confusas, e não definidas *in totum*. Da ambiguidade nasce o desafio e a descoberta de valores novos** (STRAUSS, 1999, p. 41 à 44, grifos meus).

Portanto, a contradição estabelecida no momento em que as prostitutas revelam sua identidade se relaciona à maneira como essa classificação ideal de mulher foi previamente criada. Dentro do próprio feminismo essa ideia de “mulher” se coloca como uma classificação em disputa, sendo que a maior crítica das feministas negras ao feminismo hegemônico se centra nessa questão. O “Black Feminism” questionava o discurso desse movimento social dito para “todas” mulheres com a pergunta: “Todas quem?”. Desde o célebre apontamento “Ain't I a Woman?”²⁹⁷ da estadunidense Sojourner Truth, em 1951, as feministas negras passaram a levantar as contradições da construção da classificação do que seria uma “mulher”, demonstrando como esta deixava de fora toda uma gama de possibilidades, sobretudo as populares e não hegemônicas, que por não constituírem esse ideal eram classificadas e relacionadas com uma “não-mulher” ou com uma feminilidade indigna e impura. Ou seja, denunciavam que o feminismo tradicional havia criado sua luta a partir de uma ideia de mulher supostamente universal, mas que era essencialmente branca (DORLIN, 2008, p. 26-32).

Da mesma forma, Morgane Meuteuil, em seu livro “Libérez le féminisme!”, faz um manifesto defendendo que o feminismo deve se transformar a partir da contestação do discurso dito “universalista” do movimento feminista francês, apontando o quanto ele é branco, burguês,

²⁹⁶ “E se as putas fossem justamente aquelas que não se tornaram mulheres. [...] as putas se revelam, antes de tudo, como seres andróginos, nem homens como os outros nem mulheres como as outras” (tradução livre).

²⁹⁷ “Não sou uma mulher?” (tradução livre).

racista e “assez francocentrisme²⁹⁸”. Morgane demonstra que um dos principais problemas desse diálogo entre o feminismo e a prostituição está na construção dessa ideia da “mulher universal”. Nesse sentido, a autora faz uma interessante analogia entre a vitimização das prostitutas - fruto da característica abolicionista do movimento francês – e a recente proibição do uso do véu pelas muçulmanas na França: ambas seguem a “l'idée selon laquelle toute femme qui ne ressemble pas au modèle émancipé de nos sociétés occidentales ne serait qu'une victime²⁹⁹”, que precisa ser educada e salva desse processo de civilização “en retard³⁰⁰”. Ou seja, segundo esse pensamento, da mesma forma que é inconcebível a escolha verdadeira de uso do véu, é inconcebível escolher verdadeiramente ser prostituta³⁰¹:

Contre ce féminisme à vocation universaliste qui ne promet que ses propres valeurs et qui, pour cette raison, avance tel un rouleau compresseur sur la diversité des femmes, et donc sur les femmes elles-mêmes, il devient plus que nécessaire de remettre en avant l'idée que le féminisme ne doit avoir pour seul objectif que de parvenir à ce que chaque femme puisse se sentir libre de mener sa vie comme elle l'entend (MERTEUIL, 2012, p. 119-120)³⁰².

Ao longo desta tese acompanhamos inúmeras associações entre a prostituição e os diversos usos “desviantes” e “impuros”. Observamos essas relações em Campinas, mas também na constituição da classificação “prostituta” como oposta à classificação “esposa” ao longo do processo civilizatório burguês. Como vimos anteriormente, esse estigma se relaciona com a criação de uma categoria “desviante”, que representa o oposto de uma outra categoria criada no período, um modelo ideal. Quaisquer mulheres que não se enquadrem nesse modelo construído de mulher serão mais facilmente marcadas pelo “estigma de puta”. No entanto, vale ressaltar em contrapartida, como a marcação do “estigma de puta” é utilizada como um demarcador que, ao simbolizar a própria prostituta, denota a outras mulheres as marcas de impureza e desvio.

298 “Muito franco centrada” (tradução livre).

299 “A ideia de que qualquer mulher que não corresponda ao modelo emancipado de nossa sociedade ocidental, não seria mais que uma vítima” (tradução livre).

300 “em atraso” (tradução livre).

301 Para mais detalhes sobre o feminismo na França ler o trabalho Helene, 2014b.

302 “Contra este feminismo de vocação universalista que promove seus próprios valores e que, por esta razão, avança tal como um rolo compressor sobre a diversidade de mulheres, e, portanto, sobre as próprias mulheres, se tornou mais do que necessário recolocar a ideia de que o feminismo deve ter o objetivo de permitir que toda mulher possa se sentir livre para conduzir sua vida como ela bem entende” (tradução livre).

“Ah, essa puta!”

*Wife in the kitchen. Whore in the street*³⁰³ (AGREST, 1988, p. 37).

Ao recordar o relato de Lucila no prólogo da tese, de como ela era constantemente enquadrada como “puta”, presa e espancada pela polícia antes mesmo de trabalhar como prostituta, a pergunta se repete: afinal, o que é ter “cara de puta”? Porquê em certos momentos é possível utilizar a demarcação depreciativa de “puta” e em outros essa marcação não consegue ser aplicada, ou se desfaz?

A hipótese que irei trabalhar é a de que, quando os policiais chamavam Lucila de “puta”, utilizavam a marcação depreciativa como uma forma de controlar, por meio da estigmatização, de que maneira e que tipo de pessoas poderiam fazer parte daqueles espaços urbanos nos quais ela era perseguida. De alguma forma, Lucila não se encaixava nesses padrões, provavelmente pela sua descendência indígena, por ser pobre e/ou por ser uma mulher (bastante jovem) circulando na cidade sozinha.

A denominação “puta” pode ser atribuída a uma mulher em qualquer momento. Toda mulher está sujeita a esta classificação dependendo da forma como age, como se veste, quais lugares frequenta, sua etnia, cor de pele, origem e classe social. Segundo Gail Pheterson, o “estigma de puta” seria um “mecanismo geral de controle social” relacionado ao gênero feminino, que serve como instrumento, ao alcance de qualquer um, para realizar um ataque contra mulheres consideradas demasiado autônomas, que saíam em defesa própria ou em própria expressão, lésbicas, mulheres a favor do aborto, prostitutas de rua, viúvas, mães solteiras, mulheres que “cruzam a linha de cor”, etc. A luta de uma mulher por ser valorizada, ou mesmo por sua sobrevivência e dignidade perante a sociedade, requer constantemente que ela acione mecanismos para “fazer-se passar por pura”, ou terá que resistir aos abusos como “puta”. No caso das prostitutas, vale dizer ainda que, além de marcadas, elas constituem o próprio estigma (PHETERSON, 1986, p. 44-45 e 1996, p. 16 e 95). Outros autores também afirmam que os critérios utilizados para estigmatização das mulheres constituiriam um meio de dominação de gênero: o “estigma da puta” é uma função normativa (TABET, 2004, p. 33 e 38) e controla a todas as mulheres (CABIRIA, 2004, p. 108) em função da construção da imagem depreciativa da “puta” como “the immoral other” (“o imoral outro”; In: HUBBARD, 1999, p. 4).

Segundo Paola Tabet, que estudou como a categoria “puta” é utilizada em diferentes grupos sociais, a regra para o uso dessa marcação depreciativa é a saída/desvio do circuito de

303 “Na cozinha, Esposa. Na rua, Prostituta” (tradução livre).

reciprocidade entre os homens definida pela relação dessa categoria e as regras de propriedade sobre as mulheres nas diferentes sociedades, e mais precisamente a ruptura/transgressão dessas regras. Ou seja, a unidade que ela encontrou é que as palavras “puta”, “vadia” ou “prostituta” são discursos sobre formas de propriedade sobre as mulheres, e que as diferentes definições sobre a prostituição formam um discurso sobre o uso legítimo e ilegítimo que se entende poder fazer do corpo feminino (TABET, 2004, p. 32 e 33).

Em uma entrevista, Margot Saint James, prostituta e militante estadunidense criadora da primeira associação de prostitutas do mundo (COYOTE, criada em 1973), explica de que forma essa marcação recai sobre todas as mulheres, tendo condições específicas para as mulheres prostitutas:

[...] The word “whore” is still used to keep other women in line, all women, but the punishment of a prostitute is the example, set by the system that: if you dont – you know – act right, bow down to man (I suppose), that at... you give what coming to you. And... a lot of hookers are murdered in this country [...] the prostitute became a legitimate victim for rape, murder, robbery, and any kind of abuse, verbal abuse and physical abuse...³⁰⁴ (transcrição de entrevista feita à Margot St. James, durante a conferência “The World Whores' Summit”, em San Francisco, 1989³⁰⁵).

Vale destacar que uma das principais maneiras de controle associada à atribuição do “estigma de puta” está ligada à forma de circulação das mulheres na cidade, como no caso relatado por Lucila. Se, dentro da casa, a esposa que não seguir as regras (obediência, servidão e fidelidade) é tachada de “puta” e apanha do marido, nas ruas, aquela que arriscar sair de casa se vestindo de certo modo, em certos horários, em certos lugares, agindo de certa maneira, exercendo livremente sua sexualidade e/ou trabalhando como prostituta, ao ser reconhecida publicamente como tal, será estigmatizada e/ou violentada por qualquer um que se achar no direito de fazer isso.

“Ah, essa puta!”.

É por isso que, desde muito novas, as mulheres aprendem a temer, proteger-se e ficar atentas aos locais em que circulam nas cidades. São impedidas de acessar e/ou tem de evitar certos locais de “perigo” como praças vazias, ruas desertas, vielas e becos mal iluminados, etc.; com muito mais frequência que os homens. Além do “temor” internalizado em relação ao espaço público que se impõe aos corpos das mulheres, estes ainda precisam ser cuidadosamente organizados por meio de certas roupas, posturas e movimentos que não “atraiam” os possíveis violentadores. Essa

304 “A palavra "puta" ainda é usada para manter as outras mulheres na linha, todas as mulheres, mas a punição de uma prostituta é o exemplo, definido pelo sistema que: se você não - você sabe - agir direito, curvar-se aos homens (eu suponho), você terá o que merece, e ... um monte de prostitutas são assassinadas neste país [...] a prostituta se torna uma vítima legítima para o estupro, o assassinato, o roubo, e qualquer tipo de abuso, abuso verbal e abuso físico ...” (tradução livre).

305 Disponível em: <<http://youtu.be/PIXV370ipEI>>. Acesso em: fev, 2015.

organização do corpo se baseia em afastar, sobretudo, a possibilidade de ser marcada pelo “estigma de puta”. Ou seja, as mulheres realizam um esforço contínuo de modo a parecer o mínimo possível como uma “puta”. São restrições que atravessam o corpo da mulher na sua relação de vivência cotidiana na cidade. Além disso, demonstram que não está garantido às mulheres uma equidade de condições com os homens em seu acesso à cidade, e que, dessa forma, limitam sua vida urbana.

Voltando ao caso do movimento organizado das prostitutas em Campinas, ao revelarem sua identidade dentro de um contexto em que estão sob a posição de sujeitos políticos, se evidenciam certas contradições - por meio da ambiguidade de sua coabitação de papéis e do rompimento de fronteiras - no estabelecimento do “estigma de puta”. O observador, ao conhecer uma prostituta militante pela primeira vez fica confuso, não consegue entender como ela é prostituta: “mas ela parece minha mãe”. A contradição se evidencia.

Sob o pano de fundo de uma sala de aula, um auditório e outros locais “de fora” da Zona, com uma conotação institucional e “séria”, as prostitutas acabam não parecendo tão “putas”, isto é, a marcação fica menos palpável. Outro fator de indefinição para esse observador é o fato de que essas prostitutas, em geral, são mais velhas do que se associa no senso comum com a imagem de uma “puta”, principalmente porque elas acabam se aproximando mais à ideia de uma “mãe” ou uma “avó” (que de fato muitas são realmente), mulheres estas que seriam colocadas como “de família” e não “putas”.

Ao conhecer essas mulheres dentro num contexto organizado e estruturado politicamente, e vale dizer, no qual essas mulheres muitas vezes adotam modos e posturas diversos daqueles constituintes da Zona, há uma reavaliação da denominação “puta”, a classificação não consegue alcançar as expectativas esperadas e não se estabelecem as condições necessárias para efetivar a marcação de desvio - “Ah, essa puta!” - que Lucila tanto sofria quando tentava circular pela cidade, mesmo antes de ser prostituta. Retomando o trecho final do seu relato: “eu apanhava caladinha, digo: 'um dia eu vou chupar essa manga junto com vocês [com as prostitutas]!' E hoje chegou a minha vez! Nunca é tarde, tá filho?” (Lucila, debate do filme, *op. cit.*).

6.3_“PUTIZAR” OS LADOS DE FORA DA ZONA

Essa nova maneira da sociedade e da própria prostituta se enxergar possibilita o surgimento de uma nova fase, da qual partem de um degrau mais alto para seguir subindo para reconstrução da

forma de ser vista a prostituição, sobretudo em Campinas. São essas conquistas que possibilitaram a realização do PutaDei Campinas no mesmo local que elas sofreram diversas tentativas de expulsão.

Com o reconhecimento da prostituição como um trabalho, sobretudo com a sua classificação na CBO, as trabalhadoras passam, então, a defender as especificidades desta profissão de modo a não terem que ocultar sua identidade “puta” para terem seus direitos conquistados. Ou seja, existe uma diferença entre uma atividade desviante e impura - e mais que isso, relacionada à vagabundagem e ao não-trabalho - ser aceita como uma profissão “como qualquer outro trabalho”, e a possibilidade de, a partir dessa primeira conquista, trazer à tona suas especificidades que a diferenciam de “um trabalho qualquer”.

José Olivar aborda em seu trabalho as diferenças entre “batalhar” e “trabalhar”. Mesmo sendo atualmente bastante hegemônico o discurso da prostituição como um trabalho, as suas interlocutoras passam a enaltecer as diferenças e qualidades do trabalho como prostituta - a saber: liberdade de fazer seu horário, não ter que trabalhar todo dia, poder sair e voltar quando quiser, e como eu mesma escutei muitas vezes “prefiro fazer programa do que lavar calcinha suja de madame”, entre outras especificidades – dependendo de para quem e de como estão dirigindo esse discurso (OLIVAR, 2013, p. 77).

A questão reside na maneira como a prostituição é estigmatizada não apenas na questão do trabalho. Articulam-se problemas que vão além de ter uma profissão reconhecida. Como vimos ao longo dessa tese, a prostituição enfrenta uma escala multissegregatória e se articula com diversos outros pares desviantes. Dessa forma, a atuação do movimento enfrenta a desconstrução de diversos entraves que se articulam, sobretudo a questão da identidade.

Uma prova dessa questão é o fato de que muitas prostitutas do movimento são contra a regulamentação da profissão, pois têm medo de ter de assumir que são prostitutas na carteira de trabalho. Isso revela que a garantia do direito do registro e regulamentação da profissão não garante que elas não sofrerão as consequências do “estigma de puta”, este sim, ainda em desconstrução. Enfrentar esta questão passa a ser uma prioridade do movimento organizado que, para isso, estabelece várias táticas de atuação, desde “mostrar a cara” e pautar o tema em debates públicos, até organizar uma militância que transborde para fora da Zona as características identitárias vinculadas a prostituição.

Na atualidade, Natasha encabeça esse viés do movimento em Campinas. É mais jovem de idade e de tempo na entidade, chega quando a luta para estruturar a Associação já está mais consolidada e

constrói seu discurso a partir desse momento, parte de uma outra etapa de conquistas de entidade. Como é uma situação um pouco mais segura, ela tem condições de, então, construir um discurso mais empoderado.

Aline Tavares afirma, em seu trabalho sobre o Jardim Itatinga, que o discurso mais vinculado ao “orgulho de ser puta” também se associa ao fato de que, a partir de 2010, a Associação começa a se aproximar cada vez mais da Zona e a realizar mais atividades nesse local da cidade. Natasha inclusive passa a manter uma sede da Associação em seu espaço de trabalho como prostituta no Jardim Itatinga. Além disso, a entidade começa, nessa mesma época, a participar de diversos encontros e debates feministas em Campinas, entre os quais se destaca sua aproximação do discurso de reapropriação do termo “vadia” engendrado pela “Coletiva das Vadias”, que causa grande influência na atuação da Associação Mulheres Guerreiras (TAVARES, 2014a, p. 89 à 108).

Portanto, é sobretudo a partir do desenvolvimento da Associação e de sua maior relação com agentes externos que seu discurso passa a enaltecer o trabalho da prostituta como algo prazeroso. O movimento em Campinas também passa a ter mais contato com essa visão em relação à prostituição a partir do momento em que as representantes da Associação Mulheres Guerreiras foram conhecendo outras pessoas do movimento organizado, do quais destaco aqui a influência sedutora de Gabriela Leite. É esse momento, pois, que chamarei de segunda fase do processo de desenvolvimento do movimento organizado das prostitutas em Campinas.

Quando Natasha conhece Gabriela

Um momento importante na história da Associação é quando Natasha se depara com o discurso de Gabriela Leite. Natasha a conhece em um dos eventos e se encanta com suas palavras que enaltecem características positivas da prostituição, sem perder sua identidade. Gabriela não assimila e utiliza os termos mais palatáveis como “meninas” e “profissionais do sexo” e defende o uso das palavras “puta” e “prostituta”. Afirma ainda que prefere ser “antes sem-vergonha do que vítima” e que “ninguém faz um movimento se escondendo debaixo da mesa”. Vale retomar sua defesa pela ressignificação da palavra “puta”, citada na Introdução: “se a gente não toma as palavras pelo chifre, e assume elas, a gente não muda nada” (“Porque Gabriela...”, *op. cit.*)

Gabriela Leite escancara o estigma de forma a mostrar que suas raízes são baseadas em distinções morais que não representam, de fato, a diversidade da sociedade. Ou seja, defende a prostituição como um trabalho, porém não apenas pelo viés trabalhista, mas também pelo viés dos direitos

sexuais e do direito à “prostituição livre”. Seguem alguns exemplos:

Sempre acreditei e sonhei com o movimento transpondo barreiras e atingindo a sociedade inteira, inteirinha. Sempre acreditei que o movimento de putas não poderia nunca ser babaca, tipo politicamente correto. Queria e quero um movimento revolucionário, recuperando inclusive o sentido revolucionário do ser revolucionário.

Uma organização revolucionária sempre tem que se lembrar que seu alvo não é fazer com que seus partidários escutem as convincentes palestras de líderes especialistas, mas conseguir fazê-los falar por si mesmos, para que alcancem, ou pelo menos se esforcem por alcançar, o lugar da participação política. Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, elas estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas revolucionárias.

Não mais frases babacas do tipo: “Gosto de ser profissional do sexo porque assim posso criar meus filhos”. Ou então: “Não gosto do nome prostituta, prefiro profissional do sexo porque é mais digno”. Minha angústia é a mesmice dessas frases, minha angústia é perceber o clima de chá das cinco entre putas discutindo filhos, palavras politicamente corretas, enfim, mulheres normais e santas, lutando por um lugar no céu. **Renego a santidade. Sonho com a puta inteira, grandiosa e fundamental** (LEITE. “Coluna da Gabi...”, 2005, *op. cit.* [escrita logo após o primeiro desfile da Daspu], grifos meus).

Acho que as fantasias sexuais estão num plano muito mais complexo que qualquer teoria ou discurso político, que não entendem e desconhecem esse fator primordial. A sexualidade anda mais rápido, é mais complexa do que o pensamento. Com ela o homem passa a ter seus voos mais altos e claros. Enquanto o pensamento trai, a sexualidade escancara todas as portas, tira o freio e inicia a nossa viagem pessoal.

[...] Prostituta deve frequentar os mesmos lugares que toda a sociedade. Só existe segregação se houver agente e vítima. Como a prostituta introjeta esses dois personagens, imagine quanto esforço é necessário para mudar esse quadro .

[...] A diversão é fundamental na vida da prostituta, faz parte do dia-a-dia. Deixar isso em troca de quê? De ser mulher direita? É ficar esperando o marido chegar com o salário que mal dá para o feijão e arroz e um cineminha de vez em quando? Isso é muito pouco para uma mulher que já viveu com autonomia. (LEITE, 1992, p. 88, 145 e 156).

Aparecida Moraes, que estudou a Vila Mimososa durante o período de ebulição do movimento social organizado das prostitutas no Brasil, fala da importância do discurso de Gabriela na reconstrução da identidade da mulher prostituta, que consegue alavancar uma reflexão sobre a situação específica das prostitutas entre suas colegas:

Desde o início seu discurso é lírico, apaixonado, emocional e com grande força literária. Mas também irá se caracterizar como profundamente questionador do padrão burguês de organização social e familiar, incisivo, agressivo na defesa da categoria e valorizador da cultura e modos de vida daqueles que são identificados como os *marginalizados* e *excluídos*.

[...] Este novo pensar sobre o lugar da prostituta na sociedade, proposto por Gabriela, assinala uma passagem que irá promover a elaboração de novos discursos e práticas políticas entre elas.

[...] Gabriela mostrava que elas existiam não apenas segregadas nas *zonas*,

sendo julgadas nas ruas ou descritas na literatura de forma indelével – eternamente voluptuosas, carismáticas, berço de deleite de heróis – mas existiam também acompanhando as mudanças sociais, e davam provas disso ao invadirem a cena política. É com a história de Gabriela, entremeada por cisões e rompimentos, que começa a ser criada a experiência da mudança (MORAES, 1996, p. 198 à 201).

Então descreve como o movimento social engendrado por Gabriela Leite estava disposto a desmistificar o conjunto de estereótipos que estigmatiza e contribui para existência de posições discriminatórias e preconceituosas em relação às mulheres prostitutas, sem perder a singularidade do seu coletivo, enquanto representante de uma determinada ordem social (*Ibidem*, p. 37).

Grisélidis Réal foi uma grande inspiração para Gabriela. Elas se conhecem em função dos encontros do movimento organizado pelo mundo e ficam muito amigas. Grisélidis Réal, como prostituta militante e escritora, escreveu diversos textos-manifesto, nos quais enaltecia a atividade e defendia que a prostituição passasse a ser considerada pelo viés do direito de escolha, uma reivindicação pela chamada “prostituição livre”, inserindo esta como parte dos direitos sexuais. Ou seja, ela exigia outro olhar, menos vitimizante, moralista e repressivo acerca das prostitutas. Entre seus textos, destaca-se o famoso “Se prostituer é um ato revolucionário”, do qual destaco o seguinte trecho:

[...] Quant à moi, revenue au trottoir et considérant que c'est un ACTE RÉVOLUTIONNAIRE, je prends maintenat mon plaisir où je le trouve, ayante enfin débarrassé mon corps et mon esprit de tous ces vieux tabous: “pureté”, fiançailles, mariage, fidélité, à quoi? À qui? À la poubelle éducative...

Je VIS, et merde au reste.

Nous les putes qui refusons de nous faire exploiter par votre système, nous ferons la Révolution sur ler trottoirs, dans les commissariats, les prisons, les Ministères, les universités, les hôpitaux, partout. On fera sauter tous ces vieux corsets académiques...

[...] Je me PROSTITUE – Pour ma liberté présente et future – Pour que ma vie explose dans un chatoiement périssable et superbe – Je ne veux pas de vos attaches, des vos pièges, de vos chantages, de vos contrats et de vos aumônes – Je veux me coucher quando je veux – Je veux vous faire bander QUAND JE VEUX – Vous éjaculerez quand je veux –

[...] Je revendique ma prostitution comme une DÉLINQUANCE – Pour mieux cracher à la gueule de vos lois – de vos prisons – de vos asiles – de vos écoles – de vos casernes – Sur vos masturbations chimiques et életroniques, vos armes, vos uniformes et vos ordinateurs³⁰⁶ (RÉAL, 2011 [1977], p. 244 à 246).

306 “[...] Quanto a mim, retorno às calçadas considerando que este é um ATO REVOLUCIONÁRIO, eu aproveito agora meu prazer onde eu o encontro, tendo enfim livrado meu corpo e meu espírito de todos estes velhos tabus: “pureza”, noivado, casamento, fidelidade, a que? A quem? Ao lixo educativo...

Eu vivo, e à merda o resto.

Nós, as putas que recusamos serem exploradas pelo seu sistema, nós faremos a Revolução sobre as calçadas, nas delegacias, nas prisões, nos Ministérios, nas universidades, nos hospitais, por todo lado. Serão detonados todos estes velhos espartilhos acadêmicos...”

[...] Eu me prostituo - Pela minha liberdade presente e futura – Porque minha vida explode numa luz deteriorável e soberba – Eu não quero mais suas amarras, suas armadilhas, suas chantagens, seus contratos e suas esmolos – Eu

Em Campinas, em uma palestra na Unicamp da qual Gabriela Leite foi convidada para falar, Natasha era uma das expectadoras mais emocionada. Segundo relatou-me mais tarde, ela, que nunca ficava nervosa, ficou tremendo na hora de falar no microfone, se dirigindo à palestrante:

Boa tarde, meu nome é Natasha, sou puta de Campinas há vinte anos, na verdade eu vim mais para fazer um agradecimento, à grande mentora, nesse projeto da prostituição ser vista na formalidade, que nós somos profissionais e queremos ser reconhecidas como putas, que é a Gabriela. Eu acabei de fazer as contas, Gabriela, você tem trinta anos de militância. [...] em 2008, fui convidada pelo encontro nacional de prostitutas a estar participando com a Gabriela Leite. Neste momento eu já era presidente de uma ONG [Associação Mulheres Guerreiras], que foi criada pelas prostitutas de Campinas juntamente com a ITCP aqui da Unicamp, para estar defendendo o direito de ser puta, das putas dizerem que são putas, e são felizes. Eu sou puta e sou feliz. Eu sou puta, eu tenho carro, tenho casa, tudo que uma mulher normal poder ter. Porque acham que a prostituição é anormal. [...] Não é falta de oportunidade, como as pessoas falam. Eu sou puta, porque eu gosto de ser puta. Porque é a putaria que me dá o respaldo que eu tenho hoje. Então, eu quero assim, agradecê-la, Gabriela, por esse certificado [ela leva nas mãos o certificado do encontro que participou em 2008], que me identificou muito quando eu cheguei. Eu falei: “eu não acredito que estou vendo um negócio desse”. O meu certificado de putaria, de participar do meu primeiro encontro como puta, de me assumir como puta, gente? Alguns religiosos entendem o que é isso aqui [mostra imagem do certificado, que simula a famosa Santa Ceia de Cristo, mas na mesa estão sentadas apenas mulheres prostitutas], onde no centro está essa mulher extraordinária, que me ensinou a ser puta no primeiro dia que a conheci e que está me levando a ser puta hoje (Natasha, evento “Cine Pagu apresenta: um beijo para Gabriela”, organizado pelo Núcleo de estudos de gênero – Pagu, Pró-reitoria de extensão -PREAC e Secretaria de eventos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 20/06/2013).

Assim, após conhecer Gabriela, Natasha afirma ter aprendido “a ser puta” e passa a fortalecer esse discurso. É importante destacar o uso do “aprendi” e “me levou” a “ser puta”, isto é, se assumir como puta e valorizar essa identidade. É a partir de sua circulação em outros espaços, fora de Campinas, e sua articulação com outras prostitutas organizadas, que Natasha vai estruturando um discurso um pouco diferente de suas companheiras mais velhas do Centro, no qual ela defende a profissão como trabalho que ela gosta de fazer, que é prazeroso e que a faz “gozar”.

O antigo discurso de “profissional do sexo” se transforma, se aproximando do que Gabriela propagava, passando a defender a palavra “puta” como uma “palavra bonita”. Natasha vai elaborando, complexificando e refinando esse discurso ao seu modo. Afirma publicamente seu

quero me deitar quando eu bem entender – Eu quero te deixar ereto QUANDO EU QUISER – Você ejaculará quando eu quiser –
 [...] Eu reivindico minha prostituição como uma DELINQUÊNCIA – Para melhor cuspir na boca das suas leis – das suas prisões – de seus asilos – de suas escolas – de seus quartéis – Sob suas masturbações químicas e eletrônicas, suas armas, seus uniformes e seus computadores” (tradução livre).

“orgulho de ser puta”, de “ter doutorado em putaria” e dos três “Ps” discriminados que carrega, “preta, pobre e puta”. Essa influência reverbera também nas representantes mais velhas da Associação. Como vimos anteriormente, no final do PutaDei Campinas, até Lucila estava se autodenominando “puta” para desconhecidas.

Nesse evento, como vimos, aconteceu o primeiro desfile da Daspu em Campinas, mesmo que antes dele as integrantes da Associação já tivessem participado de vários outros fora da cidade. É uma característica dessa fase de atuação da entidade e é um grande exemplo desse tipo de militância.

Na “passarela-passeata” da Daspu

Uma frase de Gabriela Leite exemplifica muito bem o que essa grife político-poética-militante representa, a Daspu é “uma grife de prostitutas que não têm medo da palavra puta” (LEITE, 2008). “Nascida periférica”, segundo Flávio Lenz (2008, p. 86), pois, apesar de ter sido criada na área central do Rio de Janeiro, onde ficava a sede da Davida, é periférica em sua constituição simbólica e se articula com a história de resistência que envolve os movimentos de prostitutas, bem como é uma das suas vias de grande visibilidade.

A história da grife remonta à atuação da ONG Davida que, a partir dos anos 1990, começa a investir no que Flávio Lenz denominou “seara cultural”. Criou-se o grupo Mulheres Seresteiras, que fazia serestas de prostitutas que “cantam e encantam” pelas ruas. Montaram-se peças de teatro e cabarés. Tinham o próprio grupo de carnaval, os Bloco Carnavalesco Prazeres Davida. Todas essas atividades culturais aconteciam, vale ressaltar, nas ruas, praças e vários locais de prostituição do Rio de Janeiro e outros estados (LENZ, 2008, p. 31; Simões, 2010b, p. 27). Desde a época da distribuição de camisinhas, e da chamada “prevenção entre pares”, a atuação dos movimentos de prostitutas se relaciona fortemente com o espaço público das cidades, da mesma forma que o trabalho das próprias prostitutas.

Junto a essas atividades que, em si, já constituíam atuações e práticas políticas que invadiam/ocupavam e profanavam espaços da cidade pautando o tema da prostituição, começa a surgir a ideia de montar alguma atividade que pudesse reverter em benefícios econômicos para a Davida, de forma a diminuir sua dependência em relação aos órgãos financiadores, em geral vinculados aos sistemas de saúde. Após participarem do Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, e observarem o sucesso do estande que montaram vendendo camisetas da entidade,

exemplares do jornal Beijo da Rua e tapetes de crochê feitos por Gabriela, surgiu, meses depois, na festa de comemoração de treze anos da Davida, a ideia de criar uma confecção com o estilo das prostitutas, uma grife de moda: “A gente puta leva jeito pra roupa” (Gabriela Leite apud LENZ, 2008, p. 41). O nome, Daspu, foi uma alusão ao escândalo que envolvia uma grife *high-society* em São Paulo, Daslu, que estava em todos os jornais, na época. Houve inclusive uma tentativa de processar a grife das prostitutas pela paródia do nome, que ao final não se efetivou e deu ainda mais visibilidade à Daspu (LENZ, 2008, p. 30, 31, 34, 37 e 53).

Antes mesmo de começar a produzir as primeiras peças, a notícia da criação de uma “grife de putas” começou a ser divulgada em diversos meios de comunicação, levando o tema para os debates públicos e trazendo muitos interessados em comprar produtos dessa inusitada confecção. O primeiro e muito esperado desfile da Daspu aconteceu na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 2005. O local foi escolhido estrategicamente. Segundo Flávio Lenz, a praça, após ter sido sede da primeira igreja da comunidade negra carioca, de um cemitério de escravos e local de moradia/trabalho de ciganos (até o século XVIII), começou a ganhar “ares boêmios e artísticos” sob influência das festas, músicas e danças que a comunidade negra realizava no local. Assim, a partir do século XIX, o perfil da área começa atrair cada vez mais as prostitutas, tornando-se, então, um local com “especialização sexual”: havia “centenas de prostitutas em diversas ruas, hotéis e termas”, de dia e de noite, que circulavam “livremente” nos arredores (LENZ, 2008, p. 74, 77 e 78).

Esse movimento histórico começa a sofrer uma ameaça de expulsão pelo programa Monumenta de revitalização, encabeçado pelo Ministério da Cultura em 2002, que foi atraindo a construção de novos empreendimentos, como hotéis para executivos (*Ibidem*, p. 34 e 77). Vale dizer que, apesar dos esforços da Davida e outros parceiros, esse programa acarretou em uma gradativa expulsão das prostitutas da área. Um símbolo desse movimento de gentrificação foi o Hotel Paris, “um dos pontos mais famosos de prostituição da cidade”, vendido em 2010 para uma rede francesa de hotéis de luxos, encerrando assim suas atividades. Segundo uma reportagem sobre seu fechamento³⁰⁷, o Hotel funcionava desde 1945 e era um local onde as prostitutas trabalhavam de forma autônoma, da mesma forma que as mulheres do Centro de Campinas. Nesse local também funcionava a sede da Davida/Daspu, que permanece sem local fixo até hoje. Como vimos ao longo da tese, mais uma vez os locais tradicionais de prostituição são os primeiros a sofrer com os processos de revalorização imobiliária e gentrificação.

307 LOURENÇO, Jorge. “Paris não é mais aqui – Prédio que funciona como prostíbulo há 55 anos é vendido, e as garotas reclamam”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2010.

Em 2005, preocupados com a valorização da área e conseqüente expulsão que se desenrolava, “não havia lugar melhor para o primeiro desfile da grife Daspu”, segundo Flávio Lenz (LENZ, 2008, p. 78). Como um evento símbolo do movimento das prostitutas no Brasil, o primeiro desfile da grife demonstra como as prostitutas estavam se organizando para se defender da segregação e da sua contínua colocação como “bode expiatório” desses processos.

Nesse primeiro evento, elas demonstraram de forma incisiva sua estética, sua voz e sua sensualidade, sendo amplamente cobertas pela grande mídia (saindo inclusive no Fantástico, programa televisivo de grande alcance nacional). Segundo descreve Flávio Lenz:

Em poucos minutos, prostitutas vestindo parangolés espalharam pétalas de rosa vermelha sobre a rua para a entrada triunfal das colegas. As manequins dasputinhas começaram a surgir pela porta do Hotel Nicário [hotel onde as prostitutas da praça faziam seus programas], arrancando os primeiros aplausos, torcendo pescoços e provocando o tumulto das câmaras. Uma a uma, ou em pares, [...] percorreram a rua e pétalas em direção oposta à Praça [...]. Ladeadas por uma multidão que, mesmo entusiasmada, respeitou o espaço do desfile, acompanhadas na **passarela-passeata** [...] pelas câmeras e luzes da GNT [agência televisiva], por fotógrafos de outros veículos e agências, elas arrasaram! Cabeça erguida, peito empinado, sorridentes e sensuais, malemolentes, emocionadas, vibrantes (*Ibidem*, p. 81, grifo meu).

Gabriela relata esse momento, extasiada, na sua coluna do Jornal Beijo da rua, logo após o desfile:

Sempre sonhei com a palavra puta sendo falada por todos com a sonoridade e a força que a palavra tem. Sonhos sonhados existem para se tornarem realidade. A Daspu é uma realidade. A Daspu é a moda da puta. Esse é o nosso conceito de moda. Por isso a minha felicidade, por isso meu êxtase. O caminho está aberto para a puta perder o medo da sociedade e ser com orgulho e prazer a puta cidadã.

A Praça Tiradentes, que também é do povo, de povo estava lotada naquela linda sexta-feira. Estava linda, colorida! Colegas putas voavam com parangolés de muitas cores, de todas as cores, e forravam o chão de paralelepípedos da rua com pétalas de rosas. Pétalas para as putas pisarem no desfile de lançamento da Daspu. Em 1987, quando realizamos nosso primeiro encontro nacional, o nosso lema, lembrando Cartola, era: as rosas já falam. Passados quase 20 anos desse primeiro encontro, as putas desfilam a nossa moda pisando em rosas. Parafraseando mais uma vez Luiz Melodia: “De passo, a passo, passo!”

Uma mulher me disse: muito obrigado por nos proporcionar tudo isso! Eu digo: muito obrigado a todos nós putas e não putas, artistas e não artistas, jornalistas e não jornalistas, pessoas comuns e não tão comuns assim por termos conseguido juntos criar aquele momento histórico.

Os parangolés voavam no corpo das putas, as putas desfilavam nosso conceito de moda pisando em rosas, a banda Hapax tocava a sua maravilhosa percussão industrial junto com a bateria do Prazeres Davida (outro momento mágico), os fotógrafos corriam com suas máquinas procurando o melhor ângulo, Neville de Almeida filmava e filmava as bonitinhas ordinárias, Cesar Oiticica não conseguia falar, nós putas nos abraçávamos e todo mundo chorava de felicidade... (LEITE, “Coluna da Gabi...”, 2005, op. cit.).

O primeiro desfile da grife na cidade de São Paulo aconteceu em em 2006, no Clube Vegas, na Rua Augusta, a famosa “rua das putas”. Da mesma forma, um espaço escolhido estrategicamente. No final do desfile, Gabriela Leite - que começou a ser prostituta nesta região – afirmou aos prantos como era importante estar realizando o desfile da Daspu naquele lugar da cidade: “A gente sempre batalhou. Sabe o que é estar aqui na Augusta, sendo respeitada?”. Em outro trecho desse livro ela afirma ainda que “Quando minhas amigas putas desfilam lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, estão falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas e revolucionárias” (Gabriela Leite apud LENZ, 2008, p. 19 133).

Fazer o desfile em certos locais estratégicos da cidade é, portanto, um ato político, no sentido de que é uma profanação “putizante” desse espaço, uma ocupação por outra ideia de urbanidade de um local que está sofrendo pressão para expulsão da pouca atividade de prostituição que resiste, como no caso da Praça Tiradentes no Rio de Janeiro ou da Praça Rui Barbosa em Campinas. Como Flávio Lenz declarou, os desfiles da Daspu instituem uma “passarela-passeata” (LENZ, 2008). “Putizando” a praça com suas posturas e roupas de puta. Quem vai ter força para expulsar, violentar e depreciar com a marcação do “estigma de puta”, nesse momento de ocupação e reafirmação? “Somos putas, com muito orgulho”.

Desde o início da Associação Mulheres Guerreiras, as prostitutas de Campinas participam de desfiles da Daspu. O primeiro foi em 2008, na Praça Roosevelt, em São Paulo, local conhecido por ser uma área de prostituição. A partir daí foram muitos desfiles. O último em que as integrantes de Campinas desfilaram aconteceu no Rio de Janeiro, em 2014. Natasha participou tanto do desfile quanto de uma performance, com mais duas pessoas. Nela, tiraram a roupa e mostraram inscrições nos seus corpos nus. Nas nádegas de Natasha estava escrito: “puta feliz”.

Profanações: reafirmar seu espaço enquanto puta

Soraya Simões afirma que o papel do movimento das prostitutas foi, aos poucos, afastando o “discurso vitimizador” e instituindo no espaço público iniciativas como festas, desfiles e outras atividades ligadas à cultura que buscam uma “concepção da atividade pautada pela escolha e não pelas vicissitudes da vida”, como por exemplo a a criação da Daspu, marca de grande visibilidade. Segundo ela, nos desfiles, as prostitutas mostravam seus atributos para desfilarem, mostravam a cara e faziam política à sua maneira (SIMÕES, 2010b, p. 26 e 27).

No prefácio do livro sobre a grife Daspu (LENZ, 2008), André Villas-Boas compara sua

performática atuação às estratégias que vêm adotando parte dos movimentos sociais nas últimas décadas, o que o autor chama de “políticas estéticas”: “estratégias políticas de afirmação de identidades e de direitos à cidadania que não se limitam às formas tradicionais do ativismo político (ou mesmo o substituem de todo, em certos casos)”. Como modelo dessa nova configuração de militância, figura o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), que por meio de suas paradas (e não “passeatas”, vale demarcar essa diferença) pautam e reivindicam sua identidade a partir da “própria expressão de sua sexualidade em praça pública”. É um ativismo político em que, ao invés das atividades artísticas serem apenas um “braço cultural” da mobilização, estas se “tornam o próprio movimento”: “Dançar ou desfilas, seja de tanguinha prateada, seja de vestido de noiva com logotipos desbotados de hotéis de encontro é a própria ação política” (VILLAS-BOAS, 2008, p. 12 à 15).

Segundo Ana Clara Torres Ribeiro, as ruas são o palco ideal para performances de ruptura da reprodução sistêmica do cotidiano: “essas ações corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos urbanos” (RIBEIRO, 2010, p. 31). Isso porque esse sujeito corporificado exerce sua performance de modo a se opor aos modelos de cidade e de urbanidade que o excluem, constituindo um embate simbólico de dimensões subjetivas e cognitivas de poder (*Idem*, p. 32). Segundo Paola Jacques, estas são ocupações, profanações e apropriações do espaço público com o intuito de construir/propor novas experiências urbanas, para perturbar a aparente ordem estabelecida no espaço público – “um escape da hegemonia das imagens consensuais”- na qual o uso do corpo é prioritário (JACQUES, 2010: p. 117). Para Diana I. Agrest, a cidade é o cenário social para a mulher expressar publicamente sua luta, ao deslocar-se para fora da instituição onde ela e seu corpo têm um lugar atribuído (a casa): “the street is the scene of her writing³⁰⁸” (AGREST, 1988: p. 40).

É um tipo de militância que busca ressignificar identidades consideradas desviantes para que estas sejam aceitas em sua diversidade, e não como uma identidade igual àquelas já aceitas, as “puras”. A partir do reconhecimento de suas características como legítimas e como parte do todo. O sexo, o relacionamento, o desejo e o amor gay, por exemplo, vistos como “impuros” por muito tempo, passam atualmente a obter reconhecimento como parte da diversidade, de modo a garantir direitos iguais, humanos e sexuais.

No caso do movimento organizado das prostitutas, pode-se dizer que este caminha para além da questão trabalhista, passando a defender a sua identidade “puta”, sobretudo em espaços em que

308 “A rua é a cena de sua escrita” (tradução livre).

esta era normalmente interdita. Defende a possibilidade de, de alguma forma, levar as características da Zona, ou do “mundo da prostituição”, para ocupar, ou coabitar, mesmo que de maneira transitória, efêmera ou performática, o espaço “normal”. Realiza ocupações “putizantes” do espaço. Invade, trazendo as características que “só eram permitidas” nos locais tolerados e/ou confinados, ou seja, espaços diversos da vida pública, sobretudo as áreas de grande circulação da cidade. Conquista paulatinamente, por meio dessas “profanações”, seu espaço. Não reivindica mais que sejam aceitas como iguais, mas que sejam aceitas na sua diversidade. Esta atuação política performática, que profaniza temporariamente espaços da cidade com voz, cor e sensualidade de prostituta, se configura como uma potente forma de atuação.

A ideia de profanação remete ao fato de que elas estão, de alguma forma, manchando, desonrando e desacatando (todos estes sinônimos de profanação) o espaço “puro” e “normal” com suas características consideradas “desviantes”, e ressignificando-as. Impondo-se como “puta” no mesmo local onde antes eram perseguidas por serem “putas”. A palavra é a mesma, mas o sentido dado pelo movimento organizado e suas ocupações performáticas é totalmente diferente.

Em Campinas, no PutaDei, a praça foi tomada pelos espectadores que cantavam a música da Daspu e aplaudiam efusivamente as prostitutas, no mesmo local onde antes parte da população apoiava as tentativas constantes de expulsão das prostitutas. Nesse sentido, vale destacar que, de acordo com Anselm Strauss (1999, p. 44), como as classificações se dão predominantemente a partir de questões públicas, essas ocupações discursivas dos espaços públicos da cidade são momentos importantes na disputa classificatória. O que antes era usado como xingamento para tirar as mulheres da praça: “puta!”, ressoa sobre os gritos e aplausos na festa do Dia Internacional da Prostituta: “puta!”.

A performance estabelecida pelo desfile da Daspu, sob a ótica da análise de Erving Goffman (2010), assume os contornos de um “escândalo” (ou uma profanação), uma situação social específica na qual é criada, nesse momento, a imposição de regras de engajamento, posturas e condutas do corpo “outras” - no nosso caso, engajamentos estes “desviantes”, “impuros” e “putizantes”, característicos das Zonas - por meio da ocupação organizada e performática desse espaço. A mesma plateia que assiste a esse espetáculo, extasiada, poderia atuar de forma totalmente diferente em relação à circulação de uma prostituta de fio dental “rebolando até o chão” diante da Catedral da cidade. É o contexto construído pelo movimento organizado por meio dessa festa performático política que assegura que se crie esse momento de profanação, no qual se estabelece também a imposição de um outro discurso acerca da prostituição. Discurso

este que, mesmo que momentâneo, reverbera nos debates públicos (desde as mídias hegemônicas aos bate-papos no bar), e se propaga na contínua luta de resistência das prostitutas do centro de Campinas.

Uma reapropriação do próprio desvio ou o “preconceito pelo avesso”³⁰⁹

Natasha é a representante da Associação que, atualmente, tem a função de participar dos eventos e seminários por todo Brasil e fora do país, representando a entidade. Cada vez que a escuto falar sou surpreendida, percebendo como seu discurso vai se complexificando. Linda, maquiada, com profundos decotes e grandes saltos altos sensuais, ela defende sua profissão e a liberdade de exercê-la em pleno domínio de sua sexualidade.

De acordo com Erving Goffman, os líderes – ou “porta-vozes” - na representação da categoria de estigmatizados, podem, quando sua importância no grupo estigmatizado alcança certa posição social de destaque, “fazer de seu estigma uma profissão” (GOFFMAN, 1980, p. 36 – 37, 115) - muitas vezes exagerando as marcas de seus estigma para ganhar força:

Conduzindo-se assim em contatos mistos, o estigmatizado elogiará os valores e as contribuições especiais assumidos de sua classe. Ele pode ostentar alguns atributos estereotípicos que poderiam ser facilmente acobertados; [...] O estigmatizado pode, também, questionar abertamente a desaprovação semi-oculta com a qual ele é tratado pelos normais [...] Quando o objetivo político último é retirar o estigma do atributo diferencial, o indivíduo pode descobrir que os seus esforços podem politizar toda a sua vida, tornando-a ainda mais diferente da vida normal que lhe foi inicialmente negada - mesmo que a próxima geração de companheiros tire um bom proveito desses esforços, obtendo maior aceitação. Mais do que isso, ao chamar a atenção para a situação de seus iguais ele está, de uma certa forma, consolidando uma imagem pública de sua diferença como uma coisa real e de seus companheiros estigmatizados como constituindo um grupo real (*Ibidem*, p. 125, grifos meus)

Este líder reafirma, portanto, as marcas de seu estigma - “atributos estereotípicos” e “valores especiais” - de maneira a reconstruir as simbologias (em nosso caso associadas ao “estigma de puta”, de impureza e desviância a partir da consolidação de sua imagem pública enquanto “puta”: “sou puta, profissional do sexo, tenho mestrado e doutorado em putaria”). Além disso, vale lembrar, que Natasha trabalha no Jardim Itatinga e não no Centro. Ou seja, defende a identidade “puta” que é parte da identidade desse gueto, como uma identidade que possa ser assumida em qualquer lugar, sem precisar se esconder.

³⁰⁹ Título da apresentação do livro de Flávio Lenz sobre a Daspu, baseado em uma afirmação dada por Gabriela Leite sobre a rua onde aconteceu o primeiro desfile, na qual “o preconceito foi virado pelo avesso” (Lenz, 2008, p. 18).

Como afirma Virginie Sauzon, sobre o discurso das prostitutas francesas Grisélidis Réal e Virginie Despentes, acontece um “mouvement de réappropriation de sa propre marginalité” (“movimento de reapropriação de sua própria marginalidade”: “La déviance est devenue affirmation identitaire, véritable arme politique. [...] la prostituée dispose en revanche d’un pouvoir performatif agissant qui la conduit à s’inventer plutôt qu’à se laisser inventer³¹⁰” (SAUZON, 2012, p. 3 e 4). Ressignificam os preconceitos associados ao estigma de puta, virando-o pelo avesso ao escancará-lo, exaltá-lo e mostrar seu prazer em ser o que são: putas.

Sabendo manipular os diferentes papéis intencionalmente - em sua segregação, coabitação ou rompimento - as prostitutas suscitam debates que vão desconstruindo as ideias pejorativas relacionadas à prostituição. Partindo das ideias de Anselm Strauss, pode-se afirmar que têm consciência de que a realidade social e as identidades coletivas são historicamente elaboradas, isto é, “tem o caráter de processo, através das relações dinâmicas entre indivíduos desempenhando papéis em permanente mudança” e que fazem parte da “negociação da vida social” (STRAUSS, 1999, p. 16). Uma negociação que, como vimos ao longo desta tese, em Campinas, permeia classificações que se iniciam marcadas pelos valores depreciativos, marginalizadores da categoria “puta”; passando por nomes camuflados como “menina” e “profissional do sexo”; para, por fim, se auto afirmar como “orgulhosa de ser puta” e buscar dar novos valores a essa categoria e à identidade relacionada a ela.

A própria mudança no uso desses termos, e na maneira como eles são vistos, sobretudo a maneira como o uso da classificação “puta” se estrutura antes e depois da existência da Associação, demonstra a importância que as disputas terminológicas exercem como reflexo dessas conquistas. Seguindo a definição de Anselm Strauss, em função das palavras constituírem “injunções para a ação” à medida que nos deparamos com “situações novas e com atos pouco familiares” (como certas profanações performáticas ou quando uma prostituta revela sua identidade), são exigidas “ampliações do vocabulário” e dessa forma acontece uma modificação constante nas classificações (STRAUSS, 1999, p. 45 e 53). À medida em que a sociedade muda, mudam-se suas terminologias, enquanto algumas caem e são suprimidas, outras engendram disputas para mudar de valor, passando de um status negativo para um positivo, sobretudo de modo a modificar a maneira como as próprias integrantes do movimento organizado de prostitutas se via e se vê.

O evento do PutaDei Campinas marca esse novo tipo de atuação. Foi o primeiro desfile da

310 “O desvio se tornou uma afirmação identitária, verdadeira arma política [...] a prostituta dispõe, por outro lado, de uma atuação de poder performativa que a conduz muito mais à se inventar do que se deixar inventar.” (tradução livre).

Daspu a acontecer na cidade, e também a comemoração do Dia Internacional da Prostituta em praça pública, com a exibição do vídeo contando a história da entidade no local em que elas sofreram tantas perseguições e as mais cruéis formas de violência. A mudança estratégica do discurso de “profissional do sexo” para o de “orgulhosa de ser puta” se articula com essa nova maneira de atuação. A reconquista da categoria “puta” se dá , ao mesmo tempo em que se dá a reconquista de seu espaço na cidade. Esta retomada é marcada pelo rompimento das fronteiras e separações estabelecidas com a criação do Jardim Itatinga em 1967, ocupando, transbordando e “putizando” o lado “de fora” da Zona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que toda pesquisa, sobretudo aquelas que se sustentam por meio do trabalho de campo, pode gerar infindáveis aprofundamentos, questões e alumbramentos. Ao finalizar essa, sinto uma angústia ao olhar a quantidade de material que não foi possível utilizar no texto, de outros temas, tantos, que poderiam emergir nessa trajetória. De certo modo, concluir é delimitar fronteiras para compor, por fim, o que vai ser servido à mesa. Minhas escolhas até aqui, caminharam para o debate sobre as disputas que se engendram na cidade, a partir dos caminhos sinuosos em que a pesquisa foi me levando.

Ao longo desses quatro anos, procurei entender como a prostituição se organiza na cidade de Campinas a partir dos seguintes fatores: as políticas públicas urbanas relacionadas à prostituição - higienismo, regulamentarismo e abolicionismo; o papel da opinião pública da cidade na construção/manutenção da prostituição como problema público; a conformação urbana da cidade de Campinas e suas características entre norte/sul e Centro/Periferia; como flutuam, coabitam e se constituem os diferentes papéis assumidos pelas minhas interlocutoras, de acordo com o local ou situação da cidade em que estão; a migração, o aprendizado da profissão e os deslocamentos internos realizados por elas; e por fim, a resistência, as reações e táticas que estas produzem para contorno das situações de expulsão e repressão, de modo a se protegerem e continuarem trabalhando/atuando como desejam.

Parti, no princípio do doutorado, do objetivo de analisar a conformação urbana da assim conhecida “maior Zona de prostituição confinada da América Latina”. Sentada nas praças, participando nos eventos com as prostitutas da Associação e visitando o Jardim Itatinga para jantar, beber ou me divertir, a própria pesquisa foi caminhando para assuntos não planejados inicialmente. A partir das experiências de campo, bibliografias consultadas e o período de estudo no exterior, esta tese colocou-se, por fim, como análise da história de resistência e retomada do espaço central na cidade pelas prostitutas, a partir das especificidades de criação do Jardim Itatinga, testemunhando, assim, uma luta pelo direito à cidade.

Refazendo um lugar para prostituição

No cotidiano e no lugar, gestos-fio costumam saberes à co-presença, estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana (Ana Clara Torres Ribeiro, 2005, p. 416)

Em um dos relatos de Paulo Mariante, um dos parceiros da Associação citados anteriormente, este afirma que foi durante o período de acirramento das tentativas de expulsão das prostitutas do Centro, na década de 1990, que o Pároco da Catedral mandou colocar “aqueles ferrinhos, aqueles pininhos para que nem moradores, pessoas em situação de rua e nem eventualmente as mulheres [...] usassem o espaço pra sentar” (entrevista com Paulo Mariante, *op. cit.*). Típicos da chamada “arquitetura da exclusão”, esses elementos arquitetônicos são destinados a constranger e afastar pessoas indesejadas. Todavia, continuam existindo neste local de Campinas, não apenas na Catedral, mas também na agência bancária que avizinha sua lateral, ‘coincidentalmente’ alguns dos “pontos” de prostitutas do Centro. Para poderem permanecer no local, elas criaram uma tática, entre as várias que acompanhamos ao longo da tese: dobram caixas de papelão, as colocam sobre os espetos e assim podem, inclusive, se sentar. Transformaram esses elementos arquitetônicos de exclusão em bancos, onde aproveitam para descansar enquanto esperam os clientes. Compartilhei desse assento com elas algumas vezes, e posso afirmar que realmente o banco ficou confortável.

Esse é um exemplo simples, cotidiano, de como as prostitutas do Centro engendram táticas de resistência para não serem expulsas, muitas vezes revertendo a ação de exclusão em um benefício para elas mesmas. Ao subverterem a função dos espetos transformando-o em banco demonstram como, para elas, aquele mecanismo de constrangimento não quer dizer muita coisa. De tudo que já enfrentaram, como vimos ao longo dessa tese, não é uma coisa como essa que vai impedi-las de permanecer trabalhando nesse espaço. Se sentem parte dessa parte da cidade e ali vão ficar.

As prostitutas do Centro em sua diária resistência e negociação do espaço, “(re)fazem sociedade” diariamente no seu cotidiano de rua. Segundo Ana Clara Ribeiro, as relações entre cotidiano, lugar e indivíduo estabelecem elos de pertencimento e de “tessitura do social, inscritas no chão de historicidade” no espaço das cidades. “Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individuação e o pertencimento, e também nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em enredos da cotidianidade alienada e na indiferença”. Assim, se formam as “condições espaço-temporais da ação social” (RIBEIRO, 2005, p. 416).

São essas tramas, traçadas no uso cotidiano do espaço, que estabelecem variadas táticas de resistência. Desde negociações com aqueles constituintes de seu entorno, nas quais elas procuram manter uma aparência considerada “decente” (mas com sutis demarcações de seu ofício);

passando por suas redes de solidariedade (do seu aprendizado da profissão no Jardim Itatinga ao estabelecimento de parcerias fora da Zona); a constituição e manutenção das “rugosidades” (SANTOS, 2006 [1996] e 1994) no espaço do Centro, estabelecendo então esse “espaço duro” e de difícil apropriação (TOURINHO, 2006); até chegar à sua tática de resistência mais consolidada e institucional que é a Associação Mulheres Guerreiras. A partir desses elos, vão (re)conquistando seu espaço na cidade, rompendo e misturando as fronteiras entre espaços “desviantes” e espaços “normais” (BECKER, 2008 [1963] e GOFFMAN, 1980 [1963]), “perigo” e “pureza” (DOUGLAS, 1967), mulheres “perdidas” e mulheres “direitas”, Zona (Periferia) e Centro; e desarticulando, sobretudo, o “estigma de puta” que se impõe sobre elas. Isso tudo, vale lembrar, em conjunto à luta de seus outros pares desviantes, articulados a outros mecanismos (pares) de resistências (como os movimentos sociais feministas, negros e mulheres da periferia, por exemplo).

Reintegrando papéis e borrando fronteiras

Partindo do questionamento do que é ser “puta”, da relação deste conceito com a livre circulação de pessoas no espaço urbano, e de como as marcações de raça, classe e gênero se articulam como pares “desviantes”, foi mapeada e problematizada a segregação, expulsão e o confinamento das prostitutas e demais agentes da prostituição no espaço urbano a partir da cidade de Campinas. Em seguida circulamos, partindo do xingamento “puta” (“vadia” ou “prostituta”), constituído como uma maneira de demarcar aquela mulher “outra”, oposta a um ideal de “mulher” - notadamente branca, burguesa e de costumes europeus. Passamos pelas primeiras parcerias e relações institucionais mais próximas com os lados de fora da Zona que as prostitutas de Campinas estabeleceram, nas quais se tornaram, então, “meninas” (ou mulher “prostituída”, ou “em situação de prostituição”, “vítimas” de sua condição). Sua organização e rompimento de fronteiras vai paulatinamente seguindo até a institucionalização da Associação Mulheres Guerreiras, momento em que passam a se identificar como “profissionais do sexo” (ou “trabalhadoras sexuais”), para, por fim, reafirmarem seu espaço na cidade e se declararem como “orgulhosas de serem putas”. Ao longo do desenvolvimento dessa militância, ao mesmo tempo em que reafirmam sua identidade, reivindicam seu direito à cidade e procuram reverter a segregação histórica que recai sobre elas desde a criação da Zona. A busca por transformar as classificações a que se estão submetidas se articula com as disputas entre fronteiras de segregação e resistência na cidade de Campinas.

Empreendem, portanto, uma reconquista de seu espaço. Nunca foram totalmente expulsas, apesar da violência dos agentes do Estado. A atuação das prostitutas de Campinas estabelece uma crítica a um modelo de cidade, ao mesmo tempo em que contesta um modelo de “mulher”. Isso porque, em diversos processos de intervenção urbana, não apenas as mulheres prostitutas podem ser alvos de expulsão, mas todas aquelas que não correspondem ao que é considerado “mulher direita”. Ideia esta que, como vimos anteriormente, se articula a modelos constituídos como “universais”, que as colocam, por consequência, sob o estatuto de uma “não-mulher”: aquelas que saem do circuito de reciprocidade entre os homens, mulheres demasiado autônomas, por seu tipo de trabalho, que se vestem de certa maneira, por sua classe social, mães solteiras, não brancas, por sua etnia, por sua sexualidade, que gostam de sexo e/ou prostitutas (podemos citar ainda a questão da criminalização de mulheres pelo aborto). Associando-as assim a uma feminilidade fora do padrão (de sua “natureza”) e portanto sujeitas às consequências segregatórias e violentas decorrentes do “estigma de puta” (PHETERSON, 1986 e 1996; MERTEUIL, 2012; TABET, 2004; DORLIN, 2008; HARRIS, 2008).

As relações entre esses diversos tipos de mulheres demonstram sua articulação entre pares desviantes, segregados, expulsos ou confinados dos espaços urbanos sob diversos vetores para além do gênero. Destaco, mais uma vez, a frase proferida por Natasha, que é título dessa tese - “Preta, Pobre e Puta”. Da maneira como a cidade de Campinas se organiza e, sobretudo, o local onde a sua Zona é criada, percebe-se como se deu essa articulação entre raça, classe social e gênero como operante para a demarcação/segregação do que aparece como “desvio”.

Putas tem direito à cidade?

As prostitutas sofrem múltiplos processos de segregação nas cidades brasileiras – cidades estas constituídas sobre parâmetros “civilizatórios” burgueses importados que estabelecem “ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” (MARICATO, 2000) – desde a perseguição da polícia pelo Código de Posturas, a lei da Vadiagem, a repressão seletiva, utilizando-as como “bode expiatório” nos processos de revalorização imobiliária e no estabelecimento de Zonas toleradas de prostituição na cidade. Em função dessas características, a maneira de atuar desse movimento social é profundamente marcada por uma organização de resistência que resulta em uma luta pelo seu direito à cidade, à segurança e à manutenção de sua integridade física e moral no espaço cidadão.

O conceito de direito à cidade foi desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu

livro “Le droit à la ville” (LEFEBVRE, 2001 [1968]). O autor parte da segregação socioeconômica para explicar as diferenças de acesso aos direitos dentro da cidade que mantém, por exemplo, pessoas forçadas a viver em guetos residenciais longe do trabalho, sem acesso a serviços urbanos e isoladas do centro da cidade.

O diferencial deste em relação aos outros direitos humanos, é o de tratar-se não de um direito individual, mas de um direito coletivo. O direito à cidade não pode ser adquirido individualmente, já que depende da forma como as relações urbanas estão materializadas e organizadas na cidade, já que nela, todos estes vínculos são interdependentes. Qualquer modificação em uma área da cidade afeta a maneira como outra área é constituída. Quando se insere um novo equipamento urbano, por exemplo um grande hospital, a relação entre todos os habitantes, seus locais de morada e entre os diferentes bairros se modifica. A melhora ou piora das condições urbanas atinge as relações urbanas como um todo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o direito à cidade é construído em função da forma através da qual que se constroem desigualdades nas múltiplas esferas relacionais que acontecem no espaço das cidades.

Lefebvre parte da produção social do espaço pela ótica dos cidadãos e não da administração pública. Dessa forma, segundo ele, o direito à cidade se realizaria por meio do controle direto das pessoas sobre as formas de habitá-la, sendo esta uma obra coletiva em que cada indivíduo e comunidade teria espaço para propor e manifestar sua diferença. O seu conceito de cidadania vai além do direito de voto: é uma forma de democracia direta na qual prevalece a apropriação do espaço pelos cidadãos. Nesse caso, a classe trabalhadora seria “componente chave” no processo de transformação do espaço urbano, pois segundo ele, ela é a única capaz de por fim a segregação urbana das nossas cidades, que é dirigida especialmente contra ela (*Ibidem*, p. 141 à 145). Em função dessas características, já na década de 1990, suas ideias continuam exercendo enorme influência, tornando-se slogan de diversos movimentos sociais brasileiros, sobretudo os movimentos urbanos.

Apesar do movimento das prostitutas de Campinas não usar esse conceito diretamente, em sua prática cotidiana, as lutas que engendra por meio da Associação e o início das ocupações “putizantes” no espaço da cidade efetuam, de fato, variadas negociações de modo a reivindicar seu direito à cidade, desmistificando também e sobretudo, os estereótipos relacionados ao gênero feminino. Orgulhosas de serem putas, mães, avós e mulheres “como as outras” (capazes de afetos e desejos sexuais com outras e outros), misturam as divisões de mundos e da segregação imposta com a criação da Zona e remontam essas oposições relacionais entre dentro e fora, para a construção de uma relação menos dicotômica. A reconquista da categoria “puta” acontece junto

com a reconquista de seu direito à cidade. Segundo Soraya Simões:

Tudo isso veio se configurar no novo contexto político brasileiro, que havia se tornado propício à ampla mobilização social e à emergência de diversas reivindicações coletivas. E podemos dizer que a origem do movimento de prostitutas, no Brasil, foi eminentemente urbana, configurando-se em torno de denúncias contra atentados aos direitos civis e pelo direito à cidade. [...] O movimento associativo iniciado nos anos 1980 visava conter a violência policial, denunciar a discriminação e legitimar o direito à cidade face aos processos de grilagem e de renovação urbana (SIMÕES, 2010b, p. 29 e 36).

Nesse sentido, enquanto alguns autores afirmam que a lógica disciplinadora do urbanismo pode ser desvendada pela atuação paradoxal do Estado no controle dos territórios de prostituição (FELDMAN, 2001, p. 37); outros afirmam que essa constante “desmobilização” do espaço da prostituição também fortaleceu a identidade de grupo de seu movimento social (MORAES, 1996, p. 93). Assim, com o tempo, a formação das associações de prostitutas, as agressões e outras humilhações que sofriam “passaram a ser identificados como problemas não mais individuais, mas coletivos e principalmente concernentes aos direitos civis” (SIMÕES, 2010b, p. 34). Esta também deve ser considerada como uma das características que possibilitaram a criação da Associação Mulheres Guerreiras visto que, segundo Arantes Neto, sentir-se parte de uma comunidade política é algo que impõe a formulação “do quê” se reivindica como direito, uma questão de pertencimento ao comprometer-se com interesses definidos como universais na sociedade da qual se faz parte (ARANTES NETO, 2000, p.135-136).

Hoje, em consequência sobretudo da organização do movimento de prostitutas iniciado no final dos anos 1970, as prostitutas organizadas em associações e integrantes da Rede Brasileira de Prostitutas contrapõem-se a políticas e processos que visam afetar a estruturação de seus universos de trabalho nas cidades onde atuam. Algo que, até há alguns anos, era, simplesmente, incontestável e não contava com a adesão, hoje visível, daqueles mesmos que constituem esse sujeito coletivo e político dos “trabalhadores sexuais”. Destaco, neste sentido, a importância do movimento organizado das prostitutas e sua resistência, na disputa das simbologias e classificações aplicadas à mulher em geral, e ao uso da cidade feita por ela. Suas atuações, como vimos no caso de Campinas, são reapropriações, que as permitem circular e contornar os espaços impostos pelo “estigma de puta”, de modo a poderem trabalhar e conter a repressão que sofrem.

Podemos concluir que a luta das prostitutas em Campinas é duplamente transformadora. Primeiramente é transgressora, visto que contesta as normas e a moralidade, quanto ao direito do uso do próprio corpo e de sua sexualidade, defendendo a prostituição livre e questionando o domínio do Estado sobre o corpo, principalmente ao controle da circulação do corpo feminino

no espaço das cidades. Em segundo lugar é política, visto que a reivindicação de um lugar, por meio da criação de espaços concretos - a apropriação do espaço da cidade como espaço de trabalho - atua em contraposição ao planejamento urbano hegemônico, dito de base “científica” e universal, ao qual este grupo resiste, (re)construindo a cidade à sua maneira. Demonstrando, por fim, como as aglomerações urbanas são, fundamentalmente, espaços de disputa empírica e cotidiana de discursos.

REFERÊNCIA

- ADLER, Laure. **Les Maisons Closes (1830 -1930)**. Paris: Arthème Fayard/Pluriel, 2010.
- AGREST, Diana I. "Architecture from without: Body, Logic, and Sex" . In: **Assemblage No. 7**. MIT Press: Cambridge (USA), Oct. 1988 (p. 28-41) .
- AHMAD, Natasha. "Trafficked Persons or Economic Migrants". In: KEMPADOO, Kamala, SANGHERA; Jyoti and PATTANAIK, Bandana. **Trafficking and Prostitution reconsidered - New perspectives on Migration, Sex Work, and Human Rights**. Boulder-London: Paradigm, second Edition, 2012, p.211-227.
- ALMODOVAR, Norma J. "Qui nous sauvera de ceux et celles qui veulent nous sauver malgré nous?". In: MENSAH, Maria N.; THIBOUTOT, Claire; TOUPIN, Louise. **Lutes XXX - Inspirations du mouvement des travailleuses du sexe**. Montreal: Les Éditions du remue-ménage, 2011 [2005] (p. 229 - 233).
- ANDREOTTI, Maria Beatriz. **Incubadoras Urbanas em área de vazío**. Monografia - TFG (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – FEC/UNICAMP, Campinas, 2008.
- ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens Paulistanas – Transformações do espaço público**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- ARAÚJO, Carlos E. M. de *et al.*. **Cidades Negras - africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: o Despertar da Modernidade**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- BAHIA, Karolina; LUIZARI, Larissa e FARIA, Nara. **Zona de Prazeres - O confinamento da prostituição no Jd. Itatinga**, (trabalho final de graduação em Jornalismo), ECA-PUC Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://zonadeprazeres.blogspot.com.br/>> . Acesso em: jul, 2014.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BECKER, Howard S. **OUTSIDERS – estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 (1963).
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. S. Paulo: Perspectiva, 1997.
- BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do século XIX". In: KOTHE , Flávio R. (org), **Walter Benjamin**, São Paulo, Ática, 1985 (1955).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico** (Org. Tomaz Tadeu). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008 (1789).

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. “A Potência da Periferia no Planeta Urbano”. In: **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio** . Nº 12, jan/dez, 2013, (p. 91-110).

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil; **São Paulo na virada do século XXI: a luta contra a exclusão nas áreas centrais**. Ministério das Cidades: 2005. In: <<http://www.cidades.gov.br//index.php?option=content&task=view&id=1376&Itemid=0>> . Acesso em: fev, 2009.

BORTOLANZA, Elaine. “Zonas de promiscuidade: *trottoir* do desejo sexual”. In: SIMÕES, Soraya; SILVA, Hélio; MORAES, Aparecida. (Org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF, 2014 (p. 265-286).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)”. In: **Revista Brasileira de História**, n.8/9, 1985, (p. 35 -68).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CABIRIA. **Mujeres y migraciones en Europa - estrategias y empoderamiento** / [publ. por] Cabiria ; coordinación y redacción, Françoise Guillemaut ; con la colaboración de Luzenir Caixeta. Lyon : le Dragon lune éd. , 2004.

CALABI, Donatella. **História do Urbanismo Europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012

CALDEIRA, Teresa. **Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANO, Wilson ; BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Vols. 1 e 2. Campinas: Unicamp, 2002.

CARRÉ, Jean-michel. **Travailleur(s) du [sexe] et fières de l'être**. Éditions du Seuil: Paris, 2010.

CAULFIELD, Sueann. O nascimento do mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850 -1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, 1999

CAVILHA, Juliana. “As redes da rua: seus lugares fluxos e itinerários”. In: SIMÕES, Soraya; SILVA, Hélio; MORAES, Aparecida. (Org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF, 2014 (p. 319 - 365).

CEFAI, Daniel. “Postface - L’ordre public. Micropolitique de Goffman” In: GOFFMAN, Erving. **Comment se conduire dans les lieux publics** - notes sur l’organisation sociale des rassemblements. Paris: Economica, 2013 (p. 209 - 290).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014 (1990).

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)Conhecida**. São Paulo, Brasiliense, 1984

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim - o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Academia das letras, 1996.

CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses**. Paris: Hachette, 1984 [1958].

CHOLLEY, Jean. **Courtisanes du Japon**. Textes traduits et présentés par Jean Cholley. Mas de vert: Editions Picquier poche, 2001.

CORBIN, Alain. **Les Filles de noces**. Champs Histoire: Paris, 2010 (1978).

CORBIN, Alain. “Presentation par Alain Corbin”. In: PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **La prostitution à Paris au XIXe siècle – Texte présensté et annoté par Alain Corbin**. Éditions du Seul, Paris, 2008 (1981), p. 7-55.

CORRÊA, Sonia. “Prostituição, normas e contextos: a dimensão transnacional”. In: ABIA. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids: Rio de Janeiro, 2013 (p. 10-40).

CORONA, Joana Pagliosa . “Ocupações e (re)significações do espaço público urbano por mulheres prostitutas de rua no centro de Florianópolis”. In: **FICYURB - FIRST INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHS**, 2007, Lisboa. FICYUrb, 2007. v. 1.

CORONA, Joana Pagliosa. **As Meninas do Centro - família, sociabilidades e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis**. Florianópolis: Série Cadernos NIGS, 2014.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

CRESSEY, Paul G. **The Taxi-Dance Hall: a sociological study in commercialized recreation and city life**. Chicago: University of Chicago Press, 1932.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etnológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAL'BÓ, André . **Luta social e a produção da cidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

DAL'BÓ, André; HELENE, Diana; TERRA, Ulisses. A ocupação como luta pelo direito à cidade. **Seminário Política e Planejamento: “Estado e Lutas Sociais: intervenções e disputas no território - PPLA”**, Curitiba, 2008.

DESPENTES, Virginie. **King Kong Théorie**. Éditions Grasset & Fasquelle: Paris, 2006.

DINIZ, Mônica. “Trabalho, Vadiagem e Polícia em São Paulo fins do XIX (1870-1890)”. In: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338433182_ARQUIVO_Trabalho_eVadiagem.pdf. 2012

DOEZEMA, Jo. **Loose Women or Lost Women? The re-emergence of the myth of 'white slavery' in contemporary discourses of 'trafficking in women**. International Studies Convention Washington, DC, February 16 - 20 - Gender Issues, Vol. 18, no. 1, 1999 (p. 23-50). Disponível em: <<http://www.walnet.org/csis/papers/doezema-loose.html>> . Acesso em: dez, 2014.

DOEZEMA, Jo. **Sex Slaves and discourse masters: The construction of Trafficking**. Zed Books Ltd: London, 2010.

DORLIN, Elsa. “Introduction”. In: DORLIN, Elsa (Org.) **Black feminism. Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000**. Paris, L'Harmattan: 2008. (p. 9-42)

DOS ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira V. **A serpente domada (um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 1980.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1966.

ELIAS, Norbert, **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [1939],

EMILIANO, Elisamara O. **Legislação para habitação de Interesse Social: Estudo de caso**

de Campinas. Tese (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), Campinas, 2006.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro – 1840 à 1890.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

FAZZIONI, Natalia Helou. **A vista da rua: etnografia da construção dos espaços e temporalidades na Lapa (RJ).** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FELDMAN, Sarah. **Segregações Espaciais Urbanas: a Territorialização da Prostituição Feminina em São Paulo.** Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) FAU/USP, São Paulo, 1989.

FELDMAN, Sarah. “POLÍCIA E TERRITÓRIO – Os controles da prostituição feminina (1924-1967)”. In: CAMARGO, Ana M. de A (Org.). **São Paulo, metrópole em mosaico.** São Paulo, CIEE, 2010 (p. 187-198).

FERREIRA, João S. W. “A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil”. Publicado em **Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”**, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005. Bauru, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1977 [1975].

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 [1976].

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do império.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Ed. Record, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Ed. Global, 204.

FRUGOLI JR, H. Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

FUSER, Bruno; RAMOS, Juliana Aparecida. “O BOLETIM DA PASTORAL NA "ZONA" DE CAMPINAS” In: Comun. InJ, v. 3, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2000

GLUCKMAN, Max "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna" In. BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das Sociedades Complexas.** São Paulo, Ed. Global, 1986, p. 237 – 365.

- GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida Cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999 [1959].
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001 [1961]
- GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980 [1963].
- GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos** . Petrópolis: Vozes, 2010 [1963].
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GUZIK, Alberto. **Cia. De Teatro Os Satyros – Um palco visceral**. São Paulo: Editora Imprensa Oficial, 2006.
- GUSFIELD, Joseph R., **The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order**. Chicago: University of Chicago Press, 1981 (1923)
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. S. Paulo: Perspectiva, 2011
- HANNERZ, Ulf: **Exploración de la ciudad. Hacia una antropología urbana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986
- HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs). **La prostitution à Paris**. Éditions de la Martinère: Paris, 2005.
- HARRIS, Laura Alexandra. “Féminisme noir-queer: le principe de plaisir” In: DORLIN, Elsa (Org.) **Black feminism. Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000**. Paris, L'Harmattan: 2008. (178-219)
- HELENE, Diana. **Corpo e Cidade: uma pequena etnografia da Prostituição em Campinas**. Os Urbanitas (São Paulo), v.5, p.5 - , 2008.
- HELENE. **Prostituição e segregação espacial: A relação entre a criação do bairro Jardim Itatinga e a prostituição no centro da cidade de Campinas**. In: Estado e Lutas Sociais: Intervenções e Disputas no Território. Curitiba : Kairós, 2010, p. 215-231.
- HELENE, Diana. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HELENE, Diana. "A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição". In: 28ª **RBA Reunião Brasileira de Antropologia**., 2012, São Paulo. Desafios Antropológicos Contemporâneos. São Paulo, 2012a.

HELENE, Diana. "A cidade das meninas: o Jardim Itatinga e o confinamento urbano da prostituição." **XVIII Semana de Planejamento Urbano e Regional** - Do território privatizado ao espaço público: os desafios contemporâneos ao planejamento, ao desenvolvimento e à gestão pública, Rio de Janeiro, 2012b.

HELENE, Diana. "A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade". Salvador: **REDOBRA**, v. 11, p. 68-79, 2013.

HELENE. "The invention of Jardim Itatinga and the urban segregation of prostitution" In: ROUILLARD, Dominique; WLASZYN, Joanna; STANISHEV, Georgi. Urbanism after Urbanism. LIAT /ENSA Paris Malaquais, 2013 (p. 541-544).

HELENE. "An urbanity of prostitution: sexuality, migration and identity". In: II European Geographies of Sexualities Conference, 2013, Lisboa. II European Geographies of Sexualities Conference, 2013. p. 68-68.

HELENE, Diana. "A invenção do Jardim Itatinga: a segregação urbana da prostituição". In: SIMÕES, Soraya; SILVA, Hélio; MORAES, Aparecida. (Org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF, 2014a (p. 29-56).

HELENE, Diana. "Prostituição e Feminismo na França, uma etnografia de viagem". Anais da **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, 2014b.

HELENE, Diana; ANDREOTTI, Maria B.; MARINO, Filipe. "A SEGREGAÇÃO ESPACIAL PLANEJADA: Uma análise da urbanização da cidade de Campinas-SP. **XIX Semana de Planejamento Urbano e Regional** - Planejamento, Desigualdade e Justiça Espacial: desafios para as cidades e regiões, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

HENNIG, Jean-Luc. **Grisélidis courtisane**. Éditions Gallimard - Verticales: Paris, 2011.

HUBBARD, Phil; SANDERS, Teela. "Making space for sex work: female street prostitution and the production of urban space". In: **International Journal of Urban and Regional Research**, Volume 27, Issue 1, March 2003 (p. 75–89)

HUBBARD, Phil. **Sex and the City: geographies of prostitution in the urban West**. (Monografia) Editor, Aldershot Ashgate, 1999

HUBBARD, Phil. **Cities and sexualities**. Nova York: Routledge, 2012

JACQUES, Paola B. "Zonas de Tensão: em busca de micro – resistências urbanas". In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (Org.) **Corporidade: debates, ações e articulações**. Salvador:

EDUFBA, 2010 (p. 106-119).

JAGORI. “Migration, Trafficking, and Sites of Work – Rights and Vulnerabilities”. In: KEMPADOO, Kamala, SANGHERA, Jyoti and PATTANAIK, Bandana. **Trafficking and Prostitution reconsidered - New perspectives on Migration, Sex Work, and Human Rights**. Boulder-London: Paradigm, second Edition, 2012, p.159-173.

LUIZ CARLOS SOLLBERGER JEOLAS. **Vendo (o) corpo, vendo (a) imagem : a autorrepresentação fotografica de mulheres e travestis profissionais do sexo do Jardim Itatinga**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Artes.

KEMPADOO Kamala, “Introduction: Abolitionism, Criminal Justice, and Transnational Feminism”, In: KEMPADOO Kamala et al. (org), **Trafficking and Prostitution reconsidered - New perspectives on Migration, Sex Work, and Human Rights**. Boulder-London: Paradigm, 2012 (p. vii-xlii).

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Mascaras: mulheres judias e prostituição; as polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

KUSCHNIR, Karina. “Ensinando antropólogos a desenhar”. In: **CADERNOS AA - Cadernos de Arte e Antropologia**, Vol. 3, nº 2/2014 (p. 23-46).

LAGENEST, H. D. Barruel de. **Lenocínio e Prostituição no Brasil (estudo sociológico)**. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1960.

LAMAS, José M. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011

LAPA, José R. do Amaral. **Cidade: os cantos e os antros**. São Paulo, EDUSP: 2008.

LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz César Q. “Imagens e Representações sobre a Mulher na Construção da Modernidade de Copacabana”. In: Souza C.F. e Pesavento S.J.. (Org.). **Imagens Urbanas. Os Diversos Olhares na Formação do Imaginário Urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1997, v. , p. 43-56.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. Editora Centauro, São Paulo, 2001(1968).

LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos**. Niterói: EdUFF, 2009.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Gabriela. (entrevista) “Daspu: uma grife surpreendente”. In: **Revista Caros Amigos n° 106**. São Paulo: Editora Casa Amarela, Janeiro de 2006.

LEITE, Gabriela. “Contracapa”. In: LENZ, Flavio Cruz Cesar. **Daspu: a moda sem vergonha**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008 (contracapa).

LEITE, Gabriela; LENZ, Flavio. “A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o estado brasileiro”. In: ABIA. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids: Rio de Janeiro, 2013 (p. 41-48).

LEITE, Rogério. **Contra-usos da Cidade - Lugares e Espaço Publico na Experiencia Urbana**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

LEITE, Juçara L. **A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)**. Dissertação de mestrado em História Moderna – UFF, 1993.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Ed. Nobel, 1989.

LENCIONE, Lucila. “Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada”. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p.198-209.

LENZ, Flavio Cruz Cesar. **Daspu: a moda sem vergonha**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008

LENZ, Flávio Cruz Cesar. “O Estado da Saúde e a 'doença' das prostitutas”. In: SIMÕES, Soraya; SILVA, Hélio; MORAES, Aparecida. (Org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF, 2014 (p. 29-56).

LEURET, FR. “Notice sur Parent-Duchatelet”. In: PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **De la prostitution dans la ville de Paris**, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration, ouvrage appuyé de documents statistiques puisés dans les archives de la Préfecture de police / précédé d'une notice historique sur la vie et les ouvrages de l'auteur, par Fr. Leuret. 2e édition. Paris: J.-B. Baillièrre, 1837 (2 vol) (p. V-XX, tomo I)

MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926) : alguns aspectos**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1985.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. São Paulo: Zouk, 2005.

MARICATO, Ermínia. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias", in : ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades – Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCOVICH, Malka. **Guide de la Convention de l'ONU du 2 décembre 1949 - pour la répression de la traite des êtres humains et de l'exploitation de la prostitution d'autrui**. ONU, 1949. Disponível em: <<http://action.web.ca/home/catw/attach/Guide%201949%2C%20French%20final.doc>> . Acesso em: dez, 2013.

MATHIEU, Lilian. "Une mobilization improbable: l'occupation de l'église Saint-Nizier". In: MENSAH, Maria N.; THIBOUTOT, Claire; e TOUPIN, Louise. **Lutes XXX - Inspirations du mouvement des travailleuses du sexe**. Montreal: Les Éditions du remue-ménage, 2011 [1999] (p. 72 - 80).

MATHIEU, Jean; MAURY P.-H. **Bousbir la prostitution dans le Maroc colonial ethnographie d'un quartier réservé**. Paris: Ireman, 2003

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio, Vida cotidiana e história no subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Editora Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARTINS, José de Souza. **A Aparição do Demônio na Fábrica: Origens Sociais do Eu Dividido no Subúrbio Operário**. São Paulo: Editora 34, 2008

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e Ferrovias**. São Paulo: Ed. Arquivo do Estado, Coleções Monografias, 1981

MAZZARIOL, Regina Maria. **Mal necessário: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977.

MAZZIEIRO, João Batista. "Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920". **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 18, n. 35, 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100012&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: jul, 2014.

MELLO, Fernando Figueira de. "Formação Histórica de Campinas: Breve Panorama". In: **Subsídio para a discussão do Plano Diretor**. Campinas: Prefeitura Municipal, 1991.

MELLO, Marco Antonio da S; SANTOS, Carlon Nelson F. dos; VOGEL, Arno et al.. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Finep/Ibam - Editora Projeto, 1985

MELLO, Marco Antonio da S.; SIMÕES, Soraya Silveira. “« Où habitez-vous ? » Les multiples significations et implications de l'adresse”. In: VILLANOVA, Roselyne de; DUARTE, Cristiane Rose (Org.). **Nouveaux regards sur l'habiter - Outils et méthodes, de l'architecture aux sciences sociales**. Paris: Éditions Le Manuscrit, 2011 (p. 79 à 98).

MELLO, Paulo Thiago. **Botafogo e Aligre: Gentrificação em Rio e Paris**. Rio de Janeiro: Artigo de pesquisa pós-doutoral (LeMetro/IFCS-UFRJ), 2013.

MELGAÇO, Lucas. **A geografia do atrito: Dialética espacial e violência em Campinas-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana: da psicosfera do medo à tecnoesfera da segurança**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

MELGAÇO, Lucas. “Les injustices de la sécurisation urbaine dans la ville brésilienne de Campinas”. **Dossie Focus**, nº 04 décembre 2011. Disponível em: <<http://www.jssj.org>>. Acesso em: set, 2013.

MENEZES, Lena Medeiros de. **Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio – 1890 à 1930**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MENSAH, Maria N.; THIBOUTOT, Claire; e TOUPIN, Louise. **Lutes XXX - Inspirations du mouvement des travailleuses du sexe**. Montreal: Les Éditions du remue-ménage, 2011

MERTEUIL, Morgane. **Libérez le féminisme!**. Paris: Les éditions l'Editeur, 2012

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MOTTA, Candido Nazianzeno Nogueira. “Prostituição, Polícia de Costumes e Lenocínio”. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. V., São Paulo, 1897 (p. 307-322).

MOUJOURD, Nasima; TEIXEIRA, Maria. “Migration et trafic de femmes” (p. 377-398). In: HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs). *La prostitution à Paris*. Éditions de la Martinère: Paris, 2005.

MUNK, Verônica. “Em breve uma Europa livre de prostituição?”. 28a Reunião Brasileira de Antropologia – GT01: A prostituição e seus interstícios: contextos e categorizações nas trocas econômico-sexuais, São Paulo, 2012.

NEGRÃO Ana Maria Melo, **Pernas cruzadas, meias rendadas: desvendando histórias de Campinas (1930-1970)**, Campinas, UNICAMP/CMU, 2013.

NOVAES, Regina Celia Reyes. “Quatro jovens, quatro trajetórias”. In: **Caderno Globo**

Universidade, v. 1, n. 2, mar. 2013 –. Rio de Janeiro, Globo, 2013.

Olivar, José Miguel Nieto. **Devir Puta**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013

OLIVEIRA, Francisco de. “A economia brasileira: Crítica à razão dualista”. In: **Seleções Cebrap I**. São Paulo: Braziliense, 1976.

PALLONE, Simone. “Diferenciando subúrbio de periferia”. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 57, n. 2, 2005

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no estado novo**. Rio de Janeiro: PUC/RJ – Editora Apicuri, 2009

PASINI, Elisiane. “As fronteiras da intimidade: uso de preservativos entre prostitutas de rua”. In: BRUSCHINI, Cristina; Pinto, Céli Regina (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC/ Ed. 34, 2001. p. 275-300.

PASINI, Elisiane. “Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos masculinos”. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo (Org.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 237-262.

PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration, ouvrage appuyé de documents statistiques puisés dans les archives de la Préfecture de police / précédé d'une notice historique sur la vie et les ouvrages de l'auteur, par Fr. Leuret. 2e édition**. Paris: J.-B. Baillière, 1837 (2 vol)

PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration, 3 édition** - Complete par des Documents Nouveaux et des notes, par MM TRÉBUCHET, A.; POIRAT-DUVAL. Précis hygiénique, statisque et administratif sur la Prostitution dans les principales villes de l'Europe, avec Cartes et Tableux. Paris, J.-B. Baillière et fils: 1857 (MICROFILME)

PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration. Nouvelle Édition**. Paris : Libraire-éditeur - Pierre. Fort, 1900 (MICROFILME)

PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **La prostitution à Paris au XIXe siècle – Texte présenté et annoté par Alain Corbin**. Éditions du Seul, Paris, 2008 (1981)

PARIS, Nicolas. “Comme à l'époque de Suzie Wong' Les mutations du red-light district de Wan Chai”, **Genre, sexualité & société** [Online], 5 | Printemps, 01 June 2011. Disponível em: <<http://gss.revues.org/1878>> . Acesso em: abr, 2015.

PARK, Robert E. "Chapter I - The city: Sugestions for the Investigation of Human behavior in urban environment" In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. (orgs). **The City: Sugestions for the Investigation of Human behavior in urban environment**. Chicago: The University of Chicago Press – Midway Reprint , 1984 (p. 1 - 46).

PARK, Robert Ezra. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 (p. 29 – 72).

PATRIARCA, Letizia. "Casas, de prostituição: notas sobre a dinâmica no bairro Jardim Itatinga". Anais da **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, 2014.

PECHMAN, Robert Moses. **Desconstruindo a cidade: cenários para a nova literatura urbana**. Revista Rio de Janeiro, n. 20-21, jan.-dez. 2007.

PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian 'A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século', em **Revista Brasileira de História**, vol. 5, nos 8 e 9, São Paulo, Marco Zero, 1985 (139-195).

PERLONGHER, Nestor. **Primeira versão - Territórios marginais, nº 27**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: a prostituição viril**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008 (1987).

PESAVENTO, Lucila Jatahy. "A cidade maldita". In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Lucila Jatahy (orgs). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

PIRES, Maria Conceição Silvério. **Morar na metrópole : expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. 178p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PISCITELLI, A. G. ." Prostituição e Trabalho". In: Maria Ednalva Bezera de Lima; Ana Alice Alcantara Costa; Albertina Costa; Maria Ávila; Vera Lúcia Soares. (Org.). **Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade**. Salvador: UFBA/FFCH/CUT, 2007, v. 1, p. 183-195.

PHETERSON, Gail. **The whore stigma – female dishonor and male unworthiness**. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

PHETERSON, Gail. **El Prisma de la prostitución**. Madrid: TALASA Ediciones S.L., 1996.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia de Letras, n ° 20,1969.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. 1991. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Élcio Henrique. **Graças alcançadas**. Sarão – Revista Memória e Vida Cultural de Campinas. Centro de Memória da Unicamp. Volume 2, Número 2, Novembro 2003.

RÉAL, Grisélidis. **Le Noir est une couleur**. Paris, Verticales, 2007.

RÉAL, Grisélidis. “Se prostituer est un act révolutionnaire”. In: MENSAH, Maria N.; THIBOUTOT, Claire; e TOUPIN, Louise. **Lutes XXX - Inspirations du mouvement des travailleuses du sexe**. Montreal: Les Éditions du remue-ménage, 2011 [1977] (p. 243 - 246).

REDOUTEY, Emmanuel. “Trottoirs et territoires, les lieux de prostitution à Paris”. In: HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs). **La prostitution à Paris**. Éditions de la Martinière: Paris, 2005. (p. 39-89)

REDOUTEY, E., **Ville et sexualités publiques. Un essai d'ethno(geo)graphie**. Université Paris Est - Institut d'urbanisme de Paris, thèse de doctorat en urbanisme sous la direction de Michèle Jolé, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “SOCIABILIDADE, HOJE: leitura da experiência urbana”. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos”. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (Org.) **Corporidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010 (p. 24-41).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Homens lentos, opacidades e rugosidades”. **Redobra**, Salvador, v. 9, 2012 (p. 58-77).

RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Gustavo Henrique P. “IBEU Local: região metropolitana de Campinas”. Site do **Observatório das Metrôpolis**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.net/images/abook_file/campinas_ibeulocal.pdf> . Acesso em: jun, 2014.

RODRIGUES, Ana Villanueva. **Preservação como projeto – área do pátio ferroviário central das antigas Cia. Paulista e Mogiana – Campinas - São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Polícia e prostituição feminina em Brasília - um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ROLNIK, Raquel. "Morar, atuar e viver." in: **Teoria e Debate, Edição 09**: São Paulo, 31 dezembro 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/planejamento-urbano-morar-atuar-e>>

viver?&page=full> . Acesso em: nov, 2012.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. Cidade Aberta Studio Nobel, São Paulo; 1999.

RUBINO, Silvana. “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas”, SP. In: FRÚGOLI JR, Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda Areas (Org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. São Paulo: EDUSP 2006 (p. 68-97).

RUBINO, Silvana. “‘Gentrification’: Notas sobre um conceito incômodo”. **Oculum ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo** - edição especial “Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004 (p. 287-296).

SABSAY, Leticia. **Fronteras Sexuales – Espacio Urbano, cuerpos y ciudadanía**. Buenos Aires: Paidós, 2011

SANTOS, Antonio Carlos da Costa. **Campinas, das origens ao futuro**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, Milton ; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 (1996).

SANTOS, P. R. **Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

SAUZON, Virginie, “La déviance en réseau : Grisélidis Réal, Virginie Despentès et le féminisme pragmatique”, **TRANS-** [En ligne], 13 | 2012 (mis en ligne le 24 juin 2012). Disponível em: <<http://trans.revues.org/550>> . Acesso em: jan, 2015.

SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SIMÕES, Soraya S. **Vila Mimososa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói: EdUFF, 2010a.

SIMÕES, Soraya S. “Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no

Brasil”. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.2, n.1, jan/jun, 2010b, p.24-46.

SILVA, Paula Francisca Ferreira da . **A expansão urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

SILVA, Selma L. da. **Mulheres na Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Hélio R.S. **TRAVESTIS - entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. **Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano**. Sexual Policies Watch, 2009. Disponível em: <<http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/10/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf>> . Acesso em: dez, 2014.

SILVERSTONE, Roger (org.). **Visions of Suburbia**. London: Routledge, 1997.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos : noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

SMITH, Neil. “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global”, 2006 (p.103-125).

SMITH, Neil. **La nueva frontera urbana: Ciudad revanchista y gentrificación**. Editora Traficante de Sueños, 2012.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas...a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Ática, 1992

SOLÉ, Jacques. **L' âge d'or de la prostitution: de 1870 à nos jours**. Paris: Plon. Harvard : 1993

SOUSA, Lucila Maria Nascimento. “Desejos proibidos da prostituição feminina”. In: In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo (Org.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 289-305.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Revista Geografia . São Paulo, Volume 10, p 1 - 18, 1991.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: A busca de Identidade**. São Paulo: Editora da USP,

1999.

TABET, Paola. **La grande arnaque : Sexualité des femmes et échange économique-sexuel**. L'Harmattan, 2004.

TAVARES, Aline Godois de Castro. **A Organização da Zona: notas etnográficas sobre as relações de poder na zona de prostituição de Campinas – Jardim Itatinga**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014a.

TAVARES, Aline Godois de Castro. “Prostituição como ocupação: complexificando o debate”. **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais** / Eliane Gonçalves... (et al), organizadoras. Goiânia: Ed. da Puc Goiás, 2014b.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. “Centro e Centralidade: uma questão recente”. In: CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs). **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

VEIGA, Felipe Berocan. “**O Ambiente Exige Respeito**”: **etnografia urbana e memória social da Gafieira Estudantina**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAS-BOAS, André. “Prefácio”. In: Lens, Flavio. **Daspu: a moda sem vergonha**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008 (p. 10 - 17).

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. The University of Chicago Press, Chicago e Londres: 1969 (1928)

Reportagens:

AZEVEDO, Patrícia. “Maior ocupação da América Latina completa 15 anos”. Correio Popular, Campinas, 19 de outubro de 2012.

BARBOSA, Maurício. “Polícia fecha cerco no Jardim Itatinga”. Correio Popular, Campinas, de 27 de fevereiro de 1997;

BARGAS FILHO. “Jardim Itatinga, da prostituição ao crime: bairro que já foi a zona de prostituição mais famosa do Brasil, amarga hoje índices de violência cada vez mais alarmantes”. Correio Popular, Campinas, de 10 de setembro de 2001

BARGAS FILHO. “Violência vive da impunidade”. *Correio Popular*, Campinas, de 10 de setembro de 2001.

HELENE, Diana. “Box 11 - Criminalização das Prostitutas nos Projetos de Reestruturação Urbana: o Caso de Niterói”. *In: COMITÊ POPULAR da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, junho de 2014.

CORREIO POPULAR. “Maconheiro agrediu mulher no Mercado”. *Correio Popular*, Campinas, de 12 de julho de 1966;

CORREIO POPULAR. “Campanha contra o trottoar”. *Correio Popular*, Campinas, de 13 de julho de 1966.

CORREIO POPULAR. “Polícia pede ao prefeito que feche hotéis suspeitos”. *Correio Popular*, Campinas, 5 de agosto de 1966.

CORREIO POPULAR. “Polícia fecha mais 4 casas de tolerância”. *Correio Popular*, Campinas, 5 de agosto de 1966.

CORREIO POPULAR. “Polícia em ação contra a vadiagem”. *Correio Popular*, Campinas, 6 de agosto de 1966.

CORREIO POPULAR. “Os homens querem”. *Suplemento Correio Feminino*, *Correio Popular*, Campinas, de 30 de outubro de 1966.

CORREIO POPULAR. “'Inferninho' da Rua Ferreira Penteado”. *Suplemento Coluna do Povo*, *Correio Popular*, de 20 de novembro de 1966.

CORREIO POPULAR. “Inicia-se hoje a construção da Universidade de Campinas”. *Correio Popular*, Campinas, de 1 de dezembro de 1966.

CORREIO POPULAR. “Cai mais um centro de Apuração de Jôgo”. *Correio Popular*, Campinas, de 2 de dezembro de 1966.

CORREIO POPULAR. “Bonde do Guanabara vai ser suprimido”. *Correio Popular*, Campinas, de 3 de dezembro de 1966.

CORREIO POPULAR. “Toxicômacos surpreendidos e presos por patrulheiros”. *Correio Popular*, Campinas, de 3 de dezembro de 1966;

CORREIO POPULAR. “Depois do Bonde saem os trilhos da José Paulino”. *Correio Popular*, Campinas, de 7 de dezembro de 1966

CORREIO POPULAR. “Polícia fiscaliza Hotéis e Pensões”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966

CORREIO POPULAR. “Marginais e Vadias são os donos das ruas”. Correio Popular, Campinas, de 24 de dezembro de 1966

CORREIO POPULAR. “Limpendo a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966

CORREIO POPULAR. “Dos trilhos cargueiros ao moderno entroncamento rodo-ferroviário”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967.

CORREIO POPULAR. “Indústria mostra o que fez em Campinas”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967.

CORREIO POPULAR. “Construções sobem de número numa terra que confia”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967.

CORREIO POPULAR. “Gente que trabalha faz o progresso industrial”. Correio Popular, Campinas, edição comemorativa de 1967.

CORREIO POPULAR. “Jardim Itatinga tem cinco homicídios em seis meses”. Correio Popular, Campinas, de 14 de novembro de 1995

CORREIO POPULAR. “Polícia prende dona de casa de prostituição”. Correio Popular, Campinas, de 29 de maio de 1996

COSTA, Maria Teresa. “AIDS: SEXO PAGO - Vírus da Aids atinge 11% das prostitutas”. Correio Popular, Campinas, de 2 de fevereiro de 1994

DIÁRIO DO POVO. “Coisas que eu não entendo...”. Campinas, 16 de julho de 1974.

DIÁRIO DO POVO. “Bronca de Mariposa”. Campinas, 26 de outubro de 2006.

EMANUEL, Claudio. “Manifestação de prostitutas no Centro de Niterói atrapalha trânsito”, Cidades, “O Fluminense”, 02/04/2014. Disponível em:
<<http://www.ofluminense.com.br/print/163595>> . Acesso em: abr, 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. “A transformação do Centro Urbano de Campinas”. Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de janeiro de 1957.

FORNAZIERI JR, Antonio. “Menores enganam família e vivem no Itatinga”. Suplemento Cidades, Correio Popular, Campinas, de 24 de agosto de 1997.

GALLACCI, Fábio. “Unicef destaca 'trupe' do bairro: grupo formado por crianças e adolescentes do Itatinga recebe prêmio do Fundo das Nações Unidas para infância”. *Correio Popular*, Campinas, de 9 de dezembro de 2007.

GOMES, Danton. “Reivindicações do Taquaral”. *Suplemento Correio dos Bairros*, *Correio Popular*, Campinas, de 4 de dezembro de 1966;

LEITE, Gabriela. “Coluna da Gabi”. *Jornal Beijo da Rua*. Rio de Janeiro, dezembro de 1988, número

LEITE, Gabriela. “Coluna da Gabi: Caminho aberto para a puta cidadã”. *Jornal Beijo da Rua*. Rio de Janeiro, dezembro de 2005 [digital]. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=25&coluna=7&num=5>> . Acesso em: dez, 2014.

LENZ, Flavio. “Decisão histórica - Prostitutas rejeitam financiamento para combate à Aids”. *Jornal Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2011.

LOURENÇO, Jorge. “Paris não é mais aqui – Prédio que funciona como prostíbulo há 55 anos é vendido, e as garotas reclamam”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2010.

MENDES, José de Castro. “A cidade cresce para oeste” - *Suplemento História de Campinas - Correio Popular - Campinas*, 31 de julho de 1968.

MONTE, Renata. Da prostituição ao luxo, Hotel Paris inaugura nova fase da Praça Tiradentes. *O Dia Online*, 07 de agosto de 2010. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/9/da_prostituicao_ao_luxo_hotel_paris_inaugura_nova_fase_da_praca_tiradentes_108429.html>. Acesso em: fev, 2015.

MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996

O DIA 24 HORAS. “Prostitutas param o trânsito por uma hora na Avenida Amaral Peixoto, em Niterói”. *O Dia 24 Horas*. 02/04/2014 Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.html>> . Acesso em: abr, 2014.

PEREIRA, Carlos Lemes. “Itatinga vive decadência à sombra dos anos de luxo”. *Correio Popular*, Campinas, de 11 de outubro de 1991.

PEREIRA, Carlos Lemes. “O 'bairro do pecado' tem os dias contados – Donos de casas de prostituição sofrem pressões para procurar outra freguesia”. *Suplemento Cidades*. *Correio Popular*, Campinas, de 7 de agosto de 1994.

ROSSIT, Mário. “Até garotas pedem presença policial”. *Correio Popular*, Campinas, de 9 de

outubro de 2001

ROSSIT, Mário. “Tráfico domina zona de prostituição. Jardim Itatinga que há muito perdeu seu Glamour, convive agora com a violência que assusta garotas de programa e frequentadores”. Correio Popular, Campinas, de 9 de outubro de 2001

SILVA, Sara. “Mãe resgata filha de casa de prostituição no Itatinga”. Correio Popular, Campinas, de 15 de maio de 1996;

SIMÕES, Soraya Silveira. “'EU EU EU, EU SÓ DOU O QUE É MEU' - Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais”. Jornal Beijo na Rua, 19/04/2014. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3200>> . Acesso em: mai, 2014.

VERZIGNASSE, Rogério. “A difícil vida fácil - Itatinga sobrevive: Passados 45 anos, bairro continua a ser uma das maiores zonas de meretrício no País”. Suplemento Cidade, Diário do Povo, Campinas, 8 de janeiro de 2012.

VIRUS PLANETÁRIO, Revista. “Qual o direito à cidade das prostitutas? - As Revitalizações de Centros urbanos e a Segregação da prostituição”. Revista Vírus Planetário nº 33, Rio de Janeiro, Junho/Julho de 2014.

Relatórios Institucionais:

BASE CARTOGRÁFICA da prefeitura municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2010

IBGE 2010 - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 12 out. de 2012.

IBEU: índice de bem-estar urbano / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

BASE DA SANASA, 2004. Base de levantamento da cidade de Campinas arquivos digitalizados.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO.
“Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro - Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro junho de 2014”, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Ministério da Saúde. PNDST/Aids/M.S.- PDR - Profissionais do Sexo - Relatório Final. Brasília 1997

Leis:

LCP - Decreto Lei nº3.688 de 03 de outubro de 1941. Código Penal Brasileiro

Código Penal Brasileiro (C.P.B.) “CP - DL-002.848-1940”, decretado em 7 de dezembro de 1940,

Materiais audiovisuais:

CORTE SECO. Direção: Renato Tapajós. Cisco. Campinas, 2014. Ficção, Cor, 90 min.

“*HISTÓRIA das manifestações negras em São Paulo*”. Documentário, Cor, 96min. *In: 1000 TRUTAS, 1000 tretas - Racionais MC's*. Direção: Ice Blue, Mano Brown, Roberto Oliveira, Sindicato Pararelo Filmes. São Paulo, 2006. Cor, 226 min.

L'APOLLONIDE - Os Amores da Casa de Tolerância. Direção: Bertrand Bonello. Petrini Filmes. França, 2011. Ficção, cor, 140m.

MULHERES GUERREIRAS – Desbravando Estradas da vida. Direção: Theresinha Ferreira, Diana Helene e Aline Tavares. Associação Mulheres Guerreiras. Campinas, 2014. Documentário, cor, 30 min.

UM BEIJO para Gabriela. Direção: Laura Murray. Miríade Filmes e Rattapallax. Rio de Janeiro, 2013. Documentário, Cor, 29 min.

WHORES' GLORY. Direção: Michael Glawogger. Lotus-film Gesmbh. Alemanha/Austria, 2011. Documentário, cor, 110m.

Letras de Música:

ROCINHA, Renato da. Qualquer lugar. *In: Qualquer Lugar*. Rio de Janeiro: gravadora independente, 2010. 1 CD. Faixa X.

MC Bola 08. O fervo é bom no Itatinga. São Paulo: gravadora independente, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lyAWJt-viyE>

DJ GUS, GIMENE E KJA. Hino da Daspu. Rio de Janeiro: gravadora independente, 2005.

Sites:

<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/cronologia>

<http://www.youtube.com/user/SyndicatSTRASS>

<http://feminismeetputerie.tumblr.com>

<http://melange-instable.blogspot.fr/>

<http://languesdeputes.wordpress.com/>

<http://www.sexworkeropenuniversity.com/>

<http://site.strass-syndicat.org/>

<http://recherchetravailsexuel.wordpress.com/>

<http://www.bijari.com.br/>

<http://blogdasesquinas.wordpress.com/>

<http://youtu.be/PIXV370ipEI>

Arquivos Pesquisados:

AEL - Arquivo Edgar Leuhenroth - Universidade Estadual de Campinas

CMU - Centro de Memória - Universidade Estadual de Campinas

RAC - Arquivo Histórico - Rede Anhanguera de Comunicação - Campinas

Arquivo da Associação Mulheres Guerreiras - Campinas

Bibliotecas e acervos:

1. Bibliothèque Nacional de la France (BNF);
2. Bibliothèque Fondation Maison des sciences de l'homme – EHESS (FMSH);
3. Bibliothèque du Musée Pompidou - Bibliothèque publique d'information (BPI);
4. Bibliothèque Marguerite Durand - Histoire des femmes et du féminisme (BMD);
5. Bibliothèque Cité de l'architecture & du patrimoine;
6. Bibliothèque Historique de la Ville de Paris (BHVP)
7. BNP - Rio de Janeiro

Museus:

1. Cité de l'Architecture et du Patrimoine – Paris
2. Musée Carnavalet - Histoire de la ville de Paris
3. Pavillon de l'Arsenal (Museu do Planejamento Urbano de Paris)
4. Musée de l'érotisme – Paris
5. SEX Machine Museum - Praga
6. Musée des Égouts de Paris
7. Musée des Arts et Métiers -Paris
8. Musée du Quai Branly - Paris
9. Musée d'Orsay - Paris
10. Musée de l'Orangerie - Paris
11. Musée du Louvre - Paris
12. Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou - Paris